Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

Tiago Franca Barreto

Por uma ética animal nos estudos organizacionais: desvelando o tratamento dado aos animais não-humanos do *dark side* das organizações

Recife
2016

Tiago Franca Barreto

Por uma ética animal nos estudos organizacionais: desvelando o tratamento dado aos animais não-humanos do *dark side* das organizações.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Gilson Gomes Feitosa

Tese apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de Doutor em Administração do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife
2016

Catalogação na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

B273p Barreto, Tiago Franca

Por uma ética animal nos estudos organizacionais: desvelando o tratamento dado aos animais não-humanos do dark side das organizações / Tiago Franca Barreto. - 2016.

337 folhas: il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Gilson Gomes Feitosa.

Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016.

Inclui referências e apêndices.

1. Animais – Proteção – Legislação. 2. Comunicação homem-animal. 3. Bovinos de corte. 4. Carne – Indústria. I. Feitosa, Marcos Gilson Gomes (Orientador). II. Título.

658 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2017 – 179)

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

Por uma ética animal nos estudos organizacionais: desvelando o tratamento dado aos animais não-humanos do *dark side* das organizações.

Tiago Franca Barreto

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 20 de dezembro de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Gilson Gomes Feitosa, UFPE (Orientador)

Prof. Dr. Guilherme Lima Moura, UFPE (Examinador Interno)

Prof. Dr. Carlos Michelon Naconecy, *Oxford Centre for Animal Ethics* (Examinador externo)

Profa. Dra. Cintia Rodrigues de O. Medeiros, UFU (Examinadora externa)

Profa. Dra. Loraine de Fátima Oliveira, UnB (Examinadora externa)

Aos meus filhos Mateus e Olívia, que me intuíram (lembraram) que o mais forte deve amparar o mais fraco.

A minha esposa Bárbara, que me apresentou ao tema e me faz companhia nessa jornada.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, pela possibilidade dada para a realização deste trabalho.

À Bárbara, minha esposa, Mateus e Olívia, meus filhos, que me inspiram no desenvolvimento de meu lado amoroso.

Aos meus pais, Magnólia e Geronimo, aos meus irmãos, Geronimo Filho, Alexandre, Lucas e Sheila, as minhas cunhadas, Roberta e Janaina, e aos meus sobrinhos, João Pedro, Francisco, Inaê, Ravi e Rudah, por todo o apoio afetivo e por me abastecerem de alegria e bons sentimentos.

Ao meu orientador, Marcos Feitosa, pelo seu apoio, paciência e contribuições ao longo de todo o processo.

Aos membros da banca, Carlos, Cintia, Guilherme e Loraine pela dedicação que dispuseram na análise e sugestões de melhorias, de maneira a elevar a qualidade do trabalho.

Aos colegas de publicação, Bárbara, Denise, Franzé, Lena e Myrna, que ajudaram com suas parcerias a melhorar esta tese.

Aos colegas e amigos do PROPAD que dividimos alegrias, angustias e aprendizado.

Aos professores do PROPAD, que contribuíram para ampliação dos meus conhecimentos.

Aos colegas da Faculdade Santa Helena, em especial à Marcelo, Juliana e Rita pelo apoio e compreensão nos meus momentos de ausência.

À Eloah, Diego e Marília pela sua agilidade e precisão nas transcrições de entrevistas. Aos membros das organizações, que possibilitaram o acesso às informações necessárias, além de um tratamento respeitoso e atencioso.

A CAPES, pelo suporte financeiro durante parte do doutorado.

Aos meus parentes e amigos, por entenderem minha ausência e chateações em tantos momentos durante a realização deste estudo.

Enfim, a todos que de alguma maneira contribuíram para que a realização deste trabalho fosse possível.

ninguém hoje em dia pode negar [...] as proporções sem precedentes desse assujeitamento do animal. Esse assujeitamento cuja história tratamos de interpretar, podemos chama-lo violência, mesmo que seja no sentido mais neutro do ponto de vista moral desse termo [...] Ninguém mais pode negar seriamente e por muito tempo que os homens fazem tudo o que podem para dissimular ou para se dissimular essa crueldade, para organizar em escala mundial o esquecimento ou desconhecimento dessa violência que alguns poderiam comparar com os piores genocídios (DERRIDA)

Resumo

Assuntos relacionados com ética são cada vez mais discutidos em nossa sociedade. Apesar de diversas perspectivas éticas, até décadas atrás, existia quase uma unanimidade entre os autores que a ética era aplicada por e para seres humanos. Em concordância com vários eticistas que sinalizam a queda do Antropocentrismo Moral, escrevo nesta tese sobre a ética relacionada aos seres sencientes (capazes de sentir), ou seja, os animais humanos e não-humanos. Existe uma demanda social crescente por consideração moral aos animais não-humanos. Muitas organizações, preocupadas ou não com essa demanda têm suas ações influenciadas por indivíduos (consumidores, ativistas, formadores de opinião) e instituições através de manifestações, protestos, boicotes, e até mesmo ações judiciais e legislações. Este trabalho trata sobre como a indústria lida com os animais. Alguns animais fazem parte da consideração moral de muitas pessoas. Mas outros são invisíveis aos olhos do cidadão comum. Geralmente o que os consumidores e a sociedade esperam de uma empresa que usa animais é que eles sejam bem tratados. As empresas dizem que sim. Mas será que realmente é isso que ocorre? Muitos teóricos, como Peter Singer (2008), Tom Regan (2006), Melanie Joy (2014), entre outros, afirmam que os animais que são explorados pela indústria sofrem e morrem sem um tratamento respeitoso e digno. Mas os autores que tratam do *Dark Side* das organizações, ou seja, que discutem sobre os impactos nocivos das ações organizacionais, não consideram moralmente os animais nessa discussão. Por esse motivo, este trabalho tem o objetivo de analisar de que modo as organizações lidam com a demanda social por consideração moral aos animais não-humanos. Para tanto, percorri o caminho da discussão dos critérios utilizados para atribuir consideração moral. Identifiquei, de maneira mais específica, qual a demanda social pela consideração moral dada aos animais não-humanos e suas influências nas organizações. O tratamento dado aos animais pelas organizações foi analisado a partir do arcabouço teórico da Ética Animal e *Dark Side* das Organizações. Em seguida foram examinadas as estratégias das organizações para responder essas demandas sociais. E por último foi ponderado sobre os obstáculos para inclusão da consideração moral dirigida aos animais não-humanos pelas organizações. O trabalho de campo foi realizado de maneira qualitativa através de entrevistas em organizações responsáveis por legislar, fiscalizar e treinar empresas quanto as práticas de bem-estar animal. Foi feita também uma análise de comerciais de TV, vídeos institucionais e demais documentos disponibilizados por nove marcas (Friboi, Seara, Sadia, Perdigão, Nestlé, Itambé, Parmalat e Batavo) da indústria de carne e leite. Concluo que, de modo geral, as empresas pesquisadas não têm consideração moral pelos animais não-humanos, e por isso, elas lidam de maneira reativa, atendendo (ou dizendo que atendem) as exigências legais mínimas necessárias para manter a legitimidade perante seu consumidor e sociedade. Na medida do possível, ocultando e/ou distorcendo a realidade do tratamento dado aos animais. Dessa maneira, proponho que as práticas organizacionais nocivas aos animais sejam consideradas aspectos do *Dark Side* das organizações, pois, além de serem consideradas antiéticas a partir da senciência animal, as próprias empresas consideram a exploração desses animais como reprovável e sentem a necessidade de disfarçar essa realidade.

Palavras-chave: Ética animal. Ética organizacional. *Dark side* das organizações.

Abstract

Issues related to ethics are increasingly discussed in our society. Despite several ethical perspectives, even decades ago, there was almost unanimous among the authors that ethics was applied by and for human beings. In agreement with several ethicists that signal the fall of Anthropocentrism I write this thesis on ethics related to sentient beings (capable of feeling), ie, human and nonhuman animals. There is a growing social demand for moral consideration to nonhumans. Many organizations, concerned or not this demand have influenced his actions by individuals (consumers, activists, opinion leaders) and institutions through demonstrations, protests, boycotts and even lawsuits and legislation. This work will address how the industry deals with animals. Some animals are part of the moral consideration of many people. But others are invisible to the ordinary citizen. Usually what consumers and society expect from a company that uses animals is that they are well treated. Companies say yes. But is that really what happens? Many theorists such as Peter Singer (2008), Tom Regan (2006), Melanie Joy (2014), among others, claim that animals who are exploited by the industry suffer and die without a respectful and dignified treatment. But the authors dealing with the Dark Side of organizations, ie, discussing about the harmful impacts of organizational actions, not morally consider the animals in this discussion. Therefore, this study aims to examine how organizations deal with the social demand for moral consideration to nonhumans. Therefore, I walked the path of the discussion of the criteria used to assign moral consideration. It was identified, more specifically, what the social demand for moral consideration given to non-human animals and their influence in organizations. The treatment of animals by organizations was analyzed from the theoretical framework of Animal Ethics and Dark Side of Organizations. Then the strategies of organizations were examined to answer these social demands. And last was weighted on the obstacles to inclusion of moral consideration directed to non-human animals by organizations. Fieldwork was conducted in a qualitative way through interviews with organizations responsible for legislate, supervise and train companies as the animal welfare practices. also was made a commercial analysis of TV, corporate videos and other documents made available by the companies (Friboi, Seara, Sadia, Perdigão, Nestlé, Itambé, Parmalat e Batavo) of meat and milk industry. I conclude that, in general, the companies surveyed do not have moral consideration for nonhuman animals, and therefore, they deal in a reactive way, attending (or saying they meet) the minimum legal requirements necessary to maintain legitimacy in its consumers and society. As far as possible, concealing and/or distorting the reality of the treatment given to animals. In this way, I propose that organizational practices harmful to animals should be considered aspects of the Dark Side of organizations, since, besides being considered unethical from the animal sentience, the companies themselves consider the exploitation of these animals as reprehensible and feel the need to disguise this reality.

Keywords: Animal ethics. Organizational ethics. Dark side of organizations.

Sumário

1 INTRODUÇÃO 11
1.1 OBJETIVOS DE PESQUISA 14
1.1.1 Objetivo Geral 15
1.1.2 Objetivos Específicos 15
1.2 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO 15
2 PERSPECTIVA TEÓRICA E MÉTODO 20
2.1 ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA 23
2.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA 23
2.3 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA 25
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 34
3.1 O *DARK SIDE* DAS ORGANIZAÇÕES 34
3.1.1 A ética organizacional e o *Dark Side* das organizações 39
3.2 ÉTICA ANTROPOCÊNTRICA E SUAS POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO 43
3.2.1 Limitações da ética antropocêntrica e ampliação da consideração moral 45
3.2.2 Ética Animal 47
3.2.2.1 Objeções à ampliação ética aos animais 51
3.2.2.2 Contribuições científicas para a Ética Animal: A Declaração de Cambridge 56
3.2.2.3 O uso dos animais e o processo de industrialização 58
3.3 A ÉTICA ANIMAL E SUA INFLUÊNCIA SOBRE AS ORGANIZAÇÕES 67
3.3.1 Casos e repercussões para organizações 70
3.3.2 O *dark side* das organizações no trato com os animais 74
3.3.2.1 A cadeia produtiva do leite 79
3.3.2.2 Frangos de corte 82
3.3.2.3 Gado de corte 83
3.3.2.4 Galinhas poedeiras 85
3.3.2.5 Porcos de abate e porcas reprodutoras 86
3.3.3 Bem-estar animal, abate humanitário e a legislação brasileira 88
3.3.4 O dito desconexo e a separação elementar entre discurso e prática 96
3.4 O ENCONTRO ENTRE O *DARK SIDE* DAS ORGANIZAÇÕES E A ÉTICA ANIMAL 99
3.4.1 O *Dark Side* das organizações: ações prejudiciais, relações de dominação, aspectos éticos, ideológicos e ocultos 100
3.4.1.1 Ocultamento ou esquecimento de questões 100
3.4.1.2 Aspectos éticos, ideológicos e relações de dominação 101
3.4.2 As contribuições da Ética Animal para desvelar o *Dark Side* das organizações 104
3.4.2.1 Comunidade moral 104
3.4.2.2 (In)visibilidade dos animais nos estudos organizacionais 107
3.4.2.3 Aspectos ideológicos do tratamento dos animais 110
3.4.2.3.1 A ideologia carnista 111
3.4.2.3.2 Eufemismo e linguagem distorcida 118
3.4.2.4 Relações de dominação e poder 122
3.5 DEFINIÇÕES CONSTITUTIVAS E OPERACIONAIS 124
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS 130
4.1 A INDÚSTRIA DA CARNE 131
4.2 A INDÚSTRIA DO LEITE 135

4.3 CRITÉRIOS PARA CONSIDERAÇÃO MORAL 136
4.4 DEMANDA POR CONSIDERAÇÃO MORAL AOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS 148
4.4.1 Motivação para o bem-estar animal 151
4.4.2 A legislação de proteção animal e sua fiscalização 159
4.4.3 Bem-estar animal 173
4.5 *DARK SIDE* DAS ORGANIZAÇÕES AMPLIADO: TRATAMENTO DADOS AOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS 190
4.5.1 Maus-tratos, confinamento e mutilações 191
4.5.2 Ideologia *Carnista* 206
4.5.3 *Dark Side* das organizações: Implicações sobre os humanos 220
4.6 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DAS EMPRESAS PARA RESPONDER ÀS DEMANDAS 245
4.6.1 Ocultamento e distorção da realidade 268
4.7 OBSTÁCULO PARA INCLUSÃO DA CONSIDERAÇÃO MORAL DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS 276
5 CONCLUSÕES 297
REFERÊNCIAS 311
APÊNDICE A – Roteiro semiestruturado da entrevista 332
APÊNDICE B – Quadro comparativo objetivos e perguntas 335
APÊNDICE C – Sistematização da Análise de Dados (Exemplo) 338

1 INTRODUÇÃO

Assuntos relacionados a ética são cada vez mais discutidos em nossa sociedade. Apesar de diversas perspectivas éticas, até décadas atrás, existia quase uma unanimidade entre os autores que independente dos critérios ou valores, a ética era aplicada por e para seres humanos. O século XXI já não pode ser considerado como uma continuação das preocupações humanas apenas com os humanos, não sendo mais possível se agarrar ao conforto e ingenuidade frente à ideia de nossa espécie reivindicar ser o único sujeito de suas próprias preocupações (FRANCINE, RALL, 2016).

O debate contemporâneo sobre a perspectiva ética tem envolvido uma série de argumentos e justificativas a respeito de quais entidades em nosso planeta têm valor moral, ou seja, demandam preocupação com as consequências de nossas ações sobre elas, portanto, merecem nossa consideração moral (SINGER, 2008). "A posição compartilhada pelos diferentes filósofos das diferentes linhagens teóricas é que tal consideração deve ser estendida para além do *Homo sapiens*" (NACONECY, 2007 p.11). Esse processo que compõe a edificação da queda do Antropocentrismo Moral (FRANCINE, RALL, 2016) tem como a principal disputa entre os eticistas, o quão longe tal extensão deve avançar, abrigando os animais com capacidades semelhantes às humanas, todos os seres sencientes (isto é, com capacidade de sentir), todos os seres vivos, ou mesmo todos os sistemas naturais (NACONECY, 2007).

A consideração moral estendida aos seres sencientes, ou seja, os animais humanos e animais não-humanos, é conhecida como Ética Animal e representa um "aceno indubitável da abertura de um novo período, cujo traçado enuncia o reconhecimento dos animais como viventes não vazios de mundos, incluindo na esfera das preocupações humanas a dimensão do além de si" (FRANCINE, RALL, 2016 p. 13-14)

Para além do meio acadêmico, também existe uma demanda social crescente por consideração moral aos animais não-humanos. A sociedade brasileira acompanha uma tendência que segue outros países do mundo ocidental, como Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Holanda. Duas pesquisas recentes demonstram quantitativamente essa realidade. A primeira delas, um estudo global sobre responsabilidade social, demonstra que 45% dos consumidores consideram que proteger os animais é uma causa que deveria ser apoiada pelas

corporações (INSTITUTO NIELSEN, 2012). A segunda, em âmbito nacional, mostrou que "não maltratar animais" é o maior motivador de admiração ou preferência na hora de consumir produtos (considerando o preço e qualidade dos mesmos). Do mesmo modo, a grande maioria (89%) acredita que o governo também deve comprar de empresas que "não maltratem animais" (INSTITUTO AKATU, 2012).

Mesmo com o aumento da preocupação da sociedade com os animais, muitas empresas usam, exploram e matam animais na indústria de alimentos, entretenimento, cosméticos, roupas e acessórios, farmacêutica, educação, entre outras. As organizações[1] que utilizam animais são influenciadas pela demanda crescente de tratamento digno a esses seres, e suas implicações podem ser muito vastas e expressivas, gerando necessidade de adaptações a essa realidade ou a possibilidade de atender novos mercados. Exemplos disso são a elaboração de produtos sem ingredientes ou insumos de origem animal, a eliminação dos testes em animais ou substituição por métodos alternativos e a não utilização de animais em espetáculos de entretenimento (BARRETO et al., 2014).

O comportamento de muitas organizações vem sendo influenciado por indivíduos (consumidores, ativistas, formadores de opinião) e instituições através de manifestações, protestos, boicotes, e até mesmo ações judiciais. Também tem aumentado o controle estatal sobre o uso de animais pelas organizações, em especial, a partir de legislação contra maus-tratos ou proibição de uso (BARRETO et al., 2014). Entre as situações recentes, com maior repercussão mundial, posso citar a resolução da União Europeia em proibir a comercialização de cosméticos testados em animais (já realizada anteriormente na Índia), a proibição da tourada em algumas regiões (inclusive da Espanha) e a determinação do Governo da Costa Rica em fechar seus zoológicos e, no Brasil, o encaminhamento da legislação similar à europeia a partir da invasão do Instituto Royal, em São Roque, São Paulo (VISTA-SE, 2013) e recentemente a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) da inconstitucionalidade da vaquejada (G1, 2016a).

Como consequência dessas pressões, as organizações devem tornar-se mais ou menos isomórficas com seus ambientes, pois o ajustamento aos valores sociais em mudança é

[1] Utilizo o termo **organizações** como uma forma mais ampla de incluir não apenas empresas privadas com fins lucrativos, mas também o Estado e empresas públicas, além de organizações não-governamentais do terceiro setor e demais instituições organizadas. Quando utilizo o termo **empresas**, estou me referindo ao tipo mais comum dessas organizações: as empresas privadas com fins lucrativos. O termo **corporações** é utilizado para classificar grandes empresas privadas.

necessário para adquirir recursos e legitimidade (EGRI; PINFIELD, 1998). Ou seja, as organizações precisam se adaptar a essa nova e forte demanda social.

Mesmo com estas novas configurações de mercado, e, do ponto de vista de um consumidor movido por questões éticas, existem práticas organizacionais imorais, caracterizadas como o *dark side* das organizações (MEDEIROS, 2015; LINSTEAD, MARÉCHAL e GRIFFIN, 2010, 2014). Na atualidade, as corporações estão presentes em todos os lugares e em quase todos os aspectos de nossas vidas, mas, reproduzindo relações de dominação, e em nome de seus interesses, elas podem ser perigosas para a sociedade, realizando ações com impactos negativos para consumidores, trabalhadores, meio ambiente e comunidades (MEDEIROS, 2015; 2013). Esse lado sombrio ou obscuro das organizações, ou *dark side*, que geram impactos nocivos ao consumidor, sociedade ou meio ambiente, tem sido recentemente estudado por alguns autores nos estudos organizacionais[2] (MORGAN, 1996; VAUGHAN, 1999; LINSTEAD, MARÉCHAL; GRIFFIN, 2010, 2014).

Estudando o fenômeno organizacional a partir da perspectiva da Ética Animal, e também dentro da lente teórica do *Dark Side* das organizações, a pergunta de pesquisa que pretendo responder é: Como as organizações lidam com a demanda social por consideração moral aos animais não-humanos?

Nesse trabalho, entendo como demanda social, os pleitos principais vindos da sociedade e Estado relacionados à questões éticas no tratamento dos animais não-humanos. Eles são principalmente dois, que não são dicotômicos: o bem-estar animal, ou seja, uso do animal de forma a reduzir ou evitar o sofrimento desnecessário (MAPA, 2016; WAP, 2015;

[2] O termo Estudos Organizacionais (EO), ao invés de Administração, demonstra uma busca por uma linha diferente da visão hegemônica na área, que é predominantemente funcionalista e instrumental. O EO é "uma consequência de diversas disciplinas, suportadas por paradigmas distintos, para a qual contribuem, especialmente, as disciplinas de Ciências Sociais como: Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Psicologia, História e Economia" (FISCHER, 2003, p. 50) que tem o objetivo de estudar as organizações. EO é interdisciplinar, multiparadigmática e comporta-se como um campo crítico, de ruptura com o funcionalismo tradicional, tem um viés mais interpretacionista ou crítico. Os temas transversais mais comuns dos EO são: conflito, controle, cultura, dominação, estrutura, indivíduo, poder e processo decisório (WAIANDT; FISCHER, 2013). Dentro dessa perspectiva, alinhado com esse trabalho, a empresa deixa de ser um fim em si mesma e é inserida dentro de uma visão social mais ampla, onde a sociedade e o indivíduo se tornam o fim.

2016) e a ética animal, que incorrem na não utilização dos animais (REGAN, 2006; NACONECY, 2006).

Procuro contribuir com a ampliação dos seres considerados moralmente pelo *Dark Side* das organizações, incluindo os animais não-humanos. Pretendo colaborar para desvelar o tratamento dado aos animais, iluminando-os a partir do *Dark Side* das organizações, com a discussão de ações nocivas, como sua morte e exploração, muitas vezes "naturalizadas" como banais.

Para analisar como as organizações lidam com a demanda social por consideração moral aos animais não-humanos, estudei a indústria que mais utiliza e mata animais no mundo: a indústria da carne e leite. São cerca de 70 bilhões de animais terrestres por ano no mundo, o Brasil, que é o terceiro maior produtor do mundo, é responsável por cerca de 8% desses animais - 5,5 bilhões (CARVALHO, 2015). Dessa forma, a pesquisa qualitativa de campo envolve vários atores sociais da cadeia produtiva da indústria da carne e leite: as grandes empresas dessa indústria (foram pesquisadas 9 marcas: Friboi, Seara, Sadia, Perdigão, Nestlé, Batavo, Parmalat, Itambé e Piracanjuba), o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), como órgão legislador e fiscalizador no âmbito Federal, a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (ADAGRO) e o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), como fiscalizadores estaduais em Pernambuco e a *World Animal Protection* (WAP), ONG de bem-estar animal responsável pela atualização dos manuais de abate humanitário em parceria com o MAPA e responsável por treinamento de frigoríficos. A WAP (2016) já treinou mais 7.000 pessoas em mais de 300 frigoríficos no Brasil.

Está tese está estruturada em 5 partes. Nesta primeira, além da introdução, apresento os objetivos e justificativa e contribuições. Na segunda, detalho minha perspectiva teórica e método. Na seguinte, os aspectos da Fundamentação teórica, em destaque o *Dark Side* das Organizações, Ética Animal e o "encontro" dessas perspectivas. Na penúltima parte apresento e analiso os resultados da pesquisa empírica e na última parte realizo minhas conclusões.

1.1 OBJETIVOS DE PESQUISA

Para essa tese foram traçados os objetivos geral e específicos, descritos a seguir.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar de que modo as organizações lidam com a demanda social por consideração moral aos animais não-humanos

1.1.2 Objetivos Específicos

1. Discutir os critérios utilizados para atribuir consideração moral
2. Identificar a demanda social pela consideração moral dada aos animais não-humanos e suas influências nas organizações.
3. Discutir o tratamento dado aos animais pelas organizações a partir da Ética Animal e *Dark Side* das Organizações.
4. Examinar as estratégias das organizações para responder às demandas sociais por consideração moral aos animais não-humanos.
5. Ponderar sobre os obstáculos para inclusão da consideração moral dirigida aos animais não-humanos pelas organizações

1.2 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO

Apesar dos modelos de ética organizacional não serem centrados na vida, em muitos casos nem apenas na vida humana, mas sim centrados no "lucro" – as demandas sobre as organizações estão se tornando cada vez mais influenciadas sob essa perspectiva. A razão de ser da reflexão ética para as empresas reside no fato de que suas relações com os diversos *stakeholders* são relações de poder, de força, e esses têm condições de se mobilizar e de retaliar as empresas caso não venham a respeitar suas expectativas ou satisfazer suas demandas (SROUR, 1994). O comportamento de muitas organizações vem sendo influenciado por indivíduos (consumidores, ativistas, formadores de opinião) e instituições através de manifestações, protestos, boicotes, e até mesmo ações judiciais. Como consequência dessas pressões, as organizações devem tornar-se mais ou menos isomórficas com seus ambientes, pois o ajustamento aos valores sociais em mudança é necessário para adquirir recursos e legitimidade (EGRI; PINFIELD, 1998). Além disso, os autores reforçam que as conceitualizações dos ambientes organizacionais fracassam quando não incluem, explicitamente, considerações sobre o ambiente natural.

Não obstante essa demanda crescente sobre as organizações, no contexto internacional, segundo Hannah e Robertson (2016) a relação entre humanos e animais nas organizações praticamente não recebeu atenção dos estudiosos no campo da Administração. No Brasil, essa realidade é a mesma e quase inexiste o debate acadêmico nos estudos organizacionais sobre ética animal. Apesar disso, essa temática já vem sendo tratada com uma maior importância e tendência crescente em várias áreas do conhecimento. Na revisão sistemática da literatura realizada não encontrei artigos de outros autores que incluam, **de maneira central**, a discussão sobre ética animal no contexto organizacional nacional (através da língua portuguesa, no portal da CAPES, Spell, Scielo e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD). Sobre a discussão ambiental, existem muitos textos na literatura, em especial sobre a temática de responsabilidade socioambiental, mas grande parte dos trabalhos tem um foco antropocêntrico, ou seja, considerando as vidas não-humanas como instrumentos ou objetivos para fins humanos. Quando se trata de abordar o assunto a partir de uma perspectiva da ética animal existe uma carência ainda maior. Apesar disso, destaco que essa temática tem uma atenção especial e significativa nas áreas de Filosofia e Direito, essa última tem vinculado ao Programa de Pós-Graduação de Direito da UFBA, desde 2006, a Revista Brasileira de Direito Animal. Essa publicação antecedeu no cenário internacional, o multidisciplinar *Journal of Animal Ethics*, de 2011.

Sobre os trabalhos existentes em estudos organizacionais que se aproximam dessa temática, em sua enorme maioria, costumam considerar apenas questões que envolvem o meio ambiente (desconsiderando por total a ética animal) mas ainda assim, a partir de uma perspectiva antropocêntrica. Ou seja, deve existir uma preocupação com o meio ambiente visto ser esse necessária para a sobrevivência humana dessa e de gerações futuras. Os trabalhos atuais também abordam essa temática de maneira superficial, não tratando detalhadamente das implicações práticas em se adotar uma postura de consideração moral mais ampla. Apenas recentemente, existe um início de discussão sobre a relação entre os animais e as organizações, constatado em especial pelo lançamento de uma edição especial no período *Organization,* em maio de 2016: Animais e Organização (ORGANIZATION, 2016) e pela realização da 34ª edição do *Standing Conferece of Organizational Symbolism* (SCOS) com o tema: O Animal (SCOS, 2015) e 35º que será realizada em 2017, Carne e organização (SCOS, 2017).

Além disso, este trabalho se propõe a estudar o tema a partir do arcabouço teórico do *Dark Side* das organizações, que apesar de seus autores não citarem, é uma das possibilidades para a discussão do tratamento dado aos animais pelas organizações. Em complemento, a tese

é elaborada dentro de uma perspectiva crítica, e para tanto, é necessário expor as faces ocultas, as estruturas de controle e de dominação e as desigualdades nas organizações, ou seja, mostrar que as coisas não são necessariamente aquilo que aparentam no âmbito da gestão (PECI; ALCADIPANI, 2006). Meira (2010) enfatiza que acadêmicos que consideram a questão crítica como central devem esforçar-se em dar continuidade às suas pesquisas. Para DeGeorge (1991), se a abordagem crítica tornar-se desacreditada, como o autor acredita que esteja ficando[...] será impossível à ética empresarial continuar influenciando as estruturas e atividades dos negócios. [...] Este aspecto [crítico] não deve ser solapado pelas corporações, mas deve ser fomentado ao menos nas universidades, e encorajado nas melhores escolas de administração (DeGEORGE, 1991, apud MEIRA, 2010). A reflexão ética é muito mais importante do que os resultados que venha a produzir (MEIRA, 2010). Para o autor, a ética empresarial não pode ser tributária de sua ampla aceitação pelas Escolas de Administração, e nem mesmo depender da efetiva transformação dos negócios.

Essa temática é de significativa relevância também no contexto organizacional, uma vez que as reflexões desenvolvidas neste trabalho podem auxiliar as organizações interessadas na implementação de práticas voltadas para o benefício de todos os seus *stakeholders* (incluindo os animais não-humanos) e auxiliar na criação de políticas públicas ou legislação que intentam diminuir as consequências das externalidades negativas causadas por ações organizacionais, e estimular comportamentos éticos mais abrangentes.

Os motivos pessoais que me aproximaram desse tema foram o interesse em aprofundar meus conhecimentos e estudar de maneira acadêmica aspectos sobre a ética animal. Também me movem inquietações sobre, principalmente, analisar a aplicabilidade dessa vertente filosófica no mundo organizacional. Pensar se esses princípios podem ser perseguidos, e visualizar caminhos de transição para essa realidade muito me motivam.

É importante informar que, apesar de não ocultar que sou vegano, este trabalho, como outros dentro do campo acadêmico, não tem o intuito de converter pessoas a um conjunto de crenças. Acredito que muitos filósofos, sociólogos, psicólogos e outros acadêmicos ou ativistas deram ou estão dando contribuições respeitáveis para inclusão da consideração moral dos animais pelos humanos. Não vou apresentar novidades no campo teórico quanto a esse aspecto. Esse assunto, talvez mais do que muitos outros, por mexerem com hábitos extremamente arraigados em nossa sociedade, está longe de ser discutido apenas no campo da

razão[3]. Ainda assim não podemos dizer que esse trabalho não tenha importância. Entendo que ele tem como contribuição trazer uma discussão teórica para a área de Estudos Organizacionais algo que já ocorre na realidade prática de nossa sociedade.

Mesmo que muitos teóricos e gestores de organizações diversas nunca incluam os animais em sua consideração moral, por mais coerentes que sejam os argumentos, eles não podem deixar de encarar um fato: muitas pessoas (consumidoras?) o fazem. Se os animais não têm voz, existe um crescente e expressivo número de grupos e indivíduos na sociedade que resolveram ser a voz desses animais[4]. Dessa forma, para as organizações, não se trata de concordar ou não com os argumentos éticos, mas sim de entender que (e como) eles podem influenciar suas atividades.

Outro aspecto relevante deste trabalho é apresentar as práticas organizacionais comumente relacionadas ao tratamento dos animais. Se existe uma legislação sobre maus-tratos aos animais e sendo constatada sua infração, esse assunto sai do âmbito teórico e entra na esfera criminal. Não é uma questão de posicionamento, visão de mundo, ou qualquer outra coisa. São fatos. Pode-se discordar da legislação, mas não existe espaço para se questionar o seu cumprimento ou não, a não ser por mudança da legislação vigente.

---

[3] Por exemplo, Jonathan Safran Foer, em seu livro Comer Animais (2011) discute sobre o fator emocional presente na refeição, a relação entre comida e afeto, passada através da tradição, de geração em geração. Esse autor, entre outros, aborda os laços de utilidade e afeição entre homens e animais, mas também questões ambientais e sociais da produção de alimentos de origem animal, além de efeitos econômicos.

[4] Dentre organizações que se envolvem com a causa animal com atuação internacional temos, dentre outras: *People for Ethical Treatment of Animals* (PETA) http://www.peta.org, *Humane Society International* (HSI) http://www.hsi.org, *Compassion in World Farming* (CIWF) https://www.ciwf.com, *Mercy For Animals* http://www.mercyforanimals.org, *Igualdad Animal* http://www.igualdadanimal.org, *Animal Liberation Front* (ALF) http://www.animalliberationfront.com, *The Vegan Society* https://www.vegansociety.com, *World Animal Protection* https://www.worldanimalprotection.org, *Sea Sheperd* http://seashepherd.org.br, *Animal Charity Evaluators* http://www.animalcharityevaluators.org. No Brasil, além da atuação de algumas organizações internacionais citadas acima, com abrangência não apenas local, dentre outras, temos Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal (FNPDA) http://www.forumanimal.org, Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) http://www.svb.org.br, Não Mate http://www.naomate.org, Ampara Animal http://amparanimal.org.br.

Pelos motivos apresentados, este trabalho busca aprofundar a discussão nacional na área de Estudos Organizacionais sobre Ética Animal e *Dark Side* das Organizações, como uma possibilidade de proposta ética organizacional.

A seguir apresento a perspectiva teórica e método utilizada nesta pesquisa.

2 PERSPECTIVA TEÓRICA E MÉTODO

Neste tópico apresento os procedimentos adotados para atender aos objetivos de pesquisa propostos.

Este trabalho posiciona-se no campo dos estudos organizacionais críticos. Apesar do pluralismo teórico, inclusive de tradições intelectuais conflitantes, compartilham alguns pontos em comum. É insuficiente definir que os estudos organizacionais (ou de gestão) críticos consideram que existe algo de errado com a gestão e que isso deve ser mudado, ou ter um engajamento com o não positivismo e fortalecimento dos métodos qualitativos (FOURNIER; GREY, 2000). Para Guba e Lincoln (2005) essa abordagem tem como objetivo investigativo a crítica, transformação e emancipação. Mas nem todos trabalhos considerados críticos se encaixam nesses parâmetros.

Fournier e Grey (2000) sugerem aspectos que podem abarcar as pesquisas críticas em nossa área: a) a intenção não performativa (não busca maximização da racionalidade instrumental: eficiência, efetividade e lucratividade), se busca um desempenho seria algo como conquistar um mundo melhor ou terminar uma relação de exploração; b) a desnaturalização da ideologia e discursos gerenciais através da desconstrução da "realidade" da vida organizacional ou da "verdade" do conhecimento organizacional ao expor sua "não naturalidade" ou irracionalidade; e c) reflexividade filosófica e metodológica, levando em consideração aspectos epistemológicos e ontológicos.

Este trabalho se compromete com a mudança social, por isso, se aproxima do que Burrell e Morgan (1979) descrevem como uma sociologia da mudança radical, que se contrapõe à sociologia da regulação. Pois procura descobrir explicações para a mudança radical, para o conflito estrutural profundamente arraigado, para os modos de dominação e das contradições estruturais. É a sociologia interessada essencialmente com a emancipação do homem de suas estruturas, que limitam e impedem seu potencial de desenvolvimento, está interessada no que é possível, mais do que como é e com alternativas, mais do que com a aceitação do *status quo* (BURRELL; MORGAN, 1979). A construção de uma teoria não é explicativa da realidade, mas busca dar sentido à ação de fazer emergir potencialidades, tornando a ação dessa forma objeto da teoria. (MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005).

Geralmente as perspectivas críticas são envolvidas num "guarda-chuva" sob a classificação de teoria crítica ou pós-modernismo e têm uma forte influência do pensamento marxista. Vieira e Caldas (2006) reconhecem a grande importância e contemporaneidade de Marx, mas defendem que o foco estreito nessa visão é parcial e, em certa medida, exclui outras vertentes de crítica social. Nesse sentido, pesquisas ancoradas na perspectiva teórico-crítica contemporânea podem ter rompido com o pensamento marxista, "mas não com as categorias centrais da crítica, que envolvem criticar o positivismo como forma estabelecida de conhecimento e o mercado como forma estabelecida de vida coletiva" (VIEIRA; CALDAS, 2006 p. 61).

A ideia de produzir uma ciência "não valorativa" é rejeitada, pois o discurso acadêmico é inerente de uma estrutura social, influenciado por ela e produzidos na interação social. Dessa maneira, os analistas críticos do discurso têm um posicionamento explícito e objetivam compreender, desvelar e, opor-se a desigualdade social (DIJK, 2006). Dentro dessa perspectiva teórica, minha intenção não é apenas descrever e compreender as situações e seus significados, a leitura da realidade tem vistas a transformá-la, por isso a necessidade de propor uma produção teórica capaz de sustentar novas intervenções sociais, com o intuito de ampliação da autonomia dos indivíduos.

Nesta visão é comum e desejável o posicionamento do pesquisador. Por isso escrevo em primeira pessoa. E, apesar de meu ponto de vista estar geralmente expresso a partir das escolhas dos autores e pela linha narrativa do trabalho, no final de cada capítulo ou (grande) seção eu apresento de maneira mais clara minha visão quanto aos temas apresentados.

Esta tese é predominantemente empírica, apesar disso existe um esforço para construção teórica a partir da literatura de Estudos Organizacionais, principalmente sobre o *Dark Side* das organizações e Ética organizacional e de áreas do conhecimento que discutem a Ética Animal, em especial, a Filosofia.

O trabalho tem cinco objetivos específicos. A pesquisa de campo, que busca analisar de que modo as organizações lidam com a demanda social por consideração moral aos animais não-humanos, envolve vários atores sociais: as grandes empresas da indústria da carne e leite, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), como órgão legislador, a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (ADAGRO), como fiscalizadora estadual em Pernambuco, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), como instituição que demanda a ADAGRO através de irregularidades provindas de denúncias da sociedade civil e a *World Animal Protection* (WAP) como a maior ONG mundial de bem-estar animal responsável pela atualização dos manuais de abate humanitário em parceria com

o MAPA e responsável por treinamento de frigoríficos. Dessa forma atingimos essa cadeia produtiva a partir da perspectiva das empresas, dos órgãos legisladores, fiscalizadores e treinadores.

O primeiro objetivo específico, busca discutir critérios utilizados para atribuir consideração moral, ou seja, a partir da revisão de literatura e pesquisa com os entrevistados, procuro apresentar quais características são levadas em conta para atribuir *status* moral a um indivíduo.

O segundo objetivo, visa identificar a demanda social pela consideração moral aos animais não-humanos e suas influências nas organizações. A demanda social é analisada a partir da visão de especialistas no assunto, grupos de consumidores e do Estado, enquanto legislador, quais interesses e práticas apresentadas.

O objetivo seguinte, discutir o tratamento dado aos animais pelas organizações a partir da Ética Animal e *Dark Side* das Organizações. A partir dos relatos dos especialistas no assunto entrevistados é discutida a situação vivida pelos animais de consumo dentro da indústria. O pano de fundo para análise são os aportes teóricos da Ética Animal e do *Dark Side* das Organizações, como forma de dar visibilidade ao tema.

O quarto objetivo, foi examinar as estratégias das organizações para responder as demandas sociais por consideração moral aos animais não-humanos. As estratégias de comunicação utilizadas para o público externo (consumidor, sociedade, Estado) foram analisadas a partir da analise de comunicações oficiais das empresas da indústria da carne e leite: comerciais de TV, vídeos institucionais, documentos e textos em seus sites, entre outros. Ressalta-se que representantes das empresas não foram entrevistados pois as mesmas não aceitaram participar da pesquisa.

O último objetivo específico foi ponderar sobre os obstáculos para a inclusão da consideração moral dos animais não-humanos pelas organizações. Considerando a situação das empresas, consumidores, legisladores e fiscalizadores, são apresentados os principais entraves para que os animais não-humanos possam ter seus interesses considerados moralmente.

Nas seções seguintes desse capítulo apresento o detalhamento dos procedimentos metodológicos desta tese.

2.1 ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA

A seguir, o quadro com a síntese metodológica da pesquisa com os objetivos específicos, método de pesquisa, instrumento de coleta de dados e o tratamento e análise dos doados. A metodologia será apresentada como foco na abordagem qualitativa. A análise dos dados foi realizada através de uma análise qualitativa de dados. No decorrer das próximas seções deste capítulo serão explicados com mais detalhes as etapas e as escolhas para as mesmas.

Objetivos específicos	Instrumentos de coleta de dados
1. Discutir os critérios utilizados para atribuir consideração moral	Entrevistas semiestruturadas
2. Identificar a demanda social pela consideração moral aos animais não-humanos e suas influências nas organizações.	Pesquisa documental
	Entrevistas semiestruturadas
3. Discutir o tratamento dado aos animais pelas organizações a partir da Ética Animal e Dark Side das Organizações	Pesquisa bibliográfica
	Pesquisa documental
	Entrevistas semiestruturadas
4. Examinar as estratégias das organizações para responder às demandas sociais por consideração moral aos animais não-humanos.	Pesquisa bibliográfica
	Pesquisa documental
5. Ponderar sobre os obstáculos para inclusão da consideração moral dos animais não-humanos pelas organizações.	Entrevistas semiestruturadas

Quadro 1 (2): Relação entre objetivos específicos e instrumentos de coleta de dados

2.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Diversas tradições de pesquisa invocam o titulo qualitativo, tendo em comum o pressuposto básico de que a investigação dos fenômenos humanos - saturados de razão, liberdade e vontade - tem características específicas: criam e atribuem significado às coisas e às pessoas nas interações sociais e estas podem ser descritas e analisadas, prescindindo de quantificações estatísticas (CHIZZOTTI, 2003). A pesquisa qualitativa é herdeira da crise histórica de identidade da pesquisa científica, representada pelo positivismo e métodos quantitativos (MATTOS, 2011), fator este um dos que ocasionou no Brasil o desenvolvimento dos estudos críticos (DAVEL; ALCADIPANI, 2003).

A partir de uma metodologia qualitativa não existe, a priori, a necessidade da busca pela generalização. A prática da pesquisa qualitativa não precisa usar e nem buscar o vocábulo generalização quando fora do paradigma empírico-positivista, pois está em outro contexto epistemológico (MATTOS, 2011). O termo “extrapolações contextualizadas” pode se aplica melhor do que generalização, de forma que o que aprendemos com uma situação particular podemos transferir para situações semelhantes (MERRIAM, 2002). A pesquisa

qualitativa consegue entender melhor processos humanos e sociais complexos, pois consegue uma análise mais rica e autêntica de experiência integrada a um processo lógico dedutivo (MATTOS, 2011).

Merriam (1998) afirma que a pesquisa qualitativa se baseia no pressuposto de que a realidade é socialmente construída, por isso, o interesse é voltado para entender como as pessoas constroem significados sobre o mundo e as experiências de vida. O mundo, ou realidade, não é um fenômeno mensurável fixo, único e consensual que é assumido na pesquisa positivista quantitativa, ao invés disso, há múltiplas construções e interpretações da realidade que estão em fluxo e que mudam ao longo do tempo. Dessa forma, é importante compreender as perspectivas dos envolvidos, descobrir a complexidade do comportamento humano, do contexto, e apresentar uma intepretação holística do que está acontecendo (MERRIAM, 2002).

Quanto ao tipo de pesquisa, neste trabalho foi realizada uma pesquisa qualitativa crítica, que Merriam (2002) identifica como aquela que examina e critica os pressupostos sociais, culturais e psicológicos que estruturam e limitam nossas maneiras de pensar e estar no mundo. O objetivo final deste tipo de crítica é libertar-nos dessas restrições, tornar-nos capacitados a mudar nosso contexto social e a nós mesmos (MERRIAM, 2002).

A pesquisa crítica questiona o contexto as relações de poder que promovem os interesses de um grupo enquanto oprimem os de outros grupos (MERRIAM, 2002). Já que existe nesse tipo pesquisa questões sobre a influência de raça, classe e gênero (e suas intersecções), posso aqui classificar este trabalho como uma **pesquisa qualitativa crítica animalista**[5], que posso definir por: **aquela que levanta questões de espécie (inclusão da consideração moral dos animais não-humanos) e suas intersecções com relações de poder e opressão.**

A estratégia de pesquisa utilizada no trabalho é a entrevista e a pesquisa documental, que estão entre as principais fontes de dados de uma pesquisa qualitativa. Segundo Merriam (2002), a utilização de duas estratégias aumenta a validade dos resultados. Neste trabalho, optei por realizar entrevistas semiestruturadas, onde a maior parte da entrevista é guiada por uma lista de perguntas a serem exploradas, e nem formulação exata nem a ordem das perguntas é determinada com antecedência (MERRIAM, 2002).

Sobre a pesquisa documental, a maioria dos documentos utilizados num estudo é

[5] O sufixo nominal *ista* está sendo utilizado aqui no sentido de *que pratica certo ofício*, *especialista* (FERREIRA, 2004).

produzida para um propósito diferente do estudo, mas podem ajudar o pesquisador a descobrir significados e *insights* relevantes para o problema de pesquisa. Na pesquisa qualitativa, os documentos analisados podem incluir desde materiais escritos, como jornais, revistas, diários, memorandos, relatórios, até materiais iconográficos, como fotografias e vídeos, corroborando e ampliando evidências de outras fontes de dados (MERRIAM, 1998; 2002).

Uma última questão, sobre a confiabilidade ou consistência da pesquisa. A replicação de um estudo qualitativo não produzirá os mesmos resultados, mas isso não desacredita os resultados de qualquer estudo em particular; pode haver inúmeras interpretações dos mesmos dados. A questão mais importante para os pesquisadores qualitativos é se os resultados são consistentes com os dados coletados. Dessa forma, a confiabilidade reside nos outros concordarem que, a partir dos dados coletados, os resultados fazem sentido, ou seja, eles são consistentes e confiáveis. Estratégias que um pesquisador qualitativo pode usar para garantir a confiabilidade são: triangulação, exame de pares, a posição do investigador e o rastro de auditoria (MERRIAM, 2002).

Conforme verificado a seguir, utilizei a triangulação, houve também uma preocupação com o detalhamento dos procedimentos metodológicos para facilitar o rastro de auditoria, meu posicionamento é expresso de maneira clara ao longo do trabalho e, por ser necessário sua defesa, está sendo submetido a avaliação de outros acadêmicos.

Na próxima seção apresento informações sobre as etapas de estruturação da pesquisa.

2.3 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Para o atingimento dos objetivos geral e específicos, a pesquisa foi realizada considerando as etapas a seguir.

1ª Fase – Delimitação do campo empírico: neste estudo foram selecionadas todas principais empresas da indústria da carne e leite, com atuação no Brasil, que tem propagandas em TV. Já que as empresas se negaram a participar das entrevistas[6], foi analisado seu

[6] A JBS (Friboi e Seara), Sadia e Piracanjuba responderam o contato realizado através do email. A Friboi informou que "todas as informações que temos disponíveis e que podemos passar" estão disponíveis no seu site. A Seara disponibilizou o site e disse que "as demais informações são confidenciais da empresa". A Sadia informou que os dados para fins acadêmicos estão no site. A Piracanjuba informou que "está empenhado em alguns projetos tratados como prioridade, o que os impede de oferecer atenção necessária [...] o que muito lamentamos". As demais empresas não responderam a solicitação.

posicionamento e discurso oficial a partir, principalmente, dos comercias de TV e demais vídeos institucionais. Dessa forma, a seleção das empresas seguiu os critérios previamente estabelecidos: 1) estar entre as maiores empresas do setor (utilizei dados do setor: Heinrich Boll Foundation, 2016 e Leite Brasil (2016)), 2) ter realizado propaganda, comerciais de televisão ou campanhas publicitárias nos últimos anos (entre 2000 e 2016). As marcas que atenderam ambos os critérios foram nove (sendo de 6 empresas diferentes): quatro da indústria de carne: Friboi e Seara (JBS), Sadia e Perdigão (BRF) e cinco da indústria de leite: Nestlé, Batavo e Parmalat (Lactalis), Itambé (participação acionária da JBS) e Piracanjuba (Laticínios Bela Vista).

Para escolha das outras organizações pesquisadas foi utilizado o seguinte critério: relacionamento e/ou conhecimento das atividades da cadeia produtiva das empresas que atuam com a venda de carne e leite. Os órgãos legisladores (MAPA) e fiscalizadores (MAPA e ADAGRO) por serem responsáveis pela criação e acompanhamento das normas de atuação das empresas foram incluídas na pesquisa. A WAP foi selecionada por ter relação com as empresas analisadas, em virtude de ministrar treinamentos de bem-estar animal e abate humanitário. Ela conhece a situação dessas indústrias, tem profundo conhecimento dos processos produtivos, além disso mantém parceria com o MAPA para atualizar os procedimentos técnicos, e com isso, conseguem uma certa isenção em relação as práticas das empresas analisadas. Por último, foi identificado em sondagem inicial na ADAGRO, que eles atendiam muitas demandas vindas do MPPE, que cumpre um papel de acionar o órgão fiscalizador a partir do recebimento de irregularidades não identificadas no processo de fiscalização.

2ª Fase – Coleta de dados: A decisão sobre os dados a serem coletados para a realização da pesquisa qualitativa é orientada para reunir um *corpus* de casos, materiais ou eventos de forma proposital, que permitam estudar o fenômeno de interesse de forma mais instrutiva (FLICK, 2009). A coleta de dados foi realizada a partir de triangulação dos seguintes tipos de instrumentos de coleta de dados: entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental.

Adota-se neste trabalho a triangulação, como ferramenta de validade interna da pesquisa (MERRIAM, 2002), pois não é apenas uma forma de validação cumulativa, mas um retrato mais completo e holístico, mediante o papel de integrar diferentes perspectivas do fenômeno em estudo (complementaridade), como forma de descoberta de paradoxos e contradições ou como forma de desenvolvimento, no sentido de utilizar sequencialmente os métodos para que o recurso ao método inicial informe a utilização do segundo método

(DUARTE, 2009).

De forma geral, a triangulação pode não chegar ao objetivo de retirar conclusões fidedignas, mas permitir investigadores mais críticos e céticos face aos dados coletados (DUARTE, 2009). Bauer e Gaskell (2008) concordam e acrescentam que a triangulação de perspectivas e métodos teóricos é um modo de institucionalização do processo de reflexão em um projeto de pesquisa. Denzin e Lincoln (2006) afirmam que a triangulação é uma tentativa de assegurar uma compreensão em profundidade do fenômeno em questão, não é uma estratégia de validação, mas uma alternativa para validação. Além da validade, o critério de confiabilidade também é abarcado por essa técnica (PAIVA JR.; LEÃO; MELLO, 2007).

A seleção dos documentos utilizados na pesquisa documental consistiu em escolher os seguintes materiais das empresas selecionadas: 1) Campanhas publicitárias, 2) *making of* de campanhas publicitárias, 3) vídeos institucionais postados no Canal oficial das marcas, no *Youtube* e 4) vídeos e matérias da mídia especializada relacionados com as campanhas e vídeos institucionais. Desses materiais foram selecionados apenas aqueles que tratam da temática de bem-estar animal ou sobre como os animais são tratadas pelas organizações.

Além disso, em cada uma das quatro organizações envolvidas com as empresas (MAPA, ADAGRO, MPPE e WAP) foram realizadas entrevistas com especialistas (todos os respondentes tem experiência significativa sobre a temática abordada), seguindo um roteiro semiestruturado, (Apêndice A) que passou por uma etapa de pré-teste antes de sua finalização. Foram realizadas antecipadamente as entrevistas, a análise de documentos e informações sobre as organizações, obtidos mediante consulta ao site e notícias divulgadas na internet. Essa análise serviu para adicionar perguntas de acordo com as especificidades de cada organização ou indivíduo, além de outros questionamentos que foram realizados no transcorrer das entrevistas. A escolha das pessoas participantes da entrevista foi feita a partir da disponibilidade para responder. Foram identificadas as pessoas que poderiam responder (com atuação e conhecimento do assunto) e solicitada sua participação. Aquelas que responderam afirmativamente foram entrevistadas. Alguns entrevistados foram indicadas por colegas também entrevistados.

A partir dos objetivos (geral e específicos) deste trabalho, foram identificados os termos e conceitos cujas definições seriam necessárias para a realização da pesquisa. O roteiro da entrevista semiestruturado foi criado a partir da elaboração de categorias teóricas ou variáveis, que derivaram da escolha das definições constitutivas (DC) e operacionais (DO). As definições constitutivas e operacionais dos termos ou variáveis utilizadas em um trabalho de pesquisa são elementos importantes para a avaliação do rigor da pesquisa qualitativa

(VIEIRA, 2006). A definição constitutiva (DC) deve emergir da fundamentação teórica utilizada, e se refere ao conceito determinado por algum autor da variável ou termo que será utilizado na pesquisa. A definição operacional (DO) representa a operacionalização da definição constitutiva e se refere a como a variável ou termo será identificado, verificado ou medido na prática (VIERA, 2006).

Apesar de aparentar que essas definições foram elaboradas anteriormente ao campo, e inicialmente foram feitas sim! as entrevistas e análises contribuíram para ajustes importantes nessas definições. Dessa maneira, a escolha das DCs e DOs contemplaram o alcance dos objetivos gerais e específicos. Em seguida, elaborei perguntas que pudessem ser úteis para trabalhar com cada uma dessas categorias e, consequentemente, objetivos. Criei um quadro comparativo de objetivos e perguntas (Apêndice B) para o mostrar a relação entre objetivos, categorias, subcategorias e perguntas correspondentes. Esse quadro facilitou o processo de análise dos dados.

Algumas entrevistas foram realizadas frente-a-frente com os entrevistados e outras foram realizadas via Skype (programa de conversa online), em virtude de estarem em cidades distantes. As entrevistas, que duraram entre 1 hora e 1 hora e 30 minutos cada, foram gravadas, com autorização dos respondentes, para a posterior transcrição. A todos os entrevistados foi oferecido a entrega da transcrição para que confirmassem as informações dadas e fizessem os ajustes que achassem necessário. A maioria das entrevistas foram realizadas em áudio, mas algumas foram feitas em vídeo. Durante as entrevistas foram feitas anotações de alguns aspectos de maior relevância na fala, seja entonação, silêncio, gestos mais bruscos, etc. As entrevistas foram realizadas entre os meses de outubro e novembro de 2016. O critério para término das entrevistas foi a saturação, ou seja, quando você começa a ouvir as mesmas coisas e não aparecem novas informações (MERRIAM, 2002).

Além das entrevistas com os representantes dessas organizações, foram consultados documentos – dessas organizações, ou de outras –, a maioria deles mencionados durante a conversa. Esses documentos foram consultados como forma de aprofundar, complementar ou conferir informações.

A fim de preservar a identidade das pessoas entrevistadas, foram adotados aleatoriamente nomes fictícios de animais para se referir a elas, conforme quadro abaixo. Nessa relação os nomes foram escolhidos de forma a não identificar o gênero dos respondentes, através da utilização de um substantivo epiceno. A identificação de gênero na construção do texto da análise é identificada como comumente se utiliza para identificar o animal e não existe uma relação com o gênero do entrevistado, um exemplo: costuma-se

chamar a águia, mas não significa dizer que o entrevistado é do gênero feminino, **propositalmente fiz trocas**. O perfil também deixa em aberto essa situação, ou seja, tanto podem ser homens ou mulheres. Muitos assuntos delicados foram abordados, então em virtude do teor de determinadas falas, algumas informações não tiveram identificados nem os nomes fictícios dos respondentes, como forma de resguardar ainda mais sua identidade.

Nome fictício	Perfil	Formação
Águia	Promotor(a) MPPE	Direito
Condor	Fiscal ADAGRO	Medicina Veterinária
Esquilo	Fiscal MAPA	Medicina Veterinária
Foca	Fiscal MAPA	Medicina Veterinária
Gavião	Gerente da WAP	Zootecnia
Onça	Fiscal ADAGRO	Medicina Veterinária
Panda	Fiscal ADAGRO	Medicina Veterinária
Tartaruga	Promotor(a) MPPE	Direito
Tigre	Fiscal MAPA	Zootecnia
Zebra	Fiscal MAPA	Medicina Veterinária

Quadro 2 (2): Relação de pessoas entrevistadas

O perfil dos entrevistados é de 50% mulheres, 50% homens. Entre as formações profissionais temos 60% médicos veterinários, 20% zootecnistas e 20% bacharéis em Direito. 30% com doutorado em suas respectivas áreas, 20% com especialização e o restante apenas com graduação. Faixa etária: 50% entre 30 e 40 anos de idade, 20% entre 40 e 50 anos, e 30% com mais de 50 anos de idade. 7 deles são Auditores Fiscais (em instâncias e localidades diversas), 2 promotores de justiça e 1 gerente de campanhas. Dos entrevistados uma consome apenas leite e laticínios (é ovo-lacto-vegetariana), todos os demais são consumidores da indústria da carne e leite. Tempo médio de empresa: 15 anos.

Conforme perfil acima, é bom esclarecer que os respondentes, em sua maioria, têm um perfil diferente de boa parte da população. A maioria tem uma formação acadêmica que envolve o trato com os animais, o seu trabalho, em maior ou menor grau, envolve lidar com eles, muitos têm pós-graduação (especialização e doutorado) nessa área. Dessa forma, esse contexto influencia na visão que eles têm sobre consideração moral aos animais não-humanos e possibilita talvez que essa consideração seja maior do que da população brasileira de uma forma geral. A resposta deles não busca ser representativa de nossa sociedade, mas ao mesmo tempo, considerando que existe uma tendência de crescimento, como ocorre em outros países

(como vamos verificar mais a frente, em especial na União Europeia), eles podem configurar parte de um grupo que é formador de opinião.

3ª Fase – Análise dos dados: na pesquisa qualitativa, a análise de dados é simultânea com a coleta de dados. Ou seja, se começa a analisar dados com a primeira entrevista, a primeira observação, o primeiro documento acessado no estudo. A coleta e análise simultânea de dados permite que o pesquisador faça ajustes ao longo do caminho, até mesmo ao ponto de redirecionar a coleta de dados, e "testar" conceitos emergentes, temas e categorias contra dados subsequentes. (MERRIAM, 1998; 2002).

Além das observações dos aspectos mais importante ao longo das entrevistas, após o término de cada uma, fiz anotações de aspectos relevantes, conexões com outras entrevistas ou teoria. Essa análise fez com que assuntos fossem incluídos ou melhor detalhados na fundamentação teórica, revisse categorias e informações nas definições constitutivas e operacionais, além de também possibilitar a inclusão de perguntas nas entrevistas seguintes, com o objetivo de analisar melhor alguns temas ou assuntos e aprofundar novas questões emergentes (isso ocorreu, por exemplo, com a questão da influência da formação acadêmica na percepção do animal, nos motivos do não interesse das empresas divulgarem práticas de bem-estar animal, entre outras).

A análise de dados é essencialmente uma estratégia indutiva. Começa-se com uma unidade de dados (qualquer palavra significativa, frase, narrativa, etc.) e compara-a com outra unidade de dados, e assim por diante, enquanto procuramos padrões comuns nos dados. Esses padrões são dados nomes (códigos) e são refinados e ajustados conforme a análise prossegue. Eles podem ter a forma de descrições, temas ou categorias. Criar categorias é um processo intuitivo, porém orientado para o objetivo do estudo e baseado no conhecimento do pesquisador (MERRIAM, 1998; 2002).

A análise da pesquisa foi realizada a partir de uma análise qualitativa de dados, que se caracteriza por buscar uma apreensão de significados na fala dos sujeitos, interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem conceitual (teoria) do pesquisador, trazendo à tona, na redação, uma sistematização baseada na qualidade (ALVES; SILVA; 1992). As recomendações apresentadas por Merriam (2002) para essa análise são: o que se espera como resultado de uma pesquisa qualitativa é uma descrição rica, robusta e sua interpretação. Para demonstrar que as análises e conclusões fazem sentido é necessário ao menos que sejam apoiadas pelos dados brutos, através da apresentação de citações dos entrevistados, referências de documentos de apoio. É importante que além da citação, que representa a descrição, é importante que sejam incluídos comentários para o leitor se essas

citações são típicas dos dados como um todo além de outros comentários interpretativos. Esses comentários apontam os detalhes que são salientes para o autor e para interpretações de significados do mesmo (MERRIAM, 2002).

Quando de uma descoberta maior ou *insight* único é recomendado mais de uma citação de participante para comprovar sua presença nos dados e, por outro lado, a apresentação de dados de apoio não deve ser tão longa ou densa causando a perda de interesse do leitor. Como não há diretrizes consensuais sobre o equilíbrio adequado entre o particular e o geral, entre descrição e análise, o leitor faz o julgamento sobre se há dados "suficientes" para apoiar a interpretação do autor. O balizador é se o leitor está persuadido de que os achados fazem sentido à luz dos dados apresentados (MERRIAM, 2002).

Ao longo da construção da fundamentação teórica e depois de imerso no campo, identifiquei alguns conceitos e autores que conseguiam explicar melhor o fenômeno estudado. Dessa maneira, em especial, Melanie Joy (2012; 2014) e Van Dijk (2006; 2010) foram utilizados como base teórico-metodológica. Existem várias aproximações entre ambos os autores, principalmente na utilização de conceitos e categorias centrais como ideologia, modelos ou esquemas mentais. É compartilhada entre os autores a visão da ideologia numa perspectiva crítica (EAGLETON, 1997), onde ocorrem lutas entre a ideologia dominante e as que tentam sobrepuja-la. Intentam a transformação social, através da compreensão, desvelamento e, oposição à desigualdade social (DIJK, 2010) e questões de espécie (JOY, 2014). Mesmo que ambos considerem a ideologia como algo que influencia sobremaneira o comportamento individual, eles enxergam possibilidades do indivíduo ter autonomia, e portanto, ter certo controle sobre a formação e mudança de suas opiniões (DIJK, 2006). Os modelos mentais pessoais influenciam e são influenciados pelo social (DIJK, 2006; JOY 2014) somados a linguagem e o discurso, juntamente com o contexto tem um papel fundamental na produção e reprodução das ideologias (DIJK, 2006; 2010).

Dessa forma, os aspectos citados acima e apresentados com mais detalhe na fundamentação teórica, compõe o arcabouço utilizado para análise qualitativa dos materiais (entrevistas, documentos) pesquisados em campo.

Foram seguidas seis fases: 1) realização das transcrições das entrevistas; 2) análise do significado conteúdo da fala, observando-se como se desenvolveu o contexto do diálogo e buscando o significado nuclear da resposta, 3) classificação dos aspectos mais relevantes vinculando as definições constitutivas e operacionais mais adequadas; 4) a montagem de consolidação das falas, mediante montagem de uma "matriz de consolidação"; 5) a análise dos conjuntos, onde são finalizados os resultados gerais da análise: a) busca de identificação

de “respostas retardadas” ou “antecipadas”; b) visualização dos fatos em evidência relativos a cada pergunta; c) “pairando meditativamente” sobre o conjunto das respostas (adaptado de MATTOS, 2005 p. 840-842); 6) discussão dos resultados identificados à luz da fundamentação teórica utilizada.

Antes da análise dos dados foi criado (e modificado ao longo da análise) gráfico com a estruturação das relações entre os objetivos específicos e as categorias de análise, para que ficassem mais claras as relações entre cada tema específico e facilitassem a análise. Essa estruturação é dividida em 3 níveis, que consideram no primeiro os objetivos específicos, no segundo as categorias ou divisões dos objetivos específicos, e na última as divisões das categorias, ou subcategorias. O gráfico encontra-se apresentado na Figura 1 (2), a seguir.

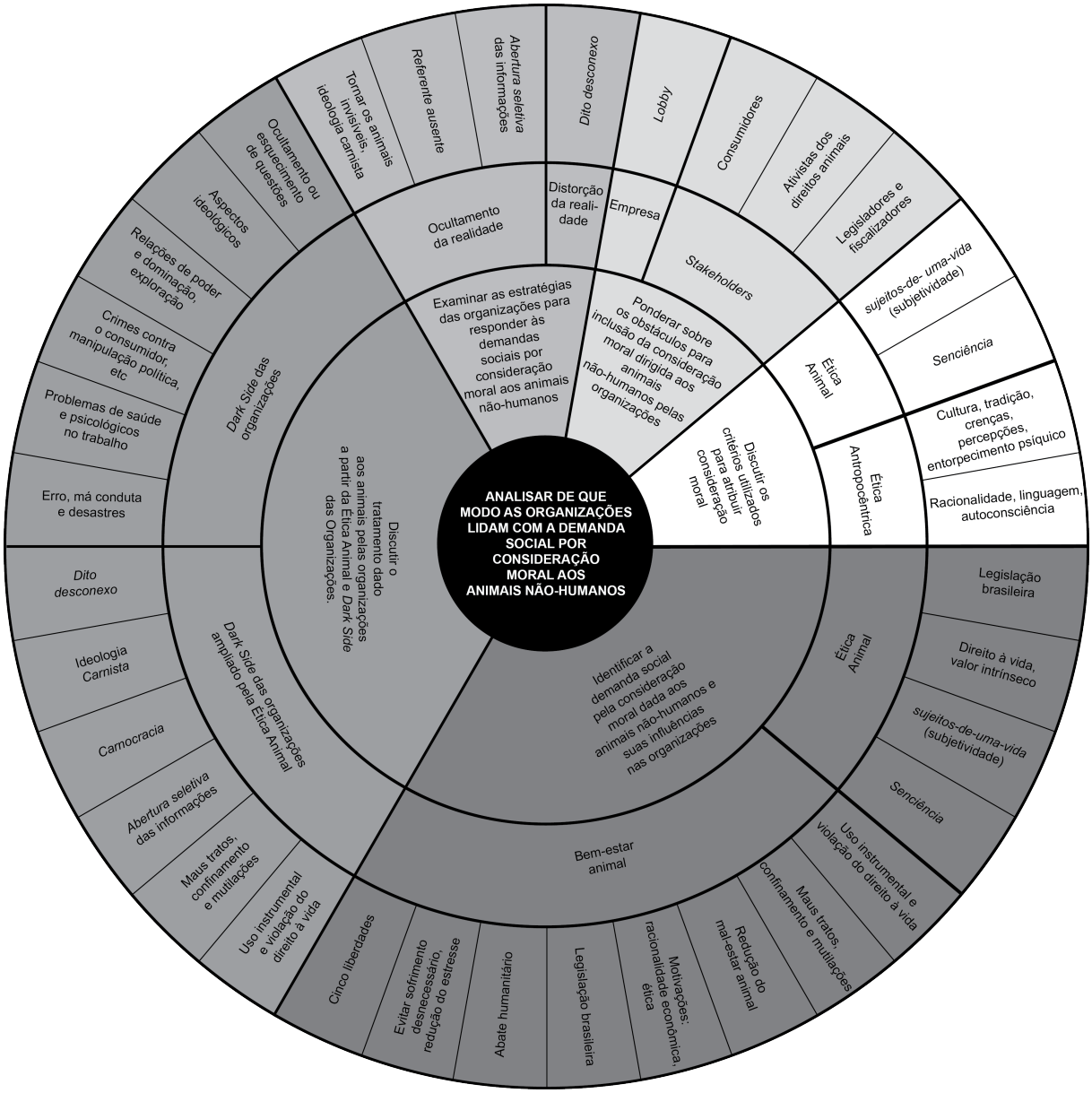

Figura 1 (2): Estruturação das relações entre os objetivos específicos e as categorias de análise
Fonte: Elaborado pelo autor

Para recortar os trechos mais importantes das transcrições e organizar a análise dos dados foi criada uma planilha de Sistematização da Análise de Dados (Apêndice C), funcionando como uma "matriz de consolidação". Nela, além dos trechos de transcrições, existe um espaço para anotar insight/comentário correspondente a cada fala. Foi elaborado um arquivo para cada um dos 5 objetivos. Dentro desse arquivo, várias pastas de trabalho foram criadas, cada uma com uma ou mais de uma subcategoria correspondente ao detalhamento das definições operacionais. Para exemplificar, conforme o gráfico acima, o objetivo 1: Discutir os critérios utilizados para atribuir consideração moral, das 4 subcategorias foram criadas 3 pastas: uma para cada uma das subcategorias da ética antropocêntrica e outra unindo as duas subcategorias da ética animal. O dimensionamento da quantidade de pastas foi relacionado a quantidade de dados sobre as subcategorias, quando elas tinham poucas informações, eram agrupadas.

Essa planilha foi muito importante para que eu pudesse a) colocar junto as "respostas retardadas" e "respostas antecipadas", o que possibilitou que elas fossem analisadas em conjunto com as respostas "no tempo certo", b) facilitar a visualização das respostas, com os comentários ao lado, onde puderam ser digitados os núcleos centrais, podendo fazer classificações e ter uma visão geral e c) preparar a discussão dos resultado à luz da teoria, já que as definições operacionais (teóricas) estavam relacionadas na planilha.

Nos próximos capítulos apresento a Fundamentação Teórica e os Resultados da análise de dados da pesquisa. No final da Fundamentação Teórica apresento, como forma de resumo teórico, as definições constitutivas e operacionais desenvolvidas.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo está dividido em cinco tópicos, que abordam os principais conceitos que foram utilizados para construir a proposta teórica e empírica desta tese: O *Dark Side* das Organizações, Ética antropocêntrica e suas possibilidades de ampliação, A ética animal e sua influência sobre as organizações, O Encontro entre o *Dark Side* das organizações e a Ética Animal e se encerra com o mapeamento das definições constitutivas e operacionais deste trabalho. Na primeira parte apresento uma revisão sobre os conceitos centrais do *Dark Side* das organizações e sua relação com a ética organizacional. No tópico seguinte, a Ética Antropocêntrica, hegemônica em nossa sociedade, é apresentada, com a indicação de suas fragilidades e possibilidades de ampliação, onde apresento uma visão geral e conceitos chaves da Ética Animal como uma das alternativas possíveis. Adiante, na terceira seção, entro mais especificamente nas influências da Ética Animal para as organizações, casos e repercussões nas empresas e principalmente porque podemos considerar que existe um *Dark Side* das organizações no trato com os animais. Em seguida, O Encontro entre o *Dark Side* das organizações e a Ética Animal, apresento uma contribuição teórica sobre a interação entre esses dois campos e onde a Ética Animal pode colaborar para iluminar esse lado sombrio. Por último, as definições constitutivas e operacionais, que relacionam, de maneira resumida, os conceitos e aspectos centrais da fundamentação teórica que utilizo para a análise dos dados.

3.1 O *DARK SIDE* DAS ORGANIZAÇÕES

Trevas e luz têm historicamente servido como metáforas para as variações da condição humana, seus estados de consciência, seus mais profundos desejos instintivos e os limites entre a vida e a morte. Parece irônico que o campo da organização e os estudos organizacionais só recentemente começaram a utilizar a metáfora do lado sombrio (*dark side*) para sinalizar uma nova preocupação com as questões que têm sido tradicionalmente esquecidas, ignoradas ou suprimidas em nossa área (LINSTEAD, MARÉCHAL e GRIFFIN, 2014).

Durante muito tempo, a fonte de todos os males que assolam as organizações foi tida como algo externo a ela, e o ambiente econômico ganhou essa responsabilidade (LINSTEAD;

MARÉCHAL; GRIFFIN, 2014). Conforme os autores, a marginalização dos elementos negativos, que passaram a ser tratados como externo ou externamente impulsionados, foi reproduzida na teoria organizacional dominante. Apenas nas duas últimas décadas, o lado sombrio tem sido reconhecido não apenas como um fenômeno "lá fora", que colide com a ação organizacional, mas um interior sombrio dentro dos limites e práticas organizacionais.

O *dark side* (DS), ou o lado sombrio, ou sombra das organizações, é onde "encontram-se todos os opostos reprimidos da racionalidade, que lutam para emergir e mudar a natureza da racionalidade que está sendo praticada" (MORGAN, 1996 p. 231). Nas organizações, segundo Weber, quanto mais a burocracia progride, mais perfeitamente ela consegue suprimir todas as qualidades humanas que fogem ao raciocínio técnico (MORGAN, 1996). Mas Morgan (1996) afirma que Jung considerava que essas qualidades ("irracionais") não podem ser eliminadas, mas apenas afastadas, e continuam em conflito procurando modificar o outro lado ("racional"). Tanto quanto o inconsciente do indivíduo luta para conseguir unidade com o ego,

> o inconsciente sombrio de uma organização também pode ser visto como algo que implora reconhecimento, avisando-nos que o desenvolvimento de um aspecto da nossa humanidade, ou seja, a capacidade de exercer raciocínio técnico frequentemente violenta outros aspectos. As patologias e alienações encontradas nos contextos organizacionais, dentro de uma visão jungiana, podem ser interpretadas como manifestações dessa integração essencial da psique [...] Isto pode ser observado, em grande parte, nas políticas não oficiais que moldam a vida da organização e também no stress, na mentira, fraude, depressão e atos de sabotagem (MORGAN, 1996 p. 231-232).

Os estudos sobre o *Dark Side* das organizações são consideravelmente amplos e complexos. Segundo Vaughan (1999) os pesquisadores têm estudado o lado sombrio por algum tempo, embora não tenham, necessariamente, nomeado como tal. Vaughan (1999) dá sua contribuição seminal aos estudos do *Dark Side* das organizações, identificando e categorizando sistematicamente através de uma investigação sociológica histórica e contemporânea, para legitimar um enquadramento teórico dos estudos díspares do lado sombrio da organização (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014). Aspectos não intencionais que aparecem como desfecho secundários ou efeitos colaterais do sistema, o que Merton denomina de "não-conformidade de rotina", podem ter como resultados adversos cumulativos: erro, má conduta e desastres (VAUGHAN, 1999).

Griffin e O'Leary-Kelly (2004) similarmente apresentam uma gama de contribuições psicológicas contemporâneas sobre o lado sombrio do comportamento organizacional, e classificam os comportamentos do DS em duas grandes categorias: as que prejudicam os outros e aquelas que prejudicam a organização. A primeira, as que prejudicam os indivíduos,

pode ser apresentada em: a) os outros (prejudiciais ao bem-estar humano, tais como o abuso verbal e psicológico, violência física, assédio sexual e práticas de trabalho inseguras, escravidão moderna) e b) a si mesmo (comportamentos autoprejudiciais, tais como o abuso de álcool, tabagismo e práticas específicas de trabalho inseguras). Aquelas que prejudicam a organização se dividem em: a) custos específicos e mensuráveis (absenteísmo, *turnover*, roubo ou destruição de ativos da organização ou propriedade, e violações de leis, códigos e regulamentos), b) custos financeiros incalculáveis (comportamento político destrutivo, comportamentos inadequados de gestão de impressão, quebra de sigilo, desempenho abaixo do ideal sustentado)**.**

Em torno destes marcos, uma série de estudos tem revelado explicitamente o lado sombrio das organizações (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014). Muitos aspectos foram adicionados ao fenômeno do DS, o que ampliou sua complexidade. Além dos fatores não intencionais apresentados por Vaughan (1999) os comportamentos intencionais foram inseridos como fazendo parte do DS, dessa maneira, os crimes corporativos começaram a configurar com um aspecto importante dos estudos (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014).

Além da intencionalidade as motivações das ações foram incluídas e classificadas: causadas desde negação e hostilidade (resistência) a compromisso e engajamento. Os favorecidos: para beneficiar o indivíduo, a organização ou prejudicar o outro. Junto com as condições estruturais, foram inseridas as dimensões individuais, enraizadas em uma escuridão interior da psique humana, que têm sido ligadas à violência organizacional, à discriminação e à vitimização (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014).

Apesar de inicialmente ser estudado no campo funcionalista da sociologia, o fenômeno do DS pode ser pesquisado também por uma abordagem crítica, tal como estou realizando. Essas tendem a se concentrar em questões de poder, dominação, exploração e resistência com uma preocupação implícita ou explícita para a emancipação (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014). Nessa visão o DS entende algumas (grandes) organizações como perigosas para a sociedade: pois realizam ações com impactos negativos ou nocivos que podem abranger consumidores, trabalhadores, meio ambiente e comunidades através de relações de dominação, e em nome de seus interesses (MEDEIROS, 2015; 2013).

Linstead, Maréchal e Griffin (2014) afirmam que o lado sombrio consiste em situações em que as pessoas machucam outras pessoas, as injustiças se perpetuam e são ampliadas, e a busca de riqueza, poder ou vingança levam as pessoas a comportamentos que os outros só conseguem ver como antiético, ilegal, desprezível, ou repreensível. Os autores complementam

que o *dark side* abrange um conjunto de características como a violência no local de trabalho, estresse, agressão, violência doméstica impactando o local de trabalho, discriminação, assédio sexual, sexualidade, política, negócios secundários, carreirismo e gerenciamento de impressão, o contrato psicológico, abuso de drogas, a retaliação, incivilidade e roubo. Investigar o lado sombrio pode contribuir para mudança dessas percepções e incentivar intervenções diferentes (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014).

Morgan (1996) afirma que o trabalho de Jung mostra que as sombras reprimidas nas organizações são como um reservatório para as forças reprimidas e subvalorizadas. Ao reconhecer e lutar com os recursos desse reservatório, podemos despertar novas fontes de energia e criatividade, tornando essas instituições muito mais humanas, vibrantes, mais moralmente preocupadas e responsáveis do que são (MORGAN, 1996). Questiono se os dirigentes nas organizações terão interesse (e como) em reconhecer os aspectos desconsiderados pela sua racionalidade econômica.

Segundo Medeiros (2015), no centro das reflexões sobre o *dark side*, inserem-se os crimes corporativos. Para a autora (p. 206), "é nesse espaço sombrio que as intersecções entre o poder, a dominação e a ideologia potencializam as formas de exploração e dominação", no âmbito do trabalho, consumo, meio ambiente, instituições ou governos. A autora define crime corporativo como:

> uma ação ou omissão ilegal ou socialmente prejudicial e danosa contra o indivíduo ou a sociedade, produzida na interação de atores envolvidos em estruturas organizacionais e interorganizacionais na busca de objetivos corporativos de uma ou mais corporação de negócios, resultando em prejuízos imateriais ou materiais aos seres vivos e às atividades humanas. Assim, o crime corporativo pode ser um ato voluntário e consciente, bem como o agir negativo, a negligência, o não fazer aquilo que é devido, provocando prejuízos a indivíduos e à sociedade de forma mais ampla (MEDEIROS, 2013, p. 59-60).

A autora entende que o conceito de crimes corporativos se estende à vida, de uma forma geral, não apenas a vida humana (MEDEIROS, 2013). O crime corporativo decorre de decisões tomadas para alcançar os objetivos organizacionais, em nome da racionalidade que expressa os interesses dos grupos dominantes, não havendo um questionamento sobre seus efeitos e consequências, seja por ilegalidade, negligência, omissão ou má conduta (ALCADIPANI; MEDEIROS, 2014). Para esses autores, que nesse texto analisam os crimes corporativos à luz do conceito de *Banalidade do Mal* de Hannah Arendt, esses crimes não causam mais espanto: é um fato banal, são cometidos "como se fosse algo comum". Os crimes quando são resultados de decisões tomadas para alcançar objetivos corporativos, procedimentos operacionais, padrões e normas culturais da organização, sendo intencionais,

não podem ser explicados como uma fatalidade, ou incidente. “A conduta dos indivíduos é incentivada pela estrutura e regras e planos que os tornam incapazes de criticar e prever as consequências dos seus atos e se traduz na banalidade do mal” (ALCADIPANI; MEDEIROS, 2014 p. 228).

Com o esforço de unificar em um mesmo campo teórico questões tão dispares, mesmo que reduza a complexidade da área, posso afirmar que o *Dark Side* abrange os subprodutos negativos de atividades organizacionais (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014) resultados de ações não-intencionais (VAUGHAN, 1999) ou mau comportamentos: antiético, ilegal, desprezível, ou repreensível (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2010),

Para nosso estudo, em específico, vou abordar essas ações prejudiciais, intencionais ou não, ocultas ou esquecidas, vinculadas a questões éticas e ideológicas, a partir de uma perspectiva crítica. Em especial, os aspectos mais relacionados com a Ética Animal, estão listados abaixo (e serão desenvolvidos ao longo do texto) a partir de uma relação mais extensa, apresentada como temas do DS por Linstead, Maréchal e Griffin (2010 p. 998):

- Abuso de poder, agressão, intimidação, extorsão, violência, suicídio, assassinato.
- Crimes corporativos (corrupção, crimes contra o consumidor, suborno, fraudes, crimes ambientais e crimes contra o trabalhador);
- Conspiração e manipulação política (articulações entre governos e corporações);
- Mentir, gerenciar impressão, fofocas e boatos, enganar, roubar
- Aspectos organizados de tragédias humanas - guerra, genocídio, exploração e deslocação de populações indígenas por projetos de "desenvolvimento" - desastres ambientais e capitalismo de desastre.

Para estudar de maneira mais ampla os fenômenos do lado sombrio das organizações, tem sido utilizada uma gama de abordagens críticas, que incluem perspectivas marxistas, pós-marxistas e pós-coloniais (LINSTEAD, MARÉCHAL e GRIFFIN, 2014). Peci e Alcadipani (2006) salientam que os estudos críticos podem contribuir para o grau de abertura do campo, pois expõem as faces ocultas, as estruturas de controle e de dominação e as desigualdades nas organizações, ou seja, mostram que as coisas não são necessariamente aquilo que aparentam no âmbito da gestão.

A discussão sobre o *dark side* das organizações envolve diretamente questões éticas, e parte de pontos de vista distantes da consciência dominante e de um pensamento harmonioso dentro de nosso campo. O entendimento de que algo faz parte ou não do *dark side*, além de algumas situações de (i)legalidade, significa dizer que existe um juízo de valor indicando

comportamentos ou resultados eticamente (in)desejados. Quando discutimos com maior profundidade os aspectos éticos, contextualiza-se e detalha-se melhor seu impacto sobre os aspectos do *dark side* das organizações. Na próxima seção, discuto um pouco mais sobre a ética organizacional e suas implicações para o *dark side* das organizações.

3.1.1 A ética organizacional e o *Dark Side* das organizações

Na área da ética empresarial, ao invés das demandas morais da sociedade gerarem um caminho de questionamento ético ao mundo das empresas, resultou com essas últimas ditando sua "ética" para a sociedade (MEIRA, 2010). Freitas (2005) afirma que, geralmente, o mau comportamento nas empresas é considerado como "natural" e existente desde o início dos tempos. A autora afirma que é evidente que tratar algo como "natural" e atemporal não acrescenta nada à discussão. As organizações buscam sempre um comportamento ideal controlado, mas elas mesmas criam determinadas condições que favorecem comportamentos reprováveis e imorais ou são negligentes para com eles, especialmente, se o autor for alguém que prive de certos privilégios ou apresente bons resultados quantitativos (FREITAS, 2005). As práticas convencionais das empresas se tornam modelo ético, a ética sucumbe aos negócios, e a visão pragmática hegemônica triunfa (MEIRA, 2010).

Dessa forma, existe um círculo que enclausura a crítica ética, pois ela, sendo feita sob medida para as empresas, perde sua função crítica, "Por isso, não se deve depositar uma fé exagerada na crítica que esta ética produz, ela será forçosamente uma crítica comportada – nos dois sentidos da palavra, ao mesmo tempo reprimida e abarcada pelo objeto visado" (MEIRA, 2010, p. 132).

Para Meira (2010), a reflexão ética é muito mais importante do que os resultados que venham a produzir, ela vai além das prescrições sobre o certo e o errado e excede a descrição das convenções sociais. A ética empresarial não pode ser tributária de sua ampla aceitação pelas Escolas de Administração, e nem mesmo depender da efetiva transformação dos negócios (MEIRA, 2010).

O comportamento ético é uma exigência de nossa sociedade, que sofre de profundo mal-estar das consequências do triunfo da racionalidade instrumental. Para que as organizações não mudem nada na ordem das coisas, mas consigam legitimidade social, é necessário que o seu discurso ético seja aceito como o oficial. Para tanto, a ética, que analisa as relações entre os seres morais, é deslocada e acaba praticamente se limitando apenas aos

impactos dos indivíduos sobre a organização, e se impondo, de dentro para fora, sobre a sociedade (ENRIQUEZ, 1997). Percebe-se que, se a ética empresarial se afirma pela moralização dos negócios, é a moral da gerência seu lugar de destino. Dessa forma, a autonomia gerencial sendo o núcleo da doutrina, não parecerá espantoso que a palavra ética seja utilizada como argumento de legitimação do poder e o controle gerencial acabe sendo oferecido como solução moral (MEIRA, 2010).

Em vários casos, algumas empresas conseguem fazer crer a seus membros e à sociedade, que ela é virtuosa, que considera os seres humanos, suas opiniões e sua vida e que ela pode ser, o polo idealizado por excelência. As empresas se transformam no novo sagrado, novo totem, e se tornam responsáveis (ilimitadamente) pelo desenvolvimento econômico, social, psicológico e cívico da nação (ENRIQUEZ, 1997). Estamos vivendo numa Sociedade de Organizações (PERROW, 1991), uma sociedade orgocêntrica (EGRI; PINFIELD, 1998) onde as (grandes) organizações se transformam cada vez mais no centro das atenções e do poder.

Nas empresas, de uma forma geral, existe uma abordagem ética de atuação instrumental e estratégica, centrada nos resultados financeiros (KREITLON, 2004). Em boa medida, as respostas organizacionais limitam-se ao que é lei e não necessariamente são morais, ou seja, não estão relacionadas com valores como a dignidade, equidade, integridade e honestidade (FREITAS, 2005). No Brasil, ética e legalidade se confundem e ética é sinônimo de respeito à lei, mas, com isso, também existe a ideia de que, se não houver condenação legal, não houve prática antiética (SROUR, 1994). Para Freitas (2005), os valores "morais" de algumas organizações são conciliados com resultados voltados para o seu sucesso e buscam evitar um comportamento que a sociedade possa considerar imoral ou que seja "duvidoso", e não levante interesse da mídia. Trata-se de uma ética que vem por imposição de fora, ideológica, que tem o objetivo de evitar ações que possam prejudicar-lhe a imagem ou imbróglios jurídicos, e incorporar a "novidade" como forma de melhor gerir os negócios (FREITAS, 2005). Ou seja, nessas situações, não é uma decisão ética, é apenas uma decisão estratégica.

Diante desse contexto, e a partir de uma perspectiva crítica, é necessário expor as faces ocultas, as estruturas de controle e de dominação e as desigualdades nas organizações. Mas esse é apenas um primeiro passo, fundamental no compromisso com mudanças possíveis para a ampliação do potencial emancipatório humano.

Atualmente, na produção acadêmica nacional, costuma-se enxergar a questão da ética empresarial, em especial, por duas maneiras distintas. Na primeira, o ambiente organizacional

é, em grande medida, avesso a comportamentos éticos, e, além disso, ele amplia a possibilidade de comportamentos antiéticos (BERTERO, 2012). A partir dessa perspectiva, o comportamento antiético habita as organizações, e deve-se (ou não) fazer um esforço para não cair em tentação.

Na outra maneira, num ambiente que vive de exploração e objetificação do ser humano, só pode existir uma "ética menor" (FREIRE, 1996) aceita por questões ideológicas. Em um ambiente no qual a ética empresarial resulta da predominância da racionalidade instrumental, os indivíduos sempre serão meios, instrumentos (ENRIQUEZ, 1997). O problema não estaria em cumprir os códigos e leis definidos, pois em si já existe uma relação assimétrica de poder e dominação.

No primeiro caso, os acadêmicos acabam por legitimar uma "ética" econocêntrica (BARRETO, 2016), em que é socialmente aceito que, se não aparecerem os excessos da visão capitalista, não existe problema numa preocupação principal com o lucro e uma racionalidade econômica, mesmo que essa imponha relações desiguais. A postura assumida é de que a ética ajuda a consolidar uma imagem positiva perante clientes e funcionários, o que, por sua vez, é fundamental para a perenidade da empresa (MOREIRA, 2000). A partir dessa visão, o sucesso é o que conta, variando de empresa para empresa um enfoque maior no curto ou no longo prazo. "O discurso majoritário destas empresas não passa perto da ideia bíblica de que uma mão não deve saber o que a outra está ofertando" (MOREIRA, 2000 p. 7). Não é uma visão ética, é uma utilização estratégica. Essa abordagem utilizada pelas empresas recentemente, classificada como Gestão de Questões Sociais, é de cunho instrumental, voltada para a gestão estratégica das questões éticas e sociais (KREITLON, 2004), legitimando as grandes empresas e desprezando a dimensão pública e o Estado (FARIA; SAUERBRONN, 2008)

Segundo Kreitlon (2004), a ênfase dessa abordagem é afirmar que "a ética é um bom negócio", não fazendo mais do que adaptar as teses econômicas neoclássicas às últimas tendências de gestão estratégica. Essa abordagem é resultado da preocupação, nos círculos gerenciais, em amenizar (e transformar em vantagem competitiva) os inevitáveis e crescentes conflitos inerentes às interações entre empresa e sociedade (KREITLON, 2004).

Os críticos dessa abordagem (ver MEIRA, 2010; FREITAS, 2005; ENRIQUEZ, 1997) primam por uma ética humanista, que não subordinam as pessoas ao econômico, e, com isso, não as transformam em objetos. Dentro dos estudos organizacionais sobre ética, existem diversos trabalhos com uma postura crítica quanto a exortação do econômico em detrimento ao humano. Ainda assim, até mesmo esses trabalhos não consideram a possibilidade de

inclusão de uma preocupação ética com as demais espécies, ou seja, não adotam uma perspectiva que amplia o círculo de consideração moral nas organizações.

Mesmo uma ética centrada no ser humano como alternativa ao foco no lucro pode deixar de lado considerações importantes que dizem respeito a nossas relações de opressão e dominação sobre as demais espécies da natureza. Ou seja, existe uma relação entre os diversos tipos de dominação? Até que ponto, essas relações, muitas vezes cruéis para com os animais e os ecossistemas, podem nos brutalizar e nos tornar indiferentes e insensíveis ao sofrimento (humano e animal)? Tese essa defendida por filósofos desde a antiguidade, como Plutarco e Porfírio (FELIPE, 2009).

Algumas das produções acadêmicas em administração (ver CARRANCO, 2011; EGRI; PINFIELD, 1998), quando tratam de assuntos como gestão ou responsabilidade socioambiental ou (desenvolvimento) sustentabilidade chegam a abordar questões que se aproximam de uma ética ambiental. Mas ou esse não é um aspecto central, ou, na maioria dos casos, o respeito pelo meio ambiente é visto a partir de uma perspectiva antropocêntrica, ou seja, importante para a sobrevivência das gerações (humanas) futuras.

Na detalhada revisão bibliográfica que Medeiros (2013) realizou em sua tese, a autora identifica as vítimas dos crimes corporativos, e apesar de muitos utilizarem em sua abrangência seres vivos ou vida, geralmente são incluídos apenas indivíduos ou grupos humanos e o meio ambiente (várias vezes como objeto que serve ao humano e não com valor inerente). A partir do exposto, posso afirmar que na perspectiva teórica do *dark side* das organizações existe uma aproximação com o discurso antropocêntrico, ou seja, a visão é de que apenas os humanos podem ser agentes e pacientes morais. O lado sombrio, os crimes e os efeitos negativos existem apenas quando prejudicam o ser humano, seja direta ou indiretamente, como no caso dos impactos ambientais que lhes são nocivos (BARRETO et al., 2014).

Apesar disso, na prática de muitas organizações, se não são incluídos os animais como *stakeholders*, existe uma consideração instrumental com os mesmos, à medida que se tornam fonte de preocupação para os seus consumidores (BARRETO et al., 2015).

Minha proposta, detalhada durante a tese, é que os animais humanos e os animais não-humanos tenham consideração moral, não-instrumental, dentro do escopo do *Dark Side* das Organizações, ou seja, os efeitos nocivos que impactam essas vidas devem levados em considerações pelos teóricos.

Essa proposta é ancorada em dois aspectos principais, que serão detalhados ao longo do texto: 1) o critério predominante atual (antropocentrismo moral) é falho e 2) existe uma

percepção em nossa sociedade atual de que os animais devem ser bem tratados (mesmo que apenas alguns deles) e os dirigentes das empresas que lidam com animais entendem isso, tanto é que seu discurso é de que os animais são bem tratados por elas, ou seja, eles importam!

A seguir, discorro sobre o pensamento "ético" dominante em nossa sociedade, a ética antropocêntrica e sobre uma possibilidade de ampliação da consideração moral.

3.2 ÉTICA ANTROPOCÊNTRICA E SUAS POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO

> Por mais de dois mil anos, se pregou que antes de nos tornamos éticos para com os animais deveríamos ser éticos para com os humanos. Nesses mais de dois mil anos não nos tornamos mais éticos para com os humanos, e o que aconteceu foi que pioramos nossa forma de considerar a vida de animais e de plantas. O modelo mental e moral que nos leva a ser antiéticos para com os animais é o mesmo que nos leva a ser antiéticos para com os humanos e o restante da natureza, [...] A lógica da dominação traça uma linha divisória intransponível na mente humana (FELIPE, 2012).

Muitas pessoas não têm consideração moral pelos animais, elas pensam que só os humanos importam e o resto do mundo está a serviço desses (NACONECY, 2006). Existem outras perspectivas que buscam a ampliação da consideração moral nessa comunidade, pelo menos na condição de pacientes morais (FELIPE, 2007). Os agentes morais podem pensar sobre seus atos e, por isso têm deveres em relação aos demais, não apenas em relação aos outros agentes morais. Os pacientes morais são aqueles que tem a capacidade de sofrer dano, mesmo que não ajam com reciprocidade ou reconheçam ações morais (REGAN, 2006).

O debate contemporâneo sobre a perspectiva dessa ética tem envolvido uma série de argumentos e justificativas a respeito de quais entidades em nosso planeta têm valor moral e, portanto, merecem nossa consideração ética. "A posição compartilhada pelos diferentes filósofos das diferentes linhagens teóricas é que tal consideração deve ser estendida para além do *Homo sapiens*" (NACONECY, 2007 p.11). Para o autor, a principal disputa entre esses eticistas gira em torno de quão longe tal extensão deve avançar, abrigando os animais com capacidades semelhantes às humanas, todos os seres sencientes, todos os seres vivos, ou mesmo todos os sistemas naturais.

Schweitzer (1936) já mencionava que, até aquele momento, o erro da ética tinha sido a crença de que só se deva aplicá-la em relação aos humanos. Atualmente, em muitas outras

áreas do conhecimento, como Filosofia, Direito e Ecologia, existe um maior questionamento sobre os valores antropocêntricos baseados em estruturas e relacionamentos hierárquicos que avaliam as pessoas e a natureza não-humana apenas em termos instrumentais, como *inputs* ou consumidores (EGRI; PINFIELD, 1998; NACONECY, 2007).

No campo dos Estudos Organizacionais, discute-se sobre os critérios ou parâmetros para se definir uma ação como moralmente (in)aceitável, tomando como base alguma classificação ou tipo/vertente ética sobre a obrigação moral dos agentes, geralmente através de uma dessas perspectivas: deontológica, teleológica, utilitarista, relativista, egoísta, etc. (VASQUEZ, 2011; SROUR, 1994). A maior parte desses, porém, demonstra um caráter antropocêntrico de consideração moral, apenas com os seres humanos. Isso fica claro, por exemplo, quando se discute sobre *stakeholders* (partes interessadas) das organizações e só se faz menção a grupos humanos. Até quando se trata de desenvolvimento sustentável ou responsabilidade socioambiental, com raras exceções (ver STARIK, 1995; KREITLON, 2008), não existe nenhum tipo de consideração moral para as outras formas de vida em nosso planeta, que nessa visão, possuem apenas uma importância instrumental, a de garantir a sobrevivência das futuras gerações humanas.

O caminho que adotei nesta seção passa por um debate ético-filosófico sobre os critérios de inclusão/exclusão dos seres na comunidade moral, ou seja, uma discussão ética acerca de que entidades devem ser consideradas como possuidoras do estatuto moral e que propriedade(s) deveria(m) possuir, ou em que tipo de relação teria de estar para serem credenciadas membros da comunidade moral, e consequentemente, merecedoras de consideração moral (CARVALHO, 2007).

Este trabalho considera que não apenas a vida humana merece consideração moral. Por isso não consigo vislumbrar a subordinação da vida (humana e/ou animal) a fatores econômicos. Dessa forma, apesar de existirem muitas classificações e tipos possíveis (ver BARRETO; BASTOS, 2014), esta tese realiza dentro dos Estudos Organizacionais uma análise da ampliação do círculo de consideração moral aos animais não-humanos principalmente a partir das perspectivas contemporâneas mais significativas como Peter Singer (2008) e Tom Regan (2006) e Melanie Joy (2014). Para tanto, explicarei alguns conceitos centrais sobre Ética Animal. Antes disso, trago uma discussão sobre ética numa visão antropocêntrica e suas possibilidades de ampliação.

3.2.1 Limitações da ética antropocêntrica e ampliação da consideração moral

A classificação proposta discute os limites da comunidade moral: “ ‘Que entidades devem ser consideradas como possuidoras do estatuto moral? ’ Ou: ‘A quem devemos conceder o título de membros da comunidade moral? ’ Ou ainda: ‘Que propriedade um ser teria de possuir, ou em que tipo de relação teria de estar, para ser credenciado membro da comunidade moral? ’ ” (CARVALHO, 2007 p. 58)

Existe um entendimento de muitos autores sobre a importância do respeito pela vida, mas, ainda assim, permanece uma questão central que poderia passar despercebida, em virtude da visão ocidental dominante: que vida deve ser respeitada? Existem três vertentes principais da ética prática contemporânea que podem responder essa questão: a antropocêntrica, a senciocêntrica e a biocêntrica (FELIPE, 2008; 2009).

Numa ética antropocêntrica, a mais antiga delas e que hoje ainda é dominante, pretende-se justificar as ações humanas da perspectiva moral, e tem como critério para definir os participantes da comunidade dos seres dignos de consideração e apreço é fazer parte da mesma espécie (humana). A sociedade ocidental vive fortemente a ideia da superioridade humana que, tradicionalmente, tem se limitado à autopromoção da excepcionalidade da nossa espécie, “ela festeja euforicamente sua própria posição no Universo – no centro ou acima dele – legitimando-se a si mesma, narcisicamente e no seu próprio interesse” (NACONECY, 2006, p. 66).

Essa lógica pode levar a práticas que geram o especismo eletivo, ou seja, a eleição de determinadas espécies animais como dignas de consideração, e o abandono e descaso de outras à escravidão e extermínio (SINGER, 2008; FELIPE, 2009). “Assim tem sido escrita a história dos homens: violência contra os escravos, mulheres, crianças, animais e ecossistemas, tidos como parte da natureza física a ser simplesmente dominada ou domada, expropriada para a acumulação de mais-valia” (FELIPE, 2012).

Um antropocentrista (moral) “típico atribui às pessoas uma dignidade única e insuperável, enquanto que considera todos os animais nada (ou pouco) mais que coisas” (NACONECY, 2006, p. 65). Segundo Naconecy (2006), para essas pessoas, é óbvio que a noção de igualdade moral deve se estender até a (e parar exatamente na) fronteira que circunscreve a nossa espécie, e, por conseguinte, pode-se, sem qualquer escrúpulo, explorar os animais.

Segundo Felipe (2012), para um proprietário opressor e tirânico, não há nada nos sujeitados à sua tirania que possa torná-los semelhantes a si. A lógica da dominação traça uma linha divisória intransponível na mente humana. Essa lógica exclui todo e qualquer ser vivo não humano do âmbito moral para resguardar os humanos (FELIPE, 2012).

Diante dos problemas expostos, uma alternativa ética possível é admitir a expansão do círculo de consideração moral, e, para isso, o agente moral deve ter a capacidade de distanciar-se de seus interesses pessoais egoístas e de perceber-se como membro de uma comunidade mais ampla, constituída não apenas de "parentes" (FELIPE, 2008). Surge, então, uma segunda vertente, senciocêntrica, que admite dentro da comunidade moral os demais seres sencientes (capazes de ter sentimentos - dor e alegria - e consciência): alguns animais não-humanos (FELIPE, 2008; 2012). Essa vertente tem no filósofo Peter Singer (2008) um dos principais defensores, que considera que os interesses de todos os seres sencientes devem ser considerados para os julgamentos éticos, sendo esses dignos de consideração e com valor intrínseco. Os demais continuam valiosos apenas do ponto de vista da utilidade para os primeiros (SINGER, 2008).

Considerando que essa vertente ética tem como aspecto central os seres sencientes (animais humanos e não-humanos) ela é também conhecida como Ética Animal, e será a abordagem que aprofundarei mais adiante. A terceira vertente ética, a biocêntrica, amplia os limites anteriores, considerando a vida de humanos, animais e plantas (por exemplo) com valor inerente, além de sua utilidade para fins racionais (racionalidade instrumental). Ampliando a comunidade moral, a ética biocêntrica prioriza o valor intrínseco da vida, ou seja, o foco dessa vertente ética é o respeito por todo tipo de vida animal e não-animal (FELIPE, 2008).

A visão antropocêntrica, que é a dominante em nossa sociedade, utiliza a espécie (humana) como critério de consideração moral para inclusão em uma comunidade moral. O ser humano se encontra no centro ou acima do universo e tudo o mais tem um valor instrumental para ele. Essa ideia pode permitir uma lógica de dominação do mais forte pelo mais fraco e legitimar a escravidão e extermínio de outras espécies ditas inferiores. Como pressupostos básicos temos que apenas seres humanos podem ser racionais e que apenas seres que podem agir moralmente (agente moral) podem receber consideração sobre ações morais que impactam sobre eles (paciente moral).

Apesar do surgimento de vozes dissonantes sobre essa formatação moral antropocêntrica, tais como Pitágoras, Plutarco, Porfírio, Sêneca e, mais à frente, Rousseau, Schopenhauer, Schweitzer e Adorno, ela se firmou hegemônica em todo o Ocidente até o

presente momento. Todos esses pensadores defenderam a consideração moral em relação aos animais não-humanos, pois questionavam a racionalidade como exclusividade humana e temiam a brutalização humana diante da naturalização da crueldade contra os animais.

Na próxima seção apresento as principais características da ética senciocêntrica ou animal a partir da década de 1970, onde iniciou o debate contemporâneo sobre essa temática.

3.2.2 Ética Animal

Muitos dos atuais cursos universitários de ética incentivam os estudantes a repensar várias questões éticas, sendo uma das principais considerar o estatuto moral dos animais não-humanos. Isso é demonstrando na existência de muitos grupos de defesa dos direitos animais, nas universidades e fora delas, mas, em especial, na quantidade de livros e artigos sobre direitos dos animais e questões afins que tem aumentado exponencialmente nas últimas três décadas (SINGER, 2008).

Um dos princípios centrais da ética é que os humanos devem tratar de modo semelhante os casos semelhantes, ou seja, devemos tratar igualmente duas criaturas, a menos que haja uma diferença relevante entre elas que justifique (moralmente) uma diferença de tratamento. Uma questão-chave para qualquer ética voltada aos animais será então: os animais são suficientemente semelhantes a nós para merecerem *status* moral? Ou os animais diferem suficientemente de nós a ponto de podermos tratá-los como quisermos? (NACONECY, 2006). O paradigma na cultura ocidental em geral ainda é ver os animais não-humanos como seres que existem para nós, não tendo outro propósito para estar no mundo senão o de atender às necessidades e aos desejos dos humanos (REGAN, 2006, p.12).

O ano de 1975 aparece como um *locus* nevrálgico para as discussões das temáticas ligadas ao consumo de alimentos de origem animal, e as questões e pensamentos ainda difusos sobre sofrimento, ética e libertação animal confluem na importante publicação *Libertação Animal*, de Peter Singer. Nesse livro, Singer (2008) denuncia parte das atrocidades que se cometiam contra os animais não-humanos, especialmente, em laboratórios e fazendas industriais, e, a partir disso, propõe a inauguração da temática conceitual da *Ética Animal*.

Antes dessas ideias, a ética dominante em relação ao animais era o que Foer (2011) denominou de *comer importando-se*. Durante milhares de anos, em virtude da necessidade econômica da criação do animal para consumo humano, foi-se criando um vínculo do cuidar, onde “os animais tinham garantida a proteção da polícia em troca de ser sacrificado para esses

policiais: proteger e servir [...] (Mas) A ética do *comer importando-se* não se tornou obsoleta com o passar do tempo, ela morreu de repente. Foi morta, na verdade" (FOER, 2011 p. 108-109 grifos do autor).

Segundo Naconecy (2006), atualmente, no pensamento sobre Ética Animal, surgem dois principais fundamentos éticos que se aplicam à questão: na consequencialista-utilitarista, os animais sentem e sofrem, e isso deve ser levado em conta (SINGER, 2008); e na deontologista, os animais têm subjetividade e, correspondentemente, uma dignidade que deve ser respeitada (REGAN, 2006).

O filósofo utilitarista Peter Singer (2008) utiliza a linha argumentativa de Jeremy Bentham, que defendeu que o critério relevante para a defesa dos animais não deveria ser sua capacidade intelectual, e sim sua capacidade de sentir e, mais especificamente, de sofrer. Na visão utilitarista, o argumento utilizado para estabelecer *status* moral aos animais é o da senciência, ou seja, a questão central que une os humanos e os animais é a capacidade de sentir, e que essa deve ser a característica para conceder a um ser o direito a uma consideração igual. A senciência é um pré-requisito para se ter interesses (NACONECY, 2006; SINGER, 2008).

As questões éticas ligadas aos animais partem de um princípio utilitarista elementar: o da *igual consideração de interesses entre seres semelhantes*, principalmente, quando esses seres apresentam um aparato biológico semelhante aos da espécie humana, apresentando-se como seres *sencientes,* capazes de padecer de dor e sofrimento (SINGER, 2008). Dizer que um ser tem interesses significa supor que: a) ela se importa com o que lhe acontece; b) que ela prefere experienciar satisfação à frustração (prefere não sofrer ou não reduzir seu bem-estar) (NACONECY, 2006).

Nessa visão, tem-se como princípio moral que, causar sofrimento é errado, a menos que haja uma boa razão para justificá-lo, e que ele deve se aplicar aos humanos e não humanos. A prevenção do sofrimento será o valor central utilitarista, uma vez que: "importa mais para qualquer criatura evitar o sofrimento do que obter o bem-estar, e o sofrimento é capaz de minar, não só o bem-estar individual, mas também o exercício da autonomia, criatividade, respeito-próprio, raciocínio, ações morais, etc" (NACONECY, 2006 p. 179). Ao se criar animais para servir de alimento, eles sofrem devido às atividades relacionadas ao seu confinamento, transporte e abate, de forma que não sofreriam caso não os criássemos para isso. Se alguém está interessado em contribuir para a soma total de bem-estar no mundo, ou não contribuir para algum sofrimento desnecessário, então não deve patrocinar a criação, abate ou ingestão de animais. Uma vez que interesses humanos na alimentação podem ser

atendidos sem que animais sejam sujeitos a condições torturantes, as pessoas deveriam ser eticamente obrigadas ao vegetarianismo (NACONECY, 2006). Um indicador importante da consideração moral numa relação é a capacidade de fazer sacrifícios em prol do outro (animal) (LIMA, 2016).

Singer é um dos principais autores modernos que sustentam a perspectiva utilitarista. Para ele (2008 p. 6), a senciência é o critério para estabelecer o *status* moral dos animais não-humanos: "Se a possessão de um grau superior de inteligência não dá a um humano o direito de utilizar o outro para seus próprios fins, como é que pode permitir que os humanos explorem os não humanos com essa intenção?"

Discriminar os seres apenas com base na sua espécie é uma forma de preconceito imoral e indefensável, do mesmo modo que a discriminação com base na raça (SINGER, 2008). Apesar de muitos filósofos e autores estabelecerem o princípio da igual consideração de interesses como princípio moral, poucos reconheceram que ele se aplicava a membros de outras espécies animais (SINGER, 2008). Singer foi o responsável pela difusão do termo especismo que, cunhado por Richard Ryder, refere-se a "um preconceito ou atitude de favorecimento dos interesses dos membros de uma espécie em detrimento dos interesses dos membros de outras espécies" (SINGER, 2008, p. 6). Para Singer (2008) as objeções colocadas relativamente ao racismo e sexismo também se aplicam ao especismo.

Na proposta de Singer, a rejeição do especismo não implica que todas as vidas tenham igual valor, e sim que não temos direito de causar dor ou morte desnecessárias a seres sencientes. Singer não propõe uma igualdade de "santidade" da vida humana e animal, mas "o que devemos fazer é transportar os animais não humanos para a esfera da preocupação moral e deixar de tratar as suas vidas como banais, utilizando-as para quaisquer fins que tenhamos em mente" (SINGER, 2008, p.18). Por outro lado, quando a morte de um ser pode ser evitada pela morte de outro, entram em jogo critérios como racionalidade, linguagem, autoconsciência e sociabilidade, a capacidade de pensar em termos de futuro e ter esperança e aspirações, entre outras. Naconecy (2006 p. 178) explica que o critério adotado por Singer é "dar prioridade para os interesses mais fortes e tratamento igual para interesses de mesma força".

Dessa forma, portanto, pesquisas com animais poderiam ser moralmente justificáveis nas situações em que não houvesse métodos alternativos e sua realização possibilitasse salvar vidas de seres mais "desenvolvidos" (SINGER, 2008). O uso de animais se torna justificado por Singer quando o benefício para os humanos ultrapassa o custo para os animais. O cálculo

utilitário dos danos (custos) e benefícios deve ser realizado a fim de maximizar a satisfação dos interesses do maior número de envolvidos (NACONECY, 2006).

Em outra perspectiva atual da Ética Animal, também inspirada em Bentham, a deontologista, o critério para a consideração moral não é a senciência, e sim a subjetividade. Segundo essa perspectiva, que tem em Tom Regan (2006, 2013) um de seus principais divulgadores, animais humanos e não-humanos têm em comum uma subjetividade e, correspondentemente, uma dignidade, que deve ser respeitada (NACONECY, 2006). A comunidade moral, portanto, deve incluir os *sujeitos-de-uma-vida*, ou seja, todos os seres (humanos ou não) que têm consciência de sua vida e uma vivência individual do seu próprio bem-estar, uma vida que importa para eles (REGAN, 2006; NACONECY, 2006).

Regan questionou este preceito de senciência, como parâmetro central para a consideração moral. Para ele, não é o bem-estar que traz significância à vida, mas a vida em si é o que abre as possibilidades para uma experiência dotada de senciência e, principalmente, consciência (KIRJNER, 2016). O interesse em não sofrer é compartilhado tanto por humanos quanto por animais, a possibilidade de serem prejudicados ou beneficiados lhes confere *status* moral. Essa é uma condição suficiente, mas talvez não necessária. Dessa forma, não existe uma proposta para que os humanos e outros animais tenham os mesmos direitos, mas que eles compartilhem um direito moral de ser tratado com respeito (NACONECY, 2006).

Para todos os *sujeitos-de-uma-vida*, deve ser seguido um "princípio de respeito": tratar sem exceção esses indivíduos como fins em si mesmos, e não como instrumentos para as melhores consequências/interesses alheios (REGAN, 2006; NACONECY, 2006). Se uma ação humana pode prejudicar ou beneficiar outros seres, todos os que estão sujeitos às consequências de tal ação são pacientes morais e devem ser levados em consideração pelos agentes morais. Nessa perspectiva, uma ação imoral é aquela que se beneficia do resultado da violação desse direito (OLIVEIRA, 2004; NACONECY, 2006; REGAN, 2006). Difere da perspectiva utilitarista, pois como explica Naconecy (2006), o princípio de respeito não admite uma maximização do resultado global das ações, se for obtido injustamente.

Regan sustenta que os direitos humanos e os direitos animais são costurados pelo mesmo tecido moral, e, partindo do princípio moral de igualdade, deve-se abandonar a barreira da espécie. Nesse ponto, Regan argumenta que inteligência, autonomia ou racionalidade são critérios que excluem não apenas animais não-humanos, como também os humanos privados ou limitados em tais características, como as pessoas com deficiência mental e os bebês. A partir do momento em que os direitos humanos são garantidos aos

indivíduos da espécie que não possuem tais características e negados a indivíduos não-humanos, fica clara a contradição desta ética (OLIVEIRA, 2004; FELIPE, 2007).

Para Regan, os direitos dos animais de serem tratados por respeito gera como consequência a abolição (jaulas vazias e não jaulas maiores) das práticas que causam dano aos sujeitos-de-uma-vida: criação comercial de animais para consumo humano, captura, caça, experimentação científica, etc. (REGAN, 2006; NACONECY, 2006).

Kirjner (2016) argumenta que Regan, com sua proposta, transcende a noção de Singer, que foca apenas na capacidade de maximizar o bem-estar propriamente e propõe uma forma mais complexa de consideração moral. Para ser levado em consideração na questão ética, basta ao indivíduo, possuir condutas e atributos específicos que o qualifiquem para tal. "Com isso, Regan pretendeu criar uma filosofia que desse mais autonomia à vida animal e permitisse a ela seu valor em si mesma, e não através simplesmente de sua utilidade, sofrimento, bem-estar" (KIRJNER, 2016, p. 87).

Utilizando os argumentos como a senciência (SINGER, 2008) ou a subjetividade (REGAN, 2006), os animais são considerados dentro da comunidade moral, ou seja, merecem consideração ou *status* moral. Até algumas décadas atrás, algumas pessoas e organizações poderiam desconsiderar parcial ou completamente esses argumentos, e por isso, continuar usando animais como objetos ou instrumentos de posse humana. A seguir, tratarei das principais objeções ou argumentos contrários a visão da ética animal e seus respectivos contra-argumentos. Nessa parte será utilizado em especial, os textos de Regan (2006, p.76-87) e Naconecy (2006, p.65-177).

3.2.2.1 Objeções à ampliação ética aos animais

Geralmente, as objeções aos direitos animais surgem de uma visão moral antropocêntrica, que como já vimos anteriormente, é de uma superioridade moral e centralidade da espécie *Homo Sapiens*, devido a sua virtude da racional específica, legitimando seu próprio interesse e justificando a escravização e objetificação da vida não-humana (NACONECY, 2006; FELIPE, 2009).

Para Naconecy (2006, p. 66), o argumento antropocêntrico, a grosso modo, tem a seguinte estrutura:

(i) Animais não têm status moral, pois eles não têm consciência, racionalidade, linguagem, etc.

(ii) Logo, em termos morais, não importa como os tratamos. Nenhum tratamento é imoral - exceto pelos eventuais efeitos nocivos indiretos sobre os humanos.

(iii) Na prática, todo uso de animais por parte dos humanos está eticamente permitido.

Regan (2006) afirma que existem 11 principais objeções contra os direitos animais. Baseado no texto desse autor, durante os parágrafos seguintes vou apresentá-los e mostrar suas contra-argumentações.

1. E as plantas?

Esse argumento tem a seguinte estrutura: plantas e animais estão relacionados, pois são utilizados para nossa alimentação. Então para defender os animais, deve-se defender também o direitos das plantas. Se a plantas não podem ter direitos, os animais também não o podem ter.

O autor distingue as plantas dos animais, pois apenas esses últimos são sujeitos de uma vida (consciência de sua vida e subjetividade), e compartilham com os seres humanos: um senso comum (ambos são criaturas psicológicas complexas, que têm consciência do mundo e de si, e para ele tem importância o que lhe acontece), comportamento comuns (comportamentos semelhantes em circunstâncias semelhantes), corpos comuns (sentidos e órgãos similares), sistemas (nervoso) comuns e origem (evolutiva) comum.

Mesmo não reconhecendo direitos iguais a todos os seres vivos, não implica que os defensores dos direitos animais não tentem minimizar o dano que se causa a outras vidas, inclusive as plantas. Mas a estrutura lógica do argumento em favor dos direitos animais não compromete-nos "a advogar direitos para alcachofras" (REGAN, 2006, p. 77).

2. Os animais não são seres humanos

O que pretende se alegar com isso é que os animais não têm direitos porque não são membros da espécie *Homo Sapiens*. Direitos morais nunca podem ser negados por razões arbitrárias, preconceituosas ou moralmente irrelevantes. Exemplos desses já foram citados quando tratamos sobre especismo (discriminação de espécies), que tem lógica similar ao racismo e sexismo, pois ambas são diferenças biológicas (respectivamente de espécie, raça e gênero).

3. A ideia dos direitos animais é absurda

É uma suposição de que os animais não têm direitos, a menos que tenham todos os direitos que os humanos (como, por exemplo, votar, liberdade religiosa, etc). Esse argumento pode ser facilmente oposto porque, entre os humanos, isso também ocorre, ou seja, os humanos não precisam ter todos os direitos para poder ter algum. Quando pensamos por exemplo em humanos (que têm direitos) como crianças ou bebês, mesmo não tendo o direito

de votar mantém os direitos que os demais de sua espécie têm. A ideia dos direitos animais é que os animais tenham alguns direitos, os que estão relacionados com as características que têm em comum com os humanos, a senciência, por isso, o respeito à sua vontade de não sofrer maus-tratos e morte.

4. Os animais não entendem o que são direitos

Nenhum outro animal que não seja humano compreende o que são direitos. A ideia é de que se os animais não sabem o que são direitos, portanto, eles não os merecem. Regan (2006) afirma que ninguém acredita nisso de verdade, ou seja, que antes de você ter uma coisa você precisa entender o que seja. Essa lógica levaria a afirmações como: um bebê não tem fígado (porque não sabe que tem), nossos antepassados não tinham genes (porque não compreendem sobre isso). Também esse argumento não é coerente para defender os direitos humanos, crianças ou adultos que não compreendem os direitos não os merecem ter? Se não aceitamos essa ideia para os direitos humanos, porque devemos aceitá-la para os (não) direitos animais?

5. Os animais não respeitam os nossos direitos

Se os animais não respeitam nossos direitos, eles não têm nenhum direito a ser respeitado pelos humanos. Muitas respostas podem ser dadas, mas o autor se limita a apresentar duas: não exigimos que as pessoas respeitem os direitos humanos antes de reconhecermos os delas. Mesmo que crianças façam algo que prejudique alguém, não vamos tirar todos os direitos dela e nem o direito de todas as crianças por isso (REGAN, 2006). Alguns animais (geralmente os carnívoros como os leões) podem nos prejudicar, e as vezes o fazem, então seria o caso de não dar direitos a esses? Galinhas, porcos, vacas (entre outros que tem comportamentos diferentes) deveriam ser penalizados pelo que os leões fazem?

6. O que seria de nós?

Elaborada a partir da objeção anterior, seria uma conclusão sobre se os leões têm direitos, então as pessoas que estão sendo atacadas não podem fazer nada, a menos que violem os direitos dos leões. Se um humano não puder se defender dos animais, ele poderia morrer.

Qualquer defensor coerente dos direitos animais reconhece o direito à autodefesa, ajustado, por outras considerações, como a proporcionalidade (ou seja, não deve-se usar mais força, se menos força já for suficiente). Essa lógica serve também para um agressor humano que pode violar direitos e ameaçar ou causar danos a uma outra pessoa.

7. Os animais não respeitam os direitos uns dos outros

É um pensamento similar ao item anterior, só que associa o tratamento dos animais não para com os humanos, mas para com os outros animais. Se um leão come uma gazela, como podemos estar errados em comer um bife?

A diferença mais óbvia é que alguns animais "*têm* que comer outros animais para sobreviver. Os humanos não. Portanto, o que um leão *tem de fazer* não se traduz, pela lógica, no que nós *podemos fazer*" (REGAN, 2006, p. 81 grifos do autor).

Essa objeção também diverge muito da prática normal do ser humano, pois, se os humanos forem imitar outros animais em seus hábitos alimentares, também deve-se seguir seus comportamentos e virar selvagens? Parar de usar carros, roupas, computadores, etc.? Por que colocar o que os animais carnívoros comem numa categoria única, como sendo a única coisa feita por eles que nós deveríamos imitar?

8. Os animais não têm consciência de nada

Derivada do pensamento cartesiano, algumas pessoas dizem que os animais, diferente dos humanos, não têm mentes e não conseguem se comunicar conosco através da *linguagem*. De outra maneira, os animais não são conscientes de nada porque não podem dizer nada, ou, mais precisamente, não têm a habilidade de usar uma linguagem humana.

É óbvio que ter consciência do mundo não depende de ter habilidade para usar alguma linguagem. As crianças, por exemplo, antes de aprenderem a falar já tem consciência do mundo (uma consciência pré-verbal). Animais como os chimpanzés conseguem se comunicar pela linguagem de sinais, portanto, existe uma consciência não-verbal, tanto em humanos quanto em animais não-humanos.

9. Os animais não têm almas

Essa é uma afirmação de natureza religiosa. Para algumas religiões, os animais não tendo alma, não existe para eles "vida além-túmulo".

Supondo essa afirmação, existe uma contra-argumentação lógica: ter ou não alma imortal não tem relação lógica com possuir direitos. Pois os direitos em questão estão relacionados aos seres enquanto estão vivos, e não depois de mortos.

Um argumento teológico que pode ser utilizado é que seria perverso ensinar que já que os animais não têm vida depois da morte, estamos livres para fazer o que quisermos com eles enquanto estão vivos. O que se espera de uma crença num Deus amoroso (e não sádico)? Se eles não têm vida após a morte, os humanos deveriam fazer tudo ao alcance para assegurar suas vidas tão longas e boas quanto possível, pois eles não terão compensação futura.

10. Bem, pelo menos Deus nos deu o domínio

É um outro argumento religioso. “E Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem e à nossa semelhança: e vamos deixá-lo ter domínio sobre os peixes do mar e sobre as aves do céu, e sobre o gado e sobre toda a Terra...” (Gênesis 1:26-28)

O que poderia estar mais claro do que a ideia de que os outros animais foram criados para nosso uso? De que “não fazemos nada de errado ao limitar sua liberdade, ferir seus corpos ou tirar suas vidas para atender às nossas necessidades e saciar nossos desejos?” (REGAN, 2006 p. 84).

Já que é uma argumentação religiosa (cristã, geralmente), Tom Regan utiliza uma argumentação baseada nos textos bíblicos. O autor enxerga que o domínio não significa: carta branca para saciar nossos desejos, mas, sim, responsabilidade de ser o representante do Criador, ou seja, “nós fomos chamados por Deus para sermos tão cheios de amor e de zelo por aquilo que Deus criou quanto o próprio Deus foi cheio de amor e zelo ao criar tudo” (REGAN, 2006, p. 84)

Em complemento, Regan (2006 p. 85) afirma que, na Bíblia, no relato da Gênesis, Deus criou os outros animais no mesmo dia que Adão e Eva. No mesmo texto, “E Deus disse Vejam, eu lhes dei todas as ervas com sementes sobre a terra, e todas as árvores, nas quais estão os frutos com sementes; para vocês, isso será a carne” (Gênesis 1:29).

> A mensagem não podia ser mais clara. Não há caçadores no Éden, mas só coletores. No mais perfeito estado da criação, os seres humanos são veganos; não comemos carne de animais nem qualquer produto de origem animal, como leite ou ovos. Portanto, se perguntarmos o que Deus esperava de nós "no início", em se tratando de comida a resposta não está aberta a discussões: Ele não esperava Big Macs nem omeletes de queijo... Os animais do Jardim do Éden viviam no paraíso precisamente porque ninguém violava seus direitos - e é isso o que, na minha opinião, os cristãos deveriam querer para os animais, hoje (REGAN, 2006, p. 85, grifos do autor).

11. Vamos resolver os problemas humanos primeiro

De fato, essa objeção não desafia os direitos animais, só pretende colocá-lo no “devido lugar”, “lá no final da fila”, pois “Há tantos problemas humanos terríveis diante de nós, fome, guerra, analfabetismo”, depois de resolver isso, aí sim, poderemos voltar nossa atenção para os direitos animais (REGAN, 2006 p. 86).

Sabe-se que, se for pensar dessa maneira, sempre haverá algum problema humano para ser resolvido e nunca chegará o dia em que as pessoas poderão se voltar aos direitos animais. Na experiência pessoal de Regan (2006), esse argumento geralmente é dito por pessoas de má-fé, que, efetivamente, não estão praticando o auxílio aos humanos necessitados.

Os defensores dos direitos animais não veem esses problemas como uma disjunção, ou você faz um ou faz o outro. Mas, sim, como uma conjunção na qual ambos podem ser

trabalhados ao mesmo tempo, pois os direitos animais não precisam tomar a conta da vida inteira de uma pessoa para ser parte dela.

A base filosófica apresentada acima é fortalecida pelo aparato científico, em especial a partir do ano de 2012, com a Declaração de Cambridge, explicada a seguir.

3.2.2.2 Contribuições científicas para a Ética Animal: A Declaração de Cambridge

Apesar de desde a antiguidade alguns filósofos já reconhecerem que os animais têm consciência, até pouco tempo atrás essa ideia era desdenhada por vários cientistas. O cerne desta postura em relação aos animais ilustra a visão cartesiana de que animais não-humanos são apenas autômatos, sem qualquer acompanhamento de vivência consciente de uma sensação (BALLUCH, 2013). Para Balluch (2013), esta opinião é há muito obsoleta, e em sua dissertação o autor relata várias evidências científicas da consciência dos animais não-humanos.

Mas em julho de 2012, em Cambridge, Reino Unido, um proeminente grupo internacional de cientistas, coordenadores de pesquisas nas áreas de neurociência cognitiva e computacional, neurofarmacologia, neurofisiologia e neuroanatomia participaram de uma conferência e ao término assinaram uma declaração, conhecida como Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Humanos e Não Humanos, escrita por Philip Low e editada por Jaak Panksepp, Diana Reiss, David Edelman, Bruno Van Swinderen, Philip Low e Christof Koch. (LOW, 2012).

Nessa declaração eles esclareceram solenemente, manifestando ao público que de acordo com os critérios das ciências da natureza, a existência de consciência em animais não-humanos não poderá mais ser negada (BALLUCH, 2013). A conclusão do documento afirma:

> A ausência de neocortex não parece impedir um organismo de experimentar estados afetivos. Evidências convergentes indicam que animais não humanos têm substratos neuroanatômicos, neuroquímicos e neurofisiológicos de consciência, juntamente com a capacidade de demonstrar comportamentos intencionais. Consequentemente, o peso das evidências mostra que humanos não são os únicos possuidores de substratos neurológicos que geram consciência. Animais não humanos, incluindo mamíferos e pássaros, e muitas outras criaturas, incluindo polvos, também possuem estes substratos neurológicos. (LOW, 2012)

Esse documento tem um peso muito grande, não apenas por que é um grupo de neurocientistas respeitados (PIRES, 2012), mas muitos dos que assinaram o documento

realizavam seus trabalhos utilizando testes em animais. Stephen Hawking, que estava presente e assinou também o documento, era muito cético sobre a questão da consciência dos animais (BALLUCH, 2013). Philip Low, em entrevista a Revista Veja (PIRES, 2012) afirma contundentemente: "É uma verdade inconveniente: sempre foi fácil afirmar que animais não têm consciência [...] Não é mais possível dizer que não sabíamos".

Low afirma que são tipos diferentes de consciência entre um humano, mamíferos e pássaros, mas a habilidade de sentir dor e prazer entre mamíferos e seres humanos é muito semelhante (PIRES, 2012). Apesar de, Low ponderar que, enquanto cientistas, devem tornar público o que verificaram, reportando os dados, a sociedade teria que discutir se devem ser criadas leis para proteger os animais, em virtude dos achados. "É impossível não se sensibilizar com essa nova percepção sobre os animais, em especial sobre sua experiência do sofrimento". Low acredita que num longo prazo a sociedade vai depender menos dos animais para salvar vidas humanas, "não acho necessário tirar vidas para estudar a vida" (PIRES, 2012)

Balluch (2013) demonstra a importância dessa declaração na afirmação: "Se agora alguém ainda quiser afirmar que os animais (ao menos os vertebrados) não teriam qualquer consciência, então ônus recai somente sobre ele/ela".

O critério da racionalidade, como fator de consideração moral é uma condição não necessária. Isso fica muito claro no caso de humanos não-paradigmáticos, aqueles que não tem uma racionalidade plenamente desenvolvida, como recém-nascidos, crianças, adultos com graves enfermidades mentais, idosos senis. A esses humanos é dado *status* moral, mesmo não atendendo a característica da racionalidade. Dessa forma, o critério adotado demonstra pertencer a uma espécie, ou seja, é especista, e consequentemente tão indefensável moralmente quanto o racismo e sexismo (SINGER, 2008).

O pressuposto de que apenas seres que podem agir moralmente merecem consideração moral é frágil. Entre os humanos ele não se sustenta. As crianças e adultos mentalmente enfermos, que podem não gozar da capacidade de ser agentes morais, devem estar sob a responsabilidade moral de adultos. Independente de quem sofre a ação ter uma racionalidade desenvolvida, levar em consideração não apenas o interesse de quem pratica a ação, mas também de quem sofre o seu impacto é uma questão de justiça e de respeito (REGAN, 2006).

Diante dessas e outras fragilidades, admitir a expansão da comunidade moral para além da espécie humana se torna uma possibilidade ética plausível. A perspectiva ética senciocêntrica, ou da Ética Animal, amplia a consideração moral para a vida de todos os seres sencientes - animais humanos e alguns não-humanos -, ou seja, aqueles que são capazes de ter

sensibilidade e consciência disso. A ciência nos respalda sobre o compartilhamento, tanto por humanos quanto por animais, da capacidade de sentir e o interesse em não sofrer. Dessa forma, pelo princípio ético da *igual consideração de interesses* entre seres semelhantes (SINGER, 2008), ambos devem compartilhar o direito moral de ser tratado com respeito.

Na próxima seção apresento um resgate da nossa relação com os animais a partir do processo de industrialização, de tal forma que possamos entender melhor o contexto atual que vivenciamos.

No momento atual de nossa história, algumas questões relativas ao uso dos animais nos afligem mais do que qualquer outro momento: a agricultura moderna, a indústria do animal de estimação, animais transgênicos e os movimentos ambientais e de defesa animal, entre outros, são algumas situações marcantes para o debate contemporâneo. (MANNING; SERPELL, 2003). A seguir apresento alguns dos aspectos relacionados ao uso dos animais dentro de uma perspectiva industrial.

3.2.2.3 O uso dos animais e o processo de industrialização

> Apesar dessas tendências no processamento, no início do século XX, os animais ainda eram em grande escala criados em fazendas e ranchos, mais ou menos da mesma maneira de sempre – e como a maioria das pessoas continua a imaginar que sejam. Não havia ocorrido ainda aos fazendeiros *tratar os animais vivos como se estivesse mortos*" (FOER, 2011 p. 110, grifos nosso).

No passado existia um entendimento maior das características individuais dos animais, as diferenças sutis nas "personalidades" individuais. As pessoas viviam muito mais perto dos animais, muitas vezes compartilhando suas casas, e apesar de as vezes cruéis, eles tratavam seus animais como indivíduos que poderiam sofrer como eles. Mas é inevitável que uma vez que o número de animais de propriedade torna-se grande, suas identidades individuais são perdidas. Este tem sido o resultado inevitável da agricultura industrial no mundo moderno, onde o grande número de animais domésticos, utilizados para alimentar a população humana crescente, são tratados como produtos hortícolas animados, todos criados para parecem idênticos e criados em fileiras de gaiolas, para ser colhidos quando necessário. Considerando a crueldade que humanos infligem sobre os animais, é irônico que nas sociedades ocidentais parece que estamos em um curso paralelo, encarcerando-nos em baterias de pequenos edifícios limpos e protegido de ameaças físicas, e com uma percepção muito reduzida do mundo vivo e seus outros habitantes (CLUTTON-BROCK, 2003).

Os animais domesticáveis têm recebido pouca atenção por parte de historiadores e antropólogos, principalmente considerando seu papel fundamental na produção e reprodução das cidades: além de seus usos para a alimentação, os animais são matéria-prima para inúmeras outras mercadorias, tais como medicamentos, extintores de incêndio, filmes fotográficos, lubrificantes aeronáuticos, graxa para máquinas, velas, tintas, pneus, filtro de ar, cosméticos e anti-inflamatórios, para citar apenas alguns exemplos (DIAS, 2009)

A dissertação de Dias (2009) busca a historicização da categoria de "animal de açougue" na produção industrial brasileira. A tese de Barboza (2014) faz também um breve resgate da indústria da carne. O livro *Comer Animais*, de Jonathan S. Foer (2011) também apresenta um resgate histórico do início do processo de industrialização da criação de animais para consumo humano. Devido à escassa quantidade de trabalhos que tratam dessa temática, o início dessa seção terá nesses trabalhos as fontes principais, as vezes única. Apesar de existir uma enorme variedade de outros animais usados pelo ser humanos, vou dar um destaque ao consumo dos animais para alimentação, devido à sua maior quantidade e, por isso, relevância.

O consumo de carnes no Ocidente passou por três momentos cruciais que marcaram a relação homem e animal. O primeiro foi baseado nas ideias dos gregos clássicos, que apregoavam a existência de um vínculo original que interligava todos os seres vivos. Num segundo momento, foi caracterizado pelo entendimento de que o contraste na capacidade de racionalização das espécies humanas e não humanas tornava o ser humano apto ao domínio dos animais. Esse período permaneceu inalterado durante muitos séculos na Europa cristã. O terceiro momento crítico aconteceu com uma nova concepção da exploração animal, que resultou na alteração da paisagem rural tradicional, devido ao rápido processo de industrialização e de mecanização das práticas agrícolas em prol da incessante busca pela racionalização da produção de carnes (CAVALIERI, 2006 apud BARBOZA, 2014).

Com a industrialização, a natureza passou a ser vista como um *input* para fins econômicos, o que resultou num alto nível de exploração dos recursos naturais e, também, da vida dos animais (DIAS, 2009; BARBOZA, 2014). A racionalidade econômica objetifica a vida, não apenas a humana. A relação da humanidade com os animais a partir da criação industrial passou a lembrar as guerras de extermínio (FOER, 2011).

O crescimento das cidades e à emergência das indústrias tornou os animais cada vez mais marginais ao processo de produção e distanciou a vivência dos homens deles. Isso favoreceu a consolidação contemporânea de um novo modelo de produção alimentar, especialmente animal, baseado no processo de produção industrial. De forma geral, a produção e o consumo de carnes modernos se capitalizaram em torno do domínio do ser

humano, reconhecendo o criador de animais de fazenda, atualmente denominado como pecuarista, como o recurso mítico ideal para caracterizar de forma confiável o dever de resguardar o sofrimento dos animais apenas quando lhe for necessário (WILLARD, 2002 apud BARBOZA, 2014).

A criação industrial se caracteriza como um sistema de cultura intensificada e intensiva na qual os animais, abrigados em dezenas ou centenas de milhares, são geneticamente preparados, têm mobilidade restringida e recebem como alimentação uma dieta não natural (incluindo quase sempre várias drogas) (FOER, 2011). Geralmente os animais são armazenados nas *CAFOs (Confined Animal Feeding Operations* – Operações de Engorda de Animais em Confinamento), estima-se que cerca de 74% da produção mundial de aves e 43% da de bovinos seja feita nesses sistemas de confinamento, com tendência a aumentar o percentual (TAVARES, 2012), 450 bilhões de animais terrestres, nos Estados Unidos representam 95% dos animais comidos ou utilizados para produzir leite ou ovos. "Então, embora existam exceções relevantes, falar sobre comer animais hoje é falar sobre criação em escala industrial" (FOER, 2011 p. 40).

> Mais do que qualquer conjunto de práticas, a criação em escala industrial é um modelo mental: reduzir custos de produção a um mínimo absoluto e ignorar sistematicamente ou externalizar outros custos, como degradação ambiental, doenças humanas e sofrimento animal. Por milhares de anos, proprietários rurais ganharam sua sobrevivência usando processos naturais. A criação em escala industrial considera a natureza como um obstáculo a ser vencido (FOER, 2011 p. 40).

Nos galpões duma CAFO, os animais não têm acesso suficiente a uma série de recursos essenciais, como luz natural, ar fresco, alimentação adequada, nem a oportunidade de desenvolver os comportamentos naturais de sua espécie. Nesses estabelecimentos os animais são tratados como máquinas destituídas de qualquer consciência ou sensibilidade ao prazer e à dor (TAVARES, 2012).

Com o processo de industrialização da produção, com a utilização de granjas industriais, houve um aumento considerável da rentabilidade e do lucro das organizações de exploração animais. A chave para o sucesso financeiro das locais de confinamento animal está nas seguintes condições: retirar os animais do ar livre para serem criados em locais fechados e reduzir o tempo entre o nascimento e a venda dos animais. A primeira é importante pois reduz o custo de funcionários para criar os animais, na indústria das galinhas poedeiras ou frango de corte uma quantidade comparativamente pequena de pessoas cria centenas de milhares de animais, o que seria impossível se eles estivessem livres. Sobre a segunda, para que o animal esteja o mais rápido possível no mercado, e produzir um animal com o maior peso no menor

tempo possível, costuma-se tomar medidas para limitar sua mobilidade, manipular (aumentar) seu apetite e estimular o aumento do peso com a adição de hormônios para o crescimento (REGAN, 2006).

O Brasil contemporâneo fornece um caso importante, uma vez que a normatização do abate é recente e configura, ainda, área de confronto entre diferentes atores sociais que intervêm no momento do abate, a saber, o Estado, a produção tecnocientífica e a indústria a ela relacionada, e as organizações de defesa animal. Esta normatização torna obrigatório o assim chamado "abate humanitário". Tal método, considerado científico, consiste na mediação do abate por aparelhos de insensibilização, visando deixar o animal inconsciente antes da sangria, com vistas a evitar a dor e o sofrimento.

> O processo de abate humanitário no Brasil deve ser compreendido à luz das transformações históricas do abate no país, e apresenta, nesse sentido, continuidade e articulação com a eficiência produtiva da indústria da carne, que supõe uma operação de reificação, enquanto parte de um processo de reavaliação estatutária e de afastamento simbólico entre animal e humano para que o abate se realize. Revela, assim, também, mudanças nos padrões de sensibilidade quanto ao tema (DIAS, 2009, p. 2).

A autora faz um resgate histórico do processo sobre os matadouros. O processo de modernização das instalações no país foi bem depois dos Estados Unidos e outros países com uma grande produção. Os matadouros, já na época do Imperador D. Pedro II causavam grandes problemas onde estavam instalados, seja pela visão da população sobre os abates, os odores putrefatos e contagiosos, o sangue derramado com seus aspectos indesejados e mazelas. Por isso desde aquela época, seguir a tendência de realizar suas instalações longe da cidade e manter o ocultamento de suas atividades poluentes, as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo realizaram isso inspiradas em Chicago - maior matadouro do mundo - Argentina, França e Inglaterra. "o distanciamento geográfico entre local de abate e local de consumo, entre matadouro e açougue, reflete uma dissociação entre animal e carne, só plenamente obtida no processo industrial." (DIAS, 2009, p. 13).

O desenvolvimento das estradas de ferro nos Estados Unidos ocorreu, em larga medida, aliada às necessidades de escoamento dos postos de abate para as redes de comércio. Os países grandes produtores de carne a partir de 1840 nos Estados Unidos e 1860 na Austrália, Nova Zelândia, Uruguai e Argente, utilizaram as estradas de ferro para a substituição progressiva da prática de conduzir, a pé, os animais até o lugar de negociação, ou seja, dentro da cidade. Mas um dos principais avanços que impulsionou essa indústria foram os frigoríficos (DIAS, 2009).

A produção industrial da carne não exigia trabalho qualificado e contava com um largo excedente de mão de obra barata e instável. Por isso ocorria a possibilidade de uma maior precarização do trabalho, com uma maior exploração da capacidade e do tempo do trabalhador. A superexploração do trabalho, que era uma característica marcante nessa época - século XIX e início do XX - nos matadouros frigoríficos era realizada sobre os miseráveis, os jogadores, as prostitutas, e toda a sorte de trabalhadores desqualificados. "Guardadas as diferenças em sua exploração, animais e homens compartilham uma mesma condição, da qual o trabalho do abate de animais fornece uma imagem sintética de abjeção." (DIAS, 2009, p. 22). Só a extrema miséria levava o trabalhador a aceitar tais condições de trabalho e quem o aceitava já se sabia morto.

O processo industrial teve como um de seus alvos o ocultamento paulatino de toda a violência, contra homens e animais. A disposição dos frigoríficos, aprofundando a separação entre local de abate e local de consumo, de meados do século XIX a meados do XX, fez do negócio da carne – o abate de animais e o processamento de sua matéria – "um espaço apartado, onde se confinavam, fora da vista e longe dos espaços públicos, a sujeira, a doença, a violência e a exploração, ou seja, toda a poluição" (DIAS, 2009, p. 22). Na constituição da modernidade, quanto ao abate, ocorre uma passagem do espetáculo público à eficácia tecnocientífica, rápida, asséptica e a portas fechadas. O efeito do afastamento da visão poluidora do abate e processamento de corpos animais parece ter sido a intensificação do consumo de carne – ou melhor, da carne frigorificada, produto industrial – nos centros urbanos no século XX (DIAS, 2009).

Além das estradas de ferro, muitos dos avanços industriais foram utilizados primeiro ou em grande quantidade pelos matadouros de animais. O maior matadouro frigorífico americano, em Chicago, trouxe uma série de inovações no que diz respeito à organização do trabalho. A nova era em que surgia, em meio a um surto de mecanização, de desvalorização do trabalho individual – do conhecimento do processo de produção em todas as suas etapas – e de valorização do trabalho fragmentado, medido e padronizado, supôs também a racionalização do abate e processamento de corpos animais, tanto na dimensão externa quanto interna da produção. A produção requereu a criação de uma "linha de desmontagem", processo criado em Cincinnati, Ohio, e aproveitado e aprimorado em Chicago, para mecanização do abate (DIAS, 2009).

> Inverso simétrico da linha de montagem, processo utilizado para a fabricação de máquinas, a linha de desmontagem de Chicago trouxe, por sua vez, inovações importantes nas técnicas de produção em massa nos Estados Unidos – em particular pelo uso de esteiras rolantes e nórias, os ganchos

> circulantes que pendem do teto e que inspiraram fortemente Henry Ford na criação da esteira móvel (DIAS, 2009 p. 24).

Rifkins (1992) afirma que o matadouro de Chicago teria sido a primeira indústria americana a desenvolver uma linha de montagem, fornecendo um modelo de organização do trabalho e produção em massa. Ford criou sua esteira móvel a partir de uma visita ao matadouro, "montar um carro é só desmembrar uma vaca ao contrário" (FOER, 2011 p. 109). Esse novo sistema adotado trouxe grandes mudanças no modo de produção, intensificando-a, diminuindo o domínio do trabalhador sobre o processo, alienando-o do mesmo. Além disso, ao fragmentar o corpo animal em partes, o torna irreconhecível e irrecuperável (DIAS, 2009). As primeiras instalações industriais (matadouros) substituíram o conhecimento habilidoso de açougueiros por um grupo de homens que executavam uma série de tarefas entorpecedoras da mente, dos músculos e das articulações: matadores, sangradores, removedores do rabo, das pernas e das patas, do traseiro, do flanco, esfoladores de cabeça, responsáveis por abrir a cabeça, tripadores, responsáveis por corta a carcaça ao meio, entre outros (FOER, 2011).

Grossman (1991 *apud* DIAS, 2009, p. 25-26) afirmou:

> Durante as duas últimas décadas do século XIX, o abate e o processamento do gado atingiram um nível de eficiência sem precedentes na indústria norte-americana. Carregadores transportavam carcaças ao longo das salas de matança, e uma série de comportas expulsavam embalagens, ossos, órgãos e outros subprodutos para os departamentos apropriados. Todas as partes do animal eram transformadas em um propósito lucrativo; em 1920, um boi [...] fornecia 41 subprodutos [...]. Essa racionalização da produção, tornada possível pela "linha de desmontagem", envolvia uma divisão de trabalho tão intricada que, 'do curral ao congelador', 126 homens participavam do abate de um único porco. Em uma firma de médio porte em Chicago, o grupo de 157 homens responsável pela matança abrigava 78 ocupações distintas [...]. Embora as tarefas fossem menos mecanizadas que aquelas em outros departamentos, esforços individuais carregavam pequena relevância para o produto final [...].

Em 1908, sistemas de esteiras transportadoras foram introduzidas nas linhas de desmontagem, permitindo pela primeira vez que ao invés dos trabalhadores, os supervisores controlassem a velocidade da linha. Durante mais de 80 anos a velocidade continuaria subindo, chegando a dobrar ou triplicar, e trazia como resultado, além dos maiores ganhos financeiros da indústria, um abate ineficaz e muitos ferimentos e mutilações associados ao local de trabalho (FOER, 2011).

Se nessa época estava já tínhamos um crescimento e aprimoramento da indústria do abate de bovinos, ainda não conhecíamos a indústria do confinamento de aves e outros animais. Em 1923, devido a um incidente em Oceanville também nos Estados Unidos, Celia Steele deu início à indústria aviária moderna e a criação intensiva. A proprietária recebeu um pedido errado, ao invés de 50 aves, recebeu 500. Em vez de se livrar, decidiu experimentar

manter as aves num local fechado durante o inverno e com a ajuda dos recém-descobertos suplementos alimentares as aves sobreviveram e ela continuou fazendo experimentações. Em 1935, Steele tinha 250 mil aves em sua granja (FOER, 2011).

Na década de 1930, Arthur Perdue e John Tyson, arquitetos de propriedades de criação industrial entraram nos negócios das galinhas e ajudaram a florescer a ciência moderna da criação desses animais com uma série de "inovações", como a utilização de milho híbrido subsidiado pelo governo do seu país, a debicagem (remoção da ponta dos bicos com lâmina quente), luzes e ventiladores automáticos, a manipulação do controle da luz para influenciar nos ciclos de crescimento dos animais, a utilização de antibióticos e seleção genética nas décadas seguintes (FOER, 2011).

De 1935 a 1995 o peso médio dos frangos de corte aumentou 65%, o tempo até chegarem ao mercado caiu 60% e seus necessidades alimentares reduziram em 57%. Para se ter uma ideia dessa mudança, imagine uma criança humana crescendo até atingir 140 quilos em 10 anos, comendo apenas barra de cereal e vitaminas. O resultado de tanta seleção genética foi a substituição da biodiversidade genética pela uniformidade, a necessidade de drogas e o confinamento não apenas para aumentar os lucros, mas porque as aves já não podiam mais ser saudáveis ou sobreviver sem eles. "O que a indústria descobrir – e essa foi a verdadeira revolução – foi que você não precisa de animais saudáveis para ganhar dinheiro. Animais doentes dão mais lucro" (FOER, 2011 p. 116-117).

Para a indústria do abate a ideia de partes e fragmentos é fundamental. Além de serem os pedaços que se tornarão os grandes produtos de consumo da população, trabalhar com fragmentos também permite a essa indústria uma grande flexibilidade em sua preparação e aproveitamento, seja para consumo alimentar, seja para a produção de produtos não comestíveis. Dessa maneira, no caso de rejeições impostas às carnes em situações de lesões e doenças, há sempre partes aproveitáveis (DIAS, 2009)

Houve uma mudança considerável no ciclo de vida dos animais que se consumiam. Não apenas o seu tempo de vida seria encurtado, como pesquisas buscariam os melhores cruzamentos entre raças para atingir maior engorda em menor tempo, e a facilidade de transportar animais e grãos até o mercado. Essas mudanças contribuiriam para a ruptura entre os ciclos naturais de reprodução dos animais e as demandas sazonais do abate (DIAS, 2009).

A industrialização da vida e da morte dos animais atinge, assim, um grau de especialização e "refinamento" que torna possível, por exemplo, a existência de aves cujo ciclo de vida, de sete anos, em condições normais, seja encurtado para sete semanas. Acomodadas em gaiolas minúsculas e submetidas à luz constante, essas aves são induzidas a

um regime alimentar ininterrupto, de modo que, ao fim das sete semanas, muitas delas não suportam o próprio peso, fraturando seus ossos de sustentação. Outro exemplo é o animal que dá origem ao produto brasileiro conhecido por "Chester". Resultado de manipulações genéticas a partir de aves escocesas e muito semelhantes ao frango com um aumento no percentual de carne nas coxas e peito de 45% para 70% (DIAS, 2009)

Em conjunto com esse movimento de especialização e fragmentação da produção, Gustavus Franklin Swift, dono da fábrica que leva seu nome, desenvolveu uma técnica que efetivamente revolucionou o mercado de carnes: a carcaça, cortada em inúmeros pedaços, era agora apresentada ao consumidor como peças de carne, o que permitiu significativa elevação dos preços: "a melhor forma de atingir esse objetivo era cortar a carne esteticamente em pedaços, da forma mais atraente possível e expô-los pelo menor preço (CRONON, 1991 apud DIAS, 2009, p. 28).

Para Dias (2009 p. 27) esse foi o passo decisivo para a cisão entre a carne, como produto industrial, e o animal, em sua integridade de corpo vivo. "Assim como a estratégia velava, em sua nova forma, a forma real do corpo do animal, ela permitia também que se desenvolvesse um mercado de pedaços, isto é, que se vendessem mais pedaços iguais de animais diferentes num mesmo local, suprimindo, completamente, a relação entre a parte do animal e a totalidade de seu corpo". De fato, como argumentou Cronon (1991), o resultado mais importante da produção industrial de carne – mais do que a carne em si – é:

> o esquecimento, este que faz o animal morrer duas vezes: uma primeira vez nas plataformas de matança e uma segunda, no pensamento dos consumidores. Este esquecimento, como sugeri anteriormente, pode ser visto como parte de um processo global de alienação – i.é, de transformação em mercadoria – , que se inscreve no corpo retalhado e, agora, irreconhecível, dos animais.

A propaganda, que virou parte importante da produção da carne, veiculava ideias de modernização e avanço tecnológico e assepsia. Criar uma imagem de empresas racionais, modernas, produtivas, eficazes e limpas (LOBATO, 2004 *apud* DIAS, 2009).

As inovações técnicas e a realização da matança em uma escala nunca antes experimentada expandiram o consumo de carne para várias partes do mundo. Os empresários da carne renovariam o comércio internacional de carne com novas tecnologias de venda e distribuição de bois e porcos. Esse complexo racionalizado de matança trouxe enormes impactos à economia e aos hábitos norte-americanos. Um resultado a longo prazo dessa rede foi uma mudança na dieta norte-americana, bem como na de populações de várias partes do mundo (CRONON, 1991 apud DIAS, 2009).

A esmagadora maioria dos animais criados para consumo de alimentos é criado em um sistema industrial de confinamento intensivo, de maneira industrial (JOY, 2014; CARVALHO, 2015, BARTELT, 2016). Não que exista uma intenção em ser cruel com os animais, mas sim reduzir o preço por quilo (ROBBINS, 2014). Para criar o maior número de animais possível no menor espaço possível é necessário a máxima mecanização das operações e controle sobre o que eles comem e como vivem (CARVALHO, 2015). Nestas fábricas de matar animais eles são considerados e tratados como peças de uma linha de montagem, a mesma lógica do lucro econômico aplicada a outras fábricas de produção em larga escala (CARVALHO, 2015), "De maneira bem simples: quanto mais animais mortos por minuto, mais dinheiro a ser ganho" (JOY, 2014 p. 40). Como afirma Robbins (2014 p. 12),

> O resultado é que temos um sistema de produção industrializada de alimento animal, um sistema de fazendas-fábricas que não está submetido a qualquer restrição legal que o impeça de torturar os animais que estão sob seus "cuidados". Os procedimentos operacionais-padrão na indústria não são concebidos para serem cruéis. Esse não é o objetivo ou intenção. Eles são concebidos para serem eficazes em termos de custo. Mas se for constatado que é eficaz em termos de custo confinar animais em condições que de fatos se assemelham às de Auschiwitz ou de Dachau, é isso então que vai acontecer. E é o que tem acontecido.

A forma com que bilhões de animais têm sido violentamente explorados e mortos pelas grandes organizações é um desses assuntos, que quando não ignorado solenemente, é revestido de um discurso que não condiz com a prática (REGAN, 2006), e com preocupações superficiais, que não querem mudar as tradicionais relações de dominação (BARRETO et al., 2015).

Desde o início da história humana, a interação com os animais gerou conflitos a partir de atitudes simples, utilitárias, explorações apresentadas muitas vezes como necessárias (MIGDLEY, 2003). Muitas das ações humanas de uso dos animais, em especial aquelas que demonstravam crueldade e morte, não era facilmente digerida por seus praticantes, apenas o hábito foram tornando-as familiar. As dissonâncias cognitivas e os problemas decorrentes permanecem ao longo do tempo. Recentemente, um direcionamento social para um paradigma não-antropocêntrico e um aumento considerável dos grupos de defesa animal tem potencializado esses conflitos em nossas interações com os animais não-humanos (THOMAS, 2003).

Atualmente os animais estão expostos a maiores ameaças ao seu bem-estar e sobrevivência do que nunca. Em fazendas e laboratórios que eles são submetidos a sistemas e processos de produção cada vez mais intensivos ou invasivos. Na natureza, eles correm o risco de sobre-exploração, poluição ambiental e as perdas de habitats sem precedentes. Tais

tendências só podem ser revertidas através da promoção de atitudes e comportamento mais respeitoso (SERPELL, 2003).

> De qualquer maneira que se interprete, qualquer consequência prática, técnica, científica, jurídica, ética ou política que se tire, ninguém hoje em dia pode negar esse evento, ou seja, as proporções sem precedentes desse assujeitamento do animal. Esse assujeitamento cuja história tratamos de interpretar, podemos chama-lo violência, mesmo que seja no sentido mais neutro do ponto de vista moral desse termo [...] Ninguém mais pode negar seriamente a negação. Ninguém mais pode negar seriamente e por muito tempo que os homens fazem tudo o que podem para dissimular ou para se dissimular essa crueldade, para organizar em escala mundial o esquecimento ou desconhecimento dessa violência que alguns poderiam comparar com os piores genocídios [...] Da figura do genocídio não se deveria nem abusar nem se desembaraçar rápido demais. Porque ela se complica aqui: o aniquilamento das espécies, de fato, estaria em marcha, porém passaria pela organização e exploração de um sobrevida artificial, infernal, virtualmente interminável, em condições que os homens do passado teriam julgado monstruosas, fora de todas as normas supostas da vida própria aos animais assim exterminados na sua sobrevivência ou na sua superpopulação mesmo [...] Todo mundo sabe que terríveis e insuportáveis quadros de uma pintura realista poderia fazer da violência industrial, mecânica, química, hormonal e genética, à qual o homem submete há dois séculos a vida animal. E o que se tornaram a produção, criação, o transporte e o abate desses animais [...] Pois o que ocorre, há dois séculos, é uma nova tribulação dessa compaixão [...] são dois séculos de luta desigual, de uma guerra em curso e cuja desigualdade poder-se-ia um dia inverter, entre aqueles que violam não apenas a vida animal mas até esse sentimento de compaixão (DERRIDA, 2002 p. 51-57).

Retornando ao nosso contexto organizacional, se partirmos do pressuposto que os animais não são objetos, mas seres que merecem consideração moral, ações organizacionais que desconsideram essa realidade podem ser consideradas imorais.

Mas, se em nosso campo de estudos não parece existir uma importância das organizações (e acadêmicos) sobre a inclusão de vidas não-humanas em considerações morais, porque é importante este trabalho? Mesmo desconsiderando os argumentos filosóficos apresentados nesta tese para a ampliação da consideração moral, tais princípios já estão influenciando muitas organizações, seja através de novas legislações restritivas, pela influência de consumidores ou ativistas em boicotes, manifestações, petições ou até ações diretas de danos à propriedade privada. Somado a isso, temos um aumento crescente de indivíduos e consumidores com preocupações com a proteção e o bem-estar animal (ver NIELSEN, 2012; INSTITUTO AKATU, 2012). Dessa forma, a seguir apresento as influências da Ética Animal sobre as organizações.

3.3 A ÉTICA ANIMAL E SUA INFLUÊNCIA SOBRE AS ORGANIZAÇÕES

As primeiras décadas do século XXI têm sido marcadas pela eclosão de muitos movimentos de reivindicação de direitos dos animais: libertação de cães utilizados em experimentações industriais e científicas; manifestações de organizações em várias capitais mundiais; o crescimento e a articulação de movimentos vegetarianos e veganos; a insurgência de organizações que enfrentam e combatem (em verdadeiras batalhas) navios baleeiros japoneses; *habeas corpus* impetrados e o estatuto de pessoa concedido para chimpanzés, etc. Entende-se que grande parte desses eventos estejam associados às contingências de forças já atuantes no final do século passado, a saber, o empoderamento de minorias étnicas e de gênero, a formação de ativismos biossociais bem como a emergência de uma nova filosofia política englobando em seu segmento a problemática da ética animal e dos direitos dos animais (VIVÊNCIA, 2016).

Atualmente, com um crescimento exponencial nos últimos anos, em vários lugares do mundo, mesmo que organizações discordem desses pressupostos éticos, muitos deles estão resultando em leis – como, por exemplo, a proibição de uso de animais para testes de cosméticos e produtos de higiene e limpeza, proibição de rodeios e animais em circo – gerando boicotes a marcas ou empresas, e até ações mais "ostensivas", que podem ser consideradas como vandalismo, como as realizadas pela ALF (*Animal Liberation Front*), que resultam em invasões e possíveis prejuízos financeiros nas propriedades de algumas organizações (ver VISTA-SE, 2014).

Dessa forma, para muitas organizações, seja por considerar os princípios de ética animal como moralmente válidos, seja por considerá-los uma estratégia de legitimação social, já identificam uma influência dessa realidade em seu cotidiano. Exemplos disso são a elaboração de produtos sem ingredientes ou insumos de origem animal, a redução dos testes em animais ou substituição por métodos alternativos e a não utilização de animais em espetáculos de entretenimento. Também tem aumentando o controle estatal sobre o uso de animais pelas organizações. Entre as situações recentes, com maior repercussão mundial, podemos citar a resolução da União Europeia em proibir a comercialização de cosméticos testados em animais (já realizada anteriormente na Índia), a proibição da tourada em algumas regiões (inclusive da Espanha) e a determinação do Governo da Costa Rica em fechar seus zoológicos (VISTA-SE, 2013).

No Brasil, apesar das situações não terem tanto impacto quanto as anteriores, já são proibidas as rinhas de galo e de cães, vários estados vetam o uso de animais silvestres em circos, as charretes de tração animal foram abolidas na Ilha de Paquetá (RJ) e os rodeios foram proibidos em algumas cidades (VISTA-SE, 2013). Além disso, projetos de lei que antes eram rapidamente descartados passam a ganhar força no legislativo, como a proibição das vaquejadas, o fim dos testes de cosméticos e produtos de limpeza em animais e a proibição da venda de cães e gatos em pet shops. Se aprovadas, essas propostas interferem diretamente na dinâmica das organizações cujos lucros derivam do uso de animais, nos ramos de alimentos, entretenimento, vestuário, remédios, higiene e limpeza, cosméticos, para empresas promotoras de eventos, laboratórios farmacêuticos, pet shops, bem como respectivos fornecedores e patrocinadores, etc. O exemplo mais relevante em nosso pais é a invasão do Instituto Royal, que culminou com a suspensão das atividades daquela unidade e a criação de legislação proibindo o uso de animais para testes de produtos cosméticos e de higiene/limpeza (ver BARRETO et al., 2014).

Todos esses acontecimentos sinalizam o crescimento da preocupação ética em relação aos animais na sociedade brasileira. Mas, mesmo que uma organização não considere os fundamentos da ética animal, existe uma influência prática dela sobre as organizações, em especial, a partir de legislação, ações e como ela pode influenciar as organizações: boicotes, ativismo, legislação, demanda crescente.

No caso da militância de defesa animal, é possível perceber todas essas características e, ainda, a utilização de estratégias não ortodoxas de manifestação e mobilização com um potencial de chamar bastante atenção. De acordo com Linhares (2009), movimentos sociais contemporâneos têm em comum a combinação de estratégias tradicionais (como o boicote e ações diretas de danos à propriedade privada), estratégias reformuladas (como manifestações e petições) e, ainda, a apropriação de estratégias publicitárias (tanto de sua linguagem quanto de formatos como campanhas em outdoors).

Paralelamente, esses movimentos realizam também ações com o objetivo de conquistar adeptos e apoiadores. Estão, nesse conjunto, intervenções urbanas, encenações, exposições, exibição de vídeos e, ainda, utilização de táticas e suportes que se assemelham aos do mercado, como a criação de peças publicitárias (outdoors, cartazes, calendários e afins) dotados de slogans, mascotes e layout convidativo. Nesse tipo de manifestação, não ocorrem ataques à propriedade privada, mas existe o potencial de beneficiar ou prejudicar as organizações implicadas ao rotulá-las como amigas ou inimigas dos animais (BARRETO et al., 2014)

Os autores argumentam que é válido ressaltar, ainda, que indivíduos não vegetarianos nem se consideram militantes da causa animal apoiam e até se engajam em manifestações contra o uso de peles e os testes de cosméticos e produtos de limpeza em animais. Essas práticas são consideradas imorais por várias razões, que vão do julgamento de seus produtos como supérfluos à defesa de métodos alternativos de testá-los e produzi-los (que já existem). A seguir vou apresentar alguns exemplos que envolvem essas questões, deixando de lado exemplos igualmente interessantes ligados à indústria do entretenimento e de alimentos, que serão abordados em seções seguintes.

3.3.1 Casos e repercussões para organizações

Alguns casos, de menor repercussão, mas que merecem citação, estão relacionados à cadeia produtiva de peles naturais. No Brasil, o episódio Arezzo (CHAVES, 2011), que recolheu todos os produtos de uma coleção de 2011 feita com pele natural após grande pressão por meio de mensagens de repúdio nas redes sociais[7]. Imediatamente após a repercussão do caso, a Colcci e a Iódice se adiantaram e retiraram produtos com peles naturais de circulação, além de decidirem não mais utilizar esse tipo de material. Esta última elaborou e assinou uma Declaração de Compromisso aos Animais, na qual se comprometeu publicamente com a resolução. No mesmo ano, em Curitiba, uma loja de vestuário feminino chamada Capitollium também repensou suas estratégias mercadológicas quando recebeu duras críticas do público por utilizar imagens de caça em um de seus catálogos de produtos. O resultado foi a exclusão da foto dos meios digitais e a retirada de circulação do material impresso (VARALLO, 2011). Em todos esses casos, houve prejuízos em relação aos recursos desperdiçados, tais como dinheiro, esforço e tempo, e também desgaste da imagem empresarial.

Os protestos também chamaram a atenção do poder legislativo, que apresentou dois projetos de lei: o PL 684/2011[8], que visa a criminalizar a utilização de peles em eventos de

[7] Embora tenha retornado a fazer uso de pele de animais em sua coleção recentemente, gerando desconforto e desaprovação de alguns consumidores.

8 Esse projeto foi remetido à Câmara dos Deputados em 17/01/2014, conforme link: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=103257.

moda e está apensado ao PL 689/2011[9], cujo conteúdo faz referência à sensibilização do público para os materiais alternativos de vestuário existentes, como tricôs e sintéticos. Em outros países, como na Coréia do Sul, Sérvia, França, Austrália, Noruega e nos Estados Unidos, a mobilização popular contra o uso e venda de peles está em evidência (JUNIOR, 2011). Também foi emblemático o recente cancelamento de contrato da L'Oreal, uma multinacional francesa de cosméticos, com uma modelo de campanhas que teve sua figura pessoal ligada à caça de animais silvestres na África[10] (HALL, 2014).

O caso internacional mais marcante aconteceu na região de *Montichiari*, na Itália. No dia 28 de abril de 2012, uma manifestação contra a vivissecção, organizada pelos grupos ativistas *Fermare Green Hill* (em português Parem Green Hill) e *Occupy Green Hill*, mobilizou mais de mil pessoas nas ruas, que seguiram até o criadouro *Green Hill*, uma empresa multinacional que cria animais para testes em todo o mundo (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE DIREITOS ANIMAIS, 2012). Mesmo com a presença da polícia e dos *Carabioneiros* (uma das forças armadas e de segurança da Itália), e sob constantes avisos de propriedade privada, os manifestantes pularam o muro do estabelecimento e, após acessarem as jaulas dos animais, reuniram esforços no resgate de mais de 40 cães da raça *beagle* (BELLIATO, 2012). Como resultado da ação direta, o acesso ao local foi fechado pelos administradores, os cães foram recuperados e 12 pessoas foram detidas pela polícia. No entanto, a reação da sociedade italiana foi surpreendente: uma nova manifestação foi realizada no dia 16 de junho de 2012, quando mais de dez mil pessoas, vindas de diversas cidades do país, ocuparam as ruas de Roma, desaprovando a postura do governo e reafirmando as motivações do protesto. Além disso, foram recolhidas assinaturas durante meses, fazendo com que a Delegacia retirasse as acusações sobre os ativistas, e uma denúncia formal foi apresentada pelas associações *Legambiente* e *Liga AntiVivisección* (LAV) às autoridades judiciais da província de Brescia, levando a polícia a iniciar investigação sobre o criadouro (BARRADAS, 2012; CHAVES, 2012). No dia 18 de julho de 2012, as instalações da *Green Hill* foram interditadas numa operação com mais de 30 agentes. Aproximadamente 2,5 mil cães foram apreendidos e ficaram sob a custódia da Agência Sanitária e do governo

9 Essa matéria está com a relatoria do Senado desde 13/02/2014, conforme link: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=103270.

10 Embora não tenha sido confirmado oficialmente que essa seria a causa da ruptura, o empenho que vem sendo aplicado na associação da imagem da empresa com questões de bem-estar animal, como o abandono da experimentação animal (antes mesmo da proibição da prática na União Europeia) e o robusto investimento realizado em testes alternativos, depõe em favor desta correlação.

municipal, sendo disponibilizados para adoção em seguida (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE DIREITOS ANIMAIS, 2012).

Outras consequências do *Occupy Green Hill* foram: criação e/ou novas adesões às petições e ações de boicote às empresas que criam, comercializam ou realizam testes com animais em diversos locais no mundo; novas mobilizações e manifestações em diversas cidades e países contra a vivissecção (Milão, Brescia, ambas na Itália, Nova York, Amsterdã, Londres, Paris, Montpellier, Marselha, Varsóvia, Bruxelas, Madri, Atenas, Montevidéu, Pretória, Cape Town, Adelaide e Cluj-Napoca, na Romênia) (CESANA, 2012); um documentário sobre a história do movimento produzido pela Federação Italiana de Associações de Direitos Animais (no português "*Green Hill*: uma história de liberdade"); o recuo da *Marshall Farms*, firma estadounidense proprietária da *Green Hill*, ao desistir de reaver os cães - todos adotados (CESANA, 2013).

A repercussão do caso para a *Marshall Farms*, que atualmente monopoliza o mercado (possui filiais em três continentes, um enorme criadouro na China e possui patente dos seus cães), não foi diretamente significativa, uma vez que continuam suas atividades normalmente (BARRADAS, 2012). No entanto, o fechamento do laboratório no norte da Itália, bem como a crescente onda de discussões e desaprovação da prática, tem agregado cada vez mais organizações e indivíduos na cobrança de responsabilidade socioambiental e valores éticos das organizações privadas com fins lucrativos.

Some-se a isso a proibição legal do uso de animais para a produção de cosméticos, em vigor na União Europeia (27 países) desde 2004 para produtos cosméticos e 2009 para ingredientes cosméticos. Essa restrição reduziu as possibilidades da *Marshall Farms*, que já havia sido rejeitada ao tentar abrir filiais em quatro localidades, em 2011, e no Reino Unido, em 2012 (ALBÈ, 2012). Outros países, como a China e o Brasil[11], têm seguido os exemplos da UE, Índia e Israel, que aboliram os testes em animais para cosméticos, criando restrições mercadológicas que, ao que tudo indica, não serão superadas, mas sim expandidas (TRONCOSO, 2013).

Como apresentado, os impactos desse caso foram muitos e acabaram transformando o caso *Occupy Green Hill* na maior causa pelos direitos dos animais na Itália até o momento, tendo grande repercussão mundial (SIQUEIRA, 2013). Ademais, para além das fronteiras do

[11] O caso brasileiro parece ter sido mais de regulamentação do que de proibição, conforme constata Felipe (2014).

país, o movimento foi precursor e inspirador para o caso brasileiro conhecido na imprensa como a invasão do Instituto Royal. Na madrugada do dia 18 de outubro de 2013, um grupo de ativistas dos direitos animais, composto por mais de 200 pessoas, invadiu o instituto após várias tentativas de solucionar as denúncias de maus-tratos aos animais. A ação contou com o apoio dos grupos *Black Bloc* SP, *Anonymous* Brasil (que derrubou o site do laboratório), Movimento Não Mate e da Frente de Libertação Animal (*ALF*) e sua repercussão foi tamanha que inúmeras personalidades do cenário nacional expressaram adesão. Foram resgatados alguns coelhos e 178 cães da raça *beagle*, alguns mutilados (sem patas, sem pernas ou parte dos pelos e pele) e doentes (REIS, SOUZA, 2013). O caso foi repercutido na mídia nacional e motivou debates na mídia, nas universidades, nos grupos de proteção e defesa animal.

No mês seguinte após grande pressão na sociedade, a unidade de São Roque (SP) do Instituto Royal encerrou suas atividades. Os prejuízos materiais para o instituto foram orçados em R$ 300 mil (TOMAZELA, 2013). O fechamento da unidade resultou no desligamento de 85 funcionários, mas também na total exposição da organização para a sociedade. Algumas questões ligadas ao Instituto ainda continuam obscuras e comprometeram a credibilidade da mesma, tais como a falta de transparência em relação à natureza dos testes que eram realizados no estabelecimento e ao histórico e política da própria organização, contradições essas que já são recorrentes na indústria farmacêutica (PASOLINI, 2013). Segundo declaração da própria diretora, todos os procedimentos eram realizados segundo recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (FERREIRA, CARVALHO, 2013). Por outro lado, a ANVISA publicou uma nota afirmando que as normas para o uso de animais em pesquisas são definidas pela Lei Arouca (Lei Federal n° 11.974 de 2008), e não são objetos de regulação da Agência, que teria, inclusive, firmado uma cooperação com o Centro Brasileiro de Validação de Métodos Alternativos (Bracvam), para validação de métodos que dispensem a utilização de animais (ARAÚJO, 2013). Outro aspecto que foi levantado é que o Instituto declarou realizar apenas estudos para tratamento de doenças, "cujo objetivo, em última análise, é o de salvar vidas" (ÉPOCA, 2013), embora conste em cadastro no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia que a empresa também realizava pesquisas com cosméticos e agrotóxicos (INMETRO, 2013). Além disso, foi constatado que as lesões encontradas nos cães resgatados eram típicas de testes com cosméticos (REIS, SOUSA, 2013). Outros questionamentos também foram mencionados por Chaves (2013) e Lungarzo (2013).

Receosos de terem seu nome associado ao Instituto Royal e sua imagem desgastada, a Royal Canin, uma multinacional francesa que produz alimentos para animais domésticos,

divulgou uma nota afirmando não possuir nenhum vínculo com o instituto e suas atividades, inclusive declarando que não realiza e nem apoia testes que tragam sofrimento aos animais (G1, 2013). A petição pública que se posiciona contra os testes em animais no Instituto contém aproximadamente 700.000 assinaturas, corroborando com o apoio de uma parcela significativa da opinião pública, o que representa uma transição paradigmática (PASOLINI, 2013).

Após o resgate dos *beagles*, no dia 22 de outubro de 2013, foi instalada uma comissão externa na Câmara dos Deputados, para investigar os acontecimentos do caso (SIQUEIRA, ARAÚJO, 2013).

Além da visibilidade à causa e das ações seguintes, como os protestos contra o laboratório TECAM, também em São Roque e que faz testes com animais, foi na esfera legislativa que ocorreram os maiores avanços: a aprovação na Câmara dos Deputados do PL 6602/2013, que proíbe todos os testes em animais para desenvolvimento ou pesquisas com objetivos de fabricar cosméticos no Brasil; as proibições de testes com animais para fabricação de cosméticos e produtos de higiene pessoal no Estado de São Paulo (Lei 777/2013) e no Mato Grosso do Sul (Lei 4.538/2014) (CHAVES, 2014). Também existe projeto de lei em tramitação no estado do Paraná com o mesmo objetivo (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS ANIMAIS, 2014).

Diante disso, enquanto as empresas que testam em animais precisarão se adequar ao novo cenário por imposição legal, aquelas que já haviam abolido os testes foram beneficiadas com divulgação gratuita feita de suas marcas e produtos por militantes e simpatizantes da causa animal, interessados em impulsionar o uso de produtos éticos e, ao mesmo tempo, estimular o mercado a seguir esse caminho.

O que podemos identificar é que, mesmo que autores de Estudos Organizacionais considerem o *dark side* das organizações ações prejudiciais à vida, de maneira genérica, pensam numa perspectiva antropocêntrica. No entanto**,** acadêmicos de outras áreas do conhecimento, indivíduos e grupos sociais já estão considerando ações que prejudicam os animais não-humanos, como antiéticas. Os motivos dessa visão explico na próxima seção.

3.3.2 O *dark side* das organizações no trato com os animais

Na perspectiva da ética animal, podemos classificar como imorais muitas ações organizacionais cotidianas e banais. A abolição das práticas especistas ameaçaria os interesses

instituídos de enormes empresas da indústria alimentar, das associações profissionais de pesquisadores, zootecnistas e veterinários. Para Singer (2008), mudanças radicais, que resultariam em muito sofrimento evitado, ocorreriam a partir de uma visão não especista no nosso tratamento dos animais que implicariam mudanças em muitos dos nossos hábitos. Essas implicações teriam amplas consequências: parar de criar animais por causa de sua carne; parar de matá-los por causa de sua pele; parar de treiná-los para que nos divirtam e parar de usá-los em pesquisas científicas (REGAN, 2006).

Vários autores realizaram relatos do tratamento dado aos animais pela indústria de exploração animal, *Animal Machines* de Ruth Harrison, de 1964 foi a pioneira (HARRISON, 1964), seguido por *Libertação Animal* de Peter Singer, em 1975 (SINGER, 2008), entre outros. Mais recentemente e com informações mais atualizadas, *Jaulas Vazias*, de Tom Regan (2006), *Porque Amamos Cachorros, Comemos Porcos e Vestimos Vacas* de Melanie Joy (2014). Todos esses livros demonstram a situação fora de nosso país, apesar de não existir muita diferença, o livro *Ética & Vegetarianismo* de Carlos Naconecy (2015), apresenta informações da realidade brasileira, em especial em sua introdução, apresentada por Carvalho (2015). Essas e outras obras demonstram as várias maneiras pelas quais os animais são criados e utilizados pelas indústrias dos alimentos, experimentação, farmacêutica, vestuário e para o entretenimento. Também relata as condições em que os animais são acondicionados e tratados antes de serem abatidos de uma forma cruel – embora sejam seguidas as regras que assegurem o "bem-estar animal" – e tornarem-se comida, comparando esse processo com uma linha de montagem ao contrário. [12]

É importante ressaltar que a maior parte dos relatos apresentados pelos autores dessas seções são baseadas em fontes oficiais da indústria da exploração animal e que apresentam as situações corriqueiras, de normalidade, e não os casos excepcionais. Em muitas vezes, elas configuram as normas e procedimentos legais, ou seja, é o tratamento considerado

[12] Existem também muitos filmes que tratam sobre o tratamento dado aos animais. Entre eles, alguns filmes internacionais: Terráqueos - *Earthlings* (http://www.terraqueos.org), Especismo – *Specism* (http://puhlu78.com/?movie=2359814), Da Fazenda para Geladeira (https://youtu.be/u516i94mIaA), Comida S/A - *Food Inc.* (https://www.youtube.com/watch?v=2Oq24hITFTY), Conheça sua carne – Meet your meat (https://youtu.be/QgM8QhlEtP0), Paredes de Vidro – Glass Walls (https://youtu.be/9KndhCqrIdc). Filmes nacionais: A carne é fraca (https://youtu.be/rrFsGTw5bCw), Atave – Avicultura Escancarada (https://www.youtube.com/watch?v=o0L6pz2KhIg).

adequado, não questionado como maus-tratos, pelo contrário, apresentado como ações de bem-estar animal.

Na indústria da moda, os animais são alvos para que roupas de pele, couro e lã sejam produzidas. Em 2001, nos Estados Unidos, em média 4,5 milhões animais perderam sua vida devido ao uso que o mercado dá a sua pele (REGAN, 2006). Para isso, há uma cautela para que a pele dos animais não seja danificada. O mesmo cuidado, a indústria não tem com os animais pois são utilizados métodos sem anestesia, não invasivos para a preservação de sua pele. Eles são criados em jaulas que limitam e podam os movimentos dos animais, além das feridas ocasionadas naqueles que são capturados através de armadilhas postas nas florestas, por exemplo. Para os defensores dos direitos dos animais, utilizar estes apenas com uma finalidade econômica ou de estar na moda não faz sentido. “O dinheiro que uma pessoa ganha por meio da violação dos direitos de outro ser nunca é razão moral suficiente para que essa pessoa o faça” (REGAN, 2006, p. 151). Existem outras alternativas para vestir-se que não seja através da utilização de produtos advindos de animais. Há no mercado vestuário, calçados e acessórios de materiais sintéticos que esquentam mais que peles dos bichos.

Quanto às indústrias de entretenimento e esporte, estas utilizam os animais em diversas situações. Sejam em touradas, caças, rodeios, circos tradicionais ou espetáculos que expõem estes seres vivos a alguma modalidade de esporte ou à diversão humana através, em alguns casos, de adestramento que os machucam e das condições em que eles são criados. Alvos desses eventos são touros, golfinhos, macacos, leões, elefantes entre outros que são obrigados a conviverem em ambientes que não são o seu habitat natural e que geralmente não tem o espaço adequado para as suas necessidades. Algumas regiões no Brasil já proíbem o uso de animais em circos, como é o caso de Recife. Desta forma, percebe-se que o lugar dos animais não é participando de espetáculos ou de “esportes” que os denigrem e sim em seu habitat natural por não se justificar utilizá-los para fins econômicos e entretenimento.

Hoje em dia também se questiona a validade da utilização dos animais em participação de pesquisas que venham beneficiar ou zelar pela vida e saúde dos seres humanos. Geralmente eles são usados em experimentos voltados para pesquisa, testes e educação (através de dissecação e vivissecção). (REGAN, 2006). A pesquisa médica é apenas uma pequena parte dos estudos cujos animais são utilizados como instrumentos de pesquisas. Alguns estudos já questionam se a sua utilização é realmente necessária devido a reações de alguns medicamentos ou produtos que não são prejudiciais aos bichos, mas que causam reação à espécie humana. Outro ponto importante é a utilização de experimentos para a definição da dose letal e exames de toxicidade de alguns produtos através de pesquisa com os

bichos que já mostram que tais resultados são imprecisos. Como alternativa a esses experimentos podem ser utilizados exames laboratoriais *in vitro*.

Apesar da crueldade e sofrimento que os animais da indústria de moda, entretimento e experimentação animal, é a indústria de alimentos que tem um maior impacto sobre os animais. Segundo a FAO/ONU (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), são criados e abatidos aproximadamente 70 bilhões de animais terrestres - desconsidera o total de animais aquáticos - por ano, para a produção de carnes, laticínio e ovos (CARVALHO, 2015). Regan (2006) mostra a indústria seleta de vitela, porcos, aves, gado leiteiro e de corte, assim como dos peixes que são criados em tanques, geralmente disponibilizados em um ambiente que cerceiam os seus movimentos, além do surgimento de doenças que são causadas por tal imobilidade, tornando-os fracos. O Brasil é um dos maiores produtores de carne do mundo (atrás de China e Estados Unidos apenas) é responsável por 8% das mortes desses animais (CARVALHO, 2015). Segundo o IBGE, no Brasil, em 2013, foram abatidos 5,6 bilhões de aves, 36,1 milhões de suínos e 34,4 milhões de bovinos (EXAME, 2014), mais de 10 mil animais a cada minuto para produzir carnes, laticínios e ovos (CARVALHO, 2015). Nos Estados Unidos a quantidade de abates é 10 bilhões por ano, o que representa 33 vezes mais do que a população de americanos e quase duas vezes a população mundial de humanos (JOY, 2014).

A posição ética encontrada pelos defensores dos direitos animais está no fato de que "temos a obrigação de parar de comer corpos de animais ("carne"), assim como temos a obrigação de parar de comer "produtos animais", como leite, queijo e ovos" (REGAN, 2006, p. 126), pois este tipo de comercialização fere os direitos desses animais. Como solução, Regan (2006) informa que a gastronomia já dispõe de várias opções de comida nutritiva e com sabor – em várias culturas – que substituem o uso de produtos animais. As carnes, por exemplo, podem ser substituídas em seus nutrientes principais por feijões, e na textura e sabor por frutas como jaca, caju, fazendo cair por terra o mito de que a obtenção de proteína só ocorre através do consumo de carne.

Apesar da indústria agropecuária querer que acreditemos que são vacas satisfeitas e galinhas felizes passeando em meio ao campo cheio de relva e terrenos abertos, esses animais não estão sendo bem tratados nem felizes. A despeito do que sugere o imaginário predominante sobre os animais de criação, que estariam vivendo em fazendas familiares pequenas, hoje os animais estão em gigantescas centrais de alimentação de animais em confinamento ou fazendas-fábricas (JOY, 2014). Elas são descritas pelos que trabalham nessa indústria como uma linha de montagem ao contrário, onde se aproveita tudo do animal, só não

sua voz (REGAN, 2006). O sucesso da criação em escala industrial depende da visão nostálgica dos consumidores sobre a produção de alimentos, porque essas imagens correspondem a algo que as pessoas respeitam e acreditam (FOER, 2011).

A lógica do lucro máximo faz com que o animal criado nessa granja industrial seja impedido de pastar, de mudar de posição, mover os membros, se deitar e se coçar (CARVALHO, 2015). Os animais são separados de suas mães no momento de seu nascimento, são mutilados sem o uso de qualquer anestesia, crescem de forma absolutamente rápida e anormal e têm mortes prematuras e cruéis (MERCY FOR ANIMALS, 2016). Porcos e aves ficam em lugares fechados durante toda a vida, não veem a luz do dia, não respiram ar fresco e são impossibilitados de contato social com outros membros da sua espécie. "A criação intensiva sequer leva em conta o fato natural de que cada um desses animais tem pai, mãe e filhos: eles são separados do seu grupo familiar assim que nascem" (CARVALHO, 2015 p. 7).

Segundo a *Mercy For Animals* (2016), mais de 99% de todos os animais explorados para abate passam sua vida da forma mais miserável possível, em processos de produção de volume industrial agressivo. O restante, menos de 1%, são animais de pequenas fazendas criados soltos, mas também têm uma morte extremamente prematura e inevitavelmente violenta. Nenhum animal precisa ou deve sofrer para que possamos ter uma vida saudável, plena e feliz (MERCY FOR ANIMALS, 2016).

Os animais de granjas industriais são vistos como mercadorias, então não têm o direito a um tratamento respeitoso. Por não terem esse direito, a dor e as privações que eles passam não precisam ser justificadas. "E por não precisarem de justificativa, são impostas a eles em proporções muito além do que os humanos conseguem calcular" (REGAN, 2006 p. 111).

Para mostrar um pouco mais da dura realidade vivida por esses animais, ditos de abate, as seções a seguir apresentarão fatos para confirmar que, por mais que sejam utilizados termos como abate humanitário, bem-estar animal, animais felizes, não existe animal que não sofra na indústria de exploração animal[13].

[13] Alguns vídeos sobre essa realidade podem ser consultados na ONG Mercy For Animals (http://www.mercyforanimals.org/), ela é a organização pioneira em filmar e divulgar vídeos sobre como os animais são tratados em fazendas e indústrias. Em seu site e Facebook existe uma enorme variedade desses vídeos. Para se ter uma ideia do alcance dessa organização, atualmente ela conta com mais de 1.300.000 curtidas no Facebook em sua página brasileira (https://www.facebook.com/BrasilMFA/) e mais de 2 milhões em sua página internacional (https://www.facebook.com/mercyforanimals/).

> Regan (2006) afirma que por mais dura e perturbadora que seja essa realidade elas não dão ideia exata da vida dos animais criados em granjas industriais, pois o que vemos é a vida deles observada pelo lado de fora. O que nós não vemos, e que só nossa imaginação pode produzir, é a vida deles observada do lado de dentro, pelos sujeitos que a vivem. A verdade nua e crua é que a grande maioria desses animais, literalmente bilhões deles, sofrem cada um dos minutos em que estão vivos. Fisicamente, estão debilitados por epidemias e enfermidades crônicas. Psicologicamente, estão massacrados pelos efeitos cumulativos da desorientação e da depressão. Vistos à distância, podem parecer os animais sobre os quais todos lemos nos livros ilustrados da nossa infância. Vistos do lado de dentro, nas presentes circunstâncias, são sombras trágicas e patéticas de seus robustos antepassados. É notável que, apesar de tudo, a integridade dos seus seres permanece, esperando ser libertadas. (REGAN, 2006 p. 106).

A seguir apresento com mais detalhes informações sobre a indústria da carne e do leite, objetos de estudo desta tese.

3.3.2.1 A cadeia produtiva do leite

"A vaca leiteira, outrora vista tranquilamente, mesmo idilicamente, a vaguear pelos montes, é agora uma máquina de produção de leite cuidadosamente vigiada e afinada" (SINGER, 2008 p. 129). O quadro bucólico da vaca brincando com a cria na pastagem não faz parte da produção comercial de leite, pois a maior parte dessas vacas são criadas em confinamento intensivo durante a maior parte do tempo, em pequenas celas com espaço apenas para que elas permaneçam de pé e se deitem e passando algumas horas por dia em máquinas de ordenha industrial (SINGER, 2008; CARVALHO, 2015). O ambiente é totalmente controlado: quantidade de ração, temperatura e iluminação ajustados de forma a maximizar a produção (SINGER, 2008).

A realidade brasileira se aproxima da americana e europeia. Dados da *Milkpoint* (2015a) informam que dos 100 maiores produtores brasileiros em 2014, apenas 16 utilizam o sistema de produção de pastejo (aquele apresentado pela Nestlé em seu comercial). Entre os dez maiores, esse percentual se reduz a apenas 1 deles. 61 propriedades utilizam o sistema de confinamento, e o restante de semiconfinamento.

Na situação mais comum dentro dessa indústria, após ter sido retirada a primeira cria, dá-se o início do ciclo produtivo do animal, onde a vaca é ordenhada duas a três vezes ao dia, durante 10 meses, e após o terceiro mês é de novo emprenhada, será ordenhada até pouco antes do nascimento do bezerro e voltará a sê-lo logo que a cria lhe seja retirada (SINGER, 2008). Tais dados são corroborados pela EMBRAPA (2002). O bezerro costuma ser separado da mãe, à força, geralmente dentro das primeiras 24 horas, ignorando o auge do cuidado

maternal daquela vaca e gerando desespero e frustração extrema. Durante dias as vacas continuam emitindo sons em busca do filho roubado (CARVALHO, 2015).

Vacas leiteiras saudáveis, em um ambiente favorável, podem viver entre 20 e 25 anos. É uma situação bem diferente da encontrada na indústria leiteira: as vacas ficam prenhes uma vez por ano durante três a seis anos, depois disso, muitas delas são vendidas para serem transformadas em produtos de carne baratos (REGAN, 2006; SINGER, 2008; FELIPE, 2012; CARVALHO, 2015). Regan (2006) informa que no contexto americano, o principal destino é virar hambúrguer - 40% do que é vendido nos mercados e restaurantes vem da carne de vacas leiteiras descartadas. Felipe (2012) também confirma esse fim para as vacas brasileiras.

Desde a década de 1950, criadores e empresas de biotecnologia fizeram uma rigorosa seleção genética das linhagens de vacas com o intuito de maximizar a produção de leite (CARVALHO, 2015). A manipulação genética e o cruzamento seletivo, através de inseminação artificial, chegam a aumentar em até 10 vezes a capacidade produtiva normal da vaca, que atingem até 44 litros de leite por dia (REGAN, 2006). Quando empresários e zootécnicos concluem que a produtividade está baixa, seu próximo passo é criar novas formas de alimentar as vacas para que suas glândulas mamárias sejam estimuladas ao máximo (FELIPE, 2012). Como resultado disso, existe uma série de complicações para o animal, incluindo excesso de peso, que tenciona o úbere e agrava os danos aos joelhos e ancas, de 20% a 40% desses animais sofrem de mastite, uma inflamação do úbere (REGAN, 2006; SINGER, 2008; CARVALHO, 2015), além de claudicação, uma afecção do casco bovino bastante comum, mas pouco diagnosticada e controlada pelos produtores, que provoca dor e desequilíbrio locomotor (BOND et al, 2012).

Mastite, laminite, depressão pós-parto recorrentes, gases formando borbulhas no interior do abdômen todos os dias, são apenas algumas das consequências para as vacas leiteiras (FELIPE, 2012). Conforme a autora (p. 246) “toda vaca usada para a extração do leite é morta, depois de sofrer durante anos as intervenções humanas voltadas para arrancar dela o maior volume possível desse líquido ao menor custo financeiro para o empresário”. Muitos autores também relatam que a seleção genética para alta produção reduz a fertilidade e longevidade dos animais, além de elevar os índices de doenças (BOND et al, 2012).

Além de infligir sofrimento às vacas, a produção de leite também afeta os bezerros, que quando não podem ser utilizados pelo próprio produtor de leite, são vendidos para a indústria de carne de vitela ou criados para o abate, para a indústria do couro (ANDA, 2015). A carne de vitela, especialmente a “rosada”, de bezerros “alimentados com leite” é famosa pela sua maciez - sem músculo e cartilagem, que possibilitam ser cortada com o garfo - e

destaque entre os pratos que algumas pessoas consideram entre os mais refinados, preparados pelos melhores *chefs*, principalmente franceses e italianos (REGAN, 2006). Mas para que os bons apreciadores da comida tenham essa experiência "especial" existe toda uma implicação a vida desses bezerros.

Para Singer (2008), de todas as formas de agricultura intensiva atualmente praticadas, a indústria de vitelas é a mais repugnante em termos morais. Milhares de bezerros excedentes de rebanhos leiteiros são retirados das suas mães e vendidos horas ou poucos dias após o nascimento - é recomendado pela indústria menos de 7 dias (REGAN, 2006). A separação precoce da vaca e do bezerro é um ponto crítico de bem-estar, devido ao alto nível de estresse que provoca (GREGORY, 1998 *apud* BOND et al, 2012). Algumas informações sobre a criação e abate de vitelos também são fornecidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2015):

> Vitelos ("veal" ou "veau de boucherie") podem ser obtidos de bezerros abatidos até as 20 semanas de idade. Geralmente, esses bezerros são de origem leiteira, a maioria deles holandeses, alimentados exclusivamente com leite e/ou sucedâneos do leite. Há diferentes tipos de vitelos, podendo-se classificá-los de acordo com a idade de abate [menos de 4 semanas, entre 4 e 12 semanas, entre 12 e 20 semanas].

Fato curioso é o que o documento não traz informações detalhadas sobre as instalações onde ficam os vitelos, apenas menciona exemplos de outras unidades produtivas que usam o confinamento total ou o manejo dos vitelos em grupos sociais. O documento, sem especificação de autoria, aponta que é importante possuir mais de uma unidade de instalação, pois permite a limpeza, desinfecção e repouso da baía já utilizada. Por fim, coloca que "o ambiente escuro mantém os bezerros quietos, aumentando a performance" (EMBRAPA, 2015, p. 10). Para Bond *et al* (2012), essa escassez na literatura a respeito do bem-estar dos bezerros machos é crítica e, ao mesmo tempo, confortável, já que os animais são tratados como um subproduto do sistema, tendo como destino mais comum o abate precoce, a criação de vitelo (que no molde tradicional oferece restrições severas) ou o consumo na própria fazenda. A dinâmica da indústria do leite também foi descrita por Irvênia Prada, médica veterinária, professora e orientadora do curso de pós-graduação em Anatomia dos Animais Domésticos e Silvestres, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, em entrevista à rádio EBC (2014). Ela afirma que o setor não tem nenhum interesse legítimo pelo bem-estar dos animais e narra sobre situações de estresse, desconforto e sofrimento que fazem parte do cotidiano da grande maioria dos estabelecimentos que compõem a indústria leiteira no Brasil.

3.3.2.2 Frangos de corte

Aves são inteligentes e sociáveis, em convívio com humanos e outros animais elas costumam buscar afeto e se divertir (JOY, 2014). Apesar disso, dos mais de 5 bilhões de animais abatidos para consumo humano no Brasil, a imensa maioria são frangos criados em granjas industriais (CARVALHO, 2015). Nos Estados Unidos eles representam 90% dos animais de consumo abatidos (REGAN, 2006; JOY 2014). Esses galpões, abarrotados de milhares de frangos - alguns podem conter mais de 50.000 aves, tem um espaço médio para cada animal em torno de 0,1 metro quadrado e produzem grandes quantidades de fezes que geram doenças decorrentes de níveis prejudiciais de amônia e outras substâncias tóxicas (REGAN, 2006; JOY, 2014; CARVALHO, 2015).

A seleção genética e o melhoramento de ração e medicamentos, também desses animais, faz com que o frango, dito de corte, tem um peso no momento do abate de quase o dobro dos seus antepassados (REGAN, 2006) e atinjam o peso considerado satisfatório para o abate em 40 dias, um terço do tempo que demorava décadas atrás (CARVALHO, 2015). Se formos comparar com um ser humano seria um crescimento numa taxa equivalente à possibilidade de ter um peso de 158 quilos aos 2 anos de idade (JOY, 2014). O animal ainda em estágio infantil fica com 2kg ou mais, e então segue para o abate. Mas as melhorias de custo alcançadas pela indústria têm como efeito uma alta incidência de doenças, dores, deformidade esquelética e dificuldade de mobilidade já que o crescimento do esqueleto não acompanha o ritmo de crescimento do corpo (CARVALHO, 2015). É comum eles terem vértebras machucadas, ossos quebrados, juntas inflamadas, sistema cardiovascular prejudicado com a incidência de infartos. Centenas de milhões de frangos morrem anualmente por causa do ambiente em que vivem (REGAN, 2006).

Dada a duração natural da vida desses animais, que podem chegar a ter com saúde mais de 10 anos, no momento do abate eles são simples bebês, filhotes. Durante esse curto período de vida, eles costumam viver confinados em galpões de metal de teto baixo e chão batido, tendo privação crônica e intenso sofrimento (REGAN, 2006; JOY, 2014). Quando os animais estão preparados para o abate, eles são carregados em caminhões, em caixas semelhantes a engradados de bebida - como se fossem um objeto - e levados aos milhares para o matadouro, sem proteção contra as intempéries (CARVALHO, 2015).

Em abatedouros de aves, a produção é mais rápida que no caso de outros animais, e morrem atém 8.400 animais por hora. As aves são atiradas em esteiras transportadoras, onde são agarradas e penduradas de cabeça para baixo em argolas. Apesar dos outros animais terem

uma exigência legal de serem mortos inconscientes, as aves são uma exceção e são abatidas em plena consciência. Sua garganta é cortada por mãos humanas ou máquinas e depois são despejadas em água fervente para soltar as penas. Muitas aves acabam sendo fervidas vivas (JOY, 2014).

3.3.2.3 Gado de corte

Os bois são animais comunicativos, sentimentais e sociáveis. Têm inúmeras formas de vocalização e gestos para comunicar seus sentimentos e criar laços de amizades. Em um ambiente natural, são amáveis e dóceis, passam a maior parte do tempo de vigília comendo capim e ruminando, os filhotes com frequência se envolvem em brincadeiras quando não estão sendo alimentados pelas mães. Bovinos nascidos em cativeiro são incapazes de satisfazer seus instintos naturais (JOY, 2014).

Mas durante um curto período de tempo, geralmente durante seus 6 primeiros meses de vida, ao contrário da indústria suína e de aves, os animais ficam ao ar livre (JOY, 2014). Isso se justifica porque é mais barato contratar fazendeiros independentes, que possuem pastagens, para administrar parte do processo.

O gado vendido como carne é marcado a ferro quente, tem os chifres mutilados e, se for macho, é castrado, tudo isso, sem nenhuma anestesia (REGAN, 2006; JOY, 2014). Especialistas em agricultura e pecuária da Universidade do Tennessee apresentam os meios mais eficientes de executar a castração do bezerro:

> Um dos métodos inclui usar uma faca para cortar a parte inferior da bolsa escrotal: Depois de expostos, os testículos devem ser agarrados e estendidos um de cada vez, enquanto se empurra para trás o tecido conjuntivo que cerca o cordão... Em bezerros novos os testículos podem ser agarrados e puxados até que o cordão arrebente. Ou os que executam a tarefa podem colocar uma tira de borracha na bolsa escrotal, acima dos testículos: “Como isso corta o suprimento de sangue, a bolsa escrotal e os testículos se desprendem do tecido são em cerca de três semanas” [...] Outro método de castração sem derramamento de sangue envolve o uso de um emasculador, um instrumento com lâminas rombudas que esmagam o cordão espermático e cortam o suprimento de sangue [...] “a melhor época para castrar é na primavera e no outono, quando é menos provável que moscas e larvas de inseto aumentem a irritação e a infecção do ferimento” (JOY, 2014 p. 50-51).

Depois dos seis meses de idade costuma ocorrer o desmame, que talvez seja o momento mais traumático numa fazenda, tanto para os animais quanto para os homens. As vacas separadas de seus bezerros costumam mostrar-se abatidas e ficar mugindo durante dias, e os bezerros, estressados pela mudança no seu ambiente e na dieta, tendem a ficar doentes

(POLLAN, 2007). O desmame é reconhecido pelos veterinários como um dos principais elementos psicológicos de estresse (JOY, 2014).

Após o desmame, a maioria do gado de corte passa a maior parte da vida em currais de engorda. Nesse ambiente, eles vivem permanentemente expostos, sem proteção, nem nada sobre o que se deitar, exceto terra seca, lama e esterco. Por natureza, esses animais são ruminantes, preferindo grama, capim e outras fibras, mas sua dieta nesses currais consiste em quase que exclusivamente de grãos, pelo fato de acelerarem seu processo de engorda (REGAN, 2006; JOY, 2014).

Durante o transporte para criação ou abate, eles não recebem nem água nem comida, nem atendimento veterinário. No momento do abate, nas operações de maior escala, existe um barulho de animais desembarcando, mugidos. Muitos trabalhadores dizem que os animais sabem porque estão lá, e muitos dos animais resistem valentemente, quando forçados a entrar no compartimento sem retorno. Os animais que mais resistem são os mais punidos, com choques elétricos, golpes de correntes ou pontapés (REGAN, 2006).

Uma vez na linha de desmontagem, o gado é atordoado, geralmente por um tiro de uma arma cativo-perfurante. Os trabalhadores com essa tarefa fazem isso centenas de vezes por dia, e nem sempre acertam corretamente. Após isso, em 12 segundos, o boi está preso em uma corrente, indo para ser sangrado através de uma faca na garganta, depois o animal é estripado e esfolado (WARRICK, 2001). Como acontece no abate de outros animais, como os porcos, a falta de trabalhadores experientes e a velocidade vertiginosa da esteira impedem a precisão no atordoamento e vários animais passam por esse processo totalmente conscientes (WARRICK, 2001; JOY, 2014).

Em 2001 o Washington Post publicou um artigo de Jo Warrick, com o nome: Eles morrem pedaço a pedaço (WARRICK, 2001). Nesse artigo, o autor entrevista um funcionário da indústria, Ramom Moreno, que relata seu dia-a-dia cortando jarretes de carcaça a uma média de 309 por hora: Nos dias ruins, dezenas de animais atingiam seu posto claramente vivos e conscientes. Alguns iriam sobreviver até o cortador de cauda, o estripador de barriga, o esfolador. “Eles morrem”, disse Moreno “pedaço por pedaço” (WARRICK, 2001). Warrick (2001) afirma que apesar da legislação, em dezenas de matadouros sobrecarregados costumam, por vezes, quebrar a lei, com consequências cruéis para os animais, como também para os trabalhadores.

3.3.2.4 Galinhas poedeiras

Em nosso país, existem cerca de 100 milhões de galinhas poedeiras (aquelas usadas para a produção do ovo) sendo que mais de 90% delas vivem a vida inteira em gaiolas de arame em sistema bateria (CARVALHO, 2015). Essas gaiolas são empilhadas, umas em cima das outras, e disponibilizam um espaço para cada galinha menor do que uma folha de papel A4. As galinhas que ficam nas gaiolas de baixo da pilha vivem sob uma torrente ininterrupta de excrementos produzidos pelas de cima (REGAN, 2006; JOY, 2014). As galinhas poedeiras vivem mais, e consequentemente, sofrem mais do que os frangos, aproximadamente 1 ano e meio a 2 anos. Depois desse período o animal entra em exaustão e sua produtividade de ovos começa a cair vertiginosamente, e dessa forma mantê-la viva não vale mais à pena para a indústria (REGAN, 2006; CARVALHO, 2015). Nos Estados Unidos são 300 milhões de galinhas, em situações similares as do Brasil, que produzem cerca de 250 ovos por ano e tem uma vida média de 2 anos (REGAN, 2006).

As gaiolas em baterias são consideradas tão cruéis, que estão sendo banidas em diversos país ao redor do mundo (JOY, 2014). A situação de aprisionamento em um espaço tão pequeno, durante toda a vida, é tão extrema e estressante, devido a impossibilidade de sequer esticar as asas, que as galinhas desenvolvem uma tendência de atacar violentamente umas às outras. Para evitar o canibalismo e perdas financeiras, os criadores cortam com uma lâmina quente ou laser, sem anestesia, o bico de todos os pintinhos recém-nascidos. Esse procedimento causa dor e sofrimento já no primeiro dia de vida dessas fêmeas (CARVALHO, 2015).

As poedeiras não estão anatomicamente adaptadas a ficarem de pé sobre o arame durante anos e por isso, quase a metade delas tem anormalidades nas pernas ou unhas. A maioria tem feridas e contusões causadas pela fricção contra gaiola. Outra prática habitual da indústria são as “mudas forçadas” onde as galinhas ficam sem comer durante 10 a 14 dias. 10% das poedeiras morrem durante esse período (REGAN, 2006).

É uma escolha difícil entre sofrer a vida inteira ou morrer logo após o nascimento, mas, talvez, os machos (50% de todos os filhotes) da linhagem poedeira tenham um destino também muito trágico. Por terem “nascido no lugar errado”, ou seja, são incapazes de produzir ovos (por serem machos) e sem condições de ganhar peso suficiente para sua criação ser economicamente viável para a indústria, esses animais são exterminados ou largados para morrer aos poucos, logo após o seu nascimento. Serem jogados na lata do lixo, onde os que

ficam embaixo morrem asfixiados, simplesmente triturados em um moedor, envenenados com gases são práticas comuns (REGAN, 2006; JOY, 2014; CARVALHO, 2015).

3.3.2.5 Porcos de abate e porcas reprodutoras

Os porcos são animais muito inteligentes, sensíveis e que tem muita empatia com o ser humano. São afetuosos e sociáveis e podem ser brincalhões e carinhosos como os cachorros, têm preferência e personalidade (JOY, 2014; CARVALHO, 2015). Com apenas 3 semanas os porquinhos aprendem o próprio nome e respondem quando chamados (JOY, 2014). Ao contrário do que se credita a eles, são bastante higiênicos, fazendo questão de ter áreas diferentes para descanso das que urina e defeca (CARVALHO, 2015).

Em ambientes naturais, os porcos caminham até 50 quilômetros por dia. Podem formar laços de intimidade uns com os outros, distinguem diferentes indivíduos e vão procurar aqueles com que tem intimidade. As mães grávidas são extremamente conscientes, podem percorrer quilômetros para procurar o local perfeito para construir um abrigo para os filhos (JOY, 2014).

Apesar disso, muitas vezes esses animais são tratados com negligência e crueldade, sujeitos ao crescimento acelerado, procedimentos mutilatórios dolorosos - como o corte de cauda, dos dentes e castração sem anestésicos - e grande quantidade de antibióticos diariamente para evitar o desenvolvimento de doenças causadas pela baixa imunidade devido ao confinamento intensivo (REGAN, 2006; CARVALHO, 2015). As caudas são cortadas com alicates rombudos, que só cortam de um lado para ajudar a reduzir o sangramento. Eles são realizados porque sob extrema tensão e quando todos os impulsos naturais forem frustrados, os porcos desenvolvem comportamentos neuróticos (Síndrome do Estresse Suíno) e podem arrancar com mordidas as caudas uns dos outros e as suas próprias (JOY, 2014). A autora explica que:

> Como humanos que passaram por confinamento solitário e outras torturas em cativeiro, os porcos têm se entregado à automutilação e têm sido vistos repetindo sem parar, às vezes milhares de vezes por dia, os mesmos comportamentos absurdos; os animais são literalmente levados à insanidade (JOY, 2014 p. 44)

As porcas reprodutoras são, talvez, as que mais sofrem. Elas ficam mantidas durante a maior parte do tempo em celas metálicas individuais conhecidas como baias de gestação (que foram proibidas na União Europeia e alguns outros lugares do mundo, em virtude da situação desumana), pouco maiores do que seu corpo - 61 cm, e vivem cerca de 5 anos sem conseguir

se virar de lado, sofrendo com doenças decorrentes do confinamento, em especial infecções urinárias devido a sentar em seus dejetos. Essas porcas, em ciclos de 5 a 6 meses recebem inseminação artificial e sucessivas gestações. Após anos de exploração e confinamento, esgotadas, as porcas são encaminhadas para matadouros, de onde são transformadas em carne de segunda qualidade ou ração para pets (REGAN, 2006; JOY, 2014; CARVALHO, 2015).

Os leitões nascidos em confinamento têm permissão de mamar apenas duas ou três semanas após o parto e fazem isso através das barras da cela. Se eles conseguirem passar pelas barras para satisfazer sua necessidade instintiva de calor e intimidade com a mãe, eles podem ser acidentalmente esmagados por ela. Após o desmame, durante os seis meses seguintes que o separam do abate, os porcos são apinhados nas pocilgas ou galpões, que frequentemente estão sujos, cheios de gases nocivos originados dos seus excrementos. Devido a isso o ar fica espesso, cheio de poeira e agentes alérgicos, os porcos e humanos que trabalham lá, sofrem de doenças respiratórias crônicas e muitos porcos morrem prematuramente de enfermidades do pulmão (JOY, 2014), estima-se que mais de 70% tenha pneumonia ao serem abatidos (REGAN, 2006).

A maioria dos porcos passam suas vidas em pé ou dormindo em superfícies de tela de arame (quando nascem) e sobre barras de metal ou de concreto com espaços vazios entre elas. Nunca são tratados os comuns casos de ferimentos nos pés e nas pernas, escoriações e contusões na pele. Diarreia, cólera e triquíase são comuns. Os porquinhos que não crescem rápido o suficiente são mortos por meio de pancadas na cabeça contra o chão de concreto. (REGAN, 2006).

Em seu livro Regan (2006) narra os relatos de Matthew Scully, o redator dos discursos do ex-presidente norte americano George W. Bush, em uma visita a uma granja que garante um tratamento humanitário aos porcos e tem uma das melhores instalações para criação de seu país. Ele escreve:

> Feridas, tumores, úlceras, bolsas de pus, lesões, cistos, contusões, orelhas rasgadas, pernas inchadas em todo lugar. Rugidos, gemidos, mordidas nos rabos, brigas e outros vícios, como se diz nas indústrias. Mordedura frenética das barras e correntes; estereotípica mastigação do nada ("vácuo"); cavação estereotípica da terra à procura de raízes; construções de ninhos com palha imaginária. E "frustração social" de montão: a cada terceira ou quarta baia, algum ser completamente destruído que você só sabe que está vivo porque pisca, porque olha fixo para você... criaturas fora do alcance da ajuda por piedade ou de pior miséria por indiferença. Mortas para o mundo, exceto enquanto amontoados de carne (REGAN, 2006 p. 112-113).

No momento do abate “humanitário” os porcos são conduzidos a um estreito compartimento onde o "atordoador" lhes dá um choque elétrico, que supõe, os deixar inconscientes. Após essa etapa, eles tem suas pernas traseiras levantadas por correntes e fica

de cabeça para baixo e são colocados na esteira rolante onde encontram os lanceiros, cuja tarefa é cortar-lhes a garganta. Depois de sangrarem até a morte, eles são submersos em água escaldante, em seguida depilados e tiradas suas vísceras. Na teoria, os porcos vão passar por todo esse processo sem recobrarem a consciência ou mortos, mas na prática, não é isso o que acontece, conforme descobriu Gail Eisnitz, na sua investigação secreta sobre a indústria do abate nos Estados Unidos, é comum os porcos entrarem no tanque de escaldagem totalmente conscientes (REGAN, 2006).

Diante da realidade vivida por esses animais de "consumo" é crescente a legislação no Brasil e no mundo que trata sobre o Bem-Estar Animal. Na próxima seção apresento esse conceito entre outras discussões.

3.3.3 Bem-estar animal, abate humanitário e a legislação brasileira

Hoje, com a rápida difusão de informações via meios digitais de comunicação e as crescentes preocupações eco ambientais com o destino do planeta, os consumidores amplificaram os seus desejos por um acesso, mesmo que incipiente, às informações da produção e comercialização dos produtos consumidos (INSTITUTO NILSEN 2012; INSTITUTO AKATU, 2012). Nesta perspectiva, as preocupações socioambientais se tornaram uma pauta, uma ordem do dia nas grandes corporações, que buscaram e buscam uma adequação às novas demandas desse mercado consumidor. Singer (2008) denuncia parte das atrocidades que se cometiam contra os animais não-humanos, especialmente em laboratórios e fazendas industriais, e, a partir disso, propõe a inauguração da temática conceitual da *Ética Animal*.

Com a abertura, crítica e aprofundamento por diversos outros autores (ver REGAN 2001, 2004, 2006, 2013; ADAMS, 2012; JOY, 2014) desse flanco teórico de análises, as temáticas da Ética Animal, Direito Animal e Libertação Animal se difundem em uma rápida velocidade; as questões alimentares e o uso indiscriminado e intensivo dos derivados animais na fabricação de produtos ganham um novo olhar; e os indivíduos e as empresas ligadas cotidianamente à exploração desses seres são postas em cheque e cobradas a dar respostas e promover mudanças (transformadoras ou não) de hábitos nas suas práticas cotidianas.

Os anos 1960 e 1970 produziu um renascimento substancial de interesse no bem-estar animal e direitos dos animais, e esta tendência não mostra sinais de diminuir. Inglaterra agora é justamente considerado como um líder mundial na área da proteção animal, a RSPCA (*Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals*) se tornou a maior e mais rica organização do seu tipo na Europa (SERPELL; PAUL, 2003).

Os sistemas de criação intensiva confinada moderna desafiam os animais com ambientes adversos às suas naturezas fisiológicas e comportamentais, possibilitando estresses físicos e psicológicos. Por isso, na última década houve um aumento da atenção e preocupação do público consumidor com as práticas de produção adotadas para a criação de animais de consumo. Dentre as práticas mais questionadas e criticadas no âmbito científico, ético e social, incluem os alojamentos em gaiolas para suínos e galinhas poedeiras, procedimentos cirúrgicos sem o uso de anestesia local, realizados de forma desnecessária, e condições de transporte e métodos de insensibilização para o abate animal. "Essas práticas são controversas e inaceitáveis por parte do público consumidor por comprometer em diferentes graus, a capacidade dos animais em superar o estresse decorrente, prejudicando consequentemente o seu estado de bem-estar" (POLETTO, 2014 p. 104).

Neste horizonte, uma dessas transformações, e que hoje se encontra bastante difundida como uma lógica de mercado, é o foco da discussão sobre ética e direitos animais ligada às questões do *bem-estar animal,* ou *bem-estarismo*. Este fronte prático teórico tem como objeto a construção de leis, normas e políticas que regulamentem o uso de animais não-humanos, de forma a reduzir seu sofrimento, mas sem considerar a possibilidade de abolição da posse e uso sobre estes seres.

Apesar de desde 1822 ser criada a primeira Lei geral sobre bem-estar animal, na Grã-Bretanha (LUDTKE et al., 2015), historicamente, o bem-estar dos animais de produção foi ofuscado pela busca de melhores índices zootécnicos. Desde a década de 1960, na União Europeia, por meio de iniciativas como o livro *Animal Machines* (HARRISON, 1964), e depois o livro, em 1975, *Libertação Animal* (SINGER, 2008) e suas reverberações, a sociedade passou a conhecer os sistemas de produção e confinamento animal e a exigir a criação de animais de maneira "humanitária". Os primeiros princípios sobre bem-estar em animais de produção começaram a ser estudados um ano após o lançamento do livro de Harrison (1964) por um comitê formado por pesquisadores e profissionais do Reino Unido, denominado Comitê *Brambell*. A primeira definição elaborada sobre bem-estar por esse grupo foi: (Ludtke et al., 2015 p.12).

> Bem-estar é um termo amplo, que abrange tanto o estado físico quanto o mental do animal. Por isso, qualquer tentativa para avaliar o nível de bem-estar em que os animais se encontram deve levar em consideração a evidência científica existente relativa aos sentimentos dos animais. Essa evidência deverá descrever e compreender a estrutura, função e formas comportamentais que expressem o que o animal sente. Essa definição, pela primeira vez na história, fez uma referência aos sentimentos dos animais.

O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) utiliza como referência para suas atividades o conceito de Bem-Estar Animal da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), onde um bom grau de bem-estar animal significa "um animal que está seguro, saudável, confortável, bem nutrido, livre para expressar comportamentos naturais e sem sofrer de estados mentais negativos, como dor, frustração e estresse." (MAPA, 2016 p. 1). É comum a utilização dos termos bem-estar animal e abate humanitário como forma de "evitar sofrimento desnecessário, ... reduzindo estresse" (LUDTKE et al., 2015 p. 7).

Segundo Ludtke et al. (2015) as diretrizes brasileiras de bem-estar animal são elaboradas a partir das recomendações da OIE. Essas recomendações abordam a necessidade de que os animais de produção não sofram durante o período de pré-abate e abate, envolvendo os seguintes aspectos:

- Os animais devem ser transportados apenas se estiverem em boas condições físicas;
- Os manejadores devem compreender o comportamento dos animais;
- Animais machucados ou sem condições de moverem-se devem ser abatidos de forma humanitária imediatamente;
- Os animais não devem ser forçados a andar além da sua capacidade natural, procurando-se evitar quedas e escorregões;
- Não é permitido o uso de objetos que possam causar dor ou injúrias aos animais;
- O uso de bastões elétricos só deve ser permitido em casos extremos e quando o animal tiver clareza do caminho a seguir;
- Animais conscientes não podem ser arrastados ou forçados a moverem-se caso não estejam em boas condições físicas;
- No transporte, os veículos deverão estar em bom estado de conservação e com adequação da densidade;
- A contenção dos animais não deve provocar pressão e barulhos excessivos;
- O ambiente da área de descanso deve ser iluminado e apresentar piso bem drenado, respeitando o comportamento natural dos animais;

- No momento da espera no frigorífico, deve-se supri-los com suas necessidades básicas como fornecimento de água, espaço, condições favoráveis de conforto térmico;
- O abate deverá ser realizado de forma humanitária, com equipamentos adequados para cada espécie;
- Equipamento de emergência deve estar disponível, em caso de falha do primeiro método de insensibilização.

O Comitê *Brambell* desenvolveu o conceito das "Cinco Liberdades", que depois foi aprimorado pelo *Farm Animal Welfare Council* – FAWC (Conselho de Bem-estar em Animais de Produção) do Reino Unido e tem sido adotado mundialmente. As cinco liberdades são: livre de sede, fome e má-nutrição, livre de desconforto, livre de dor, injúria e doença, livre para expressar seu comportamento normal, livre de medo e diestresse (Estresse negativo, intenso). Esses indicadores foram criados para avaliar o bem-estar dos animais (LUDTKE et al., 2015 p. 7).

As definições da OIE lidam apenas com aspectos do transporte (pré-abate) e abate. Alguns países têm legislação mais rigorosa e envolvem outras partes do processo produtivo. Poletto (2014 p. 105) aponta algumas certificações de maior relevância e que conseguem atender os padrões dos países com maiores exigências. Geralmente esses padrões envolvem as seis grandes áreas a seguir: 1) Nutrição: os animais devem ter acesso à água fresca e a uma dieta formulada para manter a saúde plena e promover um estado positivo de bem-estar; distribuídos para minimizar competição entre os animais; 2) Ambiente: este deve ser considerado de acordo com as necessidades da espécie e deve ser projetado para proteger os animais de desconforto físico e térmico, medo e diestresse, e deve permitir que eles realizem os seus comportamentos naturais; 3) Gerenciamento: um manejo altamente cuidadoso e responsável feito por funcionários treinados, habilidosos e competentes; 4) Saúde: um adequado planejamento sanitário dos alojamentos dos animais, que esteja de acordo com boas práticas de criação; 5) Transporte: os sistemas de transporte devem ser planejados e manejados ao mínimo absoluto para assegurar que os animais não sejam submetidos a diestresse ou desconforto desnecessários, os tratadores envolvidos devem ser treinados para executar as tarefas que deles são exigidas; e, 6) Abate, todos os abatedouros-frigoríficos devem atender as especificações do Guia do *American Meat Institute* – AMI elaborado em parceria com Grandin (2013).

O abate humanitário é uma etapa do processo de bem-estar animal e tem o objetivo de reduzir o sofrimento dos animais. Os procedimentos de abate humanitário: são o conjunto de

diretrizes técnicas e científicas que garantam o bem-estar dos animais desde a recepção até a operação de sangria (MAPA, 2000). O manejo humanitário constitui: insensibilização do animal antes do abate, evitando sofrimento desnecessário; utilização de equipamentos de imobilização e insensibilização; uso de piso antiderrapante e de rampas pouco inclinadas para evitar lesões e quedas (suínos e bovinos); manejo dos suínos em grupo para reduzir o estresse e instalação de lâmpadas azuis para acalmar as aves (WAP, 2016).

O Guia de Recomendações do *American Meat Institute*, (GRANDIN, 2013) relaciona os cinco principais pontos críticos de controle, avaliados para o abate de bovinos, são:

1. Porcentagem de animais insensibilizados corretamente no primeiro disparo.
2. Porcentagem de animais que permanecem insensibilizados.
3. Porcentagem que não vocalizam (muge, geme ou berra) durante a condução e manejo nos corredores e durante a insensibilização.
4. Porcentagem de animais que não caem ou escorregam durante o manejo.
5. Porcentagem de animais que se movem sem o uso do bastão elétrico.

Um importante material direcionado para treinamento de empresas sobre o abate humanitário é o manual *Steps* de Abate Humanitário de bovinos (idem para o de suínos e aves) criado pela *Word Animal Protection* - WAP (antiga *World Society Protection Animal* - WSPA), com apoio do MAPA. Nesse material Ludtke et al. (2015) apresentam informações sobre o bem-estar animal e abate humanitário, orientações sobre treinamento, comportamento dos animais, e etapas do processo regulamento por legislação do manejo pré-abate, insensibilização dos animais, sangria e transmite informações sobre como o estresse do animal pode implicar na qualidade da carne. A WAP já treinou mais 7.000 pessoas em mais de 300 frigoríficos no Brasil (WAP, 2016).

Atualmente, produtos oriundos de sistemas de mais alto grau de bem-estar apresentam valores agregados, de ordem econômica e ética, atendendo à demanda de um nicho específico de mercado. Adicionalmente, a demanda social levou à elaboração de legislação específica a respeito do bem-estar animal, a qual originou o estabelecimento de barreiras comerciais entre países (BOND et al, 2012, MAPA, 2016). A União Europeia é um mercado que atualmente exige maiores condições de bem-estar animal, as empresas brasileiras que exportam para esses países devem ter um padrão mais alto de obrigações (LUDTKE et al., 2015). A WAP (2016) afirma em seu site, que dentre os principais benefícios para implementação de programas de bem-estar animal estão redução de custos com alimentação dos animais, redução do impacto ambiental e aumento dos lucros.

Desde 1934 o Brasil teve sua primeira legislação para tratar da atenção ao bem-estar animal, o Decreto nº 24.645. Com o decorrer dos anos foram surgindo novas legislações para assegurar normas de abate e bem-estar animal no manejo pré-abate dos animais de produção, estipulando multas até suspensão de atividades do estabelecimento. As mais recentes legislações brasileiras sobre o bem-estar dos animais de produção são: Instrução Normativa No 3, de 17 de janeiro de 2000 (MAPA, 2000), que é um Regulamento Técnico de Métodos de Insensibilização para o Abate Humanitário de Animais de Açougue; Ofício Circular N° 550 (24 de agosto de 2011) e 562 (29 de agosto de 2011), que estabelecem adaptações da Circular N° 176/2005, na qual se atribui responsabilidade aos fiscais federais para a verificação no local e documental do bem-estar animal através de planilhas oficiais padronizadas; Normativa N° 56, de 06 de novembro de 2008, que estabelece os procedimentos gerais de Recomendações de Boas Práticas de Bem-estar para Animais de Produção e de Interesse Econômico – REBEM, que abrange os sistemas de produção e o transporte e a Instrução Normativa No 46, de 6 de outubro de 2011, que contempla requisitos de bem-estar animal dentro das normas técnicas para instalações, manejo, nutrição, aspectos sanitários e ambiente de criação nos sistemas orgânicos de produção animal (LUDTKE et al., 2015).

Em 2008 foi publicada a Portaria N° 185 que instituí a Comissão Técnica Permanente de Bem-estar Animal (CTBEA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para ações específicas sobre bem-estar animal nas diferentes cadeias pecuárias. O objetivo da Comissão é coordenar as diversas ações de bem-estar animal do Ministério e fomentar a adoção das boas práticas para o bem-estar animal pela cadeia produtiva, embasada na legislação vigente e no conhecimento técnico-científico disponível (MAPA, 2016).

É importante ressaltar que toda legislação e práticas de bem-estar animal não eliminam totalmente o sofrimento dos animais e nem a realidade que terão sua vida encurtada, sendo criados e mortos para os interesses dos humanos. Sejam os métodos tradicionais ou "humanitários" não mudam nosso erro fundamental na criação dos animais: eles continuam sendo tratados como recursos que existem para ser utilizados pelo humano (REGAN, 2013).

> Pelo fato desses animais serem tratados cotidianamente, sistematicamente, como se os seus valores fossem reduzidos à sua utilidade para os outros, eles são cotidianamente, sistematicamente, tratados com falta de respeito, tendo assim seus direitos cotidianamente, sistematicamente, violados... O erro moral fundamental aqui não é que os animais sejam mantidos presos em confinamento/fechado, estressante ou isolado, a sua dor e sofrimento, nem se suas necessidades e preferências são ignoradas ou reduzidas. Tudo isso está errado, é claro, mas esses não são os erros fundamentais. Esses são sintomas e efeitos do um erro mais profundo e sistemático que permite que os animais

> sejam vistos e tratados como destituídos de valor inerente, como nossos recursos - mais ainda, como recursos renováveis. Dar mais espaço aos animais na fazenda industrial, mais ambiente natural, mais companhia, não conserta o erro fundamental (REGAN, 2013 p. 36-37).

Um dos autores que mais crítica as propostas de bem-estar animal é o americano Gary L. Francione, filósofo do Direito. Para Francione (1996) o movimento de defesa animal está dividido em três grupos: a) Bem-Estarismo: que aceita o uso humano dos animais desde que eles sejam tratados humanitariamente, ou seja, que se evite seu sofrimento desnecessário, que defende regulamentação de uso dos animais; b) Direitos dos Animais, ou Abolicionismo Animal: que argumenta que o uso de animais não é moralmente justificado e, portanto, deve ser abolido. c) Novo Bem-Estarismo: que defende a regulamentação a curto-prazo enquanto não se atinge a libertação animal. Francione (1996) afirma que única posição legítima é a dos Direitos dos Animais.

O *bem-estarismo*, apresenta-se conceitualmente como uma solução mais conservadora, e esse conservadorismo é tantas vezes reacionário do ponto vista conceitual da questão da ética e libertação animal, já que a problemática da redução de danos, ao invés da abolição das condições de opressão desenvolvem caminhos para a manutenção e, até mesmo, expansão dos contextos exploratórios dos animais não-humanos (FRANCIONE, 1996; 2011). Ou seja,

> Esta visão a de que não é o uso, em si, mas somente o tratamento é o fundamento da ideologia bem-estarista e difere da posição dos direitos animais por mim articulada. Eu afirmo que se os animais tiverem interesse na existência continuada e eu argumento que todos os seres sencientes o têm, então, o nosso uso deles como recursos (independentemente de quão "humanitariamente" os tratemos) não pode ser moralmente defensável, e nós devemos procurar abolir, e não regulamentar, a exploração animal (FRANCIONE, 2011).

Mas Gary Francione recebe críticas de alguns autores por muitas de suas ideias. Em especial, pela visão de que a) leis bem-estaristas já que não causam a abolição, devem ser rejeitadas, pois vão atrasar a abolição animal, e b) de que aqueles que são a favor de leis bem-estaristas não são abolicionistas. A crítica feita não é ao ideal moral de Francione, mas sim a estratégia para se chegar nele (NACONECY, 2009) ou dele acreditar que sua estratégia é a única possível (e ideal) de se chegar na abolição do uso dos animais (JOY, 2012).

O Novo Bem-estarista, segundo Francione (1996) é aquele que é a favor de leis bem-estaristas a curto-prazo, mesmo sendo abolicionista. Ou seja, mesmo que o objetivo do indivíduo seja a abolição da exploração animal, ele é rotulado de bem-estarista, o que sugere que ele quer apenas aliviar em vez de eliminar a dor (JOY, 2012) e "Qualquer pessoa que almeja a abolição da escravidão animal é, por definição, um abolicionista, não importa que a

estratégia adotada por ele seja eventualmente errada" (NACONECY, 2009 p. 244). É uma diferença de estratégia (JOY, 2012), de política, mas não de princípios (SALT, 2010).

Sztybel (2007) propõe outra nomenclatura para essa situação, ambos (novo bem-estarista e abolicionista) seriam abolicionistas, pragmáticos e fundamentalistas (respectivamente). A longo-prazo, os dois, teriam o mesmo propósito – a libertação animal, mas a curto-prazo, existe uma discordância sobre a forma mais eficaz de agir (SZTYBEL, 2007). Um abolicionista pragmático deve fazer o melhor para todos os animais e para cada um deles tanto a curto-prazo quanto a longo prazo (NACONECY, 2009).

Existe uma pergunta muito importante nesse embate de ideia, apresentada por Joy (2012): as reformas bem-estaristas que aumentam a conscientização sobre a exploração de animais de criação trazem mais benefícios ou consequências? Apesar de vários autores concordarem que não existe problemas em se apoiar leis bem-estaristas antes da abolição do uso de animais, eles discordam entre si em alguns aspectos. Existem aqueles defendem que a reformas bem-estaristas tendem a conduzir a leis abolicionistas (ver NACONECY, 2009; SALT, 2010), ou que não temos dados empíricos confiáveis que sustentem se essas políticas de bem-estar podem ou não atrapalhar a abolição do uso de animais (ver WISE, 1997; JOY, 2012).

Salt (2010) afirma que essa aparente dicotomia entre bem-estar e abolição animal, não deveria existir, o autor entende que deveriam ser buscadas políticas de restrição ao uso de animais e também de abolição do uso, pois as restrições não são alternativas, mas porta de entrada para a abolição. A adoção de política mais completa e sábia seria adotar tanto ações bem-estaristas como abolicionistas ao mesmo tempo, obtendo todo o bem possível agora (bem-estar) e em paralelo aspirar por alguma coisa a mais (abolição) (SALT, 2010). Em outras palavras:

> " [...] as regulamentações bem-estaristas influenciam favoravelmente a causa abolicionista. Leis bem-estaristas tendem a conduzir a leis abolicionistas, com maior probabilidade, mas não com garantias de que isso ocorra. Leis bem-estaristas, por si só, não assegurarão a implantação dos direitos dos animais, mas criam condições geralmente favoráveis para isso. [...] o Bem-Estarismo cria um ambiente favorável na mentalidade das pessoas para que o Abolicionismo possa florescer como ideia moral. [...] regulamentações bem-estaristas promovem - e não bloqueiam ou atrasam - resultados abolicionistas. Por quê? Porque leis bem-estaristas influenciam favoravelmente a formação de mentalidades e de culturas compassivas, possibilitando trazer a noção de Diretos dos Animais para o interior delas. Com efeito, é difícil de acreditar que a promoção da bondade e da compaixão numa sociedade se torne um obstáculo ao Direitos dos Animais. Muito pelo contrário: em sociedades com altos teores de violência e crueldade, falar da imoralidade de possuir e usar criaturas sencientes irá

> obter uma adesão praticamente zero entre os ouvintes" (NACONECY, 2009 p. 246-247).

Aqueles que querem reformas bem-estaristas para melhorar o tratamento dos animais não implica legitimar o uso deles (NACONECY, 2009). Da mesma forma, "se é eticamente correto aumentar o bem-estar de seres humanos, por que seria diferente em se tratando de animais? Se as melhorias no bem-estar dos humanos, no mundo real da política e economia, envolve negociação e progride em graus, por que deveria ser diferente no caso dos animais?" (NACONECY, 2009 p. 241).

O risco da proposta abolicionista no contexto atual de nossa sociedade fortemente especista, é o de, "exigindo a erradicação total do uso dos animais, não obtermos nem mesmo o que é o melhor possível para eles, neste momento, em termos legais. Reclamando a abolição completa, podemos nem mesmo obter a proibição legal no que tange a dor e ao sofrimento mais brutais" (NACONECY, 2009 p. 264).

A minha visão nesse trabalho é alinhada com a ideia de que as práticas bem-estaristas em si, não são um problema. Elas talvez colaborem com a mudança cultural em nossa sociedade, para incluir a consideração moral ao animais não-humanos, de forma que seja abolido seu uso.

Na próxima seção discuto os conceitos do dito desconexo e bem-estar animal, que são importantes para o entendimento das práticas da indústria de exploração animal.

3.3.4 O *dito desconexo* e a separação elementar entre discurso e prática.

No tópico anterior, analisei uma espécie de saída parcial, uma resposta teórica limitada às demandas da *ética animal*, o *bem-estarismo*. Neste espaço analiso o conceito de *dito desconexo*, como uma resposta falaciosa às cobranças dos movimentos sociais em defesa animal.

Como vimos, a temática da *ética* e *direitos animais* vem ganhando uma força cada vez maior de penetração e difusão na nossa sociedade. Os movimentos de defesa animal se tornam cada vez mais corriqueiros e suas mensagens penetram em esferas que antes não conseguiam acessar (VISTA-SE, 2015). Obviamente, o discurso desses grupos e dos teóricos dessas temáticas entram em choque com partes importantes do nosso modo de viver e dos nossos hábitos de consumo, já que um sem fim de produtos de nosso dia a dia tem origem no

uso e exploração dos animais. Empresas inteiras são alicerçadas sobre esses ditames e cobradas a dar respostas sobre as formas de tratamento destes seres nas suas cadeias de produção, uma vez que o mercado consumidor minimante preocupado com as questões animais têm aumentado. Nem sempre as respostas oferecidas são da magnitude da necessidade, já que uma resposta verdadeira e completa desestruturaria o alicerce inteiro destas corporações ligadas à comercialização desses tipos de produto.

Se uma organização afirma que trata seus animais levando em consideração seu bem-estar, mas o que "eles fazem não condiz com o que eles dizem", ou seja, se eles não são tratados com o objetivo de promover sua saúde, felicidade, conforto e satisfação, existe uma violência contra suas vidas (REGAN, 2006). Dessa maneira, existe uma falta de conexão entre o que as grandes indústrias de exploração animal dizem e o que elas fazem, ou seja, existe um dito desconexo (REGAN, 2006 p. 96).

O *dito desconexo*, proposto por Tom Regan em seu livro *Jaulas Vazias* (2006), apresenta-se como um mecanismo de evasão, uma retórica vazia, de desconexão entre prática e discurso, dos interlocutores das grandes empresas, visando sanar e adequar, mas sem onerar ou modificar substancialmente sua cadeia produtiva e as condições de exploração animal, às demandas legais e dos mercados consumidores. Este conceito pode ser explicitado na frase: "o que eles fazem não condiz com o que eles dizem" (REGAN, 2006, p. 96). O autor aponta, então, que porta-vozes da indústria ligada à exploração animal desfrutam das benesses desse *dito desconexo*. Com discursos prontos e com dados formais muitas vezes vazios de realidade, expressam o que as pessoas gostariam de ouvir, ou seja, que o tratamento legado é humanitário e o bem-estar animal é prezado. As corporações e seus lobistas utilizam esse artifício por duas razões essenciais: para se adequar à legislação que regulamenta sobre as questões dos cuidados com os animais na cadeia produtiva e para transmitir a imagem ao consumidor de uma empresa que tem preocupação com os animais, garantindo o escopo de um produto obtido sem sofrimento animal (REGAN, 2006).

Destarte, esta forma de posicionamento, apesar de suas implicações morais, resolve, sem grandes modificações reais ou alterações nos custos de produção, as cobranças dos movimentos de defesa animal, o anseio dos mercados consumidores por produtos produzidos sem sofrimento animal e a necessidade de adequação à normatividade legal. Nestas perspectivas, o *dito desconexo* aparece como conceito extremamente importante para expor as contradições do "abate humanitário" ou do mito das "vacas felizes" e as reais condições de exploração da cadeia produtiva da carne e do leite. Apresentando-se, também, como importante lastro teórico para análise da fissura entre as condições reais e as condições

fictícias e publicizadas ao consumidor, na perspectiva dos aspectos da exploração animal em suas instalações.

Geralmente as práticas de bem-estar animal e o dito desconexo são utilizadas por empresas para lidar com as demandas sobre o uso de animais, essas ferramentas se inserem num arsenal de estratégias com o objetivo de ocultar ou distorcer a realidade. “A produção animal comercial não é possível sem a violação dos direitos dos animais criados em granja, incluindo a violação do seu direito à vida [...] de serem tratados com respeito” (REGAN, 2006 p. 126). Poucas décadas atrás, algumas pessoas e organizações poderiam desconsiderar parcial ou completamente esses argumentos e continuar usando animais como objetos ou instrumentos de posse humana. Entretanto, com um crescimento exponencial nos últimos anos, em vários lugares do mundo, esse é um tema que não pode mais ser ignorado pelas organizações.

Os princípios da Ética Animal, devido ao aumento significativo de sua disseminação, têm levado, principalmente, os grupos de ativismo da causa animal e consumidores a pressionarem organizações e instituições públicas com ações de boicotes, manifestações, protestos, petições e até ações direta. Muitas dessas estão resultando em novas leis em suas regiões ou países e consequentemente podem promover uma variação na demanda de vendas (redução ou descontinuidade de produtos/serviços até crescimento ou oportunidade de novos produtos/serviços), impactar na imagem da marca, nos processos produtivos, em custos financeiras e até no fechamento de algumas empresas.

Essa é uma mudança que cedo ou tarde, com maior ou menor intensidade, vai ser absorvida e incorporada por muitas organizações, se não por considerações éticas, para se posicionar estrategicamente perante seus consumidores ou sociedade, para não resultar em prejuízos financeiros. Não há mais como as organizações ignorarem as reivindicações provenientes da ética animal, os vastos exemplos que foram apresentados, no Brasil e no Exterior, reforçam essa constatação.

Essas ações podem interferir diretamente na dinâmica das organizações cujos lucros derivam do uso de animais, em especial nos setores de alimentos, entretenimento, vestuário, farmacêutico, higiene e limpeza, cosméticos e experimentação bem como respectivos fornecedores e patrocinadores. Algumas das mudanças associadas a essas demandas, podem interferir fortemente na: extinção ou mudanças em produtos ou insumos na sua fabricação, mudanças no processo de produção, novas formas de se realizar testes.

Muitas empresas têm tomado iniciativas ou se adaptado, principalmente, na elaboração de produtos sem ingredientes ou insumos de origem animal na indústria alimentícia e de

vestuário, a redução dos testes em animais ou substituição por métodos alternativos na indústria farmacêutica, cosméticos, higiene e limpeza e a não utilização de animais em espetáculos de entretenimento.

Na próxima seção apresento a interação entre os aspectos teóricos *do Dark Side* das organizações com os princípios da Ética Animal.

3.4 O ENCONTRO ENTRE O DARK SIDE DAS ORGANIZAÇÕES E A ÉTICA ANIMAL

Uma das características do *Dark Side* das organizações é sua dimensão oculta ou suprimida (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014). A invisibilidade que o tema da Ética Animal (até então era) tratado na academia, e o ocultamento dos animais pelas organizações, de parte de seu processo de produção e abate, da criação de um discurso baseado num dito desconexo, da distorção e eufemização da linguagem para iludir seus consumidores, demonstra um desconforto com uma realidade imutável. Bilhões de seres sencientes vulneráveis morrem ao redor do planeta nas mãos de organizações gigantes. Aspectos culturais (e não biológicos) definem quantos desses serão vacas, cachorros, galinhas, gatos, porcos... É necessário um forte aparato ideológico para sustentar essas práticas e fortalecer as relações de dominação entre e intra espécie.

O objetivo dessa seção é apresentar as confluências entre o campo do *Dark Side (DS)* das organizações e a área da Ética Animal. Para tanto discorro da seguinte forma sobre o assunto: 1) apresentar uma revisão da temática do *Dark Side* das organizações, com foco nos aspectos que o aproximam da discussão da Ética Animal, 2) discorrer sobre os aspectos da Ética Animal mais relevantes para as questões organizacionais, que podem contribuir para iluminar o seu *Dark Side*. E para encerrar teço algumas considerações finais.

Na primeira parte direciono a discussão do *Dark Side* das organizações, a partir de uma perspectiva crítica, para os aspectos: a) ocultamento e esquecimento de questões, b) aspectos éticos, ideológicos e relações de dominação.

No segundo tópico fundamento, com base na Ética Animal, as seguintes discussões: a) comunidade moral, b) (in)visibilidade dos animais nos estudos organizacionais, c) aspectos ideológicos do tratamento dos animais e d) relações de dominação e poder.

3.4.1 O *Dark Side* das organizações: ações prejudiciais, relações de dominação, aspectos éticos, ideológicos e ocultos.

O objetivo dessa seção é apresentar alguns aspectos relevantes do campo do *Dark Side (DS)* das organizações que estão mais relacionados com a Ética Animal. Para tanto apresento, a partir de uma perspectiva crítica, os aspectos relacionados ao ocultamento e esquecimento de questões, e em seguida os aspectos éticos, ideológicos e relações de dominação.

3.4.1.1 Ocultamento ou esquecimento de questões

O *Dark Side* das organizações é um espaço para se discutir questões que têm sido tradicionalmente esquecidas, ignoradas ou suprimidas (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014; 2010). A maioria das pesquisas lado sombrio concentra-se no que não é óbvio, no escondido ou não realizado. Os autores reforçam que estudar o *dark side* traz à luz a análise de novos fenômenos ou questões abandonadas como o foco da teoria da organização existente (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014).

Acadêmicos têm sido muitas vezes cegos e negligentes para as possibilidades de reconhecer a complexidade deste *dark side*, bem como frequentemente são cúmplices do esquecimento contínuo de muito dos estudos organizacionais a ele vinculados. (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2010).

O que está oculto no ambiente organizacional pode ser aquilo que as organizações não querem mostrar, e muitos pesquisadores do DS pelo simples fato de publicar esses trabalhos colocam-nos em evidencia e debate. O objetivo de trazer isso para a luz, no entanto, é tornar mais complexo o entendimento em vez de simplesmente para melhorar o desempenho (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014).

O que dizer dos temas que não são pesquisados pelos acadêmicos que adotam uma perspectiva crítica? O que dizer desse silêncio? Para exemplificar um desses assuntos “tabus”, Burrell (1997 apud LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014) observa que, apesar de extensos estudos dessas conexões em outras disciplinas, continua a haver um silêncio profundo em estudos organizacionais sobre a organização do Holocausto, como faz Clegg (2009), que percebe que o silêncio é escandaloso.

Numa perspectiva crítica do *dark side*, esse lado pode ser uma característica indelével do capitalismo, seu destino final, ou pelo menos um risco que perpetuamente traz inerente,

mas cujos mecanismos são obscurecidos, seja por ações conscientes e conspiratórias das classes dominantes ou simplesmente seu desdobramento lógico sistêmico, de que os participantes podem ser relativamente inconscientes. Dessa maneira, o *dark side* pode ser, naturalmente oculto ou deliberadamente escondido (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014). A partir desse ponto de vista emergem questões éticas, ideológicas que podem sustentar relações de dominação.

3.4.1.2 Aspectos éticos, ideológicos e relações de dominação

O entendimento do *Dark Side* das organização envolve questões éticas, políticas e ideológicas (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014) . Morgan (2006 p. 303) explica como organizações podem se transformar em instrumentos de dominação e gerar impactos negativos a sociedade e ainda assim serem (ideologicamente) legitimadas.

> Intencionalmente ou não, as organizações geralmente têm um grande impacto negativo sobre o mundo em que vivemos. ... [este aspecto da organização, mostra como ela] pode ser vista como instrumento de dominação. Embora sejamos geralmente levados a pensar as organizações como empresas racionais buscando atingir metas que visam à satisfação do interesse de todos, existe muita evidência que sugere ser esta visão mais uma ideologia do que uma realidade. As organizações geralmente são usadas como instrumentos de dominação que promovem interesses egoístas de elites à custa de outros interesses, e existe um elemento de dominação em todas as organizações.

Para Morgan (1996), o lado sombrio é uma metáfora utilizada para enfatizar em especial o domínio ideológico das corporações que exploram trabalhadores e nações mais pobres, ameaçam a sociedade e o meio ambiente, causam prejuízos aos consumidores e colocam a sociedade em risco. Um discurso ideológico que mascara a realidade é utilizado para ocultar esse lado sombrio (MORGAN, 1996).

A vida nas organizações e relações sociais, repousam sobre valores (implícitos ou explícitos) que vão definir as regras de ação, julgamentos e condutas (CHANLAT, 1992). Conforme Eagleton (1997) não existe pensamento livre de pressupostos, com isso qualquer ideia pode ser tida como ideológica. Nessa perspectiva, neutra sobre ideologia, vão existir as ideologias dominantes e as que lutam por sobrepujá-las. Esse conjunto de ideias que explicam e justificam os fins e os meios das ações sociais podem ser utilizadas para preservar, corrigir, extirpar ou reconstruir uma certa ordem social (EAGLETON, 1997). Seu caráter pejorativo ou criticável aparece quando ela, para permanecer aceitável, tem que recorrer a ocultar ou

obscurecer suas motivações, distorcer ou dissimular um discurso para "naturalizar" uma realidade social e legitimar e sustentar relações de dominação (EAGLETON, 1997; THOMPSON, 1995). As relações de classe são uma forma de dominação e subordinação, mas não a única (THOMPSON, 1995).

A ideologia é um sistema de crenças, mas não todos os tipos de crenças. As ideologias se diferenciam das crenças individuais por serem crenças sociais compartilhadas por grupos sociais específicos. Elas também se diferenciam de outras crenças sociais não ideológicas (por exemplo, conhecimento do verdadeiro e falso) pelo fato de serem axiomas básicos de um sistema de representação social compartilhados por um grupo. As ideologias estão organizadas em categorias sociais específicas, que definem identidade social e interesses, tais como filiação, atividades, objetivos, posição, recursos. As ideologias podem conter polarizações de grupo (nós e os outros). Apesar das ideologias serem crenças sociais básicas de um grupo específico, elas são enraizadas em crenças gerais de sociedades ou culturas (DIJK, 2006).

A influência ideológica e a reprodução em função de 3 aspectos principais: estruturas do discurso, contexto social (modelos de contexto) e da cognição através dos modelos mentais (pessoais ou sociais, tais como: representações mentais, atitudes, conhecimento, modelos de experiência, objetivos e interesses pessoais, etc.). Isto significa que a influência ideológica pode não ter sempre os efeitos pretendidos. Apesar de seu pertencimento ao grupo, e a poderosa influencia das representações sociais, os atores sociais, são, em princípio, indivíduos autônomos, e portanto, com um amplo controle sobre a formação e mudança de suas opiniões (por exemplo, em função dos seus interesses, desejos e objetivos pessoais). A influência ideológica e sua reprodução, serão mais exitosas se as ideologias são consistentes com as experiências pessoais (modelos), se os atores sociais não têm outras alternativas melhores para suas opiniões e ações, que os modelos ideológicos propostos, ou se podem ser manipulados para crer e preferir (erroneamente) informação (fala e opiniões), inclusive se não redunda em benefício próprio (DIJK, 2006).

Esse tríplice aspectos, sugerido por Van Dijk (2006; 2010) pode ser analisado a partir dos níveis macro e micro. O uso da linguagem, o discurso, a interação verbal e a comunicação pertencem ao micro nível da ordem social. O poder, a dominação e a desigualdade entre grupos sociais pertencem ao macro nível de análise (DIJK, 2010).

As representações socialmente compartilhadas e as ideologias se relacionam com as cognições pessoais e consequentemente o discurso. Para explicar a subjetividade das experiências, interpretações e representações pessoais do discurso e a ação e representação de

contextos pode se utilizar o conceito de modelo mental. Os modelos são a interface entre o social e o pessoal, entre o geral e o específico, entre o macro e micro. Eles aplicam ou particularizam a informação socialmente compartilhada (conhecimento, atitudes, ideologias) com relação a si mesmo, as situações, as tarefas, os problemas, as ações e os discursos. Inversamente, são a base experimental para a generalização das crenças pessoais para conhecimento, atitudes e ideologias sociais. Os modelos mentais subsumam as crenças sociais e pessoais, é através dos modelos ideologicamente controlados que as práticas sociais ideológicas e os discursos podem ser produzidos pelos membros sociais (DIJK, 2006).

Para Dijk (2006) as ideologias não são definidas como crenças incorretas, errôneas, falsas ou distorcidas de um grupo. Independente do seu estatuto como verdade para o próprio grupo, elas podem ser verdadeiras ou falsas. Mas o critério para sua avaliação não é seu valor de verdade, mas o papel cognitivo e social e na manipulação do pensamento e na interação. A principal função cognitiva de uma ideologia é organizar as representações sociais de um grupo, as ideologias controlam as crenças sociais e pessoais, as práticas sociais e o discurso, que é baseado nas crenças e práticas (DIJK, 2006).

O discurso hegemônico emerge ao longo do tempo para naturalizar arranjos sociais particulares determinando formas aceitáveis de conhecimento com referência aos interesses dos poderosos, e para suprimir discursos alternativos. (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014) Os grupos dominantes tendem a esconder sua ideologia e interesses e têm por metas fazer que esta seja, em geral, aceita como um sistema de valores, normas e objetivos “geral” ou “natural”. (DIJK, 2010). A reprodução e a implementação eficaz das ideologias de grupo muitas vezes requerem organização e institucionalização, como as instituições ideológicas como a política, mídia e educação, dessa forma as elites tem um papel especial na formulação e reprodução das ideologias pelo seu acesso e controle sobre essas instâncias (DIJK, 2006). Faz parte da ideologia dominante inculcar suas crenças, através da falsificação da realidade social, eliminando aspectos indesejáveis, sugerindo que esses aspectos não podem ser evitados (EAGLETON, 1997).

“Na sociedade da informação, temos sistematizado a produção de propaganda e amplificado nossa inteligência. Para usar uma metáfora industrial, agora estamos realizando uma produção em massa de propaganda, e esta propaganda é a força motriz da nossa economia” (BELLA; KING; KAILIN, 2003 p. 82). Propaganda nesse contexto, os autores, que sugerem uma metodologia para estudar os DS, afirmam que é a divulgação de informações seletivas para propagar os sistemas que as produzem.

A ideologia pode se preocupar em promover e legitimar os interesses políticos de grupos sociais privilegiados em face de interesses opostos, é no campo discursivo onde existe o conflito, existe então uma fala retórica ou persuasiva preocupada com resultados e não com a situação "como ela é" (EAGLETON, 1997). A aquiescência é fabricada por mecanismos retóricos, por exemplo, por meio da repetição, argumentação, da publicidade (DIJK, 2010).

A estratégia de discurso adotado para garantir a reprodução e controle da ideologia mais comuns são: auto apresentação positiva e apresentação negativa do outro. Elas podem ser implementadas por meio de uma grande variedade de formas e significados que enfatizam propriedades positivas ou mitigam as negativas dos membros do próprio grupo e dos outros grupos (DIJK, 2006).

Na próxima seção desenvolvo uma contribuição teórica para a área do *Dark Side* das organizações a partir da perspectiva da Ética Animal.

3.4.2 As contribuições da Ética Animal para desvelar o *Dark Side* das organizações.

Nessa parte apresento alguns aportes significativos da Ética Animal que podem auxiliar no entendimento do *Dark Side* das organizações no trato com os animais. Em especial recorremos a Melanie Joy (2014) que em sua tese e há mais de 20 anos estuda sobre os aspectos psicológicos e ideológicos do consumo da carne, e Carol J. Adams, teórica ecofeminista e vegana que em sua obra mais conhecida, *A Política Sexual da Carne* (2012), aborda a relação entre masculinidade, violência e consumo de carne. Apesar da Ética Animal não ser apenas sobre alimentação, mas pelo fato desse ser um aspecto fundamental, esse tema é mais abordado. A seguir trato de considerações sobre: a) comunidade moral, b) a invisibilidade dos animais no contexto organizacional, c) aspectos ideológicos do tratamento dos animais e d) interligação das relações de dominação.

3.4.2.1 Comunidade moral

A Ética organizacional, como outras éticas aplicadas, pode se enquadrar em vários tipos diferentes de classificação, que não necessariamente são excludentes entre si. A divisão mais comum é referente obrigação moral (VÁZQUEZ, 2011) ou a abordagem ética, dentro

dessa perspectiva, temos: teleológica (referente a fins), deontológica (referente a deveres) e utilitarista (referente a consequência) (SROUR, 1994).

Essas classificações éticas, cada uma com suas particularidades, direcionam quais critérios devem ser utilizados para definir a obrigação moral dos agentes, ou seja, o que pode ser considerado certo ou errado depende dos critérios aceitos ou definidos. Uma ação pode ser considerada antiética a partir de uma perspectiva deontológica, por exemplo, e correta a partir de uma perspectiva utilitarista. Existem várias perspectivas de ética organizacional, tal como também em ética animal. Uma perspectiva utilitarista de ética animal se aproxima de uma ética utilitarista (genérica), e assim por diante, a principal questão da ética animal não é qual a obrigação moral, mas sim quem pertence a comunidade moral, ou seja, conforme Carvalho (2007 p. 58) " 'Que entidades devem ser consideradas como possuidoras do estatuto moral? ' Ou: 'A quem devemos conceder o título de membros da comunidade moral? ' Ou ainda: 'Que propriedade um ser teria de possuir, ou em que tipo de relação teria de estar, para ser credenciado membro da comunidade moral? ' ".

A resposta (que já foi mais) hegemônica dessa pergunta é: apenas os seres humanos merecem consideração moral, pois apenas eles podem agir moralmente. Pode-se apelar também para outras aptidões supostamente típicas do *Homo sapiens*: autoconsciência, autonomia, abstração, manipulação de conceitos sofisticados, utilização de linguagem com gramática complexa, formulação linguística de planos intencionais, reconhecimento da responsabilidade pelas ações, etc. (NACONECY, 2006).

A Ética Animal traz novos conceitos para esclarecer melhor seus princípios, um deles é a ideia do agente e paciente moral. Agente moral é um indivíduo com habilidade mental suficiente para usar princípios morais a fim de se orientar nas decisões sobre o que fazer, e, ao elaborar tais decisões, ter o livre-arbítrio para escolher agir desse modo. Apenas agentes morais podem reconhecer as noções de obrigação e direito (NACONECY, 2006 p. 162).

Paciente moral, em contraste, não exigem os pré-requisitos que os capacitariam a controlar seu próprio comportamento. Eles não precisam avaliar o que é certo nem o que é errado, portanto, não podem ser moralmente responsáveis por seus atos. No entanto, eles possuem a capacidade de serem prejudicados ou se beneficiarem da ação moral. Além disso, os pacientes morais devem contar com os agentes morais para protegerem seus interesses. Crianças e deficientes mentais são exemplos de pacientes morais, e animais também (NACONECY, 2006 p. 162; REGAN, 2006)

O paciente moral é a referência e alvo de ações e questionamentos éticos. Enquanto o agente moral tem poder e capacidade de decidir e ter responsabilidade, o paciente moral tem

uma vulnerabilidade, por sua posição de não-poder (SINGER, 2008, REGAN, 2006, NACONECY, 2006).

A partir desses conceitos existem duas possibilidades de argumentação para inclusão dos animais na comunidade moral. O primeiro está vinculado a um apelo emocional/subjetivo a obrigação moral do agente, a sua alteridade, ao que Jacques Derrida chama de "compaixão fundamental" para com o vulnerável, característica que o agente compartilha com o animal (WOLFE, 2010, ITO, 2008, NACONECY, 2006). Numa outra visão, encara-se para o paciente moral pela sua capacidade de se prejudicado ou beneficiado, devido sua senciência, e preza-se pelos interesses da vítima, pela possibilidade de sofrimento evitável ou crueldade, independente das consequências sobre os humanos (SINGER 2008, REGAN, 2006, NACONECY, 2006). Qualquer dos argumentos apresentados anteriormente - seja a primeira que se aproxima da ética animal, ou a segunda que interage mais com os direitos animais-, o objetivo dos teóricos animalistas é posicionar os animais não-humanos no interior da comunidade moral.

Acredito que não seja necessário argumentar muito sobre o *status* moral dos animais, pois nas últimas décadas, além da grande quantidade de acadêmicos se posicionando a favor dos animais, a legislação brasileira, e de vários países, já os respaldam, de maneira não-instrumental, contra atos de crueldade e violência. Desde 1988, com a aprovação da Constituição Federal do Brasil, pela primeira vez em nível constitucional, encontramos na nossa história uma normatividade voltada para os aspectos relativos à proteção dos animais e contra a crueldade. Essa temática pode ser encontrada mais especificamente, no seu artigo 225, parágrafo 1o, inciso VII, que diz proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade (BRASIL, 2015).

Para Cruz (2013 p. 174), a Constituição faz crer que protege enquanto autoriza que lei infraconstitucional desproteja:

> A Lei no 9.605/1998, segue a mesma linha do faz de conta, pois, apesar de afirmar ser criminoso o ato de efetivar "experiência dolorosa ou cruel em animal vivo", autoriza a dor e a crueldade no caso de inexistência de recursos alternativos para concretizar os experimentos que tenham fins didáticos ou científicos.

Além dos aspectos da sensibilidade do homem em relação ao sofrimento dos animais, existe também a proteção jurídica aos animais no Brasil em razão da função ecológica do equilíbrio faunístico (CRUZ, 2013).

Mas as leis que existem e proíbem a crueldade para com os animais, de determinam pena de detenção e multa para quem pratica abusos, maus-tratos, ferimentos ou mutilações

aos animais (CRUZ, 2013), excluem a consideração aos animais ditos de consumo humano (que podem variar quais são de país para país). O direito, no tocante aos animais não-humanos em nosso país, ainda não produziu condição que proteja o direito à vida digna dos animais (CRUZ, 2013).

Se criarmos um animal para produzir carne, leite ou ovos, podemos, sem restrição, submeter esses animais a condições que se fossem aplicadas a um cachorro ou gato, nos levariam a prisão (ROBBINS, 2014). Esse fato, que Francione (2013) chama de esquizofrenia moral, Joy (2014) de entorpecimento psíquico, pode ser melhor entendido a partir do conceito de ideologia do carnismo (JOY, 2014) apresentado à frente. Antes trato de uma outra questão central, o ocultamento da realidade animal, ou sobre sua invisibilidade nos estudos organizacionais.

3.4.2.2 (In)visibilidade dos animais nos estudos organizacionais

Em áreas como Filosofia, Direito, Sociologia existem dezenas de artigos publicados que debatem sobre a temática da ética animal. Verifiquei também que existe um crescimento das publicações nos últimos anos. Existem também trabalhos publicados em periódicos interdisciplinares, como as boas publicações do *Theory, Culture & Society* (ver CHIEW, 2014; ITO, 2008). No *mainstream* da área de Administração temos alguns artigos pesquisados que não abordam a Ética Animal, mas tratam de temas como experimentação animal e bem-estar animal em especial sobre Estratégia e Responsabilidade Socioambiental (ARAMYAN et al., 2013; FRANZ; DEIMEL; SPILLER, 2012; MCWILLIAMS; SIEGEL, 2011; BORGEN; SKARSTAD, 2007; HUBBARD; BOURLAKIS; GARROD, 2007; GRAAF, 2005; BOWIE; DUNFEE, 2002), consumo (AYYUB, 2015; TIEMAN; HASSAN, 2015; FREWER et al., 2014; LINDENMEIER; TSCHEULIN; DREVS, 2012), os que consideram animais como *stakeholders* (TRYGGESTAD; JUSTESEN; MOURITSEN; 2013, ZSOLNAI, 2006; COELHO; MCLURE; SPRY, 2003) e os que consideram grupos de defesa animal como *stakeholders* (SPITZECK; HANSEN, 2010; SHANI, PIZAM, 2010; CLULOW, 2005). Estudos numa perspectiva de ética animal são recentes e raros como (WELS, 2015; WREEN, 2014).

Já era de se esperar os assuntos de bem-estar animal e experimentação animal aparecerem nas publicações do *mainstream,* em temáticas estratégicas. O bem-estar animal é uma degradação conceitual dos objetivos da Ética animal, pois se apresenta num dos polos

menos transformadores dos debates em relação à essa ética. Pois ela pode reduzir, mas não resolve as condições de exploração, garantindo a continuidade, desde que minimamente transformada, do uso e exploração dos animais (BARRETO et al, 2015). O objetivo último da abolição animal, como apresentado por seu precursor Tom Regan (2006 p. 75) é que "temos de esvaziar as jaulas, não deixá-las maiores". Na perspectiva *bem-estarista*, e da adoção deste conceito pelas grandes corporações, tem por intento, não melhorar vertiginosamente a condição da exploração e uso dos animais em sua cadeia produtiva, mas, emblematicamente, promover um sustento e até mesmo um aumento de suas vendas, utilizando-se um discurso que não condiz com a prática - o dito desconexo - de que a empresa se preocupa, não só com a qualidade de seus produtos, mas pela forma "humanizada" de utilização dos animais não-humanos em sua cadeia produtiva de alto impacto (REGAN, 2006).

No campo dos estudos organizacionais, que geralmente assume uma postura mais crítica, está agora começando a discutir essa temática, mas não necessariamente a partir de uma perspectiva transformadora. Sua importância pode ser demonstrada pela criação de um subtema sobre Animais e Organizações no LAEMOS 2014 (*Latin American and European Meeting on Organization Studies*), uma chamada de *papers* para edição especial: *Animals and Organization* do renomado periódico *Organization* (LABATUT et al., 2014) que foi recém-publicado May 2016; 23 (3), e mais recentemente, o SCOS (*Standing Conference on Organizational Symbolism*) nesse ano (2016) teve como temática principal: *The Animal.*

A chamada do periódico *Organization* e no artigo da edição (LABATUT et al., 2014; LABATUT; MUNRO; DESMOND, 2016) afirmam a atualidade do tema devido a aspectos negativos associados aos "escândalos" alimentares, surtos de doenças como a vaca louca, maus-tratos aos animais, experimentação animal, dentre outros. O *journal* faz um *mea culpa* pela escassa produção sobre o assunto, que tenta preencher a lacuna com a edição especial. Fundamentalmente, até agora, existe uma exclusão virtual da discussão sobre animais na Teoria das Organizações (LABATUT; MUNRO; DESMOND, 2016).

O periódico (LABATUT et al., 2014; LABATUT; MUNRO; DESMOND, 2016) apresenta também alguns aspectos vinculados a temática dos animais e organizações relacionados ao *Dark Side* das organizações: questões de poder, responsabilidade, ideologia e ética. O SCOS (LENNERFORS; SKÖLD, 2015) também apresenta informações convergentes, com temática (dentre outras) sobre direito e exploração animal, experimentação animal escândalos da carne, etc. O objetivo do SCOS 2016 é mobilizar ainda mais o nosso pensamento sobre este aspecto suprimido das discussões organizacionais.

O SCOS (LENNERFORS; SKÖLD, 2015) é mais incisivo na argumentação e afirma que o humano tem sido tradicionalmente pensado como um tipo distinto e superior de animal, ou um tipo essencialmente e completamente diferentes dos animais, muitas das separações e continuidades entre estas duas categorias de fato implodiram. A posição cartesiana de ver animais como máquinas ou autômatos, constituídos por mecanismos materiais, e regidos pelas leis da matéria por si só, não condizem com o que aprendemos sobre eles: utilizam ferramentas e linguagem, compartilham uma natureza cultural ou política, agem com base na imaginação deliberativa, são capazes de mostrar empatia, ficar deprimido, etc.

Até antes desses eventos, que ainda serão realizados, poderíamos dizer, parafraseando Clegg (2006) que existia um silêncio escandaloso dos acadêmicos de estudos organizacionais sobre o holocausto animal. Segundo Pasolini (2012), uma das comparações mais frequentes feitas por defensores dos direitos animais sobre a relação dos humanos com os não-humanos é com o Holocausto da Segunda Guerra Mundial. O autor afirma que a primeira pessoa a comparar a ação humana em relação aos animais com o nazismo foi o escritor judeu Isaac Bashevis Singer, ganhador do Nobel de Literatura em 1978, e que disse: "Para os animais, todos os humanos são nazistas." Inspirado nessa analogia, Charles Patterson escreveu um livro seminal dos direitos animais, *The Eternal Treblinka* (2002).

O principal argumento do *Eternal Treblinka* é que a dominação humana de animais, tal como surgiu cerca de dez mil anos atrás, com a ascensão da sociedade agrícola, foi a primeira dominação hierárquica e lançou as bases para o patriarcado, a escravidão, a guerra, genocídio e outros Sistemas de violência e poder. A implicação fundamental da teoria de Patterson é que a libertação humana é implausível se desligada da libertação animal (BEST, 2007).

Cruz (2013) faz uma comparação com a Banalidade do Mal, de Hannah Arendt, e afirma que vivemos uma história marcada pela crueldade de homens contra homens, e de exploração e violência em relação aos animais não humanos. Em virtude disso, na sociedade brasileira ganha maior impulso uma reação abolicionista "com vistas a extinguir a 'banalidade do mal' do mundo desses seres, que a despeito das diferenças no tratamento jurídico, partilham com os humanos a vida neste Estado democrático de direito" (CRUZ, 2013 p. 170-171).

Enquanto nos revoltamos com qualquer cena de maus-tratos a um cachorro, silenciamos para as mortes de, conforme o IBGE (2015), mais de 15 milhões de animais diariamente em nosso país. A maior parte desses animais é morto dentro das (fazendas) indústrias, bem longe de seu consumidor final. Ainda existe um ocultamento da realidade

desses animais no ambiente organizacional, alguns aspectos ideológicos servem para entender melhor essa situação.

3.4.2.3 Aspectos ideológicos do tratamento dos animais

A forma com que milhões de animais tem sido violentamente explorados e mortos pelas grandes empresas é um desses assuntos, que quando não ignorado solenemente, é revestido de um discurso que não condiz com a prática (REGAN, 2006), e com preocupações superficiais, que não querem mudar as tradicionais relações de dominação (BARRETO et al., 2015).

Joy (2014 p. 41) afirma que: "O modo mais eficiente de distorcer a realidade é negá-la [...] E o modo mais eficiente de negar uma realidade é torná-la invisível". São ocultadas pelas organizações (parte) do tratamento dado aos animais. **O ocultamento ou silenciamento é sinal de que é uma prática repreensível, pois senão não existiria a necessidade de ocultar**. Em pesquisa realizada com pessoas que trabalham com experimentação animal, Holmberg e Ideland (2010) afirmam que existe uma *abertura seletiva* sobre as informações divulgadas, mantendo segredos e sigilo para o público externo, principalmente com relação a crueldade das experiências. Manter o público desinformado, impedindo-o de ter conhecimento e investigar possibilita a manutenção da autonomia em relação a sociedade e a continuidade dos testes. Para as autoras, o mais surpreendente é que os entrevistados expressam muita emoção em especial de não ter vergonha das ações. Holmberg e Ideland (2010) recorrem a explicação de que esse sentimento é evocado sempre que as pessoas sentem ter feito algo ilícito, que alguém tenha testemunhado.

Como visto na seção 3.3.2, muitos livros já detalharam o tratamento dado aos animais não-humanos, além dos mais conhecidos, o seminal de Singer, *Libertação Animal* (2008) e *Jaulas Vazias* de Regan (2006), temos outros ainda não disponíveis em português: *Prisioned Chickens, Poisoned Eggs. An inside look at the modern poultry industry*, de Karen Davis (1996) e *Beyond Beef. The Rise and fall of the cattle culture*, de Jeremy Rifkin (1993). Todos os livros retratam os bastidores da indústria das galinhas poedeiras e carne, respectivamente.

Com relação aos animais, o *dark side* está "naturalmente" oculto, pois como ideologia dominante, as pessoas não veem nenhum problema em amar cachorros, comer porcos e vestir vacas (JOY, 2014) mesmo que eticamente e biologicamente esses animais tenham as mesmas

características fundamentais (que são as mesmas dos animais humanos) para receberem consideração moral quanto à violência e morte.

É uma realidade que os animais são maltratados pela indústria, mas elas sabem que as pessoas gostam de animais, e se esforçam ao máximo para impedir que o público descubra o que se passa nos galpões sem janela onde são aprisionados esses seres. “A indústria não quer que se saiba como vivem os animais que estão sendo preparados para o abate” (ROBBINS, 2014 p. 12). Por isso essas organizações, através de campanhas publicitárias, comunicam que “os melhores queijos vêm de vacas felizes” e se utilizam de imagens de vacas pastando satisfeitas em belas pastagens. Esses comercias, de vacas felizes, galinhas felizes, é tudo mentira, totalmente desonesto, mas não é ilegal. “Você pode fazer o que quiser com um animal cuja carne, leite ou ovos pretenda vender e pode mentir quanto quiser a esse respeito, pois fizemos essa distinção semântica entre determinados animais. Amamos alguns, outros não só abatemos, como também torturamos” (ROBBINS, 2014, p. 13).

O principal argumento que utilizo aqui é que se a prática da indústria de origem animal não tivesse problemas (éticos) poderia tranquilamente não ocultar, ou esconder o acesso de informações aos seus consumidores. Mas não é isso que é feito. Mesmo quando liberadas, as informações são seletivas, como apresenta Holmberg e Ideland (2010). Atividades do lado sombrio são mascaradas comunicativamente para tornar o ilegítimo pareça legítimo, dissenso pareça estar um consenso, e para facilitar a exploração (Deetz, 1996).

Melanie Joy (2014), Phd. em Psicologia Social em sua tese estudou questões psicológicas da alimentação de carne, e criou o termo *Carnismo*, a ideologia, dominante em nossa sociedade, da ingestão de carne. É sobre esta ideologia dominante que agora me dedico a explicar.

3.4.2.3.1 A ideologia *carnista*

Bilhões de seres sencientes (LOW, P. 2012) vulneráveis morrem ao redor do planeta nas mãos de organizações gigantes. Aspectos culturais (e não biológicos) definem quantos desses serão vacas, cachorros, galinhas, gatos, porcos.... É necessário um forte aparato ideológico para sustentar essas práticas e fortalecer as relações de dominação entre e intra espécie.

Nesta perspectiva, sobre o suporte ideológico que mantém unido e coeso estas relações paradoxais e violentas, buscaremos apresentar sob o conceito de *carnismo* (JOY, 2012). Tal

conceito tem como objetivo trazer à luz um horizonte tão disseminado culturalmente, que se não bem interpretado ou plasmado, incorremos no perigo de tratá-lo como natural, não ideológico e/ou a-histórico, a saber, o do consumo e exploração legitimado e indiscriminado de animais não humanos pelos humanos, mesmo sem a real necessidade biológica de nossa sociedade atual.

Como ideologia dominante, e estrutura paradigmática na construção e ordenamento da cultura ocidental, o *carnismo* serve para delinear o sistema invisível de crenças, ou a ideologia que nos condiciona a achar natural se alimentar de determinados tipo de animais, mesmo tendo condições biológicas e tecnológicas de mantermos uma dieta livre de derivados de animais. Quando comer animais não é uma necessidade, que é o caso da maior parte do mundo atualmente, trata-se de uma escolha, e as escolhas representam crenças. O *carnismo* apresenta-se desta forma como uma ideologia dominante, que por estar fortemente enraizada e normatizada socialmente, constrói todo um horizonte de comportamentos, leis, normas, hábitos, ou seja, sedimenta a produção de toda uma basilar ordenação social que tornou a necessidade histórica de alimentação de animais pelos humanos num conteúdo atemporal e indiscutível (JOY, 2014). Por este conceito ser paradigmático, ele oferece o apoio necessário para os agentes socioculturais e/ou organizacionais que buscam tratar o processo de abuso e invisibilização animal como necessidade.

Por conseguinte, o carnismo como ideologia dominante se sustenta a partir da ideia antropocêntrica de superioridade ontológica dos humanos na relação com os animais não humanos. Esta ideia, o *especismo*, serve para descrever a discriminação generalizada praticada pela espécie homo sapiens com os outros seres que nos rodeiam. O *especismo* produz formas de relação e interação sociocultural fundadas no preconceito, em argumentos falaciosos ou saltos lógicos, baseados exclusivamente em aparências - se o outro que em meu horizonte aprece tem um aspecto diferente do meu, este não mereceria ser tratado como indivíduo moral. (RYDER, 1989). Neste ponto, não importam as características inerentes das outras espécies, mesmo que muitas vezes comprovadas cientificamente, sua capacidade de sentir dor e sofrimento, sua inteligência, sua linguagem complexa, capacidade de criar laços familiares complexos, etc., são apenas pequenos fatos, ante a nossa diferença qualitativa, que põe a espécie humana no ápice de uma relação, e que pretensamente legitimaria toda ordem de dominação e exploração com seres inferiores.

Nesta perspectiva, é que apresento o *carnismo* como um conjunto axiológico de valores que é amplamente utilizado por organizações que têm na exploração animal meio ou fim para obter sua lucratividade. Estas organizações, através de diversos subterfúgios, buscam

esconder, tirar da vista dos consumidores a real situação de vida e de morte destes animais não humanos, objetivando um aumento exponencial de sua lucratividade, mas transmitindo uma imagem de preocupação e empatia com os animais em sua cadeira produtiva.

A ideologia do carnismo apresenta três principais mecanismos de defesa: a negação através da invisibilidade (dos animais e da ideologia), a justificação através de perpetuação de mitos (3Ns: comer carne é natural, normal e necessário) e distorções cognitivas (abstrações de que os animais são desprovidos de personalidade ou individualidade). (JOY, 2014).

Muitos de nós humanos temos laços cheios de significados e gratificantes com animais que não são membros de nossa espécie. Tratamos animais que chamamos de estimação como parte da família, chamamos pelo nome, pagamos por sua alimentação e as contas do veterinário, compramos presentes para dar a eles, compartilhamos nossas camas, choramos e os enterramos quando morrem. Nós os amamos (JOY, 2014; ROBBINS, 2014). "Amamos os cães e comemos as vacas não porque cães e vacas sejam fundamentalmente diferentes - assim como os cães, as vacas têm sentimentos, preferências e consciência -, mas porque a *percepção* que temos deles é diferente" (JOY, 2014 p. 17).

Essa percepção deriva da construção (é cultural e não natural) de um esquema (estrutura) psicológico que através de uma classificação mental em categorias gerais (generalizações), classifica e interpreta estímulos que estamos continuamente expostos (JOY, 2014). Temos esquemas para cada coisa, inclusive para animais, onde geralmente classificamos em: comestível e não-comestível ou mais geral, em: presa, predador, praga, bicho de estimação ou comida. Joy (2014) afirma que geralmente quando recebemos o estímulo de uma carne, que está na categoria não comestível, automaticamente imaginamos o animal vivo e tendemos a sentir repugnância ante a ideia de comê-lo. Os esquemas mentais se assemelham aos modelos mentais, sustentados por Dijk (2006).

Além dos esquemas mentais e comportamentos, os tipos e a frequência dos contatos com animais não humanos formam também uma estrutura de sentimentos em relação às espécies (LIMA, 2016). O convívio mais próximo com animais de estimação, na parte de dentro de seus lares, estimulou a observação mais atenta dos mesmos, lhes identificando traços particulares. Com isso, surge a ideia de que os animais poderiam ter caráter e personalidade individualizados, fundamentando a ideia de que eles mereciam consideração moral, desenvolvendo-se uma sensibilidade da empatia interespécies (SERPELL; PAUL, 2003; THOMAS, 2010)

O reconhecimento das individualidades e a convivência se transformam em critérios importantes para consideração moral. Se não dermos nomes aos animais (como fazemos com

os de estimação, mas não com os de consumo), não ocorre um reconhecimento de individualidades; sem convivência, não ocorre um aprendizado em relação às suas formas de comunicação ou ao fato mesmo de que tenham algo a comunicar (LIMA, 2016).

> O reconhecimento de inteligência e sensibilidade é relevante nessa relação pelo fato de serem essas as bases fundamentais da distinção radical que se faz, na modernidade, entre humanos (racionais, dotados de alma e criadores de cultura) e todas as outras espécies (irracionais, máquinas sem alma, puramente instintivos). (LIMA, 2016 p. 306)

Os animais criados dentro de casa gozam do status de "membros da família", mas, aos animais de produção (galinha, porco, vaca, etc.) geralmente não reconhecida uma individualidade, e o distanciamento social que a maioria das pessoas tem deles acabam por incidir em um processo de reificação, de objetificação. E os animais reificados são vistos como animalescos, de forma que a violência que lhes é imposta não parece atingir indivíduos, e sim seres abstratos, desprovidos de individualidade e, em certos casos, entendidos como incapazes de sentir dor (LIMA, 2016).

Quando apenas os animais "de casa" são vistos como diferentes e especiais e o contato com os outros animais (de produção, por exemplo) é repreendido como algo perigoso ou nojento, esses últimos são reificados e, consequentemente, não serão percebidos como indivíduos, tampouco como indivíduos moralmente ou afetivamente relevantes. Com o tempo, e lentamente, termos como "carne", "bife" e "coxinha" começam a ser associados a animais e, quando isso ocorre, as espécies já foram cognitivamente distinguidas daquelas "especiais", cujos representantes são reconhecidos como indivíduos (LIMA, 2016).

Joy (2014) argumenta que é um sistema de crenças "invisível" que condiciona algumas pessoas a comer certos animais, essa não é uma condição biológica, mas uma opção filosófica, mesmo que por muitos não refletida. A autora afirma que a ideologia de não se alimentar de carne[14], o vegetarianismo, foi identificada há mais de 2.500 anos (apesar de ser utilizado esse nome só no século XIX). O modo básico de as ideologias arraigadas ficarem arraigadas é permanecerem invisíveis. E o modo básico de ficarem invisíveis é permanecerem sem denominação. Se não lhes damos nomes, não podemos falar sobre elas e se não podemos falar sobre elas, não podemos questioná-las. [...] isso se torna ainda mais difícil quando a

[14] Existem muitas controvérsias sobre o significado do termo, muitos afirmam que vegetariano (que vem de *vegetus* - sádio, bom, fresco) não se alimentam de nada de origem animal, são conhecidos também por vegetariano estritos, mas, comumente orgãos público, organizações diversas consideram os ovo-lacto vegetarianos (que não consomem carnes de nenhum tipo, mas se alimentam de outros produtos de origem animal) também um vegetariano, em seu sentido mais amplo. Para entender um pouco mais sobre a batalha pelo significado ler Adams (2012) p. 124.

ideologia trabalha ativamente para se manter oculta. É esse o caso de ideologias como o carnismo. Além dessa invisibilidade simbólica, que possibilita o ato de evitar, negar, existe uma invisibilidade prática do carnismo, a invisibilidade dos animais produzidos e mortos (JOY, 2014).

A ocultação das implicações éticas do consumo da carne costuma envolver três estratégias: desmembramento dos corpos dos animais, o deslocamento dos matadouros para longe do público e a utilização uma linguagem eufemística que a dissocia da comida (JOY, 2014; NACONECY, 2015).

A maioria das pessoas ao comer um bife não visualiza o animal de que a carne se origina, ou seja, perde-se a conexão mental entre a carne o animal vivo. Muitas pessoas evitam comer carne que lembre o animal do qual ela foi obtida e por isso raramente a carne é servida com a cabeça ou outra parte do corpo intacta, mas sim em pequenos pedaços (JOY, 2014). O que você compra no supermercado não tem a "cara" do animal, a embalagem quadrada nada se assemelha ao animal vivo (NACONECY, 2015). Naconecy (2015) afirma que remover as cabeças, línguas e corações são práticas para ocultar o problema moral de se alimentar de animais, pois essas partes lembram que o animal estava vivo antes de virar comida.

Carol Adams (2012) utiliza o termo *referente ausente*, o que separa a carne e o animal morto a partir do produto final. A função do *referente ausente* é manter a carne separada de qualquer ideia de que ela era um animal (2012). Os animais são transformados em ausentes através da linguagem, que renomeia cadáveres antes que consumidores e consumidoras participem em comê-los. O *referente ausente* permite esquecer do animal como uma entidade independente e separar o que é carne do que é um animal. Adams (2012) exemplifica no idioma inglês, onde carne de carneiro, que deveria ser *sheepmeat* vira *mutton*, *chickenmeat* vira apenas *meat*, utiliza-se o nome real do tipo animal na cultura norte-americana apenas quando não é sancionado o consumo desse animal, por exemplo *dogmeat* (carne de cachorro) ou *horsemeat* (carne de cavalo). O *referente ausente* resulta do cativeiro ideológico e o reforça: a ideologia patriarcal estabelece o padrão cultural de ser humano e de ser animal (LESSA; CAMARGO, 2014 p. 383)

Para muitas pessoas, existe uma dissonância cognitiva, quando se depara com a situação de se preocupar com os animais e não querer seu sofrimento com o fato de se alimentar deles. O Carnismo é contra valores como compaixão, justiça e autenticidade, por isso precisa de mecanismos de defesa que distorçam os pensamentos e entorpeçam nossas emoções para agirmos contra nossos valores sem nos apercebermos (JOY, 2014).

Essa incoerência entre os valores e o comportamento, que causa um desconforto moral, pode ser reduzida se alteramos os valores ou o comportamento, ou geralmente, quando alteramos a percepção de nossos comportamentos para que eles possam combinar com nossos valores. Existe um entorpecimento psíquico que ajuda a desconectar mental e emocionalmente da violência dos frigoríficos onde os animais são transformados em carne. Os mecanismos desse entorpecimento incluem: a negação, o ato de evitar, a rotinização, a justificação, a objetivação, a desindividualização, a dicotomização, a racionalização e a dissociação (JOY, 2014).

A indústria da carne é muito grande em nosso país, anualmente, segundo IBGE, mais de 5 bilhões de animais são abatidos no Brasil. Onde estão todos esses animais? Eles são colocados à distância dos consumidores, e diferente do passado, estão em grande parte das "fazendas-fábricas", ou gigantescas centrais de confinamento. Essas centrais são projetadas com uma intenção determinada: a eficiência, custo mais baixo e lucro maior possível. De um ponto de vista comercial, o bem-estar animal é uma barreira ao lucro, pois aumenta o custo de produção. "As medidas redutoras de custo tornam a produção de carne uma das práticas mais cruéis da história da humana" (JOY, 2014 p. 41).

Mesmo com o esforço para criar essa invisibilidade, as pessoas, em certo nível, conhecem a verdade, sabem que a produção de carne é um negócio meio sujo, mas que não querem saber o quão sujo é. Sabemos que a carne vem de um animal, mas não queremos ligar os pontos. Quando comemos animais, não gostamos de pensar que essa é uma escolha. Ideologias violentas estão estruturadas de maneira que seja inevitável que tenhamos consciência de uma verdade desagradável, em certo nível, é um fenômeno de saber sem saber (JOY, 2014).

O contato mais frequente, e as vezes o único, que temos com bovinos, ocorre com comer sua carne ou usar o seu couro. Mas devido a uma distinção semântica - pois eles têm características em comum -, chamamos outros animais de "jantar", e em virtude disso, sentimo-nos no direito de tratar esses animais de maneira cruel, desde que isso reduza o "preço por quilo" (ROBBINS, 2014 p.11)

Singer (2008) lembra que boa parte do sofrimento nos matadouros é resultado do ritmo alucinante que tem que ocorrer a matança.

> A concorrência entre empresas significa que os matadouros tentam sempre matar mais animais por hora que seus concorrentes... A pressão no sentido de trabalhar mais rapidamente implica que se tome menos cuidado com o que se faz – não apenas relativamente aos animais.... Se mesmo com os humanos se tem tão pouco cuidado, qual será o tratamento dado aos animais? (SINGER, 2008 p. 143)

Pelo advento desta ideia, o carnismo capilariza-se pela construção e reprodução de uma realidade de entorpecimento psíquico (JOY, 2014), uma espécie de insensibilização que nos leva a construção de esquemas psíquicos (idem), que promovem uma desconexão mental e emocional de nossa complexa experiência fenomênica com os animais, transpondo nosso estado mental da empatia à apatia; apresentando uma diferenciação estrutural entre as espécies, em que os pretensamente mais superiores podem subjugar e utilizar ao seu prazer os inferiores, pretensamente retirando da subjetividade parte responsabilidade pela morte do animal. Essas "acrobacias psicológicas", nas palavras de Melanie Joy (2014, p. 22), são adotadas por que a maioria das pessoas se importa com os animais e não quer que eles sofram, apesar de comerem carne e usarem outros produtos derivados de animais. Uma vez que,

> Há incoerência entre nossos valores e nossos comportamentos e essa incoerência nos causa em certo grau de desconforto moral. [...] Como nem somos a favor do sofrimento animal inútil nem deixamos de comer animais, nosso esquema distorcerá nossas percepções dos animais e da carne que comemos, a fim de que possamos nos sentir suficientemente à vontade para consumi-los. E o sistema que constrói nosso esquema da carne nos equipa com os meios para que isso aconteça. (JOY, 2014, p.22)

Desta forma, o carnismo, assentado na presunção de que a espécie homo sapiens teria naturalmente direito ao consumo e exploração de outras espécies de animais por seu estatuto mais alto, sonega a possibilidade de consideração de interesses e direitos das outras espécies de animais, apresentando-se como ideia perpassada pela signo da violência, seja com a subjetividade, uma vez que legitima um processo de insensibilização dos animais humanos referente aos outros animais através de conceitos questionáveis, seja com os animais não humanos, legitimando sua exploração indiscriminada. Logo, essa alteração violenta na nossa percepção, que sedimenta a exploração industrial dos animais como fato posto, um mal necessário, algo tão corriqueira que quase não faz sentido por em cheque, necessita de um poderoso sistema produção de satisfação psíquica (DEJOURS, 1980), manifestado na construção simbólica de uma sociedade sob o signo do consumo legitimado de carne de alguns animais, não só como necessidade biológica intransponível – o que hoje é cientificamente questionável na quase totalidade dos casos -, mas como fonte de prazer libidinal rápida, fácil e altamente explorada pela publicidade das grandes corporações.

Mas ideologias violentas precisam também de participantes dispostos a participar. E a maioria das pessoas não gostaria de machucar animais. Por isso uma necessidade de coação, só eficiente enquanto não detectada, precisamos acreditar no mito do livre-arbítrio. Desde o momento que paramos de mamar, começamos a comer animais, ao que tudo indica antes de começar a falar, e continua agindo ininterruptamente durante toda a vida da pessoa. Padrões

de comportamento estabelecidos muito antes de sermos capazes de agir livremente se entrelaçam à nossa psique, guiando nossas escolhas como uma mão invisível. É impossível exercer o livre-arbítrio enquanto estivermos operando dentro do sistema.

Faz parte dos valores culturais ocidentais o consumo de carne como forma de virilidade masculina em aspectos materiais, ideológicos e simbólicos. É um fenômeno cultural, e não natural, e que está vinculada ao conceito de *carnofalogocentrismo* (pessoa carnívora, sexo masculino e ego autoritário como condição do reconhecimento humano) do filósofo francês Jacques Derrida (ADAMS, 2012). Para Derrida (2009) o uso e abuso de animais é, portanto, profundamente enraizada na construção do ser humano, em particular da subjetividade masculina. A hierarquia é assumida, onde o homem é colocado como superior à mulher, adultos as crianças e os seres humanos aos animais (DERRIDA, 2009). Adams (2012), em seu livro *Política Sexual da Carne*, afirma que os discursos sobre a carne trazem uma cultura de natureza patriarcal, que além de uma associação com o papel masculino, inclui também a ideia de que os fins justificam os meios e que a objetificação de outros seres é uma necessidade da vida e de que a violência pode e deve ser mascarada (ADAMS, 2012).

A invisibilização animal pelas organizações, dissociando-os do seu processo de produção em escala industrial, requer um poderoso instrumento ideológico que consiga lidar com o paradoxo de que historicamente animais humanos estabelecem facilmente relações de empatia com animais não humanos, em contraponto, com a necessidade mercadológica, da cadeia produtiva baseada na exploração animal, de aumentar o consumo dos segundos pelos primeiros. A base desta ideologia encontra-se sobre o conceito de Carnismo.

Para exemplificar a disputa em torno das palavras, na próxima seção apresento alguns termos mais comumente utilizados quando tratamos da nossa relação com os animais: bem-estar animal, sofrimento, crueldade, estresse, processamento, abate humanitário

3.4.2.3.2 Eufemismo e linguagem distorcida

O eufemismo é um recurso linguístico usado para atenuar o impacto que o significado de uma palavra tenderia a causar no interpretante. Dessa forma, o eufemismo é a substituição de determinadas palavras ou expressões com o objetivo de tornar o discurso menos agressivo àquele que o interpreta. O oposto, ou seja, quando se tem a intenção de exacerbar a força ou agressividade do significado, é chamada de disfemismo. “Portanto, o uso do enunciado é feito com a intenção ou finalidade de produzir no interpretante uma situação de conforto (no caso

do eufemismo) ou uma situação de desconforto (no caso do disfemismo) ” (MOURA, 2009 p. 149-150).

A estratégia de conforto é adota para indústria da carne, leite, mas também pelos profissionais que atuam nela, como os médicos veterinários, zootecnistas, biólogos, etc. A mídia costuma também utilizar os termos consagrados por esses atores sociais. De outro lado, muitas vezes os ativistas dos direitos animais se utilizam do discurso disfêmico, com o objetivo de causar desconforto, conforme situação a seguir.

A linguagem eufemística serve como um amaciamento semântico, que substitui certos termos por outras palavras eticamente neutras, suavizando assim a realidade nua e crua (NACONECY, 2015). A carne de frango são os retalhos e vísceras do cadáver de um frango, o filé-mignon são os músculos amputados das costas de um boi morto, os frutos do mar são peixes que foram arrancados da água, se debatendo em convulsões, para morrer lentamente por asfixia sobre o convés de um barco de pesca. “Bois porcos e galinhas não são enviados aos matadouros para morrer, mas, sim, para frigoríficos. Aliás, lá eles não são mortos, mas processados” (NACONECY, 2015 p. 25). O objetivo dessa terminologia que maquia a realidade é driblar todo o mal-estar moral e conflito de consciência que possa brotar na mente dos consumidores. “Mas palavras tranquilizadoras não são capazes de mudar a realidade” (NACONECY, 2015 p. 25).

Moura (2009) considera importante a análise dos padrões eufemísticos, pois entende que o “sentido literal” (aquele que é mais facilmente reconhecido como um significado descritivo, em determinado momento numa comunidade linguística) muda ao longo do tempo, e essas “novas expressões ou enunciados podem significar novos conceitos ou podem ser novos eufemismos cujo uso pretende trazer novo conforto a antigos significados e realidades” (MOURA, 2009 p. 150).

As organizações que praticam ações de violência e morte contra os animais, deliberadamente elas escondem as “partes do processo” onde isso ocorre (separação do bezerro da vaca, abate dos animais de “consumo”, etc). Além disso, muitas vezes elas utilizam de um discurso distorcido, com termos que seu significado não condiz com a prática (ex: abate humanitário, bem-estar animal, vacas felizes, livre de crueldade). Existe então, uma disputa para se apossar do significado da palavra, pois é através de seu significado que melhor se revela o seu caráter ideológico, a palavra é o fenômeno ideológico por excelência (BAKTHIN, 2002). Segundo o autor (p. 31 e 32),

> Tudo que é ideológico possui uma significação e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem

> signos não existe ideologia. [...]Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico.

Regan (2006 p. 95) faz algumas observações quanto a utilização de palavras pelos porta-vozes da indústria, comparando com Humpty Dumpty em *Alice através do espelho*, de Lewis Carroll, onde o mesmo afirma: "Quando eu uso uma palavra, ela significa exatamente o que eu quiser que ela signifique – nem mais, nem menos". Quando os representantes da indústria usam palavras como bem-estar animal, tratamento humanitário e guarda responsável, eles devem pensar que podem fazer essas palavras significarem qualquer coisa que quiserem. Na verdade, eles não podem.

Utilizando o termo abate, por exemplo, essa palavra pode significar muitas coisas, o sentido mais literal seria matar, mas pode ser utilizado de maneira tão ampla que significa também: "(a)baixar, derrubar, desanimar, abalar, enfraquecer, queda, corte" (FERREIRA, 2004). Quando ela é utilizada para substituir matar ela serve para suavizar este ato, mais ainda, de maneira a ocultar o ato de matar. No termo abate em inglês, *slaughter* significa também massacre e pode ser utilizada para situações de morte de humanos e não humanos. Nesse caso não existiria um processo de ocultamento, como ocorre em nossa língua.

A palavra humanitário significa: "marcado pela compaixão, empatia ou consideração por outros seres humanos ou animais", "caracterizado por bondade, misericórdia ou compaixão" (REGAN, 2006 p. 95), "que ama seus semelhantes; bondoso, benfeitor, humano" (FERREIRA, 2004). Quando as grandes indústrias de exploração animal nos dizem que tratam seus animais humanitariamente, deveríamos esperar práticas que demonstrassem compaixão, empatia, consideração, bondade e misericórdia, pois afinal, é isto que humanitário significa (REGAN, 2006).

Bem-estar significa: "boa fortuna, saúde, felicidade", "conforto, satisfação, situação agradável do corpo ou do espírito" (REGAN, 2006 p. 95), "Estado de perfeita satisfação física ou moral" (FERREIRA, 2004). Aplicando essa ideia aos animais, espera-se que sejam asseguradas as necessidades básicas (comida, água, abrigo e exercício) e não realizar nada que os posso infringir algum dano, isso que significa bem-estar animal (REGAN, 2006).

Os porta-vozes das indústrias descrevem as condições e tratamento como humanitários e afirmam seu compromisso com o bem-estar animal. Temos em mente o que se esperar desses comportamentos, mas geralmente o que eles fazem não condiz com o que eles dizem, é

o dito desconexo (REGAN, 2006), já apresentado anteriormente. Quando eles utilizam essa linguagem "estão usando as palavras, só da boca para fora, que o governo mandou usar" (REGAN, 2006 p. 99).

Nos Estados Unidos as grandes empresas do setor raramente são pegas violando a legislação de bem-estar animal. O tipo de proteção legal que os animais recebem é parte do problema, não parte da solução. As poucas violações demonstram que os padrões legais de tratamento humanitário estão abaixo do mínimo, e que o trabalho de assegurar que pelo menos esses padrões sejam cumpridos é deplorável. Geralmente os tratamentos considerados por pessoas comuns como reprováveis ou cruéis, são inteiramente legais, portanto humanitários (REGAN, 2006). Regan (2006) afirma que os veterinários têm um papel importante na legitimação das práticas padrão das indústrias, e que o público espera que os veterinários tratem bem, por que eles os amam.

Evitar sofrimento desnecessário é outra palavra comumente utilizada pela indústria se referindo a posição de reduzir o sofrimento do animal. Desnecessário significa: "Inútil, dispensável" (FERREIRA, 2004), já o termo necessário: "que não se pode dispensar, essencial, indispensável" (FERREIRA, 2004). Como pressuposto do discurso das empresas é que é necessário matar animais, mesmo assim, devemos evitar o sofrimento desnecessário dos mesmos. Hoje em dia, a ciência médica-nutricional já afirma que a maioria da população pode viver sem se alimentar de produtos de origem animal (ver ADA, 2009; DIETITIANS OF CANADA, 2014; CRN-3, 2015). Atualmente podemos ainda utilizar a palavra necessário para qualificar mortes de animais para nosso uso? Talvez palavras como costume, tradição ou prazer possam ser mais adequadas.

Ideologias violentas, como o Carnismo, tem a mesma mentalidade: uma lógica de domínio e subjugação, do privilégio e da opressão, que nos leva a considerar o outro como uma coisa, reduzir uma vida a uma unidade de produção. Essa mentalidade do "poder faz a razão" nos faz sentir no direito de exercer controle absoluto sobre a vida e morte dos menos poderosos. Só porque podemos. As ações são justificadas porque os outros são apenas selvagens, mulheres, animais. É a mentalidade da carne (JOY, 2014).

Se pensarmos como Joy (2014), Patterson (2002), Adams (2012) e muitos outros teóricos, e interligarmos as relações de opressão entre gêneros, etnias, espécies, podemos identificar em empresas que exploram animais outras práticas que podem ser do *Dark Side*, mesmo sem estar relacionadas diretamente com os animais não-humanos. Além dos aspectos que envolvem diretamente os funcionários dessas organizações, a seguir apresento alguns aspectos das relações de poder perante indivíduos, políticos e órgãos públicos.

3.4.2.4 Relações de dominação e poder

A nossa relação com os animais, é baseada numa grande assimetria de poder. Gautama Buda ensinou que os homens têm deveres de cuidado com os animais em razão da assimetria de poder existente entre os humanos e as demais espécies. É por esse motivo que, segundo o Buda, o encargo de ajudar e o sentimento de responsabilidade dos homens com relação aos animais devem se fazer presente. A percepção de que o tratamento degradante dado a esses seres é absurdamente injusto, "deve ser suficiente para que o homem deseje uma justiça melhor, mesmo ciente de que a libertação dos animais não será suficiente para tornar o mundo plenamente justo; mas menos injusto" (CRUZ, 2013 p. 191).

A carne não pode ser obtida sem violência. As ideologias violentas são essencialmente antidemocráticas, pois dependem de fraude, sigilo, poder concentrado e da coerção. Existe uma concentração da indústria. Numa sociedade democrática, uma função central do governo é criar e implementar políticas e leis que atendam aos interesses dos cidadãos. Presumimos que a comida que chega à nossa mesa não vai nos deixar doente ou nos matar (JOY, 2014). Que se existe uma legislação para o bem-estar animal, que eles são bem tratados. A indústria agropecuária se tornou tão poderosa a ponto de ficar não apenas acima da lei, mas do direito, moldando a legislação, ao invés de respeitá-la, podemos dizer que nossa democracia se tornou uma *carnocracia*. (JOY, 2014).

Ainda existem os efeitos colaterais para os humanos nessa indústria. O trabalho mais perigoso e mais violento nos EUA é nos frigoríficos, os trabalhadores passam horas num ambiente saturado de morte e com alto nível de estresse (JOY, 2014). No Brasil a realidade não é diferente: Nos frigoríficos o ritmo de trabalho frenético é 5 vezes maior do que o limite considerado seguro à saúde (15 segundos, 18 movimentos). Pessoas contraem depressão, tendências suicidas, insanidade mental, por causa das péssimas condições psicológicas de trabalho (CARNEOSSO, 2011). 58% das fazendas onde houve libertação de trabalhadores escravizados entre 1995 e 2008 eram de pecuária (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2008), 80% do trabalho forçado está na pecuária (OIT, 2005).

Dada a brutalidade do processo do abate, é fácil presumir que as pessoas que têm como trabalho matar animais sejam sádicas ou psicologicamente perturbadas. Esses distúrbios podem resultar sim da exposição prolongada à violência, as pessoas podem acabar se acostumando com a violência que um dia os perturbou, esse mecanismo se chama rotinização. Comportamentos que podem parecer irracionais e extremos são resultados inevitáveis do trabalho nas linhas de frente de um sistema extremo e irracional (JOY, 2014). Essa não é

novidade nenhum para filósofos gregos como Plutarco e Porfírio (FELIPE, 2009, p.10-11), que há quase 2.000 anos afirmavam:

> [...] a crueldade, com a qual os animais mortos para alimento são tratados, brutaliza o caráter humano, tornando-o igualmente indiferente ao sofrimento das pessoas e ao dos animais. Plutarco
> (A)o agir desse modo, na verdade, uma disposição assassina e uma natureza brutal se enraíza e fortalece em nós, tornando-nos insensíveis à piedade; além disso, podemos acrescentar: aqueles que pela primeira vez ousaram fazer isso, cegaram a maior parte da bondade e a tornaram ineficaz. Porfírio

Não apenas filósofos se debruçaram sobre esse tema, em publicação recente do período *Organization*, na edição especial sobre Animais e Organizações, Baran, Rogelberg e Clausen (2016) estudaram 10.605 trabalhadores dinamarqueses de matadouros, e fizeram uma revisão sobre artigos que associam essas atividades indesejáveis – de matar animais – ao estigmatizado "trabalho sujo". Os autores concluem a pesquisa confirmando que esses trabalhadores tem um menor bem-estar psicológico e comportamento de enfrentamento negativo (consumo de álcool em especial) em relação a outros tipos de trabalhadores com outras atividades. Além de um desprestígio pela tarefa considerada suja, os trabalhadores carregam uma marca física por ter um contato próximo com a morte de animais. Existe evidências na literatura sobre a área que matar animais pode afetar o comportamento e pensamento das pessoas, como por exemplo serem mais violentos, antissociais ou terem outros problemas sociais (BARAN, ROGELBERG; CLAUSEN, 2016)

O menor bem-estar desses trabalhadores se deve ao fato de existir um conflito interno devido à identificação de ambivalência com a situação de violência e morte intencional dos animais. Existe uma demanda psicológica adicional sobre pessoas nessa situação, uma tensão para defender o que elas fazem para indivíduos de outro grupo pela falta de prestígio de sua ocupação. O estudo de Baran, Rogelberg e Clausen (2016) identificou o uso de estratégias de sobrevivência (enfrentamento) negativa, como por exemplo aumento do consumo do álcool, causado por maiores tensões e estresse físico e psicológico devido a rotina de violência à outros seres vivos. Existe uma sinalização de que testemunhar a dor e sofrimento dos animais pode gerar empatia e também remeter aos seus próprios sofrimentos, buscando se distanciar da dor, e o consumo de álcool pode ser uma válvula de escape. Em decorrência disso, esses trabalhadores vivem menos significado do trabalho. É possível que a morte intencional de animais induza a um sofrimento empático crônico, influenciando os trabalhadores a se distanciarem psicologicamente de seu trabalho mais do que outras ocupações consideradas como trabalho sujo. Eles podem ter conflitos psicológicos entre se ver como um assassino de

animais, em vez de pessoas que matam animais como um trabalho ou como fornecedores de carne (BARAN, ROGELBERG; CLAUSEN, 2016).

Considero as práticas de uso de animais extremamente ideológicas, de maneira pejorativa ou criticável, pois para permanecer aceitável, tem que recorrer a ocultar ou obscurecer suas motivações, distorcer ou dissimular um discurso para naturalizar uma realidade social e legitimar e sustentar essas relações.

Além dessa invisibilidade simbólica, que possibilita o ato de evitar, negar, existe uma invisibilidade prática do carnismo, a invisibilidade dos animais produzidos e mortos.

O carnismo, tido como ideologia dominante, representa um papel proeminente na configuração e manutenção deste sistema de exploração indiscriminada de algumas espécies de animais, principalmente pelas grandes corporações, ao ponto de possibilitar esta violência diária com milhões de seres. A caracterização como não ideológica ou "natural" desta ideologia, ajuda a manter uma realidade por si só excludente, hierarquizada, paradoxal, sedimentada na impossibilidade da consideração de interesses de outras espécies e num processo predatório de contínua acumulação de capitais; em que a violência dos processos – em seus muros, grades, jaulas, abatedouros, corpos ausentes, instrumentalização humana e animal etc.- aparece fora do campo de visão do consumidor. O carnismo é, então, categorizado como fundante necessário para manutenção da sintomática invisibilidade e contínua exploração dos animais não humanos no *Dark Side* das organizações.

Como forma de apresentar um pequeno resumo, em tópicos, do conteúdo principal da fundamentação teórica que serviu de lente para análise dos resultados, apresento a seguir as definições constitutivas (DC) e operacionais (DO).

3.5 DEFINIÇÕES CONSTITUTIVAS E OPERACIONAIS

A DC emerge da fundamentação teórica, e se refere ao conceito determinado por algum autor da variável ou termo que será utilizado na pesquisa. A DO representa a operacionalização da DC e se refere a como a variável ou termo será identificado, verificado ou medido na prática (VIERA, 2006).

As DCs e DOs serviram para estruturar o roteiro das entrevistas, o trabalho de campo e as análises da pesquisa. Foram oito pares de definições, apresentados a seguir:

1) Critérios para consideração moral (DC):

Os critérios adotados para participar da comunidade moral, ou seja, que propriedade ou característica é necessário possuir para ter seus interesses considerados moralmente (CARVALHO, 2007), ou preocupação com as consequências de ações sobre os mesmos (SINGER, 2008).

1) Critérios para consideração moral (DO):

São operacionalizados nesta pesquisa por meio dos seguintes indicadores:

Típicos de uma ética antropocêntrica:

- Racionalidade, linguagem, autoconsciência (SINGER, 2008; FELIPE, 2009).
- Cultura, tradição, crenças, percepções, entorpecimento psíquico (JOY, 2014).
- Convívio (SERPELL; PAUL, 2003; THOMAS, 2010; LIMA, 2016)

Típicos de uma ética animal:

- Senciência (SINGER, 2008).
- Subjetividade, consciência de sua vida e uma vivência individual do seu próprio bem-estar: *sujeitos-de-uma-vida* (REGAN, 2006).

Demanda social por consideração moral aos animais não-humanos (DC):

Os pleitos principais vindos da sociedade e Estado relacionados a questões éticas no tratamento dos animais não-humanos. São principalmente dois: o uso do animal de forma a reduzir ou evitar o sofrimento desnecessário: bem-estar animal (MAPA, 2016; WAP, 2015; 2016) a não utilização dos animais: ética animal (REGAN, 2006; NACONECY, 2006).

Demanda social por consideração moral aos animais não-humanos (DO):

São operacionalizados nesta pesquisa por meio dos seguintes indicadores:

Bem-estar animal (MAPA, 2016; WAP, 2015; 2016).

Ética animal (REGAN, 2006; NACONECY, 2006).

2) Bem-estar animal (DC):

Leis, normas e políticas que regulamentam o uso de animais não-humanos, de forma a reduzir seu sofrimento. Um animal tem bem-estar quando está seguro, saudável, confortável, bem nutrido, livre para expressar comportamentos naturais e sem sofrer de estados mentais negativos, como dor, frustração e estresse (MAPA, 2016).

2) Bem-estar animal (DO)

São operacionalizados nesta pesquisa por meio dos seguintes indicadores:

As cinco liberdades: livre de sede, fome e má-nutrição, livre de desconforto, livre de dor, injúria e doença, livre para expressar seu comportamento normal, livre de medo e diestresse (LUDTKE et al., 2015 p. 7).

Evitar sofrimento desnecessário, redução do estresse (LUDTKE et al., 2015).

Abate humanitário (LUDTKE et al., 2015).

Legislação brasileira sobre bem-estar animal (MAPA, 2016).

Motivações para o bem-estar animal: racionalidade econômica (JOY, 2014), ética (REGAN, 2006; SINGER, 2008).

Redução do mal-estar animal (NACONECY, 2009).

Maus-tratos, confinamento e mutilações (REGAN, 2006; SINGER, 2008; JOY, 2014; CARVALHO, 2015).

Uso instrumental e violação do direito à vida (REGAN, 2006).

3) Ética animal (DC):

Vertentes da ética que ampliam a consideração moral aos animais não-humanos, geralmente devido a sua senciência (capacidade de sentir) (SINGER, 2008) ou subjetividade (REGAN, 2006).

3) Ética animal (DO):

São operacionalizados nesta pesquisa por meio dos seguintes indicadores:

Senciência (SINGER, 2008).

Subjetividade, consciência de sua vida e uma vivência individual do seu próprio bem-estar: *sujeitos-de-uma-vida* (REGAN, 2006).

Jaulas vazias e não jaulas maiores: Direito à vida e valor intrínseco (não instrumental), não uso dos animais (REGAN, 2006).

Legislação brasileira (BRASIL, 2016).

4) *Dark Side* das organizações (DC):

São os subprodutos negativos de atividades organizacionais (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014) resultados de ações não-intencionais (VAUGHAN, 1999) ou mau comportamentos: antiético, ilegal, desprezível ou repreensível (LINSTEAD,

MARÉCHAL, GRIFFIN, 2010), com impactos negativos para consumidores, trabalhadores, meio ambiente, comunidades (MEDEIROS, 2015; 2013)

4) *Dark Side* das organizações (DO):

São operacionalizados nesta pesquisa por meio dos seguintes indicadores:

Ocultamento ou esquecimento de questões (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014; 2010)

Aspectos ideológicos (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014) e sua reprodução e a implementação através de instituições ideológicas como a política, mídia e educação (DIJK, 2006).

Relações de poder e dominação, exploração (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014).

Abuso de poder, agressão, violência, assassinato, crimes contra o consumidor, fraudes, corrupção, crimes ambientais, manipulação política (articulações entre governos e organizações), mentir, gerenciar impressão, enganar (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2010).

Problemas de saúde e psicológicos devido ao trabalho (CARNEOSSO, 2011; JOY, 2014; BARAN, ROGELBERG; CLAUSEN, 2016).

Aspectos não intencionais que aparecem como desfecho secundários ou efeitos colaterais do sistema: erro, má conduta e desastres (VAUGHAN, 1999).

5) *Dark Side* das organizações Ampliado pela Ética Animal (DC):

São os subprodutos negativos de atividades organizacionais (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014) resultados de ações não-intencionais (VAUGHAN, 1999) ou mau comportamentos: antiético, ilegal, desprezível ou repreensível (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2010), com impactos negativos para consumidores, trabalhadores, meio ambiente, comunidades (MEDEIROS, 2015; 2013) e sobre os animais.

5) *Dark Side* das organizações Ampliado pela Ética Animal (DO):

São operacionalizados nesta pesquisa por meio dos seguintes indicadores:

Dito desconexo para adequação à legislação e para transmitir a imagem ao consumidor de uma empresa que tem preocupação com os animais (REGAN, 2006).

Ideologia *Carnista*: percepção e esquema mental, mecanismos de defesa: a negação através da invisibilidade (dos animais e da ideologia), a justificação através de perpetuação de

mitos (3Ns: comer carne é natural, normal e necessário) e distorções cognitivas (abstrações de que os animais são desprovidos de personalidade ou individualidade) (JOY, 2014), *referente ausente* (ADAMS, 2012).

Carnocracia (JOY, 2014).

Abertura seletiva das informações divulgadas sobre o tratamento dos animais (HOLMBERG; IDELAND, 2010)

Maus-tratos, confinamento e mutilações (REGAN, 2006; SINGER, 2008; JOY, 2014; CARVALHO, 2015).

Uso instrumental e violação do direito à vida (REGAN, 2006).

6) Estratégias de comunicação das empresas para responder às demandas sociais por consideração moral aos animais não-humanos (DC):

Ações realizadas pelas empresas da indústria de carne e leite relacionadas aos aspectos de bem-estar e ética animal divulgadas através de seus canais de comunicação (propaganda em televisão, sites, documentos oficiais)

6) Estratégias de comunicação das empresas para responder às demandas sociais por consideração moral aos animais não-humanos (DO):

São operacionalizados nesta pesquisa por meio dos seguintes indicadores:

Ocultamento da realidade

- Tornando os animais invisível, ou invisibilizando a ideologia *carnista* (JOY, 2014)
- *Abertura seletiva* das informações divulgadas sobre o tratamento dos animais (HOLMBERG; IDELAND, 2010)
- Ocultando a realidade através do *referente ausente* (ADAMS, 2012).

Distorção da realidade

- *Dito desconexo* transmitindo a imagem ao consumidor de uma empresa que tem preocupação com os animais (REGAN, 2006).
- Estratégia de discurso: auto apresentação positiva e apresentação negativa do outro (DIJK, 2006)

7) Obstáculos para inclusão da consideração moral dos animais não-humanos (DC):

Alguns dos principais empecilhos para uma mudança em nossa sociedade que contemple a consideração moral dos animais não-humanos.

7) Obstáculos para inclusão da consideração moral dos animais não-humanos (DO):

São operacionalizados nesta pesquisa por meio dos seguintes indicadores:

Empresa: Influência do lobby das empresas (REGAN, 2006; JOY, 2014)

Stakeholders:

- Atuação dos consumidores e organizações de ativistas pelos direitos animais (REGAN, 2006; JOY 2014)
- Posição dos legisladores e fiscalizadores (REGAN, 2006).

A partir da fundamentação teórica e escolha das definições constitutivas e operacionais o trabalho de campo foi realizado e seus dados foram analisados. No próximo capítulo apresento os resultados da análise de dados da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresento e analiso os resultados do trabalho de campo, visando responder aos objetivos de pesquisa propostos. O capítulo está estruturado em sete seções: nas duas primeiras apresento informações sobre a indústria da carne e leite, o campo que delimitei. Na terceira, eu analiso os critérios utilizados para atribuir consideração moral, abordando o objetivo específico um. Na quarta, analiso as demandas sociais por consideração moral aos animais não-humanos, respondendo ao objetivo específico dois. Na quinta seção, analiso o tratamento dados aos animais não-humanos, lidando com o objetivo três. Examino as principais estratégias de comunicação das empresas para responder às demandas sociais por consideração moral aos animais não-humanos na penúltima seção, que corresponde ao objetivo específico quatro. Por último, analiso alguns obstáculos para inclusão da consideração moral aos animais não-humanos pelas organizações, que contemplam o objetivo cinco.

Conforme descrito no item 2.3, as etapas de análise foram: 1) realização das transcrições das entrevistas; 2) análise do significado conteúdo da fala, observando-se como se desenvolveu o contexto do diálogo e buscando o significado nuclear da resposta, 3) classificação dos aspectos mais relevantes vinculando as definições constitutivas e operacionais mais adequadas; 4) a montagem de consolidação das falas, mediante montagem de uma "matriz de consolidação"; 5) a análise dos conjuntos, onde são finalizados os resultados gerais da análise: a) busca de identificação de "respostas retardadas" ou "antecipadas"; b) visualização dos fatos em evidência relativos a cada pergunta; c) "pairando meditativamente" sobre o conjunto das respostas (adaptado de MATTOS, 2005 p. 840-842); 6) discussão dos resultados identificados à luz da fundamentação teórica utilizada.

A planilha de Sistematização da Análise de Dados (Apêndice C) que foi utilizada, possibilitou e facilitou o cumprimento das etapas de 1 a 5, mencionadas acima. Para a elaboração do texto de análise, a tarefa realizada foi: 1) acessar a planilha correspondente a cada objetivo específico e pasta de trabalho correspondente ao item analisado, 2) selecionar as falas mais representativas de cada aspecto que emergiu das respostas, 3) escolher a melhor

ordem de apresentação das falas, de acordo com o que parece ser a sequência mais lógica ou fácil de construir os argumentos, 4) escrever o texto que melhor descrevesse e explicasse as falas.

É importante mencionar que as convergências e diferenças entre as falas e documentos pesquisados foram contempladas na análise. Se em alguns momentos não são mencionados todos os entrevistados, é porque ou eles não se pronunciaram quanto aquele aspecto (nem todos os entrevistados responderam todas as perguntas, foi utilizado apenas um roteiro semiestruturado, mas não um questionário) ou sua posição foi contemplada por alguma fala de outro respondente e incluir mais esse texto não acrescentaria em nada a análise realizada. Dessa forma, é comum começar com as respostas mais convergentes e finalizar com as divergências ou particularidades dos entrevistados. Nem sempre existem divergências, mas em alguns momentos existem também pensamentos complementares ou que enfatizam alguns aspectos específicos.

Para cada seção ou subseção de análise, existe uma mesma estrutura de texto. Inicialmente, apenas nas seções, são reapresentadas as definições constitutivas e operacionais, indicando as categorias e subcategorias analisadas. Após essa parte, no(s) primeiro(s) parágrafo(s) faço um resumo dos achados naquele trecho, em seguida o detalhamento dos achados, com as respectivas descrições, trechos de falas dos entrevistados e/ou documentos. Encerro com uma comparação dos achados em relação a concordância ou discordância com a fundamentação teórica, e se, for o caso, aspectos complementares, não abordados ou aprofundados pelos autores.

Antes de realizar a análise propriamente dita, apresento algumas informações sobre as indústrias (setores) pesquisadas: carne e leite.

4.1 A INDÚSTRIA DA CARNE

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação - ABIA (2016), a indústria da alimentação, composta por produtos alimentares e bebidas teve um faturamento líquido em 2015 no Brasil, de R$ 562,0 bilhões, representando 9,5% do PIB. O setor de carnes foi o 1º dessa relação, com R$ 129,1 bilhões (23% do total) e laticínios e bebidas lácteas ficou em 4º, com R$ 58,9 bilhões (10%), juntos representam um terço do total do setor de alimentação (ABIA, 2016).

A posição do Brasil na produção e na exportação mundiais

Produto	Produção	Exportação
Bovino	1o lugar	2o lugar
Soja	2o lugar	1o lugar
Frango	3o lugar	1o lugar
Milho	3o lugar	2o lugar
Suíno	4o lugar	4o lugar

Fonte: Schlesinger, 2016 p. 18

Os dados demonstram a importância econômica da indústria da carne no país (sem considerar os demais produtos de origem animal), o Brasil, com a produção de 17% da carne bovina do mundo, é o segundo maior produtor mundial, com a previsão para se tornar o primeiro até 2020. Em 2014, o Brasil vendeu carne bovina *in natura* para 151 países e industrializada para 103 nações. Essa produção direta deve fechar uma cifra em torno de R$ 93 bilhões esse ano, e superar os R$ 380 bilhões em toda a cadeia produtiva da bovinocultura (BEEFPOINT, 2015).

Um dos grandes influenciadores desses números foi o governo Brasileiro. Em 2008, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou a política das "campeãs nacionais", e virou investidor direto e articulador de fusões e aquisições de empresas agroexportadoras. A ideia do BNDES foi eleger empresas exportadoras brasileiras e transformá-las em grandes multinacionais. Estas empresas receberam grande volume de recursos: empréstimos com juros subsidiados, injeções em seu capital, com a aquisição pelo banco de parte de suas ações. A concentração de capitais do setor de carne e derivados foi um dos resultados, já que os grandes frigoríficos brasileiros se encontram dentre os beneficiários dessa política, tendo absorvido dois terços dos recursos destinados pelo BNDES a estes "campeões", destacando-se a JBS-Friboi, a Marfrig e a Brasil Foods (BRF) (HEINRICH BOLL FOUNDATION, 2016). A Marfrig foi comprada depois pela JBS. As duas empresas, em 2015, só no Mercado de "frango" abateram quase 50% dos animais e exportaram 70% do total das vendas brasileiras (CAMPOS, 2016)

> A produção industrial da carne e dos seus subsídios como a soja há tempo deixou de ser um problema exclusivo dos países industrializados. Ela tem aumentado muito na América Latina nos últimos 20 anos. Na verdade, América Latina é a região de maior expansão do agronegócio no mundo. Os sucessos no combate à pobreza aumentam a demanda pela carne. O maior processador global de carne hoje em dia também é uma empresa brasileira, a JBS/Friboi, e isto corresponde à política de desenvolvimento do governo. Por meio de sua estratégia dos 'campeões nacionais', o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concedeu créditos e investimentos diretos no valor de mais de R$ 12 bilhões à JBS e atualmente

> detém 24,6% das suas ações. Na produção e exportação de carne bovina, frango, soja e milho o Brasil está ou em primeiro lugar ou entre os primeiros três, no mundo. (BARTELT, 2016 p. 8-9).

Um outro instrumento importante de incentivo ao agronegócio é o apoio à infraestrutura. O Programa de Investimentos em Logística (PIL) de 2015, por exemplo, prevê quase R$ 200 bilhões em investimentos, entre portos, ferrovias, e em muitos casos, vinculados à exportação de commodities e para transportar grãos (SCHLESINGER, 2016).

A partir da política dos "campeões nacionais", a JBS tornou-se a maior empresa de proteína animal do mundo (HEINRICH BOLL FOUNDATION, 2016). A JBS é detentora das marcas Friboi, Seara e Swift, entre outras. A JBS é a segunda maior empresa de alimentos do mundo (JBS, 2015). A companhia opera no processamento de carnes e outros produtos com ingredientes de origem animal, como: couro, higiene e limpeza, colágeno, entre outros. A JBS teve um faturamento estimado em 2015 de R$ 150 bilhões, e atualmente possui mais de 300 unidades de produção no mundo contando com mais de 230 mil empregados e com capacidade para processar 100 mil bovinos por dia, mais de 14 milhões de aves por dia, 100 mil suínos por dia e 100 mil peças de couro por dia (JBS, 2015) A JBS está entre as dez principais empresas internacionais de alimentos e bebidas, com vendas de US$ 38,7 bilhões em 2012 e com faturamentos anuais que superam os de grandes atores da indústria alimentícia mundial, como Unilever, Cargill e Danone. (HEINRICH BOLL FOUNDATION, 2016)

A compra de frigoríficos em outros países foi uma maneira de abrir as portas de mercados estratégicos que, foram fechados em razão de frequentes focos de febre aftosa e outras doenças no Brasil. Com unidades de negócios como as dos Estados Unidos e da Austrália, a JBS resolve esse problema, obtendo acesso aos 50% do mercado mundial que permanecem fechados para o Brasil (HEINRICH BOLL FOUNDATION, 2016).

A BRF é detentora das marcas Sadia e Perdigão. É líder global em exportação de proteína animal. Tem 105 mil funcionários em 35 unidades industriais no Brasil, 19 fábricas no exterior (BRF, 2016a). A BRF teve uma receita líquida em 2015 de mais de R$ 32 bilhões sendo aproximadamente metade da receita no país e a outra no exterior. O lucro bruto foi superior a 10 bilhões. Entre os membros do Conselho de Administração encontra-se Luiz Fernando Furlan, o seu presidente é o empresário Abílio Diniz (BRF, 2015). Furlan foi presidente do Conselho da Sadia, e durante o período em que ficou afastado da organização foi Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no governo de Lula. A BRF é uma das maiores exportadoras mundiais de aves e destaca-se entre as maiores empresas globais de alimentos em valor de mercado, respondendo por mais de 9% das exportações mundiais de proteína animal. Seus principais acionistas são fundos de pensão de duas

empresas estatais: a Fundação Petrobras de Seguridade Social (12,49%) e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Branco do Brasil (10,94%) (HEINRICH BOLL FOUNDATION, 2016). A JBS e BRF, detentoras das marcas, respectivamente, Friboi e Seara, Sadia e Perdigão são as empresas pesquisadas na indústria da carne nesse trabalho.

A indústria da carne é altamente concentrada em virtude da competição global. Nos Estados Unidos, apenas quatro corporações – Tyson, Cargill, JBS e National Beef – controlam a produção de carne. Em trinta anos, estas empresas aumentaram o controle da produção de gado de 36% para 85%, e de porco de 34% para 65%. No caso das aves, o processo é similar. Globalmente, nos anos 2011, 2012 e 2013, a JBS liderou o mercado de processamento de carne, seguida da Tyson Foods e da Cargill. De 2011 a 2012, a Brasil Foods (BRF) pulou do 9º para o 4º lugar, mantendo essa posição em 2013. Campeã do setor em todo o planeta, a JBS sozinha produz globalmente mais carne do que as dez empresas posicionadas do 11º ao 20º lugar juntas. As dez maiores empresas têm o controle quase total do mercado (SHARMA, 2016).

No Brasil, os dados de 2012 (hoje a concentração deve estar maior) demonstram que o mercado de frango tem os três maiores abatedores respondendo por mais de 2/3 do mercado nacional. Uma empresa sozinha – a BRF – domina grande parte do mercado. No mercado dos suínos, os quatro maiores abatedores, abatem 50% da produção brasileira, dado que também deve ter sido aprofundado por ser de 2007, estando provavelmente em torno de 80%. Na área da carne de boi, os 10 maiores frigoríficos, cinco empresas, respondem por cerca de 30% do abate no Brasil, sendo este também um número antigo (MINEIRO, 2016)

O consumo de carne está relacionado também com o poder aquisitivo a população, por isso ele é maior nos países industrializados, mas tem ocorrido um expressivo aumento do consumo nos países que formam o bloco Brics (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul). O segmento em maior crescimento é a avicultura (SHARMA, 2016; HEINRICH BOLL FOUNDATION, 2016)

Em termos da extensão territorial dessa cadeia produtiva, em 2015, ocupava 200 milhões de hectares do território nacional pela criação de gado, ou seja, há um boi por hectare. 32 milhões de hectares foram destinados à soja, 15,7 milhões ao milho e 8,4 à cana. Feijão, arroz e trigo, que compõem a base da dieta brasileira, ocupam menos de 8 milhões de hectares (SCHLESINGER, 2016).

Por esses e outros motivos esse setor vem sendo considerado:

> insustentável e destruidora dos recursos relacionados à terra e à água, que são finitos e estão diminuindo. Altos níveis de poluição da terra, da água e

> do ar ocorrem onde o estrume é produzido e os fertilizantes são utilizados. Para produzir cada kilo de carne são necessários 15 mil litros de água. Além disso, a indústria da carne ameaça a segurança alimentar, pois coloca em oposição comida e ração, aumenta a grilagem de terras e viola direitos humanos. As pastagens florestas e os cerrados, onde grande parte da expansão da indústria ocorre, são transformados em terras de cultivo e pastos. E quem vive nessas terras? Geralmente, são povos marginalizados. Esses impactos estão aumentando em decorrência do aumento do consumo, das exportações e da porcentagem de terra sendo desmatada para o pasto. (SHARMA, 2016 p. 16).

A seguir apresento mais informações sobre a outra indústria pesquisada, a do leite.

4.2 A INDÚSTRIA DO LEITE

A indústria láctea é a 4ª maior do país no setor de alimentação, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação - ABIA (2016), laticínios e bebidas lácteas teve um faturamento no ano passado de R$ 58,9 bilhões, 10% do total da indústria de alimentos. (ABIA, 2016).

A maior empresa do setor no país, a Nestlé é considerada uma das maiores corporações do mundo, a Nestlé detém 57 marcas e centenas de produtos no mercado, sendo a grande maioria provinda da indústria de laticínios, dentre os quais o atual carro-chefe da empresa: o leite condensado Moça (NESTLÉ, 2015a). Fundada em 1866, a empresa tornou-se uma potência mundial na década de 1930 e passou por fusões, aquisições e expansões, duas guerras mundiais e foi protagonista de inúmeras polêmicas e alvo de boicotes e manifestações em todo o mundo. O caso mais memorável e persistente diz respeito à sua influência na alimentação e nutrição infantil, tendo inclusive firmado parcerias com organizações da sociedade civil de notoriedade sobre o tema, tais como a Sociedade Brasileira de Pediatria (ALMEIDA, RIBAS, LEANDRO, 2009).

Pesquisei as quatro maiores empresas do setor, a Nestlé é seguida pelas: Lactalis, dona das marcas: Parmalat, Batavo, Elegê, Itambé, que a JBS é acionista e Laticínios Bela Vista (Piracanjuba). (LEITE BRASIL, 2016). A Lactalis e Laticínios Bela Vista divulgam pouquíssimas informações. A Itambé Alimentos, a empresa é a terceira maior do país, segundo a Associação Brasileira de Produtores de Leite (2012) em seu último levantamento. Em 2013 a empresa teve 50% de suas ações compradas por R$ 410 milhões pela Vigor Alimentos empresa do grupo J&F, que também controla a JBS (VEJA, 2013).

Observa-se uma mudança na área da produção de leite, que precisamos compreender. Até há cerca de dez anos, a produção de leite não era valorizada. Atualmente, no entanto,

ocorre uma ampliação da produção, que começa a ser vista como um elemento importante da cadeia. O Brasil começou a produzir mais leite e exportar produtos lácteos. Porém, isso acontece dentro do processo de concentração e mecanização. A produção é incentivada, mas com a exigência da mecanização e refrigeração, o que exige altos investimentos por parte do trabalhador integrado, que acaba se tornando dependente dos esquemas de distribuição, sejam supermercados ou cooperativas, que determinam o padrão e o preço. O valor da produção é rebaixado e o agricultor, não tendo para quem vender, tem que aceitar. (MINEIRO, 2016)

Diferente da indústria da carne, a indústria de leite não tem práticas de bem-estar animal obrigatórias, esse é um dos motivos que poucas empresas do setor divulgam informações sobre ações voltadas a preocupação com os animais.

Após apresentadas informações gerais sobre o objeto de pesquisa, inicio a discussão relacionada com os objetivos do trabalho, primeiramente sobre consideração moral.

4.3 CRITÉRIOS PARA CONSIDERAÇÃO MORAL

Conforme a definição constitutiva desta tese, utilizo o seguinte conceito para critérios de consideração moral: os critérios adotados para participar da comunidade moral, ou seja, que propriedade ou característica é necessário possuir para ter seus interesses considerados moralmente (CARVALHO, 2007), ou preocupação com as consequências de ações sobre os mesmos (SINGER, 2008).

A partir da fundamentação teórica diferenciei os critérios levados em consideração pela ética antropocêntrica: racionalidade, linguagem, autoconsciência (SINGER, 2008; FELIPE, 2009), cultura, tradição, crenças, percepções, entorpecimento psíquico (JOY, 2014), e convívio (SERPELL; PAUL, 2003; THOMAS, 2010; LIMA, 2016) e os critérios da ética animal: senciência (SINGER, 2008) e subjetividade, consciência de sua vida e uma vivência individual do seu próprio bem-estar: *sujeitos-de-uma-vida* (REGAN, 2006). A análise é apresentada a partir dessas classificações.

Esse tópico foi construído a partir das respostas dos entrevistados, ou seja, aqueles que colaboram para a formação da demanda social por consideração moral aos animais não-humanos. A visão das empresas sobre essa consideração moral será apresentada na seção 4.6. Conforme informado na seção 2.3, os respondentes, em sua maioria, têm um perfil diferente de boa parte da população. Podem ser considerados especialistas no trato com animais devido à sua formação acadêmica e experiência profissional. Essas características influenciam na sua

visão sobre consideração moral aos animais não-humanos. A resposta deles não busca ser representativa de nossa sociedade, mas ao mesmo tempo, eles podem configurar parte de um grupo que é formador de opinião e que tem mais conhecimento dessa tendência de aumento do interesse e consideração pelos animais não-humanos.

Uma última questão importante mencionar é que podem existir alguns defensores das práticas de bem-estar animal nas empresas e entre os entrevistados, mas não foram encontrados respondentes que advogam a proposta da ética animal (não apenas bem-estar, mas o não uso dos animais). Como apresentado em minha perspectiva teórica, o meu posicionamento não é, nem procura ser neutro, e não escondo que o trabalho é direcionado pela fundamentação teórica (como nas demais pesquisas?!), como forma de apresentar o contraponto da ética animal.

Sobre os resultados, os entrevistados, de uma forma geral, assumem uma postura de que os animais merecem o *status* de consideração moral. O fato deles serem capazes de sentir dor, se torna um critério importante para essa preocupação moral. Mas a ética animal não é suficientemente forte para que os animais tenham seus interesses plenamente atendidos. Existe uma inclusão moral parcial dos animais não-humanos, ou seja, não são todos os animais que são considerados moralmente. A categoria de animais "não comestíveis" (silvestres e domesticados), em virtude do convívio e da cultura social, tem sua senciência considerada e adquirem *status* moral. Os animais classificados como "comestíveis", mesmo que em virtude de sua senciência, tem um destino diferente, e busca-se o seu sofrimento minimizado, mas não se evita sua morte ou sofrimentos decorrentes dessa prática. A seguir apresento de forma mais detalhada esses aspectos.

A partir da fala dos entrevistados, percebo que o fato dos animais serem capazes de sentir dor (senciência), se apresenta como o critério mais importante para preocupação moral com os mesmos. Isso pode ser identificado porque a senciência está presente na resposta dos entrevistados como justificativa para um tratamento respeitoso. Alguns, que são da área de veterinária e zootecnia, utilizam essa mesma denominação, outros utilizam expressões que remetem a esse termo, como: sentem dor, sentimentos. Independente disso, todos os entrevistados demonstraram considerar que os animais são sencientes. A fala de Esquilo se apresenta como a mais sintética para ilustrar esse posicionamento:

> **O que a ciência hoje, digamos assim, é unânime é que o animal é senciente. (pausa) senciente, isto é uma unanimidade**. O animal sente dor porque isso foi, é importante hoje bater nessa tecla, porque coisa de 20, 30 anos atrás se acreditava que os animais não sentiam dor, por isso que se cometiam diversas atrocidades e tinham, tinham-se como práticas normais,

> se tinha essa ideia que o animal não sentia dor. Então, hoje isso já é unanimidade. (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016)

Esquilo apresenta também nessa fala que a senciência é uma posição legitimada nas ciências que lidam com os animais. Isso foi confirmado entre os profissionais da área de veterinária e zootecnia entrevistados e também entre os demais respondentes. E qual a implicação do conhecimento da senciência animal para as pessoas? Os entrevistados entendem que a capacidade de sentir dor estimula comportamentos de evitar essa dor. Dessa forma, segundo alguns entrevistados, existe uma responsabilidade de tratá-los de maneira digna, respeitosa uma vez que eles são capazes de sentir dor. Isso fica ilustrado na fala de Foca (entrevista em 05 de novembro de 2016): "tratá-lo como se ele realmente fosse um ser vivo, um ser senciente, que sente, tem sentimentos, que sente dor".

Nenhum entrevistado afirmou que não se importava com a dor que os animais sofriam. Alguns se sentiram indiferentes ao sofrimento, considerado por eles, como necessário (aquele inerente ao processo de criação e abate para consumo humano), mas esses mesmo afirmam ser contra sofrimentos tidos como desnecessários (que geralmente vem de maus-tratos). Na seção 4.4.3 discuto mais sobre sofrimento necessário e sofrimento desnecessário e apresento falas dos respondentes.

Para Foca e Águia, a senciência também poderia ser um critério para que o animal tenha direitos. Os demais respondentes não apresentaram opiniões referente a esse assunto. Águia (entrevista em 26 de outubro de 2016) afirma que o animal é "sujeito de direitos, né, sujeitos, seres vivos com direitos que devam ser respeitados". Zebra explica de uma forma mais clara como funcionaria isso:

> Eu fazia confusão também entre os maus-tratos e bem-estar animal e ela (Advogada Antônia Carolina) ainda coloca uma terceira colocação, que é a possibilidade de o animal ter direitos, em alguns casos, Estados Unidos, eles criam, por exemplo, sei lá... um gorila, que tem que ser respeitado como pessoa, tivesse direitos como pessoa, então têm três tipos na verdade, direito animal, que a possibilidade ser, ter direitos como uma pessoa, ele ter uma questão de bem-estar atendido e não sofrer maus-tratos. (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016)

Águia apresenta um exemplo de caso que ocorreu em nosso Estado, e demonstra que não é apenas nos Estados Unidos, mas também no Brasil, existem casos sobre ações judiciais e processos em que os animais foram considerados sujeitos de direitos. "Nós já tivemos aqui uma ação curiosa até, e o Ministério Público ingressou com um *habeas corpus* pra liberar um macaco que estava preso na jaula, insalubre, pequena, no zoológico. E o *habeas corpus* foi concedido e o animal foi liberado." (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

Com exceção dos relatos de Águia, Gavião e Onça, que incorporam características aos animais para além da senciência, nenhum entrevistado discute sobre características

relacionadas subjetividade animal. Além das emoções: "**capaz de sentir emoções, sentir medo,** dor, tudo isso daí." (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016), a subjetividade se expressa pela consciência do mundo e do que acontece conosco. Águia e Onça apresentam relatos dessa percepção animal quando os mesmos estão indo para a sua morte, sejam eles cachorros ou bois:

> Sugiro que você faça até uma visita ao Centro de Vigilância Animal da Prefeitura (da cidade do Recife), lá você tem os animais que são recolhidos nas ruas e que após três dias de recolhimento, é, eles são, é, sacrificados. Então, você, lá tem, tem uma, um espaço pra receber os animais que foram recolhidos hoje, o que já estão há dois dias e os que estão no terceiro dia, é, já indo para o sacrifício, né. Você percebe claramente, muito claramente a diferença de comportamento, né, e os animais, eles num dia, todos brincando, se movimentando. Os do segundo dia já cabisbaixo e os do terceiro dia já **parece que já tão sabendo que vão pra morte, pro sacrifício. Mas, não tenho nenhuma dúvida disso**, nenhuma dúvida (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

> [...] eu me lembro que na faculdade, a gente paga inspeção, que a gente visita matadouro, averiguamos, e o professor da gente, maravilhoso, de inspeção, ele disse que a gente escolhesse cada um, um boi que acompanhasse desde o curral até a finalização e assim foi, os bois quando entram naquela seringa, que é o espacinho que eles saem do curral pra... **eles sabem, eles sabem, eles sabem, eles sabem...** (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

Sobre a fala de Onça é importante ressaltar que ela não consegue pronunciar que os animais vão morrer (ou ser mortos?!), ela repete quatro vezes "eles sabem", mas não completa a frase. Durante esse momento da entrevista a frase foi falada com muita ênfase e emoção. No final da entrevista Onça conversou comigo, disse que em alguns momentos parecia que a entrevista estava sendo uma seção de terapia para ela, e que se sentia muito mal em parecer insensível com (alguns) animais.

Em contraposição a essa ideia, Esquilo considera que, apesar de entender que é um assunto polêmico no meio científico, os animais têm apenas senciência, as demais características são instintivas.

> Minha opinião do que eu tenho conhecimento **nem esta consciência que tu tá falando** (consciência de existir, de se diferenciar do outro)**, ele tem**. As reações deles são instintivas, a própria afeição do cão para o seu dono, ela é mais relacionada a identificação dele como alfa de matilha, como aquele que lidera, aquele que dar as ordens, aquele que determina o que ocorre naquele núcleo familiar, né, quando é dentro de uma família, é ele que proveu o alimento, é tudo que um líder de uma matilha faz. Então, ele se liga ao ser humano, proprietário dele, neste sentido de admiração. Nós, como seres humanos, **tô te falando é minha opinião, pois não é verdade absoluta. Nós, seres humanos muitas vezes por 'n' motivos confundimos isso com amor, com afeição igual ao ser humano. Então, mas isso é uma questão assim bem polêmica, viu Tiago que eu tô te colocando, é uma visão bem particular minha** (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Apesar dos entrevistados considerarem os animais como seres sencientes (e poucos casos com uma subjetividade própria), e como vamos ver mais à frente, entenderem que os animais sofrem na indústria da carne e leite (será mais detalhado na seção 4.5.1), isso não faz com que se abstenham de consumir produtos de origem animal. A preocupação com o bem-estar dos animais utilizados pelos humanos, mas a continuidade do consumo desses produtos, faz com que muitos argumentem se sentir mal com seu *status* de "comer carne", dentre eles, de forma mais incisiva, Tigre, Onça e Gavião (ver seção 4.5.2).

O fato dos entrevistados bloquearem a conexão com os animais ditos de consumo, não significa dizer que eles não tenham consideração moral para com outros tipos de animais, como alguns deixaram claro, citando empatia por coelhos, cavalos, macacos, etc.

> Aqui no Recife mesmo, pra não ir muito longe, você tem um, um zoológico com 650 animais em celas minúsculas, né, condenados ao sofrimento e a morte, reclusos, como se tivessem pagando por crimes que eles jamais cometeram, né. Então, modelo ultrapassado, esse modelo de, de animais em celas, em jaulas pra exibição e deleite de uma população que não enxerga que no outro lado existe um ser vivo, um ser que tem sentimentos, e, fome e sente dor, né, tem direitos e está ali privado de tudo isso, né, apenas pra deleite e exposição a população. (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

> [...] é justamente que eu tô falando, eu consigo olhar pra, pronto, um coelho, coelho, eu vi o abate de coelho aí fiquei... fiquei mal, porque eu tinha um coelho de estimação, entendesse? Eu consigo ver como um animal de estimação, um cavalo eu consigo ver como animal de estimação não consigo ver galinha, apesar de voinho a vida inteira criar galinha... e chamar pelo nome, e olhe lá se eu não soubesse o nome delas..., mas eu não consigo ver galinha, não consigo ver o boi, não consigo ver o porco... (Onça, entrevista em 1 de novembro de 2016).

Onça explicou que as galinhas criadas pelo seu avô eram para consumir seus ovos, mas não sua carne, ele não matava as galinhas. Ainda que tivesse uma relação um pouco mais próxima com as galinhas, chamando até pelo nome, Onça não conseguia ver esses animais como de estimação e por isso ficava insensível quanto ao seu processo de produção e abate.

Sobre as características associadas a ética animal, posso afirmar que para os entrevistados a senciência, enfatizada por Singer (2008), é um argumento importante. Não posso dizer o mesmo das características que compõe o conceito de *sujeitos-de-uma-vida* (subjetividade, consciência de sua vida e uma vivência individual do seu próprio bem-estar), proposto por Regan (2006), pois, praticamente inexistem falas sobre esse critério. Ainda assim, apesar da senciência ser algo irrefutável para os respondentes (e também no meio científico (ver LOW, 2012), e garantir a consideração moral para os animais de uma forma geral, ela não consegue ser o critério ou característica central para que os animais ditos de consumo ou "comestíveis" sejam considerados moralmente pelos humanos. Ou seja, para os

entrevistados, existe uma predominância de uma visão ética antropocêntrica. Mas ainda assim fica um questionamento: qual o critério para considerar moralmente alguns animais em detrimento de outros? Prossigo a análise discutindo outros critérios.

Se para os respondentes a senciência não é suficiente para justificar a consideração moral à alguns animais não-humanos, aparentemente a justificativa para manter suas práticas não reside nos critérios (filosóficos) comumente usados para excluir os animais. Ou seja, critérios como racionalidade, linguagem e autoconsciência (SINGER, 2008; FELIPE, 2009), não foram informados pela maioria dos entrevistados.

As únicas exceções a essa realidade foram apresentadas por Condor e Foca. Condor (entrevista em 03 de novembro) quando perguntado como os animais deveriam ter tratados, afirma que: "Bem! (risos), até porque é um ser vivo, é... apesar de não raciocinar, mas sente dor [...]". Foca fala de maneira parecida:

> **Tem diferença sim, eu vejo diferença em relação à ser um ser racional, outro irracional né?** Eu acho que o animal por ser irracional, ele não saber exatamente o que ele quer digamos assim né? Ele só expressa necessidades, tudo dele tá envolvido na necessidade dele de sobrevivência, (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Apesar de identificar a diferença entre animais humanos e não-humanos, na (ir)racionalidade, em outros momentos, Condor e Foca afirmam que a senciência deve ser levada em consideração: "tratá-lo como se ele realmente fosse um ser vivo, um ser senciente, que sente, têm sentimentos, que sente dor, né?" (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016). Ambos têm um pensamento que remete a algo como: o critério de não raciocinar permite que possa ser utilizado por nós, mas o fato de sentir dor faz com que deva se evitar o sofrimento desnecessário.

Se o critério para consideração moral não se encontra nem nos aspectos da ética animal, nem nos aspectos geralmente utilizados para justificar uma ética antropocêntrica, entram em cena outros critérios, que tenderiam a ser classificados como não racionais[15], pois derivam da tradição e emoções: cultura, tradição, crenças, percepções, entorpecimento psíquico (JOY, 2014), e convívio (SERPELL; PAUL, 2003; THOMAS, 2010; LIMA, 2016).

Existem dois aspectos que mais foram ressaltados pelos entrevistados: a cultura e o convívio. Esses aspectos influenciam e são influenciados pela percepção e ajudam a criar esquemas de classificação ou categorias, e consequentemente, de diferenciação entre os

[15] Weber (1994), em *Economia e Sociedade*, classifica os tipos de ação social e identifica os critérios afetivos (emocionais) e tradicionais (costumes arraigados) como ações irracionais, se contrapondo a racionalidade referente a fins (instrumental) e referente a valores (éticos, estéticos e religiosos).

animais (JOY, 2014). A forma com que se classifica e diferencia os animais pode influenciar na consideração moral, pois pode-se, por exemplo, classificar como bicho de estimação ou comida, e dessa forma, se vai amá-lo ou comê-lo.

Algumas categorias foram identificadas entre os respondentes: primeiro a separação ou não entre (animais) humanos e animais (não-humanos), depois a diferenciação entre animais silvestres (geralmente não comestível, não domesticável e não instrumental) e animais domesticáveis (geralmente instrumental, que é subdividida em comestíveis e não comestíveis). Os animais domesticáveis não comestíveis, chamados também de animais domésticos, de estimação ou até de criação, em nossa cultura geralmente são: cães, gatos, cavalos, coelho, etc. Os animais domesticáveis comestíveis, tidos também como animais de consumo ou de produção, costumam ser: vacas, bois, porcos, galinhas, etc.

Essa classificação tem referência na que Joy (2014) apresenta, mas foi elaborada a partir dos termos e diferenciações feitas pelos entrevistados. Por exemplo, o termo animal de criação foi dito por Condor, animal de produção foi afirmado por Zebra e Esquilo, animais de consumo por Gavião e Condor, etc. A diferenciação entre comestível e não comestível (JOY, 2014) se torna muito importante, pois ela define uma grande diferença no tratamento entre essas categorias de animais. Zebra (entrevista em 08 de novembro de 2016) é quem melhor apresenta a diferenciação entre animal silvestre e domesticável, e os domesticados podendo ser de estimação ou para consumo humano.

> [...] **é um animal doméstico, porque ele tá em outro ambiente, ele não tá tendo um fim, um propósito específico,** ele não tá em outro lugar pra outra função, aves também, tem gente que tem galinha de estimação, eu acho que é de estimação mesmo, um animal doméstico a partir daquele momento que ele tá ali, na verdade, não é doméstico, ele é de estimação, na verdade, todos os animais que a gente hoje pra criação, eles são domesticados, isso é um tema também que a gente faz muita confusão, animais selvagens silvestres são então da natureza e aqueles que a gente tem como convívio são domesticados, **se o domesticado ele vai ser pra estimação ou não aí vai depender da gente.**

Veja que na fala de Zebra fica clara a instrumentalização dos animais, ou seja, quando ele não é um "fim, um propósito específico" como os silvestres, ele é domesticado para fins humanos, e "vai depender da gente" o uso que vamos dar, se "vai ser pra estimação ou não", ou seja, consumo. É interessante também verificar que mais uma vez a morte dos animais costuma ser suprimida das falas de muitas pessoas. O termo técnico é abate, e ele já suaviza o processo e distancia do sentido literal. Um outro termo utilizado para substituir a morte dos animais é produção, um eufemismo extremamente distante do sentido literal.

Sobre a diferença na classificação dos animais domesticáveis em comestíveis ou de consumo, e não comestíveis, Esquilo (entrevista em 07 de novembro de 2016) explica:

> Os animais de estimação são aqueles que culturalmente não são consumidos como alimento pela maioria da população. E os de produção são o inverso, são aqueles que a maioria consome. É claro que existem casos de pessoas que tem como animal de estimação o suíno, o frango, mas aí são questões pontuais. E eu concordo com essa divisão porque há influência cultural. No Brasil não se consome cachorro, mas no Vietnã é alimento.

Nessa fala, Esquilo também explica que a diferença na classificação é cultural. A fala de Gavião é a que melhor explica a influência das questões culturais que envolvem nossa relação com os animais, quando ele responde se existe diferença entre os animais comestíveis e não comestíveis:

> Em relação a sentimento, não. Todos os animais têm a capacidade de sentir tanto um cachorro quanto um suíno, um frango. Eles têm essa capacidade de sentir, de interagir. Então, é, pra mim não existe diferença. **É, por uma questão cultural** a gente vê que a gente não consome cachorro porque cachorro a gente usa ele como um, um animal de estimação assim como em outros lugares usam outros animais como animais de estimação. Então, é, mas a gente vê, é, justamente que... é um assunto bastante polêmico esse. É. Eu acho que todos os animais, eles devem ser tratados e respeitados da mesma forma. É. Culturalmente, a gente acaba criando alguns animais, algumas espécies para consumo. E, que eu acho que também isso em relação a forma de tratamento, ele não deve mudar em relação a qualquer outro animal. A gente tem que tratar esse animal da melhor forma possível assim como cães e gatos. **Porém, o destino, infelizmente, é diferente.** ... (você concorda em diferenciar?) Do especismo, você fala? De diferenciar? .... Olha, eu jamais comeria um cachorro, um gato, jamais, mesmo sendo, pensando assim, o animal sendo bem insensibilizado. Se pensar em todos os critérios que a gente utiliza, por exemplo, um animal de produção né? .... Mas, é, eu concordo que todos os animais têm a mesma forma de expressar, de interagir. **Então, eu não vejo diferença em relação a isso, a animais de produção, a diferença de um porco e de um cachorro, não vejo. Não concordo que deva existir.** Concordo que a gente cada dia mais, inclusive, **a única forma que eu vejo pra gente reduzir consumo é justamente começar a pensar nesses pontos que até nos fazem mal quando a gente pensa, né? Quando a gente começa a falar, putz,** até tem uma própria propaganda da Sociedade Vegetariana Brasileira[16], é, que trabalharam bem isso daí. Se você, é, brinca com um ou gosta de um, por que come o outro né? Aí põe um cachorro e um porco um do lado do outro. Não sei se você já chegou a ver essa campanha. .... É um ponto que eu acho como, eu acho importante, eu acho importante isso ser trabalhado, porém, é. Porque quando isso é trabalhado, a gente vê que as pessoas começam a pensar mais. Não sei se você tem essa mesma opinião, mas, eu vejo que as pessoas pensam mais. E elas vão reduzindo o consumo. E aí eu vejo que isso eu tenho muitos amigos vegetarianos, muitos amigos veganos. (Gavião, entrevista em 28 de novembro de 2016).

[16] A campanha da Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) está disponível no site: http://www.sevoceama.com.br

Gavião se sente numa situação desconfortável para responder essa pergunta, pois ele percebe que refletir sobre essa diferença de tratamento para seres iguais "fazem mal quando a gente pensa, né?". A cultura, que está sendo o critério para diferenciar, não parece tão adequado quanto a senciência, e ele expressa que discorda disso "eu não vejo diferença em relação a isso, a animais de produção, a diferença de um porco e de um cachorro, não vejo. Não concordo que deva existir" e ele chega a lamentar "o destino, infelizmente é diferente".

Mas não é apenas Gavião que sente dessa maneira, Foca (entrevista em 05 de novembro de 2016) também não consegue identificar diferença entre os animais domésticos não comestíveis e os animais ditos de consumo (comestíveis), mas ao mesmo tempo a cultura é utilizada como forma de diferenciar: "Quem determina não é nem a lei, quem determina é a cultura, [...] eu acho que a única coisa que define e a cultura [...]".

Foca expressa bem quão tênue pode ser a linha entre um animal domesticável comestível e não comestível, enfatizando o quanto o convívio pode fazer a diferença entre classificar e uma ou outra dessas categorias:

> Eu não vejo nenhuma, eu acho que cada espécie animal tem uma forma de se comportar, tem um limiar de dor e de necessidade diferente, ... **então eu não vejo diferença, eu vejo apenas uma domesticação desses animais**, o gato ele é muito parecido com outro felino, até mesmo na forma como ele se comporta, só que ele foi domesticado, ele foi criado mais próximo do ser humano, é a mesma coisa que eu vejo, com os suínos, com as aves, com os bovinos, nós usamos pra carne, o bovino, por exemplo, ele criado mais próximo do ser humano, isso é comprovado por pesquisas, quando ele tem um manejo mais próximo do ser humano, ele tende a ser mais manso, [...] **então eu não vejo diferença não, vejo uma questão de contato apenas,** então, por exemplo, o equino, o equino é visto muito como um animal mais e estimação do que um animal de... hoje em alguns locais, como animal de trabalho, ele é muito usado pra agricultura, ele é muito usado em haras, ou até mesmo como animal de estimação mesmo, porque o equino as pessoas do Brasil não conseguem nem imaginar se consumir uma carne de cavalo, porém é uma carne que existe em outros lugares do Brasil... é uma carne que pode ser consumida, não é proibido, a mesma coisa em relação à carne de cachorro que é muito consumida em outras culturas, eu não acho errado, eu não vejo problema nenhum em se consumir desde que sejam respeitadas o bem-estar do animal, desde que seja respeita a sanidade do animal, eu não vejo diferença. [...] (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

> **Quem determina não é nem a lei, quem determina é a cultura,** por exemplo, a carne de cavalo, ela é pouquíssima consumida no Brasil, (Nordeste e Norte) nós temos muito ainda preconceito com a carne de cavalo, nós não queremos consumir, mas lá no Sul tem, lá no Sul tem, tem em churrascaria tem gente que consome, vende carne de cavalo, com SIF (Sistema de Inspeção Federal), tudo direitinho, então **eu acho que a única coisa que define e a cultura,** por exemplo, carne de cachorro, porque não se consome carne de cachorro aqui no Brasil, primeiro não se tem abatedouro pra isso, a gente tem que pensar na questão da legislação assim voltada pra o correto abate, para a correta inspeção, nesse sentido, como nós não temos

> legislação hoje no Brasil pra abate de cachorro, não é permitido, mas no sentido de não ser regularizado, se a população brasileira começar a consumir carne de cachorro, começar a surgir uma demanda da população, pra esse tipo de mercado, automaticamente os órgãos responsáveis, vão ter que fazer a lei pra isso, ou vai se fazer uma lei proibindo, mas hoje não é proibido hoje não existe uma lei que diga que é proibido consumir carne de cachorro. (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Note na fala de Foca, como os animais domesticáveis têm um apelo mais instrumental do que os animais silvestres. É comum ela citar qual será o "uso" do animal. A diferença no uso desses animais é que alguns serão sacrificados para virar alimento e outros serão utilizados para entretenimento ou diversão humana.

A cultura da população pode estar expressa na sua legislação. Águia (em entrevista em 26 de outubro de 2016), que "não diferencio" os animais humanos dos não-humanos, apresenta o que ela chama de "contradição na legislação" em diferenciar os animais silvestres dos animais domesticáveis:

> **A legislação diferencia, a legislação diferencia animais domésticos ou domesticáveis, dos animais silvestres, né. É, uma diferenciação nas penas que são aplicadas. [...] eu particularmente não consigo ver diferença e inúmeras vezes já me peguei pensando,** né. Por que a legislação proibi os maus-tratos, e permite que o animal seja, o bovino seja abatido, muitas vezes com métodos cruéis. E, né, a própria lei se você for filosofar, ela é contraditória, que ela criminaliza os maus-tratos, criminaliza o ato de prender o animal silvestre, criminaliza o, abate, mas ela permite que todos se alimentem desses animais, de certos determinados animais, né, porque um macaco ou uma onça, né, é absolutamente protegida, inclusive com um rigor ainda maior, né. A lei penal ambiental protege a fauna, ela é muito mais rigorosa do que o código penal que protege os homens, as penas são muito mais rigorosas. **Mas, porque ela criminaliza, é, em relação a alguns animais e permite o abate, o sofrimento, né, os maus-tratos a outros que são utilizados pra consumo humano né. A própria lei, ela é contraditória.**

O convívio ou a proximidade com o animal parece ser um fator influenciador na cultura de uma região ou país. O contato mais próximo não apenas possibilita presenciar a individualidade e senciência, mas também criar vínculos afetivos (LIMA, 2016), o que em última instância costuma inserir os animais na comunidade moral. Essa visão é compartilhada por muitos respondentes, como Zebra, Condor e Onça. Esses últimos explicam de maneira interessante a situação. Condor explica que concorda que existe uma diferenciação dos animais de estimação e demais tipos, mas ao mesmo tempo ele não concorda com esse critério:

> **Eu concordo, um animal de estimação você tem uma aproximação maior**, seja ele animal de produção ou não porque hoje em dia já existe até a moda de se ter um porquinho como animal de estimação e ele é um animal de produção, isso vai depender da visão de quem o tem... (esse critério para diferenciar?) É subjetivo [...] É, tá próximo [...] Não, eu não concordo (com o critério), **você só ter a preocupação de bem-estar animal se isso for um**

> **animal de estimação, não, acho que tanto pra consumo quanto de estimação, é óbvio que estimação você tá mais próximo, certo? Mas eu acho que o tratamento deveria ser o mesmo.** (Condor, entrevista em 03 de novembro de 2016).

Apesar de finalizar a fala dizendo que "o tratamento deveria ser o mesmo", é fato que ele e outras pessoas tratam diferente. Um deles a pessoa coloca dentro de casa, deixa dormir na sua cama, chama pelo nome, cria um vínculo emocional, paga médicos, remédios e tratamentos para prolongar sua vida e com o outro não se convive, nem cria vínculos, permite que viva em uma situação precária e antecipa em muito sua morte para o consumo.

Onça também enfatiza a importância do convívio como critério de diferenciação na consideração moral:

> **Convívio dentro de sua casa,** eu acho, pra mim, entendeu? É que nem o cão e o gato, tá na sua casa, é aquele miminho, já um boi é distante, entendesse? Apesar de muitas vacas serem mimosas, enfim, não sei se talvez, não sei se desde pequena, voinho criava... a vaca tudinho, mas ele tirando leite... ele tirando dela, a gente se alimentava daquele leite, entendeu? Não sei, comi ovo daquela galinha, eu olhava pra elas como produção, produção, diferente do coelhinho lá que eu botava no braço (alisava como fofinho) e entendeu? Mesmo que depois de três meses ele matasse o coelho, mas não consigo, eu olho e vejo realmente animal de produção, boi, porco e as galinhas, não consigo ver de outra forma, eu acho que é isso aí, **é o convívio familiar.** (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

Nessa fala existe uma contradição, o convívio que é apontado por ela como critério, não consegue explicar o exemplo que ela mesmo dá, da galinha e o coelho, por exemplo, que ela convivia de igual maneira, mas não conseguia ter o mesmo tipo de vínculo. O que faz com que ela visse "boi, porcos e as galinhas" como "animal de produção" não pode ser explicado pelo "convívio familiar". Pelas pistas que são dadas por ela, pode ter sido uma influência cultural da sociedade (que categoriza esses animais como de produção, "comestíveis") ou talvez algo que ela menciona depois como um tipo de processo de insensibilização dos humanos quanto aos animais de produção na formação acadêmica superior (ver seção 4.5.2).

A fala de Zebra toca em aspectos que não foram contemplados pelos demais respondentes. Ela comenta que é uma pergunta "pegadinha" pois percebe que existe um frágil critério para diferenciação entre os animais ditos de estimação e os ditos de consumo. Ao mesmo tempo ela se atrapalha com o caracter instrumental que percebe em suas palavras:

> O animal de estimação ele fica em casa de uma forma mais generalizada... **pergunta pegadinha né?** Aqueles porquinhos de estimação (risos) ... o animal de estimação não é utilizado pra nenhum... assim **ele não tem objetivo outro a não ser a companhia**, a vivência com a família, enfim, com a pessoa que tá ali, **agora o animal de produção ele é feito... feito é ótimo... ele é utilizado, ele é criado pro fim,** pra produzir leite, ou ovos ou carne ou lã, acho que essa é a diferença entre os domésticos e os de criação, [...] Sim, eu acho que tem, eu acho que **isso não quer dizer que um porquinho não possa ser usado como animal de estimação... usado, meu**

> **Deus que terrível!** Não possa ser criado, não possa ter como companhia uma família humana numa casa, pra mim ele é um animal doméstico, porque ele tá em outro ambiente, ele não tá tendo um fim, um propósito específico, [...] e aqueles que a gente tem como convívio são domesticados, se o domesticado ele vai ser pra estimação ou não aí vai depender da gente. (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

A relação instrumental com os animais domesticados fica evidente, pois os que se enquadram na categoria não comestível é "usado" por não ter "objetivo outro a não ser a companhia" do humano ou, os comestíveis são "feito" para o "fim" de "produzir leite, ou ovos ou carne ou lã". Essa visão instrumental serve para demonstrar que mesmo que exista tratamento e fins diferentes, ambos são objetificados para uso humano, o que caracteriza uma visão (ou ética) antropocêntrica.

Em síntese, entre os respondentes, o convívio (SERPELL; PAUL, 2003; THOMAS, 2010; LIMA, 2016), e cultura (JOY, 2014) se destacam como os principais critérios para consideração moral. Dessa maneira, uma ética antropocêntrica "exclusiva", que considera apenas os animais humanos, dá lugar à inclusão também dos animais não-humanos não comestíveis como seres merecedores de consideração moral, mesmo que em alguns momentos, numa relação instrumental. Essa situação entra em conflito com os critérios para uma ética animal (REGAN, 2006; SINGER, 2008), e pode ser apresentada como uma certa incoerência a partir do momento que a senciência é apresentada pelos entrevistados como algo irrefutável e importante para o tratamento dos animais.

É importante enfatizar que não estou afirmando que todas as pessoas devem considerar moralmente os animais. O que apresento é que, aqueles que afirmam que a senciência do animal torna um critério para se preocupar com sua dor e sofrimento, estão excluindo dessa consideração animais que culturalmente foram classificados na categoria comestível. Meu objetivo aqui também não é dizer que existe uma má-fé ou intencionalidade desses indivíduos, apesar de entender que existe um espaço para escolhas individuais, e quanto mais informações – como é o caso de muitos entrevistados – maior a possibilidade de reflexão e mudança da realidade, não podemos negar a grande influência estrutural social sobre os indivíduos.

Algumas questões estruturais analiso na seção seguinte, a demanda social por consideração aos animais não-humanos.

4.4 DEMANDA SOCIAL POR CONSIDERAÇÃO MORAL AOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS

Conforme a definição constitutiva desta tese, utilizo o seguinte conceito para demanda social por consideração moral aos animais não-humanos: Os pleitos principais vindos da sociedade e Estado relacionados à questões éticas no tratamento dos animais não-humanos. São principalmente dois: o uso dos animais de forma a reduzir ou evitar o sofrimento desnecessário: bem-estar animal (MAPA, 2016; WAP, 2015; 2016) a não utilização dos animais: ética animal (REGAN, 2006; NACONECY, 2006).

A definição de bem-estar animal utilizado foi do órgão nacional de regulamentação e fiscalização, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2016), são leis, normas e políticas que regulamentam o uso de animais não-humanos, de forma a reduzir seu sofrimento. Um animal tem bem-estar quando está seguro, saudável, confortável, bem nutrido, livre para expressar comportamentos naturais e sem sofrer de estados mentais negativos, como dor, frustração e estresse (MAPA, 2016). As definições operacionais utilizadas para análise foram: As cinco liberdades: livre de sede, fome e má-nutrição, livre de desconforto, livre de dor, injúria e doença, livre para expressar seu comportamento normal, livre de medo e diestresse (LUDTKE et al., 2015), evitar sofrimento desnecessário, redução do estresse (LUDTKE et al., 2015), abate humanitário (LUDTKE et al., 2015), legislação brasileira sobre bem-estar animal (MAPA, 2016), motivações para o bem-estar animal: racionalidade econômica (JOY, 2014), ética (REGAN, 2006; SINGER, 2008), redução do mal-estar animal (NACONECY, 2009), maus-tratos, confinamento e mutilações (REGAN, 2006; SINGER, 2008; JOY, 2014; CARVALHO, 2015) e uso instrumental e violação do direito à vida (REGAN, 2006).

A definição de ética animal utilizada é: vertentes da ética que ampliam a consideração moral aos animais não-humanos, e são operacionalizados na análise pelas características: *Senciência* (SINGER, 2008), subjetividade, consciência de sua vida e uma vivência individual do seu próprio bem-estar: *sujeitos-de-uma-vida* (REGAN, 2006), jaulas vazias e não jaulas maiores: Direito à vida e valor intrínseco (não instrumental), não uso dos animais (REGAN, 2006) e legislação brasileira (BRASIL, 2016).

Além de parte introdutória, a análise é apresentada a partir de três seções: motivações para o bem-estar e ética animal, a legislação de proteção animal e sua fiscalização e bem-estar e ética animal. A primeira seção busca contextualizar a motivação para implementação (ou não) de práticas de bem-estar animal, dentre elas racionalidade econômica e/ou preocupações

éticas. A segunda seção explora a abrangência da legislação nacional e seu processo de fiscalização. Por último, a discussão sobre conceitos e práticas de bem-estar e ética animal.

Esse tópico também foi construído a partir das respostas dos entrevistados e consulta de documentos pertinentes. Além disso, são analisados documentos das organizações entrevistadas e materiais das empresas da indústria da carne e leite. Os entrevistados e as empresas se posicionam a favor do bem-estar animal, com algumas ressalvas, e os aspectos de ética animal são apresentados por mim, além da fala de alguns respondentes.

Na introdução e ao longo do texto apresento informações que demonstram um aumento da preocupação das pessoas com os animais. Essa demanda social crescente foi verificada também pelos respondentes. Com exceção de Condor, todos eles responderam afirmando um crescimento, variando apenas na ênfase e no tamanho desse crescimento. De uma forma geral, esse crescimento é visto como algo que acompanha uma tendência mundial, apesar de estarmos bem atrás de alguns países americanos e europeus, principalmente. E também pode ser desproporcional, sendo maior a preocupação com animais de estimação e silvestres do que com os de produção.

Os respondentes, de uma forma geral, apenas responderam acreditar no crescimento da demanda, de maneira sucinta, como Foca e Onça, "sim, acredito". A resposta a essa pergunta e também a verificação em outros momentos das falas principais estão relacionadas a seguir. Enfatizo que todas as opiniões divergentes ou diferentes estão contempladas, se não foram citados alguns respondentes é porque eles não têm nada a acrescentar

Gavião e Zebra tem um interesse sobre esse tema, já que o primeiro trabalha com implementação e treinamento de práticas de bem-estar animal na WAP e Zebra, "porque eu sou um pouco tendenciosa em tá procurando as coisas dessa área", provavelmente devido ao fato de ser ovo-lacto-vegetariana. Ambos conseguem identificar na internet e nas redes sociais formas de se divulgar mais informações e também de verificar mais pessoas comentando sobre o assunto. Gavião expressa melhor o crescimento dessa preocupação com os animais e os canais de difusão de informações:

> Eu acredito. Eu acredito e tenho visto isso, Tiago, porque querendo ou não as mídias sociais hoje acabam sendo um meio de comunicação muito rápido e como muitos brasileiros têm acesso às redes sociais e à mídia, **talvez não tanto a mídia tradicional, que é uma mídia um pouco mais conservadora e tem um certo receio de mostrar isso, mas a mídia social, ela acaba sendo um meio rápido e que acaba difundindo isso.** [...] Mas eu acho que as pessoas sim, estão mais conectadas e mais atentas a isso. **Porém, ainda estamos muito distantes de alguns países. [...] mas isso a tendência é a gente verificava,** a gente tá vendo que tá tendo uma preocupação maior sim. (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

Gavião também enfatiza que a "mídia tradicional", por ser "conservadora" e "tem um certo receio em mostrar" informações sobre como os animais são tratados. Ele deve estar pensando nos de produção, com os quais ele trabalha. Ele também afirma que a preocupação no Brasil é menor do que em "países da América Latina", onde ele já viajou a trabalho. Gavião também afirma que A União Europeia, além de outros países tem mais exigências de bem-estar animal que o Brasil. Os fiscais do MAPA, Foca, Esquilo e Zebra, que atuam ou conhecem a realidade de frigoríficos que exportam para União Europeia percebem um maior nível de rigor desses países quanto o bem-estar animal. Esquilo afirma que, baseado nas "missões de diversos países" que ele recebeu, a União Europeia é lugar onde é "o extremo de dar mais importância", conforme fala a seguir sobre se existe um aumento da preocupação com os animais em nossa sociedade:

> Muito pouco! Na sociedade brasileira, muito pouco.... de diversos países, e principalmente, o bloco econômico da União Europeia, eles chegam ao extremo pra nós, né, **é o extremo de dar mais importância pras questões envolvendo bem-estar animal do que para própria inocuidade do alimento, que pra nós hoje no Brasil é um ponto mais importante.** Mas, eles já consideram que isso é uma questão mínima, o alimento não possuir nenhum tipo de perigo físico, químico ou biológico ao consumidor. (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Águia ressalta que existe em nossa sociedade uma preocupação com os animais e que a mesma está expressa em nossa legislação:

> Sem dúvida, porque já foram aprovadas diversas leis protetivas dos animais a nível Federal, Estadual e muitas vezes Municipal. E, **qualquer conduta capaz causar dano físico ou moral a animais hoje está criminalizada**, né, além de ser uma infração administrativa e também repercutindo no cível. (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

Se os demais respondentes disseram que existe uma preocupação em nossa sociedade com os animais, maior ou menor, Condor afirma que ela não acontece de igual maneira para todos os animais, e que os animais de estimação têm uma atenção maior das pessoas e os animais de produção ou de consumo "não existe essa preocupação em relação ao bem-estar", conforme resposta a seguir:

> Sim, acredito que acontece principalmente não com os animais de produção, mas aquele animal de criação, cães e gatos, mas **animal de produção não existe essa preocupação em relação ao bem-estar**, existe alguma preocupação, por exemplo, aqueles cavalos de carroça, alguns municípios... tem um município acho que em São Paulo, se eu não me engando, aonde a Prefeitura fez a troca da carroça por moto pra o pessoal transportar, puxar carga. (Condor, entrevista em 03 de novembro de 2016).

De uma forma geral as respostas analisadas demonstram uma convergência com autores que afirmam existir um aumento da preocupação com os animais pelos profissionais e acadêmicos (NACONECY, 2006; SINGER, 2008; POLLETO, 2014; FRANCINE; RALL,

2016) e pelos consumidores e sociedade em geral (INSTITUTO NIELSEN, 2012; INSTITUTO AKATU, 2012). Apesar de muitas vezes incipiente, demonstra ser uma tendência, levando em consideração a situação de outros países, em especial a União Europeia, que afirmam Ludtke et al. (2015) é o mercado que atualmente exige maiores condições de bem-estar animal.

A seguir realizo uma análise quanto as motivações para a implementação de práticas de bem-estar animal ou de ética animal.

4.4.1 Motivações para o bem-estar e ética animal

Conforme a definição constitutiva desta tese, as motivações para o bem-estar animal analisadas foram racionalidade econômica (JOY, 2014), ética (REGAN, 2006; SINGER, 2008).

É importante conhecer as motivações das empresas para implementação das práticas de bem-estar animal pois elas facilitam o entendimento das ações empresariais. A ideia dessa seção é entender o motivo último de suas práticas para com os animais. Para os respondentes, as empresas costumam agir por meio de uma racionalidade econômica, o animal é transformado em objeto, portanto insensível. Em nosso país, o bem-estar animal é uma barreira para os objetivos organizacionais, pois reduz os ganhos financeiros da empresa porque incorrem em maiores despesas, e os benefícios na qualidade do produto gerados pelas práticas de bem-estar não são percebidos pelo consumidor. Dessa forma, as práticas de bem-estar animal, quando são adotadas, geralmente ocorrem em virtude de influência externa à empresa: exigências ou critérios para poder exportar seus produtos, legislação ou pressão de consumidores. Quando existe um interesse interno, é em decorrência da possibilidade de aumento da qualidade (redução de perdas) nos seus produtos e/ou atender um nicho de mercado.

Não teve nenhum respondente que acredita que as empresas adotam práticas de bem-estar animal por consideração moral aos animais. Na verdade, Foca, considerou essa possibilidade, mas que desconhecia alguma empresa que poderia fazer por esse motivo. Dessa maneira, são os interesses econômicos a motivação para a implementação dessas práticas, quando elas são praticadas. Como afirma Águia, os animais:

> [...] não são bem tratados, porque o **objetivo é o lucro e não pela consciência, pela necessidade de proteger e respeitar animais**. [...] Nem todas as empresas tem garantia, tem como garantir o bem-estar animal.

> Muitas funcionam muito precariamente. [...] Enfim, **acho que o olhar da empresa quase sempre é o olhar comercial, né, não há preocupação com o bem-estar, senão, é, com, senão a menos que haja um retorno comercial**, né, que **o bem-estar termine produzindo um animal melhor pra abate e consumo, né.** (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

Águia dá um exemplo muito interessante de como se os interesses econômicos forem atendidos, existem práticas de bem-estar animal:

> Em Pernambuco nós temos uma fazenda próximo a Gravatá, que ela cria seus bovinos com ar condicionado e música ambiente. Agora são animais, né, são criados com ar condicionado e música ambiente com, com o objetivo de que, de condição de sêmen pra venda, pra comércio, né. Então, desde que o objetivo é unicamente comercial, num é?. **Não há preocupação com o bem-estar do animal, mas o produtor ele sabe que o animal que não sinta calor, fome, sede, né, ele vai produzir mais e melhor, gerando lucro.** (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

Esse exemplo é fora do contexto da maioria dos animais da indústria da carne e leite. Para Condor, o bem-estar animal prejudica a os resultados econômicos, pois as empresas que utilizam essas práticas, como por exemplo deixar os animais soltos uma parte do tempo ao invés do confinamento, teriam um menor rendimento (relação entre quantidade de alimento dado e o peso ganho). Viver solto gasta mais energia, tem que comer mais para chegar no mesmo peso final:

> [...] eu acho que tudo é reflexo de qual é a finalidade da empresa, em relação à Ministério da Agricultura, órgãos semelhantes ao Ministério da Agricultura, como a ADAGRO, acho que **a finalidade é outra, é produção, é sanidade, é produtos com qualidade sanitária, é inocuidade de produto, é produção,** não é criar em cima de... pelo menos hoje, **eu desconheço, pensando em bem-estar animal, sempre que me vem à mente em ver um animal confinado, super alimentado pra adquirir o peso mais rápido pra ir pro abate, não existe uma preocupação do bem-estar animal em viver de uma maneira mais natural, até porque ele vivendo de maneira mais natural, ele tem um rendimento, uma relação entre alimento e produção de carne ou produção de leite, menor,** quando você confina pelo fato dele ter menor energia, ele vai transformar aquilo em massa muscular e em maior produção de leite, **então eu acho que a preocupação maior ainda é econômica, não é com bem-estar animal.** (Condor, entrevista em 03 de novembro de 2016).

Algo que poderia justificar financeiramente as práticas de bem-estar animal, como os benefícios para a qualidade da carne não são mensuráveis ou percebidos pelo consumidor. Dessa forma, existiria apenas um gasto maior, sem ter a receita aumentada, conforme Condor afirma:

> [...] **e o benefício que aquilo traria pra o produto final, como não é uma coisa mensurável,** não se mensura, por exemplo, a coloração da carne, que a coloração da carne também tem muita influência de acordo com a sangria, se for uma sangria bem feita ela é bem rosa, mas o consumidor não tem esse conhecimento, a carne vai durar menos tempo também se for feito com stress do animal, entendeu? Então tudo isso tem que ser levado em consideração e

> **a população não sabe, não tem a consciência** [...] (Condor, entrevista em 03 de novembro de 2016).

Outros custos adicionais podem surgir da adoção de ações de bem-estar animal, como por exemplo admissão de novos funcionários, "não sei se as indústrias querem pagar alguém pra ver somente o bem-estar" (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016). Investimentos com treinamento e capacitação de funcionários, entre outros.

Com isso, o que temos é a adoção de práticas de bem-estar animal principalmente devido a influência externa sobre as empresas. Seja como forma de se adequar a legislação, seja ela de nosso país ou as exigências legais para vender seus produtos para outros países, ou aos interesses do consumidor. Foca explica essas possibilidades:

> [...] **primeiro motivo foi a cobrança, a lei que exige que ela faça isso, a segunda é o consumidor, a exigência do consumidor, e, por último,** eu acho que pouquíssimos casos você pode ter **a questão da consciência mesmo com o animal**, mas isso é muito raro, **eu acho que não conheço nenhuma, assim que eu vejo que realmente se preocupa, sabe?** (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Gavião considera também a importância do consumidor nesse processo de mudança nas empresas quanto ao tratamento dos animais, já que os interesses das empresas são financeiros:

> [...] **É uma visão pensando só em lucro e não, no animal. Eles não consideram.** Apesar do animal ser o *core* do trabalho deles e a empresa sobrevive por causa do animal, eles não, não tratam isso de forma tão clara... o não considerar o animal ainda como ser senciente e, por não ter uma demanda do consumidor, acaba trabalhando focado em lucro, né? Então, **é produção, produção, produção.** Então esse acaba sendo um dos pontos. **E ela só vai mudar também o dia que o consumidor começar a exigir um produto de melhor qualidade ética.** (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016)

Apesar de Foca e Gavião considerarem a influência do consumidor nesse processo, mesmo que secundário, os demais respondentes realmente enfatizam apenas os aspectos de adequação à legislação. Provavelmente isso ocorre, pois como vimos na seção anterior, ainda existe uma exigência muito pequena por parte da sociedade brasileira. Quanto à legislação, a empresa não tem alternativa, existe leis e normas que precisam ser cumpridas. Condor fala sobre esses aspectos:

> [...] **a empresa só vai adotar qualquer prática, qualquer prática só se a legislação impor, porque empresa de uma maneira geral, ela quer lucro, como o nosso consumidor ainda é pouco exigente**, se tiver a oportunidade de tá fora do país aí você ver o que é consumidor exigente, a fruta... se você vai pra um supermercado, onde um supermercado maior, a qualidade das frutas melhor, mas no subúrbio... porque a população ainda não atingiu esse nível de exigência e **a empresa ela é um reflexo do consumidor, consumidor não tem conhecimento do que seria o bem-estar animal** [...] (Condor, entrevista em 03 de novembro de 2016).

Como visto na seção anterior também, a União Europeia e outros países tem uma legislação mais rígida do que a de nosso país, e dessa forma, para aquelas empresas que querem vender carne para mercados internacionais é necessário que se adaptem a essas exigências. Mas é simplesmente uma questão econômica, "dinheiro", como afirmam Zebra e Condor:

> **Dinheiro, não tem outra, eles precisam exportar,** eles pra exportar o país diz 'não, a gente só vai comprar se vocês atenderem' aí eles atendem, na verdade, eu não vejo outra... se pudessem não gastar, porque eles não entendem isso como investimento, ou como uma questão ética, moral, eles não fariam, definitivamente. (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

> [...] mas eu te afirmo que em relação ao Estado de Pernambuco essa preocupação com bem-estar animal ainda está muito longe de acontecer e se existe nos abatedouros que faz exportação é **porque não é a consciência ainda nossa, vou ser bem taxativo! Mas sim uma exigência exterior que vai querer aquele produto se o animal foi bem tratado,** se não tomou antibiótico, isso também reflete numa qualidade de produto e das pessoas humanas, do ser humano, então a preocupação maior tá mais nesse país que faz a importação dessa carne, que eles exigem porque a mentalidade fora já faz com que se entenda que o bem-estar animal é importante pra produção, como é a questão... sei lá... de enxergar que aquilo ali é um ser vivo. (Condor, entrevista em 03 de novembro de 2016).

O não cumprimento da legislação, em última instância seria uma forma de ter despesas com multas. Algo que desinteressa o empresário, como afirma Foca: " é que não se tem ainda um cuidado que deveria ter [...] **aqui eles pensam muito assim, no dinheiro, se doeu no bolso, eles fazem, se não doer, eles não fazem não** [...] (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Por isso que o MAPA e os seus fiscais utilizam uma abordagem para mostrar como atender as práticas de bem-estar animal podem aumentar os ganhos financeiros das empresas. O livreto de Bem-Estar Animal no Brasil, elaborado pela Comissão Técnica Permanente de Bem-estar Animal (CTBEA) do MAPA, logo em seu primeiro parágrafo informa:

> Os princípios de bem-estar de animais [...] são diretamente relacionados com características que interessam ao setor de produção animal, destacando-se: crescimento/ganho de peso, desempenho reprodutivo, qualidade da carne e da carcaça, resistência à doenças, segurança dos trabalhadores e dos animais, imagem dos produtos. **Assim o bem-estar animal pode ter relevante impacto econômico na produção agropecuária. Ao adotar esses princípios é possível contribuir para o aumento da produtividade e lucratividade da cadeia produtiva** e colaborar para melhoria dos produtos de origem animal, além de minimizar as perdas decorrentes do manejo inadequado dos animais (CTBEA, 2016, grifos meus)

Esse discurso é seguido por alguns fiscais, como responde Foca:

> [...] é muito difícil você chegar para uma cara e falar 'você tem que botar sombrite (tela para sombreamento) pra sua vaca holandesa pra ela dar mais leite' **a gente tem que usar esse argumento geralmente**, não é pra ela se

> sentir melhor, não é pra vaca se adaptar melhor ao ambiente, não, é pra ela dar mais leite, mais leite **vai dar mais dinheiro pra ele, entendeu? É tudo voltado pra essa questão financeira** [...] (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Além de Foca, Onça também afirma, só que diferente da colega de profissão, que os consumidores exercem uma enorme influência para a adoção de práticas de bem-estar animal. Foca acreditava que esse era um fator secundário, já Onça acredita ser o principal motivo para implementar práticas de bem-estar animal:

> O principal motivo hoje? **Pressão do consumidor, o consumidor ele quer pra comer aquela carne, pra tomar aquele leite, que o animal sofra o menos possível entendeu?** É o que a gente mais ver quando vai fazer fiscalização, por exemplo, em estabelecimento varejista, supermercado, que a gente conversa com **os consumidores eles falam 'eu queria saber como esse animal morreu' entendeu? 'Não vou ser vegetariano, mas eu quero saber como ele morreu. Morreu de forma digna? '** Entendeu? Eu acho que essa é a preocupação do consumidor, consumidor que saber como é que ele morreu, como ele foi abatido. (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

O discurso do MAPA é seguido pela WAP (2016), que afirma em seu site, que dentre os principais benefícios para implementação de programas de bem-estar animal estão redução de custos com alimentação dos animais, redução do impacto ambiental e aumento dos lucros.

Alinhado a isso, quando os respondentes acreditam que a iniciativa das práticas, não é por uma imposição externa, vinda por legislação ou pressão dos consumidores, eles sugerem dois aspectos: o bem-estar sendo uma forma de reduzir contusões e condenação de carcaças, e como uma forma de atender um nicho de mercado (clientes preocupados com o tratamento dado aos animais), ambas que podem gerar um impacto econômico. Conforme afirmam Foca e Águia:

> [...] algumas coisas que eu vejo que a indústria tá fazendo voltada pro bem-estar em relação à qualidade da carne, **algumas indústrias se preocupam muito com a qualidade da carne, e melhoram o bem-estar pra qualidade da carne,** algumas tá? (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

> Bom, a legislação exige, né, que essas práticas sejam adotadas, a Constituição também. **Agora para as empresas, eu acho que o, o interesse é comercial mesmo, né.** Hoje, é, pra, tipo terminar um produto, **pra atingir um certo nicho de mercado**, é importante que as empresas divulguem a adoção dessas práticas, né, isso gera um efeito positivo no mercado, pra imagem da empresa. (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

Panda faz uma analogia que explica porque a preocupação com (alguns aspectos) do bem-estar animal

> [...] eu morei no Sudeste, no Rio também, aí se você perguntasse sobre os escravos, aí "ah! Todo mundo queria ver... ", os antigos diziam **"quero ver a parte dos escravos, onde é que tava a senzala, onde eles sofriam"**, aí vinha os portugueses e tinham uma teoria, os escravos, que era mais ou menos a consciência antes, eram povos diferentes, eram pessoas que não

> tinham sentimentos e os brancos eram outros, era uma elite, aí **eles diziam que os portugueses não maltratavam ao Deus dará os escravos porque eram economicamente importantes, então se rasgasse, se batesse, se mutilasse era um prejuízo porque os escravos eram caros,** então se existisse como exemplo um ou outro era uma coisa esporádica, mas não era aquela visão romana, "joguem aos leões", não havia isso. Então esse conceito de maltratam-se os animais aí depende, porque se você cria galinhas e um espaço pequeno você tá tendo um maltrato para uma produção grande de animais, uma produção grande de proteína, **aí até que ponto isso é viável ou não é viável.** E se você pensa em bovinos, aí eles maltratam os bovinos, quanto mais você tem esse **bem-estar fisiológico, de temperatura, de tudo, você vai ter um ganho de carcaça melhor, então se uma pessoa maltrata um animal, ele não está também visando o bolso ou então está visando demais,** que são casos específicos como esse das aves, confinamento, então porcos que colocam em espaços minúsculos que eles não andam pra engordar, então tem esse aspecto também, então existem vários aspectos de sofrimento ou não, e aí depende da consciência de quem faz a criação também. (Panda, entrevista em 07 de novembro de 2016).

A maioria das falas dos entrevistados confirmam a visão das empresas divulgada em seus canais de comunicação. Ou seja, existe uma grande influência externa às organizações, em especial, a legislação nacional e internacional e o fator econômico como predominante para adoção das práticas de bem-estar animal. A JBS, por exemplo, uma das poucas que divulga informações de Bem-estar animal em seu site e vídeos institucionais, no vídeo intitulado: Bem-estar animal[17] afirma a influência das exportações para adotar suas práticas e demonstra sua importância econômica:

> **Atualmente exportamos para mais de 150 países e para atender nossos diversos clientes possuímos várias certificações** de qualidade, segurança alimentar e **bem-estar animal.** Atendemos as legislações de países com alto padrão de exigência como União Europeia e Estados Unidos e seguimos as recomendações da Organização Mundial de Saúde Animal para bem-estar animal" (JBS, 2014)

Mas nas falas dos funcionários e na narração do vídeo, verificamos um grande motivo para adotar as práticas de bem-estar animal, que também, como as anteriores, não tem nenhuma relação com a consideração ao animal não-humano que está sendo morto. "Para evitar o estresse do animal e **consequentemente menor incidência de contusões nas carcaças** [...] **É importante ressaltar que** além do fator humanitário, um animal abatido livre de estresse **está diretamente ligado a qualidade da carne** consumida pelos nossos clientes" (JBS, 2014). A responsável pelo Bem-Estar Animal na JBS, Karina Souza, afirma mais enfática "o bem-estar animal ele **influencia diretamente na qualidade da carne, devido à redução das contusões, hematomas**" (JBS 2014).

[17] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4ce3p55aphY

A Seara, do grupo da JBS, tem também um vídeo institucional sobre Bem-estar animal[18], com um aspecto bem mais emocional e afetivo, que faz também a relação entre o bem-estar animal e a qualidade dos animais "uma carne de qualidade é resultado de aves muito bem cuidadas [...] isso se reflete na qualidade dos frangos" afirma Ariane Gomes, veterinária da JBS (SEARA, 2016a). Outros aspectos desse vídeo serão tratados em seções seguintes.

A BRF, detentora da marca Sadia e Perdigão, tem um Compromisso de Bem-estar Animal BRF (BRF, 2016b grifos meus), nela "A BRF entende que o bem-estar está em sintonia com princípios éticos que envolvem a produção animal possibilitando a melhoria do ambiente de trabalho, a relação humano-animal e **consequentemente a produtividade**".

A Nestlé não disponibiliza em seu site ou canal de vídeos do *Youtube* informações sobre bem-estar animal. Existe apenas uma notícia, que foi muito divulgada na mídia nacional, sobre um acordo mundial com a WAP, para assegurar o bem-estar de animais em fazendas (NESTLÉ, 2014). Nesse documento, não existe nenhuma informação concreta sobre o acordo. A WAP (2014) detalha um pouco mais a notícia, informando que as questões de bem-estar animal estão disponíveis no guia de fornecimento para produtores. Com isso, conseguimos identificar o documento, nele a Nestlé afirma:

> Com apenas algumas mudanças simples no modo de pensar e agir com os animais, boas instalações, respeito e alguns conhecimentos biológicos dos animais **é possível aumentar a eficiência do sistema,** melhorar a qualidade do leite e facilitar a ordenha, reduzindo o estresse animal, aumentando a segurança do trabalhador e o bem-estar animal. **Isso traz resultados positivos para os animais, melhora a produtividade e a lucratividade da propriedade. (NESTLÉ, 2016 p. 46 grifos meus)**

Na página seguinte a Nestlé repete novamente "Com instalações de ordenhadeiras adequadas, respeito aos animais e boas técnicas de reprodução **é possível aumentar a eficiência produtiva**, melhorar a qualidade de leite, facilitar a ordenha, reduzir o estresse animal, aumentar a segurança no trabalho e o bem-estar do animal" (NESTLÉ, 2016 p. 47 grifos meus). Do total de 85 páginas deste manual apenas essas menções em 2 páginas.

Em pesquisa em seus sites e no Google, não consegui encontrar informações oficiais sobre bem-estar animal disponibilizadas pelas empresas: Lactalis, dona das marcas Batavo e Parmalat, Itambé e Piracanjuba. Esse fato pode ser explicado em virtude de não existir legislação sobre bem-estar animal na indústria de leite. O que reforça a ideia que as práticas de bem-estar são implementadas por imposição externa às empresas. O fato da Nestlé ser a única no setor, que tateia lentamente para implementação de algumas práticas talvez possa ser

[18] Disponível em: https://youtu.be/uJISgJNkTCc

explicada por ter sido uma decisão de sua matriz na Suíça, União Europeia, onde existe uma pressão maior dos consumidores.

Apesar das grandes empresas da indústria da carne fazerem uma associação positiva entre bem-estar animal e produtividade, segundo Panda, muitos (pequenos e médios) produtores "não enxerga nem essa parte econômica" e pratica ações que prejudicam o bem-estar do animal e a saúde financeira dele mesmo:

> Tem dois aspectos: um é você adotando as práticas de abate humanitário, você está abraçando a parte tecnológica pra haver uma qualidade melhor e tem o aspecto realmente humanitário, o do sofrimento, então você estar cuidando de animais pra que eles não sofram. Então essa dor, esse sofrimento do animal é uma coisa que tá muito distanciada, então até quando a gente chega no campo, então ver o tratamento de um peão com o animal, qual é a relação dele com o animal? Então ainda é bem distanciado, então o produtor, o dono do matadouro, é benéfico pra ele? É, ter as boas práticas, se ele lida com pessoas, fornecedores de animais dele, os transportadores vão transportar de uma forma mais... atendendo o bem-estar animal, então uma carga não vai colocar tantos animais, vai tá lá com os animais caindo, a perna do lado de fora, então ele vai ter menos quebra, **aí vem essa parte econômica..., Mas eles não enxergam nem essa parte econômica**, **e nem enxergar essa parte humanitária assim de dor...** (Panda, entrevista em 03 de novembro de 2016).

Em síntese, a racionalidade econômica, através da busca pela produtividade e lucratividade, é a base das práticas de bem-estar animal. Essa análise se alinha ao exposto por Joy (2014) e Robbins (2014) sobre a lógica do lucro, através da busca por ser eficaz em termos de custo, reduzir o preço por quilo. Segundo respostas dos entrevistados, a adoção completa das práticas de bem-estar animal vai incorrer em aumento dos custos para as empresas (frigoríficos, matadouros, abatedouros, etc.) sem um retorno financeiro proporcional. Dessa forma, os impulsionadores das práticas de bem-estar animal são (quase) exclusivamente vindos de intervenções externas a elas: legislação nacional e internacional (para aquelas que exportam) e num grau extremamente menor, a pressão dos consumidores. Essa postura de adaptação aos valores sociais em mudança é necessária para adquirir recursos e legitimidade (EGRI; PINFIELD, 1998).

Em virtude disso, o discurso das empresas (que será analisado melhor o item 4.6), na indústria da carne, está de acordo com o que se espera delas: nós nos importamos com o bem-estar animal. Ainda assim, é predominante nesse discurso o fator econômico, pois "aumenta a produtividade". É essa a forma que é vendida para as empresas e que elas oferecem aos seus fornecedores. Na indústria do leite, com exceção da Nestlé, que fez uma parceria internacional com a WAP, mas ainda divulga (e provavelmente pratica) de forma incipiente, nenhuma outra grande empresa pesquisada divulga abertamente informações sobre bem-estar

animal. A resposta para isso, provavelmente vem do fato de, diferente da indústria da carne, não existe legislação específica para as vacas leiteiras e menos preocupação ainda dos consumidores, como afirma Singer (2008) que devem imaginar a vaca numa paisagem bucólica e dificilmente associam a produção de leite com maus-tratos e morte de animais.

Já que as empresas direcionam suas ações de acordo com a influência externa, em especial da legislação, para entender um pouco mais sobre as práticas de bem-estar animal das empresas é importante conhecer sobre a legislação atual que elas estão submetidas. O que analiso no próximo tópico.

4.4.2 A legislação de proteção animal e sua fiscalização

A legislação brasileira sobre bem-estar animal já foi apresentada na fundamentação teórica no item 3.3.3. Nesta seção discuto de maneira mais detalhada, a partir de documentos e dos relatos dos entrevistados, que tem profundo conhecimento e experiência profissional em fiscalizar ou treinar frigoríficos e abatedouros, qual a abrangência da legislação de bem-estar animal, e sobre a prática da fiscalização.

Um relatório importante em nossa análise foi o *Relatório do Diagnóstico dos Matadouros Públicos Municipais para nortear uma estratégia de implantação dos abatedouros regionais*, elaborado em 13 de outubro de 2014 pela Cooperativa dos Profissionais em Atividades Gerais – COOPAGEL. Esse relatório foi feito como resultado de "prestação de serviço de consultoria especializada para elaboração de diagnóstico técnico que propicie informações necessárias para implantação de um sistema regionalizado de abate público de animais" em pregão eletrônico feito pela Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA) do Estado de Pernambuco (COOPAGEL, 2014 p. 1). É um relatório bem extenso, com 139 páginas, e já que foi um trabalho de consultoria, tiveram acesso à informações privilegiadas.

Esse relatório foi realizado nos municípios de Afogados da Ingazeira, Salgueiro e São Joaquim do Monte, mas "a situação atual dos Matadouros Municipais, em funcionamento não se distingue dos demais matadouros públicos nos municípios do Estado de Pernambuco [...]" (COOPAGEL, 2014 p. 17).

Como visto na seção anterior, a legislação é o grande direcionador da ação das grandes empresas. Geralmente o que as empresas costumam fazer, quando fazem, é cumprir a

legislação, então conhecer a legislação indica muito do que exatamente as empresas podem estar fazendo quanto ao bem-estar animal.

A legislação brasileira praticamente contempla as normas de abate humanitário, que inicia no transporte pré-abate. Dessa forma, das duas indústrias estudadas, apenas a da carne é contemplada nessa legislação, para a indústria do leite ela não se aplica, já que não tem existência do processo de abate (as vacas leiteiras e bezerros quando são abatidos seguem as normas da indústria da carne). Ficam também de fora dessa legislação o restante do processo de criação dos animais comestíveis, ou seja, sua criação, incluindo manejo, transporte e confinamento. A legislação é muito generalista, e não tendo indicadores precisos, dá margem a subjetividade do fiscal e das empresas, que mais facilmente conseguem ganhar juridicamente ações recorrendo as suas punições. Essa legislação não é atualizada e ampliada por falta de interesse político.

Quanto à fiscalização, nem sempre os fiscais estão preparados para identificar práticas inadequadas de bem-estar animal e muitos daqueles que estão capacitados, nem sempre tem tempo ou interesse em investigar esses aspectos. Existe um foco da fiscalização para a qualidade sanitária do produto (que já não será mais um animal) e não aos cuidados com os animais.

Existe um Decreto nº 24.645, de 1934 que trata de algumas questões sobre bem-estar animal e principalmente a Instrução Normativa 03 que trata dos procedimentos de abate humanitário (MAPA, 2000). Alguns informam também sobre Leis e Decretos de Crimes ambientais. Essas legislações são Federais e deveriam ser aplicados em todo o território nacional, mas existem 3 instâncias de fiscalização: Federal, através do Serviço de Inspeção Federal (SIF), Estadual, através do SIE e Municipal, com o SIM. Com as diferenças nas instâncias, o grau de exigência das fiscalizações pode ser muito diferente, e é isso que acontece na prática, como afirma Gavião:

> **Eu, vou ser muito sincero contigo, existe uma diferença muito grande do frigorífico estadual e municipal para a inspeção federal.** E eu vejo que o Brasil ele é dividido em cinco tipos de inspeção e não três. O exportador Europa, que tem um padrão bem melhor de qualidade e bem-estar animal. Depois ele vem abaixo o exportador lista geral, que são os principais países assim que não, exceto Europa, né? É. Depois ele entra a Inspeção Federal para mercado interno, que ele ainda tá abaixo disso, que são os frigoríficos federais, porém só trabalham com mercado interno, não são exportadores. E, aí entra o Estadual e o Municipal. **Na minha opinião são cinco tipos bem claros, onde a gente consegue diferenciar não só qualidade, mas também, as práticas de bem-estar animal.** (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

Como já verificado anteriormente, o padrão de exigência das exportações é maior. Geralmente os fiscais que atendem essas empresas são melhor treinados. Para os principais estabelecimentos, os que tem SIF e SIE existe uma obrigatoriedade de um fiscal Federal ou Estadual, respectivamente, acompanhando sempre todo o processo de abate dos animais.

Se a legislação atende apenas os aspectos de transporte pré-abate e abate humanitário, ficam de fora a maior parte e etapas da vida dos animais: sua criação, incluindo manejo, transporte e confinamento. Pelo fato dela ser antiga, a legislação é também desatualizada. Todos os respondentes foram unânimes em afirmar aspectos problemáticos na legislação atual, os mais representativos são apresentados abaixo:

> [...] A legislação mesmo, o decreto, ele é muito abrangente e **ele muitas vezes não é cumprido. O decreto de (19)34, eu acho que você deve ter lido ele. É um decreto que ele é muito abrangente**. Inclusive, se você até olhar lá, fala que o animal não deve ser transportado por período maior do que 12 horas, **isso é totalmente descumprido no Brasil**. É, ele fala de uma forma geral. Claro que ele ajuda, dá alguns embasamentos, mas, **infelizmente, é uma legislação extremamente antiga, obsoleta, que precisa, de fato, de uma atualização.** É, em relação à parte de abate que é a Instrução Normativa número 3, o Ministério de Agricultura, ele tem feito um bom trabalho. É. A equipe técnica principalmente focada e, no comitê, a Comissão de Bem-estar Animal que é o CTBEA, ele tem trabalhado muito forte nisso. Porém, ele tem esbarrado em questões políticas, ou seja, nós atualizamos, inclusive eu fiz parte do comitê da atualização da IN3 e isso foi em 2012, 2010, se eu não me engano, e ela ainda não foi publicada. O próprio RIISPOA[19] vem aí numa, numa onda de modificações, tudo, que também não é publicado. Então, o Brasil, ele peca muito por esses pontos e a não publicação, um outro exemplo, a minuta de transporte, que também nós desenvolvemos, **o Brasil não tem nenhuma legislação, nenhuma normativa em relação à bem-estar durante o transporte terrestre dos animais. Então, tudo isso, é, compromete o bem-estar dos animais. O Brasil nesse ponto, ele é bem fraco.** O Chile, por exemplo, já tem uma legislação já muito mais atualizada. Já tem um trabalho muito melhor nesse sentido. O Brasil não tem uma legislação, uma fiscalização em nível de campo por exemplo de falar "Ah, os animais têm que ser criados em grupos, as porcas". Não! Ou "Ah gaiola é proibida ou o espaço mínimo tem que ser de tanto por animal". Então, o Brasil não tem isso! Na Tailândia. Eu estive na Tailândia agora e eu sei que lá eles tinham, por exemplo, densidade de frangos na legislação. Então, são pontos que o Brasil, ele fica muito atrás. E ele fica atrás não porque a Comissão de Bem-estar do Brasil dentro do Ministério de Agricultura é incompetente porque eu acho o contrário. É extremamente competente e tem feito um trabalho excelente, **porém isso tem se esbarrado a interesses políticos como tudo no Brasil, infelizmente.** (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

[19] Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA – Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/MercadoInterno/Requisitos/RegulamentoInspecaoIndustrial.pdf

Zebra concorda com situações de interesse político "quando foi feito um trabalho pra mudar a legislação da inspeção foi engavetado" (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016). Os interesses políticos, apresentados por Zebra e Gavião, e vários outros respondentes, serão tratados na seção 4.7. Esquilo deixa mais clara a questão do problema de desatualização, e afirma que sendo uma lei generalista ela praticamente impossibilita uma cobrança por parte das empresas. Para ele, a legislação:

> [...] **Ela é muito generalista, ela não tem números. E essa é a grande crítica que eu faço. As empresas por lobby dentro da nossa instituição, elas não deixam por em nenhum instrumento normativo números.** E aí o que eu quero dizer com números, número é tempo máximo de jejum alimentar, de jejum hídrico, questões envolvendo parâmetros enérgicos de sensibilização pra aves, pra suínos. Tempo mínimo de sangria, número máximo de animais que não são sangrados e acordam conscientes entrando num tanque de escaldagem de água quente, não tem nada disso estabelecido na legislação, ou seja, quando ocorre um caso, eles dizem 'isso é 0,01%' em defesa da empresa. E aí fica aquela discussão, a se derem 10 suínos é muito ou tem que ser 100 suínos pra ser muito. **Não tendo balizadores, critérios objetivos, que eu traduzo em números, não é possível fazer uma obrigatoriedade de obediência**. Um outro problema que existe hoje, o campo não tem ninguém fiscalizando, ninguém, então ninguém sabe o que tão fazendo nas fazendas, ninguém sabe, das fazendas de criação de bovino, nas grandes criações de suínos, nas grandes criações de aves. Não existe fiscalização. **E eu particularmente, acredito que onde não há a polícia sanitária, não há lei sanitária também**. Só que hoje nós temos esse problema anterior a ele, que é a tua pergunta, **nós não temos nenhuma legislação com critérios objetivos que possam fazer com que o agente execute a cobrança, a fiscalização consiga cobrar alguma coisa, porque eles não estão inteiramente definidos.** Institucionalmente hoje, a Comissão Técnica de Bem-Estar Animal, ela está dentro da Secretaria de Desenvolvimento, Produção e Corporativismo, acho que SDPC é a sigla. É uma secretaria que desenvolve o fomento, ela não desenvolve fiscalização. [...] (quando) nós fazemos fiscalização, só que ela é dentro do abatedouro, **ela acaba sendo somente de abate humanitário.** Toda a parte de criação e transporte, ela não é fiscalizada. **Mas, mesmo que houvesse pessoas em número suficiente pra executar essa fiscalização, não há legislação, há apenas orientações da OIE.** [...] Mas, que **não se configura em lei e portanto ainda não tem caráter de obrigação pra serem atendidas**. (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016)

Esquilo também apresenta o problema da ausência de fiscalização das outras etapas da criação dos animais, que dessa forma não podem garantir o cumprimento da lei. Mas se existe uma lacuna na legislação, e consequentemente na fiscalização da indústria da carne, e fiscalização de bem-estar animal na indústria de leite, consegue ser ainda pior, é inexistente, como afirma Foca:

> [...] **nós temos algo específico pra frigorífico, mas nós não temos nada para a área de leite específica né? De legislação e não temos nada para questão de transporte, por exemplo, não temos nada na questão de manejo né? Então é bem... digamos que tem muito pra trabalhar ainda**

> **na parte de elaboração de legislação.** (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

O fato de não existir legislação para bem-estar animal na indústria do leite, não significa dizer que não existe fiscalização. Existe sim, mas ela é voltada para questões sanitárias. Mas nas fábricas de laticínio e beneficiamento, que são a maioria no país, só existe o contato do fiscal com o leite e não com os animais. Foca explica melhor a diferença entre essas e as granjas leiteiras, e o processo de fiscalização:

> a granja leiteira é quando é na fazenda... se faz o leite, aquele leite Tipo A que sai no saquinho pasteurizado, é tudo feito na fazenda, então acaba que o fiscal que tem uma granja leiteira pra fiscalizar no seu âmbito de aplicação, ele lida diretamente com a vaca, mas no meu caso eu não tenho, só tenho fábrica de laticínios e usinas de beneficiamento, então eu não vejo o animal, **eu já vejo o leite chegando, quem tem o cuidado direto assim com animal, é os próprios produtores e a indústria... a gente exige que a indústria tenha um certo controle do produtor do que o produtor tá fazendo, só que assim, é bem complicado** [...] (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Diante dos fatos apresentados, se a legislação não contempla muitos aspectos de bem-estar animal e quando estão contemplados, a maioria não pode ser cobrada de maneira objetiva, ela pode ser considerada inadequada para o fim que foi criada. Dessa forma, as empresas não são obrigadas a tratar bem o animal, "**como nós não temos legislação pra respaldar a nossa cobrança, eles têm uma assessoria jurídica muito boa, eles derrubam as nossas ações fiscais, muito fácil, exatamente por causa dessa falta de legislação**" (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Com exceção de Tigre (que discuto mais abaixo) é quase unanimidade a necessidade de uma fiscalização mais próxima, representada pela fala de Onça: "a presença do veterinário ali dentro, entendeu? Olha tudo isso, faltou a fiscalização, faltou o médico veterinário, responsável técnico **tudo desanda, porque fica sem olhos, porque esse pessoal...não pode, tem que tá lá tempo do abate, antes, pós-morte, faltou desanda."** (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

Foca também é muito enfática da necessidade de uma fiscalização mais próxima, pois como ela relata, na indústria do leite, onde os fiscais estão menos próximos, se verificam mais problemas:

> **nossa indústria brasileira ela não tá preparada pra se autocontrolar** ainda, sabe? **Eles tem o autocontrole porque nós da fiscalização não temos pernas pra tudo, mas se nós sairmos de dentro da indústria,** como eu tô vendo que nós já saímos de dentro do leite, a inspeção do leite, ela é periódica, é diferente da carne, a carne é uma inspeção permanente, todo dia eu tenho um fiscal lá na carne, no leite não, o leite vou de seis em seis meses e a indústria fica seis meses sem ninguém lá, **então os nossos problemas de lei são muitos grandes** [...] (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Na prática, o que parece acontecer é que a legislação, pelo menos para Condor, em nosso âmbito estadual, é uma "letra morta". Pois os fiscais não têm um foco em fiscalizar aspectos de bem-estar animal, mas sim questões sanitárias e tecnológicas.

> (pausa) Veja só, não existe...existe uma legislação, a legislação de bem-estar animal, mas que **ela de uma maneira geral funciona mais com uma letra morta,** o órgão de fiscalização ele tem o foco maior... tem o foco maior na questão de bem-estar animal quando eu estou fazendo, eu ADAGRO, tá fazendo uma fiscalização e a gente encontra marreta, a gente apreende a marreta, a gente questiona por quê... "não é somente quando acontece alguma coisa", eles tentam justificar então a gente proíbe e a gente põe num relatório a presença daquela marreta, então **a preocupação ainda tá muito superficial, existe mais a preocupação tecnológica, a preocupação sanitária, sanitária sim... a tecnológica também, agora a questão do bem-estar animal, é um questão que ainda é muito subjetiva** porque tanto eu... eu tenho a mesma formação que você (apontou para outra pessoa veterinária), eu posso entender o bem-estar animal como você não entende, entendeu? Então não existe... deveria, certo, a gente primar mais em cima da lei de bem-estar animal, apesar de... **ela não foi bem normatizada e você acabou dizer que existem interesses econômicos pra que não aconteça essa regulamentação, mas que mesmo dentro da lei não regulamentada, mas ela tá de forma expressa e tem muita coisa ali de percepção tácita e você tem que saber que aquilo ali estar errado,** vou começar exigir, mas **eu te afirmo que em relação ao Estado de Pernambuco essa preocupação com bem-estar animal ainda está muito longe de acontecer** [...] (Condor, entrevista em 03 de novembro de 2016).

Essa fala de Condor foi muito importante, ele demonstrou muita hesitação em falar sobre esse tema, mediu muito as palavras, mas escancarou uma realidade de seu órgão fiscalizador. Mas não foi apenas ele que confirma essa situação, ela não ocorre apenas no âmbito regional, mas também no Federal. A maioria dos entrevistados apresentou falas relacionadas a isso, destacamos a de Gavião e novamente Condor:

> [...] Claro que isso **vai depender do fiscal federal de cada unidade e a gente vê muito isso. Tem fiscal que ele é mais sensível ao tema e ele exige isso, tem fiscal que não tá nem aí. Então é, isso é muito relativo também**. Por isso que acho que o Ministério, ele tinha que investir muito mais nessa capacitação. A gente vê que as pessoas que entraram, mais recente, eles têm uma visão já um pouco mais otimista nesse sentido do bem-estar animal. [...] (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

> [...] o abatedouro, ele tá preocupado com a questão sanitária, na minha percepção, na questão sanitária, o fiscal está preocupado com a questão sanitária, eu acho que **os únicos aspectos do fiscal, é... posso tá sendo até muito forte... seja a questão do dardo cativo, que ele verifique isso e o período após a insensibilização que vá a ser cortad**o. Mas ele não vê... não vê transporte, não vai verificar se realmente a água tá de boa qualidade, o animal vai morrer porque não tem bem-estar... (Condor, entrevista em 03 de novembro de 2016).

Outra questão muito importante que influencia nessa fiscalização, podem até explicar a não cobrança, são apontadas, em especial, por Foca e Esquilo: e/ou nem todos os fiscais são

capacitados para identificar aspectos de bem-estar animal, ou eles podem desconsiderar como importante, como no relato acima de Condor. Foca substitui um colega fiscal em suas férias e ficou responsável pela fiscalização do frigorífico dele, ela fala:

> [...] fiquei responsável por esse frigorífico, **um frigorífico que exportava, tá?** E esse frigorífico tinha lá o seu programa de autocontrole como todos têm, é... como eu já conheço um pouco mais de bem-estar do que o colega que tava lá, que **é o que falta também um pouco de treinamento, pois o colega lá não tinha muito conhecimento das diretrizes do bem-estar, o que se olhar dentro do frigorífico voltado ao bem-estar, ele se preocupava mais com questão mesmo da qualidade do produto final,** então eu cheguei lá e de cara e percebi o uso de choque elétrico sem necessidade no curral, já percebi a questão do stress do animal, de ficar com a vara batendo, a questão da bandeirinha, não se usa mais bandeira, se usa vara, então eu já várias questões do curral logo de cara, dentro da sala de abate tinha animal que não tava sendo insensibilizado corretamente, tava sendo sangrado (inadequadamente), então eu vi diversas coisas assim que **pra mim que já conheço é básica e que pro colega não enxergava, por quê? Porque ele não teve treinamento**, [...] (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Esquilo, entende que nem todos tem um treinamento adequado, geralmente os que atendem União Europeia. Mas ele confirma a informação dada por outros colegas de profissão (como por exemplo, Condor, que afirmou isso acima), os fiscais não conseguem dar conta de todos os detalhes, por isso, quando geralmente lidam com bem-estar animal, eles se preocupam apenas com a insensibilização:

> Os médicos veterinários, auditores fiscais que fiscalizam abatedouros da União Europeia sim! Eles têm porque já, todos foram submetidos, inclusive eu, a treinamentos pela WAP. E temos, estamos inclusive certificados pra isso e temos todas as condições pra identificar. **No entanto, aqueles que não trabalham com União Europeia, a maioria não foi treinada.** A capacidade teórica e prática nós temos, **mas incorre nesse problema que os colegas descreveram. E realmente ela fica restrita as questões envolvendo insensibilização. Eu concordo que eles disseram**, mas a capacidade teórica e prática todos tem, de União Europeia. (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016)

Panda sugere um caminho para que o fiscal possa dar conta de mais aspectos, não tendo apenas o controle e foco nas questões sanitárias apenas, para ele, os fiscais têm:

> [...] várias coisas e informações na cabeça, mas ele tem num abatedouro, se ele for realmente todo estruturado, ele vai ter as linhas de abate definidas, **as pessoas que vão auxiliar, os agentes, os auxiliares da inspeção, ele poderia passar e verificar, existem as planilhas, existem formas dele aprender aquilo tudo, de tomar cuidado daquilo tudo,** então se chega num princípio, ele não está verificando se o animal está realmente insensibilizado, ele tem como fazer isso, mas se você pergunta se hoje acontece e em específico vemos isso, o que que tá acontecendo hoje? Hoje nós temos fiscais aqui, a equipe aumentou entre aspas depois desse governo, embora ainda seja muito carente, aumentou, então o que que a gente tá fazendo, a gente tá fazendo monitoramentos que seriam supervisões nesses

> ambientes que têm fiscais e já tem a consciência, já vai formando essa consciência. (Panda, entrevista em 03 de novembro de 2016)

Já que nem sempre a legislação discutida possibilidade resguardar os animais de maus-tratos, Onça e Zebra sugerem um outro caminho possível, usar a Lei de crimes ambientais e acionar juridicamente a agressor contra maus-tratos. Zebra explica:

> [...] no Brasil, na verdade, não existe nada muito específico, a única coisa que a gente **tem contra maus-tratos que é a lei dos crimes ambientais**, então o que a gente tem é solicitações de mercados externos que pra exportação você tem que atender pelo menos equivalentemente àquilo que eles determinam pro país que eles estão e aí as indústrias estão se adaptando, mas isso só as empresas grandes, as empresas médias, pequenas que não exportam, que é só mercado interno, elas não têm essa visão, elas não conseguem ainda entender esse campo, a área, por exemplo, de poedeiras é uma que vai demorar e muito aqui no Brasil, pra gente conseguir fazer algo realmente que atinja pelo menos uma gaiola que seja como é que fala... enriquecida, mas isso vai demorar muito tempo ainda, então a indústria da carne ainda tem muito pra crescer nisso.... Na verdade... vai depender da interpretação também da pessoa que analisar o caso, porque na constituição mesma, na lei magna como ela diz, tá escrito que todos os animais são de responsabilidade da União, do Estado, enfim, e a lei ela só vem pra complementar, pra deixar isso mais claro, pra estabelecer, e apesar dela ser bem... branda, branda, porque não tem uma punição tão específica, porque ela diz só assim "ah! é proibido mutilar", é pouco os casos de maus-tratos previstos na Lei Ambientais, mas acho que **depende muito de quem for julgar, porque a gente já vê casos às vezes**... no Paraná, teve uma fazenda até pouco tempo atrás que eles descobriram um gado lá que tava esfomeado também e o proprietário foi punido, então eu acho que dar pra usar também, vai depender de como vai interpretar. (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

Já foi reforçado por Gavião e Condor entre outros, como muitas vezes a legislação acaba não sendo cumprida. Como já apresentado anteriormente, ao longo do território nacional, nem todo fiscal federal tem conhecimento e dá atenção as demandas de bem-estar animal. Em complemento, também como forma de ilustrar a diferença do cumprimento das leis nas diversas instâncias do Estado, existe um conflito de área de atuação que não fica resolvido, conforme um entrevistado (que não vou identificar):

> Tem muito abate clandestino de ave ... não é só em Pernambuco, em vários estados acontece isso, ai a gente falou com a vigilância sanitária do Recife, por exemplo, ai uma discussão interna entre esses órgãos que precisa ser resolvida. **A vigilância sanitária diz que essa questão de abate fica a cargo da ADAGRO, na realidade a ADAGRO diz que fica a cargo da vigilância sanitária.** Porque ele autorizou um estabelecimento para exercer uma atividade comercial, e não uma atividade de abate, então caberia os municípios, **segundo a ADAGRO, fiscalizar se aquele comércio está cometendo algum ilícito e ir lá e interditar o comércio. Na prática a gente sabe que a vigilância municipal em tese,** a do Recife deve ter, mas as outras **não tem uma estrutura necessária para combater isso**, então eu acho que os órgãos deveriam chegar a um denominador comum para estabelecer a responsabilidade sobre isso. Na Bahia tem até um promotor entrou com uma ação, tentou fazer um TAC, fez e o TAC não foi cumprido,

> ele até entrou com uma ação para definir melhor e para obrigar os dois órgãos a fazer a fiscalização, então isso acho que está gerando um problema sério.

Esse impasse, juntamente com que o órgão fiscalizador apresenta como um dilema entre fechar e fomentar a clandestinidade, estão entre os influenciadores da existência de "abates ilegais legalizados", apresento um pouco da situação em que se encontra nosso Estado de Pernambuco.

Nesse impasse a figura do Ministério Público surgiu para tentar resolver os problemas que envolvia o abate público do Estado, esse processo foi intensificado com a criação do programa Carne de Primeira, pelo Caop Consumidor do MPPE.

> [...] **a gente constatou durante o programa que maioria dos matadouros não usava nem pistolas automáticas, que o boi era abatido, ainda é, em vários matadouros, abatido a marretadas, como era eu acho que na Idade Média.** [...] Esse trabalho do Ministério Público desencadeou uma série de reportagens no Diário de Pernambuco, foi interessante, sobre a qualidade da carne que comemos. (Tartaruga, entrevista em 23 de novembro de 2016).

Em 2011 um dos principais Jornais de Recife, o Diário de Pernambuco, realizou uma série e reportagens intitulada a carne que comemos. Na época, dos 156 matadouros municipais, 83% não tinham condições mínimas de funcionamento e apenas 4 deles realizavam o abate humanitário como exigido pela legislação (MACHADO, 2011a). Segundo a Instrução Normativa nº 03 de 17 de janeiro de 2000 os métodos permitidos no abate humanitário de insensibilização para os bois, são a pistola de dardo cativa e pistola (percussiva não penetrativa) (MAPA, 2000).

A ADAGRO, nosso órgão fiscalizador estadual, vem encontrando o que eles chamam de dilema, segundo sua Diretora, Erivânia Camelo: "a escolha é entre interditar e ver o abate sendo feito embaixo de um pé de árvore, ou permitir que continuem funcionando com o ajuste de conduta. Fechando, eu não tenho como oferecer alternativas" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2011a p. C7). O MPPE tem uma opinião divergente, a Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOP Consumidor), Liliane Fonseca, não acha que a interdição induz necessariamente ao abate clandestino "É melhor interditar... O MPPE recomenda, mas quem tem poder de polícia é a ADAGRO, portanto, é esse órgão que precisa agir com mais veemência" (MACHADO, 2011b p. A7).

Tartaruga, uma de nossas entrevistadas do MPPE, afirma discordar da visão da ADAGRO e complementa sua posição:

> A opinião do Ministério Público é diversa, porque eu acho que **o abate realizado nos matadouros públicos do Estado já é um abate clandestino, melhor, travestido de abate regular, o que só piora a questão.** Esse abate

> é feito de forma extremamente rudimentar. (Tartaruga, entrevista em 23 de novembro de 2016).

De lá para cá o que aconteceu? Em 2014, A Cooperativa dos Profissionais em Atividades Gerais – COOPAGEL foi contratada pela Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária – SARA do Governo do Estado de Pernambuco, e fez um Relatório do Diagnóstico dos Matadouros Públicos Municipais para nortear uma estratégia de Implantação dos abatedouros regionais (COOPAGEL, 2014). Ela afirma:

> Como já constatado através de relatórios e intervenções no Ministério Público de Pernambuco, como também, relatórios e laudos técnicos da ADAGRO, as precárias condições das estruturas e da operacionalidade dos matadouros municipais, constituem-se um problema de saúde pública, além do **sacrifício cruel dos animais** [...] (COOPAGEL, 2014 p. 8)

> Os órgãos fiscalizadores têm **poder de POLÍCIA** e, como tal deveria agir nestes casos. Como também é injustificável a permissão de funcionamento dos matadouros municipais ou regionais construídos sem atendimento as normas e regulamentos aplicáveis. Na esfera municipal não existe o Serviço de Inspeção devidamente aparelhado para regulamentar e fiscalizar as instalações e processos produtivos necessários ao abate de animais (COOPAGEL, 2014 p. 10 grifos do autor)

> [...] as estruturas físicas e as condições operacionais nas quais se realizam o **abate desses animais são extremamente críticas e estressantes tanto para o animal como para aqueles que desenvolvem suas atividades** neste processo de transformação do animal em fonte de proteína para a alimentação humana. (COOPAGEL, 2014 p. 17).

Atualmente, passados 5 anos da reportagem, tivemos acesso a informações (não vou identificar a fonte) que 63 abatedouros foram desativados a partir de 2011. Existem abertos 93 abatedouros, os 9 acompanhados pelo Serviço de Inspeção Estadual (SIE) tem pistola de dardo cativa outros 23 vinculados ao SIM tem a pistola, **os 61 (65% dos abatedouros do Estado) demais que tem SIM não tem a pistola como método de insensibilização, ou seja, descumprem a IN 03 num requisito básico do abate humanitário.** A ADAGRO sabe dessas informações, o que tivemos de informação dos entrevistados da ADAGRO (não vou identificar a fonte) é que:

> No Município, como eu te falei, eles são responsáveis pelas leis deles, tudo é com o município, o Estado só vai de uma forma supletiva, quando provocado... por exemplo, pelo próprio município, tem prefeito também que pede pra gente fazer uma inspeção, fiscalização pra ver como é que tá a condução desse abatedouro, geralmente não passa, mas aí a maioria é o Ministério Público, como te falou, a demanda do Ministério pra matadouro é descomunal.

> [...] vários matadouros do município estão fechados, outros foram fechados e estão em reforma para atender a legislação vigente, **os órgãos de fiscalização eles não se eximem da responsabilidade.** O que acontece é, infelizmente, não sei quantos municípios aqui em Pernambuco, 343, 340,

> não sei ao certo imagina aí que somos poucos pra fiscalizar, estado, estado, imagina município, não existe serviço de inspeção no municipal, então, o estado é que teria que fiscalizar tudo isso, não tem... somos poucos é verdade... e **vamos quando acionados pelo Ministério Público, interditamos se for o caso, autuamos, muitos não voltam realmente a abrir as portas, não voltam, passam muito tempo fechados,** até que algum prefeito se sensibilize com uma comunidade local, porque essa carne vai ser abatida aonde? Imagina sei lá... nem sei os matadouros que estão fechados, com certeza tem cidade... mas imagina aí um matadouro sei lá da Mata Norte tendo que... imagina quando o camarada vai gastar pra vim abater aqui em São Lourenço, entendesse? Ele gasta muito também, então **eu acho que existe uma pressão muito grande dos pecuaristas da região para que esse matadouro municipal reabra, só que não pode reabrir do jeito que tá, não tem curral, tá fora da legislação, não tem veterinário do município aí no caso, permanente não tem, estrutura nenhuma, não tem, ainda, como você falou, realmente marretada, sei lá se eles estão dando tempo... se estão insensibilizando, se estão dando tempo de sangria adequado pra poder esfolar, quando ocorre uma provocação do Ministério, o Estado vai, não deixa aberto não, a gente interdita.**

A COOPAGEL, em seu relatório afirma que "na esfera municipal não existe o Serviço de Inspeção devidamente aparelhado para regulamentar e fiscalizar instalações e processos produtivos necessários ao abate de animais" (COOPAGEL, 2014 p. 10).

Nem todos os fiscais da ADAGRO conhecem bem a realidade dos matadouros municipais, Onça, por exemplo, nunca foi fazer uma fiscalização em um desses abatedouros, apesar dela ter uma ideia do que pode acontecer nesses locais:

> [...] **acho que tem muito a questão cultural também, se meu bisavô abatia assim, se meu avô abatia assim, porque vai ser diferente comigo, "isso é uma besteira",** é o que eu tô te falando, muitos pensam isso, acredita? "Por que eu vou botar aqui uma pistola de dardo cativa? Quanto é que custa isso aí?" É melhor pegar ciclano que marreta bem há trocentos anos, trabalhou comigo, "ah! Aquele cabra tem marreta", entendesse? Eu acho que é por aí, como eu te falei, **difícil a gente imaginar o que acontece por lá, eu particularmente eu nunca fui num abatedouro municipal, nunca fui** [...] (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

A realidade das marretadas não se restringem ao nosso Estado, conforme relata Zebra, que trabalhou em dois outros estados com práticas similares:

> Olha as empresas grandes que exportam... pela necessidade de exportar, elas atendem, minimamente, mas atendem sim, agora as empresas médias e pequenas eu não... pela minha experiência no estado do (XX) que eu trabalhei muito pouco na parte de inspeção, mais na parte defesa sanitária em criações eu tive acesso e aqui no Estado do (XX) **eu trabalhei em abatedouro de inspeção estadual e o primeiro abatedouro, um dos abatedouros que a gente tinha responsabilidade era insensibilização de bovino com marreta, então a gente demorou um ano e meio pra conseguir convencer o cara a trocar pra colocar uma pistola**, então não, de forma geral, não é atendido a não ser nas empresas grandes que exportam. (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

Se nem todos os fiscais estaduais devem ter conhecimento da situação municipal, não podemos dizer sobre o órgão em si. A ADAGRO sabe quais são os matadouros municipais

que não utilizam pistola de dardo cativa, e se isso é uma exigência legal no país, o fato desses 61 matadouros estarem abertos demonstram que a lei, pelo menos nesse aspecto, não está sendo cumprida (no mínimo em âmbito municipal) e que os órgãos fiscalizadores não estão cumprindo ou considerando a regulamentação de abate humanitário.

Muitas vezes quando a legislação permite e a fiscalização funciona algumas grandes empresas, ao invés de se adaptarem, pagaram multas elas acabam recorrendo juridicamente

> Essa empresa lá de Rondônia não é uma empresa muito grande, tá? É uma empresa familiar, por isso, inclusive que eu to sentido que eles se esforçavam pra fazer direito, a empresa que eu acho que tu estás se referindo (risos), uma das maiores do Brasil, eles não se esforçam, eles não estão nem aí, eles querem saber do dinheiro, geralmente as empresas mais familiares, são mais atentas a certas situações, até porque elas precisam pra competir com essas grandes, então elas geralmente dão mais atenção, digamos, a certas situações, essas empresas muito grandes, não vou te dizer todas, mas a maioria, elas não se importam, elas caem em cima daquilo que você cobra, que o fiscal cobra e não do que eles precisam fazer e o que que acontece: **como nós não temos legislação pra respaldar a nossa cobrança, eles têm uma assessoria jurídica muito boa, eles derrubam as nossas ações fiscais, muito fácil, exatamente por causa dessa falta de legislação.** (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Um último aspecto analisado nessa seção diz respeito a discordância de um dos respondentes, Tigre. Para ele, diferente dos demais, a fiscalização não deve ser enfatizada, mas sim uma maior parte do controle deve ficar nas mãos da empresa. Sua linha argumentativa segue:

> [...] E aí vai se você quer pegar o x da questão é que o Decreto que rege a matéria, o Decreto cinquenta mil e tanto[20], ele é um Decreto, que não é porque ele velho ou antigo, não é isso. Ele é um decreto que na época é não havia número suficiente de veterinário e a **União trouxe pra si a responsabilidade do abate,** né. Então, veja bem, aí, isso, **isso hoje é, vamos dizer é inversamente proporcional aos interesses dos grandes empresários.** Olha, os grandes empresários hoje não têm o pensamento e a forma de agir que tinha na década de 50, na década de 60, que o abate era pra consumo interno e muito abate clandestino, não que não tenha, porque deve existir abate clandestino. **Mas, uma legislação que travou muito hoje né, trava muito no meu entendimento.** Que a concepção hoje do empresariado é completamente diferente, **ele quer menor custo, mas também quer qualidade. Ele sabe que o mercado é altamente competitivo e se ele não tiver um bom produto no mercado, ele estará fadado ao insucesso.** Mas, o Decreto ele amarra ainda a questão da fiscalização industrial ao Governo Federal. Né, olha, imagine, os hospitais, as indústrias de farmácia, produtos farmacêuticos, em cada caso respectivamente, o médico é responsável pelo hospital e por tudo que ele faz,

[20] Decreto nº 24.645 de 1934 Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24645.htm. Como pode ser percebido, ele consta como revogado (um dos entrevistados se atentou a isso) e não existe um outro que o substitua. Isso pode ser verificado clicando os links do site em questão, ele encerra em um do Ministério da Justiça que não tem relação com o tema.

> não precisa da, que a Anvisa esteja lá dentro, né. É o fabricante de medicamento, seja medicamento mais simples ou mais complexo, a Anvisa também não tá lá dentro, ter um responsável técnico, né. Porque a legislação tanto civil como penal tá de olho, né, administrativa também tá de olho. **Então, isso eu penso que isso dificulta muito…. Mesmo você, você, a sociedade tá pagando pra, hoje um auditor tá trabalhando com empresário** [...] Então, a presença do, do fiscal, do auditor fiscal, né, garantir 100%, isso aí não é. Porque ele tem o horário dele, trabalho dele, vai embora e a empresa continua trabalhando, né. Isso é uma quimera, por isso eu acho, penso que a questão do abate é o empresário que hoje tem a consciência de que se o produto vazar, que ele é desumano, coisa parecida, vai ter um prejuízo enorme pra ele, né. Hoje, a consciência verde, a consciência ecológica está pesando, né. (Tigre, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Para Tigre a solução mais adequada passa por acreditar na consciência individual das pessoas, pois já existem normas suficientes, mas as pessoas cumprem?

> [...] preste bem atenção! Aí é que tá é a consciência do profissional, quem tá lá na, na ponta é uma empresa. Vamos continuar na avicultura, por exemplo, uma, uma, uma grande corporação que tem um número elevado de (integrados), ... Então, o, a empresa fornece pra ele, as aves, a ração, o medicamento e ele entra com a mão de obra e o cuidado, tá. Aí os integradores, o integrador e o integrado. E o integrado também recebe orientação técnica, né, ele, no contrato ele é obrigado a receber as orientações e cumprir, beleza! Tecnicamente no papel tá perfeito, agora quando ele recebe, por exemplo, as dosagens de, de vacina ou de medicamento pra usar cinco dias, será que ele realmente vai usar os cinco dias? Será que ele não vai negligenciar com o uso daquele produto? Será que depois de usar o, o medicamento que sobrou ele vai destinar ecologicamente correto? Então, aí sim que entra o profissional que é o responsável técnico que tá lá, né. Se a gente, se a gente for analisar o responsável num, a legislação, o sistema normativo não vai lá na, na fábrica, não vai lá no galpão, né. Quem vai lá é o homem, então, o, é o responsável técnico da empresa, é o proprietário que tá ali dentro e isso não tem como controlar, não adianta você ter norma pra isso, que já existe. A própria bula, a própria bula do medicamento diz tantos dias de carência, tá lá escrito, o responsável técnico, no caso aí do, do galpão, de um medicamento veterinário, ele diz tá aqui uso de não sei quantos dias. Será que o veterinário tá dizendo isso? Será que o cidadão que recebeu tá dizendo isso? **Então, não é mais norma, não adianta norma, adianta sim a consciência.** (Tigre, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Tigre ao longo das falas da entrevista demonstra ter uma visão alinhada com as ideias do livre mercado, que se auto regula, e que o empresário vai agir com responsabilidade social porque, em sua maioria, os empresários são pessoas boas

> "Então, **existem bons empresários, em sua maioria**, e existe um ou outro que, isso é normal, é da natureza humana, né, que... Eu não me nivelo por baixo, eu penso na maioria, eu penso que, na responsabilidade do empresário, até onde eu conheço [...] o empresário percebe que tem essa responsabilidade social, ambiental, né, e lógico também não é à toa, né. Se ele cair numa malha dessa ele se prejudica muito."

Mas ao mesmo tempo que ele confia no empresário, ele questiona o comportamento dos veterinários, outros funcionários e integradores da empresa,

> [...] O valor tem que ser social, o custo benefício disso aí é avaliado? Não! Não é. Tenha certeza que não é, né. Por exemplo, a, nos abates, nos abatedouros de aves é comum pessoas com problemas de LER, porque tem que abater tantas, cortar tantos lados, tantos cortes por minuto e etc. e tal. Seres humanos, **mas o profissional responsável vai tá preocupado com isso? Não, não tá! Vai tá preocupado com a empresa. Foi preparado pra produzir porque eficiência, mercado, dinheiro, PIB, são os valores** (Tigre, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Outra questão interessante sobre o entrevistado, é que ele afirma que o confinamento "é uma forma muito cruel" e que o empresário não deve querer mudar essa prática, apesar de considerar que ele não age de má-fé "Nesse aspecto da produção imagino que não, eu acho que pra eles, na cabeça deles, o bem-estar é tá ali tranquilo". Segundo ele, a justificativa para esse tratamento **necessário** é o controle sanitário:

> **E infelizmente em nome de uma, de uma é exploração técnica, racional e industrial,** né, o nome que se dá mesmo, né. Altamente tecnificado, uma zootecnia altamente tecnificada, industrial, **acho muito difícil isso mude,** minha opinião, até mesmo porque é aquela relação se eu tenho aqui no galpão de tantos metros quadrados eu boto 40, 50 mil aves. **Se eu fugir dessa regra, eu vou ter que ter muito mais espaço, vou perder controle, controle sanitário,** o programa de nutrição, são as variáveis que o animal confinado se regula, se controla rigorosamente por que? Por que você confinou? Pra controlar as variáveis, né. Quais são as variáveis? Sanidade, alimentação, eu tenho um programa de alimentação. **Então, o animal confinado eu controlo,** né, as gaiolinhas ali, eu sei que todos vão comer, a vaca que recebe uma, uma no pescoço um chip, chega lá e come, eu tô sabendo que a vaca tal tá comendo, quer dizer, eu acho muito difícil que mude (Tigre, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Conforme Ludtke et al. (2015) a legislação brasileira assegura normas de abate e bem-estar animal no manejo pré-abate dos animais de produção. Mas é uma legislação que, conforme nossos entrevistados responderam, desconsidera as outras etapas da vida desses animais, além de, por exemplo, não impactar na indústria de leite. Porém existem muitas nuances e aspectos da legislação e fiscalização que praticamente não são comentados na literatura. Dessa forma, amplio o entendimento sobre como as diferentes instâncias do Estado (Federal, Estadual e Municipal) podem ter um diferente rigor de aplicação e fiscalização dessa legislação. Também sobre como o foco da fiscalização, de uma forma geral, é baseada em aspectos sanitários, de qualidade do produto e com isso existe muita "vista grossa" ou falta de tempo para analisar questões de bem-estar animal, motivada por: 1) Por não considerar como relevante o bem-estar do animal, 2) por não estar preparado para identificar maus-tratos, 3) por não conseguir autuar a empresa por uma legislação genérica, sem indicadores ou números balizadores, ou 4) por simplesmente não conseguir dar conta de todo o trabalho, a legislação, por mais desatualizada e incompleta que seja, pode ainda mais ser pouco aplicada e em última instância, pode acabar se transformando em uma "letra morta".

A legislação brasileira é um tímido começo nas questões de preocupação com os animais não-humanos, e ainda está longe de considerar aspectos importantes do bem-estar e ética animal, conforme sugerido a seguir

4.4.3 Bem-estar e ética animal

Nessa seção analiso os aspectos restantes, que ainda não foram analisados, associados as definições operacionais de bem-estar animal e ética animal. As definições operacionais restantes sobre Bem-estar animal são: as cinco liberdades: livre de sede, fome e má-nutrição, livre de desconforto, livre de dor, injúria e doença, livre para expressar seu comportamento normal, livre de medo e diestresse (LUDTKE et al., 2015), evitar sofrimento desnecessário, redução do estresse (LUDTKE et al., 2015), abate humanitário (LUDTKE et al., 2015), redução do mal-estar animal (NACONECY, 2009), maus-tratos, confinamento e mutilações (REGAN, 2006; SINGER, 2008; JOY, 2014; CARVALHO, 2015) e uso instrumental e violação do direito à vida (REGAN, 2006) e de ética animal: *Senciência* (SINGER, 2008), subjetividade, consciência de sua vida e uma vivência individual do seu próprio bem-estar: *sujeitos-de-uma-vida* (REGAN, 2006), jaulas vazias e não jaulas maiores: Direito à vida e valor intrínseco (não instrumental), não uso dos animais (REGAN, 2006).

O objetivo dessa seção é dar espaço para as propostas de bem-estar e ética animal. Na seção seguinte (4.5) analiso a situação das empresas quanto a essas ideias e conceitos. Divulgar o que se espera ou se entende sobre bem-estar e ética animal, possibilita se verificar a lacuna entre: o que a legislação exige, a expectativa sobre bem-estar, e depois, o que as empresas fazem.

A preocupação com o bem-estar animal é algo muito presente na fala de vários entrevistados, provavelmente em virtude de seu perfil: todos os entrevistados do MAPA constam da relação de membros da Comissão Técnica Permanente de Bem-estar Animal (CTBEA), o gerente de campanhas da maior ONG no mundo em Bem-estar animal, e um promotor do MPPE da área de Meio Ambiente. Mas, não se pode dizer o mesmo sobre os aspectos da ética animal, nenhum deles considera fortemente essa vertente teórica com implicações práticas em suas vidas. Apesar disso, em alguns momentos tem entrevistados que concordam com algumas de suas características. A ética animal ainda é uma visão mais incipiente que o bem-estar animal, mas suas ideias permeiam a fundamentação teórica e meu posicionamento como autor, de tal forma que ela fica contemplada ao longo dessa análise.

Os assuntos mais relacionados a essa temática, e que interferem na visão dos entrevistados são aspectos como: liberdade, evitar ou minimizar sofrimento, sofrimento necessário e sofrimento desnecessário e maus-tratos. Essas características parecem estar num *continuum* entre felicidade/infelicidade, bem-estar/mal-estar, paz/violência. Desses, apenas os maus-tratos são considerados crime e existe uma legislação com penas definida. As opiniões são bem divergentes quanto a esses aspectos.

O conceito mais amplo atualmente utilizado para o bem-estar animal inclui as 5 liberdades (livre de sede, fome e má-nutrição, livre de desconforto, livre de dor, injúria e doença, livre para expressar seu comportamento normal, livre de medo e diestresse) e o que os entrevistados Gavião e Zebra informam como enriquecimento ambiental. A seguir apresentados:

> Não, eu acho que bem-estar animal ele é mais do que evitar sofrimento desnecessário, ele pode entrar nessa questão que agora... **uma vertente que faz um ano, um ano e pouco, que tá mais dizendo que tem que ter enriquecimento ambiental, então não é só evitar o sofrimento, é você realmente permitir que o animal expresse seu comportamento natural e tenha acesso á atividades que faça a parte social deles ser agradável.** (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

> [...] todas as fases devem ser consideradas. Existem as fases que são mais amigáveis, vamos dizer assim, que é toda fase da produção, e tem a fase do transporte e abate que também tem uma influência muito grande no *stress* e no bem-estar desses animais. É, eu gostaria muito de ver os animais sendo tratados de forma harmônica, levando em consideração todos esses aspectos onde a indústria pudesse fazer uma avaliação muito mais clara e profunda sobre quais de fato são os fatores e os problemas, a raiz do problema pra então trabalhar não com uma solução, **não uma solução paliativa, e sim com uma solução real de fato,** que foi o exemplo que eu dei pra você do corte de dente, do corte de cauda. **Então, eu acredito que, pra isso, a densidade tem que ser melhorada. O animal, ele não consegue expressar o comportamento natural dele.** Isso não é considerado pela indústria como um fator importante. É, exemplificando o que significa expressar o comportamento tá? Só pra ficar um pouco mais, um pouco mais objetivo. É, um frango, ele precisa ter interação com os outros animais. Se ele tá numa densidade muito alta, ele não consegue isso. Um frango, ele precisa, que a gente chama de banho de areia, mas ele precisa dar aquela rolada. Ele precisa dar aquele banho de areia, puxar a cama pra ele, tomar esse banho porque isso é um comportamento inato dele. É igual quando um bebê nasce e sabe já mamar. Então isso é um comportamento inato dele. É, ele precisa ciscar e bicar, **então, quando esses comportamentos naturais dos animais são suprimidos, ele começa a desenvolver comportamentos anormais. Então, isso acaba causando *stress*, acaba causando dano ao animal, mais suscetibilidade a doenças**. **E isso acaba interferindo no seu bem-estar.** Então eu vejo que respeitando densidades, trabalhando com densidades adequadas, com iluminação natural, trabalhando com ambientes que ele possa se interagir, ambientes que favoreçam ferramentas pra ele expressar o comportamento natural, **que respeite as cinco liberdades**, E que tenham todo um manejo pré-abate adequado. Acho que essa seria uma produção

> ideal. Eu não vejo hoje a produção ao ar livre, que nós chamamos. Que a gente vê muita organização (ONGs de bem-estar animal), trabalhando pra acabar com essa produção intensiva pra transformar isso numa produção *free range*, que a gente chama né? Que é ao ar livre. Isso talvez não, não seja a solução no mundo, é, em animais de produção porque a demanda de carne, ela tende a aumentar, é, **só que a gente tem que saber que pra eu conseguir atender essa demanda, claro que vai existir sistema de produção comercial intensivo, porém, com alto nível de bem-estar animal, respeitando todos esses parâmetros, esses fatores aí.** Então isso é, isso eu vejo uma produção ideal (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

Nessa fala, Gavião enfatiza que muitos dos tratamentos cruéis considerados comuns nas empresas nada mais são do que uma "solução paliativa" que desconsideram as liberdades dos animais em prol de um "sistema de produção comercial intensivo". Apesar dele achar que as empresas poderiam encontrar um meio termo nessa situação. Ou seja, não se tem como falar em bem-estar animal sem ter como contraponto questões financeiras e operacionais das empresas, isso é verificado no relato de todos os respondentes, selecionamos o relato de Condor como sintetizador da situação:

> [...] **eu desconheço no Brasil onde se faça,** por exemplo, "a meu amigo vai produzir um milhão de ovos", você produzir um milhão de ovos com bem-estar animal, certo? Bem-estar animal eu tô entendendo que a galinha teria que viver o mais natural possível, pastando, comendo um grilo aqui, uma minhoca acolá, ciscando, se deitando sol, esquentando as asinhas dela, **isso não existe.** [...] na questão do bem-estar animal, é o ser humano não fazer maldade com animal, é fazer com que o animal, ele conviva, por exemplo, na criação de galinha, certo? Que ela não seja confinada em espaço pequeno, que elas pudessem caminhar, ciscar, diferente do que... por exemplo, uma galinha, galinha da terra, como é ... galinha de capoeira, ovo de capoeira, ela convive, ela cisca, ela toma banho de areia, já a galinha de granja é diferente, ela confinada num espaço muito pequeno onde a única função dela é produzir ovos, não existe bem-estar animal ali.... Tipo, na maternidade daquelas porcas que eles ficam, não sei se você viu, numas gaiolas bem pequenininhas, que ela mal dar pra se virar, ela amamentando os leitõezinhos, ali não é uma condição natural. (Condor, entrevista em 03 de novembro de 2016).

Águia traz uma abordagem mais jurídica do assunto:

> Eu acho que os **animais devem ser tratados de forma digna**, como exige a Constituição e a legislação infraconstitucional, né, que como eu disse agora pouco que **criminaliza qualquer tipo de maus-tratos, abusos, constrangimentos físicos ou morais,** né. E, é, acho que esse rigor da legislação brasileira, né, talvez seja a legislação mais rigorosa do mundo. Ela precisa andar lado a lado com a conscientização da, da população. De nada adianta você ter uma legislação extremamente rigorosa, punitiva, se você não tem uma, uma população, consumidor consciente, né, do, da necessidade de se respeitar, é, os animais, né. (Águia, entrevista em 26 de outubro 2016).

Esquilo, em sua fala, comparando o bem-estar humano e o bem-estar animal discorda do termo liberdade, comumente utilizado para definir o bem-estar animal.

> **O que teria de diferente...primeiro que o ser humano, ele possui a liberdade, o animal não tem a liberdade. A gente fala das cinco liberdades que o animal deve possuir, mas ele não tem liberdade de ir e vir, ele está restrito a um ambiente, depende da espécie qual esse ambiente e ele não pode decidir pra onde vai, nem como nem quando vai morrer.** Então, o ser humano, ele possui essa liberdade. [...] O ser humano, ele tem essas necessidades básicas, que precisam ser supridas. Respirar, por enquanto o ar é gratuito, não deve cobrar; se alimentar, segunda necessidade básica. Então, pra ele ter bem-estar, ele não pode estar com fome, não pode estar privado de alimento, nem em quantidade nem em qualidade, que existe questões nutricionais que devem ser atendidas ou o ser humano vai adoecer. E aí a outra questão dessa parte sexual, também faz parte do desenvolvimento do ser humano. E aí vem as questões que já são constitucionais aqui no Brasil, que todo cidadão tem direito à educação, saúde e por aí vai, né. Tem a garantia de integridade do seu corpo, da liberdade de fazer o que quiser com ele, etc. **O animal já não tem todas estas, ele pode respirar, mas o alimento quem define é o ser humano, pela melhor performance, melhor desempenho que ele vai ter no seu crescimento. A questão sexual é toda manipulada também pelo ser humano, os animais eles não têm liberdade de escolher o parceiro,** tu que não é da área, vou te dar alguns exemplos, muitas vezes se tu tem uma, uma tropilha de cavalos a campo, a égua vai escolher o macho que por algum motivo, ela tem mais afinidade. Na criação normal de cavalo, se faz toda a escolha e muitas vezes pra que a égua seja fertilizada, ela é toda amarrada, pra permitir que o cavalo que foi escolhido pra fazer reprodução realize a reprodução. Na parte de aves, que é a área que eu trabalho. **No tocante a poedeiras comerciais, quando os ovos eclodem, os animais saem, somente as fêmeas são aproveitadas, os machos são, no primeiro dia já sacrificados. Isso não se faz com ser humano pra fazer controle populacional, seria considerado um crime contra a humanidade. Mas, pros animais é aceito. Galpões de frango são divididos em machos e fêmeas, portanto não é permitido o inter-relacionamento que culmine com a copula entre eles.** Então, teria uma série de exemplos, o ser humano já tem todo esse diferencial que ele pode fazer escolhas, inclusive escolhendo não ter um parceiro do sexo oposto, no caso de homossexualismo não é proibido. Então, o ser humano tem uma série de liberdades muito maiores do que os animais. (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Esquilo demonstra não apenas como o termo liberdade pode ser questionado, mas também o termo bem-estar, quando afirma que se aplicaria de maneira muito diferente para o animal humano e o não-humano.

As perguntas sobre bem estar humano e sua diferença para o bem-estar animal foram das perguntas que os respondentes mais tiveram dificuldade em responder, e maioria não tinha pensado a respeito sobre o assunto, como por exemplo Zebra "Bem estar de um humano... nunca parei pra pensar acho, no bem estar humano (risos) ", mas ela responde:

> [...] então o bem estar humano acho que estaria relacionado às pessoas terem não só as necessidades básicas atendidas, **não só sobreviver, mas a viver mesmo**, é quase muito semelhante com a de um animal, você permitir suas cinco liberdades, essa expressão, esse acesso à saúde, a expressão da cultura fosse atingida também, eu acho que seria mais ou menos por aí e não é, a

> gente vê que o bem estar humano não é atingido em vários aspectos. (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

A resposta de Zebra é muito representativa das demais, que geralmente comparavam o bem-estar humano a partir das características que conhecem do bem-estar animal, em especial as 5 liberdades, ou também apresentam a relação entre essas duas (que será contemplada na resposta de Gavião). As respostas de Gavião e Águia tem alguns contornos diferentes, Águia, talvez por ter uma formação diferente da maioria, na área de Direito: "(pausa prolongada) Talvez eu não seja a pessoa mais indicada pra falar sobre isso porque eu não diferencio." E apresenta uma questão interessante sobre aqueles que se preocupam com os animais não-humanos

> [...] **nós temos aqui vários processos, ações, inquéritos em defesa de animais,** né. Temos ações aqui pra, por exemplo, temos uma ação recente que é obrigar a prefeitura a construir um hospital veterinário público, ação nossa vitoriosa, a prefeitura está construindo esse hospital veterinário público devido a intervenção do Ministério Público. Temos várias ações em favor de, de animais domésticos e, é, animais domesticados e selvagens. **E muitas vezes somos criticados porque defendemos os animais quando existem, é, homens que também necessitam ter acesso a esses direitos, né.** A questão dos hospitais é bem emblemática, nós ingressamos com essa ação, a prefeitura está tendo uma despesa alta pra construção do hospital veterinário público e as pessoas criticam porque os seres humanos ainda não têm saúde de qualidade pública, né, acesso a medicamentos. **Então, você vai na cabeça de muitos, como é que você vai exigir isso para animais, se você não tem saúde de qualidade, medicamentos pras pessoas, né.** Mas, é isso [...] (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

> **Na verdade, eles são muito interligados**. É, a primeira coisa que tem que ser atendida é o bem-estar humano. Na minha opinião, assim, claro que são coisas que vão simultaneamente mas se o bem-estar humano não é atendido, ele não vai... porque o bem-estar do animal depende. **Como os animais são criados e são domesticados pelos humanos, ele depende muito do ser humano.** Ele depende muito do criador, do fazendeiro tá com seu bem-estar atendido pra então poder passar essa interação positiva ao animal. Se eu tenho uma pessoa que é insatisfeito com o trabalho, tá infeliz, ele vai entrar num galpão, ele vai chutar um animal, ele vai maltratar o animal, ele não vai dar a atenção necessária pra esses animais. Então o bem-estar dele tá extremamente ligados a esses pontos [...] (Gavião, entrevista em 26 de outubro de 2016).

Discuto sobre a intersecção da relação entre os animais humanos e não-humanos na seção 4.5.3.

Com uma opinião um pouco diferente Foca afirma que "eu vejo diferença em relação à ser um ser racional, outro irracional né? Eu acho que o animal por ser irracional, ele não saber exatamente o que ele quer digamos assim né? Ele só expressa necessidades, tudo dele tá envolvido na necessidade dele de sobrevivência".

Esquilo também consegue encontrar diferenças no nível de bem-estar por diferenças entre os humanos e animais:

> [...] E aí vem **uma questão muito particular minha, que quase beira conceituação religiosa, que um grande diferencial do ser humano e do animal é a consciência de existir,** que pra mim um animal, ele não tem a consciência de que ele existe, mas ele sente, ele sente dor, ele sente afeição, mas ele não realiza os questionamentos filosóficos que o ser humano faz de "por que estou aqui?", "para onde irei?", "o que acontecerá após a minha morte?". Esses questionamentos, a única espécie que faz é a nossa. Mas, assim, eu tô tendo dificuldade em responder essa pergunta (risos) do ser humano. (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Condor afirma também que além das questões associadas a vida do animal o bem-estar está relacionado também com o processo de sua morte:

> [...] a maneira como serão mortos é bem-estar animal, quando eu digo que tem que haver insensibilização, que eu só posso realizar qualquer corte no animal, retirar o mocotó, por exemplo, do bovino após o término da sangria que realmente o animal morreu por hipovolemia, então ele não tá sentindo mais nada, mas quando eu raciocino, eu não só raciocino o bem-estar animal com relação à morte não, raciocino com relação à vida, quando a gente fala numa criação de galinha feliz, com a área suficiente pra que ela possa ciscar então é com relação à vida, isso é bem-estar animal, meu sítio os animais tem bem-estar animal, que eles fazem tudo isso (risos). (Condor, entrevista em 03 de novembro de 2016).

Para Gavião, o bem-estar animal consegue se definir também pelas práticas que são consideradas inadequadas para o seu bem-estar ou em decorrência de inicialmente o seu bem-estar não ter sido considerado:

> [...] tem vários outros aspectos que estão relacionados ao bem-estar animal, como, por exemplo, **a mutilação dos animais, corte da orelha, corte de cauda, corte de dente.** Então, todos esses procedimentos, eles são utilizados atualmente por uma série de fatores, por exemplo, por que que eu corto o dente do leitão? Ah, porque a porca não tem um bem-estar muito bem atendido ou uma alimentação por todo tempo e ela não produz leite suficiente, leitão fica mordendo o peito da porca, machuca o peito da porca. **Então, ao invés de a indústria trabalhar na raiz do problema, o que que ela faz? Não, vamos cortar o dente do leitão.** A parte de corte de cauda. Bom, o animal ele não tem nenhum enriquecimento ambiental, não tem nada para fazer, o ambiente pobre. É, a densidade é alta, então o que ele vai fazer? Ele vai ficar mordendo a cauda dos outros leitões ou dos outros animais. Isso gera um problema sério de bem-estar, a caudofagia é um problema sério. **É, e aí, o que que eu vou fazer? O que que a indústria faz? Ao invés de melhorar as condições dos animais, melhorar o ambiente, prover o enriquecimento, reduzir densidade, não, vou lá e corto a cauda do animal**. Eu minimizo o problema. Então, é, são esses pontos que a gente vem trabalhando justamente para mostrar à indústria que bem-estar é uma ciência objetiva e exata, não é um achismo, tem fundamentos técnicos, científicos e que geram grandes benefícios aos animais e, consequentemente, para a indústria também. **Claro que nem sempre todos os benefícios de bem-estar animal vão gerar um retorno econômico para a indústria**. Por exemplo, se ela precisar reduzir a densidade, a quantidade de animais que ela aloja num mesmo local, ela vai ter um prejuízo nisso, só que ela vai ter

> alguns ganhos também nesse ponto. E isso o consumidor é que ele, o consumidor brasileiro, latino-americano, ele não tem essa impressão. Como ele não reconhece, ele não sabe como que os animais foram criados, ele tem, inclusive, uma imagem bucólica da criação, daquela coisa dos nossos avós, do sítio, tudo, da galinha no quintal, então ele não sabe como que é um produto, um sistema de produção intensivo (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

Na fala de Gavião é apresentado um obstáculo para a implementação de práticas de bem-estar animal, pois todas essas relatadas ("melhorar as condições dos animais, melhorar o ambiente, prover o enriquecimento, reduzir densidade") não são exigidas por lei, e se implementadas vão aumentar os custos das empresas, e que dificilmente o consumidor vai aceitar absorve-los. Ai voltamos as motivações para implementação das práticas de bem-estar (seção 4.4.1) se não são por consideração moral, e vão aumentar os custos, serão implementadas apenas se existir legislação e fiscalização adequada.

Nesse ponto, podemos perguntar se as mutilações e cortes feitos nos animais poderiam ser considerados um sofrimento necessário? As próximas falas resumem os argumentos centrais apresentados pelos respondentes quanto ao sofrimento dos animais.

> [...] E aí eu comecei a me perguntar "Cara, esse, esse é o manejo realizado hoje em muitos lugares e a **marcação na cara, a fogo né?** Na cara" É, uma coisa que a gente vem questionando o Ministério (MAPA) **por que a obrigatoriedade disso. É ridículo.** E é uma, uma marcação obrigatória. Então, é por isso que muitas práticas ainda realizadas porque existem legislações obsoletas no Brasil. E que falta investimento também na capacitação dessas pessoas. A informação precisa chegar a essas pessoas do campo. Eles não veem isso ainda como. **É aquela quando você perguntou "ah, o que que é sofrimento, né?" Necessário, desnecessário. É, pra eles isso é um sofrimento necessário, PRA ELES.** E quando você vê. A gente que tá observando, estuda. A gente fala "Pô, **isso é totalmente, assim, desnecessário". Só que isso tá embasado numa legislação**. É uma legislação que fala que tem que usar choque pra manejar os animais. Isso ainda existe. Então, a gente, acho que um dos caminhos fortes que a gente acredita que tem que ser realizado é justamente um trabalho com o Ministério da Agricultura pra mudar a legislação, pra começar a ser implantado isso e depois difundido em larga escala, né? (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

A utilização das palavras necessário e desnecessário parecem ser utilizados de forma arbitrária. Nesse caso, se a legislação exige seria um sofrimento necessário, mas esse não parece ser um critério adequado para o bem-estar animal, segundo Gavião. O discurso dessa prática não ser para o bem-estar do animal, mas um sofrimento necessário é apresentado principalmente por Foca:

> [...] falando em marcação que também é muito comum, a marcação à fogo infelizmente para nós o bem-estar, seja algo que poderia ser descartado, mas, por enquanto, não é possível, porque a própria legislação de alguns programas sanitários, tipo a brucelose, que exige que vacine o V na cara do animal ou P de positivo, isso é obrigatório em lei, então tipo assim é uma

> prática que nós consideramos que foge do bem-estar, mas é uma prática necessária porque visa... **o nosso primeiro ponto é a saúde animal, então pra beneficiar a saúde animal, a gente precisa fazer essa prática de marcação,** mas, por exemplo, a marcação de fogo, de identificação de animal, que **a numeração ou aquele símbolo que eles sempre colocam, o símbolo da fazenda geralmente, ou do dono, cada dono tem um símbolo, aquilo para o bem-estar ele pode ser descartado ou trocado por outra coisa, como chip, por um brinco, digamos que afete menos o animal, então é uma questão também de sentar e ver qual é o melhor, vai da conscientização de cada um.** (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Se a marcação a fogo não é um sofrimento necessário para o bem-estar do animal, ele se torna necessário por outro motivo, para a "saúde animal". Mas o que é apresentado como a finalidade da saúde animal tem um objetivo da saúde humana que vai se alimentar do animal. Ou seja, a finalidade é o interesse humano e não do animal. Podemos ainda assim dizer que é um sofrimento necessário? Quem é o beneficiário?

Alguns outros exemplos que são dados sobre sofrimento necessário para o uso humano, o *stress* psicológico dos animais no transporte para o abate:

> [...] o **stress** do animal tem que ser minimizado ao máximo, por exemplo, quando tu pega um animal e vai embarcar ele num caminhão, claro que você tá estressando ele né? Só que isso tem que ser minimizado, então se você pega um animal e vai levar ele para o abate também é um *stress*, ele muda de ambiente, ele fica em um ambiente novo com um monte de animal desconhecido, tudo isso são coisas que a gente sabe que causa *stress* nele, só que as diretrizes de bem-estar e da OIE pedem que a gente **tente minimizar ao máximo esse *stress*, porque esse *stress* tá relacionado também ao bem-estar, o animal estressado ele não tá bem psicologicamente né?** (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

> "Evitar sofrimento"... É um instrumento do bem-estar animal, eu tenho uma... por exemplo, eu tenho que ir em um matadouro, antes de chegar no matadouro o transporte tem que ser feito no momento adequada pra que não ocorra... por exemplo, o caminhoneiro tem que saber que está transportando carga viva, os animais tem que... não pode ser com solavanco, por exemplo, se chegar num estabelecimento, fora de hora, digamos assim, se for esperar muito, ele tem que tá no local abrigado das intempéries climáticas, se for passar mais vinte e quatro horas tem que receber alimentação aí isso é o bem-estar dele e a forma quando chega que vai pro curral de espera pra seringa pra ir pro abate aí sim já vem de não ter sofrimento né? O bem-estar também na hora que chega, que fica na seringa, que fica na seringa, que tá na seringa lá pra entrar no box de insensibilização que têm os chuveiros pra diminuir *stress*, enfim... **isso também visa a melhoria da carne, enfim...** (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

Foca consegui resumir bem a ideia do que ela considera sofrimento necessário para o uso humano:

> [...] tem diferença sim, tá? O bem-estar, ele visa sempre evitar o sofrimento, evitar o *stress*, então, assim, até onde é possível de uma forma... exatamente isso **que evite o sofrimento desnecessário, ele tem que sofrer apenas o que for necessário pra ele ser usado,** então tem diversas coisas, em

> diversos âmbitos que nós podemos ver isso, [...] a pessoas virou vegana ou então menos, vegetariana, porque vê que têm os maus-tratos dos animais, **vê que não se sente à vontade em comer uma carne, ou tomar uma leite de um animal que foi criado de uma forma incorreta, porém a pessoa a não tem conhecimento do que realmente é necessário se fazer pra adquirir aquele alimento,** como eu te falei, a diferença do que é o desnecessário pro necessário, dentro do manejo digamos, ou muitas vezes a pessoa para de consumir porque ouviu falar que houve maus-tratos, isso ou aquilo, e às vezes não é bem como a pessoa está falando, eu vejo que por mais que nós não estejamos hoje no nível ideal de bem-estar, nós estamos evoluindo sim, e, como eu te falei, em alguns ramos nos evoluímos rápido, na parte de suínos nós estamos evoluindo rápido, na parte de ovos nós estamos tentando evoluir pra essas que essas galinhas saiam também de gaiolas, então tem um trabalho sendo feito nisso, e eu acho importante as pessoas terem esse conhecimento (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Entre os entrevistados, Gavião é o que considera mais restrita as práticas que poderiam ser consideradas sofrimento necessário, para ele seria:

> Evitar sofrimento desnecessário você não tá atendendo necessariamente bem-estar animal, garantido o bem-estar daquele animal. Então, às vezes o animal, ele precisa, vou dar um exemplo. O animal, ele precisa ser manejado de uma forma que vai gerar um sofrimento pra ele, porém, se não feito daquela forma pode ser que alguém se machuque, por exemplo, ou pode ser que. Porque a gente fala como se fosse simples, né? Mas, você numa hora que tá numa situação que você precisa resgatar um animal, é, você precisa manejar um animal, às vezes numa situação inesperada, você tem que levar em consideração outros fatores também. Sua segurança. Uma série de outros fatores. Então, em alguns casos, de fato, a gente, o animal acaba sofrendo mas isso é **um sofrimento necessário, vamos dizer assim né? Pra que depois, no fim, tudo fique bem, o contexto final seja da melhor forma possível. Já bem-estar animal é quando eu tenho o atendimento pleno tanto do seu bem-estar psicológico quanto fisiológico**. Então são coisas diferentes nesse sentido. ... não significa que o animal. "Ah, o animal tá ofegante". A gente também passa calor, entendeu? O que não pode é quando o animal ou até a gente, pode se basear, comparar conosco mesmo. Ah, eu tô suando mas isso é um processo normal. Eu tô passando por um *stress* térmico mas é um processo natural. Quando eu não consigo lidar com isso, aí entra um sofrimento, né? Então isso que a gente tem que evitar (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016)

Existem muitas divergências entre os entrevistados sobre o que seria um sofrimento necessário ou desnecessário. Agora analiso um tema menos controverso, apesar de opiniões divergentes, o que seria o outro extremo do bem-estar, um grau maior violência: os maus-tratos. As falas de Zebra e Gavião contemplam a visão dos demais:

> **Maus-tratos é quando a gente cruza uma linha que não tem volta que é crime, não é bem-estar,** não é você só proporcionar um lugar sombreado, é realmente **você agredir especialmente fisicamente os animais**, que é o que a gente mais vê, mas também **psicologicamente**, como você deixar amarrado um cachorro vinte horas numa casinha com meio metro de corda, isso também seria maus-tratos, você não permite que ele se expresse, você acaba trazendo uma série de prejuízos, de consequências que não tem retorno, é difícil depois um animal se recuperar facilmente dessa situação, então maus-tratos é crime, pra mim é bem... tem uma separação entre bem-

> estar realmente e maus-tratos. (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

> Maus-tratos, é, Tiago, ele é de fato quando a gente coloca em risco o bem-estar do animal. **Tudo que você põe em risco ou que, na verdade, comprometa o bem-estar desse animal pode ser considerado maus-tratos**. E entra aquela parte que eu comentei. Pode ser tanto de forma proposital, que a pessoa vai lá e chuta um animal, por exemplo, que ela sabe que aquilo lá vai machucar, ela tá, de fato, agindo pra machucar o animal, mas existem situações, é, a pessoa não sabe e que não deixa de ser maus-tratos mas falta conhecimento pra ela. É, quando a gente entra no exemplo de um frigorífico que trabalha com marreta. É maus-tratos? É maus-tratos!. A pessoa sabe? Pode ser que ela não saiba o quanto a marreta é ineficaz, o quanto isso vai gerar um, então isso aumentou muito o risco de gerar um sofrimento ao animal. **Todo risco desse sofrimento acaba sendo, risco e comprometimento de fato, acaba sendo os maus-tratos que eu vejo.** Mas eu acho que aí entra muito a parte de educação. O animal como ser vivo ... Os animais são tratados como máquinas e não como seres sencientes capaz de sentir emoções, sentir medo, dor, tudo isso daí. Então acho que falta um bom trabalho. Claro que, quando comparado com o passado, já, acho que muita coisa já tem sido trabalhada, algumas empresas têm se comprometido mais do que outras, mas eu acho que de fato ainda precisa, de forma geral, um bom trabalho ainda pensando nesses comportamentos dos animais (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

Uma exceção a essa visão foi apresentada por Zebra, não que ela pense dessa forma, mas trazendo uma visão que muitos colegas, dentre eles veterinários, tem sobre o que seria bem-estar, onde os maus-tratos, se não prejudicarem a reprodução dos animais, não existiriam:

> Eu acredito que existam umas boas iniciativas, mas elas são muito pontuais e que realmente de forma geral... de forma geral vou colocar uns 90% pode melhorar e muito, não, o bem estar animal não é atingido, eles fazem realmente o básico, **o que é aquela história antiga que é um conceito que ficou... que ainda tá na cabeça de muitos colegas inclusive veterinários, "se tá reproduzindo é porque tá bem", não é assim que funciona, tá reproduzindo porque a espécie precisa se manter na natureza, então o corpo dos animais foi feito pra isso, mesmo em situações extremas, ele consegui perpetuar a espécie, então não é porque tá reproduzindo porque eles estão ali ainda vivos que eles estão bem,** de forma geral, o que a gente vê é que falta muito ainda pra atingir bem-estar e tem muitos casos mesmo de maus-tratos ainda na indústria da carne. (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

As mutilações, corte de dentes, corte de cauda, marcação de ferro quente no rosto, elas são exemplos de maus-tratos? Para Gavião sim, para muitos dos demais, provavelmente não se configuraria maus-tratos. Outra questão discutida por alguns, é se os maus-tratos podem ser caracterizados por uma intencionalidade ou não, ou seja, apenas quem age com intenção de maltratar é que poderia ser enquadrado como tal? Foca e Gavião em especial apresentam os contrapontos da visão que considera apenas a intencionalidade e que ela abarcaria também os fatores não-intencionais:

> Olha eu não vou te dizer que maus-tratos seria tudo que afete o bem-estar, não é isso, tá? **Pra mim os maus-tratos ele envolve também a questão da má fé, quando a pessoa tem a intenção de fazer o mal, tá?** Tá envolvido a má fé da pessoa né? Digamos assim aquele princípio, aquela índole da pessoa de realmente querer maltratar né? Porém, quando a gente foge do que é o conceito de bem-estar, de coisas básicas de bem-estar, a gente acaba entrando no conceito de maus-tratos né? Que nem sempre a pessoa faz de propósito, às vezes, a pessoa faz sem conhecimento né? ... o que não se enquadraria sendo uma pessoa que faz sem saber que tá fazendo. (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016)

> Eu tive um exemplo ontem. Bom, maus-tratos, na verdade, é quando a gente não consegue. Você tá fazendo aquilo de forma proposital, **a gente vê, infelizmente, a gente vê muito maus-tratos onde a pessoa, ela faz, toma aquela ação porque ela é ignorante, ela não sabe o que aquilo causa.** Um exemplo de maus-tratos que a pessoa não tinha conhecimento. Você vai em fazenda, você vai principalmente em bovinos, é, você vai no próprio frigorífico. Você vê a pessoa dando choque ou dando pancada, eu já conversei com muitos manejadores que achavam que aquilo lá não machucava o animal porque ele via o boi como um animal muito rústico e falava "Ah, mas ele não sente e tal". Então, você vê que a pessoa de fato não conhece. **Ou pra ela os maus-tratos é quando ele vê o animal, assim, numa condição ruim mesmo**. Então, esse é um ponto que eu acho que falta. Isso é um problema da educação das pessoas e do conhecimento dela sobre o animal, em relação ao animal né? Então, **mas não deixa de ser um maus-tratos.** E há aquele maus-tratos que a gente sabe que, por exemplo, ontem eu tava vendo o post que nós fizemos sobre a vaquejada. E, que é um assunto bastante polêmico até entre os próprios técnicos né? Porque tem muito veterinário, zootecnista que fala "Ah, mas a vaquejada, ela não causa maus-tratos, não é uma, não é um esporte que causa maus-tratos aos animais". E, se você olhar cientificamente, é porque você não consegue mitigar, minimizar o *stress* que tá causando a esse animal, não só o *stress* psicológico, mas o *stress* físico. E acaba tendo riscos elevados de gerar um dano ao animal. (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

Um aspecto muito polêmico sobre o bem-estar animal é o confinamento dos animais. Gavião, em fala anterior representa o ponto de vista mais "brando", de que o confinamento se tiver uma melhor densidade não seria um problema. As falas de Condor e Tigre são representativas de outro ponto de vista, compartilhado entre a maioria dos entrevistados:

> Se você não observa, por exemplo, galinha poedeira nas granjas de ave, **galinha de poedeira, não existe bem-estar animal, você passa a vida todinha, toda a sua vida produtiva**, porque existe também, por exemplo, **ela ali não é um animal, ela é uma fábrica de ovos, entendeu?** Não se percebe ainda...veja só, vamos supor em aves, grandes produções de aves, trezentos mil ovos dia, a gente tem granjas que produzem isso, aonde é que...? **Em gaiola, então qual é o bem-estar animal ali? Nenhum, nenhum... Mas não existe... eu lhe afirmo, não existe essa preocupação do bem-estar animal ali não, existe é produção, o que o proprietário quer é produção, não tá preocupado se a galinha vai passar a vida dela ali, a vida útil.** (Condor, entrevista em 03 de novembro de 2016).

> [...] quando se fala de confinamento, você vê confinamento de aves, por exemplo de aves poedeiras, ovos, né, pra o consumo humano, né, **também é**

> **uma forma muito cruel, uma gaiola medindo ali, sei lá 30, 35 cm, duas aves ali dentro.** A codorna também do mesmo jeito, elas vivem confinadas até o ciclo de, de sua morte, né. **E infelizmente em nome de uma exploração técnica, racional e industrial, né, o nome que se dá mesmo, né.** Altamente tecnificado, uma zootecnia altamente tecnificada, industrial, acho muito difícil isso mude, minha opinião, até mesmo porque é aquela relação se eu tenho aqui no galpão de tantos metros quadrados eu boto 40, 50 mil aves. **Se eu fugir dessa regra, eu vou ter que ter muito mais espaço, vou perder controle, controle sanitário, o programa de nutrição, são as variáveis que o animal confinado se regula, se controla rigorosamente** por que? Por que você confinou? Pra controlar as variáveis, né. Quais são as variáveis? Sanidade, alimentação, eu tenho um programa de alimentação. **Então, o animal confinado eu controlo,** né, as gaiolinhas ali, eu sei que todos vão comer, a vaca que recebe uma, uma no pescoço um chip, chega lá e come, eu tô sabendo que a vaca tal tá comendo, quer dizer, eu acho muito difícil que mude. (Tigre, entrevista em 07 de novembro de 2016).

O confinamento é um aspecto muito sensível para as empresas da indústria de utilização de animais, pois envolve questões financeiras consideráveis. Desde um custo maior com espaço para manter os animais, se melhorar (reduzir) a densidade e também custos com mais funcionários necessários para dar conta do trabalho. Por isso mesmo, o aspecto do confinamento é fundamental para entender a motivação das práticas de bem-estar animal, pois é um exemplo muito claro de que a racionalidade econômica direciona para o lado oposto do bem-estar animal, pois reduzir densidade prejudica o bem-estar.

Uma situação muito delicada da vida do animal é o processo de sua morte. Já foi visto na seção anterior que muito animais não são insensibilizados de forma adequada, e por isso tem um sofrimento considerável, além de ser um procedimento ilegal, quando não é realizado com equipamento autorizado. Mas outra questão em análise é o trajeto do animal para o abate, se o mesmo sofre um *stress* psicológico muito grande? As falas de Águia e Onça ajudam a entender melhor esse processo:

> (silêncio curto) Eu acredito que, não tem porque, o confinamento, a necessidade de a engorda forçada, da, né. **E acredito que os animais têm a noção que o abate, haverá o abate, acredito nisso**. .... Então, eu fiz essa visita já algumas vezes ao Centro de Vigilância Animal e foi o que mais me chamou atenção, né, a impressão nítida de que os animais sabiam que tavam indo pro, pro abate, pro sacrifício. Porque no dia do sacrifício, eles ficavam completamente, é, tristonhos, e, é, não latiam mais, não brincavam mais, né, **pareciam claramente que eles estavam compreendendo ali a situação**. Então, eu acho que é por aí. (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

> Ô Deus, até entrar na seringa...até lá tão alimentados, fazem exercício, bebem água, na maioria das vezes, são transportados dignamente, não posso afirmar que são porque não tô lá nas barreiras, enfim, não sei, mas **até chegar ali na seringa, entrou na seringa eles sabem**, então até lá eles são. (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

Onça afirma que quando os animais entram na seringa, uma espécie de curral para entrada na sala de abate, os animais sabem que vão morrer.

De uma forma geral a visão dos entrevistados é que um animal para uso do humano vai sofrer em alguns momentos, mas (e vai variar a gradação para cada respondente) esse sofrimento é considerado como necessário ao processo de alimentação humana.

> Eles devem ser tratados com a maior dignidade possível porque não vivemos sem eles, **eles nos servem de alimento, de vestimenta, de medicamento, de transporte, de lazer. Eles servem ao ser humano desde o início da humanidade** e certamente não teríamos sido a espécie dominante sem o uso deles. Então, o mínimo que eles merecem é uma dignidade durante a criação e até o seu processo de morte. (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

> Isso faz parte do bem-estar animal, o bem-estar animal como eu já falei várias vezes, **nós minimizamos o *stress*, nós minimizamos a dor e o sofrimento do animal e aí eliminamos o que é desnecessário,** então tem coisas que são necessárias, **pensando no caso da necessidade do ser humano, nós precisamos de proteína, nós precisamos dos animais, agora nós temos que usar esses animais de forma racional, eliminando o que é desnecessário,** então se as diretrizes de bem-estar forem realmente aplicadas, eu acredito que isso funcione sim. (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Essa visão faz todo sentido, se não fosse o fato de que para a maioria das pessoas em nosso planeta não é necessário se alimentar de produtos de origem animal. Então o que antes era necessário se torna uma opção. O discurso Antropocêntrico Moral está presente nessa lógica, hierarquizando e separando os seres superiores dos inferiores, mas especialmente, legitimando as relações de dominação e violência, o uso dos animais. Isso consegue ser percebido, mesmo que timidamente por alguns respondentes, Zebra e Águia "a regra geral que a gente vê é animais sendo criados, né, pra servir aos interesses dos homens e não pra serem, digamos assim, sujeito de direitos, né, sujeitos, seres vivos que com direitos que devam ser respeitados" (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

> É, eu vou te dizer que até assistir a palestra da Antônia Carolina, advogada, eu fazia confusão também entre os maus-tratos e bem estar animal e ela ainda coloca uma terceira colocação que é a possibilidade de o animal ter direitos, em alguns casos, Estados Unidos, eles criam, por exemplo, sei lá... um gorila, que que é, que tem que ser respeitado como pessoa, tivesse direitos como pessoa, então têm três tipos na verdade de direito animal, que **a possibilidade ser, ter direitos como uma pessoa,** ele ter uma questão de bem estar atendido e não sofrer maus-tratos. (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016)

Essas duas últimas visões estão mais alinhadas com a ética animal, em especial com a proposta de Tom Regan (2006; 2013).

Um último aspecto que surgiu espontaneamente dos entrevistados, sem a necessidade de elaboração de perguntas, foram algumas divergências entre os defensores do bem-estar animal e os ativistas da ética e dos direitos animais. Gavião, Foca e Zebra comentaram sobre

isso. As duas últimas, de forma mais incisiva e se posicionando contra o radicalismo dos grupos dos direitos animais.

> [...] tem algumas ONGs, inclusive, eu incluo nelas essa PETA, que elas **exageram um pouco, tá? Elas mostram como desnecessário algo que é necessário,** [...] então às vezes você vai ter algo que **algumas pessoas que não tem muita familiaridade** vai considerar maus-tratos, ou algo desnecessário, mas o que você precisa fazer em função da saúde do animal, é estressante você colocar um animal no curral e trancar ele no tronco? É *stress* aquilo, você tá estressando o animal, mas você precisa fazer isso pra vacinar, pra passar antibiótico, enfim, pras práticas de manejo, e aí a forma como você faz isso, minimizando o *stress* desse animal, é onde bem-estar atua, **é o que nós consideramos necessário ser hoje uma realidade** (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

> [...] os pequenos grupos, especialmente vegetarianos, abolicionistas ou não, enfim, começam a divulgar muitas informações, depois o pessoal começa a ver, começa a perceber que aquilo é realidade, **não é só coisas assim que o pessoal desses grupos inventam** e por isso que eu volto naquela questão de que **não adianta ser radical** porque o pessoal que tá pra receber informação, ele gostaria de receber essa informação de alguém que tenha uma visão **talvez imparcial** apesar disso ser impossível, se **você é muito radical**, a pessoa acaba não querendo acreditar na tua informação só por isso, só pela sua posição [...] eu gosto muito da abordagem da WAP **porque eles não são abolicionistas,** eu não sei se você é, ou não é abolicionista, **mas eu acho muito complicado, o radicalismo nessas áreas ele só traz transtorno,** ele não traz solução, a gente tava assistindo a audiência pública da vaquejada semana retrasada quando a Luísa Mel foi falar, eu sabia que ela ia falar mais do que ela deveria falar, eu entendo a posição dela, eu concordo com quase tudo, eu acho que ela faz uma diferença, ele realmente põe a cara a tapa, só que falar do desmatamento, falar do... **não era ali o local sabe?** Você dá muita munição pra outra parte falar "olha, tá vendo? **Ela é muito radical**, ela não tá aqui só pra isso", aí começam a tentar arrumar problema onde não tem, então eu acho que a gente ser **radical** tanto de uma parte quando de outra não funciona, quando ela foi lá, eu falei "ai! Jesus", sabia que ela ia **passar do limite e ela passou do limite** aí começou aquela confusão toda lá... Eu acho até que existe, viu? Eu lembro que eu comentei bem antes no começo que existem algumas ações pontuais que conseguem, tem uma marca, vou citar uma marca agora que é a que eu vejo mais divulgada que é a Corin, que é de São Paulo que tem um gado do pantanal, que eles prezam também pela preservação ambiental, então ele é criado solto, não é em confinamento, tal, tem também o frango que a densidade nos galpões é muito pequena, é realmente outra... eles demoram muito mais pra crescer é outra ninhagem, então tem, eu acho que dar pra **atingir um meio termo** que é aquilo que a gente tá comentando, mas assim em larga escala, na quantidade como é hoje, vai ter que reduzir o consumo que é o que eu acho que tem que acontecer, o ser humano também não foi feito... ele é onívoro, mas não foi feito pra comer carne todo dia e não na quantidade que se come, carne é de caça, caça você consegue uma vez por semana, você dispende muita energia pra você conseguir isso caçando, os felinos que o digam, eles caçam às vezes na semana, ficam sete, oito dias sem parar sem conseguir comer de novo e eles são feitos pra isso, a gente é feio pra tratar semente aqui, comer uma verdura lá e uma caça de vez em nunca, **isso não mudou nos últimos dez mil anos que foi quando a gente começou a nossa**

> **civilização mesmo, isso ainda vai continuar por milénios,** será que vai ter milénios ainda pra contar história no mundo? Acho que não, mas enfim [...] (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016)

Já que entramos num terreno ideológico, nesse caso entre duas ideologias que não são hegemônicas (bem-estar e ética animal) é importante lembrar as estratégias de discurso: auto apresentação positiva e apresentação negativa do outro (DIJK, 2006). Nesse caso, o outro grupo, os abolicionistas, foram apresentados com uma apresentação negativa (do outro), sendo enfatizado pelos termos como: "algumas pessoas que não tem familiaridade", "radical" e "radicalismo", "exageram", "inventam". As entrevistadas fizeram uma auto apresentação positiva, Foca direciona o discurso indicando que os outros não tem familiaridade com o que eles sabem, e quem define o que é necessário são os especialistas (eles) e não os outros: "é o que nós consideramos necessário". Zebra se posiciona no grupo dos "imparciais" do "meio termo" que detém a "informação" e o conhecimento de como vai "continuar a civilização" contra os "radicais" sem noção que "passam do limite".

Para encerrar a análise desta seção, como forma de organizar melhor algumas ideias e conceitos e diferenciar melhor as perspectivas do bem-estar animal e da ética animal, a seguir apresento alguns conceitos e ideias sobre pressupostos e conceitos de: sofrimento necessário, sofrimento desnecessário.

Dentro da perspectiva do bem-estar animal o sofrimento necessário ou aceito são aqueles inerentes ao sistema de produção intensivo, como confinamento, marcações, privação do convívio entre pais e filhos, modificação genética, morte dos animais, etc. O sofrimento desnecessário é decorrente dos maus-tratos intencional ou não intencional. Quais são os **pressupostos** das pessoas que **defendem essa perspectiva como um fim[21]:**

1) É necessário produzir proteína animal em grande quantidade para alimentar a população
2) Os animais existem para servir ao humano (ou os humanos são superiores aos animais)
3) Os animais são seres sencientes e merecem um tratamento de forma a reduzir seu sofrimento

Como resultado do primeiro pressuposto, os sistemas de confinamento se tornam aceitáveis por questão de necessidade e todo o sofrimento em virtude dele se torna um

[21] Diferencio dos daqueles que defendem como um **meio** reduzir o sofrimento atual dos animais, mas que como fim querem maximizar a libertação total dos seres sencientes, os abolicionistas pragmáticos, apresentados por Naconecy (2009 p. 253)

sofrimento aceito pelo humano. Como consequência do segundo e do primeiro pressupostos, pode-se matar animais para uso humano. Por último, a decorrência do terceiro pressuposto é ser simpático as práticas de bem-estar animal.

A partir de uma perspectiva da Ética Animal, como forma de facilitar a análise das seções seguintes, eu assumo pressupostos e proponho conceitos de: sofrimento necessário, sofrimento desnecessário e maus-tratos aos animais:

Pressupostos

1) Para a maioria das pessoas não é necessário se alimentar de animais para viver,
2) Os animais são seres sencientes
3) O uso instrumental não é ético

As implicações dos pressupostos é buscar excluir, na medida do possível e do praticável, todas as formas de exploração e de crueldade com os animais, seja para alimentação, vestuário ou qualquer outra finalidade[22]

A partir dessas definições, apresento conceituações de sofrimento necessário, sofrimento desnecessário e maus-tratos:

Sofrimento necessário: ação intencional que decorre de práticas com a finalidade de propiciar o bem-estar do animal e que prolonguem sua vida com saúde. Alguns exemplos: aplicação de remédios, realização de cirurgias ou outros tratamentos médicos

Sofrimento desnecessário: ação intencional ou não-intencional que decorre do uso de animais para fim humano, frutos de uma racionalidade econômica e objetificação e instrumentalização dessas vidas. Alguns exemplos: confinamento, marcações e mutilações, privação do convívio entre pais e filhos, morte dos animais, modificação genética ou outras práticas para melhorar rendimento financeiro. Os maus-tratos estão inseridos no sofrimento desnecessário

Maus-tratos: ações ou comportamentos infligidos a outrem que colocam em perigo sua vida e saúde. Alguns dos sofrimentos desnecessários são maus-tratos: assassinato dos animais, modificação genética, dieta inadequada, ou outras práticas que que geram perigo de vida ou saúde.

As propostas de bem-estar animal não incluem a liberdade do animal ou seu direito à vida, como proposto por Regan (2006). Mesmo que atualmente as (5) liberdades sejam consideradas o pilar do bem-estar animal, conforme Ludtke et al. (2015) e MAPA (2016). O bem-estar animal almejado pelas ONGs de bem-estar animal tem uma grande lacuna entre a

[22] https://www.vegansociety.com/go-vegan/definition-veganism

legislação brasileira, de tal forma que o que alguns entende por sofrimento necessário (legislação) acaba sendo desnecessário. Apenas uma pequena parte dessa visão consegue ser inserida na legislação e absorvida pelas empresas. Para um animal na categoria "comestível" qualquer sofrimento que resulte do seu processo de criação à morte é considerado sofrimento necessário, e por isso, justificável. A demanda social das ONGs tenta atuar no Estado participando de legislações e normatizações e na indústria, capacitando e tentando realizar acordos para que alguns dos comportamentos considerados mais desumanos sejam extintos. Sempre com o objetivo de reduzir *stress* e sofrimento (LUDTKE et al., 2015). Dessa forma, conforme Zebra "numa produção intensiva é difícil, não vai existir" bem-estar animal proposto pelos teóricos, no máximo o difundido pelas empresas para maximizar seus lucros (NACONECY, 2009) ou divulgar que cumpre a legislação.

Todas as tentativas de melhorar a vida dos animais ou reduzir seu sofrimento são formas de redução de danos. Elas não resolvem o problema para o animal. Dentro de uma perspectiva da ética animal, o sofrimento tido como necessário pelos defensores do bem-estar animal, é visto apenas como uma redução do mal-estar ou do sofrimento (NACONECY, 2009). O *erro fundamental*, é o uso instrumental dos animais (REGAN, 2013). Mas ao mesmo tempo, não podemos abdicar do que é melhor possível para os animais, neste momento, em termos legais (NACONECY, 2009). Se eles estão sujeitados à dominação humana (como muitos humanos também estão), entendo que a busca por menos sofrimento é digna e desejável.

A demanda por consideração moral aos animais não-humanos é principalmente representada pelo Estado, através de legislação, e pela sociedade, através de pressão de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e grupos de consumidores. O Estado Brasileiro apresenta uma legislação incipiente e desatualizada, mas que já faz exigências mínimas de cuidado com os animais, em especial quanto ao abate através de processo de insensibilização. Além disso, algumas empresas têm que cumprir outras exigências, são aquelas que tem que exportar para outros países, e atender a uma legislação mais austera. ONGs, principalmente as internacionais, tentam ocupar espaços de pressão, a WAP realizando treinamento e parcerias com empresas para melhorar os indicadores de bem-estar animal, é uma dessas, mas também, por exemplo a PETA, uma organização de direitos animais, que enviou carta ao Ministro do MAPA pedindo esclarecimentos sobre maus-tratos da Friboi (será apresentado na seção 4.5.1). A pressão pelo bem-estar animal hoje é mais facilmente aceito em nossa sociedade, mas também as ideias de não objetificação dos animais encontra alguma repercussão.

A seguir analiso a situação dos animais utilizados pela indústria da carne e leite.

4.5 *DARK SIDE* DAS ORGANIZAÇÕES AMPLIADO: TRATAMENTO DADO AOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS

Conforme a definição constitutiva desta tese, proponho a inclusão da consideração moral dos animais não-humanos no escopo do *Dark Side* das Organizações, por isso utilizo o seguinte conceito de *Dark Side* das Organizações (ampliado pelo ética animal): são os subprodutos negativos de atividades organizacionais (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014) resultados de ações não-intencionais (VAUGHAN, 1999) ou mau comportamentos: antiético, ilegal, desprezível ou repreensível (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2010), com impactos negativos para consumidores, trabalhadores, meio ambiente, comunidades (MEDEIROS, 2015; 2013) e sobre os animais.

Para organizar a análise, apresento 3 partes, nas primeiras seções discuto os aspectos do *DS* relacionados aos animais não-humanos: maus-tratos, confinamento e mutilações; e Ideologia *Carnista*. Na última seção analiso as questões do *DS* para os animais humanos. Estou ciente que existem também muitas implicações ambientais referentes ao tema, mas por questão de delimitação do trabalho elas serão apenas citadas, mas não discutidas com profundidade.

As definições operacionais utilizadas para a primeira parte da análise dos dados foram: *Dito desconexo* para adequação à legislação e para transmitir a imagem ao consumidor de uma empresa que tem preocupação com os animais (REGAN, 2006); Ideologia *Carnista*: percepção e esquema mental, mecanismos de defesa: a negação através da invisibilidade (dos animais e da ideologia), a justificação através de perpetuação de mitos (3Ns: comer carne é natural, normal e necessário) e distorções cognitivas (abstrações de que os animais são desprovidos de personalidade ou individualidade) (JOY, 2014), *referente ausente* (ADAMS, 2012); *Carnocracia* (JOY, 2014); *Abertura seletiva* das informações divulgadas sobre o tratamento dos animais (HOLMBERG; IDELAND, 2010); maus-tratos, confinamento e mutilações (REGAN, 2006; SINGER, 2008; JOY, 2014; CARVALHO, 2015); uso instrumental e violação do direito à vida (REGAN, 2006).

4.5.1 Maus-tratos, confinamento e mutilações

Esse tópico foi construído a partir das respostas dos entrevistados e documentos diversos. Nem todos os entrevistados responderam essas questões apenas 6 entrevistados tinham conhecimento suficiente do assunto para responder, por isso é verificada uma menor variação de pessoas com trechos selecionados. A identificação de práticas antiéticas e ilegais são dificilmente conseguidas a partir das informações pelas empresas que as praticam. Dessa forma, entendo que a experiência dos fiscais e outros envolvidos que tem acesso as empresas é uma posição privilegiada para essa análise. Ademais, existem relatórios de respeitadas ONGs que lidam com questões ambientais e precarização do trabalho que auxiliaram com os dados, além de uma vasta fonte de matérias e publicações em jornais e revistas eletrônicas.

Uma das principais fontes documentais utilizadas nessa parte é uma reportagem de Piero Locatelli (2016) da ONG Repórter Brasil intitulada: *Fazendas fornecedoras da JBS contradizem marketing da empresa e não seguem recomendações do Ministério da Agricultura* que faz parte do especial sobre a indústria da carne: *Vida de Gado*: Investigação da Repórter Brasil revela como trabalhadores e animais são maltratados na indústria da carne.

A Repórter Brasil visitou fazendas fornecedoras da JBS entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2016 que constam em um site da empresa, batizado de "Confiança desde a Origem". Mas imagens flagradas refletem uma prática comum em diversas fazendas no Brasil, e não são restritas somente aos fornecedores da Friboi (LOCATELLI, 2016).

Essa matéria gerou uma grande repercussão e segundo CHAVES (2016) as imagens gravadas pela ONG foram utilizadas pela PETA para criar um vídeo[23]. As imagens mostram bezerros sendo violentamente separados de suas mães, marcados com ferro quente no rosto, sendo transportados de forma agressiva, arrastados pelo pescoço e outros problemas. O que é visto no vídeo, infelizmente, é o padrão encontrado nas fazendas (CHAVES, 2016). Por informação de Foca, confirmada por Zebra, a PETA enviou uma carta ao Ministro do MAPA sobre o ocorrido também. A reportagem foi feita com o apoio da PETA (LOCATELLI, 2016).

Outro relatório importante em nossa análise foi o *Relatório do Diagnóstico dos Matadouros Públicos Municipais para nortear uma estratégia de implantação dos abatedouros regionais*, elaborado em 13 de outubro de 2014 pela Cooperativa dos Profissionais em Atividades Gerais – COOPAGEL (COOPAGEL, 2014 p. 1). O relatório foi citado anteriormente na seção 4.4.2.

[23] Disponível em: https://youtu.be/vZD3ctQnRPA

Não é comum relatos de maus-tratos aos animais ditos de produção na grande mídia. Se for verificar no Google maus-tratos juntamente com o nome das empresas pesquisadas, praticamente o maior relato foi esse caso. A pergunta que fica é que será que não existe isso na indústria? ou esse tratamento é considerado banal? As informações dos entrevistados a seguir podem dar pistas sobre uma possível resposta.

Com relação aos maus-tratos, que se configuram como um crime em nossa legislação, foram identificadas violações na legislação, mutilações e procedimentos cirúrgicos sem anestesia; incidência de sofrimento e doenças devido ao confinamento, abate humanitário realizado de maneira inadequada. Esses são procedimentos padrão das grandes indústrias que não recebem nenhum tipo de punição, muitos desses, não são fiscalizados e/ou não são contrários à legislação de tratamento aos animais de consumo

Como apresentado na seção 4.4.2 a legislação é muito genérica, o que impossibilita autuar com não-conformidades, além de ser restrita basicamente a um reduzido tempo da vida do animal, a partir do processo de transporte para o abate e o abate propriamente dito. Ainda assim, existem aspectos da legislação que não são cumpridos. Nessas situações, os fiscais não conseguem identificar a tempo ou não identificam.

Na legislação que rege o tratamento dado aos animais de produção, existe aquele que resguarda do abate as fêmeas grávidas da indústria de vacas leiteiras. Foca explica o que costuma acorrer:

> [...] o nosso regulamento de inspeção, ele fala que deve ser evitado o abate de fêmeas prenhas e vacas no terço final... **vacas que estejam no terço final da gestação não podem ser abatidas,** então é assim: **tem que ser evitado, mas no terço final são proibidas.** É tipo isso, porém, **o que que acontece, tu consegues identificar no curral as vacas que poderiam estar prenhas, porém, não tem como fazer no fluxo do frigorífico que abate oitocentos animais por dia, que você chega pra olhar os animais às seis horas da manhã, às seis e quinze tem que começar o abate, você não tem como fazer toque pra verificar realmente se esses animais estão prenhes**, então aquelas que estão muito inchadas a gente às vezes separa isso. Geralmente o fiscal ainda necessário dentro da indústria por isso, porque nós conseguimos controlar isso, talvez a indústria sozinha não controlasse, **acontece casos também da vaca parir dentro do caminhão ou parir lá no curral do frigorífico,** [...] Quando ela pari no caminhão ou no frigorífico, elas voltam, não são abatidas, **aquelas que nós conseguimos identificar que estão prenhas também não são batidas, mas passa muito tá? Existe um mercado, como eu te falei, nessa indústria que eu fui em (uma cidade), eles tinham um mercado muito grande, que é um mercado que dá muito dinheiro, que é do sangue fetal, eles vendem o sangue fetal, então aquelas vacas prenhas geralmente bezerros até grandes, eu cheguei a ver bezerros grandes, já estariam com uns sete meses, então entrando no terço final de gestação,** que eles extraem o sangue do feto, tinha uma sala dentro do frigorífico específica pra isso, então o feto vai pra lá, eles tiram quando abrem, eles pegam o feto e jogam nessa sala, então tem uma pessoa

> lá que só extrai e põe numas bolsas de sangue, igual quando a gente doa sangue, aquelas bolsinhas de sangue, eles enchem várias bolsinhas daquela e congela **e esse sangue fetal tem um valor muito grande no mercado,** eu não sei te dizer pra que que eles usam isso, mas que tem um valor muito grande, **eu sei que tem, porque eles me falaram lá no frigorífico.** [...] é algo que a gente não tem como proibir, porque se já matou a vaca, tinha que ser detectado antes, se já matou, não tem porque não aproveitar, a gente também tem que ter essa consciência, se já foi, vamos aproveitar, só que assim: os bezerros vão todos pra graxearia, tira o sangue e o bezerro vai pra graxaria. (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Nesses casos, o abate ilegal é feito porque a empresa não tomou os cuidados necessários para verificar, ou talvez porque ela prefira abater, já que existe um valor maior para eles no abate de um animal nessas condições. O fiscal não consegue dar conta de identificar antes do abate, e se ele não identifica, acaba deixando passar. O sangue fetal do bezerro costuma ser utilizado em pesquisas científicas *in vitro* como uma fonte de nutrientes adequada para utilizar como cultura[24].

Outras obrigações que as empresas deveriam cumprir costumam ser negligenciadas. Na situação anterior porque o fiscal, mesmo in loco, não consegue identificar, e outras porque o fiscal não tem como verificar, como a caso a seguir:

> A legislação mesmo, o decreto, ele é muito abrangente e ele muitas vezes não é cumprido. O decreto de 34[25], eu acho que você deve ter lido ele. É um decreto que ele é muito abrangente. Inclusive, se você até olhar lá, **fala que o animal não deve ser transportado por período maior do que 12 horas, isso é totalmente descumprido no Brasil.** (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

O abate humanitário é uma das poucas etapas definidas em legislação (através da IN 03). Como foi visto na seção 4.4.2 muitos matadouros municipais não cumprem em nada essa legislação. Um dos motivos pode ser o fato de não existir uma fiscalização permanente, como afirma Condor: "todo abate tem que ser feito com Fiscal de Inspeção Permanente, todo, não pode... **acontece no município nem sempre, o abate inicia e o veterinário não chegou, não é certo, mas na inspeção permanente ele está destinado a ficar lá**".

O que vemos agora é mesmo que ele seja cumprido, mesmo que exista a presença do Fiscal, existe uma certeza: ele não vai funcionar com todos os animais, e uma grande probabilidade dele não funcionar com muitos outros. O abate, conforme descrito a seguir, é muito complexo e depende de equipamentos adequados, com ajuste e manutenção em dia, os procedimentos devem ser realizados muito rápido e no tempo adequado, etc.

---

[24] Mais informações ver: http://www.humaneresearch.org.au/campaigns/fetal_calf_serum

[25] Decreto nº 24.645 de 1934 Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24645.htm.

O processo de insensibilização, ele significa tornar aquele animal inconsciente antes que ocorra o estímulo da dor, ou seja, ele perde a consciência antes de sofrer, tanto agonia ou pânico ou também a dor. Para você ter uma ideia, o, a dor apesar de parecer ser algo imediato, se eu pegar o meu dedo e dar uma pontada uma agulha, ele, esse percurso do toque pro meu cérebro identificar e transmitir a mensagem da dor, ele demora em torno de 200 milésimos de segundos. **Quando eu insensibilizo um animal seja por meio elétrico de forma adequada tá? Porque muitos fazem de forma inadequada.** Seja por meio elétrico ou até por pistola de dardo cativo que seria semelhante a uma arma de fogo, é, a inconsciência, ela ocorre em menos de 15 segundos, milésimos de segundos, perdão. Ou seja, ela é mais rápida do que o próprio estimulador, a resposta estimuladora, por isso que a gente considera que a insensibilização, ela tem que ser algo instantâneo, imediato. Então, no caso de suínos e aves, né? Conforme eu aplico as pinças com eletricidade, o animal, ele perde a consciência antes mesmo de sentir dor daquele choque. É, se eu puder explicar. Como que eu posso explicar isso? No caso de, não sei se você assiste MMA, luta ou até boxe também. Quando a pessoa toma um soco, ele perde a consciência, ele não sentiu a dor do soco porque ele perdeu a consciência antes e, depois, a hora que ele retorna, ele às vezes não sabe nem onde ele tá, ele não sabe quanto tempo ele ficou desacordado, é, ele tá perdidão. E aí depois que vem a dor, claro. Aí sente dor, tudo, **por isso que é importante garantir que esse animal não retorne. E essa inconsciência vai depender muito do método que eu utilizo. Normalmente o método ele garante aí em torno de 40, 50 segundos de inconsciência. É o tempo necessário, quando sangrado de forma rápida, para ele morrer antes de retornar essa consciência.** [...] Desses diferentes tipos de inspeção. Exportação Europa a gente vê em torno de 1 a 3 % de animais sendo mal insensibilizados. É, isso vai aumentando gradativamente conforme vai abaixando as exigências da exportação, da inspeção, chegando a um ponto de ter **70% em média, que a gente viu em suínos de frigoríficos estaduais de animais sendo mal insensibilizados**, ou seja, apenas 30% que nós observamos nos frigoríficos estaduais e municipais eram bem insensibilizados**.... Isso é triste**. Por que? **Porque falta informação, falta treinamento, porque o equipamento que a pessoa usa é um equipamento totalmente inadequado, ele vai mandar um auto elétrico fazer um equipamento, entendeu? Ele acha que o equipamento é simples, ele quer economizar. Ele quer pagar 2, 3 mil, 5 mil reais, o equipamento custa 10, custa 15 um equipamento adequado. Então, ele quer economizar, ele acaba pegando um equipamento que não é eficiente.** ... um sofrimento e MUITO GRANDE! Você vê animais. **Eu já vi cenas que, assim, eu desacredito. Animais que ficam quatro minutos ali, desesperadamente tentando, sangrando e tentando respirar, levantar. Animais que foram pro tanque de escaldagem, que é a água quente né? Vivos e se debaterem, então, a gente vê muita coisa feia e mesmo em frigoríficos com inspeção.** (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

O que acontece, a insensibilização e aí eu vou te passar o que nós aprendemos com esses pesquisadores, maioria da, dos países da Europa. E essa que nós usamos do Brasil (para aves) que é em cuba, de insensibilização com água e eletrodos, já te explicaram como é que funciona essa? **Ela é muito criticada porque as aves, elas vão ter uma diferença na recepção da eletricidade. Então, ela é muito sujeita as falhas porque umas acabam recebendo mais eletricidade que outras. Por consequência algumas não estão bem sensibilizadas no momento da sangria. Então, este é assim a maior crítica que tem no sistema que comumente é**

> **utilizado no Brasil, que é esse por eletronarcose,** que este termo que tu usaste de eletrocussão é quando tu matas o animal por choque. A elotronarcose é quando tu deixas ele inconsciente, insensibilizado pela aplicação da energia elétrica. **Então, ele tem falhas, não é um ato recomendado**. (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

> [...] **E, se essa pistola não tiver, não for feita a manutenção direito**.... o dardo é que faz o animal entrar logo em concussão, **se essa velocidade tiver diminuída, o animal vai entrar em sofrimento, ele não vai insensibilizar, vai tá vivo ainda e o pessoal não vai saber que o animal não está insensibilizado, então tem quem ser muito rápido, sensibilizou o animal, tem que fazer rapidamente um exame muito rápido pra saber os sinais vitais pra ver se ele tá...** por exemplo, a língua tem que tá pendente, a pupila tem que tá dilatada né? Sem reflexo, evidentemente, pra depois fazer a sangria e consequente esfola, **o pessoal tem que tá bem treinado pra fazer isso, se não corre o risco do animal ser sangrado vivo, o camarada tem que ser muito prático, muito perito na hora que for colocar aquele dardo, aquela pistola, porque tem uma posição pra colocar essa pistola, se pega em outro lugar, o animal só vai receber aquela lapada entendeu? Aquele impacto, mas não vai insensibilizar, então, o pessoal tem que ser muito bem treinado, por isso, que tem que ter o médico veterinário oficial, permanente nesses matadouros,** nós que fazemos monitoramento vamos lá mensalmente, a gente fiscaliza a funcionalidade desse matadouro, desse abatedouro, a gente tá indo lá uma vez por mês, mas o veterinário oficial ele tem que estar lá permanentemente, a matança não pode começar antes dele estar, ele tem que tá presente na matança, então, é antes, durante e depois, não pode sair... todos os agentes tem que ser treinados, o pessoal que mexe com a pistola tem que ser muito bem treinado, muito bem treinado e quem vai fazer o exame pra saber se ele realmente tá insensibilizado tem que ser muito bem treinado, muito bem treinado. (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

Zebra, que fiscaliza empresas de abate de peru, afirma que a velocidade do abate desses animais é bem menor do que as demais aves, e por isso ela acha que funciona melhor. A velocidade do processo é um fator de influência também.

> Olha, eu acho que funciona, posso tá equivocada, mas eu acho que aqui funciona, **porque o abate é muito lento, geralmente a velocidade de abate vai variar entre mil quinhentos, nove mil até doze mil por hora,** e aqui o abate máximo, a linha que é mais rápida que é de 2.280, então é um abate lento. Porque é tudo manual, o macho que é o grandão que tá vindo com vinte e cinco quilos, a velocidade dele é mil e duzentos por hora, mil e duzentos unidade/hora, então dá tempo de entrar na cuba, a cuba depois que o pessoal da WAP, dar o curso, eles fizeram aqui também, **eles fizeram uma regulagem que ficou bem legal ali, não dá pré-choque na entrada, lógico tem ou outra ave que acaba levando pré-choque,** mas essa não dá, passar pela cuba, sai, toda sangria ela é manual, então é ave por ave, funciona, eu acho que aqui funciona, eles não usam frequência alta, a frequência aqui é bem baixa, **isso é uma coisa também porque pode fazer uma eletro mobilização se você usa uma frequência muito alta, isso acontece muito em frango porque eles não querem ter um problema que é dessa técnica mesmo que é estourar alguns vasos sanguíneos na carne que aí você acaba perdendo em rendimento, então eles colocam a frequência bem alta, então você não insensibiliza a ave, você faz uma eletro imobilização**. E aqui pra insensibilizar um peru que é grande, eles precisam

> colocar a frequência baixa, **eles tem problema de estourar alguns vasos, tem algum problema de rendimento, mas se não for assim não insensibiliza,** então eles trabalham dessa forma. (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

Podem existir complicações também no processo de sangria do animal, após a insensibilização, como afirma Condor:

> Outro aspecto de bem-estar animal, após a insensibilização, o animal foi insensibilizado, por exemplo, com dardo cativo, ele tá no box de atordoamento, ele é insensibilizado, ele cai naquele box, ele é içado por uma pata **e imediatamente, em segundos,1 segundo, 2 segundos após, tem que se realizar a sangria e ele só pode dar corte nos animais depois da sangria de no mínimo 3 minutos,** isso também é bem-estar animal, porque o animal ele vai morrer por um hipovolemia, perda de sangue, então ele morto aí você pode cortar o mocotó, **coisa que o pessoal às vezes no interior você verifica que ele começou a fazer a sangria já tá cortando o mocotó, o animal ainda tá vivo e poderá sentir,** isso também é uma questão de bem-estar animal, **é verificar isso que preconiza a legislação, o tempo de sangria, tá certo?** Porque depois de três minutos não, você pode cortar que o animal já tá morto. (Condor, entrevista em 03 de novembro de 2016).

Podem existir problemas no manejo do animal para o abate, seja para entrar nos caminhões e também no caminho do boi entre o curral, seringa e sala de abate. Locatelli (2016) relata essa realidade nas fazendas fornecedoras da JBS:

> **Choques elétricos são usados para que animais entrem mais rápido em caminhões ou para que eles fiquem de pé dentro das carrocerias. Para acelerar o embarque dos bois, pauladas também são desferidas**. Os golpes deixam os animais agitados e fazem até com que eles se pisoteiem. [...] **A reportagem presenciou animais recebendo choques em dois caminhões. Um deles, da própria JBS,** levava gado de uma fazenda ao frigorífico de Barra do Garças, em Mato Grosso. Em outro caso, uma fazenda fornecedora da unidade de abate de Goiânia transportava o gado entre duas propriedades do mesmo dono.

Nos municípios do Estado de Pernambuco, como já visto anteriormente, em virtude de uma inspeção menos atuante e condições financeiras mais precárias que a dos grandes frigoríficos, temos a seguinte realidade:

> [...] **as estruturas físicas e as condições operacionais nas quais se realizam o abate desses animais são extremamente críticas e estressantes tanto par ao animal como para aqueles** que desenvolvem suas atividades nesse processo de transformação de animal em fonte de proteína para a alimentação humana. Nos demais, **as condições em que o gado é confinado para a realização da dieta hídrica, que deveria amenizar o estresse do transporte até o matadouro,** esvaziar o conteúdo de seu aparelho digestivo e permitir a sangria adequada, devido **à quantidade de animais que são alojados em número tão superior a capacidade destes currais, o que ocorre é a elevação do estresse, inevitavelmente.** E isso ocorre porque os abates se concentram no dia anterior ao da realização da feira livre do município e, não pela quantidade de gado que pode ser abatida por dia [...] Este animal estressado chega ao Box de Atordoamento, **agitado e debatendo, sendo literalmente, puxado ou empurrado para morte. Seu estresse é tão alto,** que o contraste entre uma ida tranquila, sem movimentos

> bruscos, **se transforma numa verdadeira luta pela vida.** Em alguns casos os responsáveis pelo abate dizem que tais comportamentos "são observados em animais sem muita lida", ou seja, de animais que são criados soltos e com pouca presença do homem. [...] No atordoamento ou insensibilização do animal para a sangria (morte) indolor do animal, **verificamos a utilização da marreta ou machado e, nos casos mais graves, o "chucho" – espécie de faca que dilacera as primeiras vértebras na base do crânio do gado bovino.** Observamos a utilização da pista de dardo, no matadouro de Afogados da Ingazeira e Salgueiro. No município de São Joaquim do Monte, poderíamos classificar os processos de atordoamento do gado de grande e médio porte, **como "seção de tortura"** [...] (Em Afogados da Ingazeira e Salgueiro) a inexistência de equipamentos voltados para o abate do gado caprino, ovino e suíno, o que nos permitiu concluir que são realizados clandestinamente. [...] No município de São Joaquim do Monte, foi observado o abate caprino, ovino e suíno, em condições extremamente inadequadas (COOPAGEL, 2014 p. 17,18, 20, 21, 22).

Esse assunto do abate é muito importante, pois lida diretamente com a morte do animal, além de ser uma das únicas partes regulamentadas. A situação do bem-estar animal é um assunto que as empresas não querem discutir – nenhuma das 9 aceitou o pedido para que eu realizasse entrevistas. Mas também entre os fiscalizadores e ONG eu tive dificuldade para falar sobre o tema, nas quatro organizações entrevistadas, em todas eu tive de dificuldade de acesso a pelo menos 1 pessoa. Dessas pessoas, apenas uma eu consegui transformar em entrevista. Os três demais casos, dois deles depois de muitas tentativas eu consegui outra pessoa da organização para responder, e no outro caso eu não consegui ninguém da organização para substituir.

A única dessas tentativas que consegui realizar a conversão em entrevista foi muito complicada. Meu primeiro contato com ele por telefone ele ficou muito inquieto por telefone com o tema que eu estaria estudando, e pediu que antes da entrevista eu fosse conversar com ele "em off". Nessa conversa por telefone ele explicou o motivo: **muitos dos abates não existiam uma insensibilização de forma adequada e não se respeitava o tempo da sangria**. Em virtude dessa conversa ter sido solicitada para ser "em off" eu não vou divulgar nem seu nome fictício. Durante mais de 1 mês eu tive mais umas 2 conversas com ele, sempre sendo pedido para eu ligar depois para combinar o encontro. Num dos vários momentos que eu liguei e ele não estava presente, eu expliquei sobre minha pesquisa ao atendente, e perguntei se poderia entrevistar outra pessoa. De pronto consegui marcar com outra pessoa para realizar a entrevista no mesmo dia. Alguns dias depois consegui realizar a entrevista com o primeiro contato, mas antes da gravação ele pediu para ver as perguntas, eu pedia para poder começar a gravar, mas demorou para ele aceitar. Desde a primeira vez eu disse que ia ser preservada a identidade do respondente. Durante a entrevista ele pareceu bem sincero, mas tentou evitar em falar de assuntos mais polêmicos que envolviam o trabalho dele diretamente.

A situação mais emblemática foi de uma pessoa que tive muita dificuldade em conseguir marcar entrevista, durante aproximadamente 1 mês eu falei várias vezes com sua secretaria, durante um período os contatos foram diários. Mas nenhum retorno com uma data para conversar. Desde o começo ele sabia o tema do trabalho. Num determinado momento, de tanto constrangimento, a secretaria pediu para que eu viesse pessoalmente no seu local de trabalho conversar com duas pessoas da equipe dele. Quando eu cheguei, imaginando que ia fazer a entrevista com elas, descobri que ele não tinha autorizado. Elas me pediram uma cópia das perguntas e disseram que iam pedir autorização para ele, ou tentar marcar o encontro. Depois de tentar durante mais alguns dias e a secretaria continuar informando que ele não tinha escolhido uma data, eu desisti de insistir e procurei uma outra pessoa dessa instituição para fazer a entrevista.

Os outros dois casos foram parecidos, mas eu não fui muito adiante na insistência para marcar a entrevista. Em ambos eu fiz contato inicial com retorno muito rápido dessas pessoas, quando passei mais informações e solicitei marcar a entrevista não tive mais retornos, nem por email, nem por telefone. Tentei ligar, deixei recados, mas sem retorno. Uma delas, depois de muitas tentativas acabou respondendo por email, informando que estava muito ocupada nas duas próximas semanas, eu consegui que ela indicasse outras pessoas para responder as entrevistas.

Fiz esse parêntese nessa parte porque a recusa deles em falar sobre o tema deve estar relacionada ao que outros já responderam: uma legislação atualizada está emperrada por interesses políticos, a atual impossibilita uma fiscalização mais efetiva, existem muitas exigências que não são cumpridas pelas empresas e matadouros, desembocando num dos assuntos mais sensíveis: o abate dos animais.

É importante também enfatizar que o abate provoca uma divergência central entre as vertentes de bem-estar animal e ética animal. Dentro de uma perspectiva do bem-estar animal, já que é uma política de contenção de danos, os esforços são direcionados para reduzir os problemas decorrentes do processo de abate. Mas a solução ideal é o abate de maneira eficiente. Na visão da Ética Animal, apesar de algumas correntes considerarem os esforços em reduzir o mal-estar (NACONECY, 2009) a solução ideal é a não objetificação dos animais. Ou seja, por mais eficiente que o abate seja, ele deveria ser extinto. Pois é uma situação assimétrica de poder e interesses, de um lado muitas vidas (e mortes) de seres sencientes e de outro o “prazer da carne”. Essas diferentes visões são sintetizadas na frase abaixo:

> [...] o tratamento dos animais nos matadouros também tem sido objeto de críticas vindas de duas frentes. **Os movimentos em defesa do bem-estar dos animais apontam frequentes violações de regulação e crueldade, tais como viagens longas, anestesia inadequada ou sofrimento desmedido** quando são golpeados para serem levados aos matadouros.
> **Já os movimentos dos direitos dos animais**, por sua vez, criticam o assassinato em série de animais como uma questão de princípios: **afirmam que a produção de carne está associada à violência contra os animais. Os ativistas dessa corrente não querem reformar o abate, querem erradicá-lo completamente. E afirmam que a indústria da carne considera os animais como meros produtos, enquanto a sociedade deveria reconhecer sua individualidade e capacidade de sofrer.** (HEINRICH BOLL FOUNDATION, 2016 p. 27)

Outros aspectos relacionados aos maus-tratos são as chamadas mutilações e cirurgias, sem anestesia, realizadas com os animais. Esse assunto já foi mais detalhado na seção anterior (4.4.3) com vários relatos do que é feito e porque se faz, basicamente porque a empresa não quer gastar mais dinheiro ou outros recursos para que o bem-estar do animal seja atendido. Nessa parte então, apenas trago uma fala representativa de que esses procedimentos costumam ser realizados. Foca confirma que são "muito pouco" as que seguem procedimentos de forma adequada e explica o motivo:

> [...] **até porque nós não temos legislação como eu lhe falei,** então assim: aquelas pessoas, como eu te falei, se o dono for consciente ou mínimo peão for consciente você ver sendo feito, aqui no meu estado eu já vi fazendas que anestesiam os animais um por um pra castrar, agora assim: **vai da consciência do dono e vai da consciência do veterinário que tá fazendo.** (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Uma prática comum de maus-tratos, exigida em legislação são as marcações à ferro quente nos animais (tratado na seção 4.4.3), mais ainda assim existe uma forma menos nociva para ser realizada pelas fazendas, mas isso não costuma acontecer, afirma Locatelli (2016):

> **Imobilizados de forma violenta, bezerros recebem marcas em seu rosto com ferro quente** em uma fazenda no interior do Mato Grosso. O processo, que visa a identificar os filhotes, é feito sem qualquer tipo de cuidado com o animal. O Ministério da Agricultura recomenda que se evite a marcação com ferro quente no rosto do gado sempre que possível. E, caso o procedimento seja necessário, **"que se proteja o olho do animal no momento de marcar", o que não ocorreu nas fazendas visitadas pela reportagem.** O manual também aconselha que a parte do corpo do boi a ser marcada passe anteriormente por um **procedimento de higienização, o que também não aconteceu nos casos presenciados pela reportagem. As marcações também aconteciam com os animais agitados, contrariando as recomendações do Ministério.** Em outra fazenda no Mato Grosso, vacas eram marcadas a ferro em suas pernas ao mesmo tempo em que um funcionário da fazenda realizava um exame de ultrassom – o que deixava os animais extremamente agitados.

Além das práticas acima que geram muito sofrimento aos animais, existe uma incidência grande de doenças e sofrimento relacionados a forma com que os animais são confinados. A vaca leiteira e as galinhas poedeiras são as apresentadas pelos respondentes

como as que mais sofrem em virtude do tratamento que recebem. Mas qualquer animal que vive em confinamento tem um tratamento complicado:

> E alguns que são criados em sistema, chamado *freestyle* (sistema de bomba extratora de leite que fica conectada na vaca), que é de estabulação livre, sistema importado dos Estados Unidos, **eles também têm algum tipo de sofrimento. Tá? Então esses que ficam estabulados, confinados o tempo inteiro também é um problema. Mesmo que tu não comas carne deles, eles estão em sofrimento durante a produção do leite. E as galinhas poedeiras durante a produção de ovo, mesmo que tu não comas carne.** (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

> **É alta, bem alta, principalmente a mastite subclínica,** aqui no (meu estado) nós temos muita mastite subclínica, [...] Norte o Nordeste tem valores que maiores que o Sul e o Sudeste e o Centro-oeste, nós temos digamos um prazo maior pra se adaptar a essa realidade que a IN pede, exatamente por conta da nossa realidade. (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

> Por exemplo, na questão do leite que ela falou, você ver concurso em concursos leiteiros, você já chegou a ver? Concurso leiteiro: o úbere do animal está repleto, ele só vai fazer a ordenha daquele animal na hora do concurso, aquele animal que produzir a maior quantidade de leite, o animal ali já é um sofrimento, ali já é um sofrimento, você ver que ela anda até com as pernas mais aberta pra poder... porque está aquilo ali... ele quer que ela tenha a maior produção e mostrar, aí não tá preocupado com o bem-estar animal, está preocupado com produção, com comércio. (Condor, entrevista em 03 de novembro)

> [...] ou bem-estar animal mesmo, por exemplo, o animal que é solto, uma ave de capoeira, ele está mais próximo do natural, é uma galinha feliz, é um galo feliz, menos estressado, mas o homem pra que tenha uma produção, por exemplo, uma galinha de capoeira pra adquirir 1 Kg, 1,5Kg passa praticamente um ano, certo? Criada de forma extensiva, porque ela caminha, perde energia e hoje em dia menos de 45 dias você já tem o animal, **então ali (na produção intensiva) é genética e alimentação, mas ninguém tá preocupado ali com o bem-estar animal, a forma como ele tá sendo criado, é num espaço pequeno, tanto é que às vezes a população é tão grande daqueles animais que quando falta energia, ventilação, muitos animais morrem por stress, tem muita morte por stress do animal, eles são muito sensíveis, são muito jovens e eles com menos de 40 dias...** hoje em dia eu acho que é menos de 40 dias... (Condor, entrevista em 03 de novembro)

> A lotação dos currais de diferentes fazendas também estava acima da capacidade máxima sugerida pelo Ministério da Agricultura. A recomendação é de que os animais ocupem no máximo "metade do espaço disponível", mas fazendeiros trabalhavam com os currais abarrotados e os animais agitados, muitas vezes machucando uns aos outros. (LOCATELLI, 2016).

E o processo de confinamento, que tudo indica leva para um caminho oposto ao bem-estar animal, só tende a aumentar ao redor do mundo:

> **Diante das estreitas margens de lucro no mercado da carne, companhias buscam inserir-se em economias de escala. Significa que tentam produzir mais com maior e ciência e a custos mais baixos.** Por esta razão, o setor de carne está concentrado de duas formas. Companhias estão tornando-se maiores via fusões e aquisições – expandindo-se para além das fronteiras e espécies. **E a produção tem se intensificado, com mais animais confinados em espaços menores, processados mais rapidamente e com menores perdas.** (HEINRICH BOLL FOUNDATION, 2016 p. 12).

As vacas leiteiras ainda passam por um processo de inseminação artificial. Ela é feita com a vaca amarrada, o tratador colocando o braço no reto da vaca, retirando suas fezes, limpando a vagina da vaca com água, introduzindo o braço e um aplicador[26]. Foca confirmação essa informação.

Um dos processos pouco comentados na indústria de gado e leite, mas que gera um grande sofrimento psicológico nas vacas e seus bezerros é a separação entre eles. Foca explica quando ocorre, separa com "até duas, três semanas, ... quando vem pro curral pra ordenhar, eles amarram o bezerro no pé de vaca e ordenha, ... não sei te dizer exatamente a forma como eles fazem essa separação, eu nunca acompanhei". Para entender um pouco mais de como funciona, transcrevo o relato de Carlos Massa, conhecido como Ratinho, apresentador de Televisão, ao prefeito eleito de São Paulo, João Doria Júnior[27]:

> [...] Eu vou falar para você com exclusividade porque que eu vendi as minhas fazendas de gado, **um negócio que parece uma bobagem, mas pra mim não foi uma bobagem** ... **Eu nunca tinha visto como é a separação, eles chamam apartar o bezerrinho da vaca. Eu nunca tinha assistido**. Uma vez eu tava na fazenda era o dia de apartar, eles iam apartar mais ou menos 10 mil bezerros das fazendas, **mas eu fiquei três dias na fazenda, aqueles três dias aquelas as vacas chorando procurando o filho e o filho chorando procurando a mãe. Aquilo me deu uma tristeza enorme, me deu uma depressão profunda.** Eu falei **"Nunca mais na vida eu vou separar um filho de uma mãe. Não interessa quem seja".** Então chamei o administrador "Não quero mais! Venda tudo hoje! Plante soja capim, plante o que você quiser, eucalipto, gado eu não quero mais! Não quero mais separar filho de mãe!" (TOMATEBG RBG, 2016)

Além do problema psicológico entre mães e filhos, pode existir um sofrimento físico também, como relata Locatelli (2016):

> Antes ainda de serem marcados no rosto, os bezerros já sofrem com violência na chamada "maternidade" – onde ficam as vacas que pariram recentemente, separadas do restante do rebanho. **Bezerros nascidos no dia anterior à visita da reportagem eram amarrados pelas pernas ou pelo pescoço e, posteriormente, arrastados por cavalos.**

---

[26] Se quiser ver um vídeo explicativo da Revista Rural: https://www.youtube.com/watch?v=7mG9DOjWOsw

[27] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7jOS9UcNEHg

Outros problemas relacionados a condições de vida que os animais sofrem estão relacionados ao tempo reduzido para descansar que as aves têm. Esse é um assunto polêmico, na seção 4.6 analiso uma propaganda da Seara sobre essa questão. Então é importante agora entender o tempo necessário para elas descansarem. Dentre os respondentes, apenas Zebra sabia a resposta, os demais desconheciam o tempo, a falta de conhecimento sobre o assunto pode fazer com que existam distorções de suas necessidades:

> É o tempo que não tem luz, na verdade, **isso vai varia com a época do ano, aqui no Sul, por exemplo, vai escurecer agora oito horas da noite, a partir das oito horas da noite até as seis horas da manhã que é quando não tem sol (10 horas), esse é o frio que precisa e no inverno vai escurecer às cinco horas da tarde, vai clarear sete horas da manhã (14 horas),** é esse período que ela precisaria, pra mim é isso, **é um ciclo circadiano, respeitando a natureza, isso vai varia da época do ano**.... Olhe, as de corte... uma vez eu conversei com um colega, tomara que ele tenha me dado a informação correta, eu também não sei te dizer, que eu não fico andando lá nos campos para ver se os galpões estão acesos ou não, eles dão uma luz mas não é muito mais, então se agora... isso eles fazem mais no inverno também, isso de acordo com a informação que o colega da empresa me passou, no inverno, escurece às cinco da tarde, então deixa ali até umas sete horas da noite, dos perus de corte, dessa unidade aqui que eu fiscalizo, então eles acrescentaria aí umas duas horas de uso e eles não ligam de manhã, eles esperam clarear de acordo com...(algumas empresas colocam 6 horas) **Aí entra naquele velho conceito, se tá reproduzindo, é porque tá bem! Não!** (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

> **Olhe, eu não me lembro dessa,** da teoria em si, mas **o recomendado pra bem-estar animal, tá?... O ideal seria oito horas de escuro contínuo pra que esse animal possa descansar.** Porém, a indústria utiliza um tempo menor porque ela quer estimular o animal a continuar comendo. Então, a gente coloca aí o ideal oito horas, mas, pelo menos, seis horas. ... **o animal, ele tem a capacidade de se adaptar, porém é, isso não significa que a adaptação gera um benefício no seu bem-estar. Por exemplo, se eu trabalhar com quatro horas, o animal vai se adaptar? Ele vai. Quer dizer, eu não sei se a gente pode chamar isso de se adaptar, mas você vai ver os animais na plena luz, dormindo profundamente porque que eles estão esgotados.** Então, é relativo isso. (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

> **Coitadas, quase nunca dormem, a luz acesa o tempo inteiro e come, come, se não, não engorda, porque hormônio não usa, tá? Hormônio não usa mesmo que é muito caro, não dá tempo metabolizar**, por isso, que fica uma luzinha lá no campanário pra poder comer inteiro, ração super proteica. **Não sei dizer, sinceramente**, a gente vê isso na faculdade, sinceramente, mas eu não me lembro mais não, faz muito tempo. (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

> Mas, vou te dizer essa empresa se faz 6 horas, ela tá muito bem. Porque o **frango de corte é normal elas dormirem 1 hora. Aí tu imaginas.** (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Com as respostas acima dá para verificar que se as galinhas deveriam dormir de 10 a 14 horas (enquanto estiver escuro) os padrões de bem-estar despencam e criam um "ideal", reduzem para a existência de um padrão "aceitável" e a maioria das empresas desconsideram em muito esses indicadores, fazendo uma tortura com o animal. É bom lembrar que atualmente esses animais chegam ao tempo de abate com aproximadamente 40 dias, um terço do tempo que demorava décadas atrás (CARVALHO, 2015).

Essa redução de tempo ocorre não apenas pela redução do tempo descansando, onde ele come mais, pelo confinamento, onde ele gasta menos energia, mas também em virtude da seleção genética. O que nossos entrevistados têm a dizer sobre isso:

> O bovino, bovino é um animal ruminante, certo? E, hoje a gente vê alguns confinamentos que trabalham com ração com alto grão proteico, a ração proteica. **O animal, ele, o animal ruminante significa que ele precisa comer volumoso e todo aparelho digestivo dele necessita disso.** Então, quando a gente fornece grão pra ele, **é um problema, o bem-estar dele é afetado.** Adaptação, o animal fica 15 dias em adaptação, mas isso de fato gera um problema no seu bem-estar. É, alguns exemplos também, nutrição, armazenamento. Quando você armazena de forma inadequada ou quando não tem qualidade no grão, no caso dos suínos e aves, vocês têm microtoxinas, afrotoxinas que isso vai interferir, é, no bem-estar e também na qualidade do produto. Você tem além da genética, melhoramento genético, muitas vezes a gente trabalha com **PIORAMENTO GENÉTICO, não com melhoramento genético, falando de uma forma grotesca, mas, é, eu falo porque na zootecnia a gente estuda o melhoramento genético é um dos grandes fortes da zootecnia e eu, como sou zootecnista, eu via que você analisa o animal num computador. Então, quando você vai trabalhar num melhoramento genético, você pega assim 'Ah, vamos pegar, eu quero ter um maior ganho de peso, eu preciso ter mais peito, o animal tenha peito grande'. No caso, o frango, então vou selecionar geneticamente esses animais que tenham um peito maior, só que aí eu acabo tendo um crescimento grande de peito, só que o animal tem problema de locomoção, nasce com problema de locomoção. O animal tem morte súbita porque o coração, pulmão, não têm essa capacidade de suportar esse ganho de peso imenso e rápido. É, e então, todos esses fatores, às vezes eles levam em consideração apenas a produção, ganho de peso e não levam em consideração, é, os problemas que pode acarretar em bem-estar animal. Acho que esse tem sido o grande entrave.** Esse, inclusive, é um dos temas da nossa campanha global, frango de corte. É, o, a seleção de animais, melhoramento genético desses animais pra crescimento rápido. (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

> [...] eu já fui visitar uns galpões aqui e os machos, o peru... que abate peru, é só exclusivamente peru, quando eles estão na fase final, ali nos 130 dias, eles estão bem grandes, **na verdade são animais que foram criados pra nós, então eles já são deformados, eles têm os peitos gigantes, que eles nunca teriam,** eles não têm, se a gente pegar um peru da natureza, ele não é daquele jeito, então ele **tá lá com artrite**, ele tá na fase final, ele tá só esperando ao abate, ele passa muito calor dependendo da fase do ano, então dizer que tá atendido (o bem-estar) não! [...] Não (risos), essa vem de encontro com aquela que eu tava comentando antes com aquela revolução

> agente fez um melhoramento pra nós, eles são deformados, **se eles ficam no tempo que precisam ficar no campo, eles sofrem um pouco menos,** mas que eles ficam tempo quando dar problema na indústria que é o caso aqui nós estamos com abate atrasado de meses então o peru fica vindo com muita idade, por mais que tenha uma ração que atenda todas as necessidades fisiológicas dele naquela fase de crescimento que eles mudam três, quatro vezes durante o alojamento da ave, **não é pra melhorar pra ave, pra melhorar o rendimento.** (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

Todas as situações citadas até o momento podem ser consideradas questões de preocupação para aqueles interessados no bem-estar dos animais, nesse caso para reduzir o seu mal-estar, sofrimento e maus-tratos. A questão que apresento agora, posso dizer que são uma preocupação mais relacionada a ética animal, em especial o direito à vida e não instrumentalização (REGAN, 2006). É praticamente impossível encontrar informações do tempo de vida médio dos animais da categoria "comestíveis", os nossos veterinários e zootecnistas entrevistados também não sabem. Na seção 3.3.2 apresentei as informações de alguns autores: vacas e bois podem viver em média 20 anos, porcos 12 e galinhas 10 anos. A seguir a resposta que eles dão sobre a diferença entre o tempo de abate e o tempo de vida "livre na natureza"

> [...] (na indústria) **quarenta cinco dias**...(livre na natureza) **Aí, não sei não, não sei quanto tempo fica, juro a você.** ... Voinho mesmo criava lá as deles **tinha uns três anos,** agora a carne... depois que ele faleceu, carne é dura que só. (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

> [...] **em torno de noventa dias, um pouco menos, menos, uns sessenta dias, aí a fêmea de corte vem com cem dias e o macho cento e trinta, isso seria assim o ideal deles, vive bem mais que frango tá?** Bem mais...Cara, nunca fui atrás ver quanto tem um peru vive, mas eu diria sei lá que ele viveria uns oito anos? Menos? (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

> É complicado quando a gente fala vida livre porque eu, **para ser sincero, não sei quanto que vive um frango selvagem na natureza**... então, aí eu já, eu não sei porque é difícil, **porque na natureza o animal ele passa também por desafios né? Passa fome. Ele pode passar fome, né? Então é complicado a gente ver isso daí.** (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

> **Olha, a vaca no leite ele dura mais do que no corte, porque acaba que o do corte eles abatem logo, não é? Três anos no máximo, quatro anos eles estão mandando pra abate todos os animais mais velhos, no leite, essas vacas duram em média até uns oito anos** aqui no (meu estado), eu vejo vacas mais ou menos nessa idade, raramente você ver uma vaca velha, que com oito anos ele já não começa a dar um bezerro por ano, **aí já não é mais lucrativo pro produtor e aí ele manda pro abate, pra descarte, descarte pro abate, então uma média de oito anos,** ... Não é muito do que isso não, digamos assim vamos criar uma vaca por hobby, "quero ter uma vaca e vou criar até ela morrer", seria nesse sentido né? [...] Ela iria mais ou menos até uns doze a quatorze anos. (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Além da questão da idade no abate, Foca também lembrou que o animal de produção ele é abatido quando é interessante economicamente para o seu produtor. É muito grande a diferença de 40 a 45 dias que uma ave de "corte" para uma idade que poderia chegar até os 10 anos. Mas quem gostaria de viver tantos anos assim em sofrimento? Talvez uma vaca leiteira fosse sofrer menos se fosse vive menos anos?

A partir de todos esses relatos, era de se esperar a resposta dos entrevistados sobre se os animais são bem tratados e felizes nessa indústria: Não. Os respondentes que não afirmaram diretamente isso, como Onça "Espero que sim (risos) ", deu a entender, inclusive em outras respostas que não queria se comprometer com o que estava respondendo, afinal ela deveria fiscalizar e inibir os maus-tratos, sempre que possível e quando a lei permitisse.

Ou como Zebra, que acredita que algumas empresas possa tratar bem: "Eu acredito que existam umas boas iniciativas, mas **elas são muito pontuais e que realmente de forma geral... de forma geral vou colocar uns 90% pode melhorar e muito**". Foca, que inicialmente afirma que os animais não são bem tratados pelas empresas, depois diz que talvez eles possam ser felizes na indústria, e argumenta a respeito

> Acredito que sim (eles são felizes), as necessidades dos animais... **se as necessidades deles forem respeitadas,** se você chega numa fazenda, **principalmente que é digamos assim que o foco nosso do bem-estar é sempre manter os animais à pasto, estar mais próximo da realidade deles, se eles vivessem, como eles viviam de forma primitiva, que eles têm nessa vida à pasto uma liberdade maior pra buscar alimento, buscar abrigo, buscar água, são as principais necessidades dos animais, eles vivem bem, se eles vivem num confinamento, onde eles têm uma dependência total do ser humano pra conseguir esse alimento, esse abrigo e essa água, e o ser humano dá isso pra ele de forma consciente, racional e dentro da necessidade do animal, ele também tá bem, eu acho que o animal vive bem sim,** vamos comparar com o ser humano: se você vivesse na casa da sua mãe, comendo, bem alojado, bebendo água toda hora, deitado, levantando a hora que quisesse, fazendo o que quiser, dormindo a hora que quisesse, sem ninguém te bater, sem ninguém te maltratar, sempre ali saudável, se tiver uma doença vai ali e toma um remédio, sofre um pouco pra tomar o remédio, toma uma injeção, mas vive bem, você vive bem, só que as necessidades do ser humano é diferente do animal, nós necessitamos de trabalho, nós precisamos de atividade, o animal não precisa disso, o animal precisa de alimento, abrigo e água.

Uma diferença encontrada nos relatos de algumas pessoas é o destino dos bezerros da indústria leiteira. Geralmente sendo considerada uma carne de pior qualidade, os bezerros em alguns países são criados e vendidos como carne de vitela. No Brasil é muito pouco consumida. Aparentemente, conforme Foca "eles vendem para corte, vendem para outra fazenda que trabalha" com gado de corte. Condor também confirmou isso.

Uma última questão, comentada por Foca e também por Zebra, é que aparentemente as fazendas menores - não tão pequenas também, mas não nas grandes empresas do país – ou em Estados que tem uma produção menor podem ter uma probabilidade menor de maltratar os animais “a nossa criação ainda é um pouco primitiva, isso é bom pro bem-estar animal” (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016). Essa ideia é concordante com a visão da racionalidade técnica, que quando impera, cria mais empecilhos para os animais, como Tigre citou anteriormente.

Os maus-tratos aos animais são crimes em nossa legislação, mas na indústria de alimentos eles são banalizados. Geralmente não existe denúncias nem punição para os maus-tratos à animais de produção. O argumento utilizado é que isso é apenas um “sofrimento necessário”. Mas causar maus-tratos a outra vida por interesses prioritariamente financeiros não deveria ser considerada uma conduta repreensível?

As granjas e fazendas onde os animais passam a maior parte de suas sofridas e encurtadas vidas não são fiscalizadas quanto ao bem-estar animal. Não existe legislação sobre isso. As questões fiscalizadas nesses locais são apenas aspectos sanitários. A legislação só atua e pode punir no processo de pré-abate (transporte) e abate. Dessa forma durante a maior parte da vida do animal, ele pode ser tratado como as empresas entenderem que é mais lucrativo.

Mas para aqueles que trabalham com os animais de consumo, já disse Gavião, “os animais são tratados como máquinas e não como seres sencientes”, os animais não são considerados moralmente (REGAN, 2006; NACONECY, 2006; JOY, 2014). Como resultado disso, se não existe legislação nem fiscalização, eles são maltratados, intencionalmente ou não.

A seguir analiso um aspecto que auxilia na explicação da falta de consideração moral aos animais “comestíveis”, a ideologia carnista.

4.5.2 *Ideologia Carnista*

Conforme definições constitutivas, alguns aspectos centrais da Ideologia *Carnista*: percepção e esquema mental, mecanismos de defesa: a negação através da invisibilidade (dos animais e da ideologia), a justificação através de perpetuação de mitos (3Ns: comer carne é natural, normal e necessário) e distorções cognitivas (abstrações de que os animais são desprovidos de personalidade ou individualidade) (JOY, 2014)

Identifiquei uma forte influência desses aspectos nas respostas dos entrevistados. A necessidade de justificar a morte de (alguns) animais para se alimentar, em especial, o argumento da necessidade. É interessante enfatizar, que devido ao perfil dos entrevistados, não existe uma invisibilidade dos animais, apesar de existir uma invisibilidade da ideologia. Aparentemente o que acontece nesse caso é um fortalecimento das justificativas para o consumo. Mas um dos achados principais foi a força da influência da formação acadêmica na disseminação de valores *carnistas*. A seguir apresento a análise, discutindo os trechos mais significativos e representativos das falas dos entrevistados. Reforço que as opiniões divergentes ou complementares verificadas foram contempladas na análise.

A dicotomização através da classificação mental em categorias distinguindo animais por características culturais da sociedade costumam separa-los em "comestível" e "não comestível", como vimos na seção 4.3. Essa classificação costuma ser compartilhada em países ou regiões. No caso do Brasil, a própria legislação brasileira diferencia os animais silvestres e os domesticáveis, criminalizando o abate de uns e não de outros. Como afirma Águia:

> A legislação diferencia animais domésticos ou domesticáveis, dos animais silvestres, né. É, uma diferenciação nas penas que são aplicadas. **E agora eu não, eu particularmente não consigo ver diferença e inúmeras vezes já me peguei pensando, né. Por que a legislação proibi os maus-tratos e permite que o animal seja, o bovino seja abatido, muitas vezes com métodos cruéis. E a própria lei se você for filosofar, ela é contraditória, que ela criminaliza os maus-tratos, criminaliza o ato de prender o animal, animal silvestre, criminaliza o abate, mas ela permite que todos se alimentem desses animais, de certos determinados animais, né,** porque um macaco ou uma onça, né, é absolutamente protegida, inclusive com um rigor ainda maior, né. A lei penal ambiental protege a fauna, ela é muito mais rigorosa do que o código penal que protege os homens, as penas são muito mais rigorosas. **Mas, porque ela criminaliza em relação a alguns animais e permite o abate, o sofrimento, né, os maus-tratos a outros que são utilizados pra consumo humano né. A própria lei, ela é contraditória.** (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

Essa lei reflete os costumes da sociedade, ela diferencia porque as pessoas costumam diferenciar. Águia mesmo apresenta um exemplo dessa contradição:

> [...] a questão do respeito aos animais é uma questão cultural, acho que tudo isso vai vir com a evolução da civilização brasileira, né. Mas experimente, por exemplo, caso bem interessante que a gente tem aqui, né. **Nós temos um caso aqui de um cidadão que foi preso criando galos de briga, mora numa favela, num barraco de madeira, numa palafita, né, e tem 30, 40 galos de briga, e estão mutilados, sofridos, cegos, devido as brigas, as rinhas de galo. Mas experimenta explicar pra ele que animais não devem ser maltratados. Na última vez que a gente mandou ser realizada a apreensão dos animais, ele disse "ah! Então, eu vou comer! Se eu não posso fazer briga de galos com meus galos, eu vou comer, todos eles vão pra panela". E maltratar um animal é crime, levar um animal pra**

> **panela e comer não é crime.** Veja a contradição, né. Aí você falar sobre educação e cultura, a essa população nossa, a esse brasileiro médio. (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

O interessante desse exemplo é que é o mesmo animal que alguns comem. O que aconteceu na prática é que o "cidadão" foi preso por maltratar animais e as algumas empresas faturam maltratando milhares desses mesmos animais.

A diferença de tratamento em virtude da classificação diferente é apresentada por Onça, quando pergunta como os animais devem ser tratados, ela brinca perguntando se é com os "vivos", ri e depois retoma "Não, eu tenho cachorro... de forma carinhosa assim, com cuidados veterinários, dignamente... com carinho, amor, visitas regulares ao médico, enfim". Quando ela fala que tem cachorro, ela começa a pensar em outro tipo de animal (doméstico) e responde pensando nesses e não nos anteriores (os de produção).

Tigre apresenta as justificativas para se diferenciar os animais domésticos não comestíveis dos comestíveis:

> [...] **animal de estimação é aquele que tá no teu convívio sentimental direto**. E você quer queria, quer não, pra algumas pessoas que gostam, que curtem o cão e o gato principalmente, mas em evidência. Há uma relação, né, e o cão não é à toa que **é o amigo mais fiel do homem, ele retribui,** o gato também. Então, **é natural** que surge essa relação tão próxima que dá asa, a exageros, né, como a gente ver né, muitos exageros de pessoas gastarem fábulas, fortuna com seu animal, né, e é compreensível também, né. A solidão hoje, né, a vida moderna. E essas criaturas, como me refiro, essas criaturas tem um poder fantástico, você chega em casa cansado, estressado, aborrecido, quando você abre a porta ele já pula em cima de você com muita alegria, né, te dão carinho, alegria, que isso é irrefutável, né, **são incondicionais.** Então, aquilo cativa o ser humano, que é uma pessoa carente, tem estresse no trabalho, estresse no trânsito, chega em casa tem um amor incondicional. Então, isso é uma coisa que só tende a crescer, né. [...]. Olha realmente existe, já, eu particularmente eu vi, todo mundo já viu aí na TV e tá, na mídia, pessoas criando suíno e tal. Mas, na evolução, os animais domésticos, né, são domésticos, são sim, mas o animal doméstico que, que é convive com o homem que cultiva os hábitos, não é só conviver porque é doméstico, **é a mansidão, são as características do animal, é a mansidão hereditária,** aquela coisa toda, né, **do porco e da vaca, mas é não tem uma relação causa e efeito como tem os, os as criaturas cães e gatos, né.** Por mais que você venha criar um suíno, um bode, sei lá, ele não vai ter, acho que vai demora muito pra que tenha essa relação como tem com o ser humano, né. E é isso que caracteriza o animal de companhia, tanto é que diz o nome, animal de companhia, que se eu tiver com minha, minha cadela aqui, minhas cadelas, jamais elas sairão de perto de mim. Se eu tiver, se eu criar um suíno, um bode chegar num canto que ele perceber que tem um pasto, ele vai embora, se eu não chamar, ele segue. O animal de companhia não. Quer dizer que eu acho que é da própria espécie mesmo, né. **Desde quando evolução do homem, isso remonta a evolução do homem, que o cão e o gato se aproximaram do homem e ficaram, tanto é que habita na casa naturalmente.** (Tigre, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Os outros animais domesticados (porco, vaca, galinha) também tem uma "mansidão" com o ser humano, exemplos de comportamento afetuoso e de reciprocidade são comuns entre os humanos e esses animais[28], só que não é comum as pessoas se aproximarem e conhecerem esses comportamentos.

A separação do convívio, possibilita a ideia de que os animais "comestíveis" não tem individualidade ou personalidade. A invisibilidade da ideologia pousa nesse afastamento. Conforme Gavião, tanto as empresas quanto os consumidores não querem muitas informações sobre esses assuntos...

> As informações nem sempre são tão verdadeiras. Ou eles escolhem a dedo, é, mas são poucas também. O foco dela é mais na saudabilidade, qualidade do que bem-estar em si. E, também, **porque o próprio consumidor, ele não quer escutar muito isso né? É, aquela coisa que ele, se ele vê muito ele fica "Ai...", Aí ele começa a pensar. Então, quando o consumidor faz muito o link e ele começa a repensar. Então eu acho que não existe por ambas as partes. Consumidor como uma forma de fuga, "Ah, eu prefiro não saber". E a empresa "Não, prefiro não falar". "Você não quer saber e eu não quero falar, então vamos ficar aí". Tá todo mundo bem né?... Menos os animais.** (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

Tartaruga, que ficou um tempo sem comer carne, afirma o que fez ela "fazer o link":

> Encontrei uma pessoa, o nome dele é Bertrame, essa pessoa é bem interessante, ele fez um estudo sobre a poluição do Rio Una, o que o abate provocava lá no Rio Una. **E aí ele tem muita foto dos abatedouros, dos bois sendo abatidos, isso me deixou um mês sem conseguir comer carne, se as pessoas vissem isso realmente elas não comeriam carne, isso é fato!** (Tartaruga, entrevista em 23 de novembro de 2016)

Esquilo colabora com essa visão:

> Na verdade, **existi um medo, eu depois eu vou falar de mim, mas eu vou falar por parte assim, o pensamento das indústrias, de empresas, de fazendas, de granjas, de qualquer estabelecimento que maneja animais. Mesmo, os que obedecem normais internacionais de bem-estar animal tem medo de divulgar isso por que? A maioria das pessoas não quer nem ouvir falar como é que a carne chegou no prato porque ela já tem já uma, no seu subconsciente a ideia que se ela souber como é que feito, ela não vai mais querer consumir.** Então, o que, que acontece, **muitas vezes o que pra ciência veterinárias ou técnica é algo apropriado, adequado e esperado, pro consumidor é uma atrocidade** porque ele tem uma visão do campo, uma visão campesina muito romântica, da ovelhinha no pasto verde, do boizinho embaixo da árvore conversando com a ovelhinha, **ninguém no seu imaginário pensa em animais estabulados, animais que são transportados em gaiolas, em fileiras, em se sobrepondo gaiolas sobre gaiolas, mesmo isso sendo algo humanitariamente**

[28] Alguns vídeos que demonstram esse comportamento dócil, quando existe um convívio maior: com um touro: https://youtu.be/scfxJk_VQ_U, com galinha: https://www.youtube.com/watch?v=TjdjLfwr9Fw, com porco: https://www.youtube.com/watch?v=QN8JhcutUBQ

> **aceitável pela ciência hoje, pra eles isso é um absurdo.** E desmancha toda essa visão, eu não sei se é a palavra certa, idílica, que essas pessoas têm a respeito do campo e da criação de animais. Ou seja, o que eu quero dizer pra ti, **é bem difícil saber qual vai ser a reação, eu não sei se existe estudo disso, ao mostrar pra uma pessoa na rua como é que a carne de frango chega pra ela, como chega carne bovina, se ela não vai na verdade parar ou ao menos diminuir o consumo. As indústrias hoje têm muito medo disso. E repito, mesmo as que obedecem estritamente todas as regras. O consumidor, na verdade ele põe um véu ante si mesmo, ele nem procura saber como é que aquilo ocorreu porque ele já tem um, digamos assim, uma ideia de que não é muito bonito.** (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Acho que não preciso comentar, só vou repetir: "**As indústrias hoje têm muito medo disso. E repito, mesmo as que obedecem estritamente todas as regras. O consumidor, na verdade ele põe um véu ante si mesmo"**

O fato é que tanto Tartaruga, Esquilo como a grande maioria dos entrevistados ainda come carne. E não pode ser dito que eles não conhecem o que ocorre. Na verdade, eles têm mais informações do que a grande maioria da população. Então não é o conhecimento da realidade do tratamento dado aos animais que faz com que (todas) as pessoas mudem. Dos dez entrevistados apenas Zebra deixou de comer carne, em virtude da realidade do abate, mas ela continua se alimentando de produtos de origem animal, que ela sabe que causam sofrimento e morte das vacas e galinhas poedeiras.

Segundo Joy (2014), entra em ação a necessidade da justificação: (3Ns) é necessário, normal e natural. O alívio do desconforto moral em comer carne, vem de uma boa desculpa para esse comportamento (JOY, 2014). Nas falas dos entrevistados encontrei algumas dessas justificativas, em especial o "é necessário":

> **É algo necessário pro período evolucionário do planeta atual, que nós consumimos carne.** Provavelmente algum dia, não sei se séculos ou milênios, o ser humano vai se tornar vegetariano, não digo vegano, mas pelo menos vegetariano e não comer carne, vai substituir artefatos de couro por outros materiais sintéticos. **Mas, hoje é um, uma necessidade, vamos até chamar de cultural em virtude dos hábitos alimentares e de consumo do ser humano. Então, como um animal vai ter que morrer e pra nossa sobrevivência** que seja feito de uma forma com menos, menor sofrimento possível. É o que eu entendo. [...] Eu assim, é, vou te dar minha questão particular. Eu acredito e uso como subsídio pra defender o consumo de carne, principalmente na infância, **artigos científicos que mostram a necessidade desse tipo de proteína com aminoácidos essenciais prontos que não seriam obtidos por outros alimentos e que são necessários pro desenvolvimento, inclusive encefálico do ser humano na sua idade infantil.** Sem eles, não haveria a...o desenvolvimento cognitivo da criança com implicações irreversíveis durante o seu período escolar. Então, esses, esses artigos eu até tenho, depois se tu quiser, eu te mando. Mas, eu ainda acredito que principalmente nessa questão da, da infância, **ele é vital, o consumo da carne.** (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

> Isso faz parte do bem-estar animal, o bem-estar animal como eu já falei várias vezes, nós minimizamos o stress, nós minimizamos a dor e o sofrimento do animal e aí eliminamos o que é desnecessário, **então tem coisas que são necessárias, pensando no caso da necessidade do ser humano, nós precisamos de proteína, nós precisamos dos animais,** agora nós temos que usar esses animais de forma racional, eliminando o que é desnecessário, então se as diretrizes de bem-estar forem realmente aplicadas, eu acredito que isso funcione sim. (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

> A partir do momento em que o homem tomar consciência de sua responsabilidade, né, que tá sacrificando, queira ou não são vidas, pra você viver também, né. **A moral da história é essa, precisa daquela proteína, né, então eu vou sacrificar os animais.** Então, você tem que ter o respeito pela vida, pelas vidas que você tá ceifando **em nome de uma cadeia alimentar, bem da verdade é isso.** É uma cadeia alimentar, a gente vive nessa cadeia, a gente tá praticamente no topo da cadeia, mas isso não impede que se tenha respeito pela aquele ser que você vai sacrificar e se alimentar né. **Realmente analisando é meio brutal, né, determinados momentos eu não gosto nem de pensar, o que já vi na vida e esses abates crudelíssimos, né.** (Tigre, entrevista em 07 de novembro de 2016).

> (Não existe bem-estar animal de animais confinados) pode ser, agora sempre coloque na sua cabeça, **nós temos sete bilhões de pessoas para alimentar** no mundo, quando se fala em produção, aí se diz "não, vamos ser altamente..." (Panda, entrevista em 03 de novembro de 2016)

A "necessidade" de se alimentar de animais leva ao culto do tecnificismo. Está apresentada a principal justificativa para confinar e matar animais: é a necessidade de alimentar pessoas que estão no "topo da cadeia alimentar". Esse argumento é baseado na visão Antropocêntrica Moral, já comentada várias vezes ao longo deste trabalho. Sobre esse aspecto é importante lembrar o parecer de grandes associações dietéticas do mundo e no Brasil, já citadas anteriormente, que confirmam que não existe necessidade de se alimentar de produtos de origem animal para ter uma vida saudável.

É muito difícil separar os 3Ns, quando Esquilo fala que "É algo necessário pro período evolucionário do planeta" ele está remetendo ao natural, a uma base "biológica", quando Tigre diz que estamos no "topo da cadeia" alimentar, ou quando Foca afirma que "nós precisamos dos animais" eles remetem que os animais naturalmente foram destinados a serem comidos pelos humanos. Quando Panda fala que "nós temos sete bilhões de pessoas para alimentar" ela indica uma normalidade na situação.

Em outras falas encontramos pistas sobre a normalidade e naturalidade do consumo. Tigre, quando perguntado se os consumidores tivessem informação como é o processo de abate, como os animais são criados, elas iriam modificar seu padrão de consumo? Ele responde:

> Eu acho que sim, eu acho que sim, acho que sim. Porque é dolorido saber que um animal, você tá ali, teve uma, além de você tá com a morte dele se beneficiando, né, não tem outro, **não tem outro caminho. A evolução da humanidade foi principalmente com a proteína animal, isso é indiscutível.** Mas, a partir do momento que pessoas, **as pessoas soubessem que aquele prato que tá ali, que tá se deliciando, o animal passou por um procedimento e ele sofreu minimamente, eu acho que isso dá mais conforto,** eu imagino, né, que pelo menos pra mim e pra algumas pessoas que eu conheço tem esse mesmo sentimento (Tigre, entrevista em 07 de novembro de 2016).

> Mas todos são seres vivos e eles têm os seus limites, uma coisa é que a gente tem a produção de alimentos para a humanidade, tem essa produção de alimentos de origem animal, é fato, **nós temos para o ser humano e o ser humano ele dispõe disso,** aí antigamente não se via a dor, os animais... senciência que se chama, então não se verificava, achava que eram animais, **eram pra servir os homens e ninguém tava preocupado com dor, com tecnologia, ou sofrimento**... (Panda, entrevista em 03 de novembro de 2016).

> E muitas argumentam se fosse na natureza seria pior porque ele teria que ir atrás de comida, realmente eu não acho a argumentação válida, eu acho assim, eu também não... **eu gosto muito dessa parte de evolução, de biologia, eu entendo que o ser humano não é vegetariano exclusivo**, eu não sou uma vegetariana exclusiva, eu como ovo e como queijo, eu sou ovo-lacta-vegetariana na verdade, **e eu entendo que a indústria do leite não é a melhor possível também**, então eu tenho que pegar de um ou de outro lugar, estabelecimento que eu sei do tratamento das vacas, pelo menos a questão da sanidade é melhor, eu consumo só um tipo de leite porque sei que é de uma única fazenda, aquela história toda que a gente vai correndo atrás e acaba achando, mas eu entendo que **o ser humano é onívoro**, que a gente tem muitos que ainda vão continuar comendo carne, eu só acho que não precisaria ser da forma como foi, o que eu acho interessante também é que a história... até se for considerar a história do ser humano mesmo é curta, essa questão do sofrimento, dessa Revolução Industrial, ela tem uns sessenta anos, é um pouco mesmo de 1960 pra cá, então dar tempo de a gente reverter, porque a gente fez muita besteira, porque teve muita gente, muito conhecimento, a gente ainda tá muito perdido, é uma fase de transição, então tá agora vamos voltar agora, vamos sentar, vamos ficar, não dar mais, da forma como foi feita, está provado que não funciona, então vamos mudar, eu acho que é isso que tá acontecendo agora sabe, especialmente com as ONG's de olho e aí cobrando porque ao mesmo tempo eu entendo o lado do **consumidor que ele fica tentando achar um... dizer pra ele que "tá tudo bem",** porque à princípio a gente passou esse dever pro Estado, o Estado devia garantir que realmente está dentro do norma, ele tá comprando uma carne inspecionada, a princípio pra ele tava tudo O.K, o Estado tá garantindo isso pra ele, mas não é assim que funciona, não é assim que funciona em vários países, não é só no Brasil não, isso é geral. (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

É normal o ser humano ser "onívoro", é natural a evolução da humanidade e os animais servirem ao humano. É cômodo achar que o animal sofreu minimamente e podemos manter o comportamento.

Um outro aspecto citado por Tartaruga e Águia que fazem com que algumas pessoas se alimentem de animais é o fato de em muitos casos as pessoas conseguirem separar o animal da comida, o desmembramento do animal. Quando falado sobre a questão da distância e afastamento dos animais ditos de consumo, Tartaruga respondeu:

> [...] Você não tem contato, não tem nenhum afeto, nenhum vínculo, nem nada, é verdade. **Eu sinto um certo trauma dessa história, eu lembro quando eu era pequena lá em casa a empregada de mamãe matava a galinha, para fazer cabidela, eu ficava assim horrorizada, e com nojo, até hoje eu tenho isso, ai eu ficava assim "se depender de mim nunca na minha casa vai comer galinha porque se for pra eu matar eu nunca vou matar, então"** ... E também tenho horror até pegar em carne, também nunca abri um bife na minha vida, porque também nem sei nem quero aprender, aquele tipo de trauma. "Como é que você pega essa carne e vai cortar", aquela história, **e via o sangue,** que no interior a carne parecia cheia de sangue, ai eu... ai todo mundo "não você não vai aprender a cozinhar nunca" ai eu "não vou mesmo porque eu nunca vou pegar em carne assim" até hoje eu tenho uma certa repulsa a pegar na carne, porque data disso, **a empregada tá com a galinha de cabeça para baixo assim cortando o pescoço, eu saia de perto enlouquecida, sangrando a galinha para bater e fazer cabidela,** também não como cabidela, enquanto claro muita gente lá em casa comia.... eu nunca vou matar uma galinha, nunca! nunca! nunca! nunca... engraçado meu filho caçula, ele é muito sensível, e quando ele era pequeno ele ficava assim com umas perguntas dessa tipo que a gente está conversando agora e parecia assim um ET ele tipo: **"como é que a gente vai mamãe comer galinha que a pessoa mata, o boi que mata, tirar o peixe do mar para matar e pra gente comer, eu acho isso horrível, não eu não quero, não quero" tanto é que ele passou a vida comendo muito pouca carne.** (Tartaruga, entrevista em 23 de novembro de 2016).

Os problemas de Tartaruga acabaram, a Sadia, Perdigão, Seara, entre outras, preparam para você o seu "frango". Você também não precisa preparar, a empregada ou o restaurante fazem. As pessoas podem ficar o quanto distante quiserem dos animais comestíveis.

Águia também apresenta um relato sobre se os consumidores tivessem informação como é o processo de abate, como os animais são criados, elas iriam modificar seu padrão de consumo?

> Eu acho que sim, né, eu acho que sim. Não muito grande, né, considerado o nível de, o nível cultural do brasileiro médio, acho que haveria uma sensível alteração, sensível queda, né, porque é quem se alimenta, quem come normalmente, né, esses produtos, esses produtos derivados aí da indústria da carne e do leite, é, não tem a menor consciência do que está por trás. Eu tenho filhos pequenos, um dia desses, meus filhos sempre se alimentam de peixe, por exemplo, né, aí um dia desses, é, foram comigo no restaurante e **o garçom serviu um peixe inteiro, e eles ficaram estarrecidos quando viram o peixinho das historinhas em quadrinho, né, os peixinhos pequenos, os peixinhos Nemo e Dory, ali na mesa, morto, frito, ficaram estarrecidos e nunca mais quiseram comer peixe. Abriram um choro** [risos], começaram a chorar, **"papai tira esse peixe aqui da mesa, por que isso? Por que mataram um peixinho, num sei que e tal." E não quiseram**

> **nunca mais.** Então, é óbvio que sensibiliza quem, quem, é tem acesso a essas informações, conhecem esse processo, certamente você choca, né, porque são condições muito, muito é, degradantes. A realidade é essa, cruel, degradante. (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

Esse é um exemplo interessante, porque, falando de ideologia e aspectos culturais, aqueles mais envoltos na ideologia são os que mais dificilmente saem e percebem ou se tem mecanismos de segurança para permanecer, nesse caso o adulto. As crianças, que nunca tinha lidado com a situação podiam refletir mais sobre ela. Águia não tinha refletido sobre muitas coisas. Mas o momento da entrevista que mais deixou ele abatido foi quando realizei a pergunta: Quando pensamos no bem-estar humano, geralmente imaginamos questões associadas à vida. No caso de bem-estar animal, geralmente temos procedimentos associados a maneira que serão mortos. O que você acha disso? Ele fez uma pausa bem prolongada e (não) respondeu: "Eu confesso que precisaria a ter refletir mais sobre essa assertiva... Não, eu não tenho condições de responder assim de opinião não.... Mas, pra responder assim de bate pronto..." (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

Dentre os respondentes, Tigre, Onça e Gavião demonstraram em algum momento da entrevista um desconforto moral em comer carne.

> **Eu lamento muito em ser carnívoro em alguns momentos [risos]**.... É o que eu digo, é, lamentavelmente eu ainda sou carnívoro, né [risos]. Às vezes eu digo isso lá em casa pra minha mulher, inclusive cada dia que passa eu venho comendo menos carne. Quando eu vou, minha experiência em avicultura foi muito, muito boa. E... quando eu lembro do abate como era feito com as aves, eu olho um pedaço de carne no meu prato, às vezes eu... (Tigre, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Para Tigre o abate das aves é bem menos sofrido do que o do boi, por isso o comentário, já que antes ele disse que se sentia mais confortável se soubesse que o animal "sofreu minimamente".

> [...] muitas amigas minhas viraram vegetariana depois que viu (um abate), as que aguentaram ficar, hoje são vegetarianas. [...] **e eu adoro uma carne**, **não sei, eu acho que a faculdade que faz isso com a gente,** é que **eu penso também que aquela carne vai servir ao homem,** não sei se eu penso assim, não sei dizer esse sentimento que eu tenho [...] (a diferenciação dos animais pelo convívio é a mais adequada?) Não, não é, não é porque o que eu tô falando, eu tô dizendo a você, que **eu me sinto olhando agora, eu me sinto super insensível (risos)**, eu não sei, eu não sei, eu não sei, pronto meus filhos quando vem pra exposição (de animais do Parque do Cordeiro), meu Deus do céu, "a vaquinha, não sei o quê", eu falo "meu Deus, isso daí vai pro abate daqui um tempo".... não sei a forma que deveria, acho que educação mesmo dos pais passando pros filho, os meus são... eu digo "ô é bichinho coisa e tal não pode sofrer tem que ter cuidado, ele chora", aquela história... **eu tô falando que eu não quero talvez que eles se tornem o que eu tô agora, talvez seja isso, mas que sim, não deveria, mas eu choro com novela (risos).** (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

> [...] **eu acho que eu ainda não cheguei num nível evolutivo ao ponto de deixar de consumir carne**. É, eu acho sim, eu defendo. **Eu não defendo o fim do consumo de carne porque eu também consumo carne,** não deixei de consumir carne. **É porque eu não consigo, porque eu sinto essa necessidade,** porém eu defendo extremamente o consumo consciente. A gente tem que reduzir o consumo de carne. Isso é necessário [...] (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

Já Zebra tem um outro desconforto moral, ser vegetariana e trabalhar fiscalizando abates, quando perguntei sobre se precisava ser forte ou insensível para lidar com a situação do abate:

> [...] na área de carne, envolve morte né? Não é agradável mesmo, eu concordo com esse colega, eu falo isso, inclusive aqui no trabalho, eu sei que talvez não fosse ideal, **mas eu falo que eu sou mercenária, eu to nessa pelo meu salário,** porque... e é um emprego bom, tem uma rotina e tal... **mas sinceramente, eu virei vegetariana depois que eu entrei pra trabalhar com abate,** virei vegetariana no final de dois mil e oito, eu tava já no Ministério **quando eu percebi que a situação que eu imaginava como consumidora não era aquela que realmente acontecia**, é aquilo que eu te falei antes. eu acho que de repente eu respondi colocando a minha visão, mas você trabalha com morte não é agradável, a gente fica nessa, e também é interessante... eu falei isso pra minha mãe na verdade, ela "aí sai desse emprego então já que você não gosta, porque é muito ruim", e eu "não", **eu acho que tem que ficar que gosta de bicho pra trabalhar com isso,** porque senão que não tá nem aí com o bem estar, que não imagina o animal como um ser senciente não tá ali, tomar as rédeas, não vai conseguir fazer o... atender os critérios que tem que ser atendidos... eu falei não! **"Vou ficar porque eu acho que dá pra fazer a diferença nessa área"** eu acho que a gente pode mudar alguma coisa porque a gente entende animal com o ser senciente, que sente dor, enfim, e acabei ficando, **mas eu confesso que de vez em quando eu tenho umas crises de consciência assim (risos)... como vegetariano.** (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

Na entrevista com Onça ela teve um *insight* interessante sobre de onde poderia vir sua insensibilidade, e ela concluiu por ser uma questão da formação na faculdade. A partir dessa entrevista, inclui nas seguintes uma pergunta sobre a influência da formação deles nas questões de bem-estar animal. Identifiquei um forte processo de "insensibilização" dos veterinários e zootecnistas quanto aos animais de produção na formação acadêmica superior. A seguir o relato de Onça, que iniciou essa reflexão:

> Infelizmente... é complicado... como eu tô te falando, pra gente, é muito difícil, que a gente lida quando o animal chega no abatedouro a gente já sabe que ele vai se transformar em carne, **parece insensível,** mas, é cuidado, eu estava falando isso hoje, não sei, depende, **mas eu não consigo ter pena, não consigo, não consigo, não consigo, a própria espécie, não sei se a faculdade que faz a gente...** Não é? Não sei... e essa parte de inspeção, porque eu sei que os matadouros a gente ver o pessoal que trata direitinho pra que eles possam morrer... não consigo ver, não consigo ver, me sensibiliza, por exemplo, um cavalo, pronto, um cavalo tendo um negócio, eu consigo me sensibilizar, um hamster, juro, prometo, juro à você, mas eu acho que **essa lida do dia-a-dia vai deixando a gente mais calejado mesmo**, tava falando, eu me lembro que na faculdade, a gente paga inspeção

> que a gente visita matadouro, averiguamos, e o professor da gente, maravilhoso, de inspeção ele disse que a gente escolhesse cada um, um boi que acompanhasse desde o curral até a finalização e assim foi, os bois quando entram naquela seringa, que é o espacinho que eles saem do curral pra... eles sabem, eles sabem, eles sabem, eles sabem (que vão morrer – ela não quis dizer essa palavra - ênfase, e sentimento, reflexão) o que vai acontecer, **e eu tava falando com a menina e ele disse que já naquela época eu fui uma das poucas meninas a aguentar, porque a gente nunca tinha entrado, não sei se é porque eu achava que seria inerente à profissão, ou tinha que passar por aquilo, entendeu? Tinha que passar por aquilo por todo jeito**, mas eu acompanhei o bicho lá e fiquei lá dentro, agente foi obrigado a ficar do lado, normal então a gente foi desde... aquela época não tinha (pistola de dardo cativo), era marreta, então eu acompanhei a marretada, acompanhei tudo e não fiquei, não fiquei, muitas amigas minhas viraram vegetariana depois que viu, as que aguentaram ficar, hoje são vegetarianas... **e eu adoro uma carne, não sei, eu acho que a faculdade que faz isso com a gente, eu acho que é faculdade,** já quando gente teve que sacrificar um animal com tumor em São Bento do Una, um cavalo, aquilo pra mim foi um negócio... (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

Vários outros colegas de profissão, veterinários e zootecnistas respondem também sobre esse aspecto:

> É minha opinião, me reportando a época de quando eu estudei, isso já faz 20 anos atrás, **nós nem tínhamos nenhuma disciplina envolvendo questão de bem-estar animal, e as questões que visavam algum tipo de preocupação como bem-estar deles era porque interferia no padrão zootécnico, ou seja, no desempenho de crescimento, de ganho de peso e de não aquisição de doenças causariam prejuízo financeiro.** Então, o foco sempre foi esse, ver o animal como um, **um objeto cujo final dele sempre é o alimento,** e não pela uma preocupação com essa questão, se ele tá se sentindo bem ou não. **Se ele não se sentir bem, mas continuar isso não interferindo no padrão zootécnico, tudo bem**. Então, nesse sentindo é, eu acredito que em nós profissionais da área criamos uma certa…**um certo bloqueio às questões relativas a bem-estar animal. Porque sempre buscamos, então, um, uma melhor produtividade, um melhor lucro, etc.** No entanto, aí vamos falar de ciência, a ciência que estuda o bem-estar animal hoje, ela é confiável, maior parte dela, pelo menos esses pesquisadores aí que são hoje os expoentes, a principal Temple Grandin. Ela ao mesmo tempo, ela não é radical ao ponto de dizer 'não comam carne! ', mas ela luta para que o animal tenha o menor possível de sofrimento, menor sofrimento possível. Não que ele não vai ter porque o processo produtivo não consegue se eliminar, o que se consegue fazer é minimizar. Então, tem duas coisas: no ensino formal da minha época, não vou poder falar por hoje, mas da minha época, **ele era bastante mecanicista, hoje não sei como está.** A ciência do bem-estar animal com certeza ela é confiável e no meu entendimento deve ser o balizador do que é bem-estar, por que? Porque não é algo simplesmente baseado em achismo, é feito estudo, medições de batimentos cardíacos, frequência respiratória, são realizados eletroencefalogramas, medidas que realmente vão mostrar se o animal está em sofrimento ou não. Então, é isso que eu queria separar, da questão da Academia de minha época **estimulava a transformar o animal num objeto inanimado, que não sentia nada.** Mas, hoje a ciência de bem-estar animal trabalha objetivamente essas questões, pragmaticamente. Claro que não se consegue fugir da questão ética do trato dos animais, mas isso já é mais,

> digamos assim, filosófico, no meu entendimento. (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Para o MEC não existe obrigatoriedade de bem-estar animal nos cursos de Medicina Veterinária. O curso de Zootecnia tem como obrigatório esse conteúdo[29].

> Então, **a Universidade se brincar tá preparando pra esse agronegócio que virou moda, né, o agronegócio brasileiro, tantos por centos do PIB,** mas peraí, você fala em dinheiro? Dinheiro pra que da sociedade? É pra sociedade. O valor tem que ser social, o custo benefício disso aí é avaliado? Não! Não é. Tenha certeza que não é, né. Por exemplo, a, **nos abates, nos abatedouros de aves é comum pessoas com problemas de LER, porque tem que abater tantas, cortar tantos lados, tantos cortes por minuto e etc. e tal. Seres humanos, mas o profissional responsável vai tá preocupado com isso? Não, não tá! Vai tá preocupado com a empresa. Foi preparado pra produzir porque eficiência, mercado, dinheiro, PIB, são os valores.** E eu imagino que isso perpasse também nas, nas escolas porque na minha época era a desejar. E eu acredito, eu vejo muitas ressalvas essa questão de PIB, da agropecuária, **um custo altíssimo de uma bancada ruralista que pinta o sete e faz o que quer, né**. (Tigre, entrevista em 07 de novembro de 2016).

> Eu acredito que existam umas boas iniciativas, mas elas são muito pontuais e que realmente de forma geral... de forma geral vou colocar uns 90% pode melhorar e muito, não, o bem estar animal não é atingido, eles fazem realmente o básico, o que é aquela história antiga que é um conceito que ficou... que ainda tá na cabeça de muitos colegas inclusive veterinários, "se tá reproduzindo é porque tá bem", não é assim que funciona, tá reproduzindo porque a espécie precisa se manter na natureza, então o corpo dos animais foi feito pra isso, mesmo em situações extremas, ele consegui perpetuar a espécie, então não é porque tá reproduzindo porque eles estão ali ainda vivos que eles estão bem, de forma geral, o que a gente ver é que falta muito ainda pra atingir bem estar e tem muitos casos mesmo de maus tratos ainda na indústria da carne. (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

> Bom, é no meu caso é mais fácil lidar porque eu tive um [risos] aprendizado como eu te falei no início da entrevista, bem maquiavélico. E aí maquiavélico, quando eu uso esse termo, eu tô usando não no sentido de maldade, maquiavélico no sentido de que tudo é pensado para o objetivo final. **A nossa formação acadêmica era muito focada em questões produtivas e não de bem-estar animal. Hoje, na verdade eu tenho que fazer um esforço dentro de mim pra mudar toda essa forma de, de pensamento em produtividade pra aliar isso a questão de bem-estar animal.** Então, pra mim não existe assim nenhum conflito ético porque primeiro eu sou consumidor de, de proteína de origem animal, no caso a carne. E então, pra mim é uma contradição eu me alimentar de uma forma e achar ruim que o animal seja morto. **Eu considero que é necessário a morte dele para eu e outras pessoas se alimentarem,** mas como, eu vou repetir, né, tu desse a liberdade pra nós falarmos questões bem pessoais, assim…. É minha posição pessoal. Eu não enfrento nenhum conflito quanto a isso. Tenho colegas inclusive que fazem parte dessa comissão que são vegetarianos, eu nunca perguntei pra eles, mas acredito que pra eles seja um

[29] Disponível em: Medicina Veterinária (http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces012003.pdf), Zootecnia: (http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces04_06.pdf)

> conflito trabalhar em abatedouro como eu trabalho. (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).
>
> **Isso eu não preciso pensar muito não, pra mim, isso é fato, eu concordo com ela, a gente entra na faculdade** aí parece que aquele modelo animal ele realmente... tipo têm os animais que é fisiologia, comportamento, **mas a percepção de que tem senciência, que pensa, que sente, realmente fica de fora da formação,** isso é... eu acho que é generalizado, eu não sei como tá hoje na faculdade, porque eu sai faz já dezesseis, quase dezessete anos, não tudo isso, acho que quatorze anos, mas acontece também pra médicos, né? **A gente percebe e às vezes no decorrer, depois do exercício da profissão que eles voltam e eles param "nossa! não, pera", eles começam a ser mais humanos de novo, a entender o paciente, não só o fígado do paciente,** "tem que recuperar aquilo", não, o fígado tem um paciente junto, ele precisa da humanidade mesmo, não só de uma intervenção técnica e a gente perde sim isso na formação, eu tive etologia, a gente teve também uma disciplina sobre ética e foi só também, a gente não teve parte de comportamento animal, a gente tinha com outro professor, com Barbante, que era manejo de animais silvestres, que era mais assim tipo de recinto, não o animal em si, como um ser que pensa e sente, mas isso foi depois com o decorrer da profissão que nem eu te falei a gente vai voltando... alguns colegas ficam em alguns meios e não conseguem ter essa... eu acho né? **Eu acho que eu tive esse insight um tempo depois, e tem colegas que não, que são... a gente até brinca, também é uma brincadeira pejorativa e eu posso ser punida por isso (risos), que eles acabam sendo muito zootecnistas sabe?** Porque os zootecnistas de forma geral por mais que eles tratem de manejo, eles não tem essa ideia também, alguns não, tem insights também, tanto é que eles trabalham com comportamento animal, a WAP tá cheio de zootecnista, não sei se o Alexandre Rossi também, aquele treinador de cachorro, acho que ele é zootecnista, **mas, de forma geral, é produção, produção, produção, o animal é uma máquina, é um ser vivo, mas tá ali pra servir, eu concordo sim com ela, mas que legal que ela percebeu, ela vai sair dessa bolha.** (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

Mas o relato mais interessante a esse respeito foi "em off" depois que acabei uma entrevista. Dessa forma, vou resguardar o entrevistado e não vou transcrever porque não estava mais gravando. O entrevistado disse que o profissional na área dele, em Zootecnia, o **profissional tem que ser Machão**, existe uma influência na formação, e a pessoa tem que ser **insensível, forte, tem que ser machão**. **Se ele não demonstrar isso, vai ser tido como fresco, ou algo pejorativo**. **Faz parte da cultura dos profissionais serem insensíveis quantos aos animais, o animal é uma máquina.** Sempre foi assim e acaba se perpetuando na formação dos estudantes. Ele comentou também que mostrar cenas de abate, mesmo que seja humanitário, já que boa parte do processo é igual, pode implicar em redução do consumo. Ele já foi professor, reproduzia essa lógica tecnicista, de insensibilidade para com o animal, e quando ele se apercebeu, se sentiu mal, começou a agir de forma diferente em sala de aula. **Mas ele não se sentia à vontade para falar isso para seus pares.**

Segundo Joy (2014) os profissionais são criadores de mitos, mas agem de maneira meio irrefletida, as grandes empresas e a mídia tem um papel mais importante. Uma das questões que pode influenciar para a não mudança de posição de alguns pode ser suas obrigações financeiras, como Zebra apresentou, dizendo que era "mercenária". Uma fala que me fez pensar mais sobre isso, foi de Tartaruga:

> Tanto é que eu ouvi falar agora e por gente de dentro, que o mercado de cavalo já caiu sensivelmente, diz que **um veterinário ganhava X para tratar um cavalo qualquer, um cavalo qualquer não, até que corra na hípica e 10x** para tratar um cavalo que corre vaquejada, geralmente é o filão dos veterinários, daí esse movimento, **isso dai não é nada de amor ou esporte, é DINHEIRO!!! É DINHEIRO!!!** (Tartaruga, entrevista em 23 de novembro de 2016).

De uma forma geral, pelas falas dos entrevistados, posso identificar alguns aspectos ideológicos repassados pelos cursos de medicina veterinária e zootecnia: um uso instrumental do animal, que é visto como algo que deve servir ao humano e como uma máquina de "produção", o mito de que a proteína animal é necessária legitima e justifica essa visão. Dessa forma, não são apenas os animais que vão para o abate que passam por um processo de insensibilização ou atordoamento, mas os profissionais que passam pela banca escolar, são insensibilizados no trato com os animais. Depois, a rotina do trabalho, que transforma em normal e banal o tratamento dado aos animais, e a necessidade financeira de continuar trabalhando dessa forma ajudam nessa perpetuação. Isso ocorre de tal maneira que as pessoas que não passaram por esse aculturamento conseguem fazer uma conexão maior com os animais e "muitas vezes o que pra ciência veterinárias ou técnica é algo apropriado, adequado e esperado, pro consumidor é uma atrocidade" (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Como afirma Joy (2014), os profissionais desempenham um papel-chave na sustentação de ideologias violentas, como "vozes da razão" ou "moderadores racionais" contra os "radicais" dos direitos animais. Mas os profissionais são apenas pessoas fazendo seus trabalhos, foram criados dentro do sistema e veem o mundo através dessa ideologia, são criadores do mito inconscientes. Os criadores do mito dos agronegócios e executivos sustentam ativamente os mitos da indústria da carne (JOY, 2014). Na seção 4.6 trato de algumas das estratégias utilizadas pelas empresas para lidar com a demanda de consideração moral aos animais não-humanos.

Nesta seção verifiquei vestígios da ideologia carnista (JOY, 2014) no discurso dos respondentes. O desmembramento dos corpos (JOY, 2014) fazendo com que os animais sejam separados do alimento, a criação do referente ausente (ADAMS, 2012) também foi verificado,

de tal forma que, fica mais frágil conforme menor contato com a ideologia *carnista*. Ou seja, crianças e pessoas que não tiveram uma formação acadêmica ou profissional direcionada para justificar a morte sistemática de animais, são mais propensos a reagirem a essa dissociação.

Nessa seção e na anterior, analiso os aspectos do *Dark Side* das organizações relacionados aos animais não-humanos, na próxima seção analiso aqueles que envolvem os animais humanos.

4.5.3 *Dark Side* das organizações: Implicações sobre os humanos

As definições operacionais utilizadas para a análise dos dados foram: relações de poder e dominação, exploração (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014); abuso de poder, agressão, violência, assassinato, crimes contra o consumidor, fraudes, corrupção, crimes ambientais, manipulação política (articulações entre governos e organizações), mentir, gerenciar impressão, enganar (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2010); problemas de saúde e psicológicos devido ao trabalho (CARNEOSSO, 2011; JOY, 2014; BARAN, ROGELBERG; CLAUSEN, 2016); Ocultamento ou esquecimento de questões (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014; 2010); aspectos ideológicos (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014) e sua reprodução e a implementação através de instituições ideológicas como a política, mídia e educação (DIJK, 2006); aspectos não intencionais que aparecem como desfecho secundários ou efeitos colaterais do sistema: erro, má conduta e desastres (VAUGHAN, 1999).

A análise desta seção envolve relatos dos entrevistados, e também a análise de relatórios. O Relatório mais utilizado nessa seção é o *Atlas da Carne* da Fundação Heinrich Boll (2016), a publicação de mais sucesso dessa organização, que foi publicada originalmente em Berlim em 2013, com a versão em português elaborada pelo escritório da organização no Brasil em 2016. O material foi criado para "prover informação a respeito dos efeitos da produção da carne e oferecer alternativas" (UNMUBIG, 2016 p. 6). O Atlas da Carne não é uma campanha vegetariana. Todos da equipe no escritório do Brasil comem carne. "Ainda que eventualmente possa levar leitores a reduzir ou até a abandonar o seu consumo, a ideia não é lançar um apelo para que não se coma mais carne. A intenção do Atlas é informar e conscientizar melhor sobre como a picanha macia e a coxa de frango suculenta chegam ao nosso prato." (BARTELT, 2016 p. 7).

Além disso, foi muito utilizado o livro: *Cadeia Industrial da Carne*: Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos (AGUIAR; TURA, 2016), organizado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE. O livro é resultado de uma oficina, com o mesmo nome, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 2015, onde participaram movimentos do campo, organizações sociais e sindicais e representantes de universidades do Brasil, Estados Unidos, Alemanha e Paraguai. A FASE realizou o evento em parceria com Instituto para Agricultura e Políticas Comerciais (*Institute For Agriculture and Trade Policy* – IATP), com as organizações *Bread for the World, Germanwatch* e com a Fundação Böll, "a partir da percepção de que a indústria da carne intensifica o poder corporativo, impacta a vida dos pequenos produtores e passa por um período de mudanças estruturais com implicações ainda não compreendidas." (AGUIAR; TURA, 2016 p. 11).

Relatórios diversos da ONG Repórter Brasil completam as fontes pesquisas. A Repórter Brasil foi fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores com o objetivo de "fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores no Brasil" (REPÓRTER BRASIL, 2016 p. 1). Devido ao seu trabalho, tornou-se uma das mais importantes fontes de informação sobre **trabalho escravo no país**. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias educacionais têm sido usadas por lideranças do poder público, do setor empresarial e da sociedade civil como instrumentos para combater a escravidão contemporânea, um problema que afeta milhares de pessoas (REPÓRTER BRASIL, 2016).

O que é importante ressaltar dessas fontes utilizadas é que nenhuma delas é vinculada a organizações de defesa animal ou vegetarianas/veganas. Como vai ser visto ao longo dessa seção, não precisa levar em conta a consideração moral para com os animais não-humanos para verificar as relações de poder e implicações nocivas ao animal humano e ao meio ambiente da indústria de exploração animal.

O Atlas da Carne apresenta uma visão geral das questões que impactam nossa sociedade:

> Como podemos, enquanto consumidores, **nos inteirarmos dos impactos globais causados pelo nosso consumo de carne?** Você sabia, por exemplo, que a **produção de carne está diretamente relacionada ao desmatamento da Amazônia? Que a criação animal em escala industrial traz consequências para a pobreza e a fome, provoca deslocamento e migração, afeta o bem-estar animal, além de contribuir para as mudanças climáticas e para a perda de biodiversidade?** [...] o agronegócio tenta abafar os efeitos adversos do nosso alto consumo desses produtos. **Propagandas e embalagens em países desenvolvidos mostram**

> **imagens de animais alegres em fazendas felizes. Enquanto na realidade, o sofrimento dos animais, os danos ecológicos e os impactos sociais são varridos para debaixo do tapete**. [...] Em muitos países, consumidores estão fartos de serem enganados pelo agronegócio. Ao invés do dinheiro público ser utilizado para subsidiar fazendas industriais – como ocorre nos Estados Unidos e na União Europeia – consumidores querem políticas razoáveis que promovam uma pecuária realmente ecológica, social e ética. (UNMUBIG, 2016 p. 6)

Os organizadores do Atlas da Carne, fazem um resumo sobre as questões estudadas nesse material:

> Lições sobre a carne no mundo: 1) A DIETA NÃO É SÓ UM ASSUNTO PRIVADO: Cada alimento tem impactos muito concretos na vida das pessoas em todo o mundo, no meio ambiente, na biodiversidade e no clima, que não são levados em conta quando se come um pedaço de carne. 2) água, florestas, uso da terra, clima e biodiversidade: O MEIO AMBIENTE PODERIA SER FACILMENTE PROTEGIDO se o consumo de carne fosse reduzido e se a carne fosse produzida de forma diferente, 3) AS CLASSES MÉDIAS NO MUNDO CONSOMEM CARNE DEMAIS: Não só nos Estados Unidos e Europa, mas, de forma crescente, na China, na Índia e em outras nações emergentes, 4) ALTAS TAXAS DE CONSUMO DE CARNE LEVAM A UMA AGRICULTURA INDUSTRIALIZADA: Poucas corporações internacionais se beneficiam e continuam a expandir seu poder de mercado, 5) o consumo está aumentando, principalmente porque AS PESSOAS NAS CIDADES ESTÃO COMENDO MAIS CARNE: Nesse aspecto, o aumento da população desempenha um papel secundário, 6) A criação de gado em pequena escala e em zonas urbanas pode dar uma importante CONTRIBUIÇÃO À REDUÇÃO DA POBREZA, À IGUALDADE DE GÊNERO E A UMA DIETA SAUDÁVEL – não só em países emergentes, 7) A produção avícola tem os vínculos internacionais mais fortes, sendo dominada principalmente por grandes produtores, além de apresentar as mais altas taxas de crescimento. OS PRODUTORES DE PEQUENA ESCALA, AS AVES E O MEIO AMBIENTE SOFREM AS CONSEQUÊNCIAS, 8) A CARNE PRODUZIDA DE FORMA INTENSIVA NÃO É SAUDÁVEL – devido ao uso de antibióticos e hormônios, assim como pelo abuso de agroquímico na produção da forragem, 9) O CONSUMO DE CARNE NÃO TEM POR QUE CAUSAR DANOS AO CLIMA E AO MEIO AMBIENTE. Pelo contrário, o uso apropriado do solo, integrado à criação de animais, pode ter um efeito ambiental positivo, 10) Alternativas existem. Muitas iniciativas e sistemas de CERTIFICAÇÕES MOSTRAM COMO UM TIPO DIFERENTE DE PRODUÇÃO DE CARNE PODE FUNCIONAR – deve respeitar a saúde e o meio ambiente e garantir condições apropriadas para os animais, 11) A MUDANÇA É POSSÍVEL. Alguns dizem que os padrões de consumo de carne não podem mudar. Mas existe um movimento de pessoas que já está consumindo menos carne, ou prescindindo dela. (BARTELT, 2016 p. 8-9).

A visão dos criadores do Atlas, não é compartilhada pelos demais envolvidos nesse assunto, em especial quanto ao seu item 9. Schmidt, estudioso sobre questões ambientais da cadeia produtiva da carne, no Livro Cadeia Industrial da Carne, afirma:

> Existe ainda outra complexidade em se tratando da cadeia da carne, pois **o setor vem produzindo um eficiente discurso de sustentabilidade e construindo uma agenda global de produção de carne sustentável.** Para tanto, já existe uma articulação mundial que procura dar respostas às críticas

> apresentadas em relação aos poluentes, às emissões e ao bem-estar animal. No entanto, podemos identificar alguns pontos vulneráveis nessa grande narrativa da transição. [...] **É um mito considerar esta agricultura corporativa como eficiente. Existem vários elementos para demostrar que, tanto em termos energéticos como de insumos externos, ela consome mais do que gera.** (SCHMIDT, 2016 p. 29-30)

As questões ambientais, que são um forte impacto negativo da indústria de produtos de origem animal, em especial da carne, por não ser um assunto foco deste trabalho, não são apresentadas de maneira detalhada, mas os trechos de textos a seguir servem para dar uma visão geral do problema:

> Os ganhos que provêm da carne não são resultado apenas do trabalho das companhias do setor. Também se sustentam pelo **dano ambiental causado pelos criadouros industriais e pela utilização de forragem, custos que as empresas não pagam.** Além disso, recebem subsídios do Estado, que geralmente são distribuídos de acordo com a seguinte lógica: quanto maior a empresa, maior o subsídio. **Até hoje não foi feita uma contabilidade consolidada em termos econômicos e ecológicos,** mas podemos ter uma visão geral do sistema. **O valor de um produto animal é composto por três preços: um é pago pelo consumidor, outro, pelo contribuinte e, o terceiro, pela natureza.** O consumidor usa o primeiro preço para determinar o valor do produto. Os outros dois preços representam os subsídios ocultos para quem produz e comercializa esses artigos. **Provavelmente, os custos pagos pelo meio ambiente são os maiores,** mas são difíceis de calcular. (HEINRICH BOLL FOUNDATION, 2016 p. 32).

> A contribuição do setor para a poluição global segue a tendência mundial, tanto no que se **refere à emissão de gases de efeito estufa quanto à superfície demandada para a criação dos animais, diretamente relacionada com o desmatamento de grandes áreas de cerrado e florestas**. Outros riscos associados ao setor são: o aumento do número de estabelecimentos de engorda em sistema de confinamento em curral, **a perda da diversidade genética, a contaminação do solo e da água pela criação intensiva e o uso de fármacos** para erradicar doenças e acelerar o processo de engorda.
> A questão ambiental, somada a uma série de impactos sobre a saúde da população ainda não bem dimensionados, pede uma revisão urgente do setor no continente a fim de promover a produção de alimentos saudáveis, que não gerem impactos ambientais e desigualdades sociais. (HEINRICH BOLL FOUNDATION, 2016 p. 15).

A análise dos aspectos do *Dark Side* para os humanos está dividida em 3 partes: impacto sobre os trabalhadores, sobre o consumidor e sobre a sociedade. Inicio pelos aspectos do trabalhador. Os problemas associados vão desde problemas de saúde em virtude da rotina estafante, até trabalhos análogos ao escravo:

> Sobre as condições de trabalho, **a pecuária tem os maiores registros de trabalho escravo e forçado do Brasil. A informalidade também é extremamente alta neste setor.** Temos uma herança histórica, que não foi extirpada nos governos Lula e Dilma. **No processamento de carne, a descrição é de um trabalho extremamente penoso. Ao mesmo tempo, são áreas de relações sindicais muito difíceis.** A negociação não acontece ou se acontece, ela ocorre de forma paternalista. A própria fiscalização pelo

> Ministério Público do Trabalho (MPT) é difícil. Portanto, é importante abordar a questão da dificuldade de negociação e a fragilidade dos sindicatos. (MINEIRO, 2016 p. 24).

Barros (2015) explica que esse trabalho escravo contemporâneo ou "trabalho análogo ao de escravo" é crime contra dignidade humana (Código Penal Art. 149) e se caracteriza por qualquer dos quatro elementos: **trabalho forçado** (ameaça e violência física ou psicológica), **jornada exaustiva** (expediente penoso com tempo de descanso entre as jornadas insuficiente para recuperar as forças), **condições degradantes** (alojamento precário, falta de equipamento de proteção, alimentação insalubre e falta de água potável) e **servidão por dívida** (fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos por transporte, alimentos e ferramentas, para "prender" o trabalhador no local de trabalho). O trabalho escravo contemporâneo no Brasil tem pouco mais de duas décadas de estudo, e os dados do país quanto a esse tipo de trabalho e em especial do setor de pecuária é apresentado a seguir:

> Em 1995 o Brasil reconheceu a existência de formas contemporâneas de trabalho escravo no país e montou um grupo de fiscalização desta realidade. O processo cresceu bastante; atualmente 2.000 propriedades são fiscalizadas por ano. Como resultado, **dados revelam que entre 2003 e 2013 o setor com mais trabalhadores libertados da situação de trabalho escravo no Brasil foi a pecuária; foram mais de 11 mil trabalhadores libertados só neste setor, representando 27%**, seguido da cana-de-açúcar (25%)... ao contrário do que se imaginava, não se tratavam de produtores regionais, rudimentares. **O trabalho escravo contemporâneo ocorre em grandes propriedades, ligadas ao mercado internacional e às empresas transnacionais**. (CAMPOS, 2016 p. 32).

A ONG Repórter Brasil denuncia que empresa como JBS/Friboi distorcem a realidade, dizendo que estão compromissadas com a erradicação do trabalho escravo, por um lado, e comprado de forneceres irregulares de outro:

> Nesse contexto, surgiu o **Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo**, apresentando o compromisso das empresas de não comprarem de produtores relacionados com o trabalho escravo, a partir das informações fornecidas pelo governo através de uma lista suja do trabalho escravo. **O setor de carne sempre foi muito resistente a assumir qualquer tipo de compromisso neste sentido.** No entanto, isso começou a mudar em 2010 e 2011, quando algumas empresas assinaram o Pacto. **Hoje chegamos ao ponto em que as maiores empresas deste setor – JBS, Marfrig, Minerva e BRF – são signatárias, formalmente assumindo que não fazem comércio com fazendeiros da lista suja. Em 2015, o discurso destas empresas, através do Fórum de Sustentabilidade Empresarial, por exemplo, é de que resolveram o problema do trabalho escravo na cadeia produtiva** e que têm políticas contra a problemática, assim como contra o desmatamento ilegal. **O discurso está sendo construído como se a cadeia da carne não tivesse mais relação com o desmatamento e o trabalho escravo.** No entanto, pesquisas mais recentes indicam que, se por um lado, de fato, as maiores empresas adotaram políticas que proíbem a oferta direta de produtores na lista suja do trabalho escravo, por outro, **surgiram intermediações para permitir que a carne chegue aos frigoríficos. Em alguns casos, a intermediação também acontece como uma "lavagem do**

> **boi": um produtor que está em uma destas listas sujas faz uma pretensa venda do produto para um parente que vende ao frigorífico.**
> A Repórter Brasil fez um estudo de caso sobre esta problemática. O produtor Ezequiel Castanha e seu pai, Onério Castanha, foram denunciados por quadrilha de grilagem de terras. Ambos foram presos e processados e estão nas listas sujas do trabalho escravo e do desmatamento ilegal. O estudo de caso, no entanto, revelou que Onério Castanha transferiu mil cabeças de gado que estavam em seu nome para Cirineide, sua esposa e mãe de Ezequiel, que, então, foram vendidas à JBS. **Ou seja, o discurso de que os frigoríficos não fazem mais parte do problema é falacioso.** A Repórter Brasil está tentando aprofundar esta pesquisa para mostrar que **não se trata de um problema isolado, mas que, ao contrário, acontece em grande escala.** A pecuária está a ponto de ganhar a opinião dos grandes mercados vendendo a imagem de que resolveram o problema. Portanto, temos que nos mobilizar para mostrar que isso não está acontecendo. (CAMPOS, 2016 p. 32-33).

As primeiras denúncias mais contundentes sobre a indústria dos frigoríficos no país foram realizadas pela ONG Repórter Brasil, através da realização do documentário longa metragem ganhador do prêmio Vladimir Herzog em 2013, CarneOsso (CARNEOSSO, 2011) que indica a gravidade das condições de trabalho no setor frigorífico nacional e que estimulou a investigação Moendo Gente (MOENDO GENTE, 2016). Esse trabalho detalha os acidentes, doenças e problemas decorrentes do trabalho nas indústrias de abate de aves, suínos e bovinos, que em nosso país destoam da média dos demais segmentos econômicos. A JBS, Marfrig e BRF são os 3 maiores frigoríficos do país, comandam um vertiginoso crescimento da indústria no país, a contaminam "milhões de refeições mundo a fora com o indigesto cotidiano de trabalho na indústria da carne brasileira" (MOENDO GENTE, 2016).

Os dados mais atualizados da ONG Repórter Brasil apresentam mais de 47 mil trabalhadores resgatados desde 1995, O índice da pecuária teve um aumento entre 2003 e 2014, para manter a 1ª posição, mas com 29% do total dos casos. Só para título de comparação, esse mesmo relatório demonstra um dos setores da economia que mais tem repercussão na mídia, a confecção com apenas 1% do total de pessoas. (REPÓRTER BRASIL, 2015 p. 5). Mas o percentual do trabalho escravo na pecuária pode ser considerado maior ainda, pois conforme o mesmo relatório, existem 19% outras lavouras, 5% desmatamento. Se considerar que a indústria da carne está relacionada diretamente com o cultivo de soja, milho e outros grãos e que também está intimamente relacionada com o desmatamento. Isso pode ser verificado nos números da Amazônia, esses números se tornam maiores ainda e deixam clara a ligação com o desmatamento da floresta:

> **A criação de bovinos em latifúndios é, de longe, a principal responsável pelo desmatamento e pelo trabalho escravo na Amazônia. De toda a área devastada da floresta, até hoje 62% foram transformados em pastagens. E cada dez casos de trabalho escravo, sete referem-se a**

> **trabalhadores explorados em atividades ligadas à pecuária. Mais de 21 mil trabalhadores foram libertados da escravidão na Amazônia.** (BARROS, 2015 p. 6)

Em nosso Estado de Pernambuco, ainda temos a incidência de trabalho infantil na cadeia da carne nos municípios:

> [...] Excetuando-se o município de Salgueiro, **o trabalho infantil e clandestino é facilmente observado nas instalações públicas, notadamente no setor de triparia.** Isso ocorre de uma forma tão natural que em todas as visitas ao perguntar se existem crianças trabalhando nos matadouros, os gestores respondem categoricamente que não existe trabalho infantil. Mas verificamos que existe, apenas não é notado, pelo fato dos gestores desses equipamentos não considerarem a triparia como um setor do processo de abate ou não enxergarem que mesmo que tais serviços sejam, efetivamente, pagos pelos marchantes, **eles ocorrem nas instalações dos matadouros e, sem nenhuma formalização desta relação de trabalho ou da terceirização do trabalho** [...] Nos matadouros municipais, generalizando, a triparia é um setor onde as pessoas que exercem suas atividades, são contratadas diretamente pelos Marchantes. E, geralmente são atividades realizadas por mulheres. A presença dos homens se dá em número infinitamente inferior, quando ocorre. Como o espaço destinado a triparia, literalmente não possuem os equipamentos necessários para que se processe a limpeza das vísceras brancas (tripas, bucho, etc.) e vermelhas (fígado, rins, coração, etc.) e como as pessoas que lá trabalham, não têm vínculo empregatício com o Município ou Matadouro Municipal, a atenção dos gestores, quando muito, se restringem a limpeza e higienização do espaço, após jornada de trabalho de forma inadequada e precária, como já descrevemos anteriormente. (COOPAGEL, 2014 p. 26-27)

Além do trabalho escravo, os trabalhadores "comuns" desse setor também tem uma série de impactos sobre a sua jornada, com a internacionalização das empresas e o acirramento do mercado global:

> Nesse cenário, a batalha por preços mais baixos acaba sendo travada à custa dos empregados. Embora estime-se que milhões de pessoas em todo o mundo trabalhem em matadouros, o número real é desconhecido. **A função é considerada "suja", particularmente nos países ocidentais industrializados, onde esses trabalhadores têm pouco reconhecimento social e chegam até a ser excluídos. Baixos salários e condições de trabalho vergonhosas são a regra. Trata-se de um serviço monótono, que exige muita rapidez e expõe a riscos, como acidentes com máquinas e produtos químicos, danos causados à coluna e aos membros. Outros fatores incluem: exposição ao frio ou ao calor, ruídos constantes, risco de contrair doenças infecciosas e turnos noturnos ou de madrugada, dependendo do tipo de função. Além disso, a manipulação e o abate de animais são altamente estressantes**. Muitos desses trabalhadores declaram que **é preciso ser particularmente "duro" para executar esse tipo de serviço.**
>
> Com a industrialização, a mecanização também ganhou terreno no processo de esfola. **Dos atuais trabalhadores dos matadouros, são exigidas poucas das habilidades tradicionalmente empregadas no setor. Hoje, as empresas preferem contratar mão de obra semiqualificada e mais barata.** [...] Até a década de 1960, os sindicatos da indústria da carne ainda eram fortes, mas, nas últimas duas décadas, têm reduzido sua capacidade de

> incidência. Os empregados não têm voz nem voto para decidir sobre suas condições de trabalho, e as negociações coletivas são praticamente inexistentes em muitas partes do mundo. (HEINRICH BOLL FOUNDATION, 2016 p. 26).

> Quem trabalha em um frigorífico enfrenta diariamente uma série de situações prejudiciais à saúde que a maior parte das pessoas sequer imagina: **exposição constante a faca+serra+instrumentos cortantes, realização de movimentos repetitivos que podem gerar graves lesões e doenças, pressão psicológica para dar conta do alucinado ritmo de produção, jornadas exaustivas até mesmo aos sábados, ambiente asfixiante e frio, muito frio**. Uma das reações naturais do corpo humano a baixas temperaturas é a contração dos músculos. Por si só, isso já exige maior energia para a realização de qualquer movimento. O frio constante também causa impactos no aparelho respiratório e facilita o aparecimento de doenças como sinusite e pneumonia. **Mas um dos principais problemas do trabalho em frigoríficos é a elevada carga de movimentos repetitivos em um curto espaço de tempo: Para desossar uma sobrecoxa de frango, por exemplo, há trabalhadores que realizam até 120 movimentos em apenas 60 segundos.** Porém, estudos científicos apontam o limite de ações por minuto deve se situar na faixa de 25 a 33 movimentos, de forma a evitar o aparecimento das chamadas doenças osteomusculares. (REPÓRTER BRASIL, 2013 p. 8-9).

Em decorrência do ritmo de trabalho os números oficiais das doenças ocupacionais são enormes e acima da média dos outros setores da indústria:

> Em relação às plantas industriais e à realidade de quem trabalha nos frigoríficos, os trabalhadores da preparação de carne enfrentam uma séria de situações prejudiciais à saúde, como a exposição constante a instrumentos cortantes, o que resulta em acidentes, como mutilações. Outro problema são as Lesões provocadas por Esforço Repetitivo (LER). Os trabalhadores também enfrentam jornadas exaustivas, muitas vezes de mais de 10 horas diárias, excedendo a jornada de 8 horas estabelecida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e trabalham aos sábados. **Isso tudo reduz a vida útil destes trabalhadores, que passam entre 5 a 10 anos na indústria da carne e depois ficam inválidos para outras atividades de esforço manual.** A pressão psicológica para dar conta do ritmo alucinado de produção é intensa. Cobra-se destes trabalhadores um alto nível de produtividade. Desse modo, eles precisam manter a linha de produção em movimento, não podem parar para ir ao banheiro, olhar para o lado ou conversar. Há listas de demissões de pessoas consideradas menos produtivas. O ambiente também é asfixiante e frio, agravando a saúde dos trabalhadores. Por ser uma produção ligada ao mercado flutuante de *commodities*, **os relatos dos trabalhadores evidenciam que a velocidade da linha de produção e as exigências só aumentam.**
>
> Dados estatísticos, a partir do que é reportado ao governo, demonstram que **os trabalhadores do abate de bovino têm 3 vezes mais traumatismo de abdômen, ombro e braço que outros trabalhadores e 2,5 mais problemas de colunas. No abate de aves e suínos, eles têm 4,2 mais inflamações em músculos e tendões e 7,4 mais lesões de punho. São números altos, mas subdimensionados, pois, um dos problemas é a subnotificação de acidentes e doenças.** Esta situação torna-se pior considerando o número de trabalhadores empregados: em 2012, 750 mil trabalhadores foram contratados nas linhas de montagem dos frigoríficos. No entanto, **o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) não aceita a LER como doença,**

> **dificultando o afastamento remunerado dos trabalhadores.** (CAMPOS, 2016 p. 33-34)

O impacto da pressão por produção também é percebido por nosso entrevistado Tigre:

> É complicado, né. Imagine você abater 30 mil aves, 40 mil aves, você começa o expediente do dia, lá no serviço, você tem o caminhão ali fora, os caminhões, as gaiolas com 30 mil aves, você tem que abater 30 mil aves. **Não é fácil, é uma área muito espinhosa**. Tem colegas que compartilham desse mesmo pensamento e passa por longe de abatedouro. (Tigre, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Além desses aspectos, a precariedade nas relações de trabalho que diferem do registro pela CLT, como "prestadores de serviço" ou mesmo a informalidade:

> A produção integrada, principalmente de aves e suínos, piora as condições de trabalho, pois **os agricultores passam a trabalhar como se fossem funcionários das empresas, mas sem contrato de trabalho**. As jornadas são exaustivas, sem repouso semanal remunerado, sem cumprimento das normas de saúde e segurança, com **imposição de contratos de adesão com cláusulas abusivas, omissão no pagamento integral dos custos de produção, estabelecimento unilateral dos preços e exigências permanentes de investimentos sem que os agricultores tenham os devidos recursos, resultando em altos níveis de endividamento.** (SCHLESINGER, 2016 p. 21).

> **A informalidade no campo é altíssima, mais de 60%. À medida que o trabalhador está na informalidade, seus direitos estão sendo violados**. **Além dos direitos trabalhistas, que ele só receberia por meio de uma ação na Justiça, este trabalhador também tem desrespeitado o seu direito previdenciário,** tanto para ele quanto para a sua família. Mais de 60% dos trabalhadores **estão na informalidade, 2,5 milhões dos 4,1 milhões.** Em alguns estados este número é mais alto devido à mecanização. Alguns atingem 80-90%, como é o caso do Piauí e do Pará. **É um fator que deixa o trabalhador invisível e mascara a realidade dos acidentes.**
>
> Existem outros aspectos a serem ponderados. Como mencionado anteriormente, a pecuária é uma das atividades campeãs na utilização do trabalho escravo no Brasil. E ela oferece apenas um posto de trabalho a cada 500 hectares explorados. Mas, a situação é mais grave ainda. De 2006 a 2012, foram registrados 172 mil acidentes de trabalho no meio rural. **A produção da carne bovina estava em 3º lugar, com 12 mil acidentes; seguida pela de aves, com 8 mil; e pela de soja, com 5 mil. Considerando o trabalho informal, a ocorrência de acidentes é 10 vezes maior do que o registrado, o que revela a importância de refletir sobre os números oficias.**
>
> A produção de grãos e a pecuária têm características que precisam ser observadas em termos de impactos sociais. Elas substituem atividades que geram mais empregos, e geram poucos empregos; utilizam trabalho escravo; e estão entre os setores campeões em acidentes de trabalho. **Esses dados demonstram como o setor da indústria da carne desrespeita os direitos de seus trabalhadores em relação à saúde e segurança.** (BORGES, 2016 p. 45-46).

Apenas para exemplificar o assunto, vou apresentar alguns dados sobre a JBS, a maior das empresas pesquisadas neste trabalho. No Mato Grosso, onde a JBS possui 15 das 42

unidades de processamento de bovinos no país (JBS, 2016), possui cerca de 10 mil trabalhadores, quase um terço de todos os trabalhadores do setor no Estado. Segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT) a empresa tem quase 19 mil reclamações trabalhistas em tramitação. Em 2014, a JBS, foi condenada em segunda instância pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, no Mato Grosso, em dois processos[30] diferentes abertos pelo MPT com base em infrações sistemáticas de leis trabalhistas. As sentenças determinaram um pagamento R$ 2,3 milhões em danos morais coletivos por violações que envolvem desde o desrespeito a jornadas de trabalho e práticas que configuram assédio, até situações que podem afetar a saúde dos trabalhadores. Entre os problemas estão o fato de a empresa servir alimentos contaminados aos empregados, incluindo carne com larvas de moscas varejeiras, e o vazamento de gás amônia na unidade industrial de Juruena/MT (JUSBRASIL, 2014; REPÓRTER BRASIL, 2014).

A ONG Repórter Brasil (2014) apresenta o relato do Procurador no Ministério Público do Trabalho, Sandro Sardá, que afirma:

> **A JBS adota uma conduta deliberada em não proteger a saúde dos seus empregados mesmo diante dos graves agentes de risco presentes no processo produtivo em frigoríficos**", afirma. "É uma conduta absolutamente incompatível com o ordenamento jurídico constitucional e com o porte da JBS, que é a maior processadora de proteína animal do mundo. **A empresa pratica dumping social e somente procede a adequação das condições de trabalho mediante condenações judiciais**", ressalta.

Dentre outros processos trabalhistas em que a empresa se envolveu estão a multa de R$ 7 milhões por demissão em massa de empregados (IEPEC, 2016), R$ 2,5 milhões por condições precárias de higiene e acidente de trabalho (JUSBRASIL, 2014a), R$ 2 milhões e R$ 1 milhão por expor trabalhadores ao frio (JUSBRASIL, 2012), R$ 2 milhões por descumprir limite máximo de jornada de trabalho (JUSBRASIL, 2013) R$ 1 milhão por morte de trabalhadores (JUSBRASIL, 2013a).

Uma grande operação realizada pelo Ministério Público do Trabalho do Paraná e outras instituições públicas, Operação Grande Escolha, iniciada em maio de 2015 no frigorífico Big Frango da JBS, resultou em um processo (ainda em andamento) em R$ 73 milhões. Nele, uma série de irregularidades: jornadas de trabalho até 18 horas, ritmo de trabalho até 3 vezes superior ao adequado, 85% dos trabalhadores sentindo dores, quase 50%

[30] Os processos são: http://www.trt23.jus.br/acordao/2014/DJ1913/315135991.pdf e http://www.trt23.jus.br/acordao/2014/DJ1934/315136300.pdf

sentido frio, falta de pagamento de impostos trabalhistas, etc. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2015). O procurador do trabalho, coordenador da operação, Natali afirma:

> **A JBS chegou a submeter, a pretexto do lucro a qualquer preço, seus empregados a jornadas de até 18h**, ao trabalho por semanas a fio sem nenhum repouso e com intervalos entre jornadas que chegavam a patamares inferiores a 4h [...] **Tamanho nível de exploração humana era incomum mesmo nos idos do século 18, em pleno fervor da Revolução Industrial, quando não havia direitos tutelares do trabalho para garantir um mínimo de respeito e dignidade a quem trabalha** [...] **O mínimo que se poderia esperar do maior grupo econômico do planeta é que possuísse um sistema de diagnóstico precoce de agravos à saúde capaz de amenizar o sofrimento de seus trabalhadores.** Infelizmente, nem isso a JBS possui. Os frangos passam por um rigoroso processo de controle de doenças, seguramente muito melhor do que aquele oferecido aos empregados da JBS (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2015).

Em 2015 a Justiça do Trabalho divulgou lista dos seus 10 maiores litigantes (JUSTIÇA DO TRABALHO, 2015). Nesse relatório (REUNEJT, 2015) os 3 maiores frigoríficos estão presentes, com destaque, em vários estados federativos: A JBS é a 1ª no Mato Grosso, 2ª em Mato Grosso do Sul, 5ª maior em Goiânia, 8º maior em Rondônia. A Seara, que foi comprada pela JBS e mesmo no período já adquirida, aparece separada na lista, e se posiciona em 1ª no Mato Grosso do Sul 4ª em Santa Catarina. A BRF é 1ª em Goiânia e Santa Catarina, 3ª no Mato Grosso. A Marfrig é 6ª em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e 7ª maior em Rondônia.

Os processos na Justiça do Trabalho contra a BRF também impressionam nos valores. Vários condenamentos referentes a condições de trabalho, dentre eles, R$ 65 milhões e R$ 13 milhões por não pagamento do tempo de troca de uniforme dos trabalhadores (EXAME, 2012; JUSBRASIL, 2013b), R$ 10 milhões por ritmo de trabalho inadequado (O GLOBO, 2014), R$ 4 milhões por ilegalidades na jornada de trabalho (REPÓRTER BRASIL, 2014), R$ 1 milhão por dano moral coletivo, por manter trabalhadores em condições de análogas às de escravos (G1, 2014b).

As péssimas condições de trabalho que existe nessa indústria não é exclusividade dos grandes frigoríficos, das pequenas fazendas, ela pode também se encontrar nos matadouros públicos. O MPPE verificou isso em visitas feitas a matadouros municipais, além da constatação anterior da COOPAGEL:

> [...] o matadouro não apresentava boas condições, eu fui lá numa reunião com a promotora que me convidou, e os magarefes, aquelas pessoas que trabalham no abate, no corte da carne, se reuniram lá, uma verdadeira insurreição com muita raiva do Ministério Público numa reunião bem exaltados, eles se posicionavam em relação a questão da perda do emprego. O Ministério Público alegava que o número de magarefes era muito pouco e cabia ao município dar uma destinação razoável a questão, ou seja, arrumar

> emprego, **propiciar um outro emprego um outro meio de vida para essas pessoas que estavam expostas a problemas de saúde, porque pegavam carnes, em vísceras dos animais sem nenhuma luva inclusive, as facas utilizadas nos vários matadouros eram irregulares.**

Na situação de precariedade que vivem os trabalhadores, ondem eles estão tentando "sobreviver" é muito difícil ter consideração pelo outro (animal), como demonstra Zebra:

> [...] às vezes no galpão de espera a gente escuta isso, às vezes o cara tá falando brincando sabe, mas aquilo, você sente, você sabe que no fundo, no fundo tem uma pontinha de verdade ali, **"Bah! Um monte de ventilador pra esses frangos, tinha que por ventilador lá" ou "Nossa! Esses bichos são mais bem tratados que eu", o cara dar risada, mas é real**... grande parte do pessoal que compra, que nem eu disse antes, **não tem essa preocupação porque a vida deles na verdade é sobreviver, não é viver, por isso, tem outras coisas pra prestar atenção do que essa questão.** (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

Nossos entrevistados Esquilo e Gavião também conseguem traçar uma relação entre a forma com que os trabalhadores são tratados e como isso reverte sobre os animais:

> [...] nesse workshop, então, foi muito interessante porque essas assumidades internacionais a respeito do assunto bem-estar animal estavam palestrando, nós tivemos oportunidade de conhecê-los, fazer perguntas e até ter conversas informais nos bastidores. Mas, um recado que eles deram pra nós como norteador pra conseguirmos nossos objetivos, é termos em mente o seguinte: **não existe bem-estar animal sem bem-estar humano e ponto final.** E esse foi o recado que eles nos deram. **Se vocês querem que um profissional, que trabalhe numa fazenda, num abatedouro trate bem os animais, a empresa, o patrão vai ter que tratar essas pessoas de uma forma humana, senão ele não vai tratar humanitariamente os animais. Então, este é um ponto que dificulta no Brasil hoje pela nossa, nossas relações de trabalho e valorização do emprego e dessa tarefa de cuidar bem dos animais,** na minha opinião particular. (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

> Na verdade, eles são muito interligados (bem-estar humano e animal). É, a primeira coisa que tem que ser atendida é o bem-estar humano. **Na minha opinião, assim, claro que são coisas que vão simultaneamente mas se o bem-estar humano não é atendido, ele não vai porque o bem-estar do animal depende.** Como os animais são criados e são, é, domesticados pelos humanos, ele depende muito do ser humano. **Ele depende muito do criador, do fazendeiro tá com seu bem-estar atendido pra então poder passar essa interação positiva ao animal. Se eu tenho uma pessoa que é insatisfeito com o trabalho, tá infeliz, ele vai entrar num galpão, ele vai chutar um animal, ele vai maltratar o animal, ele não vai dar a atenção necessária pra esses animais.** Então o bem-estar dele tá extremamente ligados a esses pontos. A gente vê uma diferença grande com o sistema de produção no Sul do país, por exemplo, que é um sistema, mais familiar. Então, quem é o dono da granja, é quem de fato fica lá, quem cuida dos animais e tudo. E uma produção mais em larga escala, que é o centro-oeste do Brasil, que o proprietário não é a pessoa que fica lá cuidando. Então, ele tem os funcionários. Esses funcionários são terceirizados, então tudo acaba sendo um processo muito mais industrial. Eu não saberia dizer o que que é melhor porque tem, isso vai depender de cada um. Tem, às vezes, um funcionário que ele cuida muito melhor do que um proprietário lá no Sul e

> vice-versa. Então isso é complexo. Mas a gente vê muitos exemplos, no próprio frigorífico, de, é, pessoas que não têm o mínimo de condições. Dá um exemplo que eu vi muito durante alguns treinamentos. **A gente falava pras pessoas, os manejadores "Olha, não aplica choque no animal pra manejar ele. Ele tá indo, ele tá andando, não precisa aplicar choque, tudo.". Aí ele falou assim: "Olha, você tá vindo aqui, você tá me exigindo que eu não aplique choque, que eu faça carinho nele". Que, na verdade, eles acabam até sendo extremistas, "Que os animais, se você olhar ali o animal tem água fresca, ele tem sombra no curral, é um animal que tá tranquilo. E eu tô trabalhando desde as 4 horas da manhã, não tenho sombra aqui na coisa. Então, se tá chovendo, se tá um sol de 40 graus, eu tô aqui. E o animal, só falta ter música ali pra ele"**. **Estão com a bota rasgada. Se ele quer tomar água, ele tem que dar a volta e ir lá na manutenção, não pode tomar água a hora que ele quer.** Então, tudo isso interfere de fato no bem-estar do animal. Então, a gente começou a mostrar muito isso. Foi um exemplo bem legal que a gente fez com uma das indústrias de bovinos, que, colocando o bebedouro ali pra ele ao lado, próximo da equipe, ali do curral. É, colocando uma sombra ali pra ele, uma proteção, dando melhores qualidades de vida, de trabalho pra ele, isso refletia drasticamente no bem-estar do animal porque ele começou a refletir aquilo ali para o animal. Então, é, isso tem uma relação extremamente forte. A interação homem-animal é algo que de fato vai ser determinante pra que o animal tenha seu bem-estar atendido. (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

Os relatos nos ajudam a entender a relação entre o bem-estar humano e o animal. Se ao mesmo tempo identificamos que um ser humanos "maltratado" pela indústria provavelmente não vai tratar bem o animal, verificamos também que o animal humano e o animal não-humano recebem um tratamento igualmente de desconsideração e objetificação por essa indústria, diferenciando o fato de que que para ela o trabalhador vale mais vivo e o animal vale mais morto.

Além dos problemas físicos, existe aqueles psicológicos, associados ao "trabalho sujo". Não ouve nada muito específico quanto a esse aspecto, como apresentados por Baran, Rogelberg e Clausen (2016), mas Zebra fez uma menção:

> Eu tive um professor que talvez seja bom entrevistar, enfim, deve ter falado dele, do Mateus Paranhos, não né? É de Jaboticabal e ele dar aula pra gente infelizmente no primeiro semestre quando a gente entra, ele dar aula de ecologia, como a gente é muito novo e muito... a gente acaba não prestando tanta atenção como deveria, mas uma frase que me marcou dele, não sei se ele repetiu muitas vezes ou se foi uma vez só, "o problema de bem estar acaba quando o animal morre", porque uma vez que o animal morreu acabou a percepção de dor, sofrimento, necessidade social acabou, na verdade, o animal vai morrer e o.k. ele morreu, uma vez que ele morreu acabou não tem mais problema de bem estar animal, **o problema pode ser pra que ele... o operador da ação da morte que aí talvez seja a questão de bem estar humano, que é ao lidar com a morte em frigorífico, é um ambiente pesado e tal,** mas o problema pro animal, o momento que ele morreu, acabou, não tem mais problema de bem estar, então eu não vejo isso como sendo um problema, a morte, não. (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

Os aspectos a seguir tratam dos problemas para o consumidor, principalmente relacionados à sua saúde, e propaganda enganosa (que vai ser melhor explorada na seção seguinte, 4.6)

Uma questão muito importante, mas pouquíssimo discutido de forma ampla na sociedade sobre a indústria da carne é a utilização de antibióticos nos animais confinados. A Fundação Heinrich Boll explica a problemática:

> A Organização Mundial da Saúde **(OMS) adverte que, se o uso indiscriminado de antibióticos continuar no setor de criação animal, poderemos entrar em uma era pós-antibióticos na qual doenças que hoje são facilmente curáveis voltariam a ser letais**. Apesar dessa advertência, poucos países têm abordado a questão. **Na indústria da carne, os antibióticos são empregados para que os animais resistam às condições em que vivem até serem abatidos. Contudo, uma grande parte também é empregada para aumentar e acelerar o crescimento:** os porcos que recebem antibióticos, por exemplo, precisam de 10 a 15% menos alimentos para atingir o peso de mercado.
>
> Embora a União Europeia tenha proibido a prática em 2006 [...] Em outras partes do mundo, **a utilização dessas drogas não tem regulamentação ou qualquer restrição.** Estima-se que na China os animais criados em currais recebam mais de 100 mil toneladas de antibióticos a cada ano, a maioria sem monitoramento. Nos Estados Unidos, a produção pecuária consumiu 13 mil toneladas de antibióticos até 2009, o que representa quase 80% de todos os antibióticos utilizados no país.
>
> A produção industrial de insumos de granja tem se intensificado a um ritmo acelerado durante as últimas décadas, tendo **os antibióticos como uma força motriz por trás do processo. Isso porque cumprem duas funções: ajudam os animais a superar as condições sanitárias e de superlotação em que vivem e, por outro lado, os fazem crescer mais rápido.**
>
> **Segundo a OMS, atualmente são administrados mais antibióticos a animais saudáveis do que a humanos doentes. A utilização de antibióticos como promotores do crescimento é legal em muitas partes do mundo** e, até recentemente, quase toda a produção de carne em grande escala nos países em desenvolvimento envolvia a administração, em baixas dosagens, de antibióticos nos alimentos para os animais.
>
> **É bastante comum inocular no gado os mesmos antibióticos administrados a seres humanos. Cada vez que isso é feito, existe a possibilidade de que a bactéria desenvolva uma resistência a determinado fármaco. E assim nascem as "superbactérias", que também infectam os seres humanos e são resistentes a diferentes tipos de antibióticos, sendo, portanto, particularmente difíceis de curar. O uso imprudente de antibióticos na produção de gado**, nos comedouros e bebedouros, **exacerba o problema da resistência**. **É impossível assegurar que cada animal receba uma dose adequada ou suficiente da droga**. Raramente são feitos testes diagnósticos para verificar se tem sido usado o tipo correto de antibiótico. (HEINRICH BOLL FOUNDATION, 2016 p. 38-39).

Essa realidade apontada de maneira mundial pode ser identificada em nosso país. Todos os respondentes, de diversos estados, que responderam essa pergunta confirmaram a utilização de antibióticos, que é autorizada em nosso país. Gavião exemplifica isso, mas

questiona que talvez os problemas para a saúde humana sejam mais relacionados a automedicação. Perguntado se os animais recebem antibiótico ele responde:

> Bastante. **A indústria, ela trata esse de uma forma obscura, mas a gente sabe que ela utiliza antibiótico de forma preventiva. Qual que é o objetivo de utilizar antibiótico de forma preventiva? ... quando você usa o antibiótico de forma preventiva em doses homeopáticas que a gente chama, isso melhora a capacidade dele ganhar peso. Então, quando você usa ele de forma homeopática e preventiva, a gente chama isso como uso como promotor de crescimento.** Então, é, qual que é o problema de um impacto disso? Tanto o animal quanto o humano ficam mais resistente a bactérias. Então a gente vai ter bactérias resistentes porque eu tô favorecendo, nós também acabamos ficando nesse. É. Quando a gente consome isso a gente acaba interferindo nesse ciclo né? Então as bactérias... Todos esses problemas que a gente vê hoje. Claro que a gente não pode alegar que isso é só por causa dos animais porque existem vários outros fatores, mas, esses problemas que a gente vê de bactérias resistentes, de todas essas doenças, ela tem uma parcela significativa por causa disso, dessa utilização de forma, é, de forma, é, (ah, suspiro) incontrolada pela indústria. **Mas ela também tem uma grande parcela do próprio consumo incontrolado do ser humano de tomar antibiótico pra tudo e se automedicar porque ele gosta muito de se automedicar. Então, são dois grandes fatores, mas, é, de fato, o antibiótico, a utilização de antibióticos na produção animal, isso em todos os animais, ele como preventivo, ele é, é um grande problema.** A gente tem que tomar muito cuidado quando a gente trata esse assunto porque isso não significa que eu não vou tratar um animal quando ele tá, ele precise. Porque quando a gente fala 'Ah, um sistema orgânico'. É, eu preciso tratar esse animal. Se ele ficar doente, eu preciso tratar e entrar com antibiótico de forma como tratamento porque se não eu vou estar interferindo, prejudicando o bem-estar dele, né? Assim como a gente, quando a gente fica doente, a gente tem que tratar. Agora, o que a indústria faz muito é usar antibiótico na ração ou na água como forma homeopática e preventiva. (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

Sobre esse aspecto, a palavra dada sobre os problemas foi de uma respeitada Fundação Alemã, ademais a compra de antibióticos sofre mais restrições do que outras formas de se automedicar. Além disso existem artigos científicos que tratam que existe realmente uma influência muito grande dos problemas humanos de resistência à antibióticos relacionados a alimentação à base de animais[31].

No Estado de Pernambuco, no âmbito de inspeção Federal e Estadual, Tigre e Onça confirmam o uso:

> **Sim, sim, recebem antibióticos, sim... Pra saúde delas...** bem, o espaço de tempo é muito curto, elas são... o pessoal coloca antibióticos pra elas mesmo

31 Para mais informações, alguns artigos podem ser acessados a partir dos links: http://cmr.asm.org/content/24/4/718, http://aac.asm.org/content/60/9/5302.abstract, http://www.who.int/entity/world-health-day/2011/presskit/whd2011_fs4_animal.pdf, http://www.who.int/entity/world-health-day/2011/presskit/whd2011_fs4d_subanimal.pdf, https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/microsites/ostp/PCAST/price_lance.pdf

> já pra passarem aquele tempo que é curto, quarenta cinco dias, quarenta dois, dependendo, de dois a quarenta e cinco dias sem apresentar nenhum tipo de doença mesmo, tá certo? Em relação ao humano não, ali tem problemas, ele só pode ser abatida sem.… como é que chama descanso? Meu Deus, esqueci o nome. Eles gostam de antibiótico mesmo, entendesse? Aí o que acontece... não se tem ainda..., mas assim não podem ser abatidas, não devem, nenhum animal deve ser abatido.... Temos **legislação, mas a gente não tem como fiscalizar isso porque precisaria de um laboratório mais incrementado...** (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

> Também que, aí sim que é uma coisa que chamam antibióticos e probióticos, né, que isso sim a legislação precisa rever, como é que tá, o que é que pode usar, ou infelizmente lá na ponta onde tá o, o aviário, o galpão, o cidadão lá o, o integrário, que a maioria hoje é **integrário, ele recebe os medicamentos pra usar durante tantos dias. Será que realmente tá seguindo aquele ali, aí eu tenho, eu tenho minhas dúvidas que sim.** (Tigre, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Em âmbito da inspeção SIF (Federal) existe um controle mínimo sobre os níveis de antibióticos, não que isso garanta a saúde humanas. Esquilo relata como é o procedimento de controle:

> [...] Bom, aí tem duas questões: na saúde delas não há nenhum impacto negativo que saibamos, além dos efeitos adversos normais que qualquer medicamento tem, mas não causa pelo que sabemos nenhum tipo de sofrimento à ave, a ingestão desses antibióticos. Eles são na maioria das vezes profiláticos. Então, eles são administrados com um fim de, de evitar que ocorram doenças. **No ser humano, existem períodos de carência pré-estabelecidos para cada medicamento. Que que é um período de carência? É o tempo entre o último, a data de administração de um fármaco e o abate dele pra transformação do músculo em carne**. Então, tem medicamentos que o período de carência é 7 dias, outro é 15 dias, outro não tem período de carência, por que? Porque é metabolizado muito rápido dentro do organismo do animal. O que que significa isso? Vamos pegar um exemplo, Norfloxacino. 7 dias é o período de carência. Então, o animal 7 dias antes de vir pro abate não pode mais receber aquela medicação por que? **Porque se o animal for morto, há grande probabilidade de existir em grande quantidade daquele antibiótico na carne do animal para o consumidor.** Qual é a implicância disso? **Se nós começarmos a ingerir carne com antibiótico, as bactérias dos nossos organismos vão começar a ser selecionadas geneticamente pra resistir aquela medicação, aí quando ficamos doentes vamos pro hospital, o médico tenta aplicar aquele medicamento devido a um infecção e ele acaba não funcionando porque aquelas bactérias já são resistentes.** O que que nos estabelecimentos que são submetidos a inspeção federal sofrem? **Sofrem uma amostragem do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, não sei se alguém já te falou desse programa. É o PNCRC.** Um sistema informatizado sorteia rotineiramente todos os estabelecimentos do Brasil para diferentes analitos. Analitos são medicamentos. Nós fazemos, então, a coleta de órgãos ou músculos ou de gordura animal. Enviamos para o laboratório credenciado ao Ministério pra pesquisa daquele analito. **Além de conferirmos documentalmente a obediência do período de carência, é feita essa análise em produto pra se ter uma garantia de que produtos não estão sendo utilizados fora do período de carência.... Às vezes acontece violação, e aí iniciado tem todo um procedimento pré-**

> **estabelecido no Ministério de Agricultura pra realizar uma investigação que chega até ao produtor. E toda cadeia é punida, caso ocorra uma detecção deste tipo, que raramente acontece, mas já aconteceu.** (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Se a empresa tiver cometido uma ilegalidade, pode gerar um transtorno, mas segundo Zebra, a multa é irrisória, comparando o faturamento das grandes empresas que são inspecionadas pelo SIF.

> **Na verdade, dar uns transtornos porque eles têm que fazer uns super programas de investigação, o produtor ficar com três lotes retidos, nossa!** É bem... o transtorno que isso gera é bem grande, não é multa, viu? **Essa parte de sanções dos Ministério é muito complicadinha, a multa máxima que a gente tem é quinze mil reais, a gente assina contêiner todos os dias de cem mil reais, oitenta mil reais... Quinze mil reais pra eles não é nada.** (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

Se o SIF tem esse mecanismo de controle, o mesmo não se pode dizer do Estado de Pernambuco (e talvez outros), conforme Onça afirmou anteriormente que não acontece. Tigre que é do MAPA, quando ficou sabendo por mim que o Estado não fazia os testes, respondeu:

> **Qualquer desculpa é válida porque se tiver seriedade, nada impede de o Estado fazer um convênio, um convênio com a União por que não?** Por que não? Porque o Estado, por exemplo, o estado de Pernambuco tem laboratórios bons aqui, os laboratórios do estado Pernambuco são bons. O Governo Federal e o Governo do Estado faz o, o PAR, que é o Programa de Análise de Resíduos de Alimentos. É fantástico esse projeto, e funciona até hoje, por que? **Porque existe interesse das pessoas, quando não se quer fazer qualquer desculpa vale. Entendeu? Então, é muito fácil dizer 'olha, não dá, nem com quem, se é fácil'.** Agora você quer resolver, tem como, vai lá faz um convênio, Governo Federal tá aí pra isso, né. Então, o Governo Federal tem condição, como a gente tem feito aqui. Particularmente fiz parte de uma comissão investigativa de presença de determinado produto na carne do frango, que a gente foi lá, levantou, investigou e chegou a uma conclusão e mandou pra Brasília. Quer dizer tem sim? Claro que tem. Agora é o fazer, é querer, é vontade de fazer, é responsabilidade, é o compromisso. Responsabilidade social da carreira do auditor, é a reponsabilidade social do empresário, responsabilidade do, do integrado. Aí sim!

A utilização de antibióticas para a indústria é uma questão estritamente econômica, para aumentar o peso dos animais para um abate mais rápido e em virtude da necessidade de criar soluções paliativas para resolver os problemas causados pelo sistema de confinamento. Esse último também é feito para reduzir os custos operacionais. O que dizer de empresas que colocam em risco a saúde mundial para melhorar seus ganhos financeiros?

Além dos problemas que podem ser causados pelos antibióticos à saúde humana, outros problemas no processo podem provocar doença. É só lembrar, como visto anteriormente, que os veterinários contratos para verificar a qualidade sanitário fica numa posição de submissão as empresas ou matadouros municipais, de tal forma que deve ser muito difícil condenar "carcaças" de animais com problemas de saúde. Não é incomum casos de lotes contaminados. Como relata Foca:

> [...] também exporta muito, então a preocupação muito dos nossos superiores é a exportação, porque quando **uma carne chega na Rússia, eles analisam, eles fazem análise, se tiver contaminado, volta, volta muita carne, principalmente dessas grandes indústrias que não se preocupam, só que isso não sai na mídia, não é?** Nós sabemos porque tamos no meio, mas a mídia não divulga quando volta um rechaço de carne com salmonela, por exemplo, da Rússia, de empresas grandes que exportaram. Então é uma preocupação geral (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

O nosso Estado também passou por problemas com a qualidade sanitária do rebanho. Como afirma um de nossos entrevistados (manteremos sigilo):

> [...] tivemos um caso aqui em Pernambuco de uma certa doença, por exemplo, **que alcançou o rebanho pernambucano que se tratava de uma doença que seria capaz de eliminar, proibir toda a exportação de carne do país.** Então, é uma doença que para o Governo precisava ser mantida em sigilo e tratada, e o Governo recomendou o abate de todo o rebanho do local pra eliminação desse foco. **Mas os criadores se recusaram e utilizaram todos os artifícios possíveis pra burlar a lei e não ter o prejuízo com o abate do rebanho pra eliminação do foco da doença, que era tão grave que se quer podia ser tratada com remédios.**

Outro problema para a saúde humana está relacionado a ração que os animais comem. Elas podem contar vestígios de pesticida, que podem ser passados aos humanos que consumirem o animal, conforme pesquisado pela Fundação Boll:

> **Lacunas nas leis** que obrigam a rotulagem de alimentos formulados com transgênicos – ou, ao menos no caso do Brasil, o não cumprimento da lei – **possibilitam que a carne, os laticínios e os ovos produzidos a partir de animais alimentados com transgênicos sejam vendidos sem o rótulo que alertaria sobre a presença da modificação genética na formulação.**
> **Por que os consumidores de carne deveriam se preocupar com essa situação? Porque resíduos de glifosato podem estar presentes em baixas doses nos produtos derivados dos animais que os consomem, e porque há dúvidas crescentes sobre a segurança sanitária do composto.** O problema é que o glifosato é um herbicida sistêmico, o que significa que se desloca através da planta até as folhas, os grãos ou as frutas. Ele não pode ser eliminado por lavagem nem se decompõe pelo cozimento. **Seus resíduos se mantêm estáveis na comida e nos alimentos para animais durante um ano ou mais, mesmo que tenham sido congelados, secos ou processados**. **Estudos conduzidos pelas indústrias pecuárias reconhecem que, mesmo quando os animais consomem glifosato em quantidades que são permitidas nos alimentos, pode haver uma pequena quantidade de resíduos desse agrotóxico no leite e nos ovos, bem como no fígado e nos rins**. **Há evidências de que o glifosato afeta o sistema hormonal humano, podendo produzir efeitos irreversíveis em determinados estágios da vida, como na gravidez.** Além disso, os agrotóxicos que contêm glifosato como princípio ativo mostraram ser genotóxicos, ou seja, **interferem na capacidade das células de copiar o DNA com precisão e reproduzí-lo, o que aumenta a possibilidade de potenciais mutações genéticas e eleva o risco de câncer.** Na província argentina de Chaco, os índices de câncer triplicaram na última década. Em todas as regiões de cultivo de soja na América do Sul tem sido registrado aumento das anomalias congênitas. Em um estudo realizado no Paraguai, verificou-se que os bebês de mulheres que viviam a até um quilômetro de distância dos campos pulverizados com

> glifosato apresentava mais que o dobro de probabilidade de nascer com alterações. (HEINRICH BOLL FOUNDATION, 2016 p. 46-47).

O último dos principais aspectos relacionados a problemas com os consumidores é a propaganda enganosa e/ou fraude. Ela vai ser mais detalhada na próxima seção, por isso, o comentário de Foca serve apenas para lembrar desse assunto, que foi apresentado por ela no final da entrevista, de maneira espontânea:

> [...] sobre a questão da diferença da carne do macho e da fêmea, que a indústria se aproveita muito disso, porque cada um, tem um valor agregado. [...] As pessoas costumam comprar mais a carne da fêmea, **e aí eles abatem macho e dizem que tudo é fêmea, entendeu? Ou então eles veem que o mercado gosta mais do macho, aí eles já abatem um monte de fêmea e põe tudo como um macho,** então essa falta de controle também aí, porque **isso é engano ao consumidor, a gente pega a carne e tá lá, sexo: macho, procedência: tal, não sei quê, que é a rastreabilidade, então a gente ver que algumas indústrias não respeitam isso, a rastreabilidade, só querem saber mesmo do dinheiro, do que tá pagando melhor, eles vão lá!** (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Para finalizar os aspectos que abordo sobre o *DS* da indústria da exploração animal para os humanos são os problemas associados a sociedade: os principais encontrados foi manipulação política, concentração de poder, possibilidades de fraudes e violência.

Um dos aspectos mais questionáveis durante o período de crescimento estratosférico da JBS (e também de um crescimento significativo da BRF) foi a política do Governo Federal de "campeões nacionais" onde o BNDES detém 24,58% das ações da JBS e a Caixa Econômica, que pertence ao governo federal, detém 10,8% das ações. A BRF não tem capital do BNDES, mas conta com a participação de grandes fundos de pensão. A Fundação H. Boll explica o acontecido e possível consequências negativas do ato:

> **Em 2008, o BNDES lançou a política das "campeãs nacionais", da qual foi investidor direto e articulador de fusões e aquisições de empresas agroexportadoras. A concentração de capitais do setor de carne e derivados foi um dos resultados.** [...] Os grandes frigoríficos vão ampliando seu domínio sobre toda a cadeia produtiva de carnes, nos planos doméstico e internacional. A iniciativa governamental de criar esses campeões representa, sem dúvida, um sucesso para seus acionistas controladores. Resta saber o que ganha com isso o restante da população brasileira, que arca com o custo dos recursos direcionados a essas empresas. Nesse sentido, algumas consequências negativas podem ser elencadas:
> • Os pequenos criadores, que possuem pouca estrutura de acesso ao mercado, tendem a se tornar cativos dos grandes frigoríficos, que passam a pagar-lhes um preço menor, apropriando-se de suas margens de lucro.
> • A concentração de mercado em mãos de poucos fornecedores, assim como a possível formação de oligopólios, pode acarretar também aumento dos preços para os consumidores, em nível nacional e global.
> • Nada assegura que o capital exportado para o exterior na compra de frigoríficos em outros países, assim como o lucro obtido a partir daí, possa um dia retornar ao Brasil.

> • Um banco do governo federal voltado para o desenvolvimento econômico e social não deveria direcionar seus recursos para atividades que geram empregos somente em outros países.
> • O Brasil já se submete a uma relação de trocas desigual em seu comércio exterior, ao exportar commodities e importar produtos de alto conteúdo tecnológico. Assim, não faz sentido que o banco de fomento ao desenvolvimento do país direcione recursos públicos para que uma empresa que já vende carnes simplesmente passe a vender ainda mais carnes. (HEINRICH BOLL FOUNDATION, 2016 p. 19).

Os governos podem auxiliar de outras formas os grandes produtores de carne:

> Alguns países pobres tendem a apoiar sua indústria agrícola por meio de leis inadequadas que permitem a exploração das pessoas e do meio ambiente. Para continuar sendo os fornecedores mais baratos de forragens e carne no mercado mundial, os governos permitem que os trabalhadores sejam submetidos a condições análogas à escravidão por baixos salários, não aplicam controles ambientais, arrendam terras do Estado a preços baixos para os grandes produtores e não tomam medidas contra madeireiros ilegais que desmatam terras para posterior uso dos pecuaristas. (HEINRICH BOLL FOUNDATION, 2016 p. 33).

Em 2014 a JBS foi a maior doadora da última eleição que as empresas puderam fazer doações, em 2014, com o valor total de R$ 391 milhões, seguida de longe pela Odebrecht - uma das empresas investigadas na Operação Lava Jato - com R$ 111 milhões (TERENZI, URIBE, AZEVEDO, 2014). Isso representa 8% do custo total de toda campanha eleitoral. Já é antiga a relação entre doações de campanha eleitoral e possíveis favorecimentos políticos. A ocorrência de práticas antiéticas e ilegais tem sido favorecida, de modo estrutural, pelas relações estabelecidas entre empresas e o poder público a partir do financiamento das campanhas eleitorais, com prejuízos à democracia e à qualidade da vida urbana (CERVI, 2010). Como doadores principais, tais empresas acabam por interferir nas decisões governamentais, podendo impor seus interesses tanto no que se refere às obras públicas, quanto à obtenção de facilidades de aprovação de empreendimentos privados (BARRETO et al., 2014).

As doações de empresas em campanhas eleitorais tiveram uma maior evidência quando algumas construtoras doadoras se envolveram em um escândalo de desvio de até R$ 10 bilhões na Petrobrás, na operação da Polícia Federal que ficou conhecida como Lava Jato (BENITES, 2014). As empreiteiras investigadas nessa operação doaram pouco mais de R$ 200 milhões na campanha de 2014. A Polícia Federal e o Ministério Público Federal investigam se parte desses valores foi maquiada como uma forma de encobrir o favorecimento às empresas em futuras licitações. Das 32 legendas registradas no país, 27 receberam recursos das maiores empreiteiras brasileiras (BENITES, 2014), 255 dos 513 deputados federais eleitos receberam doações das mesmas empresas (VALOR ECONÔMICO, 2014).

Um levantamento realizado pelo site UOL constatou que sete das dez maiores empresas doadoras de campanha nas eleições de 2010 foram ou estão sob investigação devido a indícios de corrupção envolvendo contratos públicos ou por conta dos seus relacionamentos com partidos e políticos. Dentre elas, consta a JBS. Para especialistas em direito eleitoral e em contas públicas, os altos valores doados por empresas a candidatos criam uma relação de "promiscuidade" na política que gera como "efeito colateral" situações de corrupção (PRAZERES, 2014).

A JBS está sendo investigada pela Polícia Federal de Mato Grosso sobre o suposto relacionamento entre o diretor presidente da empresa, Wesley Batista, e o grupo suspeito de participar de um esquema que envolvia o pagamento de precatórios com deságio, desvio de dinheiro público e pagamento de propinas. O Ministério Público Federal abriu uma investigação para apurar os aportes bilionários no valor de R$ 3,5 bilhões em compra de debêntures feita pelo BNDES (UOL, 2014).

Essa empresa pegou emprestados R$ 2,5 bilhões entre 2005 e 2014 do BNDES. A data inicial de liberação dos recursos do banco estatal coincide com o aumento do volume das doações da JBS aos políticos. Desde que os recursos começaram a ser liberados, em 2005, a JBS já repassou R$ 463,4 milhões a políticos e partidos nas eleições de 2006 a 2014, o correspondente a 18,5% do dinheiro que tomou de empréstimo. Na eleição de 2014 a empresa dou o correspondente a 39% de seu lucro líquido registrado no ano anterior para os políticos (PRAZERES, 2015).

A bancada ruralista é um caso a parte. Ela será discutida na seção 4.7.

O grande poderio econômico dessas empresas, algumas até com capital do Governo Federal, pode fazer com que além de manipular legislação e outras questões políticas, influenciar também na mídia, no meio acadêmico. Como no relato de Foca:

> É, mais pra redução, eu tô tentando pensar em alguma coisa pra aumentar (risos), pra aumentar o consumo? Sempre que sai uma pesquisa dizendo que tal carne de tal jeito é saudável aumenta a pesquisa, aumenta o consumo, é que nem ovo também, antes ele era o vilão, depois virou a salvação da proteína, enfim, porque é barato e não faz mal, **sempre essas pesquisa que são realmente compradas de foram geral, que são tendenciosas, são divulgadas às vezes em momentos oportunos,** o do ovo eu fiquei impressionada uma vez por que um colega me chamou atenção que tinha recém sido publicado, não uma propaganda, mesmo pra consumo de ovo, falando que ele era saudável, uma pesquisa aí, **uma pesquisa dizendo que era saudável porque era na época que tem baixa venda de ovos e coincide bem a propaganda, a saída do estudo, a divulgação do estudo com uma época que precisa vender ovo,** então é difícil a gente achar que tamos... é muito perseguido... a gente fica meio... (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

Esse grande poder ocorre devido a concentração do mercado em poucas organizações:

> [...] a nova concentração do mercado que está ocorrendo no âmbito internacional [...] Por que o tamanho é relevante? As implicações dos dois níveis de consolidação da indústria da carne – consolidação empresarial e intensificação da produção – são de grande alcance. **É praticamente impossível que a indústria consolidada coexista com os pequenos produtores. Essas estruturas multinacionais eliminam uma fonte fundamental de renda para os pobres em nível mundial e reduzem consideravelmente as opções dos consumidores.** Com as economias de escala, a concentração aumenta o potencial de lucro dos acionistas e financistas; entretanto, **para o resto das partes interessadas, representa um aumento dos riscos para a saúde humana, a segurança alimentar, o bem-estar dos animais, o meio ambiente, o abastecimento seguro de água, a segurança e a estabilidade do trabalho e a inovação.** (HEINRICH BOLL FOUNDATION, 2016 p. 13).

Um poder tão grande como esse faz com que "pequenas" coisas como uma fraude com relação a um responsável técnico seja "normal":

> Não, a gente exige: nem um abatedouro pode ser registrado sem um responsável técnico, ele tem que estar presente, tem que estar presente, ele vem aqui faz a declaração de responsabilidade técnica entrega ao setor de cadastro, a gente anexa ao processo e a gente vai fiscalizando, quando tiver que fiscalizar, fiscaliza o estabelecimento, o responsável técnico e todas as ações que acontecem por lá **e a gente consegue perceber quando o responsável técnico é fantasma camarada**, quando a gente percebe...(Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Algo que Melanie Joy (2016) afirma é que a indústria da exploração animal é impulsionadora de uma ideologia violenta. Não é violenta apenas para com os animais não-humanos, mas a violência para com o humano se torna algo "pequeno" comparado com a morte de seres sencientes.

> [...] questão de consciência, e eu acho assim **o consumidor que não se preocupa com a forma que o animal tá sendo morto, ele também não vai se preocupar com a forma que o ser humano tá sendo morto, ele não vai se preocupar com a sociedade,** ele não vai se preocupar com nada, então tem pesquisas e eu acredito piamente que a forma como as pessoas se comportam com os animais e a forma como ela é capaz de tratar o próprio ser humano, **então se ela é capaz de tratar um animal consciente de que ela está mal tratando esse animal, ela é capaz de maltratar um ser humano também** e aí nossa humanidade, nossa evolução não acontece. (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

A prática em larga escala de violência pode fazer com que se tenha um "freio" menor com atos de violência contra outros seres. Outros comportamentos mais ou menos violentos ocorrem no rastro dessa indústria:

> **Grilagem de terra, expulsão de pequenos agricultores, assassinatos de líderes camponeses e indígenas, além de fortes impactos na saúde das pessoas que trabalham com agrotóxicos – como altos riscos de câncer, doenças respiratórias e contaminação dos lençóis freáticos –, são algumas das consequências deste modelo de produção em grande escala**

> **e concentração que é típico do agronegócio brasileiro**. (BARTELT, 2016 p. 7).

Um dos entrevistados, "em off", nos comentou que os fiscais (externos) ou veterinários (internos) tem medo de condenar um animal, pois existe uma forte pressão das empresas e prefeituras (que administram o matadouro). Outra fala "em off" de outro entrevistado, que me impressionou muito, foi um relato de um marchante que assassinou um parente dele que era veterinário porque tinha condenado uma carcaça. Um dos entrevistados comenta sobre isso o fato de marchantes serem "violentos":

> Isso é comum, isso é muito comum. **Olhe, é, é, infelizmente o, esse pessoal que atua nessa área, principalmente nos municípios, eles sofrem esse tipo de pressão, de perseguição,** mas é aquela história, eu tenho os meus meios também, eu sou um servidor público, tô cumprindo com minha função, né. (Condor, entrevista em 03 de novembro de 2016)

Isso pode repercutir no que Panda afirma como uma "falta autonomia quando tem essa relação" (Panda, entrevista em 03 de novembro de 2016). Condor continua:

> **Na verdade, o veterinário que ele é contratado da Prefeitura, ele não é um fiscal ou um profissional concursado, isso não dá a ele isenção**, porque esse... vamos supor, mesmo dentro dos órgãos de fiscalização às vezes **existem situações em que você é pressionado até pela sociedade pra que você tenha uma visão diferente daquilo que a legislação preconiza e você como fiscal você tem a isenção**, "eu vou lá e condeno, tá condenado, porque não é você que me paga", não é o proprietário particular, é o Governo do Estado ou Governo Federal que me paga, então eu tenho que seguir o que a legislação diz, eu tenho que atender ao que a Administração Pública diz, o princípio que tem que ser atendido é o princípio da legalidade, tem que ver o que é legal e atuar dessa forma, então eu tenho isenção como fiscal ou estadual ou federal na minha atuação naquela estabelecimento. **Quando você é contratado, você é pago por um proprietário de um estabelecimento, se ele ver que tá condenando muito os produtos dele, tá condenando aquelas práticas, ele lhe põe pra fora.** (Condor, entrevista em 03 de novembro de 2016).

Para Condor, o fiscal não sofre essa pressão?

> **Não, de jeito nenhum, não sofreria... e a ainda sofrem**, você sabe que a questão, como você falou, não houve ainda regulamentação da legislação de abate humanitário porque existem interesses econômicos, tudo isso é interesse econômico puro e simplesmente, **então o interesse econômico ele às vezes tenta até influenciar dentro dos órgãos de fiscalização**, agora você como fiscal daquele órgão você tem isenção, você tem o poder de polícia, administrativo pra realizar aquela atividade. **Quando você é contratado e você é funcionário do proprietário de um estabelecimento, de um matadouro, você não tem essa mesma isenção, certo?** (Condor, entrevista em 03 de novembro de 2016).

Existe um outro aspecto muito interessante, uma relação de dominação do mais "forte" pelo mais "fraco", mas nesse caso, entre o homem e a mulher, apresentado nas falas de Zebra. Ao longo das entrevistas eu verifiquei que as fiscais mulheres não atuavam junto a frigoríficos de abate de bois, mas sim apenas com aves. Então inclui essa pergunta aos

entrevistados, a resposta de Zebra mostra uma certa contradição no início, mas depois ela demonstra essa conexão:

> Eu acho que na verdade tem uma **questão talvez histórica** também viu? Porque, em **2000, quando eu entrei na Faculdade foi a primeira turma que teve mais mulheres do que homens na veterinária em Jaboticabal, lá na UNESP,** foi a primeira vez que teve um pouco mais de mulher, e aí nos anos subsequentes então teve mais mulheres mesmo do que homem e isso acabou virando uma tendência **e a indústria de aves começou realmente a ficar forte depois do ano 2000, então eu acho que também pela questão de mercado... porque bovino é difícil**, eu já trabalhei na inspeção estadual com bovino **e, cara, é pesado, pra homens é pesado,** o meu marido também mexe com veterinária, também trabalhou um tempão no Estado, ainda trabalha no Estado com inspeção, **você tem chamar às vezes a polícia mesmo pra te ajudar,** a gente faz abordagem assim num estabelecimento que a gente lacrou, fechou porque não tinha mais condições, a gente teve que voltar lá porque eu cara ainda tava trabalhando, **aí você vai com Polícia Ambiental, você encontra arma lá,** geralmente, como é uma indústria que não é tão... a produção não é tão vertical, que tem os integrados que nem aves e suínos **é uma área mais complicada mesmo bovino, acho que a mulherada acaba fugindo mesmo disso (risos)** [...] **Talvez no abate de bovino porque o pessoal de foram geral é um pouquinho mais difícil mesmo**, fiz um mês de treinamento num estabelecimento de bovinos grande que tem aqui no (Estado dela), **você entra, teu primeiro dia... mas isso não é só pra mulheres, eles fazem isso pra todo mundo, mas pra mulheres eles sentem um gosto maior,** como estabelecimentos de bovino geralmente é mais homens na linha mesmo que trabalham, **aí eles acham que tão sei lá... essa questão de testosterona** que nem alguns filósofos conseguem responder muito menos o pessoal que estuda fisiologia, **mas eu entrei no estabelecimento e eles começaram a bater faca, você escuta, tá entrando e aquela bateção de faca, aquela gritaiada, eles ficam te testando o tempo todo, então pra ser fiscal mesmo do estabelecimento, dependendo do porte, de como a indústria leva, não é fácil não, assim, olha, na área de carne, envolve morte né? Não é agradável mesmo** [...] (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

Essas falas de Zebra ressaltam questões de violência e machismo, que remetem a *Política Sexual da Carne*, de Carol Adams (2012). Verifiquei que as mulheres, são tidas como sensíveis, então não podem fazer trabalho de "macho", por isso, quando são fiscais elas têm que "desempenhar como os homens", ou seja, demonstrar insensibilidade. Isso ficou muito claro em várias falas de Onça. O que não posso afirmar é qual a relação de influência entre a formação acadêmica e o "perfil de masculinidade" necessário para a atuação na área.

As mulheres têm que ser "fortes" se "masculinizar" nessa profissão, mas ainda assim elas não podem ocupar o lugar dos homens nisso. Cabe aos homens abater os grandes animais, cabe aos homens fiscalizarem o abate. Essa observação se aproxima do relato "em off" de que o profissional precisa ser um machão, na seção anterior.

Essas ideias expressadas aproximam mais e deixam claro a matriz de muitos tipos de relações, a opressão, a mesma lógica de dominação:

> eu morei no Sudeste, no Rio também, aí se você perguntasse sobre os escravos, aí "ah! Todo mundo queria ver.…" , os antigos diziam "quero ver a parte dos escravos, onde é que tava a senzala, onde eles sofriam", aí vinha os portugueses e tinham uma teoria, os escravos, que era mais ou menos a consciência antes, eram povos diferentes, **eram pessoas que não tinham sentimentos e os brancos eram outros, era uma elite,** aí eles diziam que os portugueses não maltratavam ao Deus dará os escravos porque eram economicamente importantes. Então se rasgasse, se batesse, se mutilasse era um prejuízo porque os escravos eram caros, então se existisse como exemplo um ou outro era uma coisa esporádica, mas não era aquela visão romana, "joguem aos leões", não havia isso, então esse conceito de maltratam-se os animais aí depende como porque se você cria galinhas e um espaço pequeno você tá tendo um mal trato para uma produção grande de animais, uma produção grande de proteína, aí até que ponto isso é viável ou não é viável e se você pensa em bovinos, aí eles maltratam os bovinos, quanto mais você tem esse bem-estar fisiológico, de temperatura, de tudo, você vai ter um ganho de carcaça melhor, então se uma pessoa maltrata um animal, ele não está também visando o bolso ou então está visando demais, que são casos específicos como esse das aves, confinamento, então porcos que colocam em espaços minúsculos que eles não andam pra engordar, então tem esse aspecto também, **então existem vários aspectos de sofrimento ou não**, e aí depende da consciência de quem faz a criação também. (Panda, entrevista em 03 de novembro de 2016).

O entendimento do *Dark Side* das organizações envolve questões éticas, políticas e ideológicas. Essas questões ideológicas podem ajudar com que o *dark side* seja naturalmente oculto ou deliberadamente escondido (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014). Com relação aos animais, o *dark side* pode ser naturalmente oculto, pois como ideologia dominante, as pessoas não veem nenhum problema amar cachorros, comer porcos e vestir vacas (JOY, 2014). A maioria das pessoas se chocam com maus-tratos a um cachorro, mas naturalizaram ou esquecem das mortes necessárias para se alimentar todo dia, para Francione (2013) esse comportamento é uma esquizofrenia moral. Comer pedaços irreconhecíveis de um animal ajuda a perder a conexão mental entre a carne e o animal vivo. O *referente ausente* mantém separado a carne do animal morto. Os animais são transformados em ausentes através da linguagem, que renomeia cadáveres antes que consumidores e consumidoras comam-no. O *referente ausente* permite esquecer do animal como uma entidade independente e separar o que é carne do que é um animal (ADAMS, 2012).

Nessa seção identifiquei práticas diversas nocivas aos animais, seja no seu tratamento ao longo de sua vida sem liberdade, seja na sua objetificação (REGAN, 2006). Aspectos da ideologia carnista (JOY, 2014) auxiliam na explicação da naturalização desse rastro de violência: é necessário matar animais para nossa alimentação, eles existem para nos servir. Essa visão Antropocêntrica Moral (FELIPE, 2009) predominante em nossa sociedade deixa vestígios de dominação e opressão também entre os humanos. A indústria da exploração animal gera também impactos nocivos sobre as pessoas e meio ambiente.

As práticas do *Dark Side* continuam apresentadas na próxima seção, que apresenta como as empresas costumam reagir às demandas morais para com os animais.

4.6 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DAS EMPRESAS PARA RESPONDER ÀS DEMANDAS SOCIAIS

Conforme a definição constitutiva desta tese, utilizo o seguinte conceito para estratégias de comunicação das empresas para responder às demandas sociais de consideração aos animais não-humanos: ações realizadas pelas empresas da indústria de carne e leite relacionadas aos aspectos de bem-estar e ética animal divulgadas através de seus canais de comunicação (propaganda em televisão, sites, documentos oficiais). Elas são operacionalizadas nesta análise por meio dos seguintes indicadores: Ocultamento da realidade: tornando os animais invisível, ou invisibilizando a ideologia *carnista* (JOY, 2014), *abertura seletiva* das informações divulgadas sobre o tratamento dos animais (HOLMBERG; IDELAND, 2010); ocultando a realidade através do *referente ausente* (ADAMS, 2012). E sobre a Distorção da realidade: *dito desconexo* transmitindo a imagem ao consumidor de uma empresa que tem preocupação com os animais (REGAN, 2006) e estratégia de discurso: auto apresentação positiva e apresentação negativa do outro (DIJK, 2006)

Nesta seção utilizo em especial os materiais institucionais. Conforme apresentei na seção 2.3: 1) Campanhas publicitárias, 2) *making of* de campanhas publicitárias, 3) vídeos institucionais postados no Canal oficial das marcas, no *Youtube* e 4) vídeos e matérias da mídia especializada relacionados com as campanhas e vídeos institucionais.

O procedimento para a escolha do material para análise seguiu as etapas: 1) busca dos materiais: através do site oficial e canal oficial do *Youtube*, 2) seleção dos materiais: assistir vídeos e leitura dos textos para identificar quais estão relacionados a preocupação com animais, bem-estar animal ou algo equivalente, 3) transcrição dos materiais, e 4) análise dos materiais à luz da fundamentação teórica. A seguir a lista dos 10 principais materiais selecionados (7 da indústria da carne e 3 da indústria do leite, apesar de terem 4 marcas contra 5 marcas dessas indústrias respectivamente).

	Marca	**Título e link**	**Tipo**

1	JBS/Friboi	Confiança do início ao fim https://www.youtube.com/watch?v=304TJdkX60s	Comercial (30”)
2	JBS/Friboi	Uma Vista especial: Rodrigo Faro vai até a fábrica da Friboi https://www.youtube.com/watch?v=lOFCdvqtdz4	Vídeo institucional (4’)
3	JBS/Friboi	Bem-estar animal https://www.youtube.com/watch?v=4ce3p55aphY	Vídeo institucional (9’)
4	Seara	Do Campo à mesa: Seara DaGranja https://www.youtube.com/watch?v=pc5OvJiEZyo	Vídeo institucional (2’30”)
5	Seara	É verdade que os frangos ficam presos, comendo e recebendo luz, sem dormir? https://www.youtube.com/watch?v=ugFyUluICyo	Comercial (1’)
6	Seara	Você sabe o que é o Frango Seara DaGranja? https://www.youtube.com/watch?v=tGQ7HT1GbiA	Comercial (1’)
7	Sadia	Sadia e Jamie Oliver - Selo *Certified Humane* https://www.youtube.com/watch?v=suIr4LV02lM	Comercial (45”)
8	Nestlé	Ninho. Saber Tudo Que Tem, Faz Bem – Cuidado https://www.youtube.com/watch?v=LjqA6ET0l6Q	Vídeo institucional (4’30”)
9	Nestlé	Saber Tudo Que Tem Faz Bem – Fazenda https://youtu.be/eRfDfl00H4U	Comercial (1’30”)
10	Itambé	Ode à Vaca - Itambé Nolac https://www.youtube.com/watch?v=JiUWNrIvZrM	Comercial (45”)

Os vídeos da JBS/Friboi e Itambé são bloqueados para comentários. Os do Canal da Seara possibilitam comentários, a maioria criticando, a Seara oficial só responde os comentários positivos. O da Sadia é aberto para comentário, mas tem apenas 2. A Nestlé é uma situação similar a da Seara, mas eles não respondem comentários. As marcas que não tiveram comerciais ou vídeos institucionais relacionados a temática: Perdigão da indústria da carne e Batavo, Parmalat e Piracanjuba da indústria do leite. Além do material audiovisual, alguns textos dos sites oficiais, relatórios e outros documentos foram utilizados para complementar as informações das empresas.

É muito importante a análise desses comerciais, pois essas grandes organizações tem uma considerável exposição na mídia, sem um contraponto à altura, o que possibilita uma vantagem na disputa das "mentes e corações" da sociedade, como afirma Mineiro:

> No contexto da cadeia de produção da carne, observa-se que o agronegócio utiliza a mídia para fazer **a disputa das "mentes e corações" da sociedade**. Em 1988, quando a Constituição Federal estava sendo finalizada, a imagem do latifúndio era extremamente negativa. **Hoje em dia o antigo latifúndio, improdutivo, virou agronegócio, símbolo de produtividade e sustentabilidade, e o setor parece estar absolvido**. Para que essa mudança de imagem acontecesse, **as empresas investiram pesadamente em publicidade, contando, inclusive, com a participação de artistas e esportistas famosos, como Pelé e Tony Ramos,** nas suas propagandas e programas rurais. (MINEIRO, 2016 p. 25).

Nesta primeira seção, eu apresento os materiais acima (o vídeo todo ou os trechos mais importantes) e faço uma pequena análise dos mesmos, na próxima seção faço uma análise mais comparativa e tento encontrar padrões de comunicação.

1. Vídeo: Confiança do início ao fim, JBS/Friboi (Comercial 30")

O comercial é um diálogo entre Tony Ramos e 2 consumidores: Dois homens estão escolhendo a carne num açougue e o mais jovem diz: "Pegar carne fresca!" Ai Tony Ramos aparece e começa a dizer: "Isso só não basta hein?! Tem que ser Friboi porque tem confiança do início ao fim" (Aparece uma tela de TV no meio do açougue e nela aparece um vídeo da empresa) o ator continua: **"Veja: os animais são saudáveis porque eles vêm de fazendas que comprovam toda a vacinação"** (nesse momento ela mostra um pasto verde, com todos os animais livres, durante uns 2 segundos), "os equipamentos são higienizados e as facas esterilizadas acima de 83º, e as embalagens a vácuo preservam a carne por mais tempo, sem usar conservantes. Friboi é confiança do início ao fim! Entre no nosso site e veja mais detalhes da nossa fábrica" (FIM).

No site da Friboi (www.friboi.com.br) existe logo na tela inicial um link Visite a Fábrica da Friboi em Campo Grande, com destaque Bem-estar animal, confiança desde a origem e segurança alimentar. Mas quando clicado no botão Explorar entra no página www.friboi.com.br/fabrica que não apresenta texto, apenas imagens, e mostra uma imagem do curral. No site, se fizer uma busca ao termo bem-estar animal não é encontrado nada.

As propagandas ressaltam a palavra confiança, que está diretamente vinculada à garantia de origem/procedência e controle de qualidade. Essas características são confirmadas também em entrevista com Maria Eugênia Rocha, Gerente de Marketing da Friboi (GRANDES NOMES DA PROPAGANDA, 2015). A garantia de origem, afirma o Gerente

Industrial da Friboi, José Vitório Piva, se relaciona com as fazendas fornecedoras não poderem estar em áreas de desmatamento nem terras indígenas e não ter trabalho escravo (FRIBOI, 2015). Enquanto o controle de qualidade com inspeções preocupação com refrigeração, higiene. Essas propagandas utilizam atores ou artistas famosos e especialistas: nutricionista, chefs de restaurantes e açougueiros. Em especial, o ator Tony Ramos é o principal garoto propaganda da marca.

A garantia desde da origem (fora de área de desmatamento, trabalho escravo, etc.) não são uma preocupação genuína da JBS, mas sim uma imposição devido ao financiamento do BNDES que ela recebe:

> O BNDES tem diretrizes socioambientais para a pecuária bovina que devem ser cumpridas pelas empresas postulantes ao financiamento e à participação acionária. As empresas frigorificas e de abate precisam comprovar que seus fornecedores não estão condenados por invasão de terras indígenas, discriminação ou por trabalho infantil ou escravo, nem em áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Precisam se comprometer em manter a lista de fornecedores atualizada e verificar o cumprimento das regras, além de elaborarem um plano de implementação com metas e cronograma para a obtenção de certificados ambientais, implantação de sistemas de gestão ambiental e melhoria dos indicadores de efluentes líquidos e resíduos sólidos. Precisam aderir a um sistema de rastreabilidade da cadeia produtiva de bovinos, do nascimento ao abate, para verificação da regularidade ambiental da cadeia de fornecimento, que lhes permita, ao adquirir animais incluídos no sistema de rastreabilidade, verificar a regularidade das propriedades rurais envolvidas, conforme informações dos órgãos oficiais e observar os critérios estabelecidos para os fornecedores diretos; e cumprir com a Resolução no 1.854, de 2009, ou seja, os critérios socioambientais. (RODRIGUEZ, 2016 p. 38).

A campanha publicitária com o cantor Roberto Carlos, não consta na pesquisa, pois foi retirada do site da empresa. Esse comercial, que o cantor aparece como ex-vegetariano, gerou muita polêmica (G1, 2014), a Friboi bloqueou os comentários no canal do *Youtube* e depois excluiu de seu site todas as propagandas com o cantor, em virtude de quebra de contrato e processo judicial do cantor contra a empresa (G1, 2014a; ZERO HORA, 2014). A empresa tinha firmado um contrato de R$ 45 milhões e rompeu unilateralmente o contrato com o cantor, afirmando que o mesmo não era bom vendedor pois não inspirava confiança, conclusões tiradas a partir de pesquisa de percepção do consumidor, encomendada pela JBS (ZERO HORA, 2014; FOLHA DE SÃO PAULO, 2014). Nesse contrato existia uma situação suspeita, pois parte dele seria pago no exterior, através de uma empresa que foi investigada por sonegação fiscal (ZERO HORA, 2014). As propagandas que iriam continuar ao longo do ano de 2014, conforme informação da agência responsável pelas campanhas (MEIO E MENSAGEM, 2014) foram suspensas.

É importante mencionar que dos mais de 100 vídeos disponíveis no Canal oficial da Friboi no *Youtube*, com exceção das campanhas mais antigas: Vai Zé (2012) e Peça Friboi (2013) essa é a única que aparecem animais vivos no comercial. O vídeo institucional Uma visita especial: Rodrigo Faro vai até a fábrica da Friboi, que analiso em seguida é o único que existe uma fala de preocupação com o bem-estar animal. Além desse vídeo, as informações de bem-estar animal estão disponíveis apenas no site institucional e Canal oficial do *Youtube* da JBS. Por algum motivo que não conseguimos identificar, esse vídeo não está no canal oficial da empresa, eu consegui acessar a partir de outra conta que disponibilizou o vídeo.

Dentre os aspectos mais importantes dos comerciais, relacionados com esse estudo temos: a dissociação entre o animal e a carne e ocultamento de parte do processo produtivo. Sobre a separação entre o animal e a carne fica muito clara em duas situações: 1) não se usa a palavra boi (animal) nos comerciais apenas a palavra carne (alimento). 2) os bois (animais vivos) praticamente não aparecem nos comerciais. Nos comerciais Vai Zé (2012) e Peça Friboi (2013) os animais ficam na tela em mais ou menos 3% do tempo. No último, eles aparecem em meia tela e por trás do ator Tony Ramos, o que dificulta mais ainda sua visualização. Todas as campanhas a partir de 2014: Pergunte se é Friboi, É Friboi?, Friboi com certeza, Confiança é Friboi, Aqui tem Confiança, não aparece em nenhuma propaganda um boi vivo. Apenas essa de 2015, que mostra os animais rapidamente, mas a fala de Tony Ramos é volta para aspectos sanitários, não se fala em bem-estar animal, por exemplo.

Como visto na seção 2.4.2.3, com a separação entre o boi e um pedaço de carne, perde-se a conexão mental entre a carne e o animal vivo, a própria forma de se vender ou servir em pedaço facilita essa dissociação (JOY, 2014), ou seja, existe um *referente ausente*, a separação entre a carne e o animal (ADAMS, 2012).

O ocultamento de parte do processo produtivo colabora para essa dissociação, mas também colabora para a manutenção da ideologia, pois ao mesmo tempo que nos afasta de um pedaço do processo nos lembra que ele existe. Segundo Joy (2014), ideologias violentas, como são as da indústria da carne, estão estruturadas de maneira que seja inevitável que tenhamos consciência de uma verdade desagradável, em certo nível, é um fenômeno de saber sem saber.

2. Vídeo: Uma visita especial: Rodrigo Faro vai até a fábrica da Friboi, JBS/Friboi (vídeo institucional 4’30”)

Uma visita especial: Rodrigo Faro vai até a fábrica da Friboi. Nesse vídeo institucional de pouco mais de 4 minutos, se inicia com apresentador descendo de uma van e dizendo: "Gente, tou aqui em Campo Grande chegando na fábrica da Friboi porque hoje eu vou aprender tudo de carne, e vou mostrar para você como funciona tudo isso aqui que é um mundo, é gigantesco. E quem vai me apresentar a fábrica da Friboi é o Piva" (legenda: José Vitório Piva – Gerente Industrial). "Tudo bem Piva?" Piva responde: "tudo bem! Seja bem-vindo a nossa fábrica aqui da Friboi". Rodrigo fala: "Vamos ensinar pro pessoal como funciona aqui tudo, vamos mostrar tudo de carne! Hoje eu vou aprender, você também. Por onde a gente vai começar Piva?" Piva: "Nós vamos começar pelo curral que é início de tudo." Rodrigo: "Então bora pro curral vê os bois!" (No curral) Rodrigo: "ô Piva o que é que é garantia de origem que a gente ouve tanto falar quando a gente pensa em Friboi?" Piva: "No Brasil inteiro nós temos mais de 40.000 fazendas parceiras que fornecem gado para nós. Essas fazendas não podem estar em áreas de desmatamento, trabalho escravo e terras indígenas" **Rodrigo: "E uma coisa importante de vocês saberem, tem uma preocupação enorme com os animais que ficam aqui no curral. Quais são os cuidados que vocês têm com esses animais?" Piva: "Nós seguimos padrões de bem-estar animal" Rodrigo: "Bacana isso!"** (a conversa é realizada nas instalações da indústria, em alguns poucos momentos os animais aparecem ao fundo, longe, no curral). O vídeo continua com Rodrigo e Piva enfatizando características técnicas, como modernidade das instalações, higiene, garantia de origem, Rodrigo abraça muitos funcionário, e vai direto para a etapa de corte da carne e depois embalagem [...] (FIM)

Alguns aspectos interessantes comentar sobre esse vídeo: quase todo o texto seguido na entrevista, é baseado num script das questões legais que precisam ser atendidas, como por exemplo, a garantia de origem é obrigação do financiamento que eles têm do BNDES. As práticas de bem-estar animal apresentadas são as exigidas por lei. Ou seja, é um relato das obrigações legais.

Na hora em que Rodrigo dá a oportunidade de Piva falar sobre bem-estar animal, ele dá a resposta mais curta de todas: "Nós seguimos padrões de bem-estar animal". Quais são esses padrões? O que pode ser considerado bem-estar animal? e resposta de Rodrigo ao comentário é muito artificial, essa parte do vídeo parece a mais "forçada". O vídeo tem sua maior parte enfatizando aspectos técnicos.

O processo produtivo que se inicia com um boi vivo e acaba com os pedaços quase irreconhecíveis do animal morto passa por algumas etapas, em especial: criação do animal, transporte, manejo pré-abate, insensibilização, sangria, morte do animal, esquartejamento,

cortes e preparo e limpeza do pedaço, embalagem. Os comerciais costumam mostrar apenas as últimas etapas, onde já existe uma descaracterização do animal, quando costuma aparecer o animal vivo ele aparece nas etapas iniciais, geralmente na criação do animal (livre no pasto). Nenhuma propaganda da Friboi (e provavelmente dos outros concorrentes da marca) mostra o processo de abate. Esse vídeo em questão, que diz mostrar tudo sobre a indústria, mostra apenas o manejo pré-abate e depois os cortes de carne (FRIBOI, 2015). Até o vídeo institucional sobre Bem-Estar Animal, o seguinte, com mais de 9 minutos de duração que precisa ser bem mais específico, mostra apenas as etapas de curral e atordoamento/insensibilização do animal, e depois a carne em pedaços, sem passar pelo processo da sangria, morte e esquartejamento do animal.

3. Vídeo: Bem-estar animal, JBS/Friboi (vídeo institucional 9')

Bem-estar animal JBS, esse vídeo foi produzido em 2014 e está disponível no Canal da JBS S.A no *Youtube*. Diferente dos demais, essa parece ser uma área mais voltada para investidores, acionistas e parceiros. O vídeo inicia com algumas cenas sobre a fábrica, os animais no curral e começa o texto com o narrador: "Para nós da JBS divisão carnes o bem-estar animal é um ponto fundamental do processo, pois reafirma nosso respeito e valorização pelos animais. Por isso, boas práticas para o manejo estão presentes em nossas operações desde a fazenda até o abate. **Atualmente exportamos para mais de 150 países e para atender nossos diversos clientes possuímos várias certificações de qualidade, segurança alimentar e bem-estar animal. Atendemos as legislações de países com alto padrão de exigência como União Europeia e Estados Unidos** e seguimos as recomendações da Organização Mundial de Saúde Animal para bem-estar animal. **Nossa política de bem-estar animal é: garantir os requisitos legais e a satisfação dos nossos clientes, preservando acima de tudo, o bem-estar do animal e obtendo produtos finais seguros e com qualidade garantida.** Nos baseamos no respeito as cinco liberdades fundamentais dos animais: livre de sede e fome, livre de desconforto, livres de dor, doença ou injúria, livre para expressar seus comportamentos normais, livre de medo e estresse. A equipe da garantia da qualidade da divisão carnes é treinada e capacidade para atuar de forma eficaz e eficiente desde o embarque na fazenda até o abate. O trabalho da garantia da qualidade é baseado no treinamento dos colaboradores, de forma a conscientiza-los sobre a importância em atender os procedimentos especificados de bem-estar animal. Para cada um desses treinamentos são emitidos certificados que os qualificam a exercer a função. Realizamos monitoramentos e verificações

ao longo das etapas com o intuito de conferir a conformidade dos padrões estabelecidos e se necessário realizar a correção imediata de possíveis falhas. Em cada unidade existe um técnico especializado na área de bem-estar animal que faz a gestão de todos esses processos. Um dos princípios básicos que garantem o bem-estar do animal é o controle da alimentação no período em que o animal fica na fazenda de confinamento. Para isso a JBS realiza práticas exemplares de controle da alimentação com produtos que vem do campo com qualidade garantida e procedimentos de segregação. Com ótima estrutura de currais, acesso fácil à água, sombra, densidade adequada e alimentação balanceada disponibilizamos todos os recursos possíveis para o cumprimento das práticas de bem-estar animal. Com uma equipe altamente qualificada realizamos auditorias nas fazendas e treinamento com seus colaboradores com o intuito de incentivar as boas práticas de manejo com os animais e proporcionar melhores condições de trabalhos para os colaboradores" Eduardo Vieira, capataz de confinamento, dá o depoimento no vídeo institucional da empresa: **"Eu posso assim falar um pouco bem disso porque eu já participei dos outros tipos de manejo, que eu sou da época ainda que se mexia do jeito rústico com os animais: gritaria, paulada, e amarrava a corda no pescoço, arrastava quando o animal não queria ir.** E o que eu vejo com isso é que melhorou bastante, não só para os animais como para próprios funcionários, que evita o estresse deles, dos meus funcionários, e dos animais, que é mais fácil o manuseio deles" Narrador: "O manejo de apartação e embarque é realizado por meio de bandeiras, de forma calma e tranquila, para evitar o estresse do animal e consequentemente menor incidência de contusões nas carcaças. O transporte da fazenda até a fábrica é realizado com caminhões próprios da JBS, ou caminhões terceirizados. Ambos passam por constantes e rigorosas auditorias que visam garantir a padronização e a qualidade da estrutura do caminhão. Desta forma os veículos devem estar sempre em bom estado de conservação, limpos e com pisos antiderrapantes. Nossos motoristas passam por treinamentos constantes quanto as boas práticas de transporte, embarque e desembarque dos animais" Weslei de Oliveira, motorista boiadeiro dá seu depoimento: "Depois que a gente começou o treinamento do bem-estar na empresa, mudou muita coisa, mudou muito! a gente tem todo o procedimento, **não dá choque ao animal, não deixar nada obstruindo a visão e a passagem do animal, transportar o animal de uma maneira correta, não frear bruscamente, para não haver contusões e ter uma boa qualidade de carne perfeita"** [...] Narrador: "As área de curral e abate também são foco das práticas de bem-estar animal. Essas áreas são gerenciadas pela indústria e contam com o apoio irrestrito da garantia da qualidade, compra de bovinos e da transportadora. O manejo dos animais nessas áreas é feito por colaboradores capacitados e tem como objetivo

minimizar o estresse desde o desembarque até o abate. Nos currais asseguramos um ambiente calmo e tranquilo com práticas de manejo adequadas e padronizadas.” José Donizeti, líder do curral, afirma: Mesma coisa que eu fazia antes com mais dificuldade. Hoje eu faço a mesma coisa com mais facilidade, e tranquilidade, mostrando um trabalho de qualidade. **Já não tem mais aquela gritaria com o animal, atropelando, estressando o animal, estressando até próprio a gente**. Auditorias que vem aqui nós somos bem aprovados, graças à Deus! Pessoas de fora de outros frigoríficos vem e elogia bastante o trabalho. E é o orgulho trabalhar na empresa JBS tanto que eu tô a cinco anos com eles aqui. Pretendo ficar mais tempo.” [...] Narrador: “outro diferencial da JBS é a existência de câmeras de monitoramento desde o desembarque até o abate, essas câmeras permitem o monitoramento dos principais indicadores de bem-estar animal definidos no Guia da *Animal Handling* escrito por Temple Grandin. Escorregões e quedas durante o desembarque e manejo nos currais, uso do bastão elétrico, vocalização, eficiência no primeiro disparo, animais mal insensibilizados na calha de sangria.” Karina Souza, responsável bem-estar animal: “o bem-estar animal ele **influencia diretamente na qualidade da carne, devido à redução das contusões, hematomas.** Hoje um diferencial da JBS é que eu realizo não só os monitoramentos *in loco*, mas a gente também está disponibilizando das câmeras de monitoramento, observa manejo, tudo que envolve o conforte e bem-estar dos animais.” Narrador: “Para não causar sofrimento ao animal durante o seu abate e sangria é realizada a insensibilização. Esse procedimento é realizado com equipamentos de alta qualidade e com manutenções frequentes. O que garante seu adequado funcionamento durante todo o processo. Os colaboradores envolvidos nesta etapa são constantemente treinados para realizarem o procedimento de forma correta e saberem como agir em caso de falhas. **É importante ressaltar que** além do fator humanitário, um animal abatido livre de estresse **está diretamente ligado a qualidade da carne** consumida por nossos clientes. Essa é também uma preocupação da divisão carnes da JBS: levar um produto de boa qualidade para a mesa do consumidor. A JBS acredita que somente por meio de eficazes e contínuos programas de treinamento de seus colaboradores é que se consegue fazer cumprir o bem-estar animal. Não medimos esforços para conseguir o comprometimento dos nossos colaboradores e terceiros. E é por isso que trabalhamos com disciplina, simplicidade e determinação. Buscando sempre sermos os melhores no que nos propusemos a fazer. (FIM)”

As imagens do vídeo mostram os animais em várias etapas, sempre demonstrando respeito aos aspectos exigidos pela legislação. É muito asséptico, demonstrando que as pessoas estão cumprindo todas as etapas que estão sendo afirmadas na locução. Quase sempre

com a responsável pela qualidade com uma prancheta, ticando os procedimentos realizados. Não é mostrado nenhum procedimento depois do tiro da pistola e a verificação do atordoamento, que são: a pendura do animal para o procedimento de sangria, a sangria, corte dos chifres e mocotós, a esfola (retirada do couro), retirada dos órgãos (testículo, útero, cabeça, etc.), retirada das vísceras, o corte das carcaças ao meio, para depois serem divididas em porções menores. Dessas etapas, apenas até a sangria é um procedimento de bem-estar animal, considerando que ainda pode estar vivo e sofrer. As partes seguintes não fazem mais parte do procedimento, por considerar a morte do animal e não mais necessidade de preocupações com seu sofrimento.

A motivação para implementação das práticas de bem-estar animal parece clara, logo no início do vídeo: atender "as legislações de países com alto padrão de exigência como União Europeia e Estados Unidos". É bem provável que as práticas de bem-estar animal só tenham sido iniciadas para atender a legislação internacional. Além disso, é muito comum a vinculação do discurso do bem-estar animal associado a melhoria da qualidade do alimento e redução de custos. A equipe responsável pelo bem-estar animal é a mesma responsável pela garantia da qualidade, ou seja, o bem-estar animal está subordinado a qualidade do produto. Provavelmente as atividades de bem-estar que colaboram para esse fim devem ser tidas como maior preocupação dessa equipe.

Mesmo seguindo o script dos procedimentos de gestão da qualidade, ou seja, explicando o que se espera escutar, um discurso pronto, ancorado nas normas da gestão da qualidade e nas imposições legais. Ainda assim, ele deixa escapar o descumprimento de práticas de bem-estar animal na época em que elas já eram exigidas por legislação. Conforme relato dos funcionários Eduardo, Weslei e José, faz menos de 5 anos que as práticas foram modificadas. A IN03 é de 2000.

Como reforçado no vídeo, mas não comum no Brasil, a JBS está importando uma "boa prática" do exterior, a JBS tem unidades de confinamento, dentre elas a JBS Confinamento na Estância Malibú em Castilho/SP, Luiz Eduardo Pizzo, engenheiro agrônomo e gerente da unidade afirma "essa atividade de confinamento é nova no Brasil, mas que a tendência é de crescimento...", confirmado também pelo Diretor da Matsuda Agronegócios, Jorge Matsuda, "o Brasil está crescendo no confinamento" (MATSUDA, 2011).

> A adoção de modelos de criação de gado que priorizam o confinamento ao invés da criação extensiva, predominante no Brasil, é uma das características da atual transformação desse setor que é bastante preocupante. Inspirada em modelos implementados nos EUA e na UE, a JBS está iniciando experiências de confinamento no Brasil. Apesar de diminuir o desmatamento, este modelo causa outros problemas ambientais, como a

> produção maior de poluentes da água e do ar, e piora a questão do bem-estar animal. (SCHLESINGER, 2016 p. 21)

Sobre os procedimentos das práticas de bem-estar é importante lembrar do relatório da ONG Repórter Brasil sobre os fornecedores da JBS:

> Cenas como essas foram registradas pela Repórter Brasil **em fazendas que fornecem gado à JBS,** a maior produtora de proteína animal do mundo e dona de marcas como Friboi e Swift. **As práticas dos seus fornecedores violam a política de bem-estar animal estabelecida pela própria empresa. Além disso, o tratamento dado aos bois tampouco segue as recomendações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) sobre o assunto.** [...]
> **Em sua página oficial na internet, a JBS divulga que sua carne é produzida a partir de animais tratados com "respeito e sem sofrimento" e que os mantém livres de "dor, injúria e doença", uma descrição distante da realidade encontrada nas fazendas. A empresa também afirma que seus fornecedores recebem treinamento constante sobre o assunto, mas fazendeiros e empregados ouvidos pela reportagem alegam nunca ter recebido supervisão da empresa. "Nunca veio ninguém fiscalizando nada. Eu tenho doze anos morando aqui e ninguém nunca fez isso"**, disse à reportagem o funcionário de uma propriedade em Mato Grosso do Sul. As imagens flagradas refletem uma prática comum em diversas fazendas no Brasil, e não são restritas somente aos fornecedores da Friboi. (LOCATELLI, 2016)

A JBS respondeu a ONG[32], basicamente sem responder as acusações, e informou basicamente uma resposta padrão baseada no conteúdo desse vídeo, acrescentado que ela é uma das melhores empresas de bem-estar do mundo:

> É importante ressaltar que, no início deste ano, **a JBS foi considerada uma das melhores empresas do mundo no que se refere à prática de bem-estar animal,** segundo apontamento da quarta edição do *The Business Benchmark on Farm Animal Welfare* (BBFAW), relatório anual de alcance global sobre o tema, desenvolvido por duas ONGs internacionais: a *World Animal Protection* (WAP) e a *Compassion in World Farming* (CIWF).

Com uma classificação dessa, só posso perguntar: O que esperar das piores???

4. Vídeo: Do Campo à mesa: Seara DaGranja, Seara (vídeo institucional 2'30")

O vídeo institucional disponibilizado no canal oficial da Seara no *Youtube*, começa com uma consumidora, Letícia, folheando um livro de receita e dizendo: "Pra mim alimentação saudável tem bastante a ver com bem-estar." A veterinária JBS, Ariani Gomes fala: "Alimentação saudável tem se tornado uma preocupação de todo mundo, as pessoas tem se preocupado cada vez mais com a origem dos produtos que elas tem consumido, o frango DaGranja é um produto diferenciado ele vem de uma origem selecionada e essa origem

[32] A resposta da JBS está disponível no link: http://reporterbrasil.org.br/2016/08/respostadajbs/

garante um produto de qualidade chegando na mesa do consumidor" volta a consumidora na feira: "eu acho que a preocupação de onde o alimento vem, de onde você tá comprando, a qualidade do alimento é muito importante, tem que olhar um prato bacana, bonito, tem que ser gostoso, tem que ser bonito, senão não dá vontade de comer (risos)". A veterinária: "Esses cuidados começam antes mesmo do nascimento dos pintinhos, que são colocados em máquinas com adequada temperatura, adequada umidade, tudo isso para proporcionar a melhor ambiência até mesmo para o embrião. Os pintinhos saem do encubatório vem pras granjas, **essas granjas são selecionadas e exclusivas pra criação do frango DaGranja. É um frango 100% natural, absolutamente saudável que não tem necessidade da adição de nenhum medicamento, antibiótico em todas as etapas da vida**". Letícia: "Por eu ser bastante exigente pelo com eu comia e tal, então eu falei eu vou começar a fazer a minha própria comida, pra levar numa marmita pro trabalho. Ariene: "essa aqui é a ração fornecida pras aves, ela é 100% vegetal à base de milho e soja com adição apenas de vitaminas e minerais. Letícia: "Bom, eu me preocupo com a origem do alimento que eu compro, se ele é livre de antibióticos, se ele não tem hormônios, se ele é natural! Isso é bastante importante para mim, isso é fundamental eu saber isso. Acho que o fazer a sua comida é um selo de qualidade, né". Ariene: "Todo detalhe é extremamente importante na criação desses frangos, todos esses cuidados são para garantir um frango diferenciado e de altíssima qualidade (FIM)".

As imagens mostram feiras livres e a casa da consumidora, preparando sua comida, alternando com as instalações da granja, imagens aéreas da zona rural a veterinária, na granja de confinamento, cuidando dos animais, sorrindo. Encerra com barulho de pássaros numa fazenda.

O mais interessante desse vídeo, é que mostrando um "modelo ideal" de criação de animais, a Seara demonstra o quanto seu modelo de criação "normal" é precário. Não tenho número da participação da linha DaGranja no total de animais criados e abatidos, mas se for algo em torno de 1% a 3% (não deve ser muito mais do que isso). Eles deixam claro que só se usa antibiótico porque os animais vivem em condições precárias de confinamento. E olhe que a granja da propaganda está longe de ser um local adequado, já que mesmo com uma menor densidade, os animais vivem presos no mesmo ambiente a vida toda.

5. Vídeo: É verdade que os frangos ficam presos, comendo e recebendo luz, sem dormir?, Seara (Comercial 1')

Rodrigo Faro é o artista do comercial ele fica num local fechado e ao seu lado, ao fundo aparecem imagens e textos. Esse vídeo faz parte de uma série sobre Mitos e Verdades do site www.hojetemfrango.com.br da Seara. Atualmente com 9 vídeos elaborados, todos com o Rodrigo e algum profissional técnico, dentre eles: Frango recebe hormônio? (Esse com o chef Alex Atala), Frango resfriado é melhor do que frango congelado? Será que todos os frangos são iguais? etc. No vídeo analisado: É verdade que os frangos ficam presos, comendo e recebendo luz, sem dormir? Rodrigo começa: "É verdade que os frangos ficam presos, comendo e recebendo luz, sem dormir? **Com esse assunto nem dá para brincar! É claro que isso não é verdade!** Quem vai explicar isso pra gente é Mario Sérgio que é veterinário e especialista em frango. Isso é um mito não é Mário?" Mário responde: "**É, é um mito** (aparece um grande carimbo MITO, carimbado na tela). **As granjas da Seara são projetadas para garantir o máximo bem-estar para os animais. Por isso a temperatura é constantemente controlada assim como a iluminação.** As galinhas seguem uma rotina parecida com a nossa, ficam acordadas durante o dia e a noite dormem, **por pelo menos 6 horas.** A ração é balanceada e a água é tratada para que as aves possam se alimentar livremente. Isso é uma premissa básica que a Seara faz questão de seguir". Rodrigo Faro: "Eu sabia! (de maneira enfática) Então é isso! **Frango não fica preso, nem comendo, nem recebendo luz sem parar, isso é mito!**" (Novamente o carimbo) (FIM)".

O comercial não tem nenhuma imagem de animal, apenas desenhos e animações ao lado dos participantes.

Esse comercial é um grande exemplo de distorção do significado das palavras, dentre elas: livre, preso, além de uma formulação da pergunta "mal-intencionada". O que Rodrigo quis dizer com "preso" é explicado por Mário, "as aves possam se alimentar livremente". O entendimento dele por preso então seria algo como amarrado, ou no caso das poedeiras, em gaiolas individuais ou para pequenos grupos. Mas as aves ficam presas dentro de um local fechado, geralmente dessa forma, preso seria uma boa palavra para explicar o que as pessoas pensam. Só para fazer uma comparação, um prisioneiro fica trancada numa cela pequena, dividida com outros e em alguns casos e momentos eles tem direito a um banho de sol, mas eles não podem sair da prisão. O que varia é o tamanho, dimensão da "prisão", mas sim, os animais não têm liberdade para sair do espaço de confinamento. O nome desse tipo de granja é granja de confinamento. Podemos afirmar então que elas não vivem presas?

Acontece também o uso de palavras ou expressões que tentam desviar a atenção e amenizar essa situação: para "comendo e recebendo luz, sem dormir" Mário responde que "a temperatura é constantemente controlada assim como a iluminação". Como vimos na resposta

de Zebra (seção 4.4.3), as aves, para que seu bem-estar seja atendido deveriam ter respeitado o seu ciclo circadiano, ou seja, dormirem quando escurece a noite. Porque precisa controlar a luz? Porque elas vivem aprisionadas num galpão escuro, e não livres. Dessa forma fica escuro dentro, antes do que no ambiente externo. Ainda que o controle da luz fosse só durante esse período, o comercial deixa claro: "a noite dormem, por pelo menos 6 horas." Se o período de escuridão da noite, no Brasil, é geralmente de 10 a 14 horas, é matematicamente fácil de entender que as luzes ficam acessas enquanto está escuro lá fora. Mas o argumento de Faro e Sérgio é outro, veja como o mito foi criado "sem dormir", lógico que a resposta vai ser "mito", mas se outra pergunta fosse feita: os animais dormem o que precisam dormir? Para, segundo a Seara "garantir o máximo bem-estar"? Pelo tempo que eles informam que a galinha dorme, está óbvio que, apesar de não ser sem parar, elas não têm seu bem-estar garantido, da mesma forma que se um ser humano dormir a vida toda durante metade do tempo considerado adequado para seu sono, ele vai ter complicações nocivas ao seu bem-estar.

6. Vídeo: Você sabe o que é o Frango Seara DaGranja?, Seara (comercial 1')

O comercial: Você sabe o que é o Frango Seara DaGranja, tem 1 minuto e está disponível no canal do *Youtube* da Seara. É todo em animação. Ele mostra uma granja, uma galinha com uma medalha 1ª, livre colocando ovos, os pintinhos nascem, todos com a mesma medalha, um deles pega um certificado com os dizeres: SELECIONADO, eles estão felizes e piando, depois mostra eles livres comendo ração, com dois tipos: 100% vegetal e outra Antibióticos, no canto superior direito aparece um texto: Criado sem antibióticos, um dos pintinhos vai em direção da ração com antibióticos, percebe, se vira chuta para longe essa ração e come a 100% vegetal. Aparece uma lupa indicando que tem milho e uma frase no canto superior esquerdo: Ração 100% vegetal. Mostra-se depois um termômetro, e a temperatura abaixando, os pintinhos ficam preocupados e a temperatura sobe, e eles voltam a ciscar e comer. Aparece uma frase na parte superior central: Controle de temperatura. E no canto superior esquerdo: Bem-estar animal. Depois aparecem dias de um calendário passando, os animais crescendo e um texto no canto superior direito: Sem hormônios, sem melhorador de desempenho. As folhas do calendário vão passando e é feita uma passagem para um caminhão de transporte da Seara DaGranja, cheio de caixas, no canto superior esquerdo aparece o texto: Sem conservantes. Um funcionário Seara preenche um *check list*: Criado sem antibióticos, sem hormônio, sem conservantes, sem melhoradores de desempenho. O

caminhão passa e mostra mãos de consumidores pegando as embalagens num supermercado qualquer. Encerra com a logo: Seara DaGranja. (FIM)

É uma animação, não mostra nem quer mostrar a realidade dos animais. A granja padrão (mostrada no vídeo 4) é diferente da apresentada, os animais não vivem livres, mas em confinamento, com uma densidade melhor do que uma "tradicional". Por isso, na parte do vídeo que tem um controle de temperatura, fica simplesmente "sem noção", como controlar a temperatura da natureza? É apenas nesse momento que aparece o texto Bem-estar animal. Essa é a maior incoerência, se não tivesse controle da temperatura, e os animais ficassem livre, ai sim teria um bem-estar maior. Mais uma vez, essa propaganda é ótima para denunciar as práticas dessa mesma empresa em suas outras e maioria das linhas. É uma confissão de que usam antibiótico, conservantes. O bem-estar animal não aparece no *check list*, foi um "ato falho", era bom não dar destaque?

No site da linha DaGranja (http://www.seara.com.br/campanha/frango-seara-dagranja), que está em destaque na parte de Campanhas do site da Seara, além de outros aspectos, afirma que tem certificação de bem-estar animal. No site não se dá nenhum detalhe sobre o que significa isso, apenas tem um link para a certificação[33]. Se procurar essa certificação na internet, não consegue encontrar mais informações, está tudo muito escondido. A informação que aparece é que existe um alinhamento com a certificação da AMI (ver GRANDIN, 2013).

7. Vídeo: Sadia e Jamie Oliver - Selo *Certified Humane*, Sadia (comercial 45")

Antes de tratar do vídeo especificamente é bom contextualiza-lo, pois envolve uma celebridade internacional: Jamie Oliver é um famoso chef e ativista da alimentação saudável, criador do *Food Revolution* (Day), que busca uma autonomia alimentar das pessoas, desde a infância, e alimentação saudável através da educação alimentar (JAMIE'S FOOD REVOLUTION, 2016).

Com investimento de R$ 50 milhões, a Sadia, marca da BRF, lançou cinco opções na linha "Pratos para Cozinhar Sadia & Jaime Oliver". Segundo a empresa, a expectativa é aumentar a presença da marca em uma categoria de alimentos que movimenta cerca de R$ 460 milhões por ano, onde a concorrente Seara lançou 22 produtos. A parceria com Oliver envolve granjas e aviários de Goiás voltados ao bem-estar animal, com 40 milhões de aves.

[33] Disponível em: http://www.seara.com.br/media/download/certificados_WQS.pdf

Para o projeto, a BRF adaptou granjas de integrados para atender aos padrões de bem-estar animal, com **lotação reduzida dos aviários, instalação de sensores que medem a temperatura do ambiente, além de poleiros e camas de areia para as aves. Estas granjas não devem usar antibióticos na criação dos animais.** (G1, 2016b). A Sadia (2016) afirma que certificou 33 granjas e 183 aviários com o selo internacional *Certified Humane* de bem-estar animal. Esses padrões de bem-estar animal são similares com os utilizados pela Seara em sua linha DaGranja.

Sobre o comercial, tem vários comerciais entre Oliver e Sadia, nenhum deles trata especificamente de bem-estar animal, no site especial da Sadia e Oliver (http://www.sadia.com.br/jamieoliver/no-que-acreditamos.html#animal-welfare) o vídeo que selecionamos é o que aparece para tratar desse tema. É um comercial de 45 segundos.

Ele começa com Oliver num helicóptero sobrevoando uma grande cidade, ele chega e viaja de carro para uma fazenda no caminho ele começa a falar em inglês e tem uma legenda durante sua fala: "A *Food Revolution* vai muito bem, mas nós não podemos fazê-la sozinho, se você quer fazer uma transformação grande, você precisa de parceiros grandes, e é por isso que eu me uni à Sadia (ele chega na fazenda e é mostrado na entrada o (selo) *Certified Humane* – Bem estar animal), para que a gente possa fazer uma mudança real, positiva e significativa, da fazenda até à mesa. **Um dos nossos maiores projetos é implementar um selo de bem-estar animal nas granjas de galinhas e perus"** (ele mostra novamente o selo). "Agora já são 33 granjas certificadas da Sadia, **que já impactou a vida de 40 milhões de galinhas**, mas esse é só o começo, mas eu estou totalmente comprometido com ele. Então Brasil, é hora de ficar delicioso!" Ele aparece junto com vários funcionários da Sadia comemorando. Ao longo do comercial ele visita as instalações de uma granja, durante menos de 2 segundos aparecem alguns pintinhos.

Não consegui uma informação precisa, mas segundo o G1 (2016), a BRF deteve 56,6% de participação no mercado, e a EBC (2016) afirma que o Brasil abateu 5,79 bilhões de cabeça de frango em 2015. Então a partir dessa conta, que vou apresentar como aproximada, a BRF deve ter tido um abate de quase 3,3 bilhões de aves. As 40 milhões com padrão de "bem-estar animal Jamie Oliver" representam menos de 1,3% do total de abates.

Essa propaganda, tanto quanto a da Seara são mais importantes pelo que não diz, do que diz. Quando a Sadia resolve fazer uma parceria com um dos maiores nomes mundiais da alimentação saudável para adentrar nesse mercado, ela tem que aceitar algumas solicitações de Oliver. Uma pequena mudança nos critérios de bem-estar animal possibilita que não seja necessário utilizar antibióticos, que como foi visto na seção 4.5.3, são nocivos ao ser humano.

Se existia alguma dúvida sobre isso, a Sadia e Seara confirmam, fazem uma linha mais saudável sem antibiótico. Para isso, precisam oferecer uma condição menos nociva aos animais. Só que isso é oferecido para uma quantidade irrisória de animais abatidos.

8. Vídeo: Saber Tudo Que Tem Faz Bem – Cuidado, Nestlé (vídeo institucional 4'30")

Em 2014 a Nestlé lançou uma série de vídeos publicitários da marca Ninho, chamada "Saber tudo que tem, faz bem". Essa série, formada por quatro episódios, traz histórias de mães que não conheciam toda a cadeia produtiva do leite Ninho, item apresentado como essencial da alimentação de suas crianças. O episódio selecionado, começa com o título: Já pensou de onde vem o leite que seu filho bebe? Inicia com umas vacas no pasto, depois aparece uma consumidora e o texto: "A Adriana não tinha parado para pensar nisso. Então a levamos para conversar com uma das mães que trabalham na produção do leite Ninho". Casa da Adriana Campinas, ela começa a falar: "Eu sou uma chef de cozinha, professora de Gastronomia, eu acho que toda mãe tenha essa dúvida: que leite você vai dar, e eu dei Leite Ninho. E eu deixo os dois escolherem o jantar da noite, a gente abre a geladeira e vai na horta e eles escolhem o que vai ser feito, e a gente vai anotando juntos, a gente tem um livro de receitas da família. Tudo que relaciona o produto com o produtor com a história deu conhecer, que eu sou curiosa, eu acho incrível. **Minha expectativa é que eu encontre vacas felizes (risos)**. (ela viajando) Fazenda Recreio – São Carlos (SP). Maria Beatriz, mãe e produtora rural Nestlé, fala: "E eu também sou mãe, tenho três filhos, um de 20 anos, um de 14, uma menina de 7 anos. Não tive muito problema em ser mãe e cuidar da fazenda, sabe, foi uma alegria para mim, e até hoje minha filha Maria Olívia, me ajuda". Ela continua a falar agora num pasto com as vacas deitadas: "Essa daqui é a Tuica, aquela ali é a Giovana, a outra é a Barbie, cada uma tem o seu nome. Ela sempre tá participando, gosta, dá leite para os bezerros, então criei meus filhos assim" (a filha dela está sentada com um bezerrinho, rindo muito). "O leite que sai daqui é muito especial porque tem todo o nosso cuidado, desde a bezerrinha que acaba de nascer até a vaca que começou a produzir leite". Nesse momento ela se encontra com a consumidora Adriana e vão para o curral. Maria continua: "Elas vão entrar aí vai começar a ordenhar. Ai agora o que ele está fazendo é o pré-*dipping*, que é a limpeza dos tetos antes da ordenha. Ai o teto tá limpo para poder começar a colocar a máquina. E ele vai diretamente para o tanque. Aparece um texto: Do momento da ordenha até o envase na caixinha se passam no máximo 48 horas. Toda coleta de leite é feita com caminhão lacrado,

sem possibilidade de contato ou manipulação após o carregamento. Maria Beatriz continua: “Então, na hora que o caminhão vem coletar o leite, que ele passa por testes. O Pedro pode explicar melhor isso.” As duas vão ao encontro do Pedro e cumprimentam: “Oi Pedro tudo bem? Como vai?! Essa daqui é a Adriana”, “Tudo bem! Como é que vai! Prazer Adriana, meu nome é Pedro, sou supervisor de distrito leiteiro Nestlé ”. Aparece um texto: Toda fazenda tem apoio de um profissional da Nestlé. Pedro fala: “É Adriana quando o caminhão encosta aqui para fazer a coleta do leite, ele faz um teste que faz uma triagem para saber se o leite tem algum problema, principalmente de acidez. Feito o teste detectou uma coloração diferente do que está acostumado, ou do que ele foi treinado. Ele não coleta o leite e avisa a gente. Fora isso ai, ele coleta uma mostra para identificar rastreabilidade, se tiver algum problema, para identificar quem é o produtor. Aparece o texto: Para assegurar um leite 100% de qualidade, a Nestlé realizada testes antes de carrega-lo e mais uma vez na chegada da fábrica antes do uso na produção do Ninho. 100% de rastreabilidade do leite dos fornecedores Nestlé. Elas continuam conversando e vendo as vacas passearem, alisando as vacas, alisando e beijando os bezerros [...] Adriana afirma no final: “**Eu fiquei muito feliz com oportunidade de poder conhecer como que uma empresa tem essa relação com o produtor, a maneira com que os bichos são tratados também influi na qualidade do leite, né**. Isso tudo eu acho legal porque vai influenciar na alimentação do meu filho e da minha filha. Beatriz: “Ser mãe é uma doação constante, porque a gente sempre quer dar o melhor pro filho né, eu queria que elas soubessem que eu tô dando o melhor de mim aqui para poder elas darem o melhor para os filhos delas.” As duas tiram foto juntas, e aparecem as vaquinhas no final, numa cena bem bucólica. Nestlé Ninho, Saber tudo que tem (FIM)

O ambiente onde ocorre o vídeo é uma fazenda idílica, pequena e familiar, na qual as vacas possuem nomes próprios, vivem livres num pasto vasto e verde e são ordenhadas por um calmo senhor num ambiente tranquilo, limpo e reservado. Além disso, a fazenda também adota o programa Boas Práticas na Fazenda, dando a entender que é realmente um modelo no que faz. Em alguns momentos, um bezerro solitário é mostrado no vídeo, sendo acarinhado pela consumidora e pela filha da proprietária. O comercial mostra imagens de todos interagindo e sorrindo. Por fim, a consumidora depõe sobre sua agradável surpresa e experiência de conhecer uma realidade que realmente atende à sua expectativa inicial: encontrar vacas felizes.

No Brasil, é importar mencionar, que a Nestlé possui 8 fornecedores entre os 100 maiores produtores de leite, o que significa uma produção média de mais de 15 mil litros por dia (MILKPOINT, 2015). No entanto, as imagens que são mostradas no documento desse

portal, que tem o papel de fortalecer essa indústria, divergem das “vacas felizes” apresentadas nos rótulos e nos comerciais (Figura 3 (4)).

Nas imagens, as vacas dispõem de pouquíssimo espaço para se movimentarem, e em três delas estão confinadas, em ambientes fechados e sem acesso ao pasto. Mesmo que o vídeo da campanha da marca Ninho mostre uma fazenda real, que de fato forneça leite para a Nestlé, ela representa uma pequena parcela dos seus fornecedores e dos demais concorrentes – apenas 16% das 100 maiores fazendas brasileiras adotam o sistema de pasteio (MILKPOINT, 2015) – e muitas questões sobre o processo de produção não são citadas no vídeo, como o destino dado aos filhotes das vacas leiteiras ou às próprias vacas quando param de produzir leite.

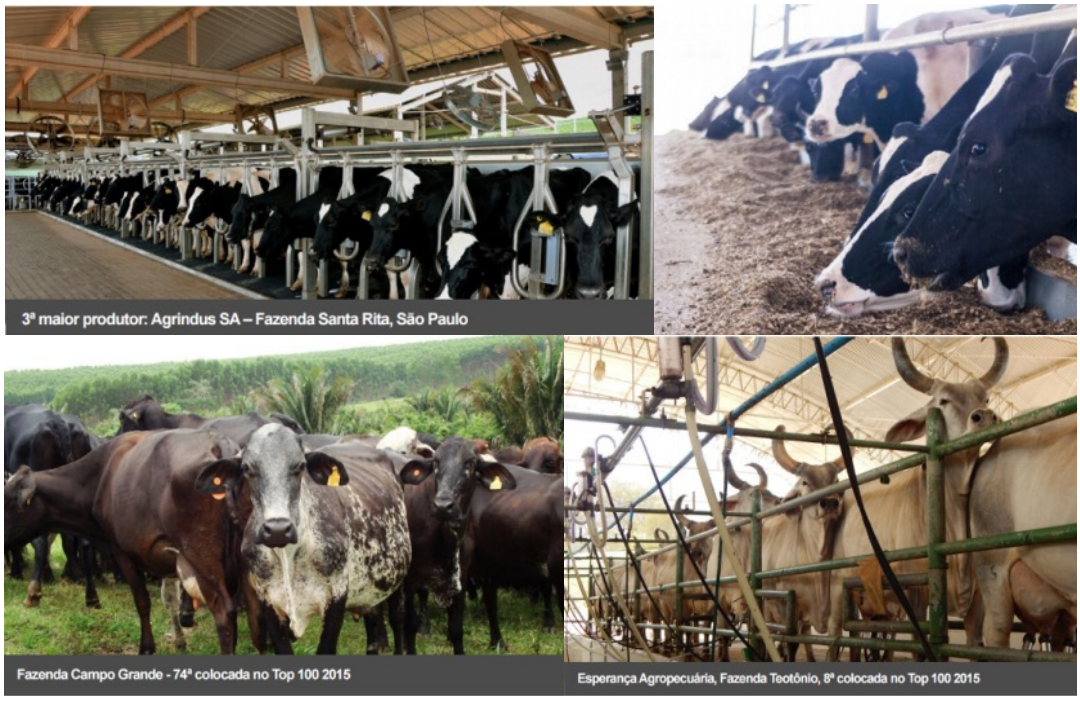

Figura 3 (4): Algumas imagens reais das fazendas e das vacas, não tão felizes como nos anúncios. Fonte: MILKPOINT (2015)

A Nestlé vem adotando, desde sua origem, estratégias comerciais que oferecem exatamente aquilo que o público gostaria de ver, ler, ouvir e patrocinar. As estratégias de marketing utilizadas para a divulgação e comercialização dos produtos da Nestlé relacionados à indústria do leite remetem ao ideário das “vacas felizes”, citado por Singer (2008), construído e alimentado na imaginação do público em geral.

Outra estratégia utilizada para construir o ideário da “vaca feliz" é a rotulagem, utilização de mascotes, figuras e outros símbolos atraentes associados aos seus produtos. Tais

signos, junto às informações contidas nas embalagens, representam uma das principais influências nas decisões de compra, até mesmo porque os consumidores tendem a acreditar no que está escrito ou exposto nos rótulos. É previsível que ofereçam exatamente o conteúdo que tocará tanto o aspecto racional quanto o emocional do seu público-alvo, por meio de diversas características, como fotos, linguagem adequada, tipografia (tipos, estilos, tamanhos e cores das letras), cores e estrutura (composição). A vaca simpática e feliz do chocolate Lollo e a vaquinha branca e lilás dos campos alpinos do chocolate Milka são dois exemplos emblemáticos (Figura 4 (4)).

Utilizar ícones que despertam emoções agradáveis nos consumidores a despeito da realidade, que é propositadamente ocultada e confortavelmente ignorada pela maioria da população, vem sendo uma das técnicas de marketing mais bem-sucedidas das grandes empresas para manter seu monopólio mercadológico. Pois exercem influência nos sistemas afetivo e cognitivo do público.

Figura 4 (4): Acima e à esquerda a embalagem do chocolate Lollo, lançado na década de 1980 e relançado 20 anos depois. Abaixo e à esquerda, duas versões da vaca Milka. À direita, um dos anúncios comerciais do chocolate no exterior.

Fonte: NESTLÉ (2015a)

9. Vídeo: Ninho. Saber Tudo Que Tem, Faz Bem – Fazenda, Nestlé (vídeo institucional 1’30”)

Na continuidade dessa campanha, agora em 2016, a Nestlé criou um site http://www.sabertudoquetem.com.br inclusive com câmeras 24 horas da fábrica do leite Ninho (não das fazendas, óbvio!). Nesse site, tem 3 vídeos novos, um deles é sobre a Fazenda: O vídeo começa com uma mãe e um filho tomando leite com a frase: Você sabe

tudo o que tem no leite do seu filho? Cuidado desde a origem. Vanessa Schenini, mãe de Arthur, fala: “Meu nome é Vanessa, mãe de Arthur”, muda para outra pessoa, Carlos Gustavo, produtor rural “Meu nome é Carlos, pai de Lorena e Laura, eu trabalho na ordenha, e como produtor de leite da Nestlé” Sítio São Carlos, Araraquara (SP), texto: Como é o seu dia-a-dia? Vanessa. “Com Arthur tudo mudou, tem horário tem rotina, tem preocupações, valores todos para ele, assim, quando eu paro é por ele.” Carlos: “Na fazenda é bem desgastante, é bem exaustivo, no final do dia você lidando com elas, é gratificante”. Texto: Por que só você faria o que você faz? Vanessa: “Eu sei do espirro que ele dá, do sorriso, da carinha que ele faz, ou é comigo ou é comigo”. Carlos “**No olhar a gente conhece, é pelo convívio ali, você acaba tendo uma afinidade muito grande, tem a Julieta, tem a Fabíola, tem Agatha. Carinho, amor, fazem o meu leite ter uma diferença muito grande em relação ao produto final na gôndola**” texto: Você tem orgulho do que faz? Carlos: “É muito gostoso, é muito bom, você compartilhar com as pessoas o que você faz lá.” Vanessa “hoje eu tava saindo ele disse: ‘tchau mamãe, tchau mamãe, eu te amo, eu vou sentir saudade de você’ (nesse momento Vanessa fica muito emocionada e chora). Carlos: “Nós fazemos ninho com a mesma dedicação que você faria...”

O vídeo alterna imagens de Vanessa abraçando, brincando, em companhia com o filho e Carlos em seu sítio com as vacas. Elas ficam pastando livremente, ele alisa e abraça as vacas. Mostra também ele colocando os sugadores e vendo o leite saindo, todos muito sorridentes.

Esse comercial é muito similar ao outro, parece uma repetição de uma formula que funcionou: um forte apelo emocional, através de proximidade da relação com as vacas, seja no contato físico, seja na definição de nomes próprios para cada animal. A diferença que os dois, produtor e consumidor não tem um contato direto. Mas esse tem um apelo emocional muito grande, até um choro da consumidora. As considerações sobre esse vídeo são similares ao anterior.

Quando a Nestlé, maior captadora e processadora de leite fresco do país (NESTLÉ, 2015b), resolve fazer uma propaganda para mostrar vacas felizes, ela assume que isso deve ser importante para alguém. Esse alguém são seus consumidores, pois afinal, a propaganda é direcionada a eles, e em nenhuma outra situação em seu *site* e informações oficiais ela aprofunda ou cita essa preocupação interna. Nem mesmo no seu programa de Boas Práticas na Fazenda (BPF), que através da gestão tem como objetivo “qualidade e segurança” da produção com ganhos de produtividade e rentabilidade (NESTLÉ, 2015) e não a consideração dos interesses dos animais, ou os aspectos de seu bem-estar. Eles não estão preocupados com

a saúde das vacas e vitelos, a não ser na medida em que suas doenças e sofrimento possam afetar os lucros de seus negócios (FELIPE, 2012).

Nossa análise do *dito desconexo*, presente no mito das "vacas felizes" da Nestlé, aponta ainda, para uma importante problemática, a legislação vigente, aquela que normatiza as atividades com exploração animal e que cobram adequação das empresas aos conceitos de bem-estar animal e tratamento humanitário, apresenta-se ainda em um caráter ou incipiente, dada a jovialidade da temática, ou insuficiente, pelo motivo anterior e pelas forças econômicas e políticas contrárias à ampliação dessas regras, ou sem efetividade de fiscalização ou cumprimento das punições. Ou seja, um caso emblemático em que legalidade e justiça encontram-se em polos dissonantes, já que,

> […] o tipo de proteção legal que os animais recebem é parte do problema, não parte da solução. O fato de existirem tão poucas violações da lei em vigor não mostra que os animais são bem tratados, mas que os padrões legais de "tratamento humanitário" estão abaixo do mínimo, e que o trabalho de assegurar que pelo menos esses padrões sejam seguidos é deplorável (REGAN, 2006, p.99)

10. Vídeo 10: Ode à Vaca – Itambé Nolac, Itambé, comercial 45".

A Itambé, numa de suas propagandas mais recentes, sobre a nova linha de leite sem lactose, Nolac, cria um título bem sugestivo: Ode à Vaca - Itambé Nolac. Esse comercial de 45 segundos, começa com uma caixinha de leite Itambé colocando o leite em uma tigela, o narrador: "A linha de leite zero lactose da Itambé tem o mesmo sabor da tradicional e é feita do puro leite da Itambé. Cara, **a vaca que faz isso merece um desfile** (mostra uma vaca numa passarela, como se fosse um desfile de moda). Não, esse desfile! (Num trio elétrico com os dizeres Viva a Vaca e todos batendo palmas). E os iogurtes zero lactose da Itambé, **essa vaca deve ser imortalizada por um artista** (mostra um artista com um quadro no fundo). Não, mais famoso! (Mostra uma copia da Monalisa com uma cabeça de vaca, e as pessoas observando e tirando fotos) O requeijão zero lactose da Itambé é idêntico em sabor e digestão ainda mais fácil, **alguém faz uma estátua dessa vaca** (mostra uma estátua num parque, em tamanho real). Não, ela merece mais! (Mostra dois aviões fazendo um desenho de fumaça no céu) A linha zero lactose da Itambé é a mais completa do mercado, **essa vaca tem que ser adorada** (mostra um casal tirando *selfie* com a vaca). Não**, idolatrada!** (Mostra ela com as patas na calçada da fama), quer saber ela merece isso (mostra a vaca num palco de show de música), ela dá um mugido e a plateia vai a loucura! Valeu vaca. Linha Zero Lactose da Itambé. Para Itambé leite é tudo! Mostra a linha de produtos" (FIM)

Nessa propaganda existe também uma ênfase na divulgação do mito das "vacas felizes" que doam seu leite aos humanos. Esse comercial reforça e extrapola a ideia de que as vacas são bem tratadas, e sugere que elas devem ser "adoradas". O comercial mostra várias homenagens pomposas que deveriam ser feitas as vacas que produzem os alimentos da Itambé, passando a ideia, não só que é uma vaca livre, mas que está feliz em desempenhar o seu papel em alimentar os humanos.

A Itambé, em outra propaganda de 2015 Itambé - Leite é Tudo (ITAMBÉ, 2015) apresenta o canal produtivo do leite, da vaca até o consumidor. Nessa propaganda a vaca, feliz e dançarina, aparece por 2 segundos (6% do tempo do comercial), durante o restante da propaganda outras etapas da cadeia são mostradas, sendo a maioria do tempo com o leite embalado ou servido. Considerando que a empresa faz parte do mesmo grupo da JBS, que inclusive tem como Presidente do Conselho o Diretor da JBS, Wesley Batista (ITAMBÉ, 2016a) percebemos que existe uma estratégia de marketing parecida, inclusive enfatizando o controle de origem, como a JBS faz. Provavelmente a vaca aparece nas propagandas da empresa (diferente dos bois que não aparecem nas propagandas mais recentes da JBS) pois em oposição a carne, não existe uma relação para o consumidor em geral, entre o leite e o sofrimento e morte das vacas. Isso reforça o mito das vacas felizes.

As estratégias de comunicação utilizadas pelas empresas para responder às demandas sociais podem ser incluídas em aspectos do *Dark Side*. Existe uma sequência "natural": a motivação para realização das práticas de bem-estar são uma imposição externa (legislação e sociedade), nem todas vão ver vantajosas financeiramente, já que a racionalidade econômica é prioritária, aplica-se apenas uma parte das ações de bem-estar animal. Não existe uma legislação adequada o que impossibilita também uma fiscalização eficaz. Os animais são maltratados, mas os consumidores não se sentem bem com essa realidade. As empresas divulgam timidamente o que a lei exige e o que os consumidores esperam: os animais são bem tratados. Temos o *dito desconexo.* Mas existem também outras formas de comunicação da empresa, na verdade uma ausência de divulgação das informações ou um ocultamento das mesmas. A seguir analiso as duas estratégias mais comuns identificadas nesse trabalho: ocultamento e distorção da realidade.

4.6.1 Ocultamento e distorção da realidade

As grandes empresas que têm o resultado de suas vendas baseada na exploração animal costumam adotar principalmente dois tipos de estratégia para lidar com a exploração e morte animal: o ocultamento e distorção da realidade. A primeiro se caracteriza por não apresentar ou esconder parte da realidade vivida pelos animais, geralmente o processo de abate, que é aquela em que é visualizado o sofrimento dos animais. A segunda, é executada pela afirmação de fatos que são distorcidos, como por exemplo, afirmar que animais que ficam enclausurados são bem tratados, ou que vacas que são afastadas de seus filhos são felizes. Como forma de organizar os dados apresentados e analisados na seção anterior, e com o apoio das falas dos entrevistados, analiso ambas estratégias nesta seção.

Entre os entrevistados é um ponto pacífico que os animais não são bem tratados pelas grandes empresas da indústria da carne e leite, como afirma Águia: "Não, né. Nós temos vários casos de abusos, né. [...] Não são bem tratados, é, porque o objetivo é o lucro e não pela consciência, pela necessidade e proteger e respeitar animais. (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

Se os animais não são bem tratados, não podem ser felizes:

> **Acho que não, né, porque são criados para o abate e consumo, né. Não há uma preocupação com o bem-estar, há uma preocupação com a engorda,** né, a oferta de remédios, e de, é de ração, né, unicamente objetivando a engorda pra abate e **a obtenção de leite também, né, maior quantidade. Mas, não é uma preocupação com o bem-estar, a menos que o bem-estar esteja interferindo na produção, prejudicando a produção,** né, quando o animal não engorda ou depressivo, né. (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

> Eu acredito que não totalmente feliz. E alguns bem infelizes. Posso te citar alguns: galinha poedeira que fica presa em gaiola a vida inteira, as porcas que ficam nessas gaiolas de estação, que estão sendo abolidas aos poucos, mas ainda existem. (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Esquilo apresenta que existem gradações entre o sofrimento ou infelicidade dos animais, geralmente o critério é o fato de serem menos ou mais confinados.

Dito isso, fica mais fácil entender porque as empresas não querem divulgar muitas informações sobre bem-estar animal. Esquilo, Gavião e Zebra concordam que para as empresas não parece ser uma boa estratégia divulgar para o consumidor como os animais são tratados. Segundo Zebra: "Não, não dizem e morrem de medo que se fale a verdade, verdadeira. (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016). Ela explica melhor:

> [...] **as indústrias não querem porque isso vai mostrar o que é hoje, como é feito hoje, eles vão acabar expondo a realidade, isso já vi o pessoal da indústria falando, eles têm muito medo da percepção do consumidor,**

> **por isso que você não consegue informações fáceis, por isso eles não querem abrir, eles tem receio que se mostrar como é feio hoje vai dar um trabalho muito grande pra eles** e que vão ter que correr de uma forma muito... um espaço de tempo muito curto ora tentar ir atrás do prejuízo, **eles têm muito, muito medo da opinião pública da percepção de como é feito o abate hoje.**.. Eu entendo, eles querem, eles até percebem que isso vai ter um retorno à médio prazo, não é nem longo prazo, apesar do investimento inicial, só que essa transição pra eles tem que ser feito por trás dos panos porque **se algum momento ficar muito claro pra população da forma como é feito hoje vai dar um prejuízo muito grande, eles não querem que a percepção do consumidor com relação à empresa deles fiquei prejudicada, você pode até prejudicar uma empresa específica, mas eles não querem que toda indústria seja prejudicada...**. É, ou vão questionar, vão continuar comendo mas vão começar a pressionar pra mudar... (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

A visão geral é que a percepção do consumidor se aproximando de uma situação irreal de uma fazenda bucólica, qualquer realidade que for repassada vai ser pior do que o que eles imaginam. Mas segundo Gavião, é um "acordo de cavalheiros", onde a empresa não quer divulgar, e o cliente não quer saber, então não vamos mais falar nisso....

> As informações nem sempre são tão verdadeiras. Ou eles escolhem a dedo, é, mas são poucas também. O foco dela é mais na saudabilidade, qualidade do que bem-estar em si. **E, também, porque o próprio consumidor, ele não quer escutar muito isso né? É, aquela coisa que ele, se ele vê muito ele fica "Ai", Aí ele começa a pensar. Então, quando o consumidor faz muito o link e ele começa a repensar.** Então eu acho que não existe por ambas as partes. **Consumidor como uma forma de fuga, "Ah, eu prefiro não saber". E a empresa "Não, prefiro não falar". "Você não quer saber e eu não quero falar, então vamos ficar aí". Tá todo mundo bem né?... Menos os animais.** (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016)

Mas Gavião enfatiza, pode estar bem para a empresa e o cliente, mas não está bem para os animais.

Para os entrevistados, o que eles entenderam como mais comum das empresas ocultarem é o processo de confinamento dos animais:

> (pausa longa) Não sei, não sei, eu não acredito, eu acho até... por exemplo, **ninguém imagina que ave fica acordada sei lá quanto tempo pra comer, pergunta à pessoa, a pessoa não vai saber disso,** pergunta a pessoa, a pessoa não vai saber disso não, **eles acreditam que elas dormem direitinho, a não ser que a pessoa crie galinha, mas a população acho que não**... como eu sempre soube, a família sempre criou galinha, eu sempre soube, eu não tenho nenhum, os meus filhos já sabem que é os bichinhos que vão ficar acordada o tempo inteiro... (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

O ocultamento do confinamento ocorre em quase todos os vídeos: as aves são os casos mais extremos, a Seara é a que mais utiliza desse expediente, tanto é que ela praticamente não utiliza imagens reais, mas sim animações. Mas no vídeo 5 (Mitos e Verdades) ela além de ocultar a realidade dos animais, ainda distorce, descaradamente a realidade. Mas não pode ser esquecido que boa parte das vacas leiteiras vivem em sistema de confinamento e

semiconfinamento, e que a Friboi confina até os bois que comumente vivem parte da vida em pastos. A diferença do confinamento bovino é que geralmente são em cercas não cobertas, e talvez tenha uma densidade um pouco menor.

> Por exemplo essas práticas de mutilação, que são necessárias né? Porque não trabalham com a solução do problema de forma na raiz, então, corte de cauda. Você não vê a empresa falando sobre isso. **Você não vê a empresa, na verdade, mostrando tanto o sistema de produção.** A gente vê que as empresas têm muito receio de mostrar isso e a gente vê nos rótulos. Porque o consumidor, ele vai identificar pelo rótulo. O rótulo sempre é verde, um animal dando um sorrisinho, é, aquela criação no pasto. E, aí, a hora que ele for ver mesmo o sistema como que é, é bastante divergente. **Então, ela, ela tem sim esse receio sim de mostrar como que é.** Ela sabe, ela tá trabalhando pra melhorar mas ela tem o receio de mostrar é, ainda como que é, (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

Águia lembra do processo de confinamento de alguns animais que a população não tem nenhum tipo de convívio, como o caso do Chester:

> Você já viu alguma vez na sua vida um animal chamado Chester? Certamente, você já se alimentou, já comeu um Chester no natal, mas você nunca viu um Chester. Por que que a empresa não divulga o Chester né? Não mostra a foto do Chester, é segredo, né, de uma das maiores indústrias, é, avícolas aí do, do país. **Porque é um animal que é criado absolutamente confinado, né, absolutamente alimentado pra engorda, o peito chega a arrastar no chão.** Tem que ter peito, né, pra virar um Chester de natal. E a empresa não tem nenhum interesse de divulgar, né, o confinamento, o sofrimento, né. O fato é que esses animais são, são criados, é, como, como produtos pra abate e consumo, né. (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

O ocultamento pode ter realizado também, não por deixar de mostrar etapas do processo, mas também por não comunicar nada. Um exemplo disso é o fato da indústria de leite não falar em bem-estar animal, apenas recentemente a Nestlé, mas só nesse ano que ela está utilizando esse termo, até então ela utiliza apelos emocionais. Comunicar ocultando e não comunicar (não querem que os clientes pensem nisso)

A necessidade do ocultamento do abate, mesmo não apresentado pelos entrevistados, fica claro num episódio recente que ocorreu com o apresentador Rodrigo Hilbert. O ator exibiu cenas de abate de um filhote de ovelha para realizar uma receita no Programa Tempero de Família, do canal de TV à cabo GNT, que foi ao ar no dia 10 de março de 2016 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016). Além da polêmica nas redes sociais, o mais interessante nesse caso, para fins de nossa análise, foi a entrevista dada pelo Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), Péricles Salazar, para o Jornal Zero Hora (MELO, 2016):

> Como o senhor viu a repercussão que teve o abate?
> **É sempre chocante você assistir a um abate.** Sempre que se quer fazer um vídeo ou um material publicitário a respeito da indústria de carne, **nunca se mostra o abate do animal,** porque isso toca nas pessoas. A gente filma a carne sendo embalada, sendo transportada nos caminhões, sendo vendida,

> mas nunca o abate do animal, **porque aquilo é chocante**. Faz parte do sentimento de cada um, embora ninguém desconheça o fato de que os animais foram abatidos. E são abatidos aos milhares, todos os dias, no país todo. O que ninguém quer é ver esse procedimento sendo exposto na mídia. Isso que chocou as pessoas.
> [...]
> O fato de ser um filhote que ele abateu piora a situação?
> Mexe mais ainda com as pessoas. Dobra o sentimento de indignação. Pisaram na bola. Existe abate de recém-nascidos, em que ao nascer o animal já é abatido. É um produto consumido em larga escala na população, os vitelos. Nasceu, já morre em seguida. Todo mundo sabe. Mas vai mostrar isso na TV? Não pode. **Enseja desestímulo ao consumo.**

Notem que essas palavras são do presidente da entidade máxima da indústria da carne no país. Nessa entrevista, fica claro que faz parte da estratégia comunicativa das empresas que abatem animais, ocultar essa etapa do processo, "nunca se mostra o abate do animal", pois pode gerar um "desestímulo ao consumo".

O ocultamento pode vir também numa forma de desviar a atenção de algo. Essa estratégia é muito comum da Coca-Cola, por exemplo, há muitos anos eles praticamente não fazem propagando de seus produtos, mas de assuntos que não tem nenhuma relação com suas características, por exemplo, emoções. As empresas que não costumam enfatizar as características dos produtos são aquelas que não tem muitos "benefícios" para mostrar. A maioria das primeiras propagandas de Jamie Oliver com a Sadia ele não falava ou apresentava produtos da Sadia, tem um comercial que ele vai numa escola, e ensina as crianças a preparar verduras e legumes.

> Agora que tu falaste, eu vi, mas, eu não me lembro dele falar de questões de bem-estar. Isso eu não me lembro dele ter falado. Ele tava com uma menina do lado. Aí quando ele tava explicando pra fazer a comida, ela foi provando assim, uma espécie de brincadeira. Ela ia comendo, quando ele olhou pro lado, ela ao invés de tá fazendo a entrevista, ela tava comendo o que ele fazia. (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

A partir do momento que o uso de animais atinge uma escala industrial e que (parte) dessas etapas são ocultados ou escondidas das pessoas, existe uma possibilidade de associa-la ao *Dark Side* das organizações. O *DS* das organizações é um espaço para se discutir questões que têm sido tradicionalmente esquecidas, ignoradas ou suprimidas (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014; 2010). A maioria das pesquisas lado sombrio concentra-se no que não é óbvio, no escondido ou não realizado. O *dark side* pode ser, naturalmente oculto ou deliberadamente escondido (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014). Os autores reforçam que estudar o *dark side* traz à luz a análise de novos fenômenos ou questões abandonadas como o foco da teoria da organização existente (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014).

Além do ocultamento, a distorção da realidade é uma das práticas mais comuns nos vídeos dessas empresas.

> **Então tem muito isso, as empresas têm um programa de bem-estar, tem um monte de plaquinha na indústria falando sobre bem-estar, escrito com as diretrizes de como fazer o bem-estar, mas não faz, é algo que eles vão deixando passar e nunca fiscalizam, não há fiscalização em cima, e também não há interesse da empresa, eles fazem uma propaganda, mas não fazem na prática.** (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

As embalagens e desenhos podem ser uma forma de distorcer a realidade, como afirma Gavião:

> **Eu acho que o Ministério tinha que intervir nisso daí. É, eu acho que a embalagem, ela tem que transferir a informação pro consumidor de forma muito clara, transparente e honesta. E, infelizmente, o Brasil nesse ponto é péssimo.** A gente fez uma pesquisa agora com os consumidores. Nós verificamos que apenas 50% leem os rótulos. É, isso é muito baixo. **E que o 50% que leem os rótulos, a maioria não acredita no que tá escrito.** Então, isso é um ponto que eu vejo que é um problema que **se tornou dessa forma uma cultura brasileira porque a gente põe o que a gente quer, a gente põe muita informação falsa. Não há um controle disso,** então eu acho que falta muito trabalho em relação a esses pontos. Se você vai na Inglaterra, você vê muito claramente os rótulos, é, que falam de fato, ah, esse animal é *out breath*, é *grass fed* (alimentado com erva). Então trabalha muito essas questões. E aí o que eu acabo vendo que para minimizar isso de forma imediata é essa indicação de terceira parte, que é uma das coisas que acaba minimizando essa informação de forma equivocada ou inadequada. (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

As mascotes ou animais sorrindo em embalagens é comum e pode ser dirigido ao público mais jovem:

> Da Sadia tem o piruzinho feliz, né? Tá em todas, não é bem uma propaganda, ele tá sempre lá, a vaquinha feliz também em embalagem de leite já tem, teve e tem, que mais... tem um queijo francês que é um queijo que até tava no grupo dos fiscais, uma menina achou engraçado que é a vaca que ri e **aí tem uma vaquinha feliz dando risada na embalagem, apesar dela não tá mais com o filhote dela, ela tá super feliz (risos)**, enfim, tem várias, agora eu não to me lembrando muito bem. [...] o alvo deles não é criança? sabe? Essa parte do marketing tem muita mensagem subliminar, aí quando **você faz uma coisa que é irreal pra criança é legal, eu vejo com os meus sobrinhos, essas coisas são "nossa!" a vaca ganhando um prêmio sabe? Pra eles é legal, faz parte da imaginação, de repente o público alvo não era a gente, era criança mesmo** (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

Zebra lembra que as vacas são separadas dos bezerros na indústria do leite, então como pode uma mãe (que a Nestlé tanto preza em suas propagandas) ser separada do filho e estar feliz? Ela informa que as empresas se aproveitam da visão distorcida dos consumidores:

> **É aquela questão que eles usam a percepção do consumidor pra vender o produto, o consumidor imagina que sim é uma vida bucólica**, o termo é bucólico quando o campo, a vaquinha tá lá dando leitinho e o fazendeiro também vai lá todo dia encontra a Mimosa, tem nome a vaca, não, não é, essa é o grande gap, **o grande intervalo que a gente tem entre a realidade**

> **e a percepção,** eles usam bastante, marketing é bom, tem que entrevistar esse povo né? [...] Eu acho que os consumidores esperam é que aquilo que eles imaginam realmente aconteça, e isso tem um espaço, um intervalo muito grande entre o que realmente acontece, o que o pessoal imagina que acontece, então eu imagino que os consumidores gostariam de saber se aquilo realmente acontece mesmo que fosse aquilo que eles imaginam que aconteça, sabe? **Não sei se eu consegui explicar, é uma diferença muito grande da realidade e aquilo que o pessoal imagina que realmente acontece nas fazendas, nas propriedades** (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

Minha dúvida nesse aspecto é de onde vem essa percepção distorcida da realidade do consumidor, até que ponto ela não foi formada por essas propagandas?

A transformação de uma situação atípica sendo apresentada como a "realidade" é muito comum, como afirma Águia:

> Primeiro, recentemente, a propaganda da Friboi, mostrando um pasto maravilhoso, bem verdinho, né, um pasto que parecia ter saído da Disneylândia. Mas, segundo a propaganda da Friboi, vinculado há alguns, alguns meses atrás, parece 6 meses atrás no máximo, é, era, a Friboi só comprava carne de produtor que utilizassem aquele tipo de pasto, é, que respeitassem as condições ambientais, não desmatasse, né. Não agredisse as unidades de conservação da natureza, só mostrava uma, não tinha um animal na foto, era só um pasto belíssimo, com uma cerca muito bonita, né, verdinho, um corregozinho, um riachozinho e era, a propaganda dizia isso que a Friboi só contratava de produtores certificados, que aquele era o local que os bois da, da empresa eram criados no Brasil inteiro e tal, é, essa propaganda que me chamou atenção (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

Todas as propagandas que analisei anteriormente, que mostram o animal, costumam apresentar "uma exceção como a regra", como apresentado anteriormente. Em especial o apelo exagerado das propagandas da indústria do leite: Nestlé e Itambé, mas também as da Seara utilizaram desse recurso.

Segundo Onça, essas propagandas e rotulagens tem legislação para proibir o abuso:

> **Não pode! Tem uma legislação de rotulagem que... a I.N 22, entre outras legislações referentes à rotulagem dizem como essas figurinhas de vaquinha bonitinha, felizinha não pode**... Pra dizer que foi tudo muito, desde o início até o final, foi tudo né? Comprar um queijinho sabendo que a vaquinha linda, bonitinha, tava felizinha, **você não imagina nunca com uma dúzia teteira nela... o tempo inteiro nela... (sugando)... não imagina... Não pode! Não pode!** que essas vaquinhas muito alegres, não pode ser nada muito chamativo, tem que ser uma coisa mais sóbria, mas uma vaquinha no desenho ainda dá (risos), a gente não é responsável pelo setor de rotulagem, mas assim...Errado, em relação à fiscalização, completamente errado, na verdade, (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

Seguindo as orientações de Onça, achei a IN, segundo a normativa, no Capítulo IV, sobre as vedações temos:

> Art. 34. O rótulo, a embalagem a propaganda de produtos destinados à alimentação animal, qualquer que seja a sua origem, embalados ou a granel, não devem:

> I - Conter vocábulos, terminologias, declarações, sinais, denominações, dizeres, logotipos, símbolos, selos, emblemas, ilustrações, fotos, desenhos ou outras representações gráficas **que possam tornar a informação falsa, incorreta, insuficiente, ou que possa induzir o consumidor a equívoco, erro, confusão, falso entendimento ou engano, mesmo por omissão**, em relação à verdadeira natureza, propriedade, efeito, modo de ação, composição, procedência, tipo, qualidade, quantidade, validade, rendimento ou forma de uso do produto, diferentes daqueles que realmente apresentem;
> II - **Explorar a superstição, aproveitar-se da deficiência de julgamento e experiência do consumidor;**

Existe uma possibilidade de interpretação sim, mas a questão é a fiscalização funcionar!

Diante das circunstâncias, com exceção de Condor, que considera que se uma empresa divulga algo é porque ela deveria cumprir: "Com certeza, quando ela coloca isso, ela tá se pondo à prova pra que haja verificação em relação a isso", a posição dos demais é que existe uma propaganda enganosa para o consumidor, devido a distorção da realidade por elas apresentadas, a fala de Águia ilustra:

> Da ótica jurídica, a gente trata isso como propaganda enganosa, né, propaganda enganosa. E, é, via de regra, a regra geral que a gente ver é animais sendo criados, né, pra servir aos interesses dos homens e não pra, pra serem, digamos assim, sujeito de direitos, né, sujeitos, seres, seres vivos que com direitos que devam ser respeitados. (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016)

As práticas de ocultamento são mais comuns na indústria da carne pois já existe um processo "delicado" sobre o abate do animal, que costuma ser escondido essa parte "suja" do processo. Na indústria do leite, apesar da vaca vai ser abatida no final de sua vida produtiva, as pessoas não associam diretamente o consumo de leite com a morte de animais, por isso é algo que não é problemático. Tanto é que ficou muito evidente nos comerciais, quando vai vender carne não se mostra o boi, quando se vai vender leite se mostrar a vaca. As etapas mais comuns do processo que são ocultadas nessa indústria são o confinamento e a separação dos bezerros.

Dessa forma, as propagandas da indústria do leite são as mais comuns (mas não as únicas) a terem a utilização da distorção da realidade, já que são as que apelam mais para a utilização do animal numa realidade muito diferente da que a maioria deles vive.

No decorrer das análises considero as práticas de uso de animais, principalmente pelas organizações como extremamente ideológicas, de maneira pejorativa ou criticável, pois para permanecer aceitável, tem que recorrer a ocultar ou obscurecer suas motivações, distorcer ou dissimular um discurso para naturalizar uma realidade social e legitimar e sustentar essas relações, que naturalmente são transpassadas pelo signo da violência prática e teórica.

Portanto, a criação no imaginário do público consumidor de uma realidade onde a "vaca feliz" não só existe, mas é a regra, tanto é resultado de todas as técnicas especializadas de marketing, quanto da própria alienação inerente à nossa sociedade.

As grandes corporações que baseiam suas vendas na exploração animal costumam adotar principalmente dois tipos de estratégia para lidar com essa situação: o ocultamento e distorção da realidade. O ocultamento se caracteriza por não apresentar ou esconder parte da realidade vivida pelos animais. Nessa estratégia, é comum utilizar a desconexão entre o animal e o produto, o *referente ausente* (ADAMS, 2012). A distorção é efetivada pela afirmação de fatos distorcidos, um dito *desconexo* (REGAN, 2006), geralmente de práticas repreensíveis que são consideradas ações de bem-estar animal. Uma espécie de resposta falaciosa às preocupações externas com o bem-estar e tratamento "humanitário" dos animais; uma pura estratégia de marketing para atender à demanda dos consumidores e afirmar o cumprimento da legislação vigente.

É uma realidade que os animais são maltratados na indústria, mas as organizações sabem que as pessoas gostam de animais, elas se esforçam ao máximo para impedir que o público descubra o que se passa nos galpões sem janela onde são aprisionados esses seres. "A indústria não quer que se saiba como vivem os animais que estão sendo preparados para o abate" (Robbins, 2014 p. 12). Por isso a indústria, através de campanhas publicitárias, comunica que "os melhores queijos vêm de vacas felizes" e se utilizam de imagens de vacas pastando satisfeitas em belas pastagens. Esses comercias, de vacas felizes, galinhas felizes, são mentirosos, totalmente desonestos, mas não são ilegais. "Você pode fazer o que quiser com um animal cuja carne, leite ou ovos pretenda vender e pode mentir quanto quiser a esse respeito, pois fizemos essa distinção semântica entre determinados animais. Amamos alguns, outros não só abatemos, como também torturamos" (Robbins, 201, p. 13).

O principal argumento que utilizo aqui é que se a prática da indústria de origem animal não tivesse problemas (éticos) poderia tranquilamente não ocultar, ou não esconder o acesso de informações aos seus consumidores. Mas não é isso que é feito. Mesmo quando liberadas, as informações são seletivas, como apresenta Holmberg e Ideland (2010). Atividades do lado sombrio são mascaradas comunicativamente para fazer com que o ilegítimo pareça legítimo, dissenso pareça estar um consenso, para facilitar a exploração (Deetz, 1996).

4.7 OBSTÁCULOS PARA INCLUSÃO DA CONSIDERAÇÃO MORAL AOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS

Conforme a definição constitutiva desta tese, utilizo o seguinte conceito para obstáculo para inclusão da consideração moral aos animais não-humanos: Alguns dos principais empecilhos para uma mudança em nossa sociedade que contemple a consideração moral dos animais não-humanos. Eles são operacionalizados nesta análise por meio dos seguintes indicadores: com relação as empresas: Influência do lobby das empresas (REGAN, 2006; JOY, 2014); aos seus *stakeholders*: Atuação dos consumidores e organizações de ativistas pelos direitos animais (REGAN, 2006; JOY 2014); Posição dos legisladores e fiscalizadores (REGAN, 2006).

Esse tópico também foi construído a partir das respostas dos entrevistados e consulta de documentos pertinentes. Todos os principais aspectos considerados obstáculos para a ampliação dessa visão emergente estão contemplados nos trechos selecionados. O foco dessa análise, é direcionado para a mudança das empresas e a influência que o restante da sociedade pode ter sobre elas.

O primeiro e mais considerável aspecto vem do próprio interesse em não mudar por parte das empresas. Como visto em seções anteriores, principalmente na seção 4.4.1, as empresas estão timidamente e parcialmente atendendo às demandas por consideração moral, em especial aquelas que são exigidas por legislação (nacional ou internacional), são raras e pontuais as iniciativas diferentes, que costumam demandar devido a pressão dos consumidores ou sociedade civil (particularmente as ONGs de proteção e direitos animais). A busca por novos mercados, como visto no caso das linhas DaGranja, da Seara, e "Pratos para Cozinhar Sadia & Jaime Oliver", na seção 4.6, demonstram o potencial da alimentação saudável, mas não a consideração moral aos animais pelas respectivas empresas, apesar de trazer avanços ao bem-estar animal.

Está fortalecida a ideia de que as empresas têm medo da reação do público quando descobrirem que os animais não são tratados como naquela imaginária e nostálgica fazenda bucólica e fizerem a conexão com a realidade de objetificação e maus-tratos. Por isso, as empresas não querem muitas vezes nem falar da existência de um animal, principalmente na indústria da carne, ou são os principais disseminadores de uma visão distorcida dos fatos, através da mídia (não apenas pelas propagandas, mas pela ausência de denúncias aos maus-

tratos) e, em alguns momentos, dos profissionais responsáveis pela vida desses animais. Muitas instituições e consumidores fazem um pacto de silêncio com as empresas e decidem não discutir sobre isso. Muitas pessoas vivem uma vida tão miserável, lutando pela sobrevivência, que não conseguem ser sensíveis quanto ao tratamento digno que poderia ser dado aos animais, se eles mesmos, não o recebem.

Esta seção apresenta os principais obstáculos para a mudança dessa situação, e também aponta algumas alternativas para a construção de uma realidade mais favorável a consideração moral para com os animais.

Os interesses políticos convertidos em lobby das empresas são impressionantes. Todos os entrevistados, com maior ou menor intensidade, comentaram sobre como interesses políticos das empresas influenciam no afrouxamento da legislação e fiscalização. Esse lobby se materializa principalmente em dois aspectos: a representação desse setor no poder público: seja pela existência de uma forte bancada no Congresso e representatividade no Senado Nacional, pela doação de campanhas eleitorais no poder legislativo e executivo (apresentado na seção 4.5.3) que podem beneficiar os interesses das empresas na definição de legislação ou políticas públicas. Além disso, existe uma participação acionária do Estado em grandes empresas do setor, o que faz com que o próprio Estado seja beneficiado direto das vantagens que essas empresas podem gozar. Essas situações convergem para algo que beneficia diretamente algumas grandes empresas, citado por um dos entrevistados como: "**as empresas vão ficar como o diabo gosta**".

Para resguardar os respondentes, nessa parte da seção não vou citar nenhum nome fictício.

Mineiro (2016), e em conjunto com os participantes da Oficina de Cadeia Industrial da Carne (AGUIAR; TURA, 2016), em suas conclusões apresentam o cenário atual e as principais influências nocivas:

> No dia 10 de setembro de 2015 [...] Uma notícia da editoria de política noticiava que o maior grupo brasileiro da indústria da carne, **a JBS, através da sua representação parlamentar, a Bancada do Boi, havia conseguido retirar a convocação de um dos seus executivos para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do BNDES**. Vários representantes de empresas foram convocados, mas o grupo JBS, um importante ator nesse processo de concentração das corporações da cadeia da carne, conseguiu ficar fora da CPI.
>
> **Essas notícias evidenciam que as corporações que integram a cadeia produtiva da carne formam uma articulação bastante influente e que o agronegócio no Brasil, além de ser bastante poderoso – tanto econômica e financeiramente – é um dos setores com maior poder político no país**. **Esta condição não é uma decorrência apenas da influência que tem no Congresso Nacional, através das bancadas parlamentares mas ocorre**

> **também no Executivo. Aqui cabe lembrar que as empresas desse setor estão entre as maiores financiadoras das eleições tanto de deputados e senadores como de candidatos a cargos no Executivo.**
> [...] **A alavancagem financeira se dá não apenas através de créditos do sistema bancário, especialmente público, como do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e de participações acionárias do próprio BNDES Participações S.A. (BNDESPar), como também, de forma mais geral, através de recursos orçamentários que permitem a renegociação de dívidas**. O perdão da dívida acaba sendo, desse modo, um subsídio e revela o poder dessas empresas. Existem ainda outros braços menos explícitos do Estado que favorecem financeiramente o setor privado das carnes, como os fundos de pensão das empresas. (MINEIRO, 2016 p. 22-23).

> [...] há acordo sobre **a necessidade de desmantelar o poder das grandes corporações, sobre os impactos da indústria da carne e sobre o papel do Estado. Trata-se de uma indústria regulada por megaempresas, com amplo poder econômico, financeiro e político,** que invadem e ocupam grandes extensões de áreas aumentando a concentração de terra e os conflitos territoriais, **violando os direitos trabalhistas e ambientais**, em especial através do **trabalho escravo contemporâneo e do desmatamento, e ameaçando a segurança e soberania alimentar, além de causar danos à saúde. Goza de subsídios e incentivos do Estado** e alimenta-se de bem estruturadas relações entre as cadeias produtivas internacionais e a cadeia interna, politicas comerciais e de relações exteriores e de politicas públicas (não só de desenvolvimento da agricultura e pecuária, mas de vigilância sanitária), **além de volumosos financiamentos através, por exemplo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**. São politicas que geram mercantilização de terras e de sementes. **A mídia hegemônica contribui para a consolidação e legitimação desta indústria no seio da sociedade.** (AGUIAR; TURA, 2016 p. 57-58).

Posso acrescentar, baseado na perspectiva de Regan (2006) que essas indústrias não apenas violam "os direitos trabalhistas e ambientais" como também o direito dos animais. Isso demonstra que os aspectos estão cada vez mais interligados.

Mas nossos entrevistados também conseguem visualizar essa situação. Para ter um panorama geral da condição existente, o relato a seguir consegue ser bem sintético:

> Bom pra questão de legislação é muito difícil, **é muito complexo porque há influência de lobistas, de empresas dentro do Congresso Nacional, que colocam as questões de bem-estar sempre como obstáculos ao desenvolvimento do país**. Então, a questão econômica vinculada a política é de difícil gestão, **e a bancada ruralista, ela é toda financiada por grandes produtores e empresas.** [...] Mas, isso já é de longa data. Então, é muito complicado, o pouco que hoje vem à tona quanto à legislação é por exigência de missões estrangeiras que vem ao país e descreve essa falha legal e de fiscalização. No entanto, aqui internamente a questão é bem difícil, realmente eu não consigo formular uma solução pra essa questão, que é, ela é bem complicada. **Pra nossa questão de fiscalização também está muito difícil, tá acompanhando aí a política atual. Estamos na eminência de ficar 20 anos sem contratação de pessoal e com muitas aposentadorias a caminho e vamos ficar de apagadores de incêndio. Essas questões não vão ser fiscalizadas a contento, inclusive, bem-estar animal. E as empresas vão ficar como o diabo gosta, soltinhas, sem**

> **precisar cumprir normas. Uma coisa é dizer que cumpre, a outra é cumprir.**

A situação é tão séria, que pode ser demonstrada pelo relato de um dos respondentes, sobre o "engavetamento" de uma legislação finalizada há alguns anos. Vale ressaltar que vários entrevistados falaram sobre essa situação da atualização e normatização da IN 03 e outras que podem impactar diretamente na fiscalização do bem-estar animal.

> (pausa) **Olha, eu acho que por interesses**... eu não sei te dizer como ela ficou a versão final, eu vi só o esboço dela, depois eu não vi mais o final mesmo, a proposta final, mas **provavelmente lá diz algumas coisas que a indústria hoje não atende e o lobby é grande, e ainda bem que essa entrevista vai ficar anônima...Não, sério, porque tem coisas... a gente trabalha no serviço público, mas a gente não é o serviço público, a gente gostaria que o negócio funcionasse, nós somos também cidadãos, pagamos impostos, a gente entende isso, mas o lobby é grande, muito grande.**

Dentro da estrutura de poder do Estado os interesses das grandes empresas e ruralistas é facilmente detectável pela bancada ruralista e mesmo não sendo do poder público, O CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) exerce uma grande influência, conforme relatado a seguir:

> [...] **Não é porque tem interferência política.** E essas interferências políticas, elas vão de órgãos bem fortes dentro do governo como o CNA. **O CNA é um órgão bem forte que traz, que gera uma interferência política.** Isso é uma opinião pessoal minha, que eu vejo que barra muita evolução do país, é, alegando sempre que "Ah, mas aí você vai, vai, vai tirar o quem tem poucas condições". Mas, ao mesmo tempo, quem tem condições acaba sendo prejudicado e os animais também acabam sendo prejudicados. Então, é muita interferência política, infelizmente, barra toda essa evolução do país em termos de legislação.

Sobre o CNA: O Sistema CNA é composto por três entidades: a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que representa os produtores rurais brasileiros de pequeno, médio e grande portes, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) que atua como um instrumento para Formação Profissional Rural e Promoção Social e qualidade de vida de homens e mulheres do campo e o Instituto CNA que desenvolve estudos e pesquisas na área social e no agronegócio (CNA, 2016).O Sistema funciona da seguinte forma: as Federações da Agricultura e Pecuária atendem os Estados e representam os Sindicatos Rurais, que por sua vez, desenvolvem ações diretas de apoio ao produtor rural, buscando soluções para os problemas locais. E a CNA defende os interesses dos produtores junto ao Governo Federal, ao Congresso Nacional e aos tribunais superiores do poder Judiciário, nos quais dificilmente um produtor, sozinho, conseguiria obter respostas para as suas demandas.

Mas é a bancada ruralista que tem uma posição de protagonista sobre essa realidade:

> [...] **legislação protetiva do meio ambiente foi toda ela vetada porque a bancada mais forte do congresso nacional, chama-se bancada ruralista**. Os grandes latifundiários, pecuaristas, agricultores. Maior exportação de soja do planeta, maiores rebanhos do planeta. **Eles têm uma bancada fortíssima, que não se aprova nada no congresso que seja contrário aos interesses dessa bancada, né, dizem que são 150 votos e a bancada mais forte.** Você vê em Pernambuco, eles elegem, os usineiros elegem, financiam, né, candidatos. Em São Paulo, o café, o leite, a soja e a carne. Então, eles conseguem ter uma representação muito forte no congresso, com uma legislação que atenda os interesses deles.

Nosso respondente, acertou sobre o poder dessa bancada, mas os números impressionam mais a ainda. Segundo a Agência Pública (2016), a bancada ruralista, que é representada pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) com 207 parlamentares (40% da Câmara), é a quarta maior bancada do Congresso, perdem apenas para bancada dos "parentes" (confirmando a tendência de aumento do número de deputados com familiares políticos!), com 238 participantes, a das empreiteiras e construtoras, com 226 membros e a empresarial, com 208 participantes.

A bancada Evangélica também está entre as 5 maiores, 197 deputados. Para se ter uma ideia da discrepância, depois delas, a sexta maior é a banca sindical com 43, as outras têm um número bem reduzido, como a dos direitos humanos conta com 23 parlamentares da saúde com 21 (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016).

Os deputados federais da bancada ruralista, são uma das maiores e mais organizadas bancadas da Câmara dos Deputados, reúnem-se semanalmente durante um almoço em uma mansão no Lago Sul, bairro nobre de Brasília. Costumam divulgar com antecedência também para a imprensa, o "cardápio" – nome dado pela assessoria própria da FPA às pautas que estarão em debate. Além do colegiado de Agricultura, os ruralistas estão de olho especialmente em outros dois: o de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e o de Meio Ambiente (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016). Nossa pesquisa já discutiu os motivos sobre esses interesses... em especial o trabalho escravo e impactos ambientais da pecuária.

A Agência Pública entrevistou o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), questionado sobre o viés radicalmente conservador dos ruralistas – e mesmo com tons de ódio, em alguns casos –, Leitão se justifica. "Nos Estados Unidos, por exemplo, não tem nenhum problema em um deputado representar o setor do aço, da agricultura, do automobilismo ou da religião. O Brasil tem esse preconceito ainda, que é cultural. Eu moro num estado [Mato Grosso] que é eminentemente agrícola, que é o maior produtor de tudo. Eu moro numa região [Centro-Oeste] que é a maior região de produção. **Se eu não defender o enriquecimento e a população da minha região, eu não tenho razão de estar na Câmara Federal**." (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016).

E ainda existe a política dos "campeões nacionais" do BNDES, já comentado na seção 4.5.3, mas ilustrada aqui também com alguns comentários adicionais, da ONG Repórter Brasil e de um entrevistado:

> e eu acho que um ponto que mais entra aí, Tiago, é interferência política. Isso eu fico impressionado. Interferência política é algo sério pra de fato fazer com que leis e normativas não sejam publicadas e sejam trabalhadas [...] claro que **o Ministério Público, ele ainda é o que tem menos** interferência política [...] Por isso eu vejo assim, é muito complexo, é muito complexo e, infelizmente, isso é um problema, é, inato do Brasil, sabe? Que isso precisa ser melhorado. Eu vejo que tá avançando devagar, mas tá. Mas é um problema ainda muito complicado. [...] as indústrias, em si, são grandes financiadoras (de campanha eleitoral), né?... **(JBS) de fato tem uma grande interferência do BNDES, tem. Tem muito dinheiro do BNDES**, né? Agora se esse dinheiro foi justamente destinado a isso por um lado pensando em lavagem, tudo. Já não sei se isso foi dessa forma ou se isso foi pra injetar um dinheiro na empresa que o Brasil achava que pra ser assim "Ah, maior empresa do mundo". [...] **Então é algo que não sei. Eu acho que ainda tem muito coisa pra vir. (risos) E eu espero que algumas, algumas respostas aí sejam importantes, é, pra esclarecer muitas dúvidas que eu tenho hoje a respeito.**
>
> Nesse sentido, e refletindo sobre o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a contradição de cobrar praticas de empresas que o Banco financia quando ele mesmo é possuidor de ativos, é importante ressaltar que o BNDES é um banco estatal e, portanto, tem que considerar que os impactos sociais e ambientais causam custos ao Estado. É importante refletir sobre quanto o sistema de saúde brasileiro é demandado para lidar com os custos dos trabalhadores doentes, acidentados ou aposentados por invalidez em decorrência da indústria da carne. Além disso, é preciso criar um sistema de auditoria externa e canais de informação direta para mudar a lógica da autodeclaração, inclusive de doenças, pois sempre vai haver subnotificação. (CAMPOS, 2016 p. 34).

Rodriguez faz recomendações ao BNDES para que possa agir de maneira mais ética e transparente quanto a essa situação:

> • Adoção de medidas administrativas para a aplicação da Resolução no 1.854, de 2009;
> • **Auditoria independente dos empréstimos concedidos a empreendedores que se omitiram às suas obrigações legais**;
> • **Restrição do crédito aos empreendedores pecuaristas e frigoríficos que não estejam adotando medidas para o cumprimento da legislação ambiental e social**;
> • **Adoção da lista suja do trabalho escravo como critério para a concessão de créditos**; (Há um compromisso do Banco neste sentido).
> • Mecanismos de avaliação dos impactos dos projetos financiados, com metodologias e critérios pré-definidos e **transparência para permitir o controle social e monitoramento**. (RODRIGUEZ, 2016 p. 40).

Diante da situação exposta, alguns entrevistados e relatórios sugerem caminhos para reduzir a influência políticas das grandes empresas do setor. Os participantes da Oficina da Cadeia Industrial da Carne afirmam:

> É evidente o amplo domínio das cadeias produtivas direta ou indiretamente envolvidas na produção de carnes por um conjunto de grandes empresas multinacionais, inclusive brasileiras, com base **em modos de produção insustentáveis, seja do ponto de vista social ou ambiental.** Além das empresas frigoríficas, estão presentes gigantes das indústrias farmacêuticas, de sementes transgênicas, agrotóxicos, agrícolas, comercializadoras e processadoras de grãos, com atuação global e elevado grau de concentração, que lhes assegura um poderio econômico e político que dificulta crescentemente a própria regulação de suas atividades.
> [...] Para enfrentar este conjunto de problemas, considerado o poderio das empresas envolvidas, **é necessária forte articulação da sociedade civil.** À medida que estas empresas atuam no plano global, adotando modelos de produção muito semelhantes, é preciso que esta articulação ocorra **nos níveis nacional e internacional.**
> A percepção de que a produção de carnes é um denominador comum entre essas questões aponta para a necessidade de **aglutinar instituições** que, de maneira fragmentada, já atuam **em diversas frentes, como organizações sindicais de trabalhadores, movimentos sociais, ONGs, órgãos de defesa do consumidor e outros.** (AGUIAR; TURA, 2016 p. 85-86).

Como pode ser visto, para se reduzir o lobby dessa indústria a sociedade civil organizada e os consumidores tem um papel importante também. Como apresentei na seção 4.4.1, a população brasileira demonstra uma preocupação com o tratamento dado aos animais de maneira mais incipiente do que em muitos outros países. Quem tem uma opinião divergente disso é Onça, para ela:

> **Hoje em dia a população tá muito preocupada com relação ao bem-estar então se a população souber que determinada empresa tá fazendo maus tratos com certeza ela vai... a população não vai comprar mais daquela carne, com certeza, com certeza**....

Nesse momento eu perguntei se ela conhecia alguma empresa que tinha se envolvido em questões de maus-tratos:

> Não, (pausa) aqui mesmo no estado é que... não nunca vi, nem em relação à gado de corte nem o leite...**Se eles soubessem que alguma empresa, se soubessem sim que alguma empresa faz maus-tratos, eu acho que sim, o negócio é, como saber?... Mas aí é que tá a gente não tem... fiscalização não chega lá, em termos de inspeção**, a gente é produto de origem animal, a carne, já é o leite, o queijo, o ovo, enfim. (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

Na fala de Onça ela mesmo diz, não consegue descobrir maus-tratos porque a fiscalização não chega lá. E ainda assim, o caso da JBS relatado pela ONG Repórter Brasil teve uma grande repercussão, e quais consumidores de carne boicotaram a Friboi por causa disso?

Muitos dos respondentes consideram que esse é um obstáculo cultural:

> **Os obstáculos culturais, né, e culturais basicamente, né**. Essa mudança de concepção, **essa evolução cultural, ela vai alcançar o empresário e o consumidor, mas isso demanda tempo e evolução**. Você consumia carne, comia churrasco, e o seu envolvimento com a causa, seu amadurecimento

> talvez tenha feito você deixar de lado esses hábitos, né? Mas, eu acho que cultural é a principal. (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

Mas Águia, quando relata uma experiência que teve, deixa transparecer outros motivos que não apenas culturais: preocupação com a saúde e questões financeira.

> **Olhe, eu morava na Europa, estava fazendo doutorado quando ocorreu a crise da vaca louca. E eu vi um continente inteiro, continente onde as pessoas tem recursos, é, pra consumo de carne, é, abolir a carne.** E até anos depois quando eu saí da Europa, né, até hoje mesmo, o consumo de carne bovino foi drasticamente reduzido, né. **Primeiro pela preocupação com a saúde das pessoas,** né, todos passaram a ter medo de consumir carne. **E depois pelo custo,** né, já que a carne é muito cara na, na Europa. Então, as pessoas passaram a consumir outros alimentos e a carne por um incidente como esse, chamada crise da vaca louca, né, deixou de fazer parte do cardápio do europeu. [...] (No Brasil) **Sem dúvida o primeiro fator é o financeiro, né.** Na hora que esses produtos forem, mais caros ou acessíveis. Mas, acho que a gente vê também no primeiro mundo, a questão da conscientização da população mesmo, né. A questão, as questões médicas, né, que não são os alimentos os mais saudáveis pra consumo, né. Acho que a **questão do respeito, né, é uma coisa que vem com a cultura de um povo e que esse respeito a gente vai alcançar daqui há 200 anos aqui no Brasil. O europeu que é uma civilização mais antiga, né, já tem esse respeito. Você veja um bom exemplo, a Espanha, país das touradas, né, país símbolos das touradas, proibiu as touradas.** Você não ver um local da Espanha que tenha touradas hoje em dia. Portugal ainda tem touradas, mas uma tourada que o animal não é sacrificado. O animal participa do espetáculo, mas ele é preservado, ele não morre, não é abatido. A tourada portuguesa, é bem diferente. (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

Apesar de não ter como negar que as preocupações com os animais na Europa, de forma geral, estão maiores do que no Brasil. É importante contra argumentar a posição de Águia, pois apesar da Europa ser uma "civilização" mais antiga que o Brasil, alguns dos principais aspectos relacionados com a preocupação com os animais: tourada, proibição de testes em animais para fins cosméticos e de higiene, etc., vieram apenas nessa última década. O que parece acontecer é que é as decisões e ações estão acontecendo de maneira exponencial em muitos lugares. Mas por exemplo, no Brasil, em alguns estados já foi proibido o teste em animais para cosméticos e higiene e se não for a bancada ruralista talvez "reverter" a decisão do STF, já teríamos a proibição das vaquejadas. Isso tudo aconteceu num período muito próximo de tempo, poucos anos de diferença.

Foca e Esquilo confirmam a questão financeira como importante, mas Esquilo acrescenta uma outra também: como se preocupar com o outro, se não se preocupam comigo?

> eu vejo que essa questão do bem-estar tá influenciando algumas pessoas, mas só influenciam aquelas pessoas que tem outras alternativas, que que acontece: **nosso país ainda tem a classe média baixa e classe baixa muito expressiva, sendo a maioria da população, essa pessoa de classe baixa, classe média baixa, ela não tem opção de deixar de consumir a carne mais barata porque o animal é maltratado, ela não tem essa opção, ela precisa comer pra ficar em pé, e ela não tem digamos condição**

> **financeira pra pagar por um produto mais caro, ou não maltratar o animal,** então eu acredito como esse produto que tem essa questão do bem-estar agregado, ainda é um produto mais caro, só tá influenciando ainda na opinião daquelas pessoa que tem condição financeira pra bancar isso, que o que tá acontecendo, **estão começando a surgir, um mercado mais fino digamos, mas caro que tem essa preocupação onde algumas pessoas têm condições de bancar por isso, mas a maioria da população brasileira, eu vejo como se não tivesse.** (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

> Porque a gente filosofa também, a gente faz um trabalho executivo aqui, realmente de executar a legislação, o local que nós fiscalizamos. Mas, muitas vezes a gente para pra pensar no que está fazendo. E uma coisa assim que eu, ligo, a essa questão **da não valorização no Brasil tanto quanto deveria ser, das questões de bem-estar, a primeira é a situação econômica,** que a nossa população vive, em que as pessoas vão na gondola no supermercado e se baseiam pelo menor preço, na ilusão de que todos os produtos são iguais. E outro fator também que conspira pra essa não valorização é que nos postos de trabalho das pessoas, nos seus dia-a-dia, **elas muitas vezes, principalmente a classe operária é tratado quase que pior que animal. Então, eles não valorizam isso no animal porque eles são tratados mal, como é que eles vão tratar o animal bem?** É...eu tive oportunidade por meio do Ministério da Agricultura, de participar de um workshop internacional que aconteceu em São Pedro, em São Paulo. E lá vieram pesquisadores do mundo inteiro, todos os autores, que eu só vi em livros. Nesse workshop, então, foi muito interessante porque essas assumidades internacionais a respeito do assunto bem-estar animal estavam palestrando, nós tivemos oportunidade de conhecê-los, fazer perguntas e até ter conversas informais nos bastidores. Mas, **um recado que eles deram pra nós como norteador pra conseguirmos nossos objetivos, é termos em mente o seguinte: não existe bem-estar animal sem bem-estar humano e ponto final**. E esse foi o recado que eles nos deram. Se vocês querem que um profissional, que trabalhe numa fazenda, num abatedouro trate bem os animais, a empresa, o patrão vai ter que tratar essas pessoas de uma forma humana, senão ele não vai tratar humanitariamente os animais. **Então, este é um ponto que dificulta no Brasil hoje pelas nossas relações de trabalho e valorização do emprego e dessa tarefa de cuidar bem dos animais, na minha opinião particular.** (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016)

Sobre o aspecto financeiro, para a maioria dos entrevistados nem se quer conseguem pensar como uma alternativa deixar de comer carne. É importante enfatizar que a questão financeira, que seria mais complicada para os defensores do bem-estar, pois comer uma carne de um animal que "não sofreu" é mais caro. Para os defensores da ética animal, isso pode ser uma grande vantagem, para a população de classe média e baixa em nosso país, pois tirar do cardápio os produtos de origem animal, é retirar os itens mais caros, o que reduz consideravelmente o desembolso financeiro. Para isso, a informação, de que não é necessário produtos de origem animal e informação nutricional e culinária é algo fundamental.

Sobre o aspecto interseccional, ou seja, de interligação entre as relações de dominação, onde uma pessoa não está preocupada se está oprimindo, porque ela também é oprimida,

Adams (2012) comenta sobre essa relação homem sobre a mulher, o ser humano sobre os animais e sobre a natureza. As pessoas podem entender como questões interligadas, ou seja, a lógica de dominação perpassa vários grupos, e por isso, tentar combater de maneira interligada, sem hierarquizar importância nas lutas. Ou podem hierarquizar ou desconsiderar essas relações, e priorizar (considerar a única questão importante) a causa humana. Reforço que a interseccionalidade considera interligado, por isso importante combater todas as relações de opressão e dominação. Águia dá um exemplo de como algumas pessoas podem ter uma visão contrária

> **E muitas vezes somos criticados porque defendemos os animais quando existem, é, homens que também necessitam ter acesso a esses direitos, né**. A questão dos hospitais é bem emblemática, nós ingressamos com essa ação, a prefeitura está tendo uma despesa alta pra construção do hospital veterinário público **e as pessoas criticam porque, é, os seres humanos ainda não têm saúde de qualidade pública, né, acesso a medicamentos**. Então, você vai na cabeça de muitos, como é que você vai exigir isso para animais, se você não tem saúde de qualidade, medicamentos pra animais, né. Mas, é isso. (Águia, entrevista em 26 de outubro de 2016).

Uma visão que desconsidera a mesma matriz de dominação, e por isso deixa para depois a causa animal, quando não existir mais miséria e problemas entre os humanos, vai adia-la *ad aeternum*.

Pode até ocorrer uma redução do consumo por motivos diversos, e como resultado existir menos animais violentados e mortos, mas o foco desta tese, sendo a consideração moral aos animais não-humanos, espera que essa mudança cultural venha (também) por um pensamento não egoísta, mas sim por considerar o outro. Com afirma Tigre:

> **A partir do momento em que o homem tomar consciência de sua responsabilidade, né? que tá sacrificando, queira ou não são vidas**, pra você viver também, né? A moral da história é essa, **precisa daquela proteína, né, então eu vou sacrificar os animais.** Então, você tem que ter o respeito pela vida, pelas vidas que você tá ceifando em nome de uma, de uma cadeia alimentar, bem da verdade é isso. É uma cadeia alimentar, a gente vive nessa cadeia, a gente tá praticamente no topo da cadeia, mas isso não impede que se tenha respeito pela aquele ser que você vai sacrificar e se alimentar né. **Realmente analisando é meio brutal, né, determinados momentos eu não gosto nem de pensar, o que já vi na vida e esses abates crudelíssimos, né?** (Tigre, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Com esse depoimento, entra em cena a importância da difusão de informação, não apenas sobre as condições "desumanas" do abate dos animais, como também de informações de saúde e nutricionais, desmistificando a ideia de que "proteína animal é necessária".

Alguns respondentes entendem que a redução ou eliminação do consumo de produtos de origem animal faz parte de um processo "evolutivo" de nossa sociedade, Foca e Gavião exemplificam essa visão.

> Olha, eu acho que isso é coisa muito individual de **evolução do próprio ser humano** que eu vejo que o mundo vem passando ao decorre dos anos, eu vejo que é algo natural do mundo, da evolução, mas também vejo que **chega um ponto que a legislação é importante pra essa evolução, porque se você tem uma lei que o briga a fazer de determinada forma, ele vai fazer querendo ou não, aí nós protegemos esses animais,** porque se nós fomos esperar a humanidade evoluir sozinha, ela não vai, tanto que existem as leis pra isso, então eu acho que o primeiro ponto é a legislação e (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

A legislação, que discuto mais a frente, pode ser uma forma de mudança de cultura. Já Gavião, considera que não conseguiu parar de comer por "necessidade", mas provavelmente no sentido de "saboroso". Ele explica como ajudar os animais através da redução do consumo:

> **É, é, eu acho que eu ainda não cheguei num nível evolutivo ao ponto de deixar de consumir carne.** É, eu acho sim, eu defendo. **Eu não defendo o fim do consumo de carne porque eu também consumo carne, não deixei de consumir carne. É porque eu não consigo, porque eu sinto essa necessidade, porém eu defendo extremamente o consumo consciente**. A gente tem que reduzir o consumo de carne. Isso é necessário. É porque ao mesmo tempo que algumas pessoas estão reduzindo o consumo de carne, outras pessoas estão tendo acesso à proteína agora. E, se as pessoas que já têm esse acesso e já consomem carne, continuarem consumindo cada vez mais carne, a gente não vai ter condições de espaço, de bem-estar, de criar esses animais. Então, eu acho que, é, a gente não pode ser utópico que o mundo vai ser vegetariano porque isso a gente vê o crescimento ano a ano do consumo de carne e a gente tem que tratar e por isso a nossa ONG, ela trabalha não com uma vertente vegetariana e não com um apelo vegetariano e sim, ou abolicionista né? **E sim com o apelo bem-estarista, que é o problema, ele existe hoje e o problema, e a solução do problema hoje não é parar de comer carne.** A solução do problema hoje é melhorar a condição de vida desses animais. Então, por isso que a organização, ela trabalha justamente focado nessa melhoria dos sistemas, na melhoria do abate, a gente sabe que dá pra ser feito de forma adequada sem ter sofrimento em todos os processos. Porém, isso tem que ser muito bem trabalhado, as pessoas têm que ser bastante capacitadas pra isso. Mas eu defendo justamente a questão do consumo consciente, isso sim. (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

Eu entendo a preocupação "digna" de Gavião, mais uma ação como essa, por mais que possa ajudar muitos animais a reduzir o sofrimento, é uma solução paliativa. É algo com impacto hoje, mas não resolve o futuro. Apesar de durante o trabalho eu conseguir compreender melhor como funciona o pensamento dos defensores (do apenas) bem-estar animal, e essa fala ilustra muito bem o pensamento deles. Tem uma coisa que faz com que esse argumento não tenha uma coerência interna. A pergunta que fica é: até que ponto os defensores do bem-estar animal levam em consideração os animais não-humanos? É uma consideração parcial, incompleta, na medida em que a vida das centenas ou milhares de animais que ele vai comer ao longo da vida, valem menos do que o seu prazer? Apesar de

existirem defensores do bem-estar animal que acreditam na necessidade da proteína (como é o caso de Esquilo e Tigre), esse não é o caso de Gavião.

A questão central deles é: não se importar com a vida (morte) dos animais, mas não querem causar sofrimento. Todos eles afirmam: os animais sofrem na indústria da carne e leite (e ovos, etc.). Talvez um dia deixem de sofrer?! Mas para manter a coerência com a preocupação com o sofrimento, já que eles se alimentam de animais que sofrem em alguns ou vários momentos, não seria uma posição mais defensável continuar lutando pelo bem-estar animal, mas deixar de se alimentar de produtos de origem animal até (ou quando) eles tenham certeza que estão consumindo de empresas que não maltratam os animais? Mas entendo que esse caso não é uma questão racional, não desmerecendo as motivações diversas.

Um aspecto importante relacionado ao maior conhecimento da realidade em que vivem os animais. O consumidor está muito longe de imaginar a situação dos animais, talvez para muitos, como foi para Zebra, ter mais acesso às informações poderia ajudar na consideração moral aos animais ditos de consumo:

> E isso o consumidor é que ele, o consumidor brasileiro, latino-americano, ele não tem essa impressão. **Como ele não reconhece, ele não sabe como que os animais foram criados, ele tem, inclusive, uma imagem bucólica da criação, daquela coisa dos nossos avós, do sítio, tudo, da galinha no quintal, então ele não sabe como que é um produto, um sistema de produção intensivo** (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

Um último aspecto, não relacionado ao consumidor diretamente, mas organizações sociais de apoio aos animais, como visto na seção 4.5.1. Alguns respondentes consideram importantes a ação das organizações *bem-estaristas*, com a WAP, HSI, entre outras, porque elas têm um discurso "menos radical". Isso lógico decorre da zona de conforto onde elas estão, e como visto, utilizam o discurso de apresentação negativa do outro (DIJK, 2006). Mas é inegável que organizações "radicais", no bom sentido da palavra, que vão à raiz do problema no uso dos animais, oferecem não apenas alternativas mais compatíveis com a ética animal como também fazem uma pressão "por outro lado" sobre as empresas. Basicamente uma ONG como a PETA ou *Mercy for Animals* divulga informações estarrecedoras sobre o tratamento dado aos animais, e organizações com a WAP conseguem negociar melhorias no bem-estar dos animais, muitas vezes em virtude do escancaramento da situação apresentado pelas primeiras.

Mas as ONGs de direitos (ética) animais não costumam participar de encontros e eventos entre grupos sociais para debater sobre os problemas da indústria da carne. Exceção recente, feita à PETA em parceria com a Repórter Brasil. Esse espaço costuma ser ocupado pelas organizações de proteção (bem-estar) animal. Talvez em virtude de serem considerados

"radicais" e "extremistas", como visto na seção 4.4.3. É um sinal de alerta para esse movimento, independente de existir uma "razão" ou não nessa visão. Em questões de ideologia, muitas vezes o que importa é a percepção e os modelos mentais (DIJIK, 2006; JOY, 2014). Então a pergunta que elas deveriam fazer é: qual seria a forma mais eficaz para fazer com que as outras pessoas entendam o que queremos falar?

O último aspecto quanto aos obstáculos para consideração moral dos animais, é direcionado aos aspectos de legislação e fiscalização.

Conforme seção 4.4.2, temos uma legislação nacional muito aquém do necessário para lidar com aspectos do bem-estar animal, menos ainda de questões de ética animal. Essa legislação não é modificada por falta de interesse das grandes empresas, que através da influência política barram a atualização da legislação atual e elaboração de outras. A influência das ONGs em conjunto pode ser uma maneira de pressionar o Estado. Além disso, existe possibilidade de mudanças vindas através do Ministério Público. Mas ocorrem outros problemas, aparentemente mais simples de serem resolvidos, que podem ser considerados obstáculos.

Inicialmente, a falta de capacitação dos fiscais em várias instâncias (Federal, Estadual e Municipal). Alguns fiscais também tem uma falta de interesse em considerar as demandas dos animais, mas que essa resistência poderia ser modificada através de processo de treinamento. Gavião traz essa situação:

> [...] Claro que isso vai depender do fiscal federal de cada unidade e a gente vê muito isso. Tem fiscal que ele é mais sensível ao tema e ele exige isso, tem fiscal que não tá nem aí. Então é, isso é muito relativo também. **Por isso que acho que o Ministério, ele tinha que investir muito mais nessa capacitação. A gente vê que as pessoas que entraram, mais recente, eles têm uma visão já um pouco mais otimista nesse sentido do bem-estar animal.** É. Eu, vou ser muito sincero contigo, existe uma diferença muito grande do frigorífico estadual e municipal para a inspeção federal. E eu vejo que o Brasil ele é dividido em cinco tipos de inspeção e não três. O exportador Europa, que tem um padrão bem melhor de qualidade e bem-estar animal. Depois ele vem abaixo o exportador lista geral, que são os principais países assim que não, exceto Europa, né? É. Depois ele entra o, a inspeção federal para mercado interno, que ele ainda tá abaixo disso, que são os frigoríficos federais, porém só trabalham com mercado interno, não são exportadores. E, aí entra o estadual e o municipal. Na minha opinião são cinco tipos bem claros, onde a gente consegue diferenciar não só qualidade, mas também, é, as práticas de bem-estar animal. (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

Conforme Esquilo a maioria dos fiscais que foram capacitados, são os Federais que atuam com exportação, ou seja, existe um déficit muito grande de pessoas a serem qualificadas. Se existe uma lacuna muito grande entre essas instâncias, a capacitação seria algo importante para nivelar mais os fiscais. Gavião também considera que o fato da

fiscalização só estar presente no momento do abate prejudica o cumprimento da legislação. Mesmo que os fiscais acompanhem as orientações e não legislação (porque não existe), seria uma forma de inibir comportamentos inadequados das empresas.

> É, acho que precisa de uma, de uma normativa de uma legislação muito mais profunda em relação a selo e a rótulos por parte do Ministério da Agricultura. Talvez isso uma ação conjunta não só com o Ministério da Agricultura. Eu acho que falta muito, é, a fiscalização em si em frigoríficos. **Fiscalização não só em frigorífico, mas a fiscalização em granja**. **O Ministério não tem atuado de forma fiscalizadora, vamos dizer assim, em granjas pra ver se os animais, as empresas tão atendendo esses requisitos.** Então isso dificulta, ou seja, só no momento do abate e ainda só com a inspeção federal, onde, é, o fiscal federal, ele tá lá permanentemente. Inclusive isso o **próprio Ministro ou o Ministério quer remanejar isso pra que não seja necessariamente dessa forma. Ou seja, já é difícil hoje e se você acreditar que as coisas, a empresa vai fazer por vontade própria e eu só vou fiscalizar de tempo em tempo. Eu tenho um pouco de receio disso.** É, e eu acho que um ponto que mais entre aí, Tiago, é interferência política. Isso eu fico impressionado. Interferência política é algo sério pra de fato fazer com que leis e normativas sejam publicadas e sejam, é, trabalhadas. (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

Panda e Tigre são os únicos que discordam de uma presença maior na fiscalização, Tigre como já discuti na seção 4.4.2, Panda acredita que "É porque é se paternalista demais acreditar que o governo tem que tá em cada produção, é impossível estar, até se colocar assim [...]".

A dificuldade com o cumprimento da legislação pode ser resolvida também através do Ministério Público. Pelo menos o Estado de Pernambuco, o Ministério Público acaba sendo o órgão que consegue agir de uma maneira mais rígida quanto à fiscalização. Se existe uma morosidade ou uma "letra morta" as vezes no âmbito Municipal ou Estadual, como visto na seção 4.5.1, o MPPE foi acionado e atuou de maneira decisiva no fechamento de Matadouros Municipais que não cumpriam as normas de bem-estar animal, também. Segundo Tartaruga, o MPPE teve um papel em exigir uma postura diferente da ADAGRO quanto ao não cumprimento da lei.

> **Vários matadouros foram fechados no estado pela ação do Ministério Público**, uns foram mais, (pausa) diríamos **mais tranquilos na interdição**, os prefeitos eram chamados pelos promotores, estados e os promotores demostravam a gravidade da questão, **os prefeitos pediam um prazo, e eles mesmo interditavam, atendendo a recomendação do Ministério Público. Noutros foi necessário a intervenção da ADAGRO e noutros foi necessário a intervenção do poder judiciário**. Aí agente tem um problema grave, porque várias vezes o juiz de primeiro grau dá a interdição, as vezes o tribunal sustenta as vezes o tribunal derruba essa interdição do matadouro. Então a luta no judiciário pela busca também do (Programa) Carne de Primeira é muito grande, e a luta continua. **Mas foi muito importante o programa, vem sendo, porque a ADAGRO mudou o posicionamento. Para você ter ideia, sei que também é óbvio, no começo do trabalho a**

> **ADAGRO fazia a descrição do relatório mostrando todas as irregularidades no processo do abate e no próprio matadouro, mas ela concluía pela não interdição do matadouro (ênfase). E agente chamou disse que aquela conclusão era totalmente incoerente, que não podia continuar, do ponto de vista jurídico inclusive havia um comprometimento da ADAGRO se continuasse foi importante a alteração desse posicionamento. Não tenho visto laudo assim** (Tartaruga, entrevista em 23 de novembro de 2016).

A ADAGRO confirma essa informação:

> **Vem modificando porque o Ministério Público é acionado na maioria das vezes e chega a demanda pra gente... Provocado pelo Ministério Público na maioria das vezes** e quando chega lá o pessoal faz essa inspeção e fiscalização e vê que se esta conforme ou não conforme né? Dentro disso eles fazem um relatório e é submetido ao Poder Público e o promotor sugere, determina o que vai ser feito com esse matadouro, se vai ser interditado temporariamente, definitivamente, se interditado, qual é o prazo pra corrigir as não conformidades e depois que é corrigido a fiscalização retorna pra ver se foi atendido e a gente espera que seja (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

Lembrando, que no nosso Estado, mas provavelmente nos outros, o problema maior de precariedade está no Município. Segundo Tartaruga, os prefeitos querem ter um matadouro, mas não tem dinheiro para conseguir fazer com que ele funcione minimamente. Apesar dos prefeitos querem, eles não investem, será que é porque "não dá voto"? Como questiona Onça:

> Quem toma conta dos municípios é o próprio município, sabe lá se aquele prefeito.. (pausa). **porque ele não quer gastar dinheiro construindo um abatedouro, um matadouro digno, com condições higiênico-sanitárias satisfatórias, quanto ele vai gastar naquilo ali? Dá voto?** (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

De qualquer forma, Tartaruga acredita que a fiscalização é complacente e deveria tomar ações mais incisivas, como afirmado, a ADAGRO tem conhecimento de que 61 Matadouros Municipais não utilizam pistola de dardo cativa, e por isso, já deveriam ser interditados.

> **Acho que é mais uma questão cultural, falta de entendimento, falta de pressão do Estado que devia tomar uma atitude e fechar esses matadouros, eu culpo muito o Estado, o Estado é que tem que deliberar sobre isso, não esperar que o prefeito...** O prefeito na realidade, teme perder votos, na minha opinião, por essa cadeia envolvida no abate do boi. Todas essas pessoas que trabalham na cadeia do abate evidentemente não vão ficar satisfeitas com o fechamento do matadouro público. Eu acho que ai a ADAGRO também discorda, porque o Município tem o poder de fiscalizar e ele devia através de suas vigilâncias, interditarem. **Mas a vigilância do Município é muito desestruturada, o que é também um outro absurdo. Tudo começa, eu acho, por ai, pela falta de estruturação das vigilâncias dos municípios,** não só vigilância sanitária, como ambiental como a epidemiológica. **Primeiro, eles não têm necessário a formação, segundo, quando eles estão sendo submetidos a capacitação, o prefeito, quando não é reeleito, geralmente exonera a pessoa que é cargo de confiança e a pessoa é substituída e começa o trabalho do zero. A pessoa que trabalha na vigilância não sabe nem o que está fazendo,** a grosso modo, não posso

> generalizar isso de forma alguma, mas **são geralmente pessoas que não tem capacitação e quando tem capacitação a pessoa que exerce inúmeras funções dentro da vigilância e que não pode levar o trabalho a efeito.** Então a vigilância é totalmente desestrutura na maioria dos municípios. Segundo informações que me são passadas, eu não provo isso porque não vi *in loco*. (Tartaruga, 23 de novembro de 2016).

Ainda existe como obstáculo o conflito de interesse e falta de autonomia do veterinário da prefeitura poder fiscalizar de maneira efetiva o processo do abate, que discuti na seção 4.5.3.

Outros aspectos que dificultam uma fiscalização mais atuante com relação as práticas de bem-estar animal é a falta de tempo que o fiscal tem para verificar todos os aspectos, e como visto na seção 4.5.1, acaba se preocupando mais com os aspectos sanitários. Essa falta de tempo geralmente é resultado de um quantitativo insuficiente de fiscais para atuarem de maneira efetiva. Condor e Esquilo falam sobre esses aspectos, mas reforço que outros fiscais reforçaram esse problema, como Onça, por exemplo.

> Em abate, ela é inspeção permanente, a nossa verificação, por exemplo, (Panda), é uma fiscal aí ela é a fiscal da inspeção permanente no matadouro tal, então dia de abate ela tem que chegar muito cedo pra fazer a inspeção ante morte, certo? E depois a inspeção pós-morte, então ele sempre vai estar naquele matadouro, aí existem outros fiscais aqui que vão fazer monitoramento e a verificação porque às vezes com o passar do tempo, você deixa de enxergar determinadas coisas, você deixa de enxergar, então tem uma supervisão, uma visão superior nossa que vai lá e diz "tu tá esquecendo de verificar isso", entendeu? **Pronto, qual é a preocupação do bem-estar animal? Que eu posso afirmar que existe preocupação nossa, em relação ao dardo cativo e o tempo de sangria,** mas verificar se o animal chegou no dia anterior, meio dia em ponto, sem coberta, permaneceu no sol, não verificou, tem que verificar a questão da água lá nos currais de espera, se o bebedor tá com água o suficiente pra que 20% daquele efetivo que tá naquele curral possa beber simultaneamente, isso também é bem-estar animal, certo? No caso de ave, se vai transportar ou a noitinha, ou bem cedinho por conta da temperatura, isso é bem-estar animal, verificar o local da espera das aves, se ela tá num local arejado, se a temperatura tá muito grande, aí se pulverizar água, isso é bem-estar animal, certo? (Condor, entrevista em 03 de novembro de 2016).

> **Então, nós precisaríamos de mais pessoal dentro do Ministério pra fazer essa fiscalização. Hoje a Comissão Técnica de Bem-estar, ela funciona praticamente como disseminador de conhecimento, não tem efeito prático de obrigatoriedade nenhuma, de fiscalização nenhuma,** fica a tudo na dependência de quem está na ponta, e quem está na ponta tá em número muito pequeno pra poder desenvolver a contento, isso vai ao encontro daquilo que os colegas descreveram que é verdade, **já tem tanta coisa pra fazer que isso aí acaba ficando de lado e muito restrita as questões de insensibilização.** E aí tem o fator também dentro da instituição, também não faz a coisa andar, que é o seguinte. **A Organização Mundial do Comércio só aceita embargos na exportação quando a questão que motivou o embargo envolveu saúde pública humana ou saúde animal ou vegetal.** Ou seja, um país tem o direito de se negar comprar o produto do

> Brasil, caso ele ofereça risco a população humana que vai consumir ou possa ser disseminador de uma doença pro rebanho animal ou pra própria flora do país, no caso de vegetais, né. Isso é acordo internacional. No entanto, questões envolvendo bem-estar animal não podem motivar embargo entre países pra compra de produto. **O que que significa isso? Que na prática se os europeus vierem aqui e disserem 'vocês não tão oferecendo, a... questões internacionais de bem-estar animal. Nós vamos parar de comprar.' O Brasil pode denunciar isso perante a Organização Mundial de Comércio e provavelmente teria ganho de causa. Ou seja, isso causa um relaxamento tanto por parte da indústria quanto por parte do próprio Ministério da Agricultura**, que acaba se preocupando mais com questões que envolvam a risco a rebanho e plantações. (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Esquilo apresenta um aspecto muito importante. A pressão internacional, que costuma ser a mais eficaz, pode deixar de funcionar. E outra questão que pode piorar ainda mais o cumprimento de legislação é se for realizado o processo de terceirização da fiscalização.

> [...] a vantagem que tem o Sistema de Inspeção Federal hoje é que a inspeção tem caráter permanente, no de Inspeção Estadual, Municipal, não! O que acontece, eles acabam cumprindo as questões de bem-estar quando ou conseguem ou fazem quando a fiscalização está lá. ... É, no dia da fiscalização, dia da fiscalização! Porque o estado e o município não estão lá o tempo inteiro. Nós, por enquanto estamos, mas isso também tá com os dias contados. Vocês que estão acompanhando na mídia, tem todo um processo de terceirização e que nós vamos sair de dentro das indústrias. **E vão colocar nos substituindo veterinários contratados pela empresa pra fiscalizar ela. ...Ou seja, não vai funcionar!... Já respondi! Porque se eu fosse pago pelo empresário que eu fiscalizo, certamente ele ia vir aqui e mandar fazer as coisas, eu como empregado ia cumprir.** (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Foca lembra que as empresas/setores que são autorregulados não cumprem tão bem as normas quanto os demais:

> [...] nossa indústria brasileira ela não tá preparada pra se autocontrolar ainda, sabe? **Eles tem o autocontrole porque nós da fiscalização não temos pernas pra tudo, mas se nós sairmos de dentro da indústria, como eu to vendo que nós já saímos de dentro do leite,** a inspeção do leite, ela é periódica, é diferente da carne, a carne é uma inspeção permanente, todo dia eu tenho um fiscal lá na carne, no leite não, o leite vou de seis em seis meses e a indústria fica seis meses sem ninguém lá, **então os nossos problemas de lei são muitos grandes** [...] (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

Ainda assim, nem tudo é problema, uma boa notícia, informada por Foca é que o CTBEA (Comissão Técnica de Bem-estar Animal) do MAPA, mudou de setor que está subordinado e agora vai poder prerrogativa para fiscalizar.

> Eu acho que falta um pouco mais de empenho das legislações municipais, o que que acontece: quando você fala de uma legislação municipal, a nível federal, é muito mais complicado dela sair do que uma municipal, eu acho que falta esforço dos municípios em elaborar leis votadas pra isso, do estado que dificulta um pouco mais, mas eu acho que deveria ser um pouco mais aplicável e a nível federal, nós estamos evoluindo, ... **nós, o CTBEA, nós mudamos agora de divisão, nós erámos da parte de política agrícola, de apenas fomento, de política agrícola, ... só orientativo, saiu o nosso**

> **Regimento Interno do Ministério da Agricultura, que alterou há pouco tempo, e ele mudou a parte de bem-estar animal ... pra Divisão de Sanidade Animal, ou seja, com isso nós podemos agora fiscalizar, onde nós não fiscalizávamos,** essa questão de bem-estar, **agora nós temos essa prerrogativa, falta normatizar isso, mas já foi uma grande passo pro bem-estar,** essa alteração que foi feita, agora nós podemos sim fiscalizar, temos essa função de fiscalizar, antes nós não tínhamos. (Foca, entrevista em 05 de novembro de 2016).

A legislação que melhor funciona, pelo menos por enquanto, e que independe do grande poder político das empresas, ainda é a regulamentação dos países que as grandes empresas exportam.

> A sociedade brasileira não está mobilizada para tratar da produção da carne e de seus impactos. A JBS, por exemplo, produz e apresenta a comida como deseja aqui no Brasil, sem maiores preocupações; enquanto no exterior ela está sendo obrigada a tratar melhor os animais. **A sociedade civil europeia e a estadunidense têm mais capacidade de mobilização em torno deste tema que temos aqui no Brasil.** (SCHLESINGER, 2016 p. 22).

Nesse aspecto, essa legislação internacional, ao invés de um obstáculo, ela ajuda a diminuir o poder dessas grandes empresas, como afirma Foca: "**então eu vejo que Brasil está sendo pressionado internacionalmente pra melhorar o bem-estar e é só assim que a política consegue passar por cima das empresas, por demanda internacional**". Esquilo também reforça isso:

> **Agora o pouco que é feito hoje em relação a bem-estar animal no serviço de inspeção federal é por exigência estrangeira, principalmente União Europeia, que exige um bocado de questões de quem ele compra, e eles vem aqui conferir o que tão fazendo.** Vou te dar exemplos, as granjas que tem frango de corte que vão originar produtos pra União Europeia tem que ter gerador de energia elétrica, pra se faltar energia da rede normal, os animais não morram de calor, não morram sem água porque não tem energia pra bombear a água pra dentro dos galpões, tem que ter caixa d'água reserva pra se estragar a caixa d'água, quebrar furar tem outra que não vai deixar os animais sem água. **Porque no Brasil não existe nada deste tipo de exigência e acaba sendo uma cobrança feita somente pra produto exportado.** Pra tu teres uma ideia, só pra reforçar isso, naquele Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes tá só estabelecimento sobre SIF, **produto que é produzido sobre inspeção estadual ou municipal, que é o que eu e tu consumimos quando a gente vai no restaurante, não existe esse programa. Provavelmente tem resíduos de antibiótico, de vermífugo, de tudo mais que possa imaginar né.** (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Um último aspecto que pode contribuir para reduzir os obstáculos enfrentados, citado por Tigre, é o Estado não apenas agir como fiscalizador, mas como orientador, incentivador de novas práticas.

> Aí é que tá, o Estado realmente desempenha uma função correta, de **orientação, de extensão rural?** É outra pergunta que se tem que fazer. Não é só na hora do abate que você vai ver a questão do animal, que morre né. Existe toda uma cadeia. [...] Então, **talvez um trabalho de conscientização, talvez um trabalho de extensão rural,** que as pessoas não querem mais

> fazer. Aí sim, o que é que você ver na prática. [...] É! Mas, o que é que a gente pode concluir? Concluir que se um município, tem um trabalho de extensão rural, se ele não tem condição de fazer só, mas tem os escritórios locais. Cada município em Pernambuco tem escritório da, da Secretaria da Agricultura do Estado com extensão rural. Se houver seriedade por que não faz? Faz sim! **É um trabalho de consciência, é um trabalho formiguinha.** Agora legislação vai resolver isso? Não, não vai, porque já tem. [...] Agora, como é que se resolve isso? **Com as pessoas sérias, com um município sério, um gestor sério, um governo do estado sério, gestores sérios, técnicos responsáveis, que queiram fazer,** porque senão é muito fácil dizer que 'uma lei, não tem lei, o município não tem condição' (Tigre, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Para encerrar essa análise, os participantes da Oficina de Cadeia Industrial da Carne aprofundam um pouco mais o diagnóstico do nosso problema e suas sugestões nas conclusões do livro que resultou do encontro:

> Vale ressaltar, no entanto, as dificuldades no que se refere à correlação de forças, especialmente, ao considerar as poderosas articulações políticas dos atores da cadeia industrial da carne. **A posição das organizações críticas à esta cadeia não expressa o ponto de vista da sociedade em geral.** Mudar a atual correlação de forças na sociedade é complexo porque **o padrão de desenvolvimento brasileiro é fundamentado no agronegócio,** nas atividades extrativistas, na mineração e no petróleo. Mudar a matriz produtiva do Brasil é, portanto, um desafio hercúleo numa sociedade que considera ser este o caminho para o "progresso e desenvolvimento". **Os movimentos sociais e as populações atingidas pela expansão deste modelo não têm visibilidade e, quando têm, são vistos como resquícios do passado e resistentes ao desenvolvimento.** Assim, é importante debater como a cadeia da carne está inserida na discussão sobre o desenvolvimento, analisando as mudanças que ocorrem nos territórios, tendo em vista as questões sociais e culturais.
>
> • **Dialogar com organizações da sociedade civil internacional, sobretudo da Europa, que já articulam campanhas sobre o tema.** Mudar a matriz produtiva do Brasil é tarefa árdua numa sociedade que a percebe como sinônimo de progresso e desenvolvimento [...] Trata-se, portanto, de uma questão extremamente complexa;
>
> • **Exigir a aplicação criteriosa dos recursos públicos no Brasil, direcionando-os preferencialmente, no caso da produção de alimentos, para a agricultura familiar;**
>
> • **Eliminar todas as formas de subsídios às corporações e a participação acionária do Estado em seu capital;**
>
> • **Promover debates sobre a participação nesses negócios de capitais pertencentes aos fundos públicos, como os do BNDES e os dos fundos de pensão das empresas estatais.** Por terem participação nesses fundos, os trabalhadores têm como influir diretamente sobre suas aplicações. Esta seria uma forma importante de incidência sobre a indústria da carne;
>
> • **Retomar algumas pautas, como o limite do tamanho das propriedades e as áreas livres de transgênicos. Ao mesmo tempo, lutar contra todas as propostas em tramitação no Congresso Nacional que representam quaisquer ameaças e retrocessos aos direitos e às conquistas da sociedade civil;**
>
> • **Organizar campanhas para combater o duplo padrão empregado pelas grandes empresas, exigindo que essas apliquem as melhores normas trabalhistas, sociais, ambientais e de bem-estar animal vigentes nos**

> **países desenvolvidos**. O mesmo se aplica às cadeias multinacionais de *fast-food* (McDonald's, Burger King e outras), que começam a impor a seus fornecedores novas exigências, como **a eliminação do uso de antibióticos** em animais. Combater também o duplo padrão aplicado na liberação de **agrotóxicos**, muitos deles proibidos em seus próprios países de origem;
> • **Promover campanhas sobre os impactos da produção de carnes, buscando a parceria de outros segmentos da sociedade civil.** Alertar sobre os danos à saúde provocados pelo consumo excessivo de carnes, estimulado pelas empresas do setor. Valorizar a dimensão cultural dos alimentos;
> • **Buscar o fortalecimento da produção familiar de carnes e dos pequenos frigoríficos** e reforçar seu potencial de produção de alimentos mais saudáveis. Defender mudanças nas normas de inspeção sanitária que alijem do mercado, de forma injustificada, pequenos produtores;
> • **Denunciar as condições laborais precárias nos frigoríficos,** onde trabalham também migrantes em extrema condição de pobreza e sem representação social que assegure seus direitos [...];
> • **Conformar uma articulação regional e internacional Norte-Sul para enfrentar essa problemática**. Criar uma mesa de diálogo com representantes da sociedade civil, do governo e, talvez, da agroindústria para debater essas questões;
> • Identificar lacunas nas informações disponíveis sobre as cadeias produtivas da carne [...];
> • **Dar visibilidade aos problemas aqui analisados, buscando o apoio dos consumidores urbanos.** É necessária uma estratégia de comunicação para alcançar a mídia que, em sua grande maioria, tem seus interesses associados às corporações do agronegócio, que são grandes anunciantes;
> • **Buscar a concretização das propostas apresentadas através da organização de um pequeno grupo de trabalho** que organize uma oficina com este objetivo. (AGUIAR; TURA, 2016 p. 57-58).

Vale ressaltar que talvez o problema não seja tão grande quanto apresentado, pois quando consideram agronegócios, imagina-se logo a pecuária, pois é a principal propulsionara. Mas a agricultura vai ser sempre necessária e forte. De tal forma, que não seria a decadência de um setor inteiro, mas uma mudança nos produtos que esse setor vais produzir.

É importante verificar existem muitas pautas em comum entre a defesa dos animais e outros movimentos sociais, pois, como visto na seção 4.5.3, essa indústria gera um impacto nocivo (principalmente para os animais) para a sociedade e o meio ambiente, algo que é inerente a qualquer tipo e tamanho de indústria de exploração animal. Por isso, vale enfatizar uma discordância central do aspecto: "Buscar o fortalecimento da produção familiar de carnes dos pequenos frigoríficos".

Existem muitos obstáculos separando nossa sociedade da consideração moral aos animais. As grandes empresas não querem que leis sejam criadas para melhorar suas condições de vida e morte. Por isso, a sociedade civil organizada, através de grupos, ONGs, consumidores e Estado precisam agir para fazer um enfrentamento, nessa luta de forças

desiguais. O interesse político e lobby das empresas (REGAN, 2006; JOY, 2014) realmente é muito forte. Mas alguns caminhos podem ser promissores para uma mudança: conscientização dos grupos e indivíduos sobre os impactos éticos, de saúde, sociais e ambientais da indústria de produtos de origem animal, o diálogo entre organizações da sociedade em âmbito local, nacional e internacional, denunciar práticas antiéticas e prejudiciais aos animais.

A seguir apresento as conclusões deste trabalho.

5 CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi **analisar de que modo as organizações lidam com a demanda social por consideração moral aos animais não-humanos**. Para atendê-lo, identifiquei 5 objetivos específicos. As conclusões estão ordenadas pelos objetivos específicos, para em seguida apresentar as conclusões gerais, atendendo o objetivo geral de pesquisa. No final faço algumas sugestões para estudos futuros.

Quanto à discutir os critérios utilizados para atribuir consideração moral, foi utilizado o conceito de: os critérios adotados para participar da comunidade moral, ou seja, que propriedade ou característica é necessário possuir para ter seus interesses considerados moralmente (CARVALHO, 2007), ou preocupação com as consequências de ações sobre os mesmos (SINGER, 2008). No tópico 3.2 apresentei as perspectivas antropocêntrica, senciocêntrica e biocêntrica. A visão antropocêntrica moral, dominante em nossa sociedade, pode utilizar vários critérios para inclusão moral, o mais comum: a razão humana (SINGER, 2008; FELIPE, 2009) ou a espécie (NACONECY, 2006). Perspectivas mais recentes incluem também características como convívio (SERPELL; PAUL, 2003; THOMAS, 2010; LIMA, 2016), e cultura ou tradição (JOY, 2014). Considerar a razão como critério restringe a moralidade aos humanos. Convívio e cultura podem incluir animais não-humanos em nossa consideração moral, geralmente por um grupo de animais, que classificamos como "não comestíveis". Todos esses são critérios antropocêntricos, pois o ser humano se encontra no centro ou acima do universo e tudo o mais tem um valor instrumental para ele. Essa ideia pode permitir uma lógica de dominação do mais forte pelo mais fraco e legitimar a escravidão e extermínio de outras espécies ditas inferiores.

Diante algumas fragilidades dessa perspectiva ética, admitir a expansão da comunidade moral para um critério não-instrumental e para além da espécie humana se torna uma possibilidade ética plausível. A perspectiva ética senciocêntrica, ou da Ética Animal, amplia a consideração moral para a vida de todos os seres sencientes - animais humanos e alguns não-humanos -, ou seja, aqueles que são capazes de ter sentimentos, dor e alegria. A ciência nos respalda sobre o compartilhamento, tanto por humanos quanto por animais, da capacidade de sentir e o interesse em não sofrer (LOW, 2012). Dessa forma, pelo princípio

ético da igual consideração de interesses entre seres semelhantes (SINGER, 2008), ambos podem compartilhar o direito moral de ser tratado com respeito.

A ética biocêntrica, ou Ética da Vida, aumenta ainda mais os seres considerados moralmente, pois usando como critério o valor intrínseco da vida, inclui todos os seres vivos e/ou sistemas naturais. Existe uma defesa ao valor inerente da vida, de seu interesse além de sua utilidade para fins racionais instrumentais, pois compreende a interrelação e interdependência entre as espécies e o princípio de reconhecimento do direito de todas as espécies à felicidade e ao não-sofrimento (NACONECY, 2007).

Tanto as perspectivas da Ética Animal como da Ética da Vida não defendem a ideia de que todos os tipos de vida têm o mesmo valor intrínseco, mas a capacidade biológica, vulnerabilidade e necessidades podem ser uma forma de hierarquizar situações. Uma ética de respeito pela vida, e não apenas da vida humana, existe em favor da preservação e contra o extermínio da vida. Ou seja, inverte-se o ônus da prova, não mais para aquele que preserva a vida, mas agora para o que a elimina, cabendo agora ao destruidor a justificativa convincente para o aniquilamento de uma vida (NACONECY, 2007). Ambas são perspectivas éticas contrárias a banalidade com que são tratadas as vidas de não-humanos. A seguir um quadro de resumo com informações sobre o tipo, quais entidades são possuidoras de consideração moral, e a propriedade, característica ou critério utilizado para conceder o *status* moral.

	Tipos/Entidades (Possuidores de consideração moral)	**Propriedade (Critério de consideração moral)**
Quem pertence a comunidade moral (círculo de consideração moral)	Antropocêntrica (seres humanos)	Razão (humana)
		Cultura e tradição
		Convívio (proximidade com o humano)
	Senciocêntrica/Animal (seres sencientes - animais humanos e alguns animais não-humanos)	*Senciência* (capacidade de ter sentimentos: em especial dor, sofrimento e alegria)
	Biocêntrica/Vida (todo tipo de vida)	Vida (valor intrínseco e não instrumental)

Quadro 3 (5): Tipos e critérios de consideração moral
Fonte: elaborado pelo autor

Os principais achados da parte empírica (seção 4.3) foram: os entrevistados, de uma forma geral, assumem uma posição antropocêntrica "não-convencional", ou seja, entendem que **alguns** animais merecem o *status* de consideração moral, em virtude de sua *senciência*. O convívio (SERPELL; PAUL, 2003; THOMAS, 2010; LIMA, 2016), e cultura (JOY, 2014) se destacam como os principais critérios para consideração moral. Dessa forma, existe uma **inclusão moral parcial dos animais não-humanos**, apenas para aqueles da categoria "não comestíveis" (silvestres e domesticados), mesmo que em alguns momentos, numa relação

instrumental. Esses animais, em virtude do convívio e da cultura social, têm sua *senciência* considerada e adquirem *status* moral. Os animais classificados como "comestíveis", mesmo sendo também *sencientes*, tem um destino diferente, e busca-se o seu sofrimento minimizado, mas não se cogita de forma alguma evitar sua morte e sofrimentos decorrentes dessa prática. Essa situação é conflituante com os critérios para uma ética animal, e pode ser apresentada como uma certa inconsistência, levando em consideração que a *senciência* é considerada pelos entrevistados como algo irrefutável cientificamente e importante para o tratamento que os animais recebem.

O objetivo dois foi identificar a demanda social pela consideração moral dada aos animais não-humanos e suas influências nas organizações. Na seção 3.3 apresentei os principais pleitos vindos da sociedade e Estado relacionados às questões éticas no tratamento dos animais não-humanos. São principalmente dois: o uso dos animais de forma a reduzir ou evitar o sofrimento desnecessário: bem-estar animal (MAPA, 2016; LUDTKE, 2015; WAP, 2015; 2016) a não utilização dos animais: ética animal (REGAN, 2006; NACONECY, 2006). Esses aspectos foram analisados na seção 4.4 e subseções correspondentes.

As demandas provêm principalmente de legislação, de ONGs e grupos de proteção animal (bem-estar animal) e de defesa animal (ética animal) e de consumidores. Elas envolvem, respectivamente, o uso não violento dos animais e/ou a abolição do uso de animais. Levando em consideração que boa parte da demanda é baseada na legislação brasileira, que criminaliza maus-tratos e regulamenta o uso de animais de maneira "humanitária", não é estritamente necessário recorrer a posição da Ética Animal ou do Bem-estar Animal, pois eles já estão (parcialmente) legalizados em nosso país. Empresas e indivíduos que discordam e descumprem, estão na ilegalidade, e podem sofrer penalidades em virtude de comportamentos nocivos aos animais.

Para os respondentes, as ações empresarias são motivadas por uma racionalidade econômica: a busca pela produtividade e lucratividade, a redução do preço por quilo (JOY, 2014; ROBBINS; 2014). E, segundo suas respostas, a adoção completa das práticas de bem-estar animal incorreria em aumento dos custos para frigoríficos e abatedouros, sem um retorno financeiro proporcional. Dessa forma, os impulsionadores das práticas de bem-estar animal são (quase) exclusivamente vindos de intervenções externas às empresas: legislação nacional e internacional (para aquelas que exportam) além das demandas por pressão dos consumidores e ONGs, que são drasticamente menores. Essa postura das empresas, de adaptação aos valores sociais em mudança é necessária para adquirir recursos e legitimidade (EGRI; PINFIELD, 1998), e no caso das grandes corporações, para continuarem atendendo ao

mercado externo, que tem padrões de bem-estar animal mais elevados (em especial a União Europeia).

Algumas tímidas iniciativas de grandes empresas, principalmente das marcas Seara e Sadia, são realizadas para atender a um novo nicho de mercado, mais exigente quanto a critérios de saúde e não de bem-estar animal, mas que acabam impactando em práticas menos nocivas aos animais (como melhor densidade de confinamento, ração mais adequada e não utilização de antibióticos). Outras iniciativas são aproveitadas para reduzir as perdas de produção, evitando tratamentos violentos com os animais (no manejo e transporte). Conforme foi verificado, são práticas com motivações financeiras e não éticas.

A legislação brasileira praticamente só abrange as normas de abate humanitário, iniciada no transporte pré-abate. Das indústrias (setores) estudadas, apenas a indústria da carne é contemplada nessa legislação, para a indústria do leite ela não se aplica, já que não tem existência do processo de abate (as vacas leiteiras e bezerros quando são abatidos seguem as normas da indústria da carne). A maior parte da vida desses animais, ditos de "consumo", que incluem sua criação, manejo, transporte e confinamento não são ainda regulamentadas em nosso país. A legislação tem alguns problemas: é muito generalista, pois não tem indicadores precisos, possibilitando a subjetividade do fiscal e das empresas, que mais facilmente conseguem ganhar juridicamente ações recorrendo das punições recebidas. A legislação brasileira é um tímido começo nas questões de preocupação com os animais não-humanos, e ainda está longe de considerar aspectos importantes do bem-estar e da ética animal. A atualização e ampliação da legislação não é realizada pois não é interesse das grandes empresas do setor, do CNA e da bancada ruralista.

Existem muitas nuances e aspectos da legislação e fiscalização que praticamente não são comentados na literatura. Dessa forma, ampliamos o entendimento sobre como as diferentes instâncias do Estado (Federal, Estadual e Municipal) podem ter um variação no rigor de aplicação e fiscalização dessa legislação. A fiscalização e as práticas dos matadouros e frigoríficos municipais são as mais precárias, pode até ser nula, ou "letra morta", conforme alguns de nossos respondentes afirmaram. De uma forma geral, a fiscalização tem o foco em aspectos sanitários, de qualidade do produto e com isso existe muita "vista grossa" ou falta de tempo para analisar questões de bem-estar animal, por: 1) Por não considerar como relevante o bem-estar do animal, 2) por não estar preparado para identificar maus-tratos ou descumprimento da lei, 3) por não conseguir autuar a empresa por uma legislação genérica, sem indicadores ou números balizadores, ou 4) por simplesmente não conseguir dar conta de

todo o trabalho. Quando os fiscais analisam os aspectos de bem-estar animal geralmente se restringem a insensibilização e (talvez) sangria adequadas.

Os entrevistados demonstram uma clara preocupação com o bem-estar animal, mas praticamente desconsideram os aspectos de ética animal. Essa última se apresenta num estágio mais incipiente que o bem-estar animal. A pressão pelo bem-estar animal hoje é mais facilmente aceita em nossa sociedade, mas também as ideias de não objetificação dos animais encontram ressonância.

Baseado nos dados da pesquisa e como forma de organizar melhor algumas ideias e conceitos sobre consideração moral aos animais, diferenciando as perspectivas do bem-estar animal e da ética animal, sugeri pressupostos de cada uma dessas vertentes e conceitos de: sofrimento necessário, sofrimento desnecessário e maus-tratos, a partir da perspectiva da ética animal.

Como Naconecy (2009), diferencio os defensores do bem-estar animal como um fim e como um meio: aqueles que defendem **como um fim**, buscam reduzir o sofrimento dos animais, mas não abolir o seu uso. Aqueles que consideram o bem-estar animal como um meio, entendem que é importante reduzir o sofrimento atual dos animais, mas como um fim querem maximizar a libertação total dos seres sencientes.

Os **pressupostos** da perspectiva do **bem-estar animal como um fim**: 1) é necessário produzir proteína animal em grande quantidade para alimentar a população; 2) os animais existem para servir ao humano (ou os humanos são superiores aos animais); 3) os animais são seres sencientes e merecem um tratamento de forma a reduzir seu sofrimento. Como resultado do primeiro pressuposto, os sistemas de confinamento se tornam aceitáveis por questão de necessidade e todo o sofrimento em virtude dele se torna um sofrimento aceito pelos humanos. Como consequência do segundo e do primeiro pressupostos, pode-se matar animais para uso humano. Por último, a decorrência do terceiro pressuposto é ser simpático as práticas de bem-estar animal. Para um animal na categoria "comestível" qualquer sofrimento que resulte do seu processo de criação à morte é considerado sofrimento necessário, e por isso, justificável.

Os **pressupostos** da perspectiva da **Ética Animal**: 1) para a maioria das pessoas não é necessário se alimentar de animais para viver; 2) os animais são seres sencientes; 3) o uso instrumental não é ético. As implicações dos pressupostos são buscar excluir, na medida do possível e do praticável, todas as formas de exploração e de crueldade com os animais, seja para alimentação, vestuário ou qualquer outra finalidade. A partir dessa visão conceituo:

Sofrimento necessário: ação intencional que decorre de práticas com a finalidade de propiciar o bem-estar do animal e que prolonguem sua vida com saúde. Alguns exemplos: aplicação de remédios, realização de cirurgias ou outros tratamentos médicos. **Sofrimento desnecessário**: ação intencional ou não-intencional que decorre do uso de animais para fim humano, frutos de uma racionalidade econômica e objetificação e instrumentalização dessas vidas. Alguns exemplos: confinamento, marcações e mutilações, privação do convívio entre pais e filhos, morte dos animais, modificação genética ou outras práticas para melhorar rendimento financeiro. Os maus-tratos estão inseridos no sofrimento desnecessário. **Maus-tratos:** ações ou comportamentos infligidos a outrem que colocam em perigo sua vida e saúde. Alguns exemplos: assassinato dos animais, modificação genética, dieta inadequada, ou outras práticas que geram perigo de vida ou saúde.

O terceiro objetivo foi discutir o tratamento dado aos animais pelas organizações a partir da Ética Animal e *Dark Side* das Organizações. A partir da fundamentação teórica desenvolvida nos tópicos 3.3.2 a 3.4, **proponho a inclusão da consideração moral dos animais não-humanos no escopo do *Dark Side* das Organizações**, por isso utilizo o seguinte conceito de ***Dark Side* das Organizações ampliado pelo ética animal: são os subprodutos negativos de atividades organizacionais** (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014) **resultados de ações não-intencionais** (VAUGHAN, 1999) **ou mau comportamentos: antiético, ilegal, desprezível ou repreensível** (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2010)**, com impactos negativos para consumidores, trabalhadores, meio ambiente, comunidades** (MEDEIROS, 2015; 2013) **e sobre os animais**. Minha proposta é que: **ao analisar a partir de uma perspectiva do *Dark Side*, além de ter como ponto de referência o ser humano para identificar o que são ou não aspectos nocivos, o animal não-humanos deve ser também incluído na reflexão moral. O que for nocivo ao animal, ou seja, o que lhe causar dor, sofrimento, morte será algo que faz parte do *Dark Side* das organizações.** Na seção 4.5 fiz a análise deste objetivo.

Até o momento, na perspectiva teórica do *Dark Side* das organizações existe uma aproximação com o discurso antropocêntrico moral, ou seja, a visão é de que apenas os humanos podem ser agentes e pacientes morais. O lado sombrio, os crimes e os efeitos negativos existem apenas quando prejudicam o ser humano, seja direta ou indiretamente, como no caso dos impactos ambientais que lhes são nocivos. Ao mesmo tempo, o *DS* é o campo, por excelência, para se discutir questões esquecidas, ignoradas ou suprimidas. Muitas organizações tem uma total desconsideração ao animal como um indivíduo *senciente*, e atuam

confinando-os, ocultam os maus-tratos ou disfarçam como práticas de bem-estar animal, realizam sistemática e banalmente assassinatos em massa.

Abarcar os animais dentro do círculo de consideração moral do *Dark Side* das organizações nada mais é do que incluir na teoria o que já acontece de fato, na prática. Muitas pessoas e instituições na sociedade já consideram essas ações como nocivas, as organizações utilizam estratégias comunicativas para amenizar essa realidade indesejável. O meio acadêmico não pode fechar os olhos ou silenciar diante dessa realidade.

Numa produção intensiva, onde vivem a maioria dos animais sendo engordados para ser mortos, não vai existir bem-estar animal, no máximo uma "maquiagem", vendida pelas empresas para maximizar seus lucros (NACONECY, 2009) ou para divulgar que cumpre a legislação. Apesar dos maus-tratos aos animais serem crimes em nossa legislação, na indústria de alimentos eles são banalizados. A lógica utilizada é que isso é apenas um "sofrimento necessário". Não existe fiscalização quanto ao bem-estar animal nas granjas e fazendas onde os animais passam a maior parte de suas sofridas e encurtadas vidas. Não existe legislação sobre isso. Durante a maior parte da vida do animal, ele pode ser tratado como as empresas entenderem que é mais lucrativo. E como vimos, as empresas não se preocupam moralmente com os animais, eles são tratados como máquinas (REGAN, 2006; NACONECY, 2006; JOY, 2014). Como resultado disso, se não existe legislação nem fiscalização, eles são maltratados, intencionalmente ou não, pois o que importa são os resultados financeiros.

A indústria da carne e do leite realizam diversas práticas nocivas aos animais, seja no seu tratamento ao longo de sua vida sem liberdade, seja na sua objetificação (REGAN, 2006). Para auxiliar no entendimento da perpetuação dessas práticas, os aspectos da ideologia carnista (JOY, 2014) colaboram na explicação da naturalização desse rastro de violência: **é necessário matar animais para nossa alimentação, eles existem para nos servir.** As falas dos entrevistados colaboraram para construir essa análise. Essa visão antropocêntrica moral (FELIPE, 2009) predominante em nossa sociedade deixa vestígios de dominação e opressão também entre os humanos. A indústria da exploração animal gera também impactos nocivos sobre as pessoas e meio ambiente.

A formação acadêmica é um grande "criador de mitos" (JOY, 2014), a partir das respostas das entrevistas, identifiquei alguns aspectos ideológicos repassados pelos cursos de medicina veterinária e zootecnia: **um uso instrumental do animal, que é visto como algo que serve ao humano e como uma máquina de "produção", o mito de que a proteína animal é necessária legitima e justifica essa visão**. Os formandos que frequentam banca escolar, são insensibilizados no trato com os animais. Perpetuados na rotina do trabalho, o

tratamento dado aos animais se transforma em normal e banal. O que para ciência veterinária é algo apropriado, necessário, para o consumidor é uma atrocidade. E os profissionais acham que os consumidores estão errados.

Mas esses profissionais são apenas pessoas fazendo seus trabalhos, foram criados dentro do sistema e veem o mundo através dessa ideologia, são criadores do mito inconscientes, ou seja, também reprodutores. Os criadores do mito dos agronegócios e executivos são os que sustentam ativamente os mitos da indústria da carne (JOY, 2014).

Os aspectos principais da ideologia carnista encontrados na pesquisa foram: o desmembramento dos corpos (JOY, 2014) fazendo com que os animais sejam separados do alimento, a criação do *referente ausente* (ADAMS, 2012). Conforme relatos, as crianças, por estarem menos mergulhadas nessa ideologia, são mais propensas a reagirem a essa dissociação.

O *Dark Side* das organizações pode estar naturalmente oculto ou deliberadamente escondido (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014). A ideologia dominante, ajuda a ocultar "naturalmente" o sistema, a separação entre animais "comestíveis" e "não-comestíveis" é uma construção social, o desmembramento dos corpos ajuda a perder a conexão mental entre a carne e o animal vivo. O *referente ausente* mantém separado a carne do animal morto (ADAMS, 2012). O *Dark Side* também se apresenta deliberadamente escondido quando as empresas optam por esconder a realidade vivida pelos animais, seja realmente não mostrando – ocultando – a realidade sobre seu tratamento, ou quando dissimulam, distorcendo e fantasiando essa realidade (explico no objetivo seguinte).

Além disso, muitas grandes empresas da indústria de exploração animal estão também envolvidas com outras práticas antiéticas não apenas para com os animais não-humanos. Existe uma relação entre a exploração do animal humano e do animal não-humano, uma consideração instrumental e não moral com ambos. Várias práticas do *Dark Side* podem ser identificadas em algumas dessas empresas: abuso de poder, violência, crimes corporativos, conspiração e manipulação política, trabalho escravo, desastres ambientais, etc. Essas práticas demonstram uma reincidência, não apenas para os *stakeholders* humanos, mas dentro da perspectiva ampliada do *Dark Side*, que proponho nesta tese, também os animais não-humanos são vítimas dessas empresas.

Quanto ao quarto objetivo específico, examinar as estratégias das organizações para responder às demandas sociais por consideração moral aos animais não-humanos, foi analisada na seção 4.6. Através da análise de dez vídeos (comerciais e vídeos institucionais), documentos complementares e as falas dos entrevistados, verifiquei ações realizadas pelas

empresas da indústria de carne e leite relacionadas aos aspectos de bem-estar e ética animal divulgadas através de seus canais de comunicação. Dentre as nove marcas estudadas nenhuma delas aceitou a solicitação para realizar entrevistas. Algumas responderam negativamente e outras nem responderam. Dessa forma o material de análise das organizações foi baseado nas informações oficiais dessas empresas.

A indústria da exploração animal não tem uma consideração ética pelos animais, se não o fosse, não manteriam suas práticas. Mas então, qual o motivo da demonstração de preocupações com eles? Porque elas sabem que as pessoas não querem ver ou se sentir responsáveis por maltratar e matar animais. A decisão por ocultar ou distorcer a realidade não é uma decisão ética, mas apenas uma decisão estratégica, para não sofrer prejuízos com sua imagem ou vendas. Os animais são destituídos de seu *status* moral. Existe uma preocupação dos consumidores e sociedade de forma geral, então prejudicar o animal pode incorrer num dano corporativo. Geralmente, a opção estratégica é ocultar essa realidade e não a modificar.

Com isso, a maioria das estratégias de comunicação utilizadas pelas empresas para responder às demandas sociais sobre consideração moral aos animais não-humanos podem ser consideradas como *Dark Side* das organizações, já que, no mínimo, induzem o consumidor a um erro de interpretação. A maioria das empresas seguem o *script* que se espera delas: divulgam uma mensagem linda, em alguns momentos com grande carga emocional, em outros, com uma racionalidade técnica. Como resultado, geralmente as empresas que precisam cumprir a legislação de bem-estar animal (indústria da carne) não querem falar (querem esconder) sobre o assunto. As que não tem exigências de bem-estar (indústria do leite) apresentam da maneira mais fantasiosa possível sua história. O *dito desconexo* (REGAN, 2006) é a tônica principal. As estratégias mais utilizadas são: ocultamento da realidade ou distorção da realidade.

O ocultamento da realidade se caracteriza por não apresentar ou esconder parte da realidade vivida pelos animais, geralmente o processo de abate, onde existe uma maior sensibilidade do consumidor. A distorção da realidade, é realizada através da afirmação de fatos distorcidos, como por exemplo, afirmar que animais que ficam confinados são bem tratados, ou que vacas que são afastadas de seus filhos são felizes.

As práticas de ocultamento são mais comuns na indústria da carne pois já existe o processo do abate do animal, que por mais primoroso que seja um "abate humanitário" pode levar muitas pessoas a repensarem seus hábitos alimentares. Por isso o "lema" da indústria é dito pelo presidente da Abrafrigo: "**nunca se mostra o abate do animal**, (ele) **enseja desestímulo ao consumo"**. Nessa estratégia, é comum utilizar a desconexão entre o animal e

o produto, o *referente ausente* (ADAMS, 2012): não existe boi (eles não aparecem nos comerciais), existem os pedaços de carne.

Na indústria do leite, as pessoas não associam diretamente o consumo de leite com a morte de animais, apesar do final da vida produtiva da vaca ser também o abate, e ela pode sofrer muito mais em sua vida do que um boi. Ao final temos a formula mágica: quando vende a carne não se mostra o boi, quando vende o leite se mostra a vaca. As etapas mais comuns do processo que são ocultadas nessa indústria são o confinamento e a separação dos bezerros. As propagandas da indústria do leite são as mais comuns (mas não as únicas) a terem a utilização da distorção da realidade, já que remetem ao bucólico e idílico mito das "vacas felizes", completamente fora da realidade da maioria dos leites que estão nas gôndolas dos supermercados. A distorção é efetivada pela afirmação de fatos distorcidos, um *dito desconexo* (REGAN, 2006). Nesse quesito, a Seara conseguiu superar as demais concorrentes, e criou o mito das "aves confinadas livres".

O *dito desconexo* é utilizado como a estratégia de ação adotada pelas organizações para reagir quanto à demanda sobre os direitos animais, sendo a estratégia mais rentável, já que promove mudanças apenas no discurso, mas não na prática. Dado que os consumidores não têm acesso, nem interesse, nem o detalhamento da situação dos animais, esta estratégia geralmente consegue funcionar bem.

Os comerciais e os vídeos institucionais ajudam a difundir a tranquilidade nos consumidores de produtos de origem animal. Uma estratégia de marketing para atender à demanda dos consumidores e afirmar o cumprimento da legislação vigente. Por trás das câmeras, a situação é outra. As empresas se esforçam ao máximo para impedir que o público descubra o que se passa nos galpões sem janela onde são aprisionados esses seres. "A indústria não quer que se saiba como vivem os animais que estão sendo preparados para o abate" (Robbins, 2014 p. 12).

O principal argumento que utilizo é que se a prática da indústria de origem animal não tivesse problemas (éticos) poderia tranquilamente não ocultar, ou esconder às informações aos seus consumidores. Mas não é isso que é feito. Agir contra o consumidor, através de propaganda enganosa, é considerado um crime corporativo dentro da perspectiva do *Dark Side* das organizações.

Sobre o último objetivo específico, ponderar sobre os obstáculos para inclusão da consideração moral dirigida aos animais não-humanos pelas organizações, abordei na seção 4.7. Conforme a definição constitutiva desta tese, utilizo o seguinte conceito para obstáculo para inclusão da consideração moral aos animais não-humanos: Alguns dos principais

empecilhos para uma mudança em nossa sociedade que contemple a consideração moral dos animais não-humanos: Influência do lobby das empresas (REGAN, 2006; JOY, 2014); *stakeholders*: Atuação dos consumidores e organizações de ativistas pelos direitos animais (REGAN, 2006; JOY 2014); Posição dos legisladores e fiscalizadores (REGAN, 2006).

Ao longo deste trabalho acredito ter fortalecido a ideia de que não apenas os animais morrem pelas mãos das empresas, mas que eles sofrem ao longo da vida devido à busca pela maximização dos resultados financeiros nessas corporações. Por isso, as empresas não querem mostrar a situação que os animais vivem e morrem. Muito mais, elas têm medo da reação do público quando descobrirem que os animais não são tratados como naquela imaginária e nostálgica fazenda bucólica (SINGER, 2008). Muitos dos consumidores, não conseguem fazer a conexão com a realidade de objetificação e maus-tratos, pois estão envolvidos e acreditam nos "mitos do carnismo": comer carne é normal, natural e necessário - Afinal os animais existem para servir ao homem (JOY, 2014).

Com o cuidado necessário para que os consumidores não saiam do entorpecimento psíquico (JOY, 2014) que estão, as grandes empresas ocultam a existência do animal, ou desmembram seus corpos para que eles fiquem irreconhecíveis (ADAMS, 2012; JOY, 2014), principalmente na indústria da carne. Ou gastam muito dinheiro na mídia para disseminar uma visão distorcida dos fatos (REGAN, 2006). Isso reverte não apenas nas propagandas realizadas, mas também pela ausência de denúncias aos maus-tratos cometidos nessas empresas. Os profissionais responsáveis pela vida desses animais, desempenham também um papel importante em legitimar as práticas da indústria (JOY, 2014). Em vários casos, o Poder Público e consumidores fazem um pacto de silêncio com as empresas e decidem não discutir sobre isso. A legislação existente no país impede uma fiscalização mais atuante. Essa legislação não muda porque existem interesses políticos e econômicos das empresas em não mudar. Em complemento, muitas pessoas vivem uma vida tão miserável, lutando pela sobrevivência, que não conseguem ser sensíveis quanto ao tratamento digno que poderia ser dado aos animais, se nem mesmo eles, o recebem.

Os depoimentos dos entrevistados e os documentos analisados apresentam como é grande a manipulação política que as grandes empresas da indústria da exploração animal realizam. O afrouxamento da legislação e fiscalização, a não atualização da legislação, os benefícios econômicos que recebem, ampliam cada vez mais seu poderio. E não podemos esquecer, essa é uma indústria violenta, não apenas com os animais. Como resultado desse poder dessa indústria, cada vez mais algumas grandes empresas desse setor "**vão ficar como o diabo gosta**", como disse um de nossos entrevistados.

As ONGs e grupos de direitos animais devem repensar algumas de suas estratégias para descobrir qual seria a forma mais eficaz de fazer com que outras pessoas entendam sua mensagem, ao invés de manterem a imagem de "radicais". Um caminho interessante é realizar mais parcerias com outros grupos e movimentos da sociedade a partir de interesses comuns.

A legislação nacional está muito aquém do necessário para lidar com aspectos do bem-estar animal, ainda menos com questões de ética animal. Mesmo com as dificuldades para conseguir mudar a legislação. O Ministério Público pode ser um caminho viável para alguns pleitos. Os fiscais podem ser melhor qualificados para atuar em defesa dos animais. Essas são algumas iniciativas que podem reduzir os obstáculos.

A sociedade civil organizada, através de grupos, ONGs, consumidores e Estado precisam agir para reduzir os obstáculos e barreira, nessa luta de forças desiguais. Algumas possibilidades se apresentam como promissoras para uma mudança: conscientização dos grupos e indivíduos sobre os impactos éticos, de saúde, sociais e ambientais da indústria de produtos de origem animal, o diálogo entre organizações da sociedade em âmbito local, nacional e internacional, a denuncia de práticas antiéticas e prejudiciais aos animais, humanos e não-humanos.

A partir da análise dos resultados dos objetivos específicos, apresento o objetivo geral da pesquisa: **"Analisar de que modo as organizações lidam com a demanda social por consideração moral aos animais não-humanos"**: considerando que, de um modo geral, as empresas não têm consideração moral pelos animais não-humanos, elas lidam de maneira reativa, atendendo (ou dizendo que atendem) as exigências legais mínimas necessárias para manter a legitimidade perante seu consumidor e sociedade. Na medida do possível, ocultando e/ou distorcendo a realidade do tratamento dado aos animais. Em algumas situações, repetindo quantas vezes for necessária essa comunicação, até que ela se torne a "realidade". Dessa forma, muitas vezes, tentando não mudar suas práticas atuais, mas apenas comunicando uma mudança esperada, tranquilizando o consumidor de que ela é uma empresa responsável e ética. Aquelas que tem um grande poder político e econômico, tentam impedir que as exigências aumentem, e/ou tentam criar um ambiente favorável para que elas possam ficar cada vez mais livres para agir da forma que acham mais conveniente.

A título de exceção, algumas das empresas pesquisadas, em momentos pontuais, lidam de maneira ativa, ou seja, divulgando práticas além das exigências legais mínimas, em busca de novos nichos de mercados mais rentáveis. O mercado da alimentação saudável, apesar de não envolver questões éticas, demanda uma redução nas práticas de maus-tratos (em especial o confinamento). Ainda assim, essas práticas diferenciadas, que envolvem um percentual

irrisório dos animais abatidos, ressaltam uma discrepância entre o tratamento dado aos outros animais. Ou seja, divulgar que os animais *"premium"* não precisam de antibiótico porque vivem num espaço menos apertado, depõe contra a forma que as empresas tratam os animais "normais".

Ao longo desta tese identifiquei práticas organizacionais que podem ser consideradas aspectos do *Dark Side* das organizações ampliado pela Ética Animal: agir com violência e matar seres sencientes, prejudicar à saúde do consumidor, disponibilizar condições de trabalho precárias, realizar manipulação política, mentir e enganar o consumidor, dentre outros.

Neste trabalho apresentei argumentos para uma ampliação da visão do *Dark Side* das organizações, incluindo a Ética Animal na discussão. Geralmente são privilegiadas apenas as práticas que podem ser nocivas ao ser humano e sociedade, e o meio ambiente de maneira instrumental. Atribuir consideração moral aos animais não-humanos, por serem sencientes, significa que ações organizacionais que causam dor, sofrimento e morte a esses seres, que antes eram naturalizadas como banais e cotidianas, podem se configurar como perversas e imorais.

Mas as práticas da indústria da exploração animal não dependem necessariamente de um olhar da Ética Animal para serem consideradas como aspectos nocivos e consequentemente, fazendo parte do *Dark Side* das organizações. Como apresentei ao longo da tese, os gestores das empresas sabem que estão realizando uma prática reprovável, por isso a necessidade que apresentam em ocultar ou distorcer a realidade do tratamento dado aos animais. Não é necessário um julgamento externo para condenar essas práticas, a percepção do ato repreensível é atribuída internamente, pelos próprios membros da indústria.

Nesta tese procurei desvelar o tratamento dado aos animais não-humanos nas organizações, porque entendo que dar visibilidade a essa situação, investigando seu lado sombrio, pode contribuir para mudança de percepções e incentivar intervenções diferentes.

A partir da realização deste trabalho foram identificadas algumas recomendações para estudos futuros:

1. Aprofundar os estudos que tentam identificar relações entre as empresas de exploração animal e a precarização do trabalho humano, em especial na indústria da carne;
2. Estudar a eficácia das estratégias de divulgação da mensagem da Ética Animal por ONGs junto à sociedade;

3. Realizar pesquisas em organizações que têm como princípio a Ética Animal e apurar se existem diferenças organizacionais significativas, tanto em sua estrutura, processos, como relações entre humanos, preferencialmente em coletivos e outras organizações autogestionárias.

REFERÊNCIAS

ABIA, Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação. Números do setor – Faturamento. Disponível em: <http://www.abia.org.br/vsn/anexos/faturamento2015.pdf> Acesso em: 21 de agosto de 2016.

ADA. American Dietetic Association. Position of the American Dietetic Association: Vegetarians Diets. **Journal of the American Dietetic Association**. v. 109, n. 7, Jul 2009. Disponível em: http://www.vrg.org/nutrition/2009_ADA_position_paper.pdf. Acesso em: 11 nov. 2016.

ADAMS, C. J. A política sexual da carne: a relação entre o carnivorismo e a dominação masculina. São Paulo: Alaúde editorial, 2012.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE DIREITOS ANIMAIS (ANDA). 2012. **Polícia italiana interdita criadouro Green Hill e resgata 25 mil cães**. Disponível em: http://www.anda.jor.br/18/07/2012/policia-italiana-interdita-criadouro-green-hill-e-resgata-25-mil-caes. Acesso em: 10 jul 2014.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE DIREITOS ANIMAIS (ANDA). 2014. **Projeto de lei pode proibir testes de cosméticos em animais no Paraná**. Disponível em: http://www.anda.jor.br/07/02/2014/projeto-lei-proibir-testes-cosmeticos-animais-parana. Acesso em: 12 de jul 2014.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE DIREITOS ANIMAIS (ANDA). 2015. **Bezerro é resgatado da indústria de laticínios e se recupera em santuário**. Disponível em: <http://www.anda.jor.br/23/06/2015/bezerro-resgatado-industria-laticinios-recupera-santuario>. Acesso em: 03 de ago. 2015.

AGÊNCIA PÚBLICA. Conheça as 11 bancadas mais poderosas da câmara. Congresso em foco: respeitamos as diferenças. 19 fev 2016. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/conheca-as-11-bancadas-mais-poderosas-da-camara/>. Acesso em 06 dez 2016.

AGUIAR, D. TURA, L. (orgs). **Cadeia industrial da carne**: compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos. Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2016. Disponível em: <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-Cadeia-Industrial-da-carne.pdf>. Acesso em: 03 dez 2016.

ALBÈ, M. 2012. Inglaterra proíbe instalação de fábrica de cães no país. Disponível em: http://www.anda.jor.br/01/02/2012/inglaterra-proibe-instalacao-de-fabrica-de-caes-no-pais. Acesso em: 10 jul 2014.

ALCADIPANI, R. S.; MEDEIROS, C. R. O. Viver e morrer pelo trabalho: uma análise da banalidade do mal nos crimes corporativos. **O&S** - Salvador, v. 21 - n. 69, p. 217-234 - Abril/Junho – 2014

ALMEIDA, L. N.; RIBAS, J. R.; LEANDRO, A. S. Os formadores de opinião na alimentação infantil. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 14, n. 4, p. 761-774, Aug. 2010.

ALMEIDA, M. 2012. Grupo protesta contra Instituto que usa beagles em testes farmacêuticos. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/08/1139889-grupo-protesta-contra-instituto-que-usa-beagles-em-testes-farmaceuticos.shtml. Acesso em: 10 jul 2014.

ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G. F. D. da. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto , n. 2, p. 61-69, July 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1992000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 nov. 2016.

ARAÚJO, B. ANVISA envia nota oficial à imprensa afirmando validação de testes substitutivos aos animais. Disponível em: http://www.anda.jor.br/18/10/2013/anvisa-envia-nota-oficial-a-imprensa-afirmando-validacao-de-testes-substitutivos-aos-animais. Acesso em: 12 jul 2014.

ARAMYAN, L., INGENBLEEK, P., BACKUS, G., ROEST, K.TRANTER, R. Evaluating the likelihood of the adoption of an animal welfare assessment system in European agri-food supply chains. International Journal of Quality & Reliability Management, v. 30, n. 1, p. 59-79, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE LEITE. Ranking maiores empresas de laticínios do Brasil - 2012. Disponível em: < http://www.leitebrasil.org.br/download/maiores%20laticinios%202012.pdf>. Acesso em 22 mai 2016.

AYYUB, R. M. An empirical investigation of ethnic food consumption. British Food Journal, v. 117, n. 4, p. 1239-1255, 2015.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Annablume, 2002.

BALLUCH, M. Declaração de Cambridge: animais possuem consciência. Agência de Notícias de Direitos Animais. **ANDA**. 11 fev 2013. Disponível em: < http://www.anda.jor.br/11/02/2013/declaracao-de-cambridge-animais-possuem-consciencia>. Acesso em: 13 mai. 2016.

BARAN, B. E.; ROGELBERG, S. G.; CLAUSE, T. Routinized killing of animals: Going beyond dirty work and prestige to understand the well-being of slaughterhouse workers. **Organization**, v, 23, n. 3, p. 351-369, 2016.

BARBOZA, S. I. S. **Sistema de marketing alimentar**: uma análise da consideração ética do produto de origem animal. João Pessoa: UFPB, 2014. 197 f. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

BARRADAS, H. 2012. Fechamento de criadouro que torturava beagles reacende debate sobre uso de animais para testes. Agência de Notícias de Direitos Animais. **ANDA**. Disponível em: http://www.anda.jor.br/09/12/2012/fechamento-de-criadouro-que-torturava-beagles-reacende-debate-sobre-uso-de-animais-para-testes. Acesso em: 07 de jul. 2007.

BARRETO, T. F., BACELAR, D. F., MATOS, F. J. S., BASTOS, B. E. N. O que eles fazem e o que eles dizem: o Mito das 'Vacas Felizes' da Nestlé e o Dito Desconexo In: III CBEO, 2015, Vitória. III Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - CBEO, 2015.

_____; BASTOS, B. E. N. . Ampliando o círculo de consideração moral nas organizações: uma introdução às éticas senciocêntricas e biocêntricas.. In: Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, 8, 2014, Gramado. **Anais...** Gramado: Anpad, 2014.

_____; BACELAR, D. F., LIMA, M. H. C. C. A., LORETO, M. S. S. "Soltando os cachorros": A invasão do Instituto Royal e o Dark Side das organizações a partir da perspectiva da Ética Animal In: Congressos Brasileiro de Estudos Organizacionais, 2, 2014, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: SBEO, 2014.

_____; Ética ou ideologia empresarial? In: **Comunicação e Ideologia**.1 ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2016.

BARROS, C. J. Amazônia: trabalho escravo + dinâmicas correlatas. São Paulo: Repórter Brasil, 2015.

BARTELT, D. Introdução. In: HEINRICH BOLL FOUNDATION. **Atlas da carne**: fatos e números sobre os animais que comemos. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2016.

BEEFPOINT. Brasil será o maior produtor mundial de carne bovina em cinco anos, prevê Abiec. BEEFPOINT. Giro do boi. 18 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/giro-do-boi/brasil-sera-o-maior-produtor-mundial-de-carne-bovina-em-cinco-anos-preve-abiec/> Acesso em: 27 dez 2015.

BELLA, D. A., KING, J. B., KAILIN, D. The dark side of organizations and a method to reveal it. Emergence, 5, 66–82, 2003.

BELLIATO, G. 2012. Ativistas resgatam beagles que seriam explorados por vivisseccionistas. Disponível em: http://www.anda.jor.br/30/04/2012/ativistas-resgatam-beagle-que-seriam-explorados-por-vivisseccionistas. Acesso em: 10 jul 2014.

BENITES, A. EL PAÍS. Escândalo da Petrobrás. Construtoras investigadas despejaram 200 milhões de reais nas eleições 2014. 21 nov 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/20/politica/1416517943_194596.html>. Acesso em 19 mai 2016.

BERTERO, C. O. É possível ensinar ética? **GVexecutivo**. v. 11, n. 1, p. 34-37, jan/jun., 2012.

BEST, S. 2007. Charles Patterson, The Eternal Treblinka: Our Treatment of Animals and the Holocaust. Journal for Critical Animal Studies, v. 5, i. 2, 2007.

BOND, Guilherme Borges et al . Métodos de diagnóstico e pontos críticos de bem-estar de bovinos leiteiros. **Cienc. Rural**, Santa Maria, v. 42, n. 7, p. 1286-1293, jul 2012 .

BORGEN, S. O., SKARSTAD, G. A. Norwegian pig farmers' motivations for improving animal welfare. British Food Journal, v. 109, n. 11, p. 891-905, 2007.

BORGES, E. D. O trabalho no campo. In: AGUIAR, D. TURA, L. (orgs). **Cadeia industrial da carne**: compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos. Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2016. Disponível em: <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-Cadeia-Industrial-da-carne.pdf>. Acesso em: 03 dez 2016.

BOWIE, N. E., DUNFEE, T. W. Confronting Morality in Markets. Journal of Business Ethics v. 38, p. 381–393, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 28 dez. 2015

BRASIL. Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm >. Acesso em: 04 out. 2016.

BRF. Relatório Anual 2015. Disponível em: < http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=52159&conta=28&id=196342> Acesso em 03 dez 2016. 2015.

____. Quem somos. Disponível em: <https://www.brf-global.com/brasil/sobre-brf/quem-somos-nossa-historia>. Acesso em 03 dez 2016a

____. Compromissos de Bem-Estar Animal BRF. Disponível em: <https://www.brf-global.com/brasil/sites/default/files/compromissos_bea_brf.pdf> Acesso em 27 nov 2016b.

BURRELL, G, MORGAN, G. Sociological Paradigms and Organizational Analysis. London, UK: Heinemann, 1979.

CAMPOS, A. Relações de trabalho e a saúde do trabalhador. In: AGUIAR, D. TURA, L. (orgs). **Cadeia industrial da carne**: compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos. Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2016. Disponível em: <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-Cadeia-Industrial-da-carne.pdf>. Acesso em: 03 dez 2016.

CARNEOSSO, Direção: Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros. **Realização**: Repórter Brasil, São Paulo/SP: Maurício Hashizume, 65 min., 2011, . Disponível em: < http://globosatplay.globo.com/globonews/v/2557412/> Acesso em 29 dez. 2015.

CARRANCO, M. F. O. Estrategia ética sustentable: un paso más allá del "utópico" triple bottom line. In: **ENANPAD**. 35, Rio de Janeiro, 2011. Anais… Rio de Janeiro: Anpad, 2011.

CARVALHO, G. Introdução. In: NACONECY, C. **Ética & Vegetarianismo**. São Paulo: Sociedade Vegetariana Brasileira: 2015. Disponível em: <http://www.svb.org.br/livros/etica_e_vegetarianismo.pdf>. Acesso em 28 mai 2016.

CARVALHO, M.C.M. O estatuto moral dos animais em questão: a posição de Peter Carruthers. **ethic@** - Florianópolis, v. 6, n. 4 p. 57-68, Ago, 2007.

CESANA, N. 2012. Após resgate de beagles, ativistas do mundo inteiro se reunirão no dia 8 de maio contra criadouro. Disponível em: http://www.anda.jor.br/04/05/2012/ativistas-do-mundo-inteiro-participarao-de-protesto-contra-criadouro-green-hill-e-a-vivisseccao. Acesso em: 10 jul 2014.

CESANA, N. 2013. Multinacional desiste de recorrer contra resgate de cães de Green Hill. Disponível em: http://www.anda.jor.br/21/02/2013/multinacional-desiste-de-recorrer-contra-resgate-de-caes-de-green-hill. Acesso em 07 jul 2014.

CERVI, E. U. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições 2008 nas capitais de Estado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília – DF, no 4, p. 135-167, 2010.

CHANLAT, J.F. A caminho de uma nova ética das relações nas organizações. *RAE*. São Paulo, v. 32, n. 3, p. 68-73, jul./ago., 1992

CHAVES, F. 2011. Arezzo encerra coleção Pelemania. Disponível em: http://vista-se.com.br/arezzo-encerra-colecao-pelemania. Acesso em: 10 jul 2014.

_____, F. 2012. Em momento histórico, mais de mil italianos invadem criadouro e salvam beagles de testes. Disponível em: http://vista-se.com.br/em-momento-historico-mais-de-mil-italianos-invadem-criadouro-e-salvam-beagles-de-testes. Acesso em: 10 jul. 2014.

_____, F. 2013. Folha de São Paulo publica trecho da resposta de Fábio Chaves (VISTA-SE) à Silvia Ortiz e João Antonio Henriques, representantes do Instituto Royal. Disponível em: http://vista-se.com.br/folha-de-s-paulo-publica-trecho-da-resposta-de-fabio-chaves-vista-se-a-silvia-ortiz-e-joao-antonio-henriques-representantes-do-instituto-royal. Acesso em: 10 jul 2014.

_____, F. 2014. Mato Grosso do Sul proíbe testes em animais para produtos cosméticos. Disponível em: http://vista-se.com.br/mato-grosso-do-sul-proibe-testes-em-animais-para-produtos-cosmeticos. Acesso em: 12 jul 2014.

CHIEW, F. Posthuman ethics with cary wolfe and karen barad: animal compassion as trans-species entanglement. Theory, Culture & Society, v. 31, n. 4, p. 51–69, 2014.

CLEGG, S. Bureaucracy, the Holocaust and techniques of power at work. Management Revue, v.20, n. 4, p. 326–347, 2009.

CLULOW, V. Futures dilemmas for marketers: can stakeholder analysis add value?. European Journal of Marketing, v. 39, n. 9/10, p. 978-997, 2005.

CLUTTON-BROCK, J. The unnatural world: behavioural aspects of humans and animals in the process of domestication. In: MANNING, A.; SERPELL, J. Animals and human society: changing perspectives. London and New York: Routledge, 2003.

CNA. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Disponível em: <http://www.cnabrasil.org.br>. Acesso em 06 dez 2016.

COELHO, P. R. P., MCCLURE, J. E., SPRY, J. A. The Social Responsibility of Corporate Management: A Classical Critique. American Journal of Business, v. 18, n. 1, p. 15-24, 2003.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Trabalho escravo 2008. Disponível em: <http://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/14-trabalho-escravo/84-trabalho-escravo-2008?Itemid=23>. Acesso em 29 dez. 2015.

COOPAGEL. Cooperativa dos Profissionais em Atividades Gerais. **Produto nª 3:** Relatório do Diagnóstico dos Matadouros Públicos Municipais para nortear uma estratégia de implantação dos abatedouros regionais. Recife, 13 de outubro de 2014.

CRN-3. Conselho Regional de Nutricionistas SP-MS. Parecer técnico CRN-3 nº11/2015: Vegetarianismo. Disponível em: http://crn3.org.br/Areas/Admin/Content/upload/file-0711201575658.pdf. Acesso em: 11 nov 2016.

CRUZ, J. S. Os animais, o mercado e o direito: argumentos para uma injustiça abolicionista. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 8, n. 13, 2013.

DAVIS, K. Prisoned chickens, poisoned eggs : an inside look at the modern poultry industry. Book Publishing Company: Summertown, Tennessee, 1996.

DEETZ, S. Describing differences in approaches to organizational science: Rethinking Burrell and Morgan and their legacy. Organization Science, 7, 191–207, 1996.

DERRIDA, J. **O animal que logo sou**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **The Beast and the Sovereign**, vol. 1. Chicago and London: The University of Chicago Press. 2009.

DIAS, J. V. G. O Rigor da Morte: a Construção simbólica do "Animal de Açougue" na produção industrial brasileira. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

DIETITIANS OF CANADA. Healthy Eating Guidelines for Vegans. 2014. Disponível em: http://www.dietitians.ca/getattachment/c8c30477-aad8-4283-9164-079855fabb6d/FACTSHEET-Guidlines-for-Vegans.pdf.aspx. Acesso em: 11 nov 2016.

DIJK, T. A. V. **Ideologia**. Uma aproximación multidisciplinaria. 2 ed. Sevilla: Editorial Gedisa, 2006.

_____. **Discurso e poder**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

EAGLETON, T. Ideologia: uma introdução. São Paulo: UNESP/BOITEMPO, 1997.

EBC. **Programa Amazônia brasileira. Saiba como é a separação de vacas e bezerros para produção de leite.** Disponível em: <http://radios.ebc.com.br/amazonia-brasileira/edicao/2014-05/saiba-como-e-feita-separacao-entre-bezerros-e-vacas-para-producao>. Acesso em: 20 jul. 2015.

____. IBGE diz que suínos e frangos têm abate recorde em 2015. 17 mar 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-03/ibge-diz-que-suinos-e-frangos-tem-abate-recorde-em-2015>. Acesso em 05 dez 2016.

EGRI, C.P.; PINFIELD, L. T. As organizações e a bisfera: ecologia e meio ambiente. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W.R. **Handbook de estudos organizacionais**, v. 1, 1998, p. x-xx.

EMBRAPA. **Gado de leite.** 2002. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/LeiteCerrado/reproducao.html>. Acesso em 20 jul. 2015.

_____. CT 42 – Vitelos. Disponível em: <http://www.cnpgl.embrapa.br/totem/conteudo/Outros_assuntos/Circular_Tecnica/CT42_Vitelos.pdf>. Acesso em 20 jul. 2015.

ENRIQUEZ, E. Os desafios éticos nas organizações modernas. São Paulo: **RAE**, v. 37, n. 2, p. 6-17, abr./jun., 1997.

ÉPOCA. **Revista Época.** Instituto que fazia testes em beagles encerra atividades em São Roque. 2013. Disponível em: http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/11/instituto-que-fazia-testes-em-beagles-bencerra-atividadesb-em-sao-roque.html. Acesso em 10 jul 2014.

EXAME. **Revista Exame**. Justiça do Trabalho condena BRF por não pagar troca de roupa. 24 de set. 2012. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/justica-do-trabalho-condena-brf-por-nao-pagar-troca-de-roupa>. Acesso em 21 mai 2016.

_____. **Revista Exame.** Abate de bovinos no Brasil cresce em 2013, tem 2º recorde. 27 de mar. 2014. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/abate-de-bovinos-no-brasil-cresce-em-2013-tem-2o-recorde> Acesso em 18 de jul. 2014.

FARIA, A.; SAUERBRONN, F. F. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 1, p. 7-34, 2008.

FELIPE, S. T. Racionalidade e vulnerabilidade. elementos para a redefinição da sujeição moral. **Veritas**. Porto Alegre v. 52, n. 1, p. 184-195, março 2007.

_____. Éticas biocêntricas: tentativas de superação do antropocentrismo e do sencientismo éticos. **ETHIC@**. Florianópolis, v. 7, n. 3, dez. 2008, p.1-7. http://www.cfh.ufsc.br/ethic@/etespart1.pdf colocar acesso

_____. Antropocentrismo, sencientismo e biocentrismo: perspectivas éticas abolicionistas, bem-estaristas e conservadoras e o estatuto de animais não-humanos. **Revista Páginas de Filosofia**. v. 1, n. 1, p. x-xx, jan-jul, 2009.

_____. **Ética e Direitos Animais**, 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rJYQf9tseRs. Acesso em 08 abr. 2015

_____. **Galactolatria:** mau deleite. implicações éticas, ambientais e nutricionais do consumo de leite bovino. São José, SC: Ed. da autora, 2012.

FERREIRA, R.; CARVALHO, C. 2013. Ativistas que levaram cães usados em testes de laboratórios vão responder por furto. Disponível em: http://oglobo.globo.com/brasil/ativistas-que-levaram-caes-usados-em-testes-de-laboratorio-vao-responder-por-furto-10418490. Acesso em: 09 jul 2014.

FISCHER, T. Alice através do espelho ou Macunaíma em Campus Papagalli? Mapeando Rotas de Ensino dos Estudos Organizacionais no Brasil. **O&S**, v. 10, n. 28, p. 47-62, 2003.

FOER, J. S. **Comer animais**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. Friboi rompe contrato com Roberto Carlos. Mercado. 09 nov 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/11/1545711-friboi-rompe-contrato-com-roberto-carlos.shtml>. Acesso em: 20 mai 2016.

_____. Rodrigo Hilbert causa polêmica após abater filhote de ovelha em programa culinário. Televisão. 14 de março de 2016. Disponível em <http://f5.folha.uol.com.br/televisao/2016/03/10000921-rodrigo-hilbert-causa-polemica-apos-abater-filhote-de-ovelha-em-programa-culinario.shtml>. Acesso em: 21 mar 2016.

FOURNIER, V., GREY, C. At the critical moment: Conditions and prospects for critical management studies. **Human Relations**, v. 53, n. 1, p. 7-32, 2000.

FRANCINE, L; RALL, V. Editorial. Dossiê Ética e Direitos dos Animais. Revista Diversitas/USP, v. 1, n. 5, p. 11-17, 2016.

FRANCIONE, G. **Introdução aos direitos animais**. Campinas: Editora UNICAMP, 2013.

_____. **Abolition of Animal Exploitation: The Journey Will Not Begin While We Are Walking Backwards.** 2011. Disponível em: <http://www.animalequality.net/articles/francione/abolition-of-animal-exploitation>. Acesso em: 21 de Julho de 2015.

_____. Animal Rights Theory and Utilitarianism: Relative Normative. in **Guidance. Between the Species**, 3, 2003.

_____. **The Animal Rights Debate:** Abolition or Regulation. Columbia: Columbia University Press, 2010.

_____. **Eat Like You Care:** An Examination of the Morality of Eating Animals. Exempla Press, 2013.

FRANZ, A.,DEIMEL, I., SPILLER, A. Concerns about animal welfare: a cluster analysis of German pig farmers. British Food Journal, v. 114, n. 10, p. 1445-1462, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, M.E. Existe uma saúde moral nas organizações? **O&S.** Salvador, v.12, n.32, p. x-xx, jan./mar., 2005.

FREWER, L. J., COLES, D., HOUDEBINE, L. M., KLETER, G. A. Attitudes towards genetically modified animals in food production. British Food Journal, v. 116, n. 8, p. 1291-1313, 2014.

FRIBOI. Uma visita especial: Rodrigo Faro vai até a fábrica da Friboi. 08 out 2015. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=lOFCdvqtdz4>. Acesso em: 19 mai 2016.

_____. Campanhas publicitária. Disponível em: <http://friboi.com.br/campanhas/>. Acesso em: 20 mai 2016.

G1. 2013. Após denúncia de maus tratos, grupo invade laboratório e leva cães beagle. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2013/10/ativistas-invadem-e-levam-caes-de-laboratorio-suspeito-de-maus-tratos.html>. Acesso em: 09 jul 2014.

__. 2014. Roberto Carlos 'sequer cortou o bife' em anúncio, diz Fernando Meirelles. 28 fev 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/midia-e-

marketing/noticia/2014/02/roberto-carlos-sequer-cortou-o-bife-em-anuncio-diz-fernando-meirelles.html>. Acesso em: 19 mai 2016.

__. 2014a. Roberto Carlos processa JBS após quebra de contrato milionário. 10 nov 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2014/11/roberto-carlos-processa-jbs-apos-quebra-de-contrato-milionario.html>. Acesso em 20 mai 2016.

__. 2014b. Justiça condena BRF pagar R$ 1 mi em indenização por trabalho escravo. 27 ago 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2014/08/justica-condena-brf-pagar-r-1-mi-em-indenizacao-por-trabalho-escravo.html>. Acesso em 21 mai 2016.

___. 2016a. STF decide que tradicional pratica de vaquejada é inconstitucional. 06 out 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/10/stf-decide-que-pratica-da-vaquejada-contraria-constituicao.html>. Acesso em 15 out 2016.

___. 2016b. Sadia investe R$ 50 milhões em linha com Jamie Oliver. 20 out 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/10/sadia-investe-r-50-milhoes-em-linha-com-jamie-oliver.html>. Acesso em 05 dez 2016.

GRAAF, G. Tractable Morality. Journal of Business Ethics, v. 60, p. 1–15, 2005.

GRANDES NOMES DA PROPAGANDA. O marketing da Friboi. 11 mai 2015. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=7rfveJW9xDI>. Acesso em 20 mai 2016.

GRANDIN, T. Recommended Animal Handling Guidelines & Audit Guide: A Systematic Approach to Animal Welfare. Disponível em: <http://animalhandling.org/ht/a/GetDocumentAction/i/93003>. Acesso em 18 nov 2016.

HALL, J. She's not worth it! L'Oreal cuts ties with Belgian World Cup fan whose good looks swept the Internet after controversy over her hunting trip photographs. Disponível em: http://www.dailymail.co.uk/news/article-2688796/Shes-not-worth-LOreal-cuts-ties-Belgian-World-Cup-fan-good-looks-swept-Internet-controversy-hunting-trip-photographs.html. Acesso em 12 jul 2014.

HANNAH, D. R., ROBERTSON, K. Human-animal work: a massive, understudied domain of human activity. Journal of Management Inquiry, v. 27, jun, 2016.

HARRISON, R. Animal machines: the new factory farming industry. London: Stuart, 1964.

HEINRICH BOLL FOUNDATION. **Atlas da carne**: fatos e números sobre os animais que comemos. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2016.

HOLMBERG, T., IDELAND, M. Secrets and lies: "selective openness" in the apparatus of animal experimentation. Public Understanding Science. v. 21, n. 3, p. 354–368, 2010.

HUBBARD, C., BOURLAKIS, M. GARROD, G. Animal welfare: the attitudes and behaviour of European pig farmers. British Food Journal, v. 109, n.11, p. 931-944, 2007

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores IBGE. Estatística da Produção Pecuária. Dezembro de 2015. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/abate-leite-couro-ovos_201503_publ_completa.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2015.

IEPEC. JBS é condenada pela Justiça a pagar R$ 7 mi por dispensas em MT, diz MPT. 30 abr 2016. Disponível em: <http://iepec.com/jbs-e-condenada-pela-justica-pagar-r-7-mi-por-dispensas-em-mt-diz-mpt/>. Acesso em: 21 mai 2016.

INGOLD, T. From trust to domination: an alternative history of human-animal relations. In: MANNING, A.; SERPELL, J. Animals and human society: changing perspectives. London and New York: Routledge, 2003.

INSTITUTO AKATU. **Pesquisa AKATU 2012**: rumo à sociedade do bem-estar. São Paulo: Instituto Akatu, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA. (INMETRO). 2014. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/monitoramento_BPL/bpl/docs/BPL0022.pdf>. Acesso em: 09 jul 2014.

INSTITUTO NIELSEN. **O consumidor com preocupações sociais ao redor do mundo**. Relatório da Nielsen Company. 2012. Disponível em: < http://www.nielsen.com/content/dam/corporate/Brasil/reports/2012/estudo-global-sobre-responsabilidade-social-mar2012.pdf>. Acesso em: 21 mai 2016.

ITAMBÉ. Itambé Alimentos. Canal oficial do youtbe. Itambé - Leite é tudo. 10 ago 2015. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=f8QbHEg5Y4E>. Acesso em 22 mai 2016.

_____. Itambé Alimentos. Canal oficial do youtbe. Ode à Vaca - Itambé Nolac. 28 mar 2016. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=JiUWNrIvZrM>. Acesso em 22 mai 2016.

_____. Portal Itambé. Governança Corporativa. Estrutura Societária. Disponível em: < https://www.itambe.com.br/portal/governancacorporativa/estruturasocietaria>. Acesso em 22 mai 2016a.

ITO, M. Seeing animals, speaking of nature visual culture and the question of the animal. Theory, Culture & Society, v. 25, n. 4, p. 119-137, 2008.

JAMIE'S FOOD REVOLUTION. Disponível em: < http://www.jamiesfoodrevolution.org>. Acesso em: 05 dez 2016.

JBS. Bem-estar animal JBS. 22 out 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4ce3p55aphY>. Acesso em: 20 mai 2016.

___. Perfil Corporativo. JBS. Informação Corporativa. 04 de dezembro de 2015. Disponível em: < http://jbss.infoinvest.com.br/static/ptb/perfil-corporativo.asp?idioma=ptb> Acesso em: 27 dez. 2015.

___. Relações com Investidores. Informação Corporstiva. Unidades de Negócios. Disponível em: <http://jbss.infoinvest.com.br/static/ptb/unidades-de-negocios.asp?idioma=ptb>. Acesso em: 19 mai 2016.

JOY, M. **Our Voices, Our Movement: How Vegans Can Move Beyond the "Welfare-Abolition Debate".** 1 oct 2012. Disponível em: <http://www.onegreenplanet.org/animalsandnature/our-voices-our-movement-how-vegans-can-move-beyond-the-welfare-abolition-debate/>. Acesso em: 31 out 2016.

____, M. Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas. Uma introdução ao carnismo. São Paulo: Cultrix, 2014.

JUNIOR, G. 2011. Uso de pele pode virar crime. Disponível em: http://greenstyle.com.br/2011/uso-de-pele-pode-virar-crime. Acesso em: 07 jul 2014.

JUSBRASIL. 2012. Frigorífico JBS é condenada em R$ 1 milhão por descumprir CLT. 13 nov 2012. Disponível em: <http://mpt.jusbrasil.com.br/noticias/100182516/frigorifico-jbs-e-condenado-em-r-1-milhao-por-descumprir-clt>. Acesso em 21 mai 2016.

_____. 2013. MPT cobra multa de R$ 2 mi do JBS Friboi por irregularidades trabalhistas. 09 mar 2013. Disponível em: <http://folha-online.jusbrasil.com.br/noticias/100384806/mpt-cobra-multa-de-r-2-mi-do-jbs-friboi-por-irregularidades-trabalhistas>. Acesso em: 21 mai 2016.

_____. 2013a. JBS é condenado em R$ 1 mi por morte de trabalhadores. 03 set 2013. Disponível em: <http://mpt.jusbrasil.com.br/noticias/100671188/jbs-e-condenado-em-r-1-mi-por-morte-de-trabalhadores>. Acesso em: 21 mai 2016.

_____. 2013b. Justiça mantém condenação de R$ 13 milhões contra BRF Brasil Foods. 26 mar 2013. Disponível em: <http://mpt.jusbrasil.com.br/noticias/100420760/justica-mantem-condenacao-de-r-13-milhoes-contra-brf-brasil-foods>. Acesso em: 21 mai 2016.

_____. 2014. JBS é condenada por servir carne com larvas para empregados. 07 ago 2014. Disponível em: <http://akina.jusbrasil.com.br/noticias/131586696/jbs-e-condenada-por-servir-carne-com-larvas-para-empregados>. Acesso em: 21 mai 2016.

_____. 2014a. Acionada pelo MPT no Acre a líder mundial JBS é condenada a pagar R$ 2,5 milhões. 14 abr 2014. Disponível em: <http://mpt-prt14.jusbrasil.com.br/noticias/116303029/acionada-pelo-mpt-no-acre-a-lider-mundial-jbs-e-condenada-a-pagar-r-2-5-milhoes>. Acesso em: 21 mai 2016.

JUSTIÇA DO TRABALHO. **Justiça do Trabalho publica listas com os dez maiores litigantes no país.** 12 mai 2015. Disponível em: <http://portal.trt23.jus.br/ecmdemo/public/trt23/detail?content-id=/repository/collaboration/sites%20content/live/trt23/web%20contents/Noticias/justica-do-trabalho-publica-listas-com-os-dez-maiores-litigantes-no-pais>. Acesso em 22 mai 2016.

KIRJNER, D. A. P. Entre gênero e espécie: à margem teórica das ciências sociais e do feminismo. Brasília: UnB, 2016. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

KREITLON, M.P. A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. In: Encontro Nacional de Pós Graduação em Administração, 28, Curitiba, 2004. **Anais…** Curitiba: Anpad, 2004.

LABATUT, J., MUNRO, I., DESMOND, J., TEN BOS, R. “Animals and Organizations,” Call for Papers for a special issue, published in **Organization**, v, 21, n. 3, 2014.

LABATUT, J. MUNRO, I., DESMOND, J. Animals and Organizations. **Organization**, v, 23, n. 3, p. 315-329, 2016.

LEITE BRASIL. 19º ranking das maiores empresas de laticínios do brasil – 2015. Disponível em: < http://www.leitebrasil.org.br/maiores%20laticinios%202015%20final.pdf>. Acesso em 21 de agosto de 2016.

LENNERFORS, T. T., SKÖLD, D. ‘The Animal’, in **34th Standing Conference on Organizational Symbolism**, Uppsala University, Uppsala, 11–14 July. 2015.

LESSA, P., CAMARGO, M. Uma teoria feminista-vegana: a política sexual da carne. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 361-391, janeiro-abril, 2014.

LIMA, M. H. C. C. A. **Animais de estimação e civilidade**: a sensibilidade de empatia interespécie nas relações com cães e gatos. Recife: UFPE, 2013. 363 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

LINDENMEIER, J., TSCHEULIN, D. K., DREVS, F. The effects of unethical conduct of pharmaceutical companies on consumer behavior. International Journal of Pharmaceutical and Healthcare Marketing, v. 6, n. 2, p. 108-123, 2012.

LINHARES, T. Do Ludismo ao Radicalismo: micro-poderes e novas estratégias de resistência à sociedade de consumo in: **Intercom Sudeste**. Rio de Janeiro, 2009.

LINSTEAD, S. A.; MARÉCHAL, G.; GRIFFIN, R. W. Special Issue on “The Dark Side of Organization”. **Organization Studies**, Call for Papers, v.31, p. 997-999, 2010.

LINSTEAD, S. A.; MARÉCHAL, G.; GRIFFIN, R. W. Theorizing and Researching the Dark Side of Organization. **Organization Studies**, v. 35, n. 3 , p. 165-188, 2014.

LIRA, L. C. de. “’Eles matam porque você come!’: simbolismo e moral alimentar entre vegetarianos e vegans”. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 12, n. 36, p. 769-788, Dez de 2013.

LOW. P. **The Cambridge Declaration on Consciousness**. Disponível em: <http://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>. Acesso em 13 mai 2016.

LUDTKE, C. B, et al. Abate humanitário de bovinos. São Paulo: World Animal Protection, 2015. Disponível em: <http://portaleducativobienestaranimal.org/sites/default/files/livro_abate_wspa_bovinos.pdf.> Acesso em 31 out 2016.

LUNGARZO, C. A. 2013. Instituto Royal: o que é e como funciona? Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/11/instituto-royal-funciona.html>. Acesso em 10 jul 2014.

MACHADO, A. L. A carne que comemos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 02, outubro 2011. Vida Urbana, C6 e C7. 2011[a]

_____, A. L. A carne que comemos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 03, outubro 2011. Vida Urbana, A7. 2011b

MANNING, A.; SERPELL, J. Animals and human society: changing perspectives. London and New York: Routledge, 2003.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Bem-estar animal: conceitos. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/animal/bem-estar-animal/conceitos-e-metodos>. Acesso em 31 out 2016

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 3, de 17 de janeiro de 2000. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/concursos/em_andamento/instrucoes%20normativas/INT%20003%2017%2001%202000%20ABATE%20HUMANIT%25C1RIO%20ANIMAIS%20DE%20ACOUGUE.doc.>. Acesso em 31 out 2016.

MCWILLIAMS, A., SIEGEL, D. S. Creating and Capturing Value: Strategic Corporate Social Responsibility, Resource-Based Theory, and Sustainable Competitive Advantage. Journal of Management. v. 37, n. 5, p. 1480-1495, sep., 2011.

MEDEIROS, C. R. O. Crimes corporativos e estudos organizacionais: uma aproximação possível e necessária. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 2, p. 202-208, 2015.

_____, C. R. O. **Inimigos Públicos:** Crimes Corporativos e Necrocorporações. São Paulo: FGV, 2013. 314 f. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.

MEIO E MENSAGEM. Friboi traz Roberto Carlos em nova campanha. 21 fev 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NMjZ8WToYPU>. Acesso em: 20 mai 2016.

MEIRA, F. B. A ética empresarial em movimento: as (de) limitações do campo. **Gestão & Planejamento** (Salvador), v. 11, p. 119-138, 2010.

MELO, I. Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos critica exibição de sacrifício de borrego na TV: Apresentador de programa no GNT foi alvo de polêmica após matar animal diante das câmeras. ZERO HORA. Vida e Estilo. 15 de março de 2016. Disponível em: < http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2016/03/presidente-da-associacao-brasileira-de-frigorificos-critica-exibicao-de-sacrificio-de-borrego-na-tv-5112047.html>. Acesso em: 21 mar 2016.

MERCY FOR ANIMALS. O guia vegetariano para começar. Disponível em: < http://www.mercyforanimals.org/files/GVPC.pdf>. Acesso em: 5 jun 2016.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

_____. **Qualitative Research in Practice**. Examples for Discussion and Analysis. Jossey-Bass, a Wiley Company. San Francisco, CA, 2002.

MILKPOINT. Levantamento Top 100 2015 – Os 100 maiores produtores de leite do Brasil. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br/top100/2015/EBOOK-TOP100.pdf.> Acesso em: 19 jul 2015.

_____. **Top 100 MilkPoint 2015:** 100 Maiores produtores de leite do Brasil crescem 9,4% em 2014. Disponível em:< http://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/top-100-milkpoint-2015-100-maiores-produtores-de-leite-do-brasil-crescem-94-em-2014-93643n.aspx>. Acesso em: 22 de julho de 2015. (2015a)

MINEIRO, A. O Brasil e a cadeia transnacional do processamento da carne. In: AGUIAR, D. TURA, L. (orgs). **Cadeia industrial da carne**: compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos. Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2016. Disponível em: <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-Cadeia-Industrial-da-carne.pdf>. Acesso em: 03 dez 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. MPT-PR processa JBS em R$ 73 milhões. 04 set 2015. Disponível em: <http://www.prt9.mpt.gov.br/informe-se/noticias-do-mpt-pr/50-noticias-ptm-londrina/763-mpt-pr-processa-jbs-em-r-73-milhoes>. Acesso em 22 mai 2016.

MISOCZKY, M. C.; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Uma crítica a crítica domesticada nos estudos organizacionais. **RAC**. v. 9, n. 1, Jan./Mar. 2005.

MOENDO GENTE. Moendo gente: as más condições de trabalho nas maiores indústrias brasileiras de carne. Disponível em: <http://moendogente.org.br/#lat=-23.378341326108416&lng=-49.881663489746245&zoom=5>. Acesso em: 21 mai 2016.

MOREIRA, C. A. A. Considerações sobre a ética nas empresas brasileira. In: **ENANPAD**. 24, Florianópolis, 2000. Anais... Florianópolis: Anpad, 2000.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MOURA, G. L. **Ressignificações Linguístico-pragmáticas na Literatura de Formação Profissional sobre Teoria Organizacional**: Indexando Fragilidades. Recife: UFPE, 2009. 229 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

NACONECY, C. M. **Ética & animais**: uma guia de argumentação filosófica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

_____, C. M. **Sobre uma Ética da Vida:** o Biocentrismo Moral e a Noção de Bio-Respeito em Ética Ambiental. Porto Alegre: PUCRS, 2007. 142 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____, C. M. Bem-estar animal ou libertação animal? Uma análise crítica da argumentação antibem-estarista de Gary Francione. **Revista Brasileira de Direito Animal**. v. 4, n. 5, 2009. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10633/7678>. Acesso em 31 out 2016.

_____, C. **Ética & Vegetarianismo**. São Paulo: Sociedade Vegetariana Brasileira: 2015. Disponível em: <http://www.svb.org.br/livros/etica_e_vegetarianismo.pdf>. Acesso em 28 mai 2016.

NESTLÉ. Nestlé assina acordo mundial para assegurar o bem-estar de animais em fazendas. Agosto de 2014. Disponível em <http://corporativo.nestle.com.br/media/pressreleases/nestlé-assina-acordo-mundial-para-assegurar-o-bem-estar-de-animais-em-fazendas>. Acesso em: 27 nov 2016.

_____. **A Nestlé**. Disponível em <https://www.nestle.com.br/site/anestle.aspx> Acesso em 20 de julho de 2015.

_____. **Marcas**. Disponível em <https://www.nestle.com.br/site/marcas.aspx.> Acesso em: 18 jul 2015. (2015a)

_____. **Fornecedores e parceiros.** Disponível em <https://www.nestle.com.br/site/anestle/acoes_relacionamento/fornecedores_parceiros.aspx>. Acessi em: 23 de jul 2015. (2015b)

_____. Manual de Fornecimento de Leite para a Nestlé. Disponível em:<https://www.produtornestle.com.br/Libraries/Documentos_Genéricos/Manual_de_Fornecimento_de_Leite_para_a_Nestle_140115.sflb.ashx>. Acesso em: 27 nov 2016.

O GLOBO. Justiça condena BRF pagar 1o milhões por ritmo de trabalho inadequado. 02 out 2014. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/economia/justica-condena-brf-pagar-10-milhoes-por-ritmo-de-trabalho-inadequado-14119174.html>. Acesso em 21 maio 2016.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Uma aliança global contra o trabalho forçado, Relatório global dos seguimentos da declaração da OIT sobre princípios e direitos fundamentais do trabalho. 2005. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/relatorio_global2005.pdf>. Acesso em 29 dez. 2015.

OLIVEIRA, G.D. A teoria dos direitos animais humanos e não-humanos, de Tom Regan. **ethic@**, Florianópolis, v.3, n.3, p. 283-299, Dez, 2004.

ORGANIZATION. v. 23, n. 3, Mai, 2016. Disponível em: http://org.sagepub.com/content/23/3.toc. Acesso em 17 set 2016.

PASOLINI, L. 2013. Instituto Royal: sociedade em transição. Disponível em: http://www.otempo.com.br/opinião/lobo-pasolini/instituto-royal-sociedade-em-transição-1.743117. Acesso em 10 jul 2014.

_____, L. Ativistas pelos animais respondem a comentário especista de rabino canadense. ANDA: Agência de Notícias de Direitos Animais. Holocausto Animal. 02 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.anda.jor.br/02/02/2012/ativistas-pelos-animais-respondem-a-comentario-especista-de-rabino-canadense>. Acesso em: 25 dez. 2015.

PATTERSON, C. Eternal Treblinka. Our Treatment of Animals and the Holocaust. New York: Lantern Books, 2002.

PECI, A., ALCADIPANI, R. Demarcação científica: uma reflexão crítica. **O&S**. v.13, n.36, p. X-xx, Jan/Mar, 2006.

PERROW, C. A society of organizations.**Theory and Society**, v. 20, n. 6, pp. 725-762, 1991.

PIRES, M. T. "Não é mais possível dizer que não sabíamos", diz Philip Low. 16 de julho de 2012. **Revista Veja.com.** Disponível em: <http://veja.abril.com.br/ciencia/nao-e-mais-possivel-dizer-que-nao-sabiamos-diz-philip-low/>. Acesso em: 13 mai. 2016.

POLETTO, R. Certificação de bem-estar animal nas cadeias produtivas. In: III Congresso brasileiro de bioética e bem-estar animal. Curitiba, 2014. Disponível em: <http://portal.cfmv.gov.br/portal/uploads/anaisIII.pdf>. Acesso em: 18 nov 2016.

POLLAN, M. **O Dilema do Onívoro**: Onívoro Uma história natural de quatro refeições. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2007

PRAZERES, L. Sete dos dez maiores doadores de campanha são suspeitos de corrupção. **UOL**. Eleições 2014. 28 de julho de 2014. Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/07/28/sete-dos-dez-maiores-doadores-de-campanha-sao-suspeitos-de-corrupcao.htm>. Acesso em: 27 dez. 2015.

_____. Doações da JBS a políticos equivalem a 18,5% de empréstimos com BNDES. **UOL**. *Eleições 2014. 28 de janeiro de 2015. Disponível em:* <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/01/28/doacoes-da-jbs-a-politicos-equivalem-a-185-de-emprestimos-com-bndes.htm>. Acesso em: 27 dez. 2015.

PRODUTOR NESTLÉ. Programas Nestlé: Boas Práticas na Fazenda (BPF). Disponível em: <https://www.produtornestle.com.br/programas-Nestle/boas-praticas-na-fazenda-bpf.aspx.> Acesso em 19 jul. 2015.

REGAN, T. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Porto Alegre: Lugano, 2006.

_____, T. **Empty Cages: Facing the Challenge of Animal Rights.** MARYLAND: Rowman and Littlefield, 2004.

_____, T. **Defending Animal Rights.** ILLINOIS: University of Illinois Press, 2001.

_____, T. A causa dos direitos animais. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 8, n. 12, 2013.

REIS, R. R. dos; C. F. B. de. Proteção nacional e internacional dos direitos dos animais: A efetividade das normas de reconhecimento dos direitos dos animais no caso do Instituto Royal. **Revista Jurídica**, Anápolis, Ano XIII, v. 2, n. 21, p. 168-181, 2013, jul/dez, 2013.

REPÓRTER BRASIL. Moendo gente: a situação do trabalho nos frigoríficos. Programa: Escravo! Nem pensar. São Paulo: Repórter Brasil, 2013.

_____. BRF é condenada a pagar mais de R$ 4 mi por ilegalidades a jornada de trabalho. 20 out 2014a. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/10/brf-e-condenada-a-pagar-mais-de-r-4-mi-por-ilegalidades-na-jornada-de-trabalho/>. Acesso em 21 mai 2016.

_____. JBS é condenada por servir carne com larvas para empregados. 07 ago 2014b. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/08/jbs-e-condenada-por-servir-

carne-com-larvas-para-empregados/?gclid=COWBi_6568wCFRKAkQod6h0LLw>. Acesso em: 21 mai 2016.

_____. Trabalho escravo contemporâneo: 20 anos de combate 1995-2015. São Paulo: Repórter Brasil, 2015.

_____. A Repórter Brasil. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/quem-somos/>. Acesso em 04 dez 2016.

REUNEJT. 2015. Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho. Disponível em: <http://www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=83308e01-d86a-4c8e-9a81-8f55b86cab21&groupId=955023>. Acesso em 22 mai 2016.

RIFIKIN, J. Beyond Beef: The Rise and Fall of the Cattle Culture. Plume: 1993.

ROBBINS, J. Prefácio. In: JOY, M. Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas. Uma introdução ao carnismo. São Paulo: Cultrix, 2014.

RODRIGUES, M. H. Salvaguardas ambientais e condicionantes do BNDES. In: AGUIAR, D. TURA, L. (orgs). **Cadeia industrial da carne**: compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos. Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2016. Disponível em: <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-Cadeia-Industrial-da-carne.pdf>. Acesso em: 03 dez 2016.

SALT, H. Benestaristas e abolicionistas. **Revista Brasileira de Direito Animal**. v. 6, jan-jun, 2010.

SCHLESINGER, S. A cadeia produtiva de carnes no Brasil. In: AGUIAR, D. TURA, L. (orgs). **Cadeia industrial da carne**: compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos. Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2016. Disponível em: <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-Cadeia-Industrial-da-carne.pdf>. Acesso em: 03 dez 2016.

SCHMIDT, C. J. A cadeia industrial da carne: segurança e soberania alimentar e agroecologia. In: AGUIAR, D. TURA, L. (orgs). **Cadeia industrial da carne**: compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos. Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2016. Disponível em: <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-Cadeia-Industrial-da-carne.pdf>. Acesso em: 03 dez 2016.

SCHWEITZER, A. The ethics of reverence for lyfe. **Christendom**. v. 1, p. 225-239, 1936.

SCOS. SCOS 2016 - The Animal. Call for papers. Disponível em: < https://scos2016.wordpress.com/>. Acesso em 29 dez. 2015.

SCOS. SCOS 2017 – Carne – Flesh and organization. Call for papers. Disponível em: < http://www.puntoorg.net/images/locandine_incontri/3._Flesh_CFP_final_version.pdf>. Acesso em 30 out. 2016.

SEARA. Bem-estar animal. 30 jun 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uJISgJNkTCc&feature=youtu.be> Acesso em 27 nov 2016. 2016a

SERPELL, J.; PAUL, E. Pets and the development of positive attitudes to animals. In: MANNING, A.; SERPELL, J. Animals and human society: changing perspectives. London and New York: Routledge, 2003.

SHANI, A., PIZAM, A. The role of animal-based attractions in ecological sustainability. Worldwide Hospitality and Tourism Themes, v. 2, n. 3, p. 281-298, 2010.

SHARMA, S. O complexo industrial global da carne: tempo de agir. In: AGUIAR, D. TURA, L. (orgs). **Cadeia industrial da carne**: compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos. Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2016. Disponível em: <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-Cadeia-Industrial-da-carne.pdf>. Acesso em: 03 dez 2016.

SINGER, P. **Libertação animal**. Porto: Via óptima, 2008.

SIQUEIRA, V. 2013. Imprensa internacional repercute ação de resgate dos animais no Instituto Royal. Disponível em: http://www.anda.jor.br/19/10/2013/imprensa-internacional-repercute-acao-resgate-animais-instituto-royal. Acesso em: 09 jul 2014.

SIQUEIRA, C.; ARAÚJO, N. 2013. Câmara cria comissão externa para investigar Instituto Royal. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/455232-CAMARA-CRIA-COMISSAO-EXTERNA-PARA-INVESTIGAR-INSTITUTO-ROYAL.html. Acesso em: 10 jul 2014.

SOUZA, F. 2013. 52% dos institutos que usam bichos podem ser descredenciados. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/11/1366427-52-dos-institutos-que-usam-bichos-podem-ser-descredenciados.shtml. Acesso em 10 jul 2014.

SPITZECK, H., HANSEN, E. G. Stakeholder governance: how stakeholders influence corporate decision making. Corporate Governance: The international journal of business in society, v. 10, n. 4, p. 378-391, 2010.

SROUR, R. H. Ética empresarial sem moralismo. **Revista de Administração**, São Paulo: v. 29, n. 3, p. 3-22, jul/set., 1994.

STARIK, M. Should trees have managerial standing? toward stakeholder status for non-humam nature. **Journal of Business Ethics**, v. 14, p. 207-217, 1995.

SZTYBEL, D. Animal Rights Law Fundamentalism versus Pragmatism. **Journal for Critical Animal Studies**, v. 5, n. 1, p.1-35, 2007.

TAVARES, C. R. B. Operações de engorda de animais através de confinamento: uma análise. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 11, jul-dez, 2012.

TERENZI, G., URIBE, G., AZEVEDO, R. Custo de R$ 5 bilhões faz eleições deste ano baterem recorde histórico. *FOLHA DE SÃO PAULO*. Poder. 30 de novembro de 2014.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1555475-custo-de-r-5-bilhoes-faz-eleicoes-deste-ano-baterem-recorde-historico.shtml> Acesso em: 27 dez. 2015.

THOMAS, K. O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna*. Petropólis: Vozes, 1995.

TIEMAN, M., HASSAN, F. H. Convergence of food systems: Kosher, Christian and Halal. British Food Journal, v. 117, n. 9, p. 2313-2327, 2015

TOMATEBG RBG. Ratinho vende fazendas de gado depois de ver "aparte de bezerros", assista depoimento! 02 jul 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7jOS9UcNEHg>. Acesso em: 01 dez 2016.

TOMAZELA, J. M. 2013. Caso dos beagles: Royal anuncia fim de pesquisa no interior de SP. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/geral,caso-dos-beagles-royal-anuncia-fim-de-pesquisa-no-interior-de-sp,1093921. Acesso em: 10 jul 2014.

TRONCOSO, J. 2013. China caminha para abolição de testes em cosméticos após inesperada decisão. Disponível em: http://www.anda.jor.br/21/11/2013/china-caminha-abolicao-testes-cosmeticos-apos-inesperada-decisao. Acesso em: 09 jul 2014.

TRYGGESTAD, K., JUSTESEN, L., MOURITSEN, J. Project temporalities: how frogs can become stakeholders. International Journal of Managing Projects in Business. v. 6, n. 1, p. 69-87, 2013.

TRUFFI, R. 2014. Documentos apontam condição insalubre e contaminação de beagles do Royal. Disponível em: http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2014-01-15/documentos-apontam-condicao-insalubre-e-contaminacao-de-beagles-do-royal.html. Acesso em: 10 jul 2014.

UNMUBIG, B. Prefácio In: HEINRICH BOLL FOUNDATION. **Atlas da carne**: fatos e números sobre os animais que comemos. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2016.

UOL. Suspeitas entre gigantes da economia envolvem desvio de verbas e propinas. UOL. Eleições 2014. 28 de julho de 2014. Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/07/28/gigantes-da-economia-brasileira-sao-suspeitas-de-corrupcao.htm>. Acesso em: 27 de dez. 2015.

VALOR ECONÔMICO. Empreiteiras investigadas pela PF doaram para 255 deputados eleitos. 19 nov 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/3784398/empreiteiras-investigadas-pela-pf-doaram-para-255-deputados-eleitos>. Acesso em 20 mai 2016.

VARALLO, M. 2011. Após protestos de internautas, loja Capitollium retira fotos de animais caçados. Disponível em: http://www.anda.jor.br/10/05/2011/apos-protestos-de-internautas-loja-capitollium-retira-fotos-de-animais-cacados. Acesso em: 07 jul 2014.

VAUGHAN, D. The dark side of organizations: Mistake, misconduct, and disaster. *Annual Review of Sociology*, v. 25, p. 271–305, 1999.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. 32 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VEJA. **Revista Veja**. Economia. Cade aprova compra de 50% da Itambé pela Vigor Alimentos. 27 mai 2013. Disponível em: < http://veja.abril.com.br/noticia/economia/cade-aprova-compra-de-50-da-itambe-pela-vigor-alimentos>. Acesso em 22 mai 2016.

VIEIRA, M. M. F.; CALDAS, M. P. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **RAE**, v.46, n.1, p.59-70, 2006.

VISTA-SE. O maior portal vegetariano do Brasil. Notícias. Disponível em: <http://vista-se.com.br/redesocial/category/noticias >. Acesso em: 06 ago. 2013.

_____. Alf – ataque incendiário ao biotério central da universidade federal de santa Catarina (UFSC). 22 de set. 2011. Disponível em:< http://vista-se.com.br/alf-ataque-incendiario-ao-bioterio-central-da-universidade-federal-de-santa-catarina-ufsc/> Acesso em: 17 de jul. 2014.

VIVÊNCIA. Chamada de artigos para DOSSIÊ TEMÁTICO "DIREITOS ANIMAIS, ATIVISMOS e POLÍTICA" na Revista Vivência (UFRN). 23 de março de 2016. Disponível em: < http://antropologiadaciencia.blogspot.com.br/2016/03/chamada-de-artigos-para-dossie-tematico.html> Acesso em: 07 de mai. 2016.

WAIANDT, C., FISHER, T. O ensino dos estudos organizacionais nas instituições brasileiras: um estudo exploratório nos cursos de pós-graduação stricto sensu de administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 14, n. 4, p. 785-836, out-dez, 2013.

WARRICK, J. **The Wasinghton Post**. They die piece by piece. 10 abr 2001. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2001/04/10/they-die-piece-by-piece/f172dd3c-0383-49f8-b6d8-347e04b68da1/>. Acesso em: 06 jun 2016.

WAP. World Animal Protection. Nestlé anuncia compromisso com bem-estar animal. 20 ago 2014. Disponível em: <https://www.worldanimalprotection.org.br/not%C3%ADcia/nestle-anuncia-compromisso-com-bem-estar-animal> Acesso em 27 nov 2016.

____. World Animal Protection. **Abate humanitário:** reduzimos o sofrimento dos animais. Disponível em: <https://www.worldanimalprotection.org.br/nosso-trabalho/animais-de-producao/abate-humanitario-reduzimos-o-sofrimento-dos-animais.> Acesso em: 31 out 2016.

WELS, H. "Animals like us": revisiting organizational ethnography and research. Journal of Organizational Ethnography, v. 4, n. 3, p. 242-259, 2015.

WOLF, C. Before the law: animals in a biopolitical context. *Law, Culture and the Humanities* v. 6, n. 1, p. 8–23, 2010.

WRENN, C. L. Abolition Then and Now: Tactical Comparisons Between the Human Rights Movement and the Modern Nonhuman Animal Rights Movement in the United States. J Agric Environ Ethics, v. 27, p. 177–200, 2014.

ZERO HORA. 2014. Roberto Carlos vai à Justiça contra a JBS, da Friboi. 09 nov 2014. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/11/roberto-carlos-vai-a-justica-contra-a-jbs-da-friboi-4639294.html>. Acesso em 20 mai 2016.

ZSOLNAI, L. Extended stakeholder theory, Society and Business Review, v. 1, n. 1, p. 37-44, 2006.

APÊNDICE A – Roteiro semiestruturado da entrevista

Roteiro de Entrevista Semiestruturada – Tese

Dados

Empresa: Área/Departamento: Cargo/atividade: Tempo de empresa: Gênero: Idade: Estado civil: Escolaridade: Formação/curso:

1) Você acredita que existe um aumento da preocupação com os animais em nossa sociedade? Por gentileza, justifique sua resposta.
2) O que os consumidores esperam das empresas quanto a preocupação com os animais? O que elas precisam fazer para atender essa demanda?
3) Como você considera que os animais devem ser tratados? Por gentileza, justifique sua resposta.
4) O que você entende por bem-estar de um humano? Se facilitar, dê exemplos.
5) O que você entende por bem-estar de um animal? No que ele se diferencia do ser humano?
6) Que interesses dos animais você considera que devem ser levados em conta?
7) O que você entende por maus-tratos aos animais? Por gentileza, dê exemplos
8) Você considera que os animais são bem tratados pelas empresas? Você considera que é um tratamento adequado aos interesses dos animais? Por gentileza, justifique sua resposta.
9) Quais as práticas exigidas por legislação para atender às demandas de bem-estar de animais de consumo?
10) Quais as práticas exigidas por legislação para atender às demandas de bem-estar das vacas, bezerros e boi reprodutores na indústria leiteira?
11) As empresas e abatedouros costumam atender essa legislação?
12) Qual você considera ser a principal razão/motivo para adoção de práticas de bem-estar animal?
13) Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o fomento ao bem-estar animal deveria ser feito em todas as fases de desenvolvimento do animal. Atualmente a legislação e fiscalização abrangem todas essas fases?
14) Você considera que bem-estar animal e evitar sofrimento desnecessário são a mesma coisa? Caso negativo, o que as diferencia?
15) Você considera que a legislação atende o bem-estar dos animais? Caso negativo, o que você acha que precisaria ser modificado ou incluído?
16) Como é o processo de abate humanitário? Ele é realizado para todos os animais de consumo e em todos os abatedouros do país?

17) Você conhece com detalhes as etapas do processo de produção (do nascimento até a morte) da indústria de carnes bovina, aves/suínos e leite? (Apresente suas fontes de informação) Caso afirmativo ir para as questões correspondentes a seguir. Caso negativo, ir para questão 17.

Para bois:

a) Geralmente costumamos ver bois livres no pasto, é comum durante toda a vida deles ficarem livres?
b) Como são realizados os procedimentos cirúrgicos e demais realizados com o boi (castração, mutilação dos chifres, marca, etc)? Você considera que existe sofrimento do animal?
c) Como é o processo de desmame? Existe algum sofrimento psicológico do animal?
d) Qual o tempo de vida médio de um boi na indústria da carne? E livre na natureza?
e) Como é o processo de transporte para o abate desses animais?
f) Como é o processo de insensibilização? As empresas do país costumam realizar de forma correta esse processo?
g) Como é o processo de sangria? As empresas do país costumam realizar de forma correta esse processo?

Para aves e suínos:

a) O espaço que as aves costumam ficar nas empresas é adequado para que sejam livres para expressar seu comportamento normal e livres de estresse?
b) Qual o tempo necessário para as galinhas dormirem/descansarem durante um dia?
c) É comum as aves receberem antibióticos? Qual o impacto para a sua saúde? E a saúde humana dos que consomem esses animais?
d) Os processos de seleção genética, melhoramento de ração e medicamentos tornaram a vida melhor ou mais saudável desses animais?
e) Qual o tempo de vida médio de uma ave na indústria da carne? E livre na natureza?
f) Como é o processo de transporte para o abate desses animais?
g) Como é o processo de pendura e eletrocussão? As empresas do país costumam realizar dessa forma esse processo?
h) Existe algum processo de insensibilização desses animais antes do abate?
i) Como é o processo de sangria? As empresas do país costumam realizar dessa forma esse processo?

Para vacas e bezerros da indústria do leite:

a) Como é o processo de reprodução das vacas?
b) Como é o processo de desmame/separação dos filhotes? Você considera que existe algum sofrimento psicológico desses animais?
c) Qual o destino dado aos bezerros na indústria leiteira?
d) Na maior parte dos produtores do país a vaca costuma ficar livre durante quantas horas por dia? Qual o sistema produtivo mais comum?
e) As vacas tomam alguma medicação ou tratamento para produzirem mais leite? Tem efeitos sobre sua saúde?
f) Qual a incidência de mastites e outras doenças em virtude do processo de

ordenha? o que geralmente é feito em relação a isso?

g) Qual o tempo de vida médio de uma vaca na indústria do leite? E livre na natureza?
h) O que costuma ocorrer com as vacas mais velhas ou improdutivas?

18) Você considera que os animais podem sentir dor, sofrimento e/ou felicidade? Você considera que isso influencia na forma com que tratamos eles?
19) Você considera que nas empresas o animal sofre em alguns momentos ao longo de sua vida e durante a morte? (Seja uma dor física ou psicológica - por saber que vai morrer)
20) Quando pensamos no bem-estar humano, geralmente imaginamos questões associadas à vida. No caso de bem-estar animal, geralmente temos procedimentos associados a maneira que serão mortos. O que você acha disso?
21) Você considera que os animais de consumo (carne e leite) têm uma vida feliz?
22) Por mais que todas as medidas de bem-estar animal sejam cumpridas, elas não eliminam o fato de que um animal será morto (além de provavelmente sofrer em alguns momentos da vida). O que você acha disso? Como você lida com essa situação?
23) Baseado em suas respostas, você considera que os animais utilizados pelas empresas tiveram uma vida em que o seu bem-estar foi pleno?
24) Como os animais são tratados pelas empresas?
25) Você considera que existe algum tipo de informação sobre o processo de produção que as empresas escolhem não divulgar? Justifique sua resposta.
26) Você lembra de propagandas ou comunicados das empresas sobre como os animais são tratados por elas? Caso afirmativo, o que elas informam? Cite exemplos, se possível.
27) O que você acha das propagandas e embalagens que difundem a ideia de animais felizes e livres? O que você acha dessa comunicação? Condiz com a realidade?
28) Você acha que as empresas dizem a verdade sobre como os animais são tratados por elas? Por gentileza, justifique sua resposta.
29) Que fatores você considera que podem contribuir para aumentar ou reduzir o consumo de carne ou leite?
30) Você considera que existiria uma diferença no nível de consumo se as pessoas conhecessem todo o processo de produção que resulta nas carnes e leites em suas casas? Por gentileza, justifique sua resposta.
31) Que critério ou características podemos utilizar para diferenciar um animal de estimação dos demais animais? Você concorda com essa diferenciação? Por gentileza, justifique sua resposta.
32) Muitos consumidores não se preocupam com a morte ou sofrimento dos animais. Você acha que eles deveriam pensar diferente? Como essa percepção poderia ser modificada?
33) Você considera que é possível num futuro as empresas reduzirem a utilização de animais? Quais você acha que são os maiores obstáculos para isso?
34) Que fatores você acha que poderiam facilitar a fiscalização e criação de legislação que levem em consideração os animais?
35) Você considera que existem interesses por trás da situação atual? Quem são os maiores beneficiados e como eles agem?

APÊNDICE B – Quadro comparativo objetivos e perguntas

Objetivo Geral: Analisar de que modo as organizações lidam com a demanda social por consideração moral aos animais não-humanos				
Objetivo Específico:				
1. Discutir os critérios utilizados para atribuir consideração moral				
Definição Constitutiva	**Categorias**	**Definição Operacional**		**Pergunta**
Critérios para consideração moral	Ética Antropocêntrica / Ética Animal	Racionalidade, linguagem, autoconsciência	3	Como você considera que os animais devem ser tratados? Por gentileza, justifique sua resposta
		Senciência	18	Você considera que os animais podem sentir dor, sofrimento e/ou felicidade? Você considera que isso influencia na forma com que tratamos eles?
		sujeitos-de-uma-vida (subjetividade, consciência de si)	22	Por mais que todas as medidas de bem-estar animal sejam cumpridas, elas não eliminam o fato de que um animal será morto (além de provavelmente sofrer em alguns momentos da vida). O que você acha disso? Como você lida com essa situação?
		Cultura, tradição, crenças, percepções, entorpecimento psíquico	32	Que critério ou características podemos utilizar para diferenciar um animal de estimação dos demais animais? Você concorda com essa diferenciação? Por gentileza, justifique sua resposta.

Objetivo Específico:				
2. Identificar a demanda social pela consideração moral aos animais não-humanos e suas influências nas organizações.				
Demanda social por consideração moral	Bem-estar animal / Ética animal	Cinco liberdades	1	Você acredita que existe um aumento da preocupação com os animais em nossa sociedade? Por gentileza, justifique sua resposta.
		Motivações: racionalidade econômica ou ética	12	Qual você considera ser a principal razão/motivo para adoção de práticas de bem-estar animal?
		Uso instrumental / Valor intrínseco	4	O que você entende por bem-estar de um humano? Se facilitar, dê exemplos.
			5	O que você entende por bem-estar de um animal? No que ele se diferencia do ser humano?
		Senciência / sujeitos-de-uma-vida (subjetividade)	6	Que interesses dos animais você considera que devem ser levados em conta?
		Evitar sofrimento desnecessário	14	Você considera que bem-estar animal e evitar sofrimento desnecessário são a mesma coisa? Caso negativo, o que as diferencia?
		Abate Humanitário / Redução do mal estar / (Violação) do direito à vida	20	Quando pensamos no bem-estar humano, geralmente imaginamos questões associadas à vida. No caso de bem-estar animal, geralmente temos procedimentos associados a maneira que serão mortos. O que você acha disso?
		Maus-tratos, confinamento e mutilações	7	O que você entende por maus-tratos aos animais? Por gentileza, dê exemplos
		Legislação brasileira	9	Quais as práticas exigidas por legislação para atender às demandas de bem-estar de animais de consumo?
			10	Quais as práticas exigidas por legislação para atender às demandas de bem-estar das vacas e bezerros na indústria leiteira?
			15	Você considera que a legislação atende o bem-estar dos animais? Caso negativo, o que você acha que precisaria ser modificado ou incluído?
			13	Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o fomento ao bem-estar animal deveria ser feito em todas as fases de desenvolvimento do animal. Atualmente a legislação e fiscalização abrangem todas essas fases?

Objetivo Específico:				
3. Discutir o tratamento dado aos animais pelas organizações a partir da Ética Animal e DS Org.				
Situação dos animais utilizados pela indústria	Dark Side das organizações ampliado pela Ética Animal / Dark Side das organizações	Maus tratos, confinamento e mutilações	16	Como é o processo de abate humanitário? Ele é realizado para todos os animais de consumo e em todos os abatedouros do país?
		Uso instrumental e violação do direto à vida	17	Você conhece com detalhes as etapas do processo de produção (do nascimento até a morte) da indústria de carnes bovina, aves/suínos e leite? (Apresente suas fontes de informação) Caso afirmativo ir para as questões correspondentes a seguir. Caso negativo, ir para questão 17
		Ideologia carnista	19	Você considera que nas empresas o animal sofre em alguns momentos ao longo de sua vida e durante a morte? (Seja uma dor física ou psicológica - por saber que vai morrer)
		Carnocracia	21	Você considera que os animais de consumo (carne e leite) têm uma vida feliz?
		Abertura seletiva de informações	23	Baseado em suas respostas, você considera que os animais utilizados pelas empresas tiveram uma vida em que o seu bem-estar foi pleno?
			24	Como os animais são tratados pelas empresas?
		Dito desconexo	8	Você considera que os animais são bem tratados pelas empresas? Você considera que é um tratamento adequado aos interesses dos animais? Por gentileza, justifique sua resposta.
		Legislação brasileira	11	As empresas e abatedouros costumam atender essa legislação?

Objetivo Específico:				
4. Examinar as estratégias das organizações para responder às demandas sociais por consideração moral aos animais não-humanos.				
Principais Estratégias de comunicação	Ocultamento da realidade e Distorção da realidade	Ideologia carnista (tornar invisível o animal)	25	Você considera que existe algum tipo de informação sobre o processo de produção que as empresas escolhem não divulgar? Justifique sua resposta.
		Dito desconexo	26	Você lembra de propagandas ou comunicados das empresas sobre como os animais são tratados por elas? Caso afirmativo, o que elas informam? Cite exemplos, se possível.
		Referente ausente	27	O que você acha das propagandas e embalagens que difundem a ideia de animais felizes e livres? O que você acha dessa comunicação? Condiz com a realidade?
		Abertura seletiva de informações	28	Você acha que as empresas dizem a verdade sobre como os animais são tratados por elas? Por gentileza, justifique sua resposta
Objetivo Específico:				
5. Ponderar sobre os obstáculos para inclusão da consideração moral dos animais não-humanos pelas organizações.				
Principais obstáculos para inclusão da consideração moral	Stakeholders	Consumidores e Ativistas dos Direitos Animais	32	Muitos consumidores não se preocupam com a morte ou sofrimento dos animais. Você acha que eles deveriam pensar diferente? Como essa percepção poderia ser modificada?
			2	O que os consumidores esperam das empresas quanto a preocupação com os animais? O que elas precisam fazer para atender essa demanda?
			30	Você considera que existiria uma diferença no nível de consumo se as pessoas conhecessem todo o processo de produção que resulta nas carnes e leites em suas casas? Por gentileza, justifique sua resposta.
			29	Que fatores você considera que podem contribuir para aumentar ou reduzir o consumo de carne ou leite?
		Legisladores	34	Que fatores você acha que poderiam facilitar a fiscalização e criação de legislação que levem em consideração os animais?
	Empresas	Lobby	33	Você considera que é possível num futuro as empresas reduzirem a utilização de animais? Quais você acha que são os maiores obstáculos para isso?
			35	Você considera que existem interesses por trás da situação atual? Quem são os maiores beneficiados e como eles agem?

APÊNDICE C – Sistematização da Análise de Dados (Exemplo)

Sistematização da análise de dados						
	Objetivo Específico: 2. Identificar a demanda social pela consideração moral aos animais não-humanos e suas influências nas orgar					
Definições constitutivas:						
Demanda social por consideração moral aos animais não-humanos (DC): s pleitos principais vindos da sociedade e Estado relacionados à questões ética						
Definições operacionais:						
Senciência (SINGER, 2008).						
Subjetividade, consciência de sua vida e uma vivência individual do seu próprio bem-estar: sujeitos-de-uma-vida (REGAN, 2006).						
Jaulas vazias e não jaulas maiores: Direito à vida e valor intrínseco (não instrumental), não uso dos animais (REGAN, 2006).						
Legislação brasileira (BRASIL, 2016).						
Entrevistado	**Pergunta**	**Dado**	**Insight/ Comentário**	**Pergunta**	**Dado**	**Insight/ Comentário**
Foca	20	Se o abate humanitário for respeitado eu acho que é a forma mais humanitária hoje que nós temos de se abater um animal, respeitando eu acredito que o animal morra sem sentir, ele sente uma porrada na cabeça somente,	Problema com as aves, que são a maioria enorme dos abates. E não entra no mérito quando não é feito de forma adequada			
Águia	3	Eu acho que os animais devem ser tratados de forma digna, como exige a Constituição e a legislação infraconstitucional, né, que como eu disse agora pouco que criminaliza qualquer tipo de maus-tratos, abusos, constrangimentos físicos ou morais, né. E, é, acho que esse	todos os animais?	4	Um conjunto de condições, é isso a gente chama em direito de conceito indefinido. Qual é a definição de bem-estar? Não existe nem definição exata, perfeita, né, mas, é, se ele tiver respeito, boas condições de vida, morais, também, moradia, alimentos, medicamentos, acesso à tecnologia. Enfim, é um conceito, a gente chama	conceito de bem-estar
Zebra	14	É, eu vou te dizer que até assistir a palestra da Antônia Carolina, advogada, eu fazia confusão também entre os maus tratos e bem estar animal e ela ainda coloca uma terceira colocação que é a possibilidade	Direitos animais			